

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA  
GILMAR TENORIO SANTINI

**Álvares de Azevedo e a ideia de decadência no século XIX: o olhar sobre história, filosofia, política e arte.**

São Paulo  
2023

Versão corrigida

GILMAR TENORIO SANTINI

**Álvares de Azevedo e a ideia de decadência no século XIX: o olhar sobre história, filosofia, política e arte.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutor em Literatura Brasileira.

Orientadora: Profa. Dra. Cilaine Alves Cunha

São Paulo  
2023

Versão corrigida

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

**Nome do aluno: Gilmar Tenório Santini**

**Data da defesa: 03/10 /2023**

**Nome da Profa. orientadora: Cilaine Alves Cunha**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 18/12/2023



---

*Assinatura da orientadora*

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S235? Santini, Gilmar Tenorio  
Álvares de Azevedo e a ideia de decadência no século XIX: o olhar sobre história, filosofia, política e arte. / Gilmar Tenorio Santini; orientador Cilaine Alves Cunha - São Paulo, 2023.  
356 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Literatura Brasileira.

1. Literatura brasileira. 2. Crítica literária. 3. Decadência. 4. Século XIX. 5. Romantismo. I. Cunha, Cilaine Alves, orient. II. Título.

À memória de minha mãe Luiza,  
de meu pai Antônio!  
E da nossa casa lá nas Gerais!

## **AGRADECIMENTOS**

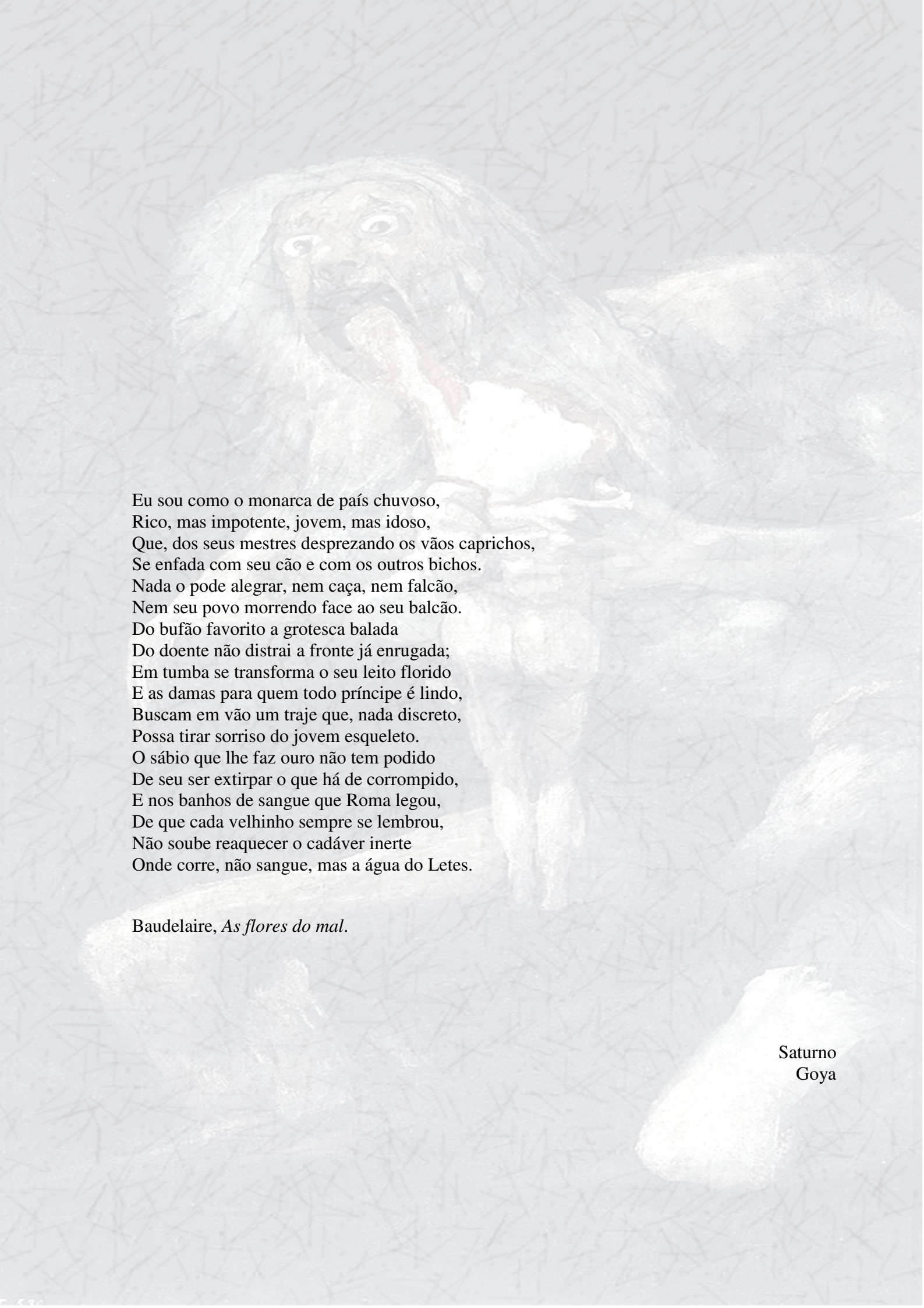
Agradeço à Profa. Cilaine Alves Cunha pela orientação deste trabalho e pelas generosas contribuições nas ideias desenvolvidas nesta tese;

Aos professores Marcos Flamínio e Vagner Camilo pelas ricas contribuições apontadas no exame de qualificação;

Às professoras Karen Volobuef e Gisele Gemmi e ao professor Marcos Flamínio pelos excelentes apontamentos e observações feitos na defesa da tese;

Aos queridos integrantes e amigos do grupo de estudo Alvaresianes, Patrícia, Cayo e Eloane;

À Raquel, à Telma, ao Victor e especialmente à Ana pela leitura às pressas!



Eu sou como o monarca de país chuvoso,  
Rico, mas impotente, jovem, mas idoso,  
Que, dos seus mestres desprezando os vãos caprichos,  
Se enfada com seu cão e com os outros bichos.  
Nada o pode alegrar, nem caça, nem falcão,  
Nem seu povo morrendo face ao seu balcão.  
Do bufão favorito a grotesca balada  
Do doente não distrai a fronte já enrugada;  
Em tumba se transforma o seu leito florido  
E as damas para quem todo príncipe é lindo,  
Buscam em vão um traje que, nada discreto,  
Possa tirar sorriso do jovem esqueleto.  
O sábio que lhe faz ouro não tem podido  
De seu ser extirpar o que há de corrompido,  
E nos banhos de sangue que Roma legou,  
De que cada velhinho sempre se lembrou,  
Não soube reaquecer o cadáver inerte  
Onde corre, não sangue, mas a água do Letes.

Baudelaire, *As flores do mal*.

Saturno  
Goya

## RESUMO

O presente trabalho visa a um estudo de parte da obra de Álvares de Azevedo com o intuito de apontar uma adesão ao mito da decadência em seus estudos literários “Lucano” e “Literatura e Civilização em Portugal” (e em seus discursos de 1849 e 1850, uma vez que neles há um registro e uma contextualização da contemporaneidade do poeta paulista). Nos textos em questão, Azevedo adere a uma concepção de tempo que prefigura a concepção circular sobre os fatos históricos e literários. Nessa abordagem, o desenvolvimento da humanidade é compreendido a partir de um ciclo de ascensão e declínio. Deste modo, nesse recorte da obra, pretende-se demonstrar como o autor percorre e mapeia a temática da decadência, abrangendo desde a Antiguidade até o Renascimento, e culminando na era Moderna. Na análise dessa trajetória, almeja-se aprofundar a leitura, explorando as implicações mais amplas e analisando as diferentes perspectivas que surgem a partir do uso da metáfora da noite e seu significado. Além disso, a noite é utilizada pelo autor para retratar um período de crepúsculo tanto na literatura quanto na política europeia. A partir desse ponto, procura-se destacar a perspicácia do autor ao explorar a temática da decadência em relação às terras americanas, abordando-a tanto na literatura quanto na política. Através da conexão entre o regime de governo e a ideia de declínio político, o poeta demonstra sua crítica. A utilização da analogia de um período crepuscular também transmite a necessidade de gestação da literatura brasileira, uma vez que ela é muito próxima da literatura europeia, tanto que para o escritor brasileiro não havia tido, de fato, uma independência da literatura portuguesa. Nesse sentido, o estudo não apenas explora as concepções de tempo circular e decadência presentes na obra de Azevedo, mas também examina as implicações políticas desse olhar para o declínio nacional, especialmente em relação ao regime de governo vigente no país. Dessa forma, busca-se realizar uma análise abrangente, abordando a interseção entre literatura, história, filosofia e política, e sua relação com as concepções de decadência na obra de Álvares de Azevedo.

Palavras-chaves: Literatura brasileira, crítica literária, século XIX, decadência.



## ZUSAMMENFASSUNG

In diesem Beitrag soll ein Teil des Werks von Álvares de Azevedo untersucht werden, um das Festhalten am Mythos der Dekadenz in seinen literarischen Studien „Lucano“ und „Literatur und Zivilisation in Portugal“ (sowie in seinen Reden von 1849 und 1850 hinweisen). In den genannten Texten hält Azevedo an einer Zeitauffassung fest, die eine zirkuläre Konzeption historischer und literarischer Fakten voraussetzt. In diesem Ansatz wird die Entwicklung der Menschheit als ein Zyklus von Aufstieg und Niedergang verstanden. In diesem Abschnitt des Werks soll gezeigt werden, wie der Autor das Thema der Dekadenz von der Antike über die Renaissance bis hin zur Moderne durchläuft und darstellt. Bei der Analyse dieses Verlaufs geht es darum, die Lektüre zu vertiefen, die weiteren Implikationen zu erkunden und die verschiedenen Perspektiven zu analysieren, die sich aus der Verwendung der Metapher der Nacht und ihrer Bedeutung ergeben. Darüber hinaus verwendet der Autor die Nacht, um eine Zeit des Zwilichts sowohl in der europäischen Literatur als auch in der Politik darzustellen. Von diesem Punkt aus wollen wir die Einsicht des Autors hervorheben, das Thema des Verfalls in Bezug auf amerikanische Länder zu erforschen und es sowohl in der Literatur als auch in der Politik zu thematisieren. Durch diese Verbindung zwischen dem herrschenden Regime und der Idee des politischen Niedergangs demonstriert der Dichter seine Kritikfähigkeit. Die Verwendung der Analogie der Dämmerung zeigt auch die Notwendigkeit, die brasilianische Literatur zu reifen, da sie der europäischen Literatur sehr nahesteht, so dass es für den brasilianischen Schriftsteller eigentlich keine Unabhängigkeit von der portugiesischen Literatur gegeben hat. In diesem Sinne untersucht die Studie nicht nur die Vorstellungen von zirkulärer Zeit und Verfall, die in Azevedos Werk gegenwärtig sind, sondern auch die politischen Auswirkungen dieses Blicks auf den nationalen Niedergang, insbesondere in Bezug auf das aktuelle Regierungsregime im Land. Auf diese Weise versuchen wir, eine umfassende Analyse durchzuführen, die sich mit der Schnittstelle zwischen Literatur, Geschichte, Philosophie und Politik und deren Beziehung zu den Konzepten der Dekadenz in der Arbeit von Álvares de Azevedo befasst.

Schlüsselwörter: brasilianische Literatur, Literaturkritik, 19. Jahrhundert, Dekadenz.

## SUMÁRIO

<b>PALAVRAS INICIAIS</b> .....	p. 11
--------------------------------	-------

### **PARTE I**

Capítulo I: “O Proteu da História”: a concepção de movimentação temporal circular e a ideia de decadência em “Lucano”, de Álvares de Azevedo.....	p.18
---	------

1- O Proteu da História.....	p. 19
2- As três fases de Roma, segundo Azevedo: A guerreira, a prostituta e a santa.....	p.23
A- Uma digressão: referências às lutas no Brasil.....	p. 36
3- A acepção do processo de tempo cíclico.....	p. 37
4- Os ciclos na História: uma perspectiva sobre o tempo.....	p. 53
5- Diálogos de Azevedo: A percepção da história cíclica.....	p.61
6- O sublime histórico em “Lucano”.....	p. 69
7- Roma como Proteu da história em “Lucano”.....	p. 74
8- História e imaginação, o liame do discurso.....	p. 88

### **PARTE II**

Capítulo II: “Literatura e civilização em Portugal”: as acepções de história, de arte e de decadência na Europa.....	p.104
--	-------

1- A relação entre literatura e civilização, uma leitura do ensaio.....	p. 105
2- A religião, o cenho guerreiro e o clima.....	p. 126
A- O sublime do clima.....	p. 127
B- A posição geográfica, a religiosidade e as relações estabelecidas entre os povos.....	p. 128
C- As nuances do clima.....	p. 144
3- Portugal e Espanha, o segundo prólogo do ensaio.....	p. 159
4- Álvares de Azevedo na “contramão” do IHGB?.....	p. 171
5- Do nacionalismo de Azevedo.....	p. 178
6- A idade de ouro e decadência na Península Ibérica.....	p. 189
A- Lusos e Portugueses.....	p. 200
B- Apogeu da Literatura em Portugal, o século XVI.....	p. 206
C- A decadência em Portugal.....	p. 216
7- Azevedo e os diálogos com os textos de Alexandre Herculano e Almeida Garrett acerca da decadência em Portugal.....	p. 233
8- O último feito português, a independência política do Brasil.....	p. 245

<b>PALAVRAS FINAIS</b> .....	p. 251
------------------------------	--------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	p. 258
---	--------

## ANEXO

### PARTE III<sup>1</sup>

Capítulo III: O Brasil de 1849 e 1850: olhares de Azevedo sobre a sua contemporaneidade.....p.281

I- O discurso do dia 11 de agosto de 1849: a missão da academia e dos acadêmicos.....p. 282

1- O Estado e a fundação da Universidade.....p. 300

2- A era das universidades e o mito da Idade de Ouro portuguesa.....p. 307

3- O nacionalismo de Álvares de Azevedo, retomadas.....p. 311

II- O discurso de 9 de maio de 1850: retomada e aprofundamento do discurso de 1849.....p.326

1- O papel revolucionário da Universidade, retomadas.....p. 340

2- Política e Educação Básica.....p. 345

---

<sup>1</sup> A pedido da banca de defesa o 3º capítulo sai do corpo da tese. Embora mantenho anexo, uma vez que os discursos de Azevedo demonstram a sequência da decadência pensada pelo escritor. Importante, a meu ver, para demonstrar a ideia de decadência em terra nacional.

## PALAVRAS INICIAIS

A literatura é de oposição: ela tem o poder de contestar a submissão ao poder.

Antoine Compagnon, *Literatura para quê?*

O presente trabalho parte do pressuposto de que Álvares de Azevedo tratou da decadência social e cultural enquanto tema e teoria em seus ensaios “Lucano” e “Literatura e civilização em Portugal” (e nos discursos de 1849 e 1850). Além deles, a temática também aparece em obras como *Macário* e *Noite na taverna*.

Nos seus textos, o autor emprega termos e conceitos que envolvem a ideia de um declínio da produção cultural e histórica dos seres humanos no decorrer das eras. Azevedo estabelece diálogos com outros autores, Herder, Herculano, sobre conceitos tais como a “Idade de Ouro”, a ascensão e depois a decadência da produtividade literária em Portugal, o desenvolvimento e depois o declínio dos eventos históricos e políticos ao longo do tempo na Europa. Tenciona-se assim examinar como o escritor paulista constrói sua visão de um declínio da humanidade, e de que modo essas ideias se manifestam em seus estudos literários. Portanto, busca-se compreender a perspectiva de Azevedo sobre o tema da decadência e como ele o relaciona com o contexto histórico, cultural e político em que viveu.

De acordo com a perspectiva apresentada, Álvares de Azevedo utiliza a concepção de decadência como fundamento para sua abordagem teórica e parte de sua produção literária. Ele se apoia na ideia de um tempo circular, no qual uma civilização experimenta um declínio gradual após atingir o ápice de seu progresso. Essa concepção é utilizada por Azevedo para analisar a sociedade de sua época em contraste com outras sociedades e momentos históricos do passado. Conjectura-se, então, que, nos textos mencionados, o autor adere ao mito da decadência como um componente central no desenvolvimento de suas ideias. Essa adesão pode ser percebida na forma como ele explora e discute conceitos relacionados ao declínio cultural, histórico e político, tanto em sua sociedade quanto em outros contextos. Dessa forma, Azevedo busca trazer à tona essa noção de decadência e explorá-la teoricamente em sua obra, analisando as consequências desse declínio e suas relações com o desenvolvimento das sociedades. Sua escrita teórica baseada na incorporação ao mito da decadência oferece a oportunidade de uma análise crítica da natureza humana, da cultura e da trajetória histórica.

É notável a forma como Álvares de Azevedo revela um profundo domínio dos eventos históricos, filosóficos e artísticos de seu tempo e de períodos antecedentes. Essa familiaridade com o contexto histórico e cultural contribui para a construção de sua visão sobre a decadência. O texto “Lucano” parece desempenhar um papel crucial na delimitação da adesão de Azevedo à temática da decadência, pois nele o autor explora de maneira mais aprofundada a ideia de declínio em diferentes momentos da história europeia. Através de uma narrativa que abrange a vida política da antiga Roma, ele sugere que a falta de republicanismo foi um fator determinante para a queda e ruína do povo romano. Ao fazer isso, Azevedo contribui para a discussão sobre a relação entre a forma de governo e a trajetória de uma nação em direção ao declínio. Ele parece enfatizar a importância do republicanismo como um elemento essencial para a preservação e prosperidade de uma sociedade. Através de suas análises e reflexões sobre a história política de Roma, Azevedo sugere que a falta de republicanismo pode levar ao declínio de uma sociedade. Essa visão se alinha principalmente em seu discurso de 1849.

No texto “Lucano”, encontram-se outros aspectos relevantes que merecem destaque. Azevedo discute os limites da história e da literatura, assim como a própria mudança de foco presente nesse gênero literário. O trabalho de Lucano traz uma abordagem diferente e inovadora à epopeia, pois reduz, de acordo com Azevedo, a participação dos deuses no percurso humano e narra a história romana sob a perspectiva da decadência, especialmente evidenciada pela queda da República e a instauração da ditadura de César. Além disso, em menor escala, ele traz a discussão sobre a capacidade do escritor em explorar e retratar substratos históricos no texto literário. Aspectos que enriquecem a análise e a compreensão da obra de Azevedo e o lugar que permeia na nossa história da literatura.

O escritor paulista mantém-se atento aos eventos culturais, políticos e literários tanto na Europa quanto no Brasil. Esse cuidado se torna particularmente evidente em seus discursos, nos quais ele traz à tona as questões políticas e literárias relevantes da época, envolvendo seus ouvintes com os eventos contemporâneos. Azevedo acompanha os desdobramentos das revoluções que ocorrem na Europa, como a Primavera dos Povos de 1848, e reflete sobre seus impactos e significados. Essa profunda familiaridade com os acontecimentos do mundo e seu engajamento neles revelam o compromisso intelectual e a sensibilidade de Álvares de Azevedo como escritor. Sua habilidade em incorporar esses elementos em sua obra enriquece sua produção literária e oferece aos leitores uma visão mais ampla e contextualizada dos temas que ele aborda.

Álvares de Azevedo revela uma concepção de história alinhada com as perspectivas de outros autores, como Herder. Nessa perspectiva, ele, como o filósofo alemão, valoriza a

interação e os diálogos entre diferentes povos na formação da identidade cultural de um povo, considerando as particularidades de cada lugar, época e contexto. Através desse olhar atento à multiplicidade da história e do tempo, Azevedo busca compreender as complexidades das sociedades e das civilizações. Ele reconhece que cada período histórico possui características distintas e que a interação entre os diversos elementos molda a trajetória das nações. Ao dialogar com a concepção de história desenvolvida por Herder, ele busca compreender as dinâmicas históricas, sociais e culturais, reconhecendo a importância das especificidades de cada momento e lugar na formação da identidade coletiva.

A estreita relação entre os campos da história, da filosofia e da literatura é evidente nos textos de Álvares de Azevedo. O autor estabelece uma conexão íntima entre essas áreas do conhecimento, explorando suas interseções e os mútuos diálogos entre elas. Além disso, a aproximação com as ideias de Herder contribui para essa interação. Nos textos mencionados, como “Lucano”, “Literatura e Civilização em Portugal” e nos discursos de Azevedo, há uma abundância de referências históricas e filosóficas que sustentam as discussões sobre a produção literária e sua relação com a sociedade. Ao abordar essas discussões em seus textos, Azevedo enriquece suas reflexões literárias com uma base sólida de conhecimento histórico e filosófico. Ele reconhece a importância desses campos de estudo para compreender a sociedade e sua relação com a produção cultural, em especial a literatura.

A articulação entre os campos de conhecimento da filosofia, história e literatura em Álvares de Azevedo resulta em uma abordagem singular dos fatos históricos que transcende os limites do entretenimento e da estética.

A literatura defendida por Gonçalves Magalhães e Gonçalves Dias, e a abordagem literária adotada por Álvares de Azevedo revelam uma oposição. Azevedo explora temas como o amor idealizado, a mulher, a beleza feminina etc. A própria desconstrução desses temas; em textos como *Macário* e *Noite na taverna*, por meio de uma escrita desconstruída e provocativa, Azevedo rompe com os padrões e apresenta uma visão crítica e desencantada<sup>2</sup> da realidade. A metáfora da noite desempenha um papel significativo em suas obras, sendo habilmente explorada em seu ensaio “Literatura e Civilização em Portugal”, assim como nas narrativas de *Noite na Taverna* e “Um Cadáver de Poeta”.

Se por um lado, não há como desvincular os ecos da história e da filosofia na literatura; por outro lado, na primeira metade do século XIX, houve uma tendência de separar a história da filosofia e da literatura, visando a busca por cientificização e objetividade por parte dos

---

<sup>2</sup> SOUZA, Patrícia Aparecida Guimarães de. O desencantamento em Álvares de Azevedo. In: *Cuidado, leitor: Álvares de Azevedo pela crítica contemporânea*. São Paulo: Alameda, 2021.

historiadores. No entanto, essa tentativa de eliminar completamente recursos como subjetividade e imaginação na reconstrução dos fatos históricos não foi bem-sucedida. A própria seleção dos eventos a serem narrados, a interpretação dos fatos e a forma como são apresentados ao público são influenciadas pela visão de mundo e pelas perspectivas do historiador. A subjetividade e a imaginação são recursos que permitem ao historiador transcender os meros fragmentos de fatos e números, oferecendo a capacidade de recontar histórias e recriar narrativas envolventes. Essa intersecção possibilita explorar a subjetividade humana que contribui para uma maior conexão intelectual e emocional do público com o passado.

Ao destacar que a imaginação e a subjetividade possuem um papel crucial na conexão entre fatos históricos e literatura, Herder e Humboldt enfatizaram a importância desses elementos como amálgama na compreensão e representação da história. Através da imaginação, é possível recriar cenários do passado, dar melhor visibilidade às personagens históricas e explorar as motivações e as emoções que impulsionaram os eventos históricos. A subjetividade, por sua vez, permite ao autor trazer suas próprias perspectivas, experiências e interpretações para a narrativa histórica, enriquecendo-a com sua visão de mundo.

No caso de Álvares de Azevedo, a imaginação e a subjetividade desempenham um papel fundamental ao inserir elementos filosóficos, históricos e principalmente político para tratar da decadência em sua obra. Por meio dessa imaginação, ele pôde recriar narrativas que exploram a ideia de história e tempo cíclicos.

A concepção de história cíclica, presente tanto na filosofia quanto na literatura, aborda a ideia de que a história se desenrola em períodos de início, desenvolvimento e decadência. Nessa perspectiva, cada período possui sua própria dinâmica e desfecho, e a história não é vista como um processo linear de progresso constante, mas sim como um ciclo em que padrões e tendências se repetem. Ao aplicar essa concepção à literatura, é possível explorar narrativas que refletem esses movimentos cíclicos da história, trazendo à tona temas como ascensão, queda e possível renovação.

A teoria da decadência em uma determinada sociedade é exemplificada de forma significativa por Herder no que diz respeito aos gregos. Para o filósofo alemão, cada povo teve seu momento de grandeza e esplendor, mas esse período de florescimento é limitado no tempo. Ele enfatiza que, assim como acontece com as artes, ciências e outras áreas do conhecimento, as sociedades também passam por fases de crescimento, florescimento e declínio. O filósofo percebe a história como um processo dinâmico e mutável, em que os povos têm a sua própria trajetória e destino. Após atingir o ápice do desenvolvimento, inevitavelmente segue-se o

declínio, seja por fatores internos, como a perda de vitalidade e criatividade, ou por fatores externos, como influências e conflitos com outros povos. A concepção de Herder sobre a finitude dos momentos de grandeza de uma sociedade, em que o declínio é visto como uma etapa inevitável do desenvolvimento humano. Além disso, essa visão ressalta a transitoriedade das realizações humanas e a importância de compreender e valorizar o contexto histórico específico em que elas ocorreram.

A concepção de tempo cíclico nas ações humanas, presente em Herder, não é uma novidade, tendo suas raízes em pensadores como Hesíodo, Aristóteles, Platão, passando por Políbio e Vico. Enquanto para Aristóteles, Platão e Políbio, a noção de ciclo está vinculada à alternância nas formas de governo, Políbio se destaca pela diferenciação em alguns aspectos, como a nomenclatura de termos para expressar a ideia de tempo e história circular, além da dinâmica da decadência, onde o presente seria inferior ao período anterior. No contexto de Hesíodo, Vico e Herder, a trajetória histórica da humanidade é dividida em idades, com variações conceituais entre os autores. Entretanto, há geralmente uma percepção de progressão e degeneração ao longo dessas idades.

Essa percepção da decadência nos leva à ideia de “mundo em associação”<sup>3</sup>. Essa noção implica reconhecer as conexões entre diferentes autores e culturas, considerando os diálogos que ocorrem ao longo do tempo. É importante considerar as ramificações da herança cultural dos povos e como ela se manifesta em diferentes contextos. No contexto que abrange o final do século XVIII na Europa emerge uma rica discussão sobre conceitos teóricos fundamentais, tais como o declínio do desenvolvimento humano e a noção de tempo circular. Por meio de diálogos entre si e com seus predecessores, aprofundaram a temática da decadência.

Já no contexto brasileiro, meados do século XIX, há os diálogos de Azevedo com autores como Herculano e Garrett, nos quais discutem a questão da decadência. Embora abordando diferentes perspectivas e interpretações sobre o assunto, os diálogos entre esses autores permitem uma troca de perspectivas.

É interessante observar as diferentes perspectivas de autores como Herculano e Álvares de Azevedo em relação à temática da decadência, tanto em Portugal quanto no Brasil. Herculano expressou a visão de que em Portugal não havia nada de novo, o que ele interpretou como um sinal de decadência literária. Ele considerava que a produção literária em seu país estava estagnada e não acompanhava as transformações e avanços culturais da época. Por outro lado, Herculano via o Brasil como um lugar em que uma nova literatura poderia surgir e, assim,

---

<sup>3</sup> HERDER, Johann Gottfried. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*. Lisboa: Antígona, 1995.



regenerar a Europa. Ele tinha uma visão mais otimista em relação ao desenvolvimento cultural e literário brasileiro, enxergando o potencial de renovação e progresso no país<sup>4</sup>. Já Álvares de Azevedo, contemporâneo a Herculano, tinha uma visão mais pessimista.

Em ordem de leitura, em “Lucano”, “Literatura e Civilização em Portugal” (e nos discursos de 1849 e 1850<sup>5</sup>) de Álvares de Azevedo, é possível identificar padrões, imagens recorrentes, abordagens temáticas e estilísticas que permeiam sua obra. O texto “Lucano” é um ponto de partida relevante para a pesquisa, pois nele encontramos elementos que fornecem o aporte teórico necessário para compreender a visão de Azevedo sobre a decadência e suas manifestações na literatura e na sociedade.

A continuação da leitura com o texto “Literatura e Civilização em Portugal” é uma escolha coerente, uma vez que aborda a decadência da literatura portuguesa. Ele busca compreender os padrões e as tendências que levaram à decadência literária, explora tanto os aspectos estilísticos quanto os temas recorrentes.

Sobre os capítulos, o primeiro capítulo intitulado “O Proteu da História: a concepção de movimentação temporal circular e a ideia de decadência em Lucano” explora a presença da ideia de tempo circular e história cíclica no texto “Lucano”. Nesse contexto, é possível destacar os diálogos estabelecidos com Herder. Ao mergulhar nesse tema, Azevedo busca compreender o papel da literatura como uma lente através da qual é possível examinar e questionar as dinâmicas da sociedade. Sua análise crítica vai além da simples observação do declínio, investigando as causas e consequências desse processo.

No segundo capítulo intitulado “Literatura e civilização em Portugal: as acepções de história, de arte e de decadência na Europa” procura-se a relação entre história, arte e decadência na Europa. Ao analisar esses aspectos, busca-se compreender como Azevedo articula essas temáticas em seu texto “Literatura e Civilização em Portugal”, levando em consideração as circunstâncias políticas de sua época e a reflexão sobre o destino das nações e das civilizações. Ao explorar os temas de história, filosofia, política, arte e decadência na Europa, Azevedo nos convida a refletir sobre os rumos das nações e as transformações que as civilizações experimentam ao longo do tempo.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> HERCULANO, A. Futuro literário de Portugal e do Brasil. In: CÉSAR, Guilherme. *Historiadores e críticos do Romantismo*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

<sup>5</sup> A leitura dos discursos proferidos por Azevedo em 1849 e 1850 complementa a investigação sobre a temática da decadência, especialmente no contexto do Brasil. Esses discursos fornecem insights sobre como Azevedo percebia a situação brasileira de sua época e como ele relacionava a ideia de decadência com o regime de governo da nação. Para o autor, aparentemente, a sociedade brasileira da época era decadente.

<sup>6</sup> No terceiro capítulo intitulado “O Brasil de 1849 e 1850: as representações de sociedade e os conceitos de literatura, filosofia, história e decadência nos discursos”, empreende-se uma leitura dos dois discursos proferidos

Optou-se pela leitura integral dos textos de Azevedo, o que, em muitos momentos, dificulta a fluidez das análises. O autor aborda uma ampla gama de temas, dando a impressão de fragmentação em seus ensaios e discursos. Ainda assim, essa metodologia é justificada, uma vez que tentou-se evitar apenas leituras de parte dos textos, não sua totalidade. Também justifica-se a análise dos dois discursos, o de 1849 e o de 1850, pois é neles que o autor brasileiro expressa melhor seu contexto histórico e social.

---

por Álvares de Azevedo, nos quais o autor expressa seu posicionamento político e suas reflexões sobre a sociedade. Nessa investigação, busca-se compreender como esses discursos contribuem para revelar a concepção de história sob o enfoque da decadência. Embora nos discursos seja possível vislumbrar certa utopia em relação aos avanços de civilização propostos pelo autor para o futuro do Brasil.

## CAPÍTULO I

### **“O Proteu da História”: a concepção de movimentação temporal circular e a ideia de decadência em “Lucano”, de Álvares de Azevedo.**

E o tom típico do nosso século, na sua generalidade, no seu pendor filosófico e filantrópico, gosta tanto de conceder a uma qualquer nação distante, às mais antigas épocas da humanidade, “o nosso próprio ideal” de virtude e de felicidade! Sente-se tão capaz de ser juiz, de avaliar os costumes alheios à sua própria imagem! De os condenar! Ou de os embelezar poeticamente! Será que o bem não se encontra espalhado pela terra? Precisamente porque o bem não se deixa conter numa só forma da humanidade, num só território, multiplicou-se em mil formas, deambula – eterno Proteu – por todas as partes do mundo, através de todos os séculos... E, à medida que assim vai deambulando e transformando-se, não é pela maior virtude e felicidade dos particulares que anseia... A humanidade permanece sempre humanidade... E, contudo, há um plano destes anseios, desta deambulação, que se torna visível... É esse o meu grande tema!!!!

Herder, *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*.

Nenhum tempo vos é coeterno, porque Vós permanecéis imutável, e, se os tempos assim permanecessem, já não seriam tempos. Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem poderá aprendê-lo, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se quiser explicá-lo a quem me fizer a pergunta, já não sei.

Agostinho de Hipona, *Confissões*.

Na verdade, uma característica comum vincula todos os sistemas cíclicos espalhados pelo mundo helenista oriental: segundo a visão de cada um deles, o momento histórico contemporâneo (seja qual for a sua posição cronológica) representa uma decadência em relação aos momentos históricos precedentes. Não só a era contemporânea é inferior às outras eras (a do ouro, a da prata, e assim por diante), mas, mesmo dentro do quadro da era predominante (isto é, do ciclo predominante), o “instante” no qual o homem vive torna-se pior com o passar do tempo. Essa tendência no sentido da desvalorização do momento contemporâneo não deveria ser considerada como sinal de pessimismo. Pelo contrário, revela um excesso de otimismo, porque, na deterioração da situação contemporânea, pelo menos uma parcela da humanidade viu sinais prevendo a regeneração que deve necessariamente se seguir. Desde os dias de Isaías, uma série de derrotas militares e colapso políticos tinha sido esperada com ansiedade, como uma inelutável síndrome do *illud tempus* messiânico, que estava para regenerar o mundo.

Eliade, *Mito do eterno retorno*.

## 1- O Proteu da História

Ao lermos o texto “Lucano”, de Álvares de Azevedo, deparamos com uma metáfora, destacada em letras garrafais, logo na primeira proposição do ensaio. A sentença traz a comparação de que “ROMA É O PROTEU MÍTICO<sup>7</sup>, da história”<sup>8</sup>. Dentre várias conjecturas, a primeira questão suscitada pela metáfora diz respeito a qual seria a intencionalidade com que Azevedo nos confronta e nos faz refletir sobre a relação que ele estabeleceu entre a história e o mito de Proteu.

No ensaio “*Proteus and the Pyrrhonists. Historical change and continuity in Herder’s early philosophy of History*”, Niels Wildschut afirma que Proteu, deus da antiga religião grega, aparece em textos literários desde a Antiguidade. Dentre as diversas observações que Wildschut faz sobre a deidade, encontra-se o esclarecimento de seu poder, isto é, sua capacidade de revelar aos homens o passado e profetizar o futuro, Proteu mudava de forma para fugir de seus perseguidores<sup>9</sup>.

O uso da metáfora em que a história se apresenta como Proteu já havia sido pensado por filósofos como Giovanni Pico della Mirandola, no século XV, e Johann Gottfried Herder, no século XVIII. O filósofo italiano tratou da essência do mito, isto é, da competência que o deus tem de se metamorfosear. Já o filósofo alemão expôs não só essa competência, mas também a habilidade que ele tinha de pôr à vista os acontecimentos históricos dos povos.

A referência a Proteu pode ser observada nos textos de Herder como *Essay on a History of Lyrical Poetry*, de 1764, e *This a Philosophy of History for the Formation of Humanity*, de 1774. De acordo com Wildschut, é possível encontrar a citação de Proteu e a metáfora que Herder adotou a partir de Proteu em pelo menos dez textos, nos primeiros dez anos em que o filósofo escreveu sobre história e arte. A recorrência ao uso do mito de Proteu nos textos de Herder indica que o filósofo alemão o fez como uma analogia que utilizou para descrever as transformações históricas ao longo dos tempos, e os produtos do espírito humano ao longo das eras<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> A caixa alta vem da edição da Nova Aguilar, no original não aparece assim. Conservamos por achar importante o destaque de quase grito a essa importante afirmação do autor nesse tópico frasal de seu parágrafo e que resume a importância da cidade de Roma para a história e para a obra de Azevedo.

<sup>8</sup> AZEVEDO, Álvares. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 657.

<sup>9</sup> WILDSCHUT, Niels Jacob. *Proteus and the Pyrrhonists. Historical change and continuity in Herder’s early philosophy of History*, 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/39904846/Proteus\\_and\\_the\\_Pyrrhonists](https://www.academia.edu/39904846/Proteus_and_the_Pyrrhonists). Acesso em: 10 de jan. de 2023.

<sup>10</sup> Ibidem.

Dentre os diversos significados que aparecem nos textos de Herder, destacamos dois atributos importantes a respeito do mito de Proteu: a metamorfose e a revelação. Primeiro, Proteu é “matéria primordial da natureza”, princípio de uma matéria que se transforma, isto é, um indivíduo que pode se modificar. O outro traço característico do deus seria o poder de desvelar, expor o futuro e o passado. Entretanto, quando capturado pela humanidade e indagado de modo correto:

Um dos deuses secundários do mar, na Odisseia, especialmente encarregado de conduzir os rebanhos de focas. Ele evoca as ondas do mar, capazes de representar, na ocasião das tempestades, as imagens fugitivas do cavalo, do carneiro, do porco, do leão, do javali, etc. ‘Ele é dotado do poder de tomar todas as aparências que desejar: pode tornar-se não só um animal, mas um elemento, como a água e o fogo. Ele faz uso desse poder particularmente quando quer se subtrair aos indagadores. Pois ele possui o dom de profeta, mas se recusa a aconselhar os mortais que o interrogam’ (GRID, 398). A ninfa Idotea o descreve a Menelau nestes termos: ‘Essa ilha é frequentada por um dos Velhos do Mar: o imortal Proteu, o profeta do Egito, que conhece, de todo o mar, os abismos; vassalo de Poseidon, ele é, dizem meu pai, aquele que me gerou... Ah! Se pudesses pegá-lo em uma emboscada: ...ele te diria o caminho, o comprimento dos trajetos e como retornar pelo mar dos peixes; se tu o desejas, ele te dirá ainda, ó filho de Zeus, tudo aquilo que em teu lar possa ter acontecido de males e de felicidades... Ele vai querer escapar, tomar todas as formas; transformar-se-á em tudo o que se arrasta pela terra, em água, em fogo divino... (Odisseia, IV, v. 384-418 *passim*)’.<sup>11</sup>

O modo com que Herder se valeu da figura de Proteu como “matéria primordial” está muito próximo do uso que é apresentado em *Os hinos órficos*, 1-3 d.C. Em Herder, Proteu representa a “primeira matéria” da natureza<sup>12</sup> e é uma unidade que se transforma na diversidade. *Nos hinos*, Proteu é ligado às causas primeiras, e possui a aptidão de mudar a essência de tudo e da sua própria imagem<sup>13</sup>.

Invoco **Proteu, detentor das chaves do pélagos,**  
 Primogênito, **tu que revelaste os princípios de toda a natureza,**  
**Convertendo a sagrada matéria por meio das formas multifárias,**  
 Honrado, judicioso, **conhecedor de tudo aquilo que é,**  
 De tudo quanto outrora fora **e ainda de tudo quanto há de ser mais adiante,**  
 Pois, tudo detendo, és tu próprio **quem as transforma,** e nenhum outro  
 Dos imortais, que detêm o pélagos e a terra e voam pelos ares;  
 Pois no princípio **a Natureza depositou tudo em Proteu.**  
 Então, pai, vem com piedosos propósitos para os teus oficiantes  
 E traz um grato termo às suas prósperas vidas por estes ofícios<sup>14</sup>.

Em *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*, encontramos outro sentido de Proteu. O trecho dessa obra do filósofo mostra um deus que representa a forma da humanidade que foi distribuída em outras “mil formas”, a ponto de que uma única região da

<sup>11</sup> CHEVALIER, J. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro, 2009, p. 747.

<sup>12</sup> WILDSCHUT, 2018.

<sup>13</sup> ANTUNES, Pedro Barbieri. *Hinos órficos: Edição, estudo geral e comentários filológicos*. São Paulo. Dissertação de mestrado, 2018.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 145, grifo nosso.

terra não poderia unificar a humanidade em um único espaço. Diante disso, a raça humana “vagou adiante” e se espalhou por todas as partes do mundo, em todos os séculos<sup>15</sup>.

Podemos também recuperar a presença do mito de Proteus no livro *Oration on the Dignity of Man* de Giovanni Pico della Mirandola, de 1487. A teorização de Pico representa Proteu como um camaleão.

Who then will not look with awe upon this **our chameleon**, or who, at least, will look with greater admiration on any other being? **This creature**, man, whom Asclepius the Athenian, by reason of this **very mutability**, this nature **capable of transforming itself**, quite rightly said was symbolized in the mysteries by the **figure of Proteus**. This is the source of those metamorphoses, or transformations, so **celebrated among the Hebrews and among the Pythagoreans**; [...]<sup>16</sup>.

Na recepção deste mito antigo, o uso de Proteu como camaleão por parte de Pico della Mirandola passou a representar a mutabilidade adquirida pela humanidade, especialmente graças à posição no centro da criação do universo. Além disso, segundo Wildschut, a abordagem sincrética<sup>17</sup> de Pico, em seu sentido teleológico, expressa como a humanidade deveria encontrar o Um por meio de muitos<sup>18</sup>. Neste ponto, podemos observar o diálogo de Herder com Pico, oferecendo matéria para a compreensão do filósofo alemão que o gênero

---

<sup>15</sup> HERDER, Johann Gottfried. *Philosophical Writings*. Trans., ed. by Michael N. Forster. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2002.

<sup>16</sup> “Quem, então, não olhará com admiração para este nosso camaleão, ou quem, pelo menos, olhará com maior admiração para qualquer outro ser? Esta criatura, o homem, a quem Asclepius, o Atenense, em razão desta mesma mutabilidade, desta natureza capaz de se transformar, disse com razão, foi simbolizada nos mistérios pela figura de Proteus. Esta é a fonte dessas metamorfoses, ou transformações, tão celebradas entre os hebreus e entre os pitagóricos”. PICO, 1956, p. 28, grifo nosso, tradução nossa.

<sup>17</sup> Segundo Wildschut: “In the reception of this ancient myth from the Renaissance onwards – in discourses on art, science and religion – the following three figures are of central significance. The first was Pico della Mirandola’s use of Proteus for his humanistic thesis that “upon man, at the moment of his creation, God bestowed seeds pregnant with all possibilities, the germs of every form of life. Whichever of these a man shall cultivate, the same will mature and bear fruit in him” (Pico 1956, 8). Here, Pico used the figure of Proteus to symbolize the mutability that humanity acquired thanks to its position in the center of creation. Furthermore, Pico’s syncretic approach to the history of philosophy expressed how humanity should find the One in and through the Many (Giamatti 1968, 440). However, it was crucial for Pico that man’s power of self-transformation was not meant to be used for the sake of shape-shifting itself. Rather, it was the task of humanity to use its freedom to choose the highest form of life (and not assume in the great chain of being the position of a plant or an animal)”. WILDSCHUT, 2018, p. 9-10.

“Na recepção deste antigo mito a partir do Renascimento - nos discursos sobre a arte, ciência e religião - as três figuras seguintes são de importância central. A primeira foi o uso de Proteus por Pico della Mirandola para sua tese humanista de que ‘sobre o homem, no momento de sua criação, Deus concedeu sementes fecundas de todas as possibilidades, os germes de toda forma de vida. Qualquer um destes um homem deve cultivar, o mesmo irá amadurecer e dar fruto nele’ (Pico 1956, 8). Aqui, Pico usou a figura de Proteus para simbolizar a mutabilidade que a humanidade adquiriu graças à sua posição no centro da criação. Além disso, a abordagem sincrética da história da filosofia expressa como a humanidade deve encontrar o Um e através dos Muitos (Giamatti 1968, 440). No entanto, foi crucial para o Pico que o poder da autotransformação não fosse feito para ser usado em prol da própria mudança de forma. Em vez disso, era tarefa da humanidade usar sua liberdade para escolher a forma mais elevada de vida (e não assumir na grande cadeia de ser a posição de uma planta ou de um animal). Ibidem, loc. cit., tradução nossa.

<sup>18</sup> Ibidem.

humano se desdobrou e se transformou em muitos povos, mas ainda assim manteve a identidade no diverso, como um eterno Proteu.

Já no livro *On Diligence in the Study of Several Learned Languages*, de 1765, Herder usa a figura do deus para retratar a diversidade das línguas no mundo, que levou a linguagem humana a se tornar um Proteu, se metamorfoseou e se consolidou como línguas nacionais por todos os espaços da terra<sup>19</sup>. O filósofo, em sua obra, sugere também que precisamos de nossa língua nativa, como um fio condutor através do labirinto de idiomas, para de certo modo assegurar a nossa identidade e as tradições locais.

De volta ao ensaio “Lucano”, Álvares de Azevedo, no começo de seu texto, de forma abrangente, narrou os fatos históricos da cidade romana desde sua formação mítica até a Idade Média. Acreditamos que o uso da metáfora seja um jeito de delinear a dinâmica e a diversidade dos momentos históricos da cidade. Por meio da multiplicidade de histórias, Roma fornece a ideia de uma história em permanente transformação, retratada não somente por meio de sua ascensão em Império, mas também por meio da decadência. O escritor paulista usa a identidade de Proteu como proposição de mudanças, na tentativa de reconciliar o “um” e os “muitos”.

Para Álvares de Azevedo, Roma foi diversos espaços e vários tempos, viu o belo: “A fascinação das formas mais altivas e mais belas, tudo isso ela soube”<sup>20</sup>. Entretanto, na movimentação da temporalidade, a cidade que foi testemunha de toda uma Idade de Ouro (de todas as belezas e elevadas condutas) tornou-se também criminosa: “Roma a bandida, povilêu de homens perdidos”<sup>21</sup>. Na descrição dos fatos históricos, a cidade ora comporta a virtude, ora comporta o vício.

De mais a mais, na proposição de que Roma seja o Proteu da História, temos a possibilidade de observar as mudanças que se desenrolaram ao longo de eras. Postos em observação por Azevedo, eles delineiam a movimentação da história daquele povo que, em seu “caminhar”, pode ser ampliado para a própria marcha da história da humanidade. Ou seja, os altos e baixos daquela gente, que teve seu apogeu e queda, metonimicamente serve para os outros povos.

Para Azevedo, Roma é o lugar que, ao longo das eras, melhor representa a decadência e que ao nosso ver está associada às formas de regime de governo. O período da época mítica, dominado pelos reis, a cidade é tida como bandida e, portanto, decadente. O período subsequente, época de máximo desenvolvimento, coincide com a República, por sua vez,

---

<sup>19</sup> HERDER, 2002.

<sup>20</sup> AZEVEDO, 2000, p. 657.

<sup>21</sup> Ibidem, loc. cit.

substituída pelo período do Império, tido também como decadente. Depois Roma governada pelos papas, na visão de Azevedo, corresponde ao período em que a decadência retorna. Portanto, Roma descreve um caminhar dos fatos históricos em que uma época suplanta outra, e nessa movimentação circular sempre aparece a decadência. Tanto que na sistematização de Azevedo, a quarta época de Roma, a do domínio papal, é uma época de declínio.

Ora, se pensado por esse viés, a decadência de Roma narrada no texto “Lucano”, em substituição ao apogeu em determinado momento de sua história, funcionaria como um paradigma, como meta-história. Ao dizer que Roma é o Proteu da história, Azevedo dá sustentação a uma historiografia que se dedica a rastrear a decadência (romana, isto é a falta de republicanismo) que pode ser vista também em Portugal, bem como no Brasil do século XIX.

Quanto à estruturação do texto “Lucano”, ele está dividido em três grandes partes, todas de dimensões variadas. Na primeira, Azevedo teoriza e expõe, de modo muito abrangente e rápido, as fases sobre a história de Roma. Na segunda, ele define o gênero epopeia e dá exemplos de três autores como Homero, Tasso e Camões. Na terceira, o escritor diz como é a epopeia *Farsália* de Lucano, objeto do seu texto, analisa a obra e trata da recepção crítica dela.

## **2- As três fases de Roma, segundo Azevedo: A guerreira, a prostituta e a santa**

Álvares de Azevedo, nos seis primeiros parágrafos de seu ensaio, classifica a história de Roma em três fases bastante específicas que se alternam ao longo das eras. Qualifica a primeira como guerreira, a segunda como prostituta e a terceira como santa, e estabelece assim, começo e fim para cada uma, de modo que a circularidade do tempo se faz em cada época. A classificação acerca das fases cíclicas de Roma é bastante peculiar, visto que o escritor paulista acresce epítetos à urbe em cada fase; se ela foi bandida, também foi guerreira, em certo momento tornou-se voluptuosa, santa e, em outro, rainha da devassidão. Por meio de uma divisão da história de Roma que se alterna em diversos momentos para o ensaísta, a cidade é pensada desde a fundação até o período medieval, último momento descrito por Azevedo; contudo não fala com nitidez dos primórdios dela.

A primeira fase de Roma não é pronunciada claramente, mas Azevedo diz que a cidade antes de ser guerreira, ela foi bandida. O período heroico citado no texto coincide com o tempo da república, nomeada por meio de seus políticos, hipoteticamente, acreditamos que a Roma bandoleira corresponde ao momento mítico da fundação por Rômulo, da urbe ainda incipiente



até o final da monarquia dos sete reis. O período da Roma bandida teria um ciclo histórico que totalizou quase dois séculos e meio, do lendário Rômulo a Tarquínio Soberbo, último monarca<sup>22</sup>.

Para a compreensão da alcunha de Roma em “bandida”, é preciso sair do texto azevediano e recorrer a livros como o de Tito Lívio e de Montesquieu sobre aquele período. Na leitura dessas obras, encontramos motivos suficientes pelos quais Azevedo trata a cidade romana como desonesta e o porquê disse que sua população era constituída de homens perdidos. Provavelmente a obra *Ab urbe condita*, de Lívio, tenha servido de fonte histórica e informativo para Álvares de Azevedo, autor citado em diferentes momentos de sua obra.

No primeiro volume de Tito Lívio, o autor narra a “obscuridade” dos habitantes de Roma, acrescentando que eles seriam compostos de gente sem condição, miserável e sem “procedência confiável”. Segundo Lívio, Roma foi criada para dar abrigo a quem fugia e, portanto, povoada por todo tipo de pessoa, inclusive de bandidos.

[...] [P]ara não deixar vazia, a cidade imensa e para atrair uma população numerosa, que reuniam em torno de si grande número de gente obscura e de baixa condição e afirmavam que uma raça brotara da terra para eles. [...] [Rômulo] criou um lugar de asilo onde veio refugiar-se toda a turba dos povos vizinhos, mistura indistinta de homens livres e escravos, todo a procura de uma nova vida<sup>23</sup>.

Em Montesquieu, há também uma apresentação do povoado de Roma da época mítica de Rômulo que dialoga bastante com a obra de Tito Lívio. Em trechos do volume *Grandeza e decadência dos romanos*, encontramos uma narrativa sobre um povoado (Roma) que invade outras aldeias (as dos Sabinos) para saqueá-las. O vocábulo “despojo”, depois convertido em “trunfo”, nada mais era que riquezas apanhadas de outros povos. Inicialmente, a altivez, isto é, na alcunha de “guerreira”, Roma estava pautada neste comportamento e também o seria nos tempos futuros. Afinal a guerra parece ter sido o motor de desenvolvimento da cidade:

Rômulo e seus sucessores estiveram quase sempre em guerra com seus vizinhos, para obter cidadãos, mulheres ou terras. Eles retornavam à cidade com os despojos dos povos vencidos: feixes de trigo e rebanhos; estes causavam ali grande alegria. É essa a origem dos triunfos, os quais, em seguida, foram a causa principal das grandezas a que a cidade chegou<sup>24</sup>.

Na obra de Tito Lívio, no primeiro volume, podemos ainda encontrar outras pistas daquela Roma descrita como bandida e mítica. No livro, os percursos dos sete reis<sup>25</sup> são

<sup>22</sup> LÍVIO, Tito. *História de Roma. Ab urbe condita libri*. São Paulo: Editora Paumape, 1989, v. 1.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>24</sup> MONTESQUIEU. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 9.

<sup>25</sup> Segundo Lívio, após Rômulo, Numa Pompílio ocupou o trono. Depois, Tulo Hostílio (fundador das saturnais). Na sequência, Anco Márcio, neto de Numa. Tarquínio, de origem etrusca assume o reino, deixando os herdeiros

expostos e compõem um extenso período da cidade bastante conturbado, às vezes mesmo corrompido pelo regime monárquico. Na narrativa de Lívio, é possível observar todas as artimanhas desprendidas pelos aspirantes a reis e ao sê-los, são descritas todas as formas que os monarcas empreenderam para se manterem no poder, fosse usurpar, assassinar ou dar golpe.

Ainda na primeira fase da cidade, e também a principal transformação de Roma, Álvares de Azevedo afirma que a urbe deixa de ser bandida e se torna uma guerreira severa. Os responsáveis por essa mudança, segundo o escritor paulista, foram os seus heróis e que, portanto, estabeleceu assim a época heroica de Roma. A cidade exige então grande exatidão na conduta de seus protagonistas, que guerreavam com os seus inimigos. É o espaço e tempo das aventuras, de homens políticos aclamados como heróis: “Roma guerreira severa, dos indomados brios “[...], foi a Roma de Fabrício e Cincinato, de Fábio e Catão-Censor, foi o lábaro de heroísmos de toda uma época<sup>26</sup>.

Para Azevedo, Cincinato, Fábio e Catão-Censor representam o heroísmo de sua época. Em *Ab urbe condita*, de Tito Lívio, no primeiro volume, é possível acompanhar toda a magnitude de Cincinato em sua contemporaneidade. Nesta obra, vemos uma narrativa quase mítica sobre ele. Esse modelo “dos indomados brios” era agricultor e lidava diretamente com a terra. Dentre as informações de Lívio, há também, por exemplo, a de que o Cincinato foi escolhido duas vezes cônsul, em 458 e 439 a.C., bem como declarado “ditador” para dissolver a ameaça de outras cidades vizinhas sobre a população de Roma. Nas duas ocasiões em que ele foi eleito, após ajudar o seu povo, abdicou de seu cargo<sup>27</sup>. Com isto, podemos supor o motivo pelo qual Azevedo o referencia, além de grande guerreiro, ele é tido por um virtuoso e honesto representante dos romanos.

Ao lado de Cincinato, o escritor paulista cita Fabrício também como modelo de grande e valente romano, de uma época de ouro da República. Segundo Smith, o político, além de guerreiro, cônsul por duas vezes, em 282 e 278 a.C., é, como Cincinato, representante da pureza e honestidade nos tempos áureos romanos.

**FABRICIUS LUSCINUS**, was probably the first of his family who quitted Aletrium and settled at Rome. He was one of the most popular heroes in the Roman annals, and, **like Cincinnatus and Curius, is the representative of the purity and honesty of the good old times.** In his first consulship, B.C. 282, he defeated the Lucanians, Bruttiaus, and Samnites, gained a rich booty, and brought into the treasury more than four hundred talents<sup>28</sup>.

---

de lado. Ascende Sêrvio Túlio, que foi morto pelo genro Lúcio Tarquínio, e assim em um golpe de Estado se eleva ao trono. Lúcio Tarquínio Soberbo é o último dos reis. LÍVIO, 1989.

<sup>26</sup> AZEVEDO, 2000, p. 657.

<sup>27</sup> LÍVIO, op. cit.

<sup>28</sup> “FABRICIUS LUSCINUS, foi provavelmente o primeiro de sua família que saiu de Aletria e se estabeleceu em Roma. Ele foi um dos heróis mais populares dos anais romanos e, como Cincinnatus e Curius, é o representante

Outro exemplo sobre o comportamento incorruptível de Fabrício Lusino foi registrado pelo poeta Lucano em uma passagem da sua epopeia *Farsália*. No episódio, Pirro, na tentativa de vencer Roma, tentou comprar o político com ouro, mas não obteve sucesso: “[...] o ouro com o qual não te vendeu Fabrício [...]”<sup>29</sup>.

Álvares de Azevedo menciona ainda dois grandes heróis, Fábio Máximo, 280 - 203 a.C., e Catão-Censor, 234 – 149 a.C. O historiador Políbio, especificamente no livro III, registrou que o primeiro deles foi o grande adversário de Aníbal. Além disso, foi eleito cônsul cinco vezes, enquanto comandante em Cápua, percebeu o valor de Catão, que servia naquele momento como soldado. Os dois guerreiros e políticos se tornaram amigos<sup>30</sup>.

Catão, segundo Smith, foi tribuno, questor, pretor, cônsul e censor, além de ter sido aparentemente o primeiro a escrever a história de seu país na língua latina, em prosa e não como poesia<sup>31</sup>. Por meio das informações de Políbio e Smith, podemos supor a razão pela qual Azevedo citou os nomes daqueles romanos. Assim como há Cincinato e Fabrício, Fábio e Catão, exemplos de guerreiros virtuosos de uma época heroica da cidade, há também um “povilêu de homens perdidos”, como que para introduzir Júlio César.

Já na segunda fase de Roma, ela se torna devassa. Nesta fase histórica, Álvares de Azevedo nos diz que aquela elevada etapa de Roma, a daqueles bravos políticos e guerreiros, morre com a ascensão de César, 100 – 44 a.C., ao poder. Segundo Azevedo, a cidade torna-se uma “vendida”, pois nela o general nega a época do heroísmo. Essa firme asseveração do escritor paulista, refere-se à mudança de regime de governo, visto que então é estabelecido em Roma o período ditatorial, após embaraçosa luta civil, que contrariava os diversos exemplos dos andamentos históricos, antes grandiosos, virtuosos e honestos da república. Para Azevedo, é quando a urbe se corrompe e se torna prostituta.

Neste ponto, pensamos que a causa principal da cidade se adular está relacionada, inicialmente, com o absolutismo de Júlio César. Após a guerra civil com Pompeu em 49 a.C., ele assume o poder como ditador e, na sequência, o seu governo torna-se vitalício. A organização da vida política da cidade se dissolveu, não havia mais a possibilidade de a elite romana e “da plebe” elegerem dois representantes como estavam acostumados, e, com isto, a

---

da pureza e honestidade dos bons velhos tempos. Em seu primeiro consulado, a.C. 282, ele ganhou um rico espólio e trouxe para a tesouraria mais de quatrocentos talentos”. SMITH, William. *Classical dictionary of Greek and Roman. Biography, mythology and geography*. New York: Harper & Brothers, 1884, p. 332, grifo nosso, tradução nossa.

<sup>29</sup> LUCANO. *Farsália*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 231.

<sup>30</sup> SMITH, 1884.

<sup>31</sup> *Ibidem*.

liberdade e igualdade entre “os patrícios” ficam em desequilíbrio. César desempenha um papel crítico na transformação da República Romana em Império: “Não fariam eles [César e Pompeu] guerras civis contentes em ser outro Sula [que abdicou do poder]”<sup>32</sup>. Havia, portanto, somente um governante em Roma, fato que há muito tempo não acontecia.

Roma, segundo Azevedo, “[..]foi também a Roma prostituta dessa época que resvalou de César – o *moechum calvum* como a soldadesca o chamava, o *mulierum omnium uxor hominumque omnium mulier* – como ele se dizia – [e] pelas saturnais régias dos Césares”<sup>33</sup>. Com isto, vemos que há primeiro, neste trecho, uma apreciação de Azevedo sobre o comportamento de César e depois uma crítica a respeito da “série de Césares”, que cremos tratar já da análise negativa da época imperial.

Azevedo define, nessa citação, um posicionamento político contrário ao ditador. No julgamento a respeito da conduta política de César, tratar mais de uma rejeição a tudo aquilo que o autocrata representava. A sua intenção segue e justifica o porquê de ele dizer que Roma tornou-se prostituta, uma cidade útil aos homens corrompidos.

Contudo, segundo Hegel, César, grande homem histórico que foi, apreendeu a “proposição universal” de fazer-se sujeito de transformação do mundo.

A proposição universal é uma fase essencial no desenvolvimento da Ideia criadora, da verdade que se empenha e corre em direção de si. Os homens históricos, indivíduos históricos do mundo, são aqueles [que apreendem uma proposição universal elevada como essa, fazem-na seu objetivo e realizam este objetivo em conformidade com a lei mais elevada do espírito].<sup>34</sup>

Ora, ao tratar de homens históricos como César, Hegel destaca então que embora ele tenha instituído a autocracia em Roma (ponto de crítica de Azevedo) ele cumpriu o destino histórico de Roma e do mundo, transformando-os. Ou seja, César conjuga a fusão de dois polos, negativo e positivo.

César era um desses homens. [...] Sem modificar a constituição, César tornou-se assim o único governante do Estado. Ao realizar seu objetivo originalmente negativo – a autocracia sobre Roma – ele ao mesmo tempo cumpriu o necessário destino histórico de Roma e do Mundo. Dessa maneira ele foi motivado não apenas por seu interesse privado, mas também agiu instintivamente para realização daquilo que a época exigia. O mesmo acontece com todos os grandes indivíduos históricos – seus objetivos pessoais contêm a vontade essencial do Espírito do Mundo<sup>35</sup>.

Para Hegel, os feitos de César produziram complexas relações históricas e para além de qualquer peso sobre o polo negativo, ele encaixa-se na categoria de herói.

<sup>32</sup> LUCANO, 1989, p. 169.

<sup>33</sup> AZEVEDO, 2000, p. 657.

<sup>34</sup> HEGEL, Georg W. F. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Centauro, 2012, p. 84.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 85.

Eles devem ser chamados de “heróis” [...]. Seus feitos produziram uma condição de coisas e um complexo de relações históricas [...]. Esses indivíduos não têm consciência da Ideia como tal, são homens práticos e políticos. Ao mesmo tempo, são pensadores com a compreensão do que é necessário e em que momento. Enxergam a própria verdade de sua época e de seu mundo – eles veem a próxima espécie que, por assim dizer, já está formada no ventre de seu tempo. Eles conhecem esta nova proposição universal, o próximo estágio necessário de seu mundo, para dela fazer seu objetivo, colocando nela toda a sua energia<sup>36</sup>.

Embora Hegel afirme que homens históricos como César trabalhem para a sua satisfação pessoal, eles devem ser também reconhecidos como profetas de seu tempo: “As personalidades históricas do mundo, os heróis de seu tempo, devem, portanto, ser reconhecidos como seus profetas – suas palavras e seus feitos são o melhor da época. Os grandes homens trabalharam para a sua satisfação e não para a de outros”<sup>37</sup>.

Por outro lado, em uma nota de Hartman para o texto de Hegel, quando este diz que os homens históricos são o melhor da época, há uma certa discordância do comentador do filósofo que, em nossa leitura, vai ao encontro da proposição crítica de Azevedo, em seu texto “Lucano”, quando acusa César de destruir a República: “Isto parece implicar que, na medida em que eles [as personalidades históricas] só produzem a destruição do velho, a antítese para a tese, sem síntese, suas palavras e ações são o pior de sua época”<sup>38</sup>. Ou seja, há, segundo Hartman, uma não realização da síntese, apenas uma destruição (antítese, de uma tese). O que leva a outro ponto bastante pertinente com a leitura de Azevedo, a colocação de Hegel de que a “[...] decadência não é obra da natureza simples, mas da vontade humana [...]”<sup>39</sup>; ora, por meio das ações de César, houve a destruição do republicanismo em Roma.

De volta ao texto de Azevedo, ao observarmos as duas citações em latim, abaixo reproduzidas, percebe-se um jogo irônico muito apropriado para criticar César. A primeira delas faz referência ao calvo adúltero – *moechum calvum*<sup>40</sup>. Já a segunda cita uma fala de César, na qual ele justifica seu comportamento. De acordo com o ditador, há mulheres de todo o tipo, esposa de homens e mulher de todos – *mulierum omnium uxor hominumque omnium mulier*. Ademais, sobre a conduta de César, podemos vê-la também na obra de Suetônio, na passagem

---

<sup>36</sup> HEGEL, 2012, p. 85.

<sup>37</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>38</sup> HARTMAN. Nota de rodapé. In: HEGEL, 2012, p. 85.

<sup>39</sup> HEGEL, op. cit., p. 71.

<sup>40</sup> A qualificação “calvo” naquela época era também um jeito pejorativo de falar sobre a passividade sexual. Havia o rumor de que César se relacionou em sua juventude com o rei Nicomedes da Bitínia e na relação ele teria sido o parceiro receptivo. Embora o *amore maschile* fosse aceito em Roma, a passividade não. Daí a sugestão de adúltero, “*Cesare era anche la moglie di tutti i mariti*”, Curião se referia ao líder como homem para todas as mulheres e mulher para todos os homens.

em que os patrícios são advertidos: “**Romanos, segurai vossas esposas: estamos trazendo um careca adúltero**; fornicaste na Gália com o ouro que aqui tomaste de empréstimo”<sup>41</sup>.

Azevedo, ao final da citação da cidade que se tornou prostituta, menciona as “saturnais régias dos Césares” e embora pareça, ele não está julgando a religião antiga de Roma, mas o uso que aquelas comemorações adquiriram na época dos Césares (César usa a Saturnal nos festejos em suas honrarias). Inicialmente, sabemos pela nota de rodapé de *Ab urbe condita*, as saturnais<sup>42</sup> eram uma celebração ao deus do tempo e da agricultura, Saturno<sup>43</sup>, instituída por Tulo Hostílio, terceiro rei de Roma. Na época de Tulo, o festejo servia para notabilizar a civilidade, que aquela região, antes selvagem, prosperava<sup>44</sup>, e marca então uma idade de ouro<sup>45</sup>. Posteriormente, a celebração é usada para outros fins. É possível inferir essa mudança nas comemorações no texto de Azevedo por meio da expressão já citada “saturnais régias dos Césares”.

As saturnais<sup>46</sup> do tempo de Júlio César eram também habituais festejos dos generais romanos que triunfaram em suas campanhas militares. A celebração era, portanto, uma

---

<sup>41</sup> SUETÔNIO e PLUTARCO. *Vidas de César*. São Paulo: Estação liberdade, 2006, p. 78-79, grifo nosso.

<sup>42</sup> “Saturno era o deus itálico da agricultura. Era um rei lendário que, acolhido por Jano, estabeleceu-se no Capitólio. Civilizou os habitantes selvagens daquela região e introduziu entre eles a Idade de Ouro. Naquela época, segundo a lenda, todos eram felizes. Nenhum homem servia a outro homem, não havia propriedade privada, pois tudo era de todos e a terra produzia espontaneamente seus frutos. Para celebrar essa idade feliz foram instituídas as saturnais, festejos que se realizavam no dia 17 de dezembro (16 das calendas de janeiro). Na ocasião, suspendiam-se todos os negócios, as pessoas visitavam-se, davam-se presentes e entregavam-se à mais ruidosa alegria. Os escravos viviam em situação de igualdade com seus senhores. A instituição das saturnais é atribuída a Tulo Hostílio, mas tudo indica que foram instituídas muito antes da fundação de Roma, para representar a igualdade que reinava entre os homens na sociedade primitiva”. Nota de Paulo Matos Peixoto. In: LÍVIO, p. 133-134. A comemoração é a carnavalização da Antiguidade: “Mesmo que, como resultado das sucessivas reformas do calendário, a Saturnalia tenha deixado de coincidir com o final e o começo do ano, ela ainda continua a assinalar a abolição de todas as normas e, em sua violência, a ilustrar uma inversão dos valores (por exemplo, a troca entre as condições de senhor e escravo, e as mulheres sendo tratadas como cortesãs) e uma permissividade geral, uma sociedade de caráter orgíaco, em suma, uma reversão de todas as formas para chegar a uma unidade indeterminada. O próprio local considerado apropriado para as orgias, entre os povos primitivos, de preferência nos momentos críticos da prática agrícola (quando as sementes eram enterradas no chão), confirma essa simetria entre a dissolução da ‘forma’ (neste caso a semente) no solo e das ‘formas sociais’ no caos orgíaco. Tanto no plano vegetal como no humano, encontramos-nos na presença de um retorno à unidade primordial, à inauguração de um regime “noturno”, no qual os limites, os contornos e as distâncias são impossíveis de discernir”. ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992, p. 66.

<sup>43</sup> Na guerra civil, quando César retornou à Roma, ele saqueou o templo de Saturno, também a casa da moeda.

<sup>44</sup> LÍVIO, 1989.

<sup>45</sup> Saturno, que marca uma idade de ouro, também tem o atributo de destruidor. “[...] Saturno entre os romanos, selvagem devorador dos próprios filhos, mais destruidor do que provedor e que migraria para o imaginário do Medieval e do início a Idade Moderna”. NUNES, Benedito. *Crivo de Papel*. São Paulo: Ática, 1998, p. 131.

<sup>46</sup> Para os romanos da República, Saturno habitava Roma e para que dali não partisse tinha o tesouro do Estado em seu templo. Ele tinha ainda sua estátua amarrada e solta somente nas saturnais, no solstício de inverno, em comemoração a uma época que não havia distinção social entre os cidadãos. “Os romanos antigos aproveitaram Cronos na criação do seu deus saturno, um herói que, como Janus, separa uma época de outra, bem como um deus da agricultura, que destrói a terra para fecundá-la novamente. As festas que os romanos faziam a Saturno, as *Saturnais*, promoviam momentaneamente a inversão de papéis sociais - tal qual se passara entre Urano e Cronos, e entre este e Zeus. Muitos séculos, as festas pagãs de Saturno chegariam ao ocidente cristão, e se perpetuaram até

comemoração sobre a destruição alheia. César não foi diferente, celebrou com as saturnais suas vitórias sobre a Gália, Egito, Ponto e África<sup>47</sup>. Entretanto, ele recebeu críticas de seus “patrícios”, especialmente pela última comemoração, visto que por conta de sua ascensão em definitivo ao poder, vários “irmãos” morreram na batalha de Munda, que pôs fim à guerra civil.

Dos cinco triunfos celebrados por César, três tinham legitimação porque se tratava de vitórias sobre potências estrangeiras (Gália, Alexandria e Ponto). A campanha vitoriosa em Tapso (África) da qual resultou a morte de ilustres cidadãos romanos, teve como justificativa ou pretexto o fato de ser nela derrotado Juba, rei da Numídia. Despertou, no entanto, a indignação entre os romanos o triunfo celebrado sobre os filhos de Pompeu<sup>48</sup>.

Álvares de Azevedo, junto à menção das saturnais, acresce o adjetivo “régias” ao tratar “da série de Césares”. Embora Júlio César não tenha sido imperador como decorrência de sua política. No seu governo, o poder foi exercido por um único homem. O sobrinho de César, Caio Otaviano, herdeiro em testamento, torna-se o primeiro Augusto César. Com isto, o termo “saturnais régias de Césares” é um marco do novo tempo histórico da urbe. Poderíamos, provavelmente, neste epíteto, versar sobre o tom irônico com que Azevedo trata aquele regime de governo.

Azevedo, ainda no trecho sobre Roma prostituta, cita vários nomes de historiadores e autores que escreveram a respeito da cidade eterna e seus cidadãos: “Ateneu, Salviano, Luciano, Amiano Marcelino – e entre todos esses, a voz sublime de maldição de Tácito, substituem aí aquele Tito Lívio onde Niebuhr sentira o transverberar de uma epopeia”<sup>49</sup>. Os cinco primeiros escritores já pertencem à época imperial, e as obras deles narram eventos em relação à urbe e aos civis de um modo diverso a Lívio. Tácito historicizou quase que exclusivamente acerca dos imperadores. Já Lívio narrou do tempo mítico da cidade até o início do cristianismo<sup>50</sup>.

---

os dias de hoje com os nossos carnavais. Nessas festividades, a despeito de muitas variações morfológicas segundo países ou regiões, há sempre a ritualização de um tempo novo e efêmero que se abre, para que as convenções sociais vigentes sejam momentaneamente abolidas”. PIMENTA, João Paulo Pimenta. *O livro do tempo: uma história social*. São Paulo: Edições 70, 2021.

<sup>47</sup> SMITH, 1884.

<sup>48</sup> SUETÔNIO e PLUTARCO, 2006, p. 62.

<sup>49</sup> AZEVEDO, 2000, p. 657.

<sup>50</sup> Ora, Ateneu, autor ativo entre o reinado de Marco Aurélio em 168 - 180 d.C. e o de Caracala em 211 - 217, escreveu a obra *Dipnosophistas ou Banquete dos Eruditos*. Ela é considerada uma das primeiras coleções que traz uma imensidão de anedotas, extratos de escritos de poetas, historiadores, dramaturgos, filósofos, oradores, médicos, fatos da história natural, críticas e discussões sobre quase todos os assuntos possíveis. SMITH, Willian. *Dictionary of Greek and Roman biography and mythology*. Boston: Little, Brown and Company, 1867. vol. 1. 2. e 3, 1867, p. 400.

Salviano, escritor cristão do século V, foi autor de livros como o *De providentia*, *De gubernatione dei* e de *Iusto dei*. Ele tratou principalmente das incursões dos bárbaros sobre o Império Romano em 451- 455 d.C. Em sua obra *Governo de Deus*, o autor narra “os pecados” dos cidadãos de Roma e a miséria do mundo romano, como negligências aos mandamentos divinos. *Ibidem*, p. 700-701.

Tácito, 55 - 117 d. C., foi pretor, cônsul e governador da Ásia por cerca de quinze anos. A primeira grande obra dele narra os fatos históricos de Roma, da morte de Nero até a de Domiciano. Cerca de um terço deste trabalho descreve a guerra civil de 68 a 96 d.C. O livro *Da morte do divino Augusto*, narrativa a partir de 14 d.C., traz a história dos últimos dias de Nero, porém as passagens sobre os anos finais de seu governo e sobre os reinados anteriores estão desaparecidas. Segundo Michael Grant, os estudos sobre Tibério e seus contemporâneos, das cortes de Cláudio e Nero, são as produções supremas da história romana<sup>51</sup>.

Entretanto, segundo William Smith, houve ressalvas à obra de Tácito, críticos questionam a ausência de narrativas acerca do povo. Nos *Anais*, por exemplo, o príncipe ou imperador é o centro sobre o qual os eventos são agrupados. Contudo, os acontecimentos públicos mais importantes, tanto na Itália quanto nas províncias, não são omitidos, embora tudo seja tratado como subordinado à exibição do poder imperial. Além disso, Smith ressalta a digna moral que Tácito expressou em seu trabalho a compreensão do poder, da mente e da conduta humana<sup>52</sup>.

De mais a mais, supomos outro motivo pelo qual Azevedo destaca o lado crítico de Tácito: o historiador conseguiu retratar a política e os políticos de modo amplo, os seus defeitos não foram ignorados. De acordo com Sandys, quando Boccalini buscava a autorização para publicar sua obra *Commentaries on Tacitus* (de 1677), o escritor veneziano teve algumas surpresas. Os censores venezianos viam em Tito Lívio um historiador que deveria ocupar sempre o lugar de Tácito, a quem era acusado de destruir a virtude pública.

Early in seventeenth century, when a request for permission to publish Boccalini's *Commentaries on Tacitus* (they said) that has produced Machiavelli and other bad authors, who would destroy public virtue; we should replace Tacitus by Livy and Polibius, historians of the happier and more virtuous times of the Roman republic, and Thucydides, the historian of the Greek republic, who founded themselves in circumstances like those of Venice<sup>53</sup>.

---

Luciano, nascido aproximadamente em 120 d. C., foi um autor de grande estilo e muito crítico. A obra de maior relevo é *Diálogos*, compostos por uma multiplicidade de estilo, da seriedade ao mais amplo humor e bufonaria. Dentre suas críticas, havia uma sátira direcionada aos romanos, cuja pompa, glória e luxo contrastam desfavoravelmente com os hábitos simples dos atenienses. SMITH, 1884, p. 449.

Amiano Marcelino, nascido em torno de 330 d. C., militar na campanha contra os Persas, foi historiador dos anos de 96 a 378 d.C. Segundo Grant (2015), depois de Tácito, Marcelino foi um dos grandes historiadores romanos. A sua obra traz, de acordo com Smith, fatos importantes não reformulados em outro lugar, muitos insights valiosos sobre o tom geral de sentimento público prevalecente em sua época. SMITH, 1867, p. 142-143.

<sup>51</sup> GRANT, Michael. *Latin literature: an anthology*. London: Penguin, 2015, p. 378.

<sup>52</sup> SMITH, 1884, p. 850.

<sup>53</sup> No início do século XVII, quando um pedido de permissão para publicar os *Comentários* de Boccalini sobre Tácito (eles disseram) que produziu Maquiavel e outros maus autores, que destruiriam a virtude pública; deveríamos substituir Tácito por Lívio e Políbio, historiadores dos tempos mais felizes e virtuosos da república romana, e Tucídides, historiador da república grega, que se fundaram em circunstâncias como as de Veneza. SANDY, John Edwin. *A history of classical scholarship*. Cambridge: The University Press, 1908, p. 88, grifo nosso, tradução nossa.



Já Tito Lívio, 59 a.C. - 17 d.C., produziu uma extensa obra, que narra da fundação de Roma ao início do Império<sup>54</sup>. Dos 142 volumes muitos se perderam e apenas 35 deles chegaram a nós<sup>55</sup>. Segundo Michael Grant, Tito Lívio confere glamour e grandeza à *Romanità*, bem como idealiza sem reservas os grandes homens da história. Na esplêndida glorificação da história de Roma, ele, além de uma reivindicação à fama, deixou registrado em sua obra um estilo ricamente fluente<sup>56</sup>.

Ainda, de acordo com Peixoto, em uma introdução à versão brasileira da obra de Tito Lívio, o historiador romano tinha um olhar ingênuo acerca da grandeza da cidade.

O grande historiador era um provinciano. A palavra já tinha conotação pejorativa na época, mas aplicava-se sobretudo ao embasbamento ingênuo daqueles que pela primeira vez contemplavam as grandiosidades de Roma ou se deixavam arrebatar, exageradamente, pelos feitos heroicos e figuras destacadas que povoavam a história romana. Nasceu em Pádua, opulenta cidade setentrional, célebre pelo culto às antigas virtudes romanas, aproximadamente no ano 59 antes de Cristo. Descendia de família abastada, embora plebeia<sup>57</sup>.

Em nossa leitura, Álvares de Azevedo retoma uma crítica sobre os textos de Lívio, aqueles dos primórdios de Roma. No trecho de “Lucano”, o poeta brasileiro cita o pensamento do historiador teuto-dinamarquês Barthold Georg Niebuhr, 1776 - 1831, que sublinhou na obra de Tito Lívio a ideia de que parte dela está mais próxima de uma epopeia. Nas suas observações, Niebuhr reconhece o colorido e a riqueza da obra, mas rejeita os primeiros livros como história. Ora, os autores antigos estavam acostumados a comparar a história com a poesia, e os volumes iniciais de Tito Lívio são evocações poéticas das origens lendárias de Roma<sup>58</sup>.

Houve, entretanto, uma mudança no estilo de retratar a política em Roma, a voz que realizou tal proeza, segundo Azevedo, é a “voz sublime de maldição de Tácito”. Tácito historicizou o reinado de Tibério e Nero. O primeiro é narrado como um “insano”, o segundo em todas as suas extravagâncias, assassinatos, intrigas, o incêndio de Roma e uma guerra civil<sup>59</sup>.

---

<sup>54</sup> “Uma das mais significativas características do desenvolvimento da consciência histórica romana é a valorização do passado em relação ao presente, através da importância do *mos maiorum* e dos exemplos virtuosos dos antepassados, construídos pela tradição. Ou seja, tal valorização se revela pelo processo de mitificação das origens de Roma, apresentado, por exemplo, em Tito Lívio, e se estende através da consolidação do culto religioso aos antepassados, da importância da memória e do modelo ideal e nostálgico de *virtus*. Mas, se é verdade que tal ponto é constante dentro do imaginário romano, segue-se logicamente que, por mais que haja um certo movimento de renovação, este nunca é suficientemente bom para substituir de maneira plenamente satisfatória o remoto e perfeitamente virtuoso passado – em particular na questão dos costumes e do caráter moral”. MARQUES, Juliana Bastos. O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga. In: *Revista de História*, 158 (1º semestre de 2008), p. 62.

<sup>55</sup> LÍVIO, 1989, p. 10.

<sup>56</sup> GRANT, 2015, p. 222.

<sup>57</sup> LIVIO, op. cit., p. 9.

<sup>58</sup> GRANT, op. cit., p. 222-223.

<sup>59</sup> SMITH, 1867.

Enfim, Ateneu, Salviano, Luciano, Amiano e Tácito compõem uma horda de escritores que poderia se dizer crítica aos governantes romanos.

Chega-se a um entendimento de que Azevedo para falar de cada época de Roma, da cidade mítica, heroica, ele usa Tito Lívio, da época de Roma prostituta de César, ele utiliza Tácito. Um historiador para cada período, para cada propósito. Em Azevedo, coisa nenhuma é fortuita. Tácito acreditava que a queda da República Romana significou um empobrecimento da cultura do Lácio, as mentes excepcionais rarearam<sup>60</sup> e que o fim do império certamente viria<sup>61</sup>.

Chegamos então, no percurso do texto azevediano, no período em que classifica a terceira e última fase histórica da cidade. Na variação de forma, já no século IV, a cidade romana é descrita inicialmente com o epíteto de “santa”. Segundo o escritor paulista, o traço característico desse momento é o cristianismo. Ora a religião “alimpa[ria] de impureza”<sup>62</sup> todos os pecados da urbe? “A terceira fase é mais singular. Sobre as lupanares romanas, na pocilga da cidade voluptuosa, passou o lustral do cristianismo. Roma foi a Cidade Santa”<sup>63</sup>. Os espaços e tempos se modificam, o período corrompido da época de Júlio César é recomposto com a nova religião do Estado.

Entretanto, no século IX, a santidade da cidade se foi e ela se corrompeu. Roma, naquela terceira fase, ganhou novamente a configuração de devassa, qualificativo usada também para a segunda fase histórica da capital. São dois momentos constituindo uma única fase: um primeiro, de advento de um “lustral cristianismo”, e outro momento corrompido no interior dele próprio; os dois polos opostos, alternância entre apogeu e queda; ou ainda, como em César, um período que já se inicia com a queda transformada em apogeu. Não há linearidade evolutiva. É como se para o Azevedo cada período, sendo ou não exitoso e virtuoso, contivesse em si mesmo a potência da dissolução. Contudo, se na segunda fase um ditador contribuiu para que Roma fosse prostituta, nessa terceira fase, segundo Azevedo, Alexandre VI e seus amores incestuosos com Lucrecia Bórgia, assim como a lendária papisa Joana, contribuíram com a perda da pureza da cidade e assinalou uma nova era, a da pornocracia.

Nos dicionários do século XVIII, Bluteau e, posteriormente, Antônio de Moraes, a palavra pornocracia não é citada. Já no Houaiss, o vocábulo é definido como uma forma de governo executado com influência de cortesãs. Ao olharmos a referência que Azevedo faz à

---

<sup>60</sup> BURKE, Peter. *O Renascimento Italiano*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

<sup>61</sup> MARQUES, 2008, p. 61.

<sup>62</sup> BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. v. 1. e 2, p. 36

<sup>63</sup> AZEVEDO, 2000, p. 657.

papisa Joana, nos parece plausível associar a palavra (pornocracia) utilizada por ele, para assinalar o período em que os papas marcam o declínio de Roma.

O termo pornografia é adotado por alguns historiadores para referirem ao *Saeculum Obscurum*. De acordo com esses historiadores, a história do papado é inextricavelmente ligada a um período de considerável corrupção dentro da Igreja. Nesse contexto, vários Pontífices estavam envolvidos em escândalos financeiros, nepotismo e apropriação indébita de recursos da igreja. Essa corrupção não apenas afetou a moral e a integridade da instituição eclesiástica, mas também teve implicações profundas na esfera política. Além disso, a presença e a influência das mulheres na política do papado não podem ser ignoradas. Durante vários períodos da história do papado, mulheres desempenharam papéis importantes nos bastidores, frequentemente atuando como conselheiras, confidentes e até mesmo como influências determinantes nas decisões dos Pontífices. Essas mulheres, muitas vezes de famílias nobres, exerceram uma influência notável na manutenção do poder papal e na política do Vaticano.

De acordo com Will Durant, o período da pornografia teria ocorrido de 867 a 1049<sup>64</sup>. Ora, a informação dessa data se aproxima da que Azevedo registra no seu texto, a lenda da papisa Joana remonta ao século IX<sup>65</sup>. Quando Azevedo diz que: “Alexandre VI, o papa, nos braços incestuosos de Lucrecia Bórgia, eis um tipo da época... A papisa Joana (verdade ou mentira, que importa?) assinalou a era infame da Pornocracia”<sup>66</sup>, ele está situando um novo tempo<sup>67</sup> de queda da cidade.

A composição do longo período narrado por Azevedo, na terceira fase de Roma, se faz em dois momentos, antes a cidade foi santa: “Depois, a Cidade Eterna foi outra vez a rainha da devassidão. Nos salões do Vaticano pernoitaram trepidantes as orgias com mulheres perdidas. Alexandre VI, o papa, nos braços incestuosos de Lucrecia Bórgia, eis um tipo da época...”<sup>68</sup>. Ou seja, Azevedo busca retratar aquele tempo e toda a complexidade daquele espaço, por meio de epíteto depreciativo, pois todo regime autoritário é imoral, devasso e antecipa a decadência.

O apostolado de Alexandre VI, segundo relatos em fontes históricas<sup>69</sup>, começou pacífico, fecundo e rendeu legado, como as Bulas Alexandrinas, tratados responsáveis pela divisão das possessões portuguesas e espanholas no mundo. Todavia, questões de corrupção e escândalos de conduta moral são posteriormente associados o seu papado. Nos relatos sobre o

<sup>64</sup> DURANT, Will. *The age of faith*. New York: Simon and Schuster, 1972.

<sup>65</sup> LACHATRE, Maurice. *Os crimes dos papas*. São Paulo: Madras, p. 376-386.

<sup>66</sup> AZEVEDO, 2000, p. 657.

<sup>67</sup> Ele está desenhando o traço, ou como diz, o ‘tipo’, ou o ‘espírito da época’.

<sup>68</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

<sup>69</sup> REINHARDT, Volker. *Alexandre VI - Bórgia o Papa Sinistro*. São Paulo: Editora Europa, 2013.

governo de Alexandre, há apontamentos sobre benefícios em prol da família, principalmente, do filho César e da filha Lucrecia, bem como sobre as narrativas das festas lendárias regadas a vinho e com muitas prostitutas no Vaticano e do envolvimento dele com a filha. Ora, maus exemplos não faltam, e neles Azevedo se pauta para determinar o alto grau de corrupção moral da cidade e da religião.

Já no sexto parágrafo do ensaio “Lucano”, o escritor paulista afirma que o povo, os políticos e o clero degeneraram no cristianismo. Nas palavras de Azevedo: “A plebe cristã de Roma de então bastardeou seus avoengos do cristianismo, como o povilêu Romano dos Césares renegou as suas lendas do passado”<sup>70</sup>. Para Azevedo, naquele período, a população romana abjurou dos primeiros cristãos, que lutavam contra o poder imperial que os esmagava, herdeiros de bons ideais e de boas condutas difundidos pela religião, assim como fizeram os imperadores que renunciaram ao passado heroico, de um Cincinato ou Fabrício. No mesmo parágrafo, cita ainda o romance histórico *Rienzi*<sup>71</sup>, para exemplificar a conduta corrompida dos citados romanos, dos dirigentes em especial, “povo morto de ebriedade, caído de pocema em pocema, maldito e réprobo no seu fanatismo”<sup>72</sup>.

Rienzi foi um meteoro que só serviu para mostrar as trevas de um povo morto de ebriedade, caído de pocema em pocema, maldito e réprobo ainda no seu fanatismo – assim como Garibaldi em nossos dias (aquele palpitar de uma nação inda titubeante do sono de infâmia a servilismo) só serviu para apontar ao mundo inteiro mais um tipo da raça espúria que degenerava da sua história republicana, e o anacronismo do poder absoluto representado na terra das antigas fraquezas pelo herdeiro do pescador da Galileia – por aquele que devia ser o ganfaloneiro da liberdade e da igualdade<sup>73</sup>.

Em outras palavras, a população romana e os seus dirigentes, na conduta antirrepublicana e no fanatismo dogmático, não colocaram como metas de política pública o estandarte da liberdade, ideais centrais para o fim da autocracia “na terra das antigas fraquezas”. Naquela terceira fase da história Roma a rainha da devassidão com o poder centralizador do “herdeiro do pescador da Galileia” e a riqueza da igreja (dos Estados Pontifícios) negou e extinguiu os direitos assentados no povo e pelo povo. Ora, Azevedo, por meio da figura do bispo de Roma, critica de forma radical quando se observa que, para ele, o absolutismo já é um

---

<sup>70</sup> AZEVEDO, 2000, p. 657.

<sup>71</sup> Ora, a obra de Edward Bulwer-Lytton originalmente publicada em 1835, apresenta uma Roma do século XIV, em que a cidade é entregue ao poder de nobres inescrupulosos e de mercenários estrangeiros. O texto de Lytton traz uma urbe decadente, sem as virtudes dos heróis da república antiga e os ideais de direitos humanos como a liberdade. Nesse cenário, surge então a figura extraordinária de um líder, Rienzi, que busca instaurar um poder assentado no povo, mas que atrai para si o ódio de nobres e aventureiros, que se empenham na sua destruição. LYTTON, Edward Bulwer. *Rienzi, the last of the Roman Tribunes*. Edinburgh: William Blackwood and Sons, 1861.

<sup>72</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

<sup>73</sup> Ibidem, loc. cit.

anacronismo naquele décimo quinto século. Transferido para o seu presente de enunciação, esse anacronismo transforma a monarquia e o governo de Pedro II em instituições completamente obsoletas, para não dizer da carga moral negativa com que o texto de Azevedo associa esse regime.

Álvares de Azevedo, ao tratar do poder da igreja e do seu anacronismo, coloca em evidência esta instituição e o Estado autocrático. Ao discorrer sobre dois fatos históricos de duas épocas passadas, primeiro o tempo de Júlio César, a ditadura do cônsul que contrariava a ideologia da República, depois a falta de alinhamento do dirigente da igreja com os ideais do cristianismo (vida simples, sem riquezas e exploração), o comportamento dissoluto e autocrático do papa e a política de expansão dos Estados teocráticos, o escritor paulista os utiliza como aportes da ausência de partilha de poder com o povo. E, por conseguinte, há um trecho de “Lucano” que se observa a referência de uma época contemporânea do poeta, isto é, uma alusão indireta ao Brasil, uma censura à negação do regime republicano, às pessoas que abastardavam a luta de homens em prol de liberdade e igualdade.

#### **A- Uma digressão: referências às lutas no Brasil**

Em seu texto “Lucano”, ao falar de um povo inebriado, caído, maldito em seu fanatismo, ele introduz outro italiano, próximo da sua época, Garibaldi, em uma referência à Revolução Farroupilha. A revolta armada foi uma tentativa de criar uma república, no seio do império brasileiro. Azevedo via os integrantes da revolução como heróis, bravos guerreiros, em “uma nação inda titubeante do sono de infâmia a servilismo”<sup>74</sup>. Assim como na própria revolução a possibilidade de um governo republicano.

A batalha foi bem-sucedida e por um tempo houve a libertação da província rio-grandense por Bento Gonçalves e depois da catarinense por Garibaldi. O episódio concretizou assim a liberdade e igualdade aos integrantes do movimento e do povo, o direito de eleger o seu governo. Tornou-se um feito mundialmente conhecido, pois Bento Gonçalves escrevera um manifesto enviado às nações livres, para informar o que se passou no Brasil<sup>75</sup>. Portanto, a

---

<sup>74</sup> AZEVEDO, 2000, p. 657.

<sup>75</sup> PESAVENTO. Sandra Jatahy. *A revolução farroupilha*. São Paulo: Editora brasiliense, 2003.

Revolução Farroupilha constitui um grande exemplo de heroísmo e possibilidades de transformação, visto que, por longo período, os farrapos lutaram contra o Estado e o venceram.

Entretanto, Azevedo, em seu texto, sugere que a revolução e o fracasso posterior dela “só serviu para apontar ao mundo inteiro mais um tipo da raça espúria que degenerava da sua história republicana”<sup>76</sup>. Ou seja, as forças conservadoras imperiais, que abastardavam a luta de Garibaldi e o exemplo da bem sucedida e heroica república romana, não aspiram por mudança política em favor da maioria<sup>77</sup>. Ressalta-se ainda que em todas as Américas, apenas o Brasil, pós-independência, ainda se governava pelo Antigo Regime. Assim, ao realizar uma comparação entre a ausência de republicanismo em Roma e a derrota de Garibaldi, Azevedo explicita uma crítica ao absolutismo brasileiro.

Chega-se então ao fim de uma análise generalista dos seis primeiros parágrafos do texto “Lucano”. Todavia, antes de se prosseguir para uma apreciação da segunda e terceira parte do ensaio, julgamos ser necessário um olhar mais criterioso acerca da “teorização” de Azevedo sobre o tempo histórico. O percurso que aqui se propõe é não só a organização de Azevedo a respeito dos fatos históricos da cidade de Roma, mas também pensarmos sobre sua teoria da decadência<sup>78</sup>.

### 3- A acepção do processo de tempo cíclico

---

<sup>76</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

<sup>77</sup> Em um país de poucos libertos e de uma elite escravocrata e agrária, a alteração de seu *status quo* era o oposto dos seus interesses. Na época de Azevedo, o mundo já vira exemplo de mudanças de regime de governo, a exemplo da França e a adoção do regime republicano pelos Estados Unidos. Além disso, os países ao entorno do Brasil, quando libertos do jugo espanhol, optaram pelas repúblicas. Em outros termos, as repúblicas sul-americanas pautaram o governo que tem “o gonfaloneiro [estandarte e condutor] da liberdade e da igualdade”, o regime democrático. Ora, Azevedo, no texto “Lucano”, quando trata especificamente da terceira fase da história da cidade romana e cita um fato histórico brasileiro, pensamos que ele deseja então criar um elo entre Roma e o Brasil, para aclarar que o poder absoluto do Papa era aceito por seus fiéis, assim como o poder absoluto da monarquia brasileira era aceito por uma “raça espúria”, que ignorava a luta de seus heróis.

<sup>78</sup> “Tomemos que exista, portanto, na Antiguidade greco-romana, uma reflexão sistemática sobre o tempo o tempo ‘físico’ apenas no campo da filosofia, e de formas da temporalidade, em certas instâncias pontuais, em historiadores como Políbio. Essas formas são de fato como veremos, cíclicas. Aliás, o fato mesmo desta própria reflexão existir é a razão inicial para que se associe com frequência tal ideia de temporalidade ao pensamento greco-romano”. Marques, 2008, p. 54. “O contraponto fundamental do conceito antigo de decadência [em Hesíodo e Políbio], e romano em particular, é na realidade a ideia de renovação, um tempo virtuoso que retoma o passado exemplar, depois do ponto máximo de um período de declínio. A decadência não necessariamente significa uma postura pessimista e sem esperança, mas sim traz um clima otimista para aqueles que percebem estes sinais: ela prenuncia o advento de um novo período, necessariamente reabilitador”. Ibidem, 2008, p. 60. É bastante inquisitivo, pensar que para Azevedo a decadência (que vista pela ótica da Antiguidade surge ao final de um ciclo), se associa a ideia de Revolução, como superação de um declínio do regime de governo. Portanto, pode-se também inferir que a ideia da decadência é um processo passível de mudanças nas estruturas sociais. Posto isto, sinalizamos que o tempo em Azevedo aparenta ser político.

Por essa leitura, Azevedo, ao narrar a história de Roma, aplicou reflexões particularizadas sobre o tempo em seu texto. Em “Lucano”, a divisão da história de Roma antiga em períodos distintos marcados pela Monarquia, República, Império e Estado Pontifício, Azevedo parece seguir uma cronologia. Contudo, ao tratar dos tempos que se sucedem, delinea observações entre o passado, relação ao presente, que sugere romper uma simples organização daqueles fatos históricos, isto é, um acúmulo de informações sobre a cidade de Roma linearmente. O modelo de representação de temporalidade adotado por Azevedo, portanto, trata-se, segundo Cunha, de uma representação cíclica da história, que remonta a Herder (e por sua vez a Giambattista Vico).

Adotando a ideia cíclica herderiana de história como apogeu, ruptura e decadência, mas sempre recortando esta última como impulso da formação das nações, o poeta afasta-se, com isso, de românticos, como Gonçalves Dias, que em suas obras mantiveram a ideia cristã do passado como mestre da vida<sup>79</sup>.

No percurso e na investigação de circunstâncias históricas, a cronologia, segundo Koselleck, serve como pressuposto basilar para organizar e narrar os eventos históricos modernos, mas não ajuda a simplificar a possível “coincidência” entre tempo e história, e, mesmo a universalização da história Antiga, visto que organizar os eventos históricos em todos os momentos da tradição humana não implica determinar o que é um “tempo histórico”<sup>80</sup>.

Embora haja toda uma discussão sobre o “tempo histórico” ser inacessível ao ser humano<sup>81</sup>, o escritor paulista, na descrição das diversas épocas de Roma, não trata de uma evolução progressiva sobre os fatos históricos da cidade, mas ao contrário, ressalta períodos ora de ascensão, ora de declínio na vida política e social romana.

O desenvolvimento da noção de tempo é um dos bons ajustamentos que a humanidade produziu ao longo das eras. A meditação sobre seus fundamentos tornou-se apropriada para uma reflexão sobre a experiência, tendo em vista a assimilação da multiplicidade dos espaços físicos, nos quais o gênero humano se desenvolveu. Há o debate sobre a natureza do tempo, contrastando uma perspectiva em que o tempo é considerado como algo físico, objetivo e

<sup>79</sup> CUNHA, Cilaine Alves. Um sopro republicano e de vingança escrava. In: Werkema, Andréa Sirihal (org.). *Cuidado, leitor: Álvares de Azevedo pela crítica contemporânea*. São Paulo: Alameda, 2021, p. 58.

<sup>80</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. Koselleck, ao referenciar Herder, diz que em uma mesma época há vários tempos sobrepostos, e caso almejamos encontrá-los, devemos nos voltar ao cotidiano ou a uma ruína situada no tempo presente, observa-se tanto a presença deste presente, quanto do passado quando aquela ruína foi construída. Em alguma cidade pequena no Brasil, distante dos grandes centros urbanos, é possível encontrar tantos hábitos de vida do século XIX, com outros do tempo presente: “[...] contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delinham as marcas de um destino já vivido. Ou ainda, deve[emos] evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes [...]”. *Ibidem*, p. 13. Ou mesmo contemplar a própria família, em sua sucessão de gerações.

<sup>81</sup> *Ibidem*, op. cit.

independente da condição humana, com uma visão que o relaciona diretamente à concepção humana e à experiência humana.

O debate que contrapõe um tempo da natureza supostamente físico, objetivo e inumano, a um tempo dependente de sua concepção humana, logo subjacente à própria condição humana, é antigo. No século V a.C., o filósofo grego Antífono entendia que o tempo não possuía uma definição subjetiva, sendo um conceito abstrato ou tão somente uma forma de medir a duração de algo. Dois mil anos depois, o sociólogo alemão Norbert Elias enxergaria a prevalência do tempo dos homens [e das mulheres] sobre o tempo da natureza: ‘parece que essa concepção superou amplamente sua contrária. Ela afirma, em linguagem simples, que o tempo é uma espécie de forma inata de experiência, ou seja, um dado inalterável da natureza humana’. *Um dado inalterável da natureza humana*: isto é, que se altera de acordo com a história. Pois o tempo da natureza, mesmo quando pensando para além da humanidade é, também ele, um *tempo da história*.<sup>82</sup>

Ora, esse sentido social do tempo é fortemente influenciado pela experiência pessoal de cada indivíduo, em relação aos seus sentimentos internos e vivências. Isso significa que cada pessoa pode ter uma percepção única do tempo, que é moldada pela sua subjetividade e pelas suas experiências individuais. O tempo pode ser sentido de maneiras diferentes por diferentes pessoas, dependendo das suas emoções, expectativas, memórias e contextos pessoais. Essa perspectiva ressalta a natureza subjetiva e pessoal da percepção do tempo, sugerindo que a forma como cada um vivencia e interpreta o tempo é influenciada por fatores internos e individuais.

Se admitimos, portanto, que o tempo da vida civil é medido de um modo que por acaso nos convém, aqui na Terra, mas não tem qualquer significação absoluta ou universal, que dizer sobre nosso sentido interno de tempo? É dele que deriva nossa intuição da natureza absoluta do tempo? O tempo é certamente uma característica fundamental da experiência humana, mas nada prova que tenhamos um sentido especial do tempo, como temos a visão, a audição, o tato, o paladar ou o olfato. Nossa experiência direta do tempo é sempre do presente, e nossa ideia dele surge da reflexão sobre essa experiência. No entanto, enquanto nossa atenção está concentrada no presente, tendemos a não ter consciência do tempo. Um “sentido do tempo” envolve alguma sensação ou consciência de duração, mas isso depende de nossos interesses e do modo como focalizamos nossa atenção. Se o que estamos fazendo nos interessa, o tempo parece curto, e, quanto mais atenção dedicamos aos próprios tempos, isto é, à sua duração, mais longo ele parece. Nunca um minuto parece tão longo como quando olhamos o movimento do ponteiro dos segundos no mostrador de um relógio. É claro, portanto, que nossa crença na natureza absoluta da duração temporal não é uma consequência imediata de nossa experiência, mas como disse há pouco, deriva de nossa reflexão sobre a experiência. Nosso sentido de duração é afetado não apenas pelo grau em que concentramos nossa atenção no que estamos fazendo, mas por nosso estado físico geral. Em particular, pode ser distorcido por drogas ou pelo confinamento, por longos períodos, em ambientes frios e escuros, sem recurso a relógios. Entre os fatores que influenciam nosso sentido de duração, porém, o mais amplamente experimentado é nossa idade, pois há um reconhecimento geral de que, à

---

<sup>82</sup> PIMENTA, João Paulo. *O livro do tempo: uma história social*. São Paulo: Edições 70, 2021, p. 22.



medida que ficamos mais velhos, o tempo, tal como o registram o relógio e o calendário, parece passar cada vez mais depressa<sup>83</sup>.

Norbert Elias, em sua obra *Sobre o tempo*, oferece reflexões sobre as diferentes dimensões do tempo, incluindo suas características físicas, sociais e individuais. O autor questiona se o tempo é um objeto natural, um aspecto dos processos naturais, ou se é um produto cultural moldado pela sociedade humana.

Assim sendo, Elias destaca que o tempo é algo que se desenvolve em relação a intenções específicas e tarefas humanas. Nos tempos modernos, o tempo se tornou uma ferramenta indispensável para orientar uma variedade de atividades. No entanto, considerar o tempo apenas como uma invenção humana pode ser limitante, já que essa perspectiva implica que o tempo seja apenas uma ideia sem conexão com uma realidade externa.

Dessa forma, o autor argumenta que o tempo vai além de uma simples ideia individual, sendo também uma instituição que varia de acordo com o estágio de desenvolvimento alcançado pelas sociedades. O tempo é representado por meio de símbolos, como números, que servem como orientação no fluxo contínuo das mudanças, abrangendo diferentes níveis de integração, desde o físico até o biológico, social e individual.

O tempo se torna a representação simbólica de uma complexa rede de relações que envolvem sequências individuais, sociais e puramente físicas. A comunicação humana, por sua vez, ocorre predominantemente por meio de símbolos sociais, e cada indivíduo aprende a se comunicar na língua de seu grupo, que se torna parte integrante de sua identidade. Assim, no contexto da sociedade, o múltiplo não é apenas um mundo externo e estranho ao indivíduo, mas suas manifestações que estão intrincadamente entrelaçadas na estrutura da individualidade.

O tempo é um objeto natural, um aspecto dos processos naturais, um objeto cultural? [...]. Assim como os relógios e os barcos, o tempo é algo que se desenvolveu em relações a determinadas intenções e a tarefas específicas dos homens. Nos dias atuais, o 'tempo' é um instrumento de orientação indispensável para realizarmos uma multiplicidade de tarefas variadas. Dizer, porém, que é um meio de orientação criado pelo homem traz o risco de levar que ele seria *apenas* uma invenção humana. E esse 'apenas' traduz nossa decepção diante de uma 'ideia' que não seja o reflexo fiel de nenhuma realidade externa. Ora, o tempo não se reduz a uma 'ideia' que surja do nada, por assim dizer, na cabeça dos indivíduos. Ele é também uma instituição cujo caráter varia conforme o estágio de desenvolvimento atingido pelas sociedades. [...] A particularidade do tempo está no fato de que se utilizam símbolos – hoje em dia, símbolos essencialmente numéricos – como meios de orientação no seio do fluxo incessante do devir, e isso em todos os níveis de integração, tanto física quanto biológica, social e individual. [...] O tempo tornou-se, portanto, a representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas sequências de caráter individual, social ou puramente físico. [...] Para deixar claro o caráter simbólico do

---

<sup>83</sup> WHITROW, G. J. *O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 17.

tempo, talvez seja útil lembrarmos que a forma dominante da comunicação humana é a que se efetua por meio de símbolos sociais. Todo indivíduo, ao crescer, aprende a se comunicar na língua de seu grupo, a qual se torna parte integrante de sua personalidade. Em outras palavras, no contexto da sociedade formada pelos homens, o 'múltiplo' tem a particularidade de não se constituir somente um 'mundo externo', estranho ao indivíduo, mas de suas manifestações virem, ao contrário, inscrever-se na própria estrutura da 'individualidade'<sup>84</sup>.

Na vinculação do tempo e da história<sup>85</sup>, o primeiro deles tornou-se, já no século XVIII, tanto o pai quanto o filho da humanidade<sup>86</sup>, e por certo, deu-se a abertura de pensamento sobre o império tirânico da mudança, do fluxo e do processo, sobre o saber da raça humana e de suas histórias. Portanto, possibilitou aos pensadores não só a visualização de toda uma diversidade histórica, mas também a abertura de teorizações acerca do tempo, que ocupou grande parte da reflexão do homem<sup>87</sup>. Ou seja, os acontecimentos passaram a ser explicados a partir das ações humanas e o tempo foi assim secularizado.

A primeira noção à qual precisamos dar forma de modo a refletir sobre o tempo histórico é a de que este é um tempo necessariamente *humano*. O tempo dos historiadores referem-se essencialmente à existência dos homens. O que de fato interessa a um historiador é a passagem do homem [e da mulher] sobre a Terra, o que inclui tudo aquilo que, tocado pelo homem [e mulher], transformou-se, e também aquilo que, vindo de fora, transformou a vida humana. As modificações na vida humana ao longo dos séculos, o confronto entre diversas sociedades, as múltiplas maneiras como se desenvolveu o poder no decorrer da existência das sociedades humanas, o surgimento e a elaboração da cultura, a luta pela sobrevivência com a concomitante edificação de um sistema de práticas que podem ser consideradas como base da economia, o surgimento e desenvolvimento das mais diversas formas de expressão e criação, as mudanças nos modos de pensar e de sentir ao longo dos séculos, tudo isto, e também as interferências impostas pelos homens no seu meio

---

<sup>84</sup> ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 14-18.

<sup>85</sup> O vínculo entre história e tempo confere à História sua singularidade e a distingue de outras disciplinas. Se tivéssemos que escolher uma única palavra para expressar o aspecto mais singular da História, seria "tempo". A perspectiva temporal é fundamental para o trabalho do historiador e a ausência dela o transformaria em sociólogo, antropólogo, geógrafo, psicólogo, linguista ou crítico literário. Embora outras disciplinas também considerem o tempo, na História ele é essencial. Sem essa perspectiva, os historiadores simplesmente não existiriam. BARROS, José D'Assunção. *O tempo dos historiadores*. Petrópolis: Vozes, 2013.

<sup>86</sup> Na tragédia grega, o tempo é retratado como uma divindade ambígua, tanto provedora das necessidades dos homens quanto os conduzindo à destruição. Essa divindade, associada a Kronos, o devorador selvagem, migrou para o imaginário medieval e renascentista. Shakespeare expressou a dramaticidade trágica do tempo de forma única, prenunciando o sentimento moderno do tempo. A partir desse ponto, nenhuma imagem ou alegoria pode se igualar ao tirânico império da mudança e do fluxo, pelo qual o tempo se uniu à história desde o século XVIII, tornando-se pai e filho dos homens. NUNES, Benedito. *Crivo de papel*. São Paulo: Ática, 1998, p. 131- 132.

<sup>87</sup> A conexão entre tempo e história é o tema central dessas reflexões em relação ao conhecimento humano e sua história. A historiografia substituiu a ideia de uma História universal por narrativas particulares, focando em épocas, regiões, atitudes, mentalidades, bem como em estudos econômicos e análises culturais específicas. Essas abordagens descartam as sínteses globais do desenvolvimento humano buscadas pela História universal. Além disso, a delimitação dessas narrativas particulares inclui estudos de estruturas em longos períodos e conjunturas em períodos mais curtos, refletindo a diversidade de tempos abordados. Assim, essas abordagens trabalham com um tempo plural, não único. *Ibidem*, p. 132.

ambiente, constituem objetos de interesse dos historiadores, sempre considerados sob a perspectiva de suas transformações e permanências no tempo.<sup>88</sup>

De certo modo, ao examinar as bases teóricas que fundamentam a compreensão da temporalidade e da experiência do tempo ao longo da história, podemos identificar duas abordagens distintas. Desde a Antiguidade até a época de Álvares de Azevedo, vemos a presença de duas concepções do movimento do tempo: o tempo cíclico e o tempo linear. Na concepção cíclica, inspirada nas antigas civilizações, o tempo é visto como um ciclo contínuo de eventos que se repetem, enquanto na concepção linear, que ganhou força durante a Idade Média e o Renascimento, o tempo é percebido como uma progressão linear e irreversível. Essas duas perspectivas representam as distintas abordagens adotadas pela humanidade na tentativa de compreender e atribuir significado ao fluxo temporal ao longo dos séculos. Cada uma dessas concepções oferece uma visão única sobre a natureza do tempo e suas implicações na experiência humana.<sup>89</sup>

Devemos agora retornar a essas teorias, pois é aqui que primeiro se definem duas orientações distintas: uma tradicional, na penumbra (sem jamais ter sido formulada de modo claro) em todas as culturas primitivas, ou seja, a do tempo cíclico que regenera periodicamente *ad infinitum*; a outra moderna, a do tempo finito, um fragmento (embora também seja cíclico) entre duas eternidades atemporais. [...]

Entre os hebreus, cada nova calamidade histórica era considerada como uma punição aplicada a Yahveh [...]. De fato, toda vez que a história lhes dava uma oportunidade, toda vez que desfrutavam de um período de comparativa paz e prosperidade econômica, os hebreus afastaram-se de Yahveh e se aproximavam dos baals e das astartes de seus vizinhos. [...] No entanto, os hebreus, a partir do momento em que grandes impérios militares dos assírios e babilônios apareceram em seu horizonte histórico, viveram constantemente sob a ameaça proclamada por Yahveh [...]. E era apenas enquanto tais profecias eram ratificadas por catástrofes (como, de fato, foi o caso desde Elias até Jeremias) que os acontecimentos históricos adquiriam significado religioso; isto é, que tinham a mais clara aparência de punição aplicada pelo Senhor, como resposta pela impiedade de Israel. [...] Também revelaram sua coerência escondida, confirmando-se como expressão concreta de uma mesma e única vontade divina. Assim sendo, pela primeira vez, os profetas atribuíram um valor à história, conseguindo transcender à visão tradicional do ciclo (a concepção que nos garante que todas as coisas serão repetidas para sempre), descobrindo o tempo unidirecional.<sup>90</sup>

---

<sup>88</sup> BARROS, 2013, p. 20.

<sup>89</sup> O declínio do conceito de eterno retorno teve início no século XVI, impulsionado por dois acontecimentos. Em primeiro lugar, o avanço do sistema heliocêntrico proposto por Copérnico, que questionava a ideia de um alinhamento perfeito entre os corpos celestes. Em segundo lugar, o declínio parcial das formas religiosas de pensamento na Europa. Conforme Yitzhak Melamed expressa, esse período pode ser visto como o "outono da eternidade", no qual a secularização da cultura europeia enfraqueceu consideravelmente o conceito de eternidade e suas conotações teológicas. Desde então, a ênfase na eternidade encontrou pouca sustentação na cultura europeia. PIMENTA, 2021, 154.

<sup>90</sup> ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992, p. 94-95 e 101.

Na concepção cíclica, o movimento do tempo na jornada da humanidade era percebido de forma distinta, o tempo enquanto medida não tinha valor. No ambiente doméstico, se observava a mudança de período pelos solstícios e ritmos significativos do sol, e de determinados astros. O que contava era a experiência do processo de semeadura e colheita. Também o andamento do tempo era realizado por meio das festividades religiosas periódicas, pelas celebrações que emulam a origem ou fundação de cultura. Enfim, era um tempo mítico que se caracterizava pelo valor qualitativo da temporalidade<sup>91</sup>.

Os povos antigos, embora não tenham formulado de modo claro, ainda sim, na penumbra, eles incorporaram em suas experimentações cotidianas um tempo cíclico mítico, que se regenera periodicamente *ad infinitum*. Nesta repetição, portanto, não havia a noção de progressividade dos fatos históricos, mas um direcionamento sobre eles que buscava anular a irreversibilidade do tempo, no sentido de que o tempo transcorre sem se modificar<sup>92</sup>.

[...] O homem antigo usava de todos os meios que tinha a seu alcance, procurando assim colocar-se em oposição à história, vista como uma sucessão de acontecimentos que eram irreversíveis, imprevisíveis e carregados de enorme valor. Ele se recusava a aceitá-la e a lhe dar valor como tal, como história – embora sem mostrar-se sempre capaz de exorcizá-lo; por exemplo, ele não dispunha de meios que lhe permitissem combater as catástrofes cósmicas, os desastres militares, as injustiças sociais montadas com a própria estrutura da sociedade, os infortúnios pessoais, e assim por diante. Portanto, seria interessante aprender como essa ‘história’ era tolerada pelo homem antigo; isto é, como ele suportava as calamidades, os desastres e os ‘sofrimentos’ que entravam na vida de cada indivíduo e de cada coletividade. Qual seria o significado da vida para um homem que pertence a uma cultura tradicional? Acima de tudo, significa viver de acordo com modelos extra-humanos, de conformidade com determinados arquétipos. Assim, significa viver no coração do real, já que [...] nada existe de verdadeiramente real, a não ser os arquétipos. Viver em conformidade com os arquétipos significava respeitar a ‘lei’, pois a lei era apenas uma hierofania primordial, a revelação *in illo tempore* das normas da existência, feita por uma divindade ou um ser místico. E se, por meio da repetição de gestos paradigmáticos e através de cerimônias periódicas o homem conseguia [...] anular o tempo, ainda assim ele vivia em harmonia com os ritmos cósmicos. Podemos até dizer que ele entrava nesses ritmos (basta que lembremos como a noite e o dia são ‘reais’ para ele, assim como as estações, os ciclos da lua, os solstícios)<sup>93</sup>.

Na Grécia antiga, segundo Benedito Nunes, o filósofo de Estagira, na especulação do tempo natural e cósmico, presume que o movimento do tempo se compõe de instantes, e cada instante sendo fim e começo renováveis, se prolonga ilimitadamente. É, então, uma clara formulação, fora da penumbra<sup>94</sup>, acerca do ciclo mítico *ad infinitum*, ou seja, da teoria cósmica cíclica.

---

<sup>91</sup> ELIADE, 1992.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>93</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>94</sup> De acordo com os gregos, a noção de alétheia envolve uma negação específica. Enquanto o prefixo de negação em alétheia indica “não estar mais oculto, estar revelado”, é importante destacar que o negativo encobre uma positividade. Isso indica que os gregos tinham uma compreensão de que o desvelamento do mundo precisa ser

Notável foi o esforço de Aristóteles, o primeiro a conceituar o tempo natural ou cósmico, no livro IV de sua *Física*, para libertá-lo da circularidade. Distinguindo-o do movimento, de que é o número, como relação entre o anterior e o posterior, um e outro instantes em que se divide, e que a grandeza mensurativa permite unir numa continuidade, Aristóteles aceita, no final, que essa grandeza necessita apoiar-se no céu. Por isso, conclui, o tempo parece ser “o movimento da esfera”. Esta remonta à causa última, Inteligência pura, forma eterna sem matéria que a movimenta, seu giro transmitindo-se à geração e à corrupção. Concebido dentro de um universo limitado, o tempo se deteria nesse topo esférico. Mas compondo-se de instantes, e a cada instante sendo fim e começo renováveis, o tempo – outra dificuldade do filósofo, senão da mente grega, que se retraiu ao infinito – se prolonga ilimitadamente. Como os gêneros e as espécies subsistem, e as coisas que perecem num ciclo voltam no seguinte, o raciocínio lógico manda concluir que, à semelhança dos deuses, o cosmo é imortal<sup>95</sup>.

Ao longo do tempo, houve uma transição na concepção do tempo, passando de um ciclo cíclico contínuo para uma teoria cósmica cíclica limitada. Nesse novo esquema de ciclo limitado, os antigos povos da Antiguidade ainda viam a história como um movimento que seguia determinados ciclos, mas reconheciam que alguns modelos não se repetiriam exatamente da mesma forma. Ou seja, certos eventos históricos não retornariam ao mesmo percurso anterior, podendo até mesmo se agravar em determinadas situações. Apesar dessa limitação, o modelo de ciclo limitado ainda era visto como uma espécie de “eternidade atemporal”, embora fragmentada e finita.<sup>96</sup>

Na concepção cósmica cíclica do eterno retorno, buscava-se tornar a transformação estática, fazendo com que os momentos e situações se estagnassem, inclusive os históricos.

“[...] O mito da repetição eterna, segundo a interpretação que lhe dava a especulação grega, tem o significado de uma suprema tentativa no sentido de tornar ‘estática’ a transformação, buscando anular a irreversibilidade do tempo. Se todos os momentos e todas as situações do Cosmo são repetidos *ad infinitum*, seu desaparecimento, em última análise, é patente; *sub specie infinitatis*, todos os momentos e todas as situações mantêm-se estacionários, adquirindo assim a ontológica ordem do arquétipo. Portanto, entre todas as formas de transformação, a transformação histórica também está saturada do ser. A partir do ponto de vista da repetição eterna, os acontecimentos históricos são transformados em categorias, e, portanto, reconquistam a ordem ontológica que possuíam no horizonte da espiritualidade arcaica. Num certo sentido, pode-se até dizer que a teoria grega do eterno retorno é a variação final experimentada pelo mito da repetição de um gesto arquetípico. do mesmo modo que a doutrina

---

conquistado, pois inicialmente e na maior parte do tempo ele não é acessível. O conhecimento que revela não se desencadeia por si só; o mundo é desvelado apenas no contexto imediato do mundo circundante, conforme exigido pelas necessidades naturais. E aquilo que originalmente foi desvelado na consciência natural, dentro de certos limites, tende a se tornar novamente encoberto e distorcido pela linguagem. Portanto, a alétheia contém um movimento duplo que não é sequencial e não se esgota ao atingir a segunda etapa: ocultar e desvelar. Essa alternância é constitutiva dela. No caso específico da escrita da história, a reconstrução de uma cena passada tanto desvela quanto oculta, sem depender de alguma intenção fraudulenta por parte do historiador. Essa dupla e antagonista propriedade não se limita apenas à composição historiográfica, mas também tende a se solidificar, ou seja, a se estabilizar, à medida que se repete. COSTA LIMA, Luiz. Perguntar-se pela escrita da história. In: *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.395-423, Jul/Dez 2006, p. 401.

<sup>95</sup> NUNES, 1989, p. 137-138.

<sup>96</sup> ELIADE, 1992.

platônica de ideias foi a versão final do conceito do arquétipo, além de ser sido a mais completamente elaborada.<sup>97</sup>

A concepção cósmica cíclica limitada, presente nas narrativas mitológicas e retratada por Hesíodo nas suas cinco épocas, oferece uma visão do tempo como um ciclo que se repete, com cada época tendo características e qualidades próprias. Nesse contexto, os deuses desempenham um papel fundamental ao influenciar diretamente a duração e os eventos de cada época.

Segundo essa concepção, cada era é marcada por uma progressiva degradação e decadência em relação à anterior. Começando com a Idade do Ouro, considerada a mais perfeita e harmoniosa, passando pela Idade da Prata, pela Idade do Bronze e pela Idade dos Heróis, até chegar à Idade do Ferro, caracterizada pela degeneração moral, conflitos e sofrimento humano.

Os deuses são vistos como responsáveis por essas mudanças e transformações, intervindo diretamente no curso do tempo e na qualidade de cada era. Eles governam, protegem ou punem os mortais de acordo com o comportamento humano e a devoção aos deuses. Assim, a duração de cada época é determinada pela vontade divina, refletindo o papel dos deuses como forças que moldam o destino e a trajetória da humanidade<sup>98</sup>.

Platão apresenta, em seu texto fundamental *Política*, uma interpretação do mito do eterno retorno. Ele identifica a causa das regressões cósmicas e das catástrofes cósmicas em um movimento duplo do Universo. Esse movimento envolve a divindade orientando inteiramente a revolução circular do Universo e, em seguida, abandonando-o quando suas revoluções atingem a duração apropriada. A visão do paraíso primordial, por exemplo, presente em várias tradições, incluindo a grega, iraniana e hebraica, é evocada por Platão e reflete o “princípio paradisiáco”. Não é surpreendente que Platão incorpore essas visões em seus diálogos, considerando a evolução de seu próprio pensamento filosófico e a redescoberta das categorias mitológicas. A memória da Idade do Ouro de Cronos estava disponível para ele na tradição grega.

[...] A interpretação de Platão sobre o mito do eterno retorno cíclico, mais especialmente no texto fundamental, que ocorre no *Política*, 269 ss. Platão encontra a causa da regressão cósmica e das catástrofes cósmicas num duplo movimento do Universo: ‘... deste nosso Universo, a divindade ora orienta inteiramente sua revolução circular, ora abandona a si próprio, uma vez que suas revoluções tenham alcançado a duração que combina com este Universo; e ele então começa a girar na direção oposta, com seus próprios movimentos...’ Esta mudança de direção é

<sup>97</sup> ELIADE, 1992, p. 108.

<sup>98</sup> O triunfo de Zeus sobre Cronos, assim como o triunfo de Cronos sobre o Céu, representa uma ruptura com a imobilidade pretendida pela perpetuação do poder de Cronos. Essa vitória simboliza a regeneração periódica do mundo e é expressa não apenas pela libertação do tempo, mas também pela ressurreição dos irmãos de Zeus. Nesse contexto, não se trata mais apenas de um ciclo da natureza, mas sim da própria vida, que nunca se perpetua, mas também nunca se extingue completamente. PIMENTA, 2021, p.127.

acompanhada de gigantescos cataclismos: ‘ a maior destruição ocorreu tanto entre os animais em geral como no seio da raça humana, da qual, como seria de esperar, só restavam alguns poucos representantes’ (270c). Mas essa catástrofe foi seguida de uma paradoxal ‘regeneração’. Os homens começaram a ficar jovens de novo: ‘os cabelos brancos da idade escureceram’, enquanto aqueles que estavam na puberdade começaram a diminuir de estatura dia a dia, até voltarem ao tamanho dos bebês recém-nascidos; então finalmente, ‘ainda continuando a definhar, eles deixaram de existir por completo’. Os corpos daqueles que morreram nesse momento ‘desapareceram completamente, sem deixar qualquer sinal, depois de alguns dias’ (270e). Foi então que nasceu a raça dos “Filhos da Terra” (*gegeis*), cuja memória foi preservada por nossos ancestrais. Durante essa era de Cronos, não existiam animais selvagens nem inimizade entre os animais (271e). Os homens daqueles dias não tinham mulheres nem filhos: ‘ Ao se erguem da terra, todos eles voltaram a viver, sem conservar qualquer lembrança de sua antiga condição de vida’. As árvores lhe davam frutos em abundância, e eles dormiam sem roupa, sobre o chão, porque todas as estações tinham bom clima (272a). O mito do paraíso primordial, evocado por Platão, e que conseguimos discernir nas crenças indianas, era conhecido dos hebreus (por exemplo, o *illud tempus* messiânico em Isaías 11, 6, 8; 65, 25) assim como dos iranianos (*Dēnkat*, VII, 9, 3-5) e das tradições greco-latinas. Além do mais, combina perfeitamente com a concepção arcaica (e talvez até universal) do ‘princípio paradisíaco’, que encontramos em todas as avaliações do *illud tempus* primordial. Não se pode considerar de modo algum assombroso o fato de Platão reproduzir essas visões tradicionais nos diálogos que datam de sua velhice; a evolução de seu próprio pensamento filosófico o obrigou a redescobrir as categorias mitológicas. A memória da idade de ouro de Cronos, sem dúvida alguma estava disponível para ele na tradição grega (cf., por exemplo, as quatro eras descritas por Hesíodo, *Erga*, 110 ss.)

Tanto na teoria cósmica cíclica quanto na teoria cósmica cíclica limitada, encontra-se a presença de um elemento comum: a mítica Idade do Ouro. Essa era dourada é caracterizada por uma harmonia perfeita, plenitude e felicidade sem precedentes. Na concepção tradicional do ciclo cósmico, acredita-se na possibilidade de que essa Idade do Ouro se repita ao longo do tempo, em um eterno retorno. Essa visão sugere que a humanidade pode vivenciar momentos de pureza e prosperidade, seguidos por períodos de degradação e decadência, para então retornar novamente à Idade do Ouro.

Por outro lado, na abordagem mais moderna do ciclo cósmico limitado, a oportunidade de experimentar a Idade do Ouro é restrita a um único momento na história. Nessa perspectiva, acredita-se que a humanidade teve uma chance única de viver em um estado de perfeição e plenitude, mas essa oportunidade foi limitada e não se repetirá no futuro. Assim, a Idade do Ouro é vista como um evento singular e irrepitível na trajetória do tempo.

Quase todas essas teorias do “Grande Tempo” são encontradas em conjunto com o mito das eras sucessivas, a “era de ouro” sempre ocorrendo no princípio do ciclo, perto do *illud tempus* (desse tempo) paradigmático. Nas duas doutrinas – a do tempo cíclico e a do tempo cíclico limitado – essa era de ouro é recuperável; em outras palavras, é possível repeti-la, uma quantidade infinita de vezes, segundo a primeira dessas duas doutrinas, e uma única vez, conforme a outra<sup>99</sup>.

---

<sup>99</sup> ELIADE, 1992, p. 112.

Com o passar do tempo, houve uma mudança na percepção da temporalidade e um novo modelo de teorização sobre o tempo emergiu, baseado em uma concepção linear<sup>100</sup>. Nessa nova visão, o tempo passou a ser compreendido como um caminho progressivo, no qual cada momento subsequente seria melhor do que o anterior. Essa ideia de progresso tornou-se fundamental, estabelecendo a crença de que o futuro seria sempre superior ao passado.

Essa nova concepção do tempo difere significativamente da visão que prevalecia nas civilizações antigas, difere profundamente daquela que surgiu no contexto judaico-cristão. Enquanto para os antigos o tempo era caracterizado por ciclos e ritmos cósmicos, para o homem influenciado pelo Judaísmo e Cristianismo, a vivência do tempo adquire uma dimensão histórica e teleológica. A noção de progresso contínuo passa a ser intrínseca à experiência humana, moldando a forma como vemos e interpretamos o curso da história e do tempo.

As diferentes perspectivas entre o homem antigo e as visões hebraica e cristã sobre a comunhão de sentido de tempo refletem a falta de igualdade e destino comum no antigo homem, a ênfase exclusiva no povo de Israel no hebraísmo e a visão mais abrangente de Santo Agostinho na tradição cristã. Enquanto o homem antigo valorizava o peculiar de seu próprio povo, o hebraísmo confinava a história ao povo de Israel, resultando em exclusivismo nacionalista. Por outro lado, Agostinho apresenta uma visão mais ampla da história, enfatizando a intervenção divina e a liberdade humana como elementos fundamentais. Ele descreve duas cidades - a Cidade de Deus e a Cidade Terrena - que serão separadas no Juízo final de acordo com o amor em seus corações. A Cidade de Deus é vista como uma peregrina, enquanto a Cidade Terrena tem sua morada no mundo temporal.

O homem antigo não possuía uma ideia da igualdade e do destino comum dos homens. Faltava-lhe a função unificadora de um ideal comum (universal) para o qual deveria se orientar no processo histórico. Inclina-se a destacar o peculiar ou característico do próprio do povo, mas não prestava suficiente atenção no elemento comum que poderia relacionar todos os homens. Isto foi destacado, ao contrário, pelo hebraísmo e pelo cristianismo. Há, no entanto, uma diferença notável entre o hebraísmo e o cristianismo quanto ao modo de vivenciar esta comunhão de sentido de tempo. Para o hebraísmo, Deus é fiel ao seu povo único, o israelita. Segundo o cristianismo, a fidelidade de Deus estende-se a todos os homens e não só ao povo israelita. No hebraísmo, a história está confinada ou limitada ao povo de Israel e, com isso, de algum modo paralisa-se o sentido histórico, pois se acaba caindo no exclusivismo nacionalista: a própria nação israelita é sujeito da história universal. Assim, perde-se o sentido da solidariedade humana, de comunidade histórica universal. Além disso, o

---

<sup>100</sup> Dentro das teorias que consideram o tempo como um processo linear, existem diferentes concepções sobre a existência histórica e seu propósito. Para alguns, esse propósito é de natureza transcendente, sendo guiado por forças superiores que conferem sentido à história. Para outros, o propósito é imanente, não havendo uma explicação supra-histórica para a existência da história. Dentro das teorias imanentistas, há abordagens pessimistas e otimistas. As abordagens pessimistas, como a de E. von Hartmann, sugerem que a história é descendente, marcada por um declínio ou decadência. Já as abordagens otimistas, como as de Voltaire, Condorcet, Hegel e Marx, admitem que a história é ascendente, caracterizada por um progresso nos campos econômico, científico, cultural e moral. CRUZ, Juan Cruz. *Filosofia da História*. São Paulo: Instituto de Filosofia e Ciência, 2007, p. 71.



hebreu, ao confinar a história, põe seu centro no porvir. Foi Santo Agostinho, em sua obra *Cidade de Deus*, o pensador cristão que melhor explicou a *identidade de destino do gênero humano*. Em primeiro lugar, indicou a dupla intervenção que há na história: por um lado, Deus e, por outro, a liberdade em graça e em pecado. Não há, pois, história sem Deus (que vence o pecado), mas tampouco sem liberdade (ou seja, sem graça e sem pecado). Em segundo lugar, entretanto, *a história não é um assunto privado ou particular, mas assunto público e comum, porque é o tecido do individual e o social*. O homem individual, que pode ter dois amores (a si mesmo e o amor de Deus), reabsorve-se tematicamente em uma das sociedades que estão regidas também por dois amores: ‘*civitas Dei*’ e ‘*civitas terrena*’. [...] No Juízo ocorrerá a separação das duas cidades segundo o amor dos corações. A Cidade de Deus é peregrina; a Cidade Terrena é, ao contrário, fixa e estável. A primeira não tem seu final aqui embaixo, ao contrário da segunda. Aquela considera a história como via de passagem, que não oferece sossego; esta situa sua morada no temporal terreno.<sup>101</sup>

Para teóricos como Eliade e o filósofo Cruz o início da ideia de movimento linear do tempo está marcado pela chegada do monoteísmo judaico-cristão, tendo se desenvolvido plenamente com Agostinho de Hipona. Em sua concepção há uma reta que traça todo o curso da humanidade, desde a queda inicial do paraíso até a redenção final do julgamento divino<sup>102</sup>. Na acepção linear do tempo na cristandade, os fatos históricos se associam então a uma marcação temporal que se tornará finita. O juízo final determinará não só o fim dos tempos da coletividade na terra, mas também a possibilidade de o gênero humano ascender ao céu, ou descer ao inferno, à eternidade. Trata-se de uma conexão da história humana mediada pela vontade divina.

De encontro à eternidade cristã – a “segunda eternidade”, como a chama Jorge Luis Borges –, os escritores do Novo Testamento e os teólogos são prodígios em sinalizações temporais: das promessas de Cristo decorrem os *novissima tempora* e o Juízo Final prenuncia o fim dos Tempos. Não menor importância teria a História, conectada, através da vontade divina, ao tempo linear, retilíneo mas finito, que teve começo e que há de ter fim, transposto por Santo Agostinho à alma humana<sup>103</sup>.

Na tradição cristã, os fatos históricos são considerados consequências do livre-arbítrio das pessoas e da permissão de Deus, que, por sua vez, orienta-os em direção ao seu sentido final<sup>104</sup>. Nessa perspectiva, ocorre um ajuste de tempo e uma mudança de foco em relação às ações dos indivíduos no mundo. Como afirmado por Vico, o livre-arbítrio humano é caracterizado pela incerteza.

Contra o destino dos estoicos e o acaso dos epicuristas, Vico sustenta *a centralidade do arbítrio humano*. A história não é fruto de uma necessidade cósmica ou de pura acidentalidade. Tanto uma como outra versão não explicam o efetivo desenvolvimento da história. Ela é aquilo que os homens quiseram que fosse, mas no quadro das condições e dos meios disponíveis. Por natureza, o arbítrio humano é incerto, só é determinado e se manifestando no ato em que opera.<sup>105</sup>

<sup>101</sup> CRUZ, 2007, p. 218-220.

<sup>102</sup> ELIADE, 1992.

<sup>103</sup> NUNES, 1998, p. 139.

<sup>104</sup> SILVA, David Brendo. *O tempo cíclico e a história linear em Agostinho*. São Paulo: Paulus, 2018.

<sup>105</sup> REALE, Giovanni. *História da filosofia: de Spinoza a Kant*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 199.

Por um lado, observa-se um sentido mais amplo e moderno de aprimoramento da natureza humana e de humanização do tempo, desvinculando-o da ordem natural ou cósmica concebida pelos Antigos. No entanto, o conceito cristão de uma linha reta temporal não pode ser categorizado como progressivo de forma inequívoca. A expectativa salvífica a ser cumprida pelos seres humanos limita o futuro e restringe o horizonte progressista.<sup>106</sup>

Progressivo é aqui, sem dúvida, o caminhar para diante do peregrino, ao encontro de um fim já preestabelecido pela providência divina no futuro. Por mais que tenha, nessa perspectiva religiosa, deixando de se nivelar ao passado, o futuro é o termo de uma expectativa salvacionista a ser preenchida pelo homem, e não um horizonte ilimitado que se desloca enquanto avançamos<sup>107</sup>.

No Renascimento, houve uma mudança na concepção da temporalidade e sua relação com os eventos históricos. O tempo deixou de ser apenas uma medida determinada pela religião e passou a ser compreendido a partir das relações humanas. Isso significou uma transição do entendimento do tempo do âmbito religioso para o secular.

Assistimos, no Renascimento, portanto, a um esforço preponderantemente científico, e não mais fundamentado ou motivado pela religião, de medir o tempo, sendo tal esforço desenvolvido por técnicos e engenheiros e não mais pelo clero, o que deslocou o sentido do tempo do espaço religioso para o espaço profano. E esta, tanto ou mais que uma transformação em termos técnicos e científicos, foi uma transformação em termos de mentalidade<sup>108</sup>.

Já no século XVIII, na primazia de uma visão linear “moderna” sobre o fluxo do tempo, há um advento do sentido de uma ideia de “avanço” acerca do percurso histórico da espécie humana<sup>109</sup>. No entanto, é somente no século dezoito, segundo Nunes, que a ideia de progresso se consolida, ainda que esse liame, tempo e progresso, tenha se tornado complexo, visto que da conexão da história com o tempo, a história se dá por meio da ação humana, não mais divina.

Mas nada ou pouco se dirá, diante do *historicismo* do século seguinte, em que a ideia de *progresso*, tal um lastro do regime de conhecimento histórico a que anteriormente aludimos, aparece sedimentada, afirmando que a conexão entre o tempo – e aqui o tempo linear retilíneo do cristianismo – e a história agora se dá por meio da ação. A conexão é muito mais complicada do que aparenta, se visamos ao *historicismo* [...] <sup>110</sup>.

Apesar da contribuição de Agostinho, o pensamento cíclico manteve-se presente no meio cristão até a Idade Média, porém a maioria dos autores cristãos adotava a perspectiva do progresso linear. Figuras como Santo Alberto Magno, São Tomás de Aquino e Joaquim de Fiori

---

<sup>106</sup> NUNES, 1998.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>108</sup> SOUZA, Ricardo Luiz de. *Os sentidos do tempo: o tempo histórico, filosófico, cotidiano*. São Paulo: Ideias e Letras, 2016, p. 94-95.

<sup>109</sup> “O progresso, diria Leibniz no começo do século XVIII, ‘reside na infinita perfeição’. Ainda um derivado metafísico da perfeita harmonia entre as coisas preestabelecidas por Deus e da perfectibilidade do homem como sua criatura, o *progresso* ainda não era uma ideia histórica”. NUNES, op. cit., p. 143.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 144.

foram importantes para estabelecer a predominância do pensamento linear. Esse pensamento enfatiza a trajetória da humanidade, desde a queda até a redenção final, considerando a encarnação como um evento de significado único.

Mesmo com toda essa contribuição de Agostinho, o pensamento cíclico ainda sobreviveu em alguns dos seus aspectos no meio cristão até a idade média e isso gerou conflitos. Porém, o pensamento retilíneo sempre foi cultivado pela maioria dos autores cristãos ortodoxos. Na idade média isso foi constatado em Santo Alberto Magno e em São Tomás de Aquino. A obra principal desse período que mais expressou o pensamento linear foi o *Evangelho Eterno* de Joaquim de Fiori. [...]. Essa obra de Joaquim de Fiori fez com que a linearidade prevalecesse ainda mais no pensamento cristão. Assim, o pensamento linear permaneceu bem sustentado até os dias atuais pela contribuição, de modo especial, dos vários autores cristãos que se dedicaram a essa questão. [...]. E dentro do pensamento cristão, a linearidade tem suas características próprias. Um desses traços característicos é que uma “linha reta traça o curso da humanidade, desde a queda inicial até a redenção final. E o significado dessa história é único, porque a encarnação é um fato único”.<sup>111</sup>

Na modernidade, o vínculo de tempo e história passa a ser teorizado de acordo com um vetor contínuo, o embate de longas datas entre estas visões, com ganho de causa aos apoiadores do tempo retilíneo sobre as ações humanas<sup>112</sup>.

Na nova concepção do tempo e da história, fica evidente que o homem e a mulher são não apenas os agentes responsáveis por criar, mas também os intérpretes da história por meio de suas ações e relações humanas. É o gênero humano que construiu o mundo civil e, portanto, possui o poder de moldar e compreender seu próprio destino histórico.<sup>113</sup>

O homem é o protagonista da história, impulsionado por sua sociabilidade e liberdade. A história é moldada pelos desejos e ações dos homens, dentro das condições e recursos disponíveis. De acordo com Vico, as instituições criadas pelo homem retroagem sobre ele, revelando potencialidades e ideais superiores. A história é o espaço onde necessidades e fins ocultos emergem e se impõem gradualmente à atenção e ao espírito humano. É o mundo da história, com suas instituições, negócios, guerras, costumes, mitos e linguagens, que é construído pelo homem. Vico destaca que, enquanto os filósofos se empenharam em compreender o mundo natural criado por Deus, negligenciaram a meditação sobre o mundo civil, que os homens podem compreender, pois eles próprios o construíram.

O homem é o protagonista da história, e o é com dois traços originários de sua natureza: 1) a *sociabilidade*, que emerge apesar dos sacrifícios que impôs; 2) a

---

<sup>111</sup> SILVA, 2018, p. 51-52.

<sup>112</sup> Ibidem.

<sup>113</sup> “Dentro da perspectiva linear, o momento inicial e o final da história foram determinados por Deus e dependem mais de sua ação do que da ação do homem. Mas o desenvolvimento que essa história terá não está determinado, pois o desenrolar dela passa pela liberdade humana que a constrói. Assim, o homem constrói a sua história particular e por consequência adere ou despreza o sentido último da história em geral que é o próprio Cristo”. Ibidem, p. 52-53.

*liberdade*, que se determina e se manifesta apenas operando. A história é, portanto, aquilo que os homens quiseram que fosse, embora no quadro das condições e dos meios disponíveis. Este ponto de vista entra na mais ampla e fundamental concepção de Vico da *heterogênesse dos fins* [as relações existentes entre os homens e as instituições que eles criam]: com efeito, o homem cria as instituições, mas estas retroagem sobre o homem que as criou, fazendo emergir lentamente, antes que o homem perceba, potencialidades escondidas e germes de idealidades superiores. A história é, portanto, o lugar em que necessidades e fins escondidos, inscritos na natureza do homem, emergem e se impõem pouco a pouco à sua atenção e ao seu espírito, o qual deste modo se dilata e se afina. [...] O mundo da história [é o lugar em que o homem é o protagonista incontestável], com suas instituições, seus negócios, as guerras, os costumes, os mitos, as linguagens. Não será o homem o artífice de tudo isso? Afirma Vico na *Nova Ciência*: ‘Este mundo civil certamente *foi feito pelos homens* e seus princípios podem, porque devem ser encontrados dentro das modificações de nossa própria mente humana. Quem quer que reflita nisso, deve ficar maravilhado como todos os filósofos esforçaram-se seriamente por alcançar a ciência deste mundo natural, do qual só Deus tem ciência porque fez, mas deixaram de meditar sobre este mundo das nações, ou seja, o mundo civil, do qual os homens podem ter ciência, já que eles o fizeram’<sup>114</sup>.

Portanto, ao refletirmos sobre a complexidade da relação entre história e tempo, podemos perceber que a organização da temporalidade e dos fatos históricos vai além de uma simples sequência linear. A história é um campo vasto e multifacetado, composto por diferentes camadas e dimensões que se entrelaçam de maneira não linear.

Todas [as filosofias da história], inclusive a de Vico, que as antecedeu, mantêm o primado da ação, embora não entendido da mesma maneira. O mundo civil, dizia a *Scienza nuova* (1725) de Giambattista Vico, foi certamente feito pelos homens, ao contrário da Natureza; e é do que fazemos, de acordo com os princípios de nossa mente, que podemos ter conhecimento, e não das coisas independentes de nós<sup>115</sup>.

No primado da compreensão de que o fluxo do tempo se desenrola de acordo com a ação humana, torna-se então “problematizador” a “coordenação” dos fatos históricos linear no registro da história, visto que ao longo das épocas, sob a pretensa evolução da humanidade, sucedem eventos de progresso e de declínio, em um mesmo instante, dias e anos ocorrem múltiplos e infinitos eventos. Desta maneira, na linha (ou linhas) do tempo, o fio condutor progressista da escrita linear da história não se sustentaria plenamente. Mesmo porque, se o “progresso” em geral é sentido em períodos de prosperidade, paz e desenvolvimento<sup>116</sup>, como ele poderia ser pensado em momentos, nos quais houve fome, guerra, abuso de poder, exploração etc. nas sociedades civis? Como reunir, em um mesmo espaço discursivo os múltiplos acontecimentos?

---

<sup>114</sup> REALE, 2004, p. 196-197.

<sup>115</sup> NUNES, 1998, p.144.

<sup>116</sup> MARQUES, 2008.

Já em meados do século XIX, ao observarmos as diversas ocorrências e complexidades do cotidiano, podemos compreender que a relação entre tempo e história não se desenrola de maneira simples e linear, e a ação dos sujeitos envolvidos não se desenrola de forma linear e progressiva. A história é permeada por uma multiplicidade de experiências, conflitos, desafios e contradições, que moldam o curso dos acontecimentos ao longo do tempo. As aspirações do espírito humano muitas vezes são frustradas diante das inúmeras adversidades históricas. Ao contemplarmos as revoltas armadas, os abusos de poder absolutistas e as crueldades como a escravidão, percebemos como essas realidades negativas têm sido obstáculos para o progresso humano. No contato do tempo e da história, o curso da temporalidade não seria plenamente linear e progressivo.

Os pensadores, segundo Nunes, ao isolarem as ações humanas da Natureza, fizeram com que se readmitisse, mesmo não desejando, como fez Herder (e Voltaire), a recorrência do tempo cíclico sobre as multiplicidades de eventos históricos da humanidade. De tal modo, no vínculo da história com o tempo haveria momentos de interrupção nos avanços do espírito humano, marcados pelo advento de repetições cíclicas de fatos históricos sobre o sujeito.

Mas ao dar as costas à Natureza, readmitia-se sem querer, adotando, como mais tarde o pensador Herder, o tempo cíclico, que persistia no *Essais sur les moeurs* (1756), de Voltaire, à busca, sob influência da Física newtoniana, das leis históricas, isto é, dos princípios gerais que poderiam incutir sentido a profusão de acontecimentos desconexos, e fornecer ao leitor um guia “para julgar, por sim mesmo, a extensão e os progressos do espírito humano”. As melhorias do espírito humano, mais em certas épocas do que em outras – menos guerras, mais tolerância religiosa, mesmo opressão, mais ciência, menos superstição –, consubstanciaram esse sentido como *progresso*, sem esgotá-lo, dando que as recorrências cíclicas interromperiam o aperfeiçoamento do sujeito único em função do qual a história se fazia – a humanidade do gênero humano, detentora do espírito<sup>117</sup>.

A compreensão da relação entre tempo e história é complexa e muitas vezes desafiadora devido à diversidade de experiências e mudanças que ocorrem no cotidiano. Nesse sentido, seria limitado restringir nossa compreensão a uma dicotomia rígida entre linearidade e circularidade dos acontecimentos, ou mesmo ignorar a influência da natureza nas ações dos sujeitos civis. Em vez disso, podemos considerar outras perspectivas que nos permitam entender a interconexão entre ciclo e linha, especialmente no contexto atual da espécie humana. A oposição entre esses dois elementos pode ser vista como um falso problema, uma vez que eles se entrelaçam e se influenciam mutuamente<sup>118</sup>.

Na verdade, a oposição entre ciclo e linha neste contexto, justamente pela forma como se interconectam, se põe como um falso problema. É possível, [...], demonstrar os dois lados dentro das características [a exemplo] da historiografia romana. Se Tácito menciona a circularidade da história, certamente há também elementos claramente

<sup>117</sup> NUNES, 1998, p. 144-145.

<sup>118</sup> MARQUES, 2008.

lineares em seu texto. Sendo assim, Tácito representa de maneira exemplar a questão que colocamos neste artigo - ou seja, a alternância entre circularidade e linearidade como conceitos temporais na historiografia antiga apenas vem a demonstrar um aspecto particular da inter-relação essencial entre esses mesmos conceitos nas outras instâncias de apreensão da temporalidade, inviabilizando em essência uma polarização esquemática. Resumindo, citemos Pomian: “Na prática do historiador (...) nunca se encontram os processos cíclicos, lineares ou estacionários em estado puro. O problema filosófico tradicional – o tempo da história é cíclico, linear ou estacionário? – não tem sentido simplesmente. Porque as três topologias do tempo, que por certo temos o direito de dissociar e opor para as exigências de uma análise lógica, estão na realidade ligadas uma à outra”<sup>119</sup>.

#### 4- Os ciclos na História: uma perspectiva sobre o tempo

No texto “Lucano”, nos seis primeiros parágrafos, Álvares de Azevedo apresenta uma descrição abrangente dos “tempos históricos” da cidade romana, sugerindo a presença de uma temporalidade cíclica. Através da narrativa, percebemos que a cidade passa por diferentes fases, começando com um período de desenvolvimento promissor, seguido por um declínio, seguido por um renascimento e, eventualmente, uma nova queda. Essa alternância de fases ao longo da narrativa de Azevedo aponta para a existência de um ciclo temporal na trajetória da cidade romana.

Em “Lucano”, Álvares de Azevedo também explora a temática do progresso político, econômico e social, embora seu foco principal seja a decadência na história romana. Através de uma profusão de adjetivos que acompanham as diferentes fases da cidade, ele destaca os períodos histórico-políticos do povo romano e as transformações que ocorrem ao longo do tempo.<sup>120</sup> Ao observarmos a conexão da temporalidade circular limitada aos fatos históricos, há uma percepção de interrupção no avanço do espírito humano, o que nos leva a considerar uma proposição acerca da decadência como princípio da história nesse poeta.

Segundo Arthur Herman, a concepção de decadência representa uma teorização acerca da natureza do tempo, sendo este compreendido como uma experiência que abarca a ideia de progresso, porém posteriormente cede lugar à noção de declínio. Nas alternâncias das “leis históricas”, as concepções do avanço e desenvolvimento humano podem tanto progredir quanto retroceder.

**A ideia de decadência é na realidade uma teoria sobre o significado e a natureza do tempo.** É, por conseguinte, a ideia de progresso. Hoje em dia a noção de progresso na história já perdeu crédito entre os intelectuais e sobretudo entre os historiadores.

<sup>119</sup> MARQUES, 2008, p. 23.

<sup>120</sup> É como se Roma vivesse em uma eterna decadência por falta de republicanismo.

Eles discutem, ao contrário, as origens e a história da “ideia de progresso”, sua utilidade enquanto poderoso “mito” cultural no pensamento ocidental. A origem e o significado do mito da decadência têm atraído menos atenção. Todavia, ambas as ideias são na verdade os dois lados da mesma moeda. Toda teoria do progresso sempre compreende uma teoria da decadência, uma vez que as “inevitáveis” leis históricas podem tão bem recuar quanto avançar<sup>121</sup>.

Portanto, segundo a perspectiva de Arthur Herman, a relação entre história e tempo, considerando a experiência temporal e sua duração, sugere um movimento da história que se manifesta por meio de momentos de ascensão e queda nas ações da humanidade.

O conceito de circularidade nas teorias cósmicas do tempo eterno ou limitado, já pressupõe que nenhum tipo de progresso duradouro<sup>122</sup>, quer uma teoria, quer outra, há não apenas o início de uma historicidade, mas ainda o final dela. A ação do próprio gênero humano nas práticas sociais conteria um avanço e inevitavelmente um fim. O que aparece de novo nesta “teoria moderna” (a cíclica limitada) sobre a temporalidade é que no tempo circular são (além dos deuses e a natureza) as próprias ações dos homens e das mulheres que ocasionam a destruição e decadência desse cosmo.

[...] [A]s teorias cíclicas do cosmo limitado são as formas mais elaboradas e modernas das primeiras teorias cíclicas, e têm por característica a repetição cíclica não só do momento mítico do início do cosmo, mas também a repetição do momento mítico da destruição ou decadência desse cosmo ocasionada pelos deuses, pela natureza, ou pelos próprios homens [e mulheres]<sup>123</sup>.

Por fim, ao examinarmos atentamente os princípios pelos quais Azevedo conduz a narrativa dos eventos históricos de Roma, podemos perceber que ele os estruturou com base em uma temporalidade circular, revelando sua adesão a uma teoria da decadência. Essa escolha narrativa permite ao autor explorar de maneira profunda e significativa a queda e o declínio dessa grande civilização, revelando os ciclos repetitivos de ascensão e queda que permeiam a trajetória histórica da cidade.

Acreditamos que autores como Políbio e Herder podem fornecer um importante respaldo para a compreensão de uma teoria do tempo cíclico limitado, que parece ter sido estabelecida por Azevedo em sua narrativa sobre a cidade romana.

No livro *História*,<sup>124</sup> de Políbio, encontramos registros das constantes mudanças de regimes de governo em Roma, alternando entre períodos de bons governantes e momentos de

<sup>121</sup> HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.21, grifo nosso.

<sup>122</sup> MARQUES, 2008.

<sup>123</sup> SILVA, 2018, p. 36.

<sup>124</sup> “Com a brusca interrupção da carreira política, Políbio começou a escrever as *Histórias*, que acabariam preenchendo quarenta volumes. Concentrou-se em entender como e por quais meios institucionais quase todo o mundo conhecido foi subjugado por Roma, algo nunca antes realizado por outra potência (I.1.5). Pela primeira vez um historiador possuía um tema unificador para uma história universal (um século e meio antes Éforo

governança inadequada. Acreditamos que o historiador descreve essas transições através de uma conexão entre tempo e história, resultando em uma teorização de um ciclo temporal limitado que influencia as ações dos indivíduos naquela sociedade.

Políbio observa que ao longo da história romana, houve uma sucessão de diferentes formas de governo, como a monarquia, a república e o império. Essas mudanças de regime são vistas como parte de um ciclo recorrente, no qual a sociedade romana passa por fases de estabilidade e prosperidade, seguidas por períodos de instabilidade e decadência. Essa visão do tempo como um ciclo limitado sugere que as ações individuais estão intrinsecamente ligadas a esse processo de mudança e repetição.

A teoria de Políbio destaca a presença de oscilações cíclicas nos assuntos humanos, abrangendo inclusive a própria forma de governar. Segundo ele, a constituição política estaria sujeita à degeneração ao longo do tempo, seja por forças naturais ou pela pressão social exercida pelo povo. Após surgir, se desenvolver e atingir seu apogeu, a forma de governo inevitavelmente entraria em declínio.

No texto de Azevedo, a cidade é retratada como uma sociedade guerreira e severa durante o período republicano, porém, posteriormente, ela se corrompe politicamente, justamente pela troca da melhor forma de governo, a república, para o regime ditatorial de César. Essa mudança de forma boa de governo para uma ruim é que sugere o processo de decadência.

Já Herder, no livro *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*, ao sistematizar as fases históricas do desenvolvimento social da humanidade ao longo das eras, empreendeu uma teorização sobre as idades da humanidade associadas ao desenrolar cultural, social e político de um povo, que cria uma ideia de circularidade dos eventos da história.

Herder postula que a natureza humana está constantemente em transformação ao longo da vida, implicando que nada pode permanecer inalterado por muito tempo. Cada transformação é fugaz, caracterizada por sua efemeridade, durando apenas um curto espaço de tempo. Esse conceito de mudança constante na natureza humana pode ser relacionado a várias áreas da vida,

---

compuseram uma história universal, mas não unificada): o fracasso, a começar do próprio. Sobre os escombros das derrotas gregas se apreciava o predomínio romano. Escrever era enfrentar um problema tão atual quanto delicado: como resguardar a própria dignidade no trato com os donos do poder, se possível empenhando-se para que os gregos não sofressem ainda mais? [...] A fim de entender o problema fundamental (como e por que meios etc.), Políbio planejou inicialmente uma narrativa em três partes. Primeira, o relato das guerras anteriores a 216 a. C., por meio das quais as potências mediterrâneas se enfraqueceram mutuamente (livros I a V). Segunda, a apresentação do aparelho constitucional-militar dos vencedores, conforme anunciado em I.64.2, III.118.11-12, à época de sua maior provocação, a batalha de Canas (216 a. C., livro VI). Terceira, a sequência de guerras e intervenções concluídas com vantagem para Roma, culminando no predomínio político-militar sobre o mundo conhecido (livros VII a XXIX).” SEBASTIANI, Breno B. I. *Políbio: história pragmática, livros I a V*. São Paulo: Perspectiva, 2016, p. 17-18.



incluindo o desenvolvimento pessoal, a cultura e a sociedade. Essa perspectiva nos leva a ponderar sobre o texto de Azevedo, sobretudo no que diz respeito à mudança de religião na cidade de Roma. Anteriormente, a antiga religião predominava, mas posteriormente o cristianismo surge como uma nova força religiosa. Essa transição religiosa exemplifica a noção de Herder sobre a natureza mutável e transitória da condição humana, na qual crenças e sistemas de pensamento podem se transformar ao longo do tempo.

Ao examinar os diversos acontecimentos históricos de Roma, o historiador Políbio mergulhou em uma investigação minuciosa, consultando diferentes fontes<sup>125</sup>, a fim de compreender a complexidade da vida política da cidade. Ele descreveu como a estrutura de governo estava baseada em um sistema de comando administrativo central, que se alternava de acordo com os interesses do povo. Políbio afirmava que os sistemas políticos estavam sujeitos a uma série de eventos e mudanças, o que possibilitava a substituição de um regime por outro. À medida que as demandas e necessidades do povo mudavam, era possível ocorrer a transição para um modelo de governo com um único líder no poder<sup>126</sup>. Essa perspectiva de Políbio nos leva a refletir sobre a dinâmica política em Roma e a constante busca por um sistema que atendesse às expectativas e anseios do povo.

[...] Na antiguidade clássica uma teoria das formas de governo muitas vezes se revolve, ainda que de modo mais ou menos mecânico, numa concepção cíclica da história, isto é, numa concepção da história segundo a qual uma forma de governo se dissolve para transmutar-se em outra e assim dar lugar a uma série de etapas de desenvolvimento ou de decadência que representam o curso fatal das vicissitudes humanas. [...] Deve-se acrescentar que geralmente no uso histórico de uma tipologia não é de modo algum irrelevante a distinção entre formas boas e formas más, porque a forma má como degeneração da forma boa abre passagem para a nova forma boa, a qual, por sua vez, corrompendo-se, cria as condições para uma mudança ulterior. Quando a monarquia, que é a forma boa, degrada-se em tirania, que é a forma má, nasce como reação a aristocracia, que é por sua vez uma forma boa, a qual, degradando-se em oligarquia, gera a democracia e assim por diante. Em substância, a forma má funciona como fase de passagem obrigatória de uma forma para outra e, portanto, tem função positiva (apesar de sua negatividade substancial), não em si mesma, mas considerada como momento de uma totalidade<sup>127</sup>.

No livro VI de sua obra *História*, Políbio explorou os diferentes modos de administração política em Roma, estabelecendo assim a base de seu ciclo com base nas formas de governo. Segundo o historiador, cada modelo de regime governamental tinha um começo e um fim naturalmente determinados. Além disso, Políbio enfatizou que aqueles que estivessem atentos

<sup>125</sup> “Por história pragmática Políbio entendia a narração de fatos contemporâneos e seus antecedentes imediatos, acessíveis por meio de experiência política direta, pelo testemunho pessoal ou por declarações de testemunhas oculares”. SEBASTIANI, 2016, p. 25.

<sup>126</sup> HERMAN, 1999.

<sup>127</sup> BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*. São Paulo: EDIPRO, 2017, p. 15-16.

poderiam perceber a origem, o desenvolvimento e o fim dessas alternâncias de governo. Dessa forma, o ciclo político romano era um processo dinâmico que seguia uma trajetória previsível, permitindo uma compreensão mais clara das mudanças e transições ocorridas na história política de Roma.

A verdade do que acabo de dizer [acerca das seis formas de governo] mostrar-se-á com a maior clareza a qualquer pessoa atenta às origens, gerações e transformações em sua sucessão natural, pois somente quem percebe como cada espécie surge naturalmente e se desenvolve é capaz de ver quando, como e onde o crescimento, a plenitude, a transformação e o fim deverão presumivelmente ocorrer [nos regimes de governo]<sup>128</sup>.

Políbio categorizou as formas de governo ao estabelecer seis configurações distintas, segundo seu critério: monarquia, aristocracia e democracia seriam consideradas boas, enquanto autocracia, oligarquia e oclocracia seriam classificadas como más. No entanto, independentemente de serem boas ou más, todas essas formas de governo tenderiam a enfrentar um processo de decadência, influenciado por causas de ordem moral dos dirigentes de cada regime. Para Políbio, a qualidade do governo dependia, em grande parte, da virtude e integridade dos governantes, e a corrupção moral desses líderes poderia levar ao declínio do sistema político em questão.

Devemos, portanto, afirmar que há seis espécies de governo: [...] A primeira de todas essas espécies a aparecer foi a **autocracia**, cujo surgimento é espontâneo e natural; em seguida nasceu a **monarquia**, derivada da autocracia por evolução e pela correção de defeitos. Esta se transmuda em sua forma afim degenerada, quero dizer a tirania, e em seguida à dissolução ambas é gerada a **aristocracia**. Esta degenera por sua própria natureza em **oligarquia**, e quando a maioria, inflamada pelo ressentimento, vingá-se desse governo por causa das injustiças cometidas pelos detentores do poder, é gerada a **democracia**; finalmente, da violência e do desprezo à lei inerentes a esta resulta no devido tempo a **oclocracia**<sup>129</sup>.

Ora, mesmo a democracia, uma das melhores formas de governar, segundo Políbio, com o tempo, a imprudência e a ilegalidade de tal governo produzem a oclocracia<sup>130</sup>. Em todas as formas de governo, um regime chegaria ao fim ocasionado principalmente pelo abuso de poder de seu líder.

Podemos observar que no ciclo político descrito por Políbio há uma flexível alternância entre os regimes de governo. O fracasso de um determinado modo de administrar daria lugar a outro, porém, sem uma regra inabalável de intercalação. Ao final de cada fase do ciclo, a forma de governar engendraria um reinício, mas não necessariamente através da autocracia. Dessa forma, as constituições políticas no ciclo temporal de Políbio seguem um padrão circular

<sup>128</sup> POLÍBIOS, 1985, p. 327.

<sup>129</sup> Ibidem, loc. cit., grifo nosso. “Oclocracia, de *okhlos*, que significa multidão, massa, gentio, plebe, e bem corresponde a nosso ‘governo de massa’, ou ‘das massas’ [...]” BOBBIO, 2017, p. 51.

<sup>130</sup> Ibidem.

cósmico limitado, em que as mudanças ocorrem de forma cíclica, porém não previsível em termos de qual regime sucederá o outro.

Políbio, ao analisar as dinâmicas políticas e sociais, desenvolveu uma visão abrangente sobre o ciclo de decadência das formas de governo. Segundo ele, essa decadência estava intrinsecamente ligada à inexorabilidade da natureza, em que tudo tende ao desaparecimento. Para o historiador, esse princípio se aplicava não apenas a fenômenos naturais, mas também às diversas formas de sociedades políticas.

Nessa perspectiva, Políbio identificou dois fatores que contribuía para o fim de um ciclo político. O primeiro era de natureza exógena e natural, ou seja, relacionado a eventos externos que afetavam o curso dos acontecimentos políticos. Esses eventos poderiam ser desastres naturais, invasões de outros povos ou mudanças geopolíticas. Esses fatores externos exerciam uma pressão sobre as estruturas políticas existentes, levando à sua transformação ou mesmo à sua queda. O segundo fator apontado por Políbio era endógeno e social, ou seja, estava relacionado a questões internas das próprias sociedades políticas. Ele enfatizava que as formas de governo, por sua própria natureza, traziam consigo as sementes da decadência. Corrupção, ganância, lutas de poder e desequilíbrios internos eram elementos que minavam gradualmente a estabilidade e a eficácia dos governos, levando ao seu declínio e eventual substituição.

[...] O fato de tudo estar sujeito à decadência e ao desaparecimento é uma verdade a respeito da qual não há necessidade de insistir; a inexorabilidade da natureza basta para convencer-nos disto. Todas as espécies de sociedade políticas estão fadadas ao desaparecimento de duas maneiras, sendo uma devida a fatores exógenos e a outra a um processo cujo desenvolvimento ocorre dentro da própria sociedade; no primeiro caso o desaparecimento acontece de maneira imprevisível, mas no outro há uma sequência definida.<sup>131</sup>

Ora, a estruturação do ciclo polibiano poderia então ser notada como fatalista, uma vez que os acontecimentos históricos futuros estariam predeterminados<sup>132</sup>, isto é, condenados ao esfacelamento. Contudo, antes de ser exclusivamente uma reputação infalível do destino humano, a decadência compreende, segundo aporte do historiador grego, um percurso próprio, natural, orgânico e cíclico acerca da vida.

Políbio não teria caído completamente em uma órbita fatalista, visto que ao associar o ciclo à política, justamente por propor o governo misto<sup>133</sup> como melhor forma de governo,

<sup>131</sup> POLÍBIO, 1985, p. 347.

<sup>132</sup> “[...] Políbio estabelece definitivamente a sistemática clássica das formas de governo; expõe uma filosofia da história *in nuce*, segundo a qual o desenvolvimento histórico ocorre segundo certa ordem, que é dada pela sucessão predeterminada e recorrente das diversas constituições; e expressa a preferência por uma constituição em relação a todas as outras, pela constituição mista em relação às constituintes simples”. BOBBIO, 2017, p. 50.

<sup>133</sup> “A teoria dos ciclos, no entanto, demonstra que as constituições comuns são instáveis. Por instáveis, todas as constituições, mesmo as consideradas tradicionalmente boas, são más – e não soe paradoxal. Do ponto de vista do valor supremo da ordem garantida pela estabilidade, caduca a distinção entre constituições boas e más. E esta

talvez uma temporalidade circular mais alongada: “Outro modo de construir um modelo de ótima república é combinar numa síntese ideal os vários elementos positivos de todas as formas boas, de sorte a eliminar seus vícios e conservar suas virtudes”<sup>134</sup>. Haveria a possibilidade não de uma “salvação”, mas de uma boa duração do ciclo nas ações dos sujeitos.

A respeito do modelo cíclico, vale destacar que mesmo Platão, de acordo com as observações de Eliade, embora tenha considerado ideias relacionadas à astrologia, expressava sarcasmo em relação àqueles que aceitavam o fatalismo astrológico do ciclo cósmico ou a eterna repetição desse ciclo. É interessante mencionar que Políbio, por sua vez, era um leitor de Platão, o que indica a possibilidade de ele ter reconhecido a viabilidade de uma mudança na estrutura do ciclo cósmico, transformando-o de uma concepção eterna para uma limitada.

Platão, mesmo em seus tempos e apesar de sua aceitação de alguns dos planos da astrologia caldeia, era profuso em seu sarcasmo contra aqueles que tinham se deixado cair no fatalismo astrológico, ou que acreditavam numa eterna repetição no sentido estrito (estoico) da palavra (cf., por exemplo, República, VIII, 546 ss.)<sup>135</sup>.

Essa perspectiva sugere que Políbio, ao observar as oscilações políticas e sociais, não via o ciclo como um processo inescapável e imutável, mas sim como um padrão cíclico sujeito a limitações. Assim como as fases da lua ou as estações do ano, o ciclo político também seguia uma sequência previsível, porém finita, em que havia espaço para mudanças e transformações.

Dessa forma, a leitura de Platão, por parte de Políbio, pode ter contribuído para sua compreensão de que o ciclo cósmico não era necessariamente um ciclo eterno e repetitivo, mas sim um ciclo com limites e possibilidade de evolução. Essa visão mais dinâmica permitiu que Políbio enxergasse a política e a história como processos em constante transformação, em que as sociedades poderiam romper com o ciclo e buscar novas formas de organização.

Por fim, um elemento adicionado pelo historiador grego é que a decadência ao fim do ciclo não seria necessariamente a mesma do ciclo anterior. Na verdade, ela poderia ser ainda mais intensa e prejudicial. Nas transições entre as formas de governo, o ciclo polibiano nem sempre traz consigo a possibilidade de melhorias na arte política. Isso sugere que a sucessão de regimes pode resultar em consequências negativas e agravar ainda mais a situação, ao invés de promover avanços ou transformações positivas na governança.

[...] O ciclo polibiano se desenvolve através de uma alternância de constituições boas e constituições más, em que, aliás, a constituição boa que se segue é menos boa do

---

distinção caduca quando se observa o que umas e outras três têm em comum: o que têm em comum é serem simples, nas quais quem governa é o rei (ou o tirano, os melhores (ou os mais ricos), o povo (ou a plebe). A tese de Políbio é que todas as constituições simples, pelo fato de ser simples, são más (mesmo as justas). Qual o remédio? O remédio é o governo misto, isto é, uma constituição que seja o produto de uma composição das três formas clássicas”. Ibidem, p. 55.

<sup>134</sup> BOBBIO, 2017, p. 15.

<sup>135</sup> ELIADE, 1992, p. 114.

que a boa precedente e a má seguinte é pior do que a má precedente. Em outras palavras, a linha decrescente [...] do ciclo polibiano é rompida por uma alternância de momentos bons e momentos maus, ainda que, no fim, tenda para baixo.<sup>136</sup>

De volta ao texto “Lucano”, na comparação entre os possíveis diálogos de Azevedo com Políbio, observa-se que há muitas semelhanças entre eles. Em Álvares de Azevedo as formas de governo em Roma não se dão exatamente como todos os modelos propostos pelo historiador, mas a alternância de forma de governo sim, ou seja, da monarquia para república, e depois dela para a monarquia (Império) se assemelha à teorização do escritor grego.

Além disso, é muito parecido com Políbio o fato de Azevedo colocar na substituição de governantes, um decaimento na qualidade de seus feitos. No texto azevediano, o último regime governamental descrito sobre Roma termina com a decadência da cidade, quando esta já era um Estado papal. A percepção do autor era de que aquele tempo era de uma decadência pior do que fora em outros momentos, como na época de Júlio César. A possibilidade de sempre a degeneração ser pior do que fora, como teoriza Políbio, é bem aparente em “Lucano”.

Ao considerarmos o historicismo de Políbio, percebemos que ele não apenas esclarece a noção de decadência, mas também estabelece uma conexão interessante entre os ciclos e as forças políticas e as formas de governo. Da mesma forma, em Azevedo, ao abordar a decadência de Roma, ele também explora o movimento cíclico em torno da política e dos diferentes modos de governar. Ambos os autores reconhecem a influência desses elementos na trajetória histórica e na compreensão da decadência de uma sociedade.

Em seu texto “Lucano”, Azevedo retrata uma fase guerreira na história da cidade, destacando os governantes corajosos que a conduziram. No entanto, ele também aborda a corrupção moral trazida por César, que marca um declínio na cidade eterna. De acordo com a perspectiva de Azevedo, esses altos e baixos se sucedem alternadamente ao longo do tempo. Podemos observar isso na ascensão do cristianismo em Roma e, posteriormente, no período de absolutismo dos papas. Essa visão azevediana revela a oscilação constante entre momentos de grandeza e de decadência na história da cidade romana.

---

<sup>136</sup> BOBBIO, op. cit., p. 52-53.

## 5- Diálogos de Azevedo: A percepção da história cíclica

Ao tratar de história cíclica, Azevedo revela a oscilação entre períodos de glória e decadência nas ações humanas, destacando a complexidade da trajetória das civilizações. Essa visão alinhada à teoria das idades de Herder permite uma compreensão mais abrangente do ciclo histórico e das transformações que ocorrem em cada era. Dessa forma, a interseção entre Azevedo e Herder proporciona uma melhor compreensão sobre os padrões e dinâmicas históricas presentes em suas narrativas.

Herder, ao versar acerca da multiplicidade de povos, de culturas, de tempos e de histórias em seu livro *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*, elaborou uma teorização bastante rica sobre os desenvolvimentos sociais e culturais do gênero humano e sobre a sucessão dos povos ou daqueles que viveram ao mesmo tempo. Para ele, cada sociedade não poderia ser o que foi para sempre. A “roda do destino humano” só poderia ofertar aquele povo certa “duração”, depois novas transformações substituiriam as anteriores. Deste modo, em comparação ao que sucede com a arte, com cada ciência, o filósofo alemão afirma que determinada população teria início, meio e fim.

Para Herder não haveria dois momentos que fossem iguais, cada povo não foi o mesmo ao longo das épocas. Ou seja, não há permanência de um povo para sempre; portanto, o surgimento de uma concepção de decadência, segundo o filósofo, é inerente aos acontecimentos humanos.

Que nenhum povo continuou nem poderia continuar por muito tempo sendo aquilo que era... **Que cada um, como acontece com cada arte e cada ciência e com qualquer outra coisa, teve o seu período de crescimento, a que se seguiu o de florescimento e por fim o declínio...** Que cada uma dessas transformações durou tão somente aquele mínimo de tempo que a roda do destino humano lhe pode atribuir... Que, por último, neste mundo não há dois momentos que sejam idênticos e que, portanto, nem os egípcios, nem os romanos, nem os gregos foram os mesmos ao longo de todas as épocas que atravessaram... Temo de pensar nas sábias objeções que sobre tudo isto me podem ser feitas por sábias gentes, sobretudo pelos conhecedores de história!<sup>137</sup>

Herder em nenhum momento define em seu livro de filosofia da história, *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*, se a história caminha de forma cíclica ou linear. Entretanto, Herder conforme propõe Meinecke e Pucciarelli, ao estabelecer as fases da humanidade comparando-as às idades da vida biológica do indivíduo, aderiu à ideia de um “tempo cíclico limitado”, que teve seu crescimento, sua expansão e por fim o seu declínio.

<sup>137</sup> HERDER, 1995, p. 36-37, grifo nosso.

Embora Herder aponte certa discordância nas determinações de teóricos acerca da eterna alternância<sup>138</sup> de períodos e povos.

Ainda que acredite que o movimento da temporalidade na Idade Moderna fosse linear e desde o Renascimento, Herder recupera a ideia de circularidade histórica. Quando olharmos para a teorização do filósofo alemão sobre tempo e história, nos parece que ele empreendeu, em seu livro *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*, uma teoria disseminada na tradição ocidental desde Hesíodo, Platão, Aristóteles e Políbio.

Herder revisita Hesíodo, por exemplo, no vínculo de temporalidade circular e história. O ciclo cósmico de Hesíodo apresenta as idades de ouro, de prata, de bronze, dos heróis e de ferro. No percurso das eras, há um valor descendente, dita pelo autor grego como sendo uma idade degenerada. Ou seja, o período denominado como idade do ferro é visto como uma época de decadência, é a era da humanidade que governa o mundo<sup>139</sup>.

---

<sup>138</sup> “Ninguém no mundo sente mais que eu *as fraquezas da caracterização geral*. Pinta-se o quadro de todo um povo, de toda uma época, de toda uma região... *Quem* foi que assim pintamos? Tomam-se povos ou período que se seguem uns aos outros para os reunir numa eterna alternância como se fossem vagas de um mar.... *Quem* foi que assim pintámos? A *quem* se aplica a palavra que procura representar? Acaba-se sempre por captar esses povos ou esses períodos com um nada, debaixo de uma palavra geral, perante a qual cada um poderá pensar e sentir o que quiser...”. HERDER, 1995, p. 34.

<sup>139</sup> Ora, Hesíodo foi primeiro quem sistematizou a história cíclica, ele a elaborou tendo em vista as cinco raças: “As cinco raças/ **Raça de Ouro** – Se queres, com outra estória esta encimarei;/ bem e sabiamente lança-a em teu peito!/[Como da mesma origem nasceram deuses e homens]/ Primeiro de ouro a raça dos homens mortais/ criaram os imortais, que mantêm olímpias moradas./ Eram do tempo de Cronos, quando no céu este reinava;/ como deuses viviam, tendo despreocupado coração./ apartados, longe de penas e misérias; nem temível/ velhice lhes pesava, sempre iguais nos pés e nas mãos,/ alegram-se em festins, os males todos afastados,/ morriam como por sono tomados; todos os bens eram/ para eles: espontânea a terra nutriz fruto/ trazia abundante e generoso e eles, contentes,/ tranquilos nutriam-se de seus pródigos bens./ Mas depois que a terra a esta raça cobriu/ eles são, por desígnios do poderoso Zeus, gênios/ corajosos, ctônicos, curadores dos homens mortais./ [Eles então vigiam decisões e obras malsãs,/ vestidos de ar vagam onipresentes pela terra.]/ E dão riqueza: foi este o seu privilégio real./ **Raça de Prata** – Então uma segunda raça bem inferior criaram,/ argêntea, os que detêm olímpica morada;/ à áurea, nem por talhe nem por espírito, semelhante;/ mas por cem anos filho junto à mãe cuidadosa/ crescia, menino grande, em sua casa brincando,/ e quando cresciam e atingiam o limiar da adolescência/ pouco tempo viviam padecendo horríveis dores/ por insensatez; pois louco Excesso não podiam/ conter em si, nem aos imortais queriam servir/ nem sacrificar aos venturosos em sagradas aras,/ lei entre os homens segundo o costume. Então/ Zeus Cronida encolerizado os escondeu porque honra/ não davam aos ditosos deuses que o Olimpo detêm./ Depois também esta raça sob a terra ele ocultou/ e são chamados hipoctônicos, venturosos pelos mortais,/ segundos, mas ainda assim honra os acompanha./ **Raça de Bronze** – E Zeus Pai, terceira, outra raça de homens mortais/ brônzea criou em nada se assemelhando à argêntea; era do freixo, terrível e forte, e lhe importam de Ares/ obras gementes e violências; nenhum trigo/ eles comiam e de aço tinham resistente o coração;/ inacessíveis: grande sua força e braços invencíveis/ dos ombros nasciam sobre as robustas partes./ Deles, brônzea as armas e brônzea as casas,/ com bronze trabalhavam: negro ferro não havia./ E por suas próprias mãos tendo sucumbido/ desceram ao úmido palácio do gélido Hades;/ anônimos; a morte, por assombrosos que fossem,/ pegou-o negra. Deixaram, do sol, a luz brilhante./ **Raça dos Heróis** – Mas depois também a esta raça a terra cobriu,/ de novo ainda outra, quarta, sobre fecunda terra/ Zeus Cronida fez mais justa e mais corajosa,/ raça divina de homens heróis e são chamados/ semideuses, geração anterior à nossa na terra sem fim./ A estes a guerra má e o grito temível da tribo/ a uns, na terra Cadmeia, sob Tebas de Sete Portas,/ fizeram parecer pelos rebanhos de Édipo combatendo,/ e a outros, embarcados para além do grande mar abissal/ a Troia levaram por causa de Helena de belos cabelos,/ ali certamente remate de morte os envolveu todos/ e longe dos humanos dando-lhes sustento e morada/ Zeus Cronida Pai nos confins da terra os confinou./ E são eles que habitam de coração tranquilo/ a Ilha dos Bem-Aventurados, junto ao oceano profundo,/ heróis afortunados, a quem doce fruto/ traz três vezes ao ano a terra nutriz./ **Raça de Ferro** –

[...] [O] poeta Hesíodo concebia todo o cosmo governado por um processo de decadência geracional, começando em uma idade de ouro, quando os deuses imperavam em paz e harmonia, seguida das idades de prata, de bronze e por último de ferro, quando os homens eram forçados a viver pelo suor da frente e a sofrer sua sina (nas mãos de senhorios, reis [...])<sup>140</sup>.

O gráfico de Barros oferece uma visualização da "sequência mítica da degradação humana".

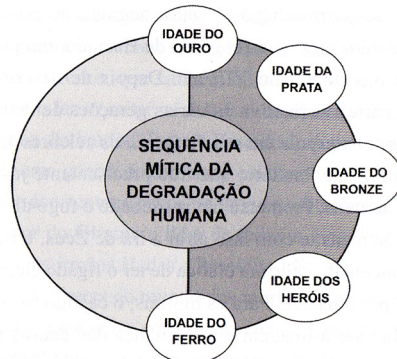


Figura 1: O mito da degradação humana de Hesíodo. Fonte: Barros, 2013, p.58.

Ora, configurado pelos diversos povos e teóricos, o tempo cíclico mítico é, por certo, uma crítica às evidentes deficiências humanas que, ao longo das eras, puderam ser observadas nas sequências históricas deflagradas pela raça humana.

O padrão mítico apresentado por Hesíodo não é um caso isolado na história do pensamento mitológico. Muitas outras sociedades produziram narrativas similares, em geral para explicar as evidentes deficiências humanas. É assim que o imenso repertório de mitos nas várias sociedades e civilizações oferecem variações que envolvem sequências míticas de degeneração da humanidade. Podemos citar o interessante exemplo do judaísmo, que é uma das mais antigas religiões indianas, ao lado do budismo e do hinduísmo. Aqui se apresenta uma imagem bastante peculiar do tempo, descrito como um “giro cosmogônico” que inclui dentro de si a sequência da degradação humana. O que ocorre, porém, é que a “série ascendente” de recuperação da virtude, de modo que ao fim de tudo se constitui um círculo que se repete eternamente<sup>141</sup>.

Herder, de fato, estabelece diálogos tanto com Aristóteles quanto com Políbio em relação à conexão entre história e tempo. Nessa perspectiva, a ideia predominante é de que a

---

Antes não estivesse eu entre os homens da quinta raça,/ mais cedo tivesse morrido ou nascido depois./ Pois agora é a raça de ferro e nunca durante o dia/ cessarão de labutar e penar e nem à noite de se/ destruir; e árduas angústias os deuses lhes darão./ Entretanto a esses males bens estarão misturados./ Também esta raça de homens mortais Zeus destruirá,/ no momento em que nascerem com têmporas encanecidas./ Nem pai a filhos se assemelhar, nem filhos a pai; nem hóspedes a/ hospedeiro ou companheiro a companheiro,/ e nem irmão a irmão caro será, como já havia sido;/ vão desonrar os pais tão logo estes envelheçam/ e vão censurá-los, com duras palavras insultando-os;/ cruéis; sem conhecer o olhar dos deuses e sem poder/ retribuir ao velhos pais os alimentos;/ [com a lei nas mãos, um outro saqueará a cidade]/ graça alguma haverá a quem jura bem, nem ao justo/ nem ao bom; honrar-se-á muito mais ao malfeitor e ao/ homem desmedido; com justiça na mão, respeito não; haverá; o covarde ao mais viril lesará com/ tortas palavras falando e sobre elas jurará./ A todos os homens miseráveis a inveja acompanhará,/ ela, malsonante, malevolente, maliciosa ao olhar./ Então, ao Olimpo, da terra de amplos caminhos,/ com os belos corpos envoltos em alvos véus,/ à tribo dos imortais irão, abandonando os homens,/ Respeito e Retribuição; e tristes pesares vão deixar/ aos homens mortais. Contra o mal força não haverá!. HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. São Paulo: Iluminuras, 2019, p. 27-33, grifo nosso.

<sup>140</sup> HERMAN, 1999, p. 21-22.

<sup>141</sup> BARROS, José D' Assunção. *O tempo dos historiadores*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 58.



história é uma sucessão de períodos caracterizados por formas boas e más. Enquanto para Platão a sucessão é marcada por formas más que se sucedem umas às outras, há sempre um agravante nos eventos que ocorre após outro. Os primeiros pensadores que abordaram a noção de ciclos na história apresentam opiniões diversas sobre a trajetória da humanidade. Cada um deles teoriza os diferentes modelos de ciclos de acordo com o período e o contexto de cada povo. Nesse sentido, podemos observar que o ciclo polibiano estabelece diálogos com a tradição ao mesmo tempo em que apresenta suas diferenças e semelhanças com outros autores. Isso também ocorre com o ciclo herderiano, em que Herder traz suas próprias perspectivas e contribuições para a compreensão da história como um ciclo.

Herder não refutou a vinculação de história e temporalidade a partir de uma certa circularidade dos assuntos humanos. Ele a reelabora de tal modo que o seu ciclo é bastante particularizado e bem funcional para tratar da conseqüente ideia de decadência derivada daquela tradição, bem como da conseqüente visão de fim de época, para abordar o desenvolvimento histórico, social e cultural da mulher e do homem.

Cada momento das civilizações, na visão de Herder, desempenha um papel crucial no desenvolvimento da humanidade. Apesar de reconhecer a dificuldade em estabelecer relações e conexões entre as cenas da história, em definir como uma se entrelaça com as outras e representar a incomensurabilidade e multiplicidade das narrativas simultâneas, Herder possui uma visão e uma perspectiva bem definidas sobre a diversidade dos tempos. Essas perspectivas refletem o desejo de encontrar um princípio unificador e um sentido que possam explicar o caos aparente. Dessa forma, de acordo com o filósofo, cada cena histórica constitui um instante único, que, embora se conheça o seu curso, tende a uma conclusão.

No entanto, mesmo com o conhecimento do percurso, as múltiplas causas que moldam a diversidade e direcionam o curso da história são inapreensíveis e impossíveis de serem totalmente compreendidas ou totalizadas.

Conseguisse eu ligar entre si as cenas, sem as confundir, mostrar como se relacionam umas com as outras, como se perdem umas dentro das outras, mostrar que cada uma por si é apenas momento, mas que todos os momentos tomados na sua progressão são orientados para fins... Que perspectiva não obteria! Que aplicação mais nobre se poderia esperar para a história da humanidade?<sup>142</sup>

Segundo Herder, a história se desenvolve de maneira semelhante às fases de desenvolvimento da vida de um indivíduo<sup>143</sup>. Em sua ótica, a cultura não se manteve e nem deveria manter o mesmo florescimento por milênios. Ora, uma idade de ouro não se conservou

---

<sup>142</sup> HERDER, 1995, p. 46.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 46

para sempre. Como ocorre com o “ciclo cósmico limitado”, ela conseqüentemente chegaria a um fim. O Oriente antigo, segundo Herder, durou séculos, mas não permaneceu. A antiguidade não se manteve eternamente, ela se esvaiu.

De mais a mais, é impossível copiar, imitar e repetir o passado, é o fim da história enquanto mestra da vida. O passado não se mantém o mesmo, nem ao longo dos tempos, nem de uma cultura para outra. “Os orientais, os gregos, os romanos só existiram uma vez; só haviam de interferir uma vez, num só ponto, com a cadeia elétrica que o destino ia estendendo!”<sup>144</sup>.

A ideia de que nada é permanente, exceto os deuses, é um processo que limita as coisas ou as ações humanas. Desde a Antiguidade: “O filósofo Heráclito via todo o universo regido por uma lei única de mudança: ‘Tudo flui. Nada permanece’. Édipo de Sófocles compreendeu tudo isso bem: ‘[o]s deuses são os únicos que não envelhecem, [...] mas, quanto ao resto, tudo é destruído pelo tempo [...]’”<sup>145</sup>.

As civilizações, segundo Herder, são “[...] concebidas a la manera de organismos vivientes que, lo mismo que los pueblos, están sujeta a la ley de los ciclos y condenadas a pasar por las etapas de crecimiento, plenitude y declinación”<sup>146</sup>. Desse modo, as coisas que sucedem, tudo tenderia a passar por idades diferentes, uma vez que o esforço, e em determinado momento o anseio de transformação se faz presente:

[...] Ou repara naquela árvore que não para de crescer! Naquele homem que se agiganta! Tem que passar por diferentes idades, sempre em manifesta progressão contínua, sempre num esforço de continuidade! Entre cada idade parece haver momentos de repouso, revoluções, transformações! [...] O esforço, o anseio, é permanente! Na era em que vive, ninguém está só: constrói sobre o que precedeu mais não é, mais não quer ser do que fundamento do futuro...<sup>147</sup>

Viver é conviver com épocas distintas. Não é apenas o outro que está alocado noutra tempo senão nós mesmos que somos um mosaico de tempos<sup>148</sup>.

Ora, Herder dividiu a história da humanidade em fases, a infância, a adolescência, a maturidade e a decadência. Segundo o filósofo, a infância estaria aportada no Oriente, lugar que soprou a vida da humanidade.

Além, o Oriente! Berço do gênero humano, das inclinações humanas e de toda a religião. Se é certo que mais tarde, num mundo arrefecido, a religião havia de ser desprezada e de ser extinguindo, não é menos verdade que foi dali que nos chegou a sua palavra, que soprou até nós o espírito do fogo e das chamas. Com uma dignidade paternal e uma simplicidade que ainda hoje comove, sobretudo “o coração de uma

<sup>144</sup> HERDER, 1995, p. 91.

<sup>145</sup> HERMAN, 1999, p. 22.

<sup>146</sup> [...] concebidos como organismos vivos que, como os povos, estão sujeitos à lei dos ciclos e condenados a passar pelas etapas de crescimento, plenitude e declínio. PUCCIARELLI, 1950, p. 17-18.

<sup>147</sup> HERDER, op. cit., p. 45.

<sup>148</sup> LIMA, 2006, p. 419.

inocente criança’! A infância da espécie humana há de agir sempre sobre a infância do indivíduo: o último inocente nasce ainda no primeiro Oriente...!<sup>149</sup>

Já a adolescência da humanidade se equivaleria aos gregos. Foram os helênicos, na “aurora dos fatos universais”, que distribuíram o “botão florido do espírito humano”, isto é, a capacidade de se desenvolver e de expandir. Eles que repassaram o amor ao belo e à beleza, as ideias de pátria, liberdade, arte, poesia etc. No entanto, a época grega se realizou apenas uma vez, e não coube mais a Grécia o protagonismo sobre a história humana.

Os adolescentes de tudo aquilo a que chamamos belas-letas e belas-artes são os gregos. Aos olhos do nosso século, o que estiver para além disto é talvez demasiado profundo ou demasiado infantil. Mas os gregos, na verdadeira aurora dos factos universais, que enorme influência [eles] exerceram sobre os tempos que haviam de se seguir! É deles que nos chega o mais belo botão florido do espírito humano: a coragem heroica, o amor da pátria, o sentimento da liberdade, o amor pelas artes, o canto, a sonoridade da poesia, o tom da narrativa, o trovão da eloquência, o desabrochar da cidadania que hoje se implantou. Os gregos, ali, onde foram colocados... Foi-lhes dado um céu, um país, uma constituição, um momento apropriado... E eles construíram, descobriram, nomearam... E nós continuamos a construir e a nomear segundo o que eles nos ensinaram... O século grego realizou! Mas realizou apenas uma vez! E quando o espírito humano empenhou todas as suas forças para acordar pela segunda vez... O espírito tinha se transformado em cinza, e afinal a Grécia não regressou!<sup>150</sup>

De acordo com Herder, os romanos representaram a fase madura da civilização, colhendo os frutos socioculturais que outros povos, como os egípcios, fenícios e gregos, haviam cultivado. Embora tenham preservado traços da origem desse desenvolvimento social, cultural e político, eles também adicionaram elementos distintos, como o apreço pela guerra, a instituição da escravidão e a influência do cristianismo. Ao compartilharem sua contribuição para a civilização subsequente, eles transmitiram seus modos de vida, costumes, religião, arte, formas de governo e até mesmo sua linguagem para outros povos.

Os romanos, os que primeiro recolheram e distribuíram os frutos que outros bem longe haviam cultivado e que agora lhes caíam maduros nas mãos! É verdade que foram obrigados a deixar as seixas e os botões floridos nos seus lugares de origem, mas também é certo que redistribuíram os frutos: relíquias do mais antigo mundo envoltas em roupa romana, em modos romanos e em linguagem romana... [...]!<sup>151</sup>

Herder postula que cada civilização desempenhou um papel crucial no desenvolvimento do conhecimento humano. Roma, sendo considerada a fase de maturidade adulta da civilização, desempenhou um papel de conexão entre diferentes estágios de desenvolvimento. Assim como outras civilizações, Roma serviu como uma ponte entre a infância do Oriente e a adolescência grega, abrindo caminho para um novo tipo de desenvolvimento vertical caracterizado pela coexistência de múltiplas culturas ocidentais.

---

<sup>149</sup> HERDER, 1995, p. 100.

<sup>150</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>151</sup> Ibidem, loc. cit.

Como poderia a casca rude dos frutos do Norte captar a delicadeza do aroma grego? A península itálica teve, portanto, que servir de ponte. Roma foi o tempo intermediário necessário à consolidação do fruto e à respectiva partilha... Mesmo a língua sagrada do novo mundo cristão foi, em toda a Europa e durante um milênio, a língua romana, com tudo o que isso implicava<sup>152</sup>.

À medida que o tempo avançava, o Império Romano “[...]teve o seu fim. E, quanto mais elevado o edifício, quanto mais alto implantado, tanto maior o fragor da queda! **Metade do mundo ficou em ruínas**”<sup>153</sup>.

No entanto, após a ruína do Império Romano, florescem no sul da Europa os franceses, os espanhóis, os portugueses, ao norte os ingleses, os alemães, e na América, inclusos os americanos do sul, centro e norte etc. Daí a ideia do tronco, para o primeiro desenvolvimento, e da copa da árvore, para o segundo. O fruto da árvore corresponde ao advento e existência simultânea das diversas e múltiplas culturas ocidentais que surgiram com a decadência romana<sup>154</sup>.

No organicismo herderiano, a forma que melhor corresponde a esse andamento da história é a árvore: o tronco seria constituído pelos gomos do Oriente antigo, egípcios fenícios, gregos, romanos etc<sup>155</sup>. A copa da árvore corresponde à multiplicidade e à existência concomitante das culturas europeias: alemãs, francesas, italianas, portuguesas, americanas etc. Antes havia unidade de uma só cultura e depois a multiplicidade<sup>156</sup>. “É precisamente a ausência de unidade, a complexidade, a abundância de ramos e de rebentos que constituem a natureza própria do espírito”<sup>157</sup>.

Compreende-se então que a relação de uma época para outra se realiza tanto por meio de assimilação, quanto por meio de conflito: “Los egípcios no pudieron existir sin los orientales, los griegos construyeron sobre aquéllos y los romanos se alzaron sobre las espaldas del mundo entero: estamos, verdaderamente, ante un progreso [...] a través de las grietas y las ruinas de unas cuantas escenas sueltas”<sup>158</sup>.

Na teorização herderiana, observa-se que os gregos não conseguiram recriar a sua idade de ouro, mesmo tendo alcançado notáveis conquistas e contribuições para a civilização. Essa incapacidade de restaurar esse período idealizado de perfeição e plenitude revela a

---

<sup>152</sup> HERDER, 1995, p. 101.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 47, grifo nosso.

<sup>154</sup> CUNHA, 2021, p. 42.

<sup>155</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>156</sup> Ibidem.

<sup>157</sup> HERDER, op. cit., p. 63.

<sup>158</sup> “Os egípcios não poderiam existir sem os orientais, os gregos construíram sobre eles e os romanos se ergueram sobre as costas do mundo inteiro: estamos verdadeiramente diante de um progresso [...] através das rachaduras e ruínas de algumas cenas soltas.”. HERDER apud CASSIRER, 1964, p. 270, tradução nossa.

complexidade e as limitações inerentes a cada época histórica. No entanto, os árabes desempenharam um papel significativo ao preservar e transmitir os vestígios remanescentes da cultura grega. Eles se tornaram o elo essencial entre os gregos e a cultura ocidental moderna, estabelecendo uma ponte que permitiu a continuidade do legado grego ao longo dos séculos. Através desse intercâmbio cultural, os árabes foram responsáveis por preservar e difundir conhecimentos e obras fundamentais da antiguidade, contribuindo para a formação e o desenvolvimento da cultura ocidental: “Mesmo mais tarde, quando chegou o momento de a Grécia exercer uma segunda influência sobre a Europa, tal não aconteceu de forma directa. A Arábia forneceu um canal, por muito açoreado (sic) que fosse... A Arábia o *under-plot* da história da formação na Europa!”<sup>159</sup>.

Enfim, a própria divisão da história em idades (infância, adolescência e adulta) estabelece uma origem e um final. Herder, ao pensar a respeito da inevitabilidade (do florescimento e do apogeu) da degeneração, traria então uma certa fatalidade para a história: “[...] [H]averá quem me lance o argumento vulgar de que se elogia sempre o que é distante e se lamenta sempre o presente [...]. Vejo bem tudo o que o nosso século tem de grande, de belo e de único”<sup>160</sup>. No entanto, o filósofo alemão era entusiasmado com a beleza das culturas diversas e as mais diferentes, acabando por compreender que a vida e a cultura de uma nação são construídas como a poesia, isto é, uma construção criativa formulada por seus membros.

Chegamos, assim, ao desfecho da exposição sobre Herder e, ao refletirmos sobre sua aproximação com o historiador grego, percebemos que ambos abordam o processo temporal de forma circular. Embora apresentem diferenças sutis, encontramos diversos pontos de contato entre suas teorias, uma vez que o modelo individual de suas abordagens produz substratos que sustentam a ciclicidade na história.

Herder, por sua vez, trouxe uma mudança significativa no objeto de investigação histórica, substituindo as formas de governo de Políbio pelas fases da história da humanidade. No entanto, tanto nos ciclos polibianos quanto nos herderianos, a progressão temporal ocorre de maneira semelhante, culminando com a manifestação da decadência ao final de cada ciclo. Contudo, há uma diferença crucial na abordagem de Políbio e Herder em relação às causas dessa mudança de fases. Enquanto Políbio atribui a alteração a fatores naturais e morais, como vícios e virtudes, Herder tem uma visão relativa da ideia de vício e virtude. O que é considerado virtuoso em uma época pode não ser considerado virtuoso em outra.

---

<sup>159</sup> HERDER, 1995, p. 101.

<sup>160</sup> Ibidem, p. 80.

Ademais, para Herder os fatores endógenos que levam ao florescimento e decadência de uma das fases de governo derivam também dos conflitos políticos entre povos – nem virtuosos, nem viciosos –, da força política de um Império sobre as colônias, como no caso da relação de Roma com outros inúmeros povos, assimilados em sua política, da França sobre a Alemanha, da Rússia sobre a Letônia etc. Ora, em Herder não há apenas sucessão de um fator para outro, mas fatores múltiplos que dependem da singularidade de cada cultura.

O ponto de contato entre a teoria de história de Azevedo com a de Herder seria a circularidade das fases de desenvolvimento da humanidade, com suas idades de surgimento, desenvolvimento e declínio, em menor escala, a circularidade das fases da história de Roma, contada pelo escritor paulista. Assim, podemos perceber que tanto o ciclo herderiano, baseado nas idades da humanidade, quanto o ciclo azevediano, relacionado às fases políticas de Roma, abordam a temática da história de maneira peculiar. Embora sigam abordagens distintas, ambos os ciclos compartilham a ideia de uma trajetória histórica marcada por transformações e oscilações. Enquanto Herder enfatiza a evolução das civilizações ao longo do tempo, Azevedo se concentra nas mudanças políticas e sociais da Roma antiga. Ambos os autores, cada um à sua maneira, nos convidam a refletir sobre a natureza cíclica da história e suas implicações para a compreensão da condição humana.

Por fim, ainda que o recorte das obras de Políbio e Herder seja mínimo, cremos que o *corpus* que selecionamos nos auxilia e corrobora a ideia de que Azevedo trata de uma teorização sobre a circularidade do tempo, bastante identificável na primeira parte do ensaio “Lucano”.

## **6- O sublime histórico em “Lucano”**

Na segunda parte de “Lucano”, Azevedo ressalta que o poeta Marcus Annaeus Lucanus abordou a história de forma singular em sua obra-prima, *Farsália*. Álvares de Azevedo enfatiza a capacidade de uma epopeia em absorver os diversos traços de uma época. Para destacar sua teoria de que um poeta representa o seu tempo, Azevedo analisa três grandes nomes da literatura: Homero, Tasso e Camões. No caso de Homero, por exemplo, o escritor brasileiro interpreta a epopeia homérica como um quadro capaz de representar a verdadeira essência de uma época. Azevedo acredita que cada epopeia absorve as características distintas de seu tempo e se define de acordo com elas.

No texto “Lucano”, Azevedo, embora fale dos romanos, trata de várias histórias e tempos. Ele faz um largo tracejado dos acontecimentos do povo de Roma, antes e na contemporaneidade de Lucano. Cita poetas consagrados como síntese histórica de uma época. Azevedo busca tratar das diferentes formas de se criar uma epopeia, faz contraponto de Lucano com Shakespeare. Os pontos de contato com as ideias de Herder sobre a história, multiplicidade de tempos tornam-se patentes.

Em sua análise do poeta romano Lucano, Álvares de Azevedo destaca que a época retratada por ele não se aplica a outras ocasiões ou eras, nem mesmo ao próprio período vivido por Lucano. Azevedo, ao explorar a decadência romana com temas como devassidão, perda da força guerreira e descrença religiosa, dialoga com a filosofia herderiana. Através desse diálogo, ele ressalta a constante transformação da natureza humana e enfatiza a relatividade dos valores ao longo do tempo. Isso destaca a natureza fluida da história, impedindo-a de ser um paradigma infalível para o futuro.

Ora, desde Herder a História não é mais “mestra da vida”. Postulou-se uma multiplicidade de história – implícita na metáfora de Proteu –, dispersando a ideia de totalidade e de uma visão bastante fechada de história, supostamente regidas pelos mesmos valores constantes em diferentes espaços e tempos. Nos trabalhos do filósofo alemão há o reconhecimento da pluralidade de culturas, e da incomensurabilidade dos princípios morais pelas diferentes culturas e às vezes até mesmo em uma cultura em seus diferentes tempos: “[...] dos valores de diferentes culturas e sociedades, [...] incompatibilidade dos ideais igualmente válidos, [...] implicada consequência revolucionária de que as noções clássicas de um homem e uma sociedade ideal são insignificantes e sem sentido<sup>161</sup>.

Herder subverte então a própria ideia de história como mestra da vida, embora não a despreze ou a combata. Em seu texto, propõe que haja a combinação de dois princípios diferentes no andamento da história, um secular, derivado das ações humanas, além de afirmar que o clima, a cultura e a religião são determinantes de sua história; que uma época lega para outra algum bem cultural ou descoberta tecnológica, mas também refuta outras. Mas o filósofo diz que Deus está oculto nesses eventos de alguma forma. Postulou ainda a hipótese de que a história se configura como um caos múltiplo de eventos e fatores determinantes, abertos e infinitos.

Da relação entre o presente e o passado, é incerto se o passado possui a capacidade de ensinar ao presente ou não. Ora, os egípcios que tinham o conhecimento da navegação, os

---

<sup>161</sup> BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1976, p. 140.

gregos, o amor ao belo e os romanos, o despotismo. Cada um deles legou à humanidade algum valor ou tecnologia, mas cada uma dessas civilizações se desenvolveu recusando a anterior alguma outra prática.

Perde-se assim o princípio educacional da história. Com isso, ao invés de repetir o mesmo valor ao longo dos tempos, a história agora passa a ser vista como um processo que, tendo uma origem no passado, caminha rumo ao futuro, e não tendo em vista o passado. Mesmo porque, se a intenção era prever o futuro e determinar o curso da sociedade e do Estado, isso deixou de ser efetivo ou possível<sup>162</sup>. Além disso, a continuidade será, a partir do século XIX, a ideia de que a história caminha por meio de rupturas e revoluções.

Desse modo, as revoluções modernas já não podem ser comparadas com as antigas, há descontinuidade dos tempos. Os antigos e modernos são duas sociedades completamente diferentes. Nem os homens se tornaram melhores, tampouco a mudança e a transformação nas sociedades antiga e moderna se efetivaram. “Paradoxalmente, ao deixar de ser *magistra vitae*, a história mostrou mais nítido que seu curso, fosse entre os antigos, fosse entre os modernos, era orientado [pelas revoluções], pelo mesmo impulso de violência, pelo qual os mais fracos são dizimados”<sup>163</sup>.

Segundo Herder, embora uma civilização legue à humanidade alguma descoberta, o princípio motor, como a criação do comércio pelos fenícios, o culto do belo e da arte pelos gregos, o princípio motor da história também reside na violência, nos conflitos e luta entre povos, conflitos estes que acarretam mudanças e transformações.

Em seu ensaio, Álvares de Azevedo busca compreender os traços distintivos da epopeia de Lucano baseada na relação do tempo histórico do poeta romano. Para o escritor paulista, uma epopeia incorpora as tendências e características de sua época. É a manifestação do Espírito Absoluto de um povo e de um tempo. Dessa forma, Azevedo ressalta que a literatura, os mitos e as lendas, como Herder também afirmava, têm a capacidade de revelar o passado.

Há homens que resumem na altivez da frente uma época inteira. Guerreiros – tornam-se a expressão materializada das tendências instintivas, ou o braço das aspirações espirituais; poetas – fazem-se a síntese de um volver atropelado de ideias, o foco concentrativo de mil lumieiros, de mil alvos individuais que se aunam, se harmonizam numa unidade ainda em seu ser vário, com suas crenças e filosofia, com sua poesia e o arrear íntimo da fé embebida de religiões<sup>164</sup>.

A literatura nos documenta a estrutura dos sentimentos das pessoas que viveram naquele tempo. Já o poeta teria todo um poder de síntese dos diversos fatores que a caracterizam. Se

---

<sup>162</sup> NUNES, 1998.

<sup>163</sup> LIMA, 2006, p. 414.

<sup>164</sup> AZEVEDO, 2000, p. 658.



uma epopeia ilustra e resume uma época, “Lucano é uma página dos fastos dessa Roma. Caráter brilhante – a luz que aureolava aquela fronte de poeta só serviu para mostrar a escuridão de um povo inteiro [...]”<sup>165</sup>. A escolha do poeta Lucano por Azevedo talvez fosse apontar para a queda do republicanismo como um dos principais elementos causadores da descrença e de devassidão presente em uma época, como Azevedo vê o seu tempo. Ora, pela narrativa de Azevedo, Lucano ainda representa em sua obra ostentação de riqueza e opulência de Roma.

Na discussão sobre o poder do gênio, como o de Homero, Tasso e Camões, Azevedo sugere que a literatura tem a capacidade de retratar o "Proteu" da história, ou seja, a sua multiplicidade e complexidade. Nesse sentido, Azevedo argumenta que a literatura pode ser mais eficaz do que a própria história em contar essa história multifacetada. Azevedo também destaca que a história é uma forma de epopeia. Em cada um desses poetas, há um aspecto singular, uma força peculiar que lhes permitem representar a história de maneira única. No caso de Tasso, Azevedo ressalta os méritos do poeta romano em seu épico *Jerusalém Libertada*, no qual ele consegue retratar não apenas o cristianismo, mas também o fanatismo, o despotismo, os anseios republicanos e a busca pela igualdade da plebe.

Na análise da obra do suposto poeta grego, o escritor brasileiro sugere que a história presente na epopeia dê conta de uma visão aproximada dos hábitos e costumes daquele povo. Primeiro, a inteligência (discernimento) como em toda infância “se avulta no plástico das formas estatuárias”, de contemplação (filosofia), de calma; durante a juventude, na fase vigorosa dos tempos viris, a inteligência brilha com maior intensidade. Para Azevedo, o que mais caracteriza o *ethos* grego seria a propensão a privilegiar a força física, no atletismo e nos jogos olímpicos, e logo a capacidade guerreira. O culto ao belo indica que o juízo estético predominou entre os gregos. Há, portanto, em Homero a representação dos fatos de história, de religião, da filosofia, da literatura, enfim da cultura, e o poeta traduz o valor de seu povo. “São as multidões guerreiras da Grécia”, a história nas páginas de uma epopeia.

Homero, Tasso e Camões foram homens assim. Na antiguidade o painel mais soberbo e mais verdadeiro daquelas eras, onde a inteligência como em todas as infâncias populares se avultava no plástico de formas estatuárias, quando ou a raça Adamita era mais acesa de vida nos músculos inda jovens, ou o atletismo tinha mais azo e desenvolvimento nos pugilatos do circo e na educação robusta daqueles tempos viris, – é o livro de Homero. A grandeza daquelas paixões dos heróis, a meio perdidos no confuso dos mitos – o orgulho daquelas raças hercúleas agitava o atropelar ígneo das entranhas do homem – o amor aí elevado como nos protagonistas da cena de Ésquilo nos coturnos, nas longas clâmides, e nas máscaras de lábios metálicos – não é só a fervura de um sangue mau, como diz o Iago Shakespeariano, – é o vibrar agoirento como o ramalhar Dodoneu. O ciúme não se cala aí o abafamento como no *Otelo*. São as multidões guerreiras da Grécia semibárbara, que rugem trigrinas às muralhas

---

<sup>165</sup> AZEVEDO, 2000, p. 657.

Troianas por uma mulher que adormece acalentada nos beijos perfumados de Paris, no voluptuoso das líras amorosas<sup>166</sup>.

Em Tasso, o poeta paulista pontuou outra força motriz da história, dizendo que se trata de uma época do cristianismo e do estabelecimento do feudalismo. Com ele, Azevedo ressaltou a luta entre plebe, com tendência de liberdade, e realeza, o poder centralizador e egoísta de um rei sobre todos os demais.

A epopeia do Tasso é a vibração daquela grande harpa Europeia, é o cristianismo no fanatismo, o instinto guerreiro dos povos que entreveem na igualdade de sangue do campo da lide, na igualdade da valentia, a igualdade do porvir – o instinto guerreiro dos reis, que querem mostrar aos povos quanto lhes vai de realeza no brio assim como na frente diademada. Entre a tendência egoísta e centralizadora dos reis e a tendência de liberdade do povilêu, há aí a aspiração cavaleiresca – de pairar com as águias montesas sobre o voo das aves da planura sobre aquelas cabeças de plebe valente. Era um duelo de brio entre fidalguia e a plebe, – era m duelo de brio e da alta política entre o rei e os demais do povo – e o feudalismo<sup>167</sup>.

Ao abordar a obra de Camões, Azevedo destaca que a fonte de inspiração do poeta português difere daquela de Tasso, apesar da presença do cristianismo em ambos. Camões foi impulsionado pelo fervor patriótico das grandes navegações ultramarinas. Azevedo ressalta que o português bebeu da fonte dos campeadores, dos guerreiros que lutaram em nome do cristianismo. Sua obra representa um modelo distinto de epopeia.

Os *Lusíadas* não se assemelham ao Tasso – porque aí a imaginação épica teve outro bebedeiro e inspiração. É a geração dos campeadores do cristianismo nas terras Portuguesas que leva seu valor à sombra de suas quinas até às terras Indiáticas e Americanas<sup>168</sup>.

Dado o alto poder de um poeta para representar todo um período, Azevedo designa assim a épica como o “sublime da história”<sup>169</sup>. “Eis aí pois. A epopeia, isto é, o sublime da história clama por seu evocador – como a amante por seu poeta. A epopeia a não ser um anacronismo seria um absurdo num tempo de marasmo”<sup>170</sup>. Para ele a história é sublime por representar, com prazer e dor, as múltiplas forças dinâmicas com poder de ameaçar a vida; dá a noção de que o estilo sublime tende a configurar um excesso de ideias e fatores que ameaçam a existência, pondo em luta as forças sensíveis que vencem a natureza suprassensível, ética e intelectual, do homem<sup>171</sup>. Como Azevedo aplica à escrita da história um valor estético, ele unifica esses dois campos do saber.

<sup>166</sup> AZEVEDO, 2000, p. 658.

<sup>167</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>168</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>169</sup> Natália Santos estudou ostensivamente o sublime histórico de Azevedo, a epopeia, em sua dissertação de mestrado de 2012.

<sup>170</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>171</sup> SCHILLER, Friedrich. *Do sublime ao trágico*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

Se para Azevedo, Homero, Tasso e Camões produzissem o gênero épico de diferentes e singulares modos, Virgílio, diferentemente, traria certos traços dos modelos gregos, mas apenas enquanto “sombras”. Com isso, Azevedo, ao tratar de originalidade, diz que Virgílio deixou-se levar pela força do experimento dos vários gêneros (éclogas, epopeia etc.) da inspiração. Para Azevedo, Virgílio é diferente, não menor. Virgílio é uma exceção porque sua *Eneida* não foi composta em época de turbulência. Sua epopeia não é “selvagem”, mas guarda traços de suas *Éclogas*, sendo macia, graciosa e plácida. A epopeia de Virgílio não é mítica, como a de Dante. Para criar o efeito de gracioso, macio e perfumado, o verso precisa ser polido.

Virgílio parece uma exceção. Ele não era daqueles que como Homero ou o Buonarroti – o pintor, lavram sua criação selvagem às vezes, mas grandiosa desde que o gênio derramou-se-lhe aí por luz. O Cantor macio das *Éclogas*, o suavíssimo sonhador daquele Pusalippo, onde no azullóio das vagas salpicadas d’ouro da tarde, no róseo vaporento dos verões Partenopeus, exalam-se perfumadas auras como vibrações de poesia – o plácido poeta das *Geórgias* não tinha aquele largo crânio homérico donde irrompiam raios de luz como de frente Olímpica – não tinha o místico do olhar profundo de Dante ou Miguel Ângelo – a cuja evocação como o anel de Giges erguem-se os fantasmas do passado. Em Virgílio o que reduz é o transverberar pela frente marmórea, inda à sombra dos loiros, do gênio Heleno – e ainda aí, inda entre o naufrago com todos os seus horrores, na peleja das vagabundas relíquias de Ílion nas praias da Itália – inda ante a convulsão de morte de Turno banhado de sangue, passam visões belas como Dido, a suicida, e Lavínia<sup>172</sup>.

Nos versos de Virgílio há “vibrações de poesia”, mas diferentemente de Homero, não irrompe como a mesma luz e brilho de Homero. A epopeia de Virgílio é marmórea, isto é, meio fúnebre, reverbera não o heroísmo, a “sombra” deles, dos loiros do gênio dos helenos.

## 7- Roma como Proteu da história em “Lucano”

Segundo a perspectiva de Azevedo, embora a época de Lucano tenha sido um período marcante na história, o escritor romano vivenciou um contexto distinto e único: “Lucano é sim um poeta ao jeito de Meônio. O tempo dele era uma época singular. A voz fatídica do deus Pã clamara nas tenebras do mar Sículo – “os deuses morreram!” – e a geração descrida dos velhos pagãos se mergulhava nas ondas letárgicas de saturnal bacante”<sup>173</sup>. Para Azevedo, o paganismo anunciou a morte dos deuses, do misticismo e que a descrença dos pagãos se manifestava na prática das saturnais. Lucano decretou a morte dos deuses ao excluir da composição épica o uso consagrado da mitologia, e isto residiria a inovação do poeta na arte.

<sup>172</sup> AZEVEDO, 2000, p. 658-659.

<sup>173</sup> Ibidem, p. 659.

Embora o poeta romano não tenha excluído completamente a presença de deuses em sua obra, notamos uma diferença fundamental na maneira como os menciona. Lucano abandonou a prática de representar divindades, desviando-se do modelo de Homero e Virgílio. Essa mudança reflete uma abertura ao paradigma épico em sua obra e, ao mesmo tempo, um desejo de confrontar não apenas o mundo imperial retratado na *Eneida*, mas também o contexto político e moral de Roma em sua época, caracterizado pelo governo de Nero e pelas complexas dinâmicas do poder.

A crítica de Lucano em *Farsália* está centrada na guerra civil entre Júlio César e Cneu Pompeu e nas consequências devastadoras desse conflito para a república romana. Lucano retrata a guerra como um episódio trágico e desastroso, em que os próprios romanos se voltam uns contra os outros, resultando em um derramamento de sangue e na destruição de sua própria nação. Ele critica o caos, a violência e a perda de valores morais que acompanham a guerra civil, além de questionar os líderes políticos e militares envolvidos no conflito. A obra também sugere a fragilidade da república romana e antecipa a inevitável ascensão do Império Romano como uma consequência direta dessas lutas internas.

O tema da obra de Lucano é a guerra civil de 49-47 a. C., travada entre Júlio César e Cneu Pompeu, entendida como o início da derrocada da república e o momento decisivo para o futuro estabelecimento do Império. A obra se inicia com um próêmio que anuncia o objeto do poema como “as guerras mais que civis” (*bella... plus quam ciuilia*), isto é, guerras fratricidas que lançaram romanos contra romanos, seguido de um elogio a Nero (que já gerou muitas discussões quanto à sinceridade) e do início da narrativa, *in medias res*, como convém à épica. Lucano principia a narração com Júlio César cruzando o Rubicão e com a captura de Armínio. César então faz um discurso para suas tropas e se prepara para marchar contra Roma, que é tomada pelo terror. No segundo livro, a guerra civil anterior, entre Mário e Sula, é narrada em *flashback* por alguns anciãos, enquanto Catão estoicamente informa Bruto de sua decisão em se unir a Pompeu. Domício tenta bravamente resistir às tropas cesaristas, sem sucesso, e Pompeu abandona a Península Itálica, dirigindo-se ao Epiro. Os livros três e quatro seguem as campanhas militares do exército de César contra os exércitos de Pompeu e contra as forças republicanas de Afrânio e Petreio. No quinto livro, a narrativa se volta para o senado exilado em Épiro, que legitima a liderança de Pompeu. Ápio consulta o Oráculo em Delfos, mas não compreende o que seria uma profecia de sua própria morte. César, enquanto isso, enfrenta e vence um motim entre suas próprias forças e viaja pelo Adriático, para atacar Pompeu em Epiro. Pompeu envia a esposa Cornélia para Lesbos, tremendo por sua segurança. No sexto livro, César não consegue cercar Pompeu e acaba por seguir até a Tessália. Em uma famosa cena de necromancia, Sexto Pompeu consulta uma bruxa capaz de trazer os mortos de volta à vida; um soldado ressuscitado prevê o futuro e diz que Pompeu será derrotado, mas que César também será assassinado em pouco tempo. A batalha ocorrida em Farsalos, na Grécia, e que dá ao livro seu título alternativo, ocorre no sétimo livro, com vitória de César. Pompeu foge para o Egito, em busca de apoio do faraó. Este, já no livro oitavo, traiçoeiramente envia pequeno barco para receber Pompeu junto à costa e ordena o seu assassinato, que ocorre ainda no barco, às vistas de Cornélia, que assiste a tudo em impotente horror. O corpo decapitado de Pompeu é jogado para fora do barco e acaba lançado pelas ondas até que um soldado romano, na calada da noite, recupera-o, crema-o e enterra-o em um pequeno túmulo no litoral. O nono livro inicia com o catasterismo de Pompeu, ou seja, sua ascensão aos céus. A sua alma ascende e depois flutua novamente para a terra, repousando enfim nos corações de Bruto e Catão. Este último

assume o controle dos exércitos de Pompeu e enfrenta uma série de adversidades, como um ataque de cobras venenosas até chegarem a Léptis. Enquanto isso, César faz uma visita ao local das ruínas de Troia. No livro dez, César chega ao Egito e apaixona-se por Cleópatra, comprometendo-se a apoiá-la. Potino, ministro de Ptolomeu, tenta assassinar César, mas falha e é morto. Nesse ponto, o texto está interrompido<sup>174</sup>.

Dessa forma, segundo Azevedo, ao se distanciar da mitologia, a obra de Lucano adquiriu maior veracidade histórica, resultando em um novo modelo de epopeia que se aproxima mais da crônica histórica. Azevedo destaca que, ao perder a influência do mito e se desvencilhar das fábulas da Grécia antiga, a obra de Lucano ganhou em autenticidade e possivelmente em coesão narrativa, embora não se possa afirmar com certeza se perdeu em grandiosidade, pois a verdade também possui um caráter sublime. O crítico ainda afirma que não conhece nada mais sublime do que o sublime histórico.<sup>175</sup>

Álvares de Azevedo aborda o contexto histórico da época em que se passa o poema épico *Farsália*, que ocorre durante o período de disputa de poder entre Júlio César e Pompeu, nos anos 134 a.C. a 29 a.C. O crítico utiliza metáforas intensas para descrever o clima político e social daquele momento, comparando-o a uma “tormenta” e um “ardor de vulcão”, e menciona que um “crepúsculo” estava prestes a se romper, sugerindo a iminência de grandes mudanças e conflitos. Com essas expressões vívidas, Azevedo busca transmitir a intensidade e a imprevisibilidade daquele período histórico retratado na obra de Lucano.

Em meio daquela era onde o ar abafava, e as nuvens gemebundas de procelárias se abatiam negras nas gáveas da nau Romana – na metáfora Horaciana – como antes o aproximar dos bafos da tormenta, havia um ardor de vulcão preste a romper-se, um vapor vertiginoso de crepúsculo de verão que travava do espírito<sup>176</sup>.

O tempo da história de *Farsália* ocorre no reinado absolutista de Nero. Sabemos pelas narrativas históricas que o imperador acolheu bem o poeta Lucano, inclusive premiando-o, mas ao longo do tempo essa relação sofreu uma ruptura. Há a informação de que Nero se ressentia da capacidade criadora do poeta, e a Lucano desagradou o autoritarismo do governante déspota. Azevedo narra uma pequena parte documentada do governo de Nero, ao trazer em seu texto informações históricas de que Lucano teria participado da conspiração para derrubar o Imperador, mas fracassa, acaba preso e morto.

Lucano, em sua alma afervorada de um entusiasmo antigo, naquela imaginação de poeta cuja carreira de sonhos gigantescos ia terminar no fado do cúmplice dos Pisões – aqueles soberbo vulto de moço, que assombra as eras de loucura, ourada em lenocínios de hiena, naquele queimar delirioso que ascendera no coração de Nero todas as ânsias de um tigre que saceia-se em vingança no seu canto sombrio de alegrias frenéticas ante Roma lavrada de chamas – aquela fronte inda altaneira no livor do

<sup>174</sup> LEITE, Leni Ribeiro. *Épica II: Ovídio, Lucano e Estácio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 47-49.

<sup>175</sup> AZEVEDO, 2000, p. 660.

<sup>176</sup> Ibidem, p. 659.

suicídio – morto pela liberdade como Catão – a não poder morrer pela glória como Júnio Bruto!<sup>177</sup>

De mais a mais, Lucano, na visão de Azevedo, é um poeta de alma apaixonada, predestinado a um destino trágico. Mesmo diante das circunstâncias sombrias que o envolvem, ele mantém sua dignidade e determinação. Ele aspira à liberdade e à glória, seguindo o exemplo dos heróis da antiguidade. Sua presença se destaca em meio ao caos e à loucura de sua época, emergindo como um símbolo da luta pela expressão artística e pela individualidade.

Por sua vez, o enredo de *Farsália*, que retrata a guerra civil entre Júlio César e Cneu Pompeu, um evento histórico crucial que marcou sua época, fornece o contexto perfeito para a compreensão das ideias de Lucano. O declínio da República Romana e o estabelecimento do Império já estabelece um olhar de crítica de Lucano quanto ao regime absolutista e monárquico. O poema é político e um ato político narrando os acontecimentos de uma Roma dividida com a disputa civil de César e Pompeu. Vence o primeiro, e uma ditadura é imposta. A intriga se concentra na passagem de um regime a outro. Pinta uma época histórica decrescente, uma cidade e um povo decadente.

Mas qual seria o tema central da *Farsália*? O elemento-chave parece ser a degeneração ou dissolução – da República, sem dúvida, mas também da integridade, da coragem, da piedade, do respeito, enfim, de qualidades tradicionalmente indicadas como símbolos de romanidade. De acordo com a *Farsália*, a guerra civil é o pior que pode ocorrer a um povo, e surge como uma forma degenerada da liberdade republicana e de seus ideais, que se perderam por causa da ambição imperial, do governo do estado por um único indivíduo sem controle, uma situação de natureza letal. Um tema abstrato como este se desenvolveu em uma épica igualmente abstrata: a *Farsália* já foi chamada uma epopeia de ideias. Os seres sobrenaturais que eventualmente aparecem na narrativa não são personagens, como Zeus, Apolo ou Vênus, mas personificações de conceitos abstratos: a Fortuna, a República, Roma. As próprias personagens são quase estereotipadas, porque corporificam ideais – liberdade, ambição, tirania, covardia – mais do que pessoas. Mesmo a figura do herói se dilui: quando muito há um anti-herói, César, que representa um feixe de características pouco romanas e principalmente pouco republicanas: a impiedade, a tirania, a cobiça.<sup>178</sup>

A escolha do poeta Lucano e de sua obra por Álvares de Azevedo, embora seja evidente o estudo do gênero épico (o olhar sobre a epopeia clássica grega e a epopeia romana), deixa margem a algo mais pessoal. Azevedo poderia ter escrito sobre diversos assuntos. No entanto, ele optou por retratar o período de Lucano, a guerra civil entre César e Pompeu. Provavelmente, isso se deve à oposição do autor a esse tipo de governo e ao seu apoio ao regime republicano, que ele expressa tanto em “Lucano” quanto em um de seus discursos. No primeiro desses textos, Azevedo qualifica o despotismo por meio de epítetos negativos: “[...] entre a tendência egoísta

<sup>177</sup> AZEVEDO, 2000, p. 659.

<sup>178</sup> LEITE, 2016, p. 52.

e centralizadora dos reis e a tendência de liberdade do povilêu [...]”<sup>179</sup>; “[...] uma daquelas que alçam os Cromwells e os Bonapartes ao sôlio deslumbrador da onipotência monárquica”<sup>180</sup>. Com os termos “egoístas” e “centralizadora”, este posto ao lado daquele, Azevedo evidencia sua contrariedade com um regime totalitário e centralizador, tal como acontece no Discurso do dia 9 de maio de 1850.

O sentido político da oposição está claro em Lucano, que morreu como conspirador contra Nero. A *Farsália* é hoje pouco lida; já não leem as epopeias históricas, e certos manuais chegam a considerar Lucano como sucessor fraquíssimo de Virgílio. Nada mais errado. Apesar das diferenças dos temperamentos, é Lucano de uma originalidade absoluta; foi o primeiro poeta que pensou em basear uma epopeia em acontecimentos históricos, até em acontecimentos do passado imediato. Lucano descreve - a intenção do súdito de Nero é manifesta - o fim da República Romana. O assunto histórico-político implica o abandono do aparelho mitológico: nesse sentido, a *Farsália* é uma criação *sui generis* na literatura universal; nem Voltaire teve essa coragem. E Lucano é corajoso. Ousa tomar atitude contra o César, opondo-se ao consenso do mundo e dos séculos. O seu herói é o suicida Catão, o partido é o republicano. A *Farsália* é um poderoso sermão político, a favor de uma causa já vencida, abandonada pelos deuses, mas por isso mesmo mantida pelo espírito do novo Catão: *Victrix causa diis placuit, sed victa Catoni*<sup>181</sup>.

No seu ensaio, Azevedo aprofunda a análise das razões pelas quais uma população apoia a ascensão de um único líder ao poder. Ele argumenta que, muitas vezes, é o próprio povo que clama por essa mudança no regime de governo, o que se encaixa na teoria de Políbio sobre as diferentes formas de governo. Azevedo sustenta que essa tendência é especialmente evidente durante períodos de agitação e tumulto na história, como ocorreu na Primavera dos Povos, em 1848. Para embasar seu ponto de vista, ele traz à tona exemplos como os de Cromwell e Bonaparte, que alcançaram o trono monárquico absoluto. Essas referências servem para ilustrar o contexto em que César assume o poder em Roma, evidenciando as circunstâncias históricas e sociais que levaram ao apoio da população a um líder centralizador.

O Panteon desabava no mar sanguento das procriações nas ruas inda vermelhas. Era uma tendência de há muito naquela embriaguez famulenta de mortuárias à identificação daquelas turbas ardentes na frente laureada de um homem. Foi uma das reações que se notam em todas as febres de frenesi e túrbido da humanidade – uma daquelas que alçam os Cromwells e os Bonapartes ao sôlio deslumbrador da onipotência monárquica<sup>182</sup>.

Além disso, a situação em Roma na época de César era de declínio e deterioração, com uma crescente tendência à escravidão. A própria história da cidade tinha deixado um legado de ambição e instabilidade política, o que possibilitou a César vislumbrar a oportunidade de uma

<sup>179</sup> AZEVEDO, 2000, 659.

<sup>180</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>181</sup> CARPEAUX, Otto Maria. *A Antiguidade greco-latina*. Rio de Janeiro, 2012, p. 93.

<sup>182</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

mudança no regime de governo. Afinal, a cidade de Roma, que começou como um reino sob o governo de Rômulo, estava enfrentando uma crise que permitia a ascensão de líderes carismáticos e a possibilidade de transformações profundas na estrutura política e social: “Era entre o muito instinto de morticídio, naquela cabeça turva da moribunda cidade-rainha, uma tendência à escravidão. Mário<sup>183</sup>, Sila, Catilina, o haviam compreendido – e legaram a herança de ambição ao rival de Pompeu – *Júlio César*”<sup>184</sup>.

Na citação seguinte, Azevedo estabelece um paralelo entre a Roma de César e a Grécia de Hesíodo. De acordo com o escritor paulista, a humanidade na época clássica grega era retratada como mais orgulhosa e altiva em comparação ao período romano. Azevedo sugere que na Grécia antiga havia um senso de orgulho e dignidade elevados, refletidos na cultura, nas artes e nas conquistas intelectuais. Essa altivez pode estar relacionada à ideia de que a Grécia era o berço da civilização ocidental, com uma tradição cultural rica e uma visão de mundo que valorizava a excelência e a busca pela perfeição. Deste modo, Azevedo argumenta que o povo romano e o próprio César não refletem mais o antigo “orgulho olímpico” que caracterizava a Grécia. Mesmo quando César assume o poder – “*Caesar vehis*” – o ditador não demonstra a mesma desenvoltura, habilidade e agilidade necessárias para realizar algo bom e grandioso para a cidade.

Aí no decaído das estátuas marmóreas do paganismo de Hesíodo – o vate, e de Fídias – o escultor do Partenon, a humanidade crescia mais altiva. A soberbia olímpica do Deus tonante, o denodo do Alemeneu destemido, não se reverberam naquele busto de Romano, mais altaneiro à desbotada luz do relâmpago, clamando ao barqueiro lívido – *Cæsarem vehis?*<sup>185</sup>

Azevedo faz uma alusão irônica ao mencionar Caronte, o barqueiro que transporta as almas dos mortos pelo rio Estige no mundo subterrâneo da mitologia grega. Ao utilizar a expressão em latim “*César vem aí*” após mencionar Caronte, faz uma sutil ironia. Azevedo pode estar sugerindo que o poderoso César, apesar de sua grandiosidade e pretensões de governar Roma, está destinado a encontrar a mesma inexorabilidade e inevitabilidade da morte que todos os seres humanos enfrentam. Ora, o importante é que César também morrerá, ou seja, o poder é de fato muito efêmero; de preferência que ele vá para o inferno.

Por fim, Azevedo sugere que Júlio César tinha o apoio da população de Roma, já que os representava no senado. No entanto, era um povo cheio de vícios e de infâmia licenciosa,

---

<sup>183</sup> Mário, cônsul por várias vezes, invadiu Roma e executou muitos romanos. Sila, responsável pela primeira guerra civil em 83-82 a. C., é considerado um dos culpados pelo fim da república e Catilina, embora tenha falhado, tentou derrubar a república romana.

<sup>184</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

<sup>185</sup> Ibidem, p. 659-660.



unido pela eloquência de César que, ao tornar-se ditador, o político – a exemplo do espartano Alcida que vacilava ou evitava lutar em algumas batalhas – hesitava na mudança total de regime de governo. Embora de forma paradoxal, mesmo sob um regime ditatorial, Roma ainda mantinha a aparência de uma república. Essa contradição é simbolizada pela imagem de César se curvando aos pés da figura republicana de Ônfale. De maneira irônica, essa referência remete ao mito de Ônfale, a rainha que exercia domínio sobre Hércules, fazendo-o vestir roupas femininas e executar tarefas como fiar o linho aos seus pés. Assim como Hércules, apesar de ser um governante poderoso, César ainda devia obediência à República Romana. Essa ironia ressalta a dualidade entre a autoridade e o poder absoluto de César, e a necessidade de se submeter à estrutura republicana que ainda persistia em Roma.

Júlio César era certo o herói da época. Com os vícios e a infâmia licenciada do povo Romano de então – a rigidez de vontade, as letras e a eloquência entusiástica e forte dos séculos mais belos da Grécia – unidos à dissimulação mais funda que lhe prestava todos os recursos a tempo – tudo isso fazia de César o Alcida que tinha de deitar-se aos pés da caprichosa Onfale republicana<sup>186</sup>.

Azevedo utiliza uma adjetivação peculiar ao descrever o povo romano e a própria cidade durante o início do período histórico-político de César. Ele retrata essa época como um momento de abandono da democracia, com a transição para um regime de governo desfavorável em Roma. Nesse sentido, ele faz referência à teoria circular sobre regimes políticos, na qual há uma tendência de alternância entre constituições boas e más.<sup>187</sup>

No texto, Azevedo abre uma discussão envolvendo os diálogos que ocorreram na sua época em relação à recepção crítica da obra *Farsália* e dos modelos de epopeia representados por Homero e Virgílio. Ele explora as divergências existentes na crítica em relação ao texto de Lucano, que foi considerado inferior por alguns críticos por não seguir os padrões convencionais, ao se abster de incorporar a mitologia de forma intensa. Azevedo levanta questões sobre as expectativas e as limitações impostas pela tradição e questiona se é justo julgar a obra de Lucano com base nesses parâmetros estabelecidos. Dessa forma, ele amplia a discussão sobre a interpretação e a valorização de diferentes abordagens poéticas e epopeicas.

De acordo com a análise de Brunno Vieira, a epopeia dominante em Roma por muito tempo foi a de caráter histórico. Obras como as de Névio exemplificam essa tendência, pois essas epopeias romanas eram principalmente expressões de feitos históricos, assimiláveis até certo ponto à abordagem histórica de um Tito Lívio. Essas epopeias dessa vertente

---

<sup>186</sup> AZEVEDO, 2000, p. 660.

<sup>187</sup> BOBBIO, 2017.

centralizavam-se no relato histórico, com elementos mitológicos sendo utilizados como adornos, como é o caso do texto de Ênio<sup>188</sup>.

Ao optar por uma epopeia que narra eventos históricos que ocorreram aproximadamente cem anos antes de sua obra, Lucano se alinhava a uma tradição da epopeia latina que já existia antes da obra de Virgílio. No entanto, ao evitar certas características fundamentais da epopeia homérica, como a presença dos deuses como impulsionadores da ação, Lucano propôs uma abordagem diferente na escrita de epopeias. Ele se opunha, em certa medida, ao tipo de epopeia relacionado à tradição helênica, especialmente à de ascendência homérica. Lucano optou por cantar os feitos autóctones, deixando claro desde o primeiro livro que sua obra seria uma poesia romana, já que Nero, e não Apolo ou Baco, é mencionado como fonte de força expressiva<sup>189</sup>.

A recepção posterior de *Farsália* destacou justamente o subgênero que a obra definiu por seu caráter “romano” e pela força poética resultante desse tema. De fato, para um leitor acostumado com a epopeia do tipo virgiliano, chama a atenção a ausência dos elementos mitológicos como impulsionadores da ação em Lucano. Os deuses que conversam com personagens, determinam o resultado das ações ou seguram heróis pelos cabelos, como na *Ilíada*, não estão presentes em *Farsália*<sup>190</sup>.

Diante da epopeia homérico-nacionalista de Virgílio e do *tour de force* irônico de Ovídio, Lucano criou uma terceira abordagem ao retrabalhar a tradição romana da epopeia histórica, concentrando-a em uma temporalidade mais limitada do que a dos Anais, removendo o elemento divino e evitando os mitos fundacionais. A epopeia de Lucano apresenta as grandiosas ações da história movidas apenas por agentes humanos, sem um plano divino ou um destino maior previamente traçado. A única força que guia os homens, cegos por suas próprias ambições, é a Fortuna, personificação da sorte e do azar, em meio ao turbilhão da vida<sup>191</sup>.

Para Azevedo, Homero representou não só um “gênio por excelência”, mas uma época excepcional. Já Lucano, como viveu em uma época distinta, de decadência “descrida de Roma”, tinha que ter outra acepção quanto ao uso do gênero épico, criar uma obra que capturasse a grandiosidade e a importância histórica desses eventos, utilizando a linguagem e os recursos literários característicos da epopeia. *Farsália* não poderia, como é próprio do gênero épico em Homero, incorporar também o mito e o fabuloso. O poeta grego viveu em uma época em que predominava a crença nos deuses, “Homero cria”. Lucano não “cria” na mitologia ou no

---

<sup>188</sup> LEITE, 2016, p. 49

<sup>189</sup> Ibidem, p. 40-50.

<sup>190</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>191</sup> Ibidem, loc. cit.

cristianismo (primitivo), logo, ele não poderia incorporar o mito pagão/cristão, em sua plenitude na sua epopeia.

E também, depois da poesia heleno-latina era impossível acordar aqueles colossos do paganismo com brilhantismo homérico – não só porque Homero viera primeiro, e porque fora o gênio maior da antiguidade; mas também porque Homero cria, e Lucano, é decadência descrida de Roma, não cria – e a poesia na religião é a fé<sup>192</sup>.

Na sequência, Azevedo, em seu ensaio, diz que não se deveria julgar a obra de Lucano por um método de análise consagrado, o aristotélico, no qual uma tragédia deve seguir certos elementos estruturais e temáticos para ser considerada eficaz. Para o escritor paulista, seria uma utopia imaginar que não houvesse mudança na forma nos gêneros artísticos. Ao analisar os gêneros de acordo com as características da época em que foram produzidos, ele recuperou parte do pensamento de Herder, considerando que os hábitos de um povo, seus costumes, o contexto histórico e sua produção artística determinam a literatura. Roma, o Proteu da história, caracteriza-se então em suas multiplicidades, pelas disputas de César, Pompeu, Augusto e Nero. Tratava-se de épocas diversas da de Homero. Assim, a ideia de relação entre uma literatura, os costumes de seu povo e da época, em suas intersecções, modificam e criam outras formas e percepções de arte e de conceito de arte.

Assim pois, não há como julgar a epopeia de Lucano pela Poética Aristotélica. A Poética como todas as leis, deve variar com as suas condições de existência, com suas mudanças de relações. Leis irrevogáveis – eis uma utopia muito maior ainda na arte – um de cujos fins é o belo e o aperfeiçoamento do belo – do que na legislação – cujo fim é o justo e a realização do justo<sup>193</sup>.

Azevedo sustenta que não se deve limitar a avaliação da obra de Lucano, *Farsália*, apenas aos critérios estabelecidos pelos métodos consagrados, que impõem uma análise rígida e padronizada. Ele argumenta que a grandiosidade e originalidade da epopeia de Lucano vão além dos padrões convencionais da época<sup>194</sup>.

Voltaire, no seu “Ensaio sobre a poesia épica”, entre os vários apontamentos sobre poetas épicos como Homero, Virgílio e Camões, elabora um estudo bastante peculiar sobre a *Farsália*, chamando a atenção, sobretudo, para o caráter inovador de seu autor: “[...] não convém omitir Lucano, cujo gênio original abriu um novo caminho. Ele não deve a ninguém nem o que fez de belo, nem o que fez de defeituoso”, e, seguindo a

<sup>192</sup> AZEVEDO, 2000, p. 660.

<sup>193</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>194</sup> “Ora se um sensível leitor como Propércio diz, em relação à obra de Virgílio, *nescio quid maius nascitur Iliade (Elegiae, II, 34, 66)*, ‘está nascendo um não sei quê maior que a Ilíada’, a Estácio, para falar de Lucano, é necessário afirmar, *quid? maius loquar: ipsa te Latinis/ Aeneis uenerabitur canentem (Silv. II, 7, 79-80)*, ‘Quê?! direi mais: a própria *Eneida* honrar-te-ás/ quando cantares aos latinos’. Talvez essa *forma mentis* seja apenas uma dialética criada pela crítica literária desde tempos remotos; todavia, o diálogo constante entre a nova epopeia e a epopeia canônica nos leva a pensar em como e porque se nota uma necessidade de a *Farsália* se definir paradoxalmente *com e contra a Eneida*. Disso provém ademais uma das tantas dificuldades de sua hermenêutica: como equacionar no sistema poético lucaniano - ou seja, na *intentio operis*, a imitação e a contradição de seu modelo? No tema e na forma, a *Farsália* confronta o arcabouço estético e ideológico erigido na *Eneida*”. VIEIRA, Brunno V. G. Introdução. In: *Farsália: Cantos de I a V*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 46.

tradição de leitura que considera a *Farsália* uma obra de história, chama a atenção para a aproximação do estilo de Lucano aos dos historiadores latinos [...]. Motivado pelo conteúdo “histórico” do poema, ou seja, por ele tratar não de algo ‘criado’, mas algo que ‘realmente aconteceu’ aos romanos, e influenciados pela diferenciação aristotélica entre poesia épica e história, Isidoro insere a *Farsália* no conjunto das obras de história. Voltaire, provavelmente inspira-se numa leitura como essa quando equipara o vigor lucaniano ao de Salústio, Tito Lívio e Tácito<sup>195</sup>.

Em “Lucano”, precisamente em seu final, Azevedo aparenta dialogar com o texto “Shakespeare”, de Herder<sup>196</sup>. Para o filósofo alemão, o poeta inglês não podia, em suas tragédias, se valer da regra das três unidades, pois a época de Shakespeare era diferente da de Sófocles. Se este escritor grego respeitava essa unidade, isso se devia ao fato de que a sociedade grega era relativamente simples, com a política se desenrolando nos espaços estreitos da praça pública. Na época do inglês, as classes sociais eram várias e houve a multiplicação dos povos. Segundo Herder, o drama shakespeariano se desenvolveu de forma diversa, o Norte não poderia ser como foi o território grego. Embora tenham o nome em comum, os modelos são coisas distintas. A intenção de Herder é fazer uma aproximação entre esse gênero e assim ressaltar as diferenças e/ou semelhanças para demonstrar a natureza do drama na Inglaterra.

In Greece the drama developed in a way that it could not in the North. In Greece it was what it can never be in the North. In the North it is not and cannot be what it was in Greece. Thus, Sophocles’ drama and Shakespeare’s drama are two things that in a certain respect have scarcely their name in common. I believe I can demonstrate these propositions from Greece itself and in doing so decipher a great deal of the nature of the northern drama and of the greatest northern dramatist, Shakespeare. We shall observe the genesis of the one by means of the other, but at the same time see it transformed, so that it does not remain the same thing at all<sup>197</sup>.

---

<sup>195</sup> VIEIRA, 2011, p. 25-26. Segundo Grant, Byron e Shelley tinham um olhar complacente para a obra de Lucano: “Byron considered that the Pharsalia was insufficiently admired; and Shelley called it 'a poem of wonderful genius and transcending Virgil'. He admired its tilts against tyranny, and the power of its imaginative, sombre, rhetorical poetry. [...] In 1834 Désiré Nisard charged Lucan with a decadent distortion of literary standards comparable to Victor Hugo’s. In the following year Macaulay concedes the failure of 'what were meant for bold poetical flights’”. (Byron considerou que *Farsália* não era suficientemente admirado; e Shelley chamou-o de 'um poema de gênio maravilhoso e transcendendo Virgílio'. Ele admirava suas inclinações contra a tirania, e o poder de sua poesia imaginativa, sombria e retórica. [...] Em 1834, Désiré Nisard acusou Lucano de uma distorção decadente dos padrões literários comparável a Victor Hugo. No ano seguinte, Macaulay admite o fracasso de 'o que era para voos poéticos ousados'). GRANT, 2015, p. 306-307.

<sup>196</sup> “Os inimigos mais audaciosos de Shakespeare – e que aspecto variado não assumem! – o desculparam e dele zombaram, pelo fato de que, mesmo sendo um grande poeta, não era, todavia, grande dramaturgo e, caso o fosse, não seria um dramaturgo tão clássico como Sófocles, Eurípedes, Corneille e Voltaire, os quais exploram tudo o que é grandioso e pleno nessa arte. E os audaciosos amigos de Shakespeare geralmente se contentaram somente em desculpá-lo quanto a esse ponto, de salvá-lo: de avaliar e compensar suas belezas apenas como se fossem uma afronta contra as regras [...]”. HERDER, Johann Gottfried. *Escritos sobre estética e literatura*. São Paulo: Edusp, 2019.

<sup>197</sup> “Na Grécia, o drama se desenvolveu de uma maneira que não podia no Norte. Na Grécia, foi o que nunca pode ser no Norte. No Norte não é e não pode ser o que era na Grécia. Assim, o drama de Sófocles e o drama de Shakespeare são duas coisas que, em certo aspecto, dificilmente têm seu nome em comum. Acredito que posso demonstrar essas proposições da própria Grécia e, ao fazê-lo, decifrar muito da natureza do drama do Norte e do maior dramaturgo do Norte, Shakespeare. Vamos observar a gênese de um por meio do outro, mas ao mesmo tempo vê-lo transformado, de modo que não permaneça a mesma coisa em tudo”. HERDER, 2006, p. 292, tradução nossa.

Para Herder, todas as coisas no mundo tendem a mudar, inclusive a natureza do próprio drama grego da Antiguidade. Ao fazer um comparativo entre as épocas, o lá, a Grécia de Homero, e o cá, a Inglaterra do dramaturgo inglês, os costumes mudaram, a tradição, a religião, os graus de ilusão etc., todas as coisas mudaram: “Ele não encontrou um caráter de povo e da pátria tão simples, mas uma variedade de estamentos, tipos de vida, mentalidades, povos e dialetos [...]”<sup>198</sup>. O drama grego pertenceu a um momento que passou, um período em que o material de trabalho parecia ser mais simples, “[...] simplicidade dos fatos da história, da tradição, do que é doméstico, das relações estatais e religiosas [...]”<sup>199</sup>. Já o drama na época de Shakespeare tinha uma variedade de temas para usar; “ele poetizou estamentos e homens, povos e dialetos, reis e bobos da corte, bobos da corte e reis para um todo magnífico! Ele não encontrou um espírito tão simples da história, da fábula, da ação [...]”<sup>200</sup>.

As everything in the world changes, so Nature, the true creator of Greek drama, was bound to change also. *The Greek worldview, manners, the state of the republics, the tradition of the heroic age, religion, even music, expression, and the degrees of illusion* changed. And so naturally enough the material for plots disappeared, too, as well as the opportunity to adapt it and the motive for doing so<sup>201</sup>.

Herder, em seu texto, propõe que a criação de uma nova forma de drama para Shakespeare foi iniciada por meio de uma série de questionamentos. Para o filósofo, era fundamental que Shakespeare observasse cuidadosamente o novo tipo de pessoas, um povo que foi influenciado por sua própria história e costumes, refletindo assim o caráter distintivo da nação. Herder afirma que o elemento indispensável para Shakespeare foi trazer para o drama os elementos “[...] segundo sua história, segundo o espírito do tempo, dos costumes, das opiniões, da linguagem, dos preconceitos nacionais, das tradições e das paixões [...]”<sup>202</sup>.

So, let us **now suppose a nation**, which due to particular circumstances that will not detain us here, did not care to ape the Greeks and settle for the mere walnut shell but **preferred** instead **to invent its own drama**. Then, it seems to me, our first questions must once again be: **When? Where? Under what conditions? Out of which materials should it do so?** [...]. Where possible, it **will create its drama out of its history, out of the spirit of the age, manners, opinions, language, national prejudices, traditions, and pastimes, even out of carnival plays and puppet plays** [...]. And what it creates will be drama if it achieves its dramatic purpose among this people. As

---

<sup>198</sup> HERDER, 2019, p. 226.

<sup>199</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>200</sup> Ibidem, p. 226-227.

<sup>201</sup> “Como tudo no mundo muda, assim a Natureza, a verdadeira criadora do drama grego, também estava obrigada a mudar. A visão de mundo grega, os modos, o estado das repúblicas, a tradição da era heroica, a religião, até mesmo a música, a expressão, e os graus de ilusão mudaram. E assim, naturalmente, o material para os enredos também desapareceu, assim como a oportunidade de adaptá-lo e o motivo para fazê-lo”. HERDER, 2006, p. 294, tradução nossa.

<sup>202</sup> HERDER, 2006, p 225.

the reader will see, we have arrived among the *toto divisis ab orbe Britannis* [os britânicos estão separados de todo o mundo] and their great Shakespeare<sup>203</sup>.

O comparativo do teatro grego e inglês, no texto de Herder, demonstra “o que Shakespeare encontrou diante de si e em torno de si nada tinha da simplicidade dos costumes da pátria, nos feitos, nas inclinações e nas tradições históricas que constituíram o drama grego”<sup>204</sup>. Para o filósofo, como as duas sociedades são distintas, o modo de sentir a própria arte também é diferente. No entanto, se há um aspecto que se destaca em comum, é o reconhecimento da história como base fundamental para a poesia e outras formas de arte.

O que se ressalta nos gregos é a naturalidade com que abordavam o teatro, de modo algum dirigido por regras abstratas e artificiais. Neles valia a máxima de “jamais fazer do múltiplo o simples, mas transformar o simples em múltiplo, um belo labirinto de cenas...”. A natureza foi quem criou seu teatro e não as regras de Aristóteles, que vieram depois. Elas surgiram à medida que se desenvolvia seu objeto e não o contrário. [...] . Nesse sentido, é preciso concordar que Shakespeare tem algo em comum com os gregos, embora seja diferente. Devemos considerar seu teatro como algo individual, específico, mas nem por isso inferior ao teatro grego. Por mais distante que esteja de Sófocles, compartilha algo com ele. [...] Sua produção caracteriza-se por ser genial, isto é, como os gregos buscavam algo de próprio, mas isto a partir da história e do mundo (outro país, numa outra época) que se lhe impunha. Neste ponto, é claro, Shakespeare se diferencia dos gregos; ele não podia criar a não ser pelas condições de sua pátria. [...] Shakespeare seria o maior poeta nórdico. Sua obra é como uma planta, que tem seu próprio ambiente. [...] Espaço e tempo (regras de Aristóteles) são relativos, imaginários, uma vez que o poeta cria o seu mundo de ilusão e sonhos, e esse mundo sempre possui o seu tempo e seu lugar. Para o gênio não há a realidade das regras, há a idealização delas; o poeta não se limita, expande-se (ideia de organismo que se expande). Isso significa que a base última do teatro e de toda poesia e arte é a história<sup>205</sup>.

Ora, o que esse comparativo do teatro do Norte tem com o teatro do Sul e o que podemos tirar acerca do comparativo que Azevedo traz em seu texto no que se refere ao poeta Lucano com Virgílio? Na visão de Azevedo, se Virgílio copiou ou não os gregos, ainda seria melhor em comparação a Lucano, se apenas pensado sob o ponto de vista antigo do termo epopeia. A Lucano caberia justamente o mérito de uma nova fórmula do gênero épico, “um quê de novo”, uma literatura “mais livre”, na “avelhantada” literatura.

---

<sup>203</sup> “Então, suponhamos agora que uma nação, que devido a circunstâncias particulares que não nos deterão aqui, não se importou com as macaquices gregas e se contentou com a mera casca de noz, mas preferiu inventar seu próprio drama. Então, parece-me que nossas primeiras perguntas devem ser, mais uma vez: Quando? Onde? Sob que condições? De que materiais deveria fazê-lo? [...] Sempre que possível, criará seu drama fora de sua história, fora do espírito da época, dos modos, das opiniões, da língua, dos preconceitos nacionais, das tradições e dos passatempos, mesmo fora das peças de carnaval e das peças de fantoches [...]. E o que ele cria será drama se ele atingir seu objetivo dramático entre esse povo. Como o leitor verá, chegamos entre os *toto divisis ab orbe Britannis* [os britânicos estão separados de todo o mundo] e seu grande Shakespeare”. Ibidem, p. 297, grifo nosso, tradução nossa.

<sup>204</sup> HERDER, 2019, p. 226.

<sup>205</sup> WERLE, Marco Aurélio. Winckelmann, Lessing e Herder: estéticas do efeito. São Paulo, 2000, p. 44-46. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010131732000000100002&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131732000000100002&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: dez. de 2018.

Comparando Virgílio e Lucano, não irei negar a superioridade daquele. Profana ousadia minha fora o romper-lhe alguma das bagas da láurea. Contudo, no paralelo tem-se dado como um defeito a Lucano o método do seu poema. Quiseram-lhe o ressaibo do céu grego para coroar sua melopeia como o coro nas produções antigas. Quanto a nós, por mais belo que seja o tipo da cópia, desde que a produção não tenha em si a luz da originalidade, acharemos nela talvez doçura, arte – mas a grandeza do gênio? ... Não sei.

Virgílio não estudou só Homero –, coseu muitos dos broslados de púrpura daquele manto oriental na sua túnica Romana. Às vezes não é só um imitador – um plagiário. Que isso se desse para com Ênio – embora: era, como dizia o Mantuano, o *aurum de stercore*. Mas Homero...

Se em Lucano se revê o modelo, se no molde daquela estátua de ditador sente-se lhe passarem sombras – como bandos de grou no cantar gemido de suas mágoas – na expressão de Dante, vislumbres do passado grego – sente-se-lhe contudo entre o borbotoar fervoroso das ideias vulcânicas naquele embater de imagens que borbotoam fecundas em torrente dos lábios homéricos do vate – um *quê* de novo, como uma literatura que aponta mais livre nas ruínas de uma literatura avelhentada<sup>206</sup>.

No olhar de Azevedo, a obra *Farsália* de Lucano contém sua originalidade lega ao futuro mais um exemplar de épica. Para Azevedo, o poema de Lucano é o oposto do que considera como um ponto fraco para nomes como Quintiliano, que via o poema mais como oratória; Sérvio, Suetônio e Isidoro que achavam que a *Farsália* não seria poesia no sentido estrito da épica já consagrada. Azevedo partilha então da ideia de que a epopeia de conteúdo histórico seria também elevada em comparação à epopeia de conteúdo mitológico<sup>207</sup>. Talvez tenha servido de apoio a Azevedo o que Shelley disse a respeito de Lucano, sobre ele transcender a Virgílio, não em ser melhor, mas em alargar o paradigma épico.

Para Azevedo, o poema de Lucano é também uma crônica, isto é, “uma história escrita conforme a ordem dos tempos [...]”<sup>208</sup>. Na leitura de “Lucano”, pode-se perceber a valoração do uso da história como “fonte” para a obra ficcional e pela dosagem de história posta segundo intenção do autor.

A atenção dada com frequência ao aspecto histórico no texto de Lucano não deve ofuscar a importância da construção literária do poema, em especial no que se refere ao diálogo que ele estabelece com outros textos da tradição literária. Na verdade, Lucano não parece nunca estar escrevendo apenas literatura nem apenas história: há sempre algum nível de imbricação entre esses dois níveis no texto de *Farsália*. [...] Um outro exemplo rico em camadas de significado histórico e literário, em que as fronteiras entre esses campos se confundem, ocorre no livro nono da *Farsália*, quando César chega às ruínas de Troia, a cidade épica por excelência, e a ruínas do mito são como as ruínas da Itália, já fartamente exploradas nos livros anteriores. César é *inscius*, ignorante, desconhecedor, e é o narrador quem explica como César, ímpio, pisoteia mito, literatura e história a um só passo. [...] Como o narrador [desse livro de *Farsália*] diz, ‘não há pedra sem nome’, mas são o narrador e o leitor que dão nomes às pedras, que reconhecem aqueles elementos que pertencem não só aos mitos fundadores dos romanos, mas também à sua tradição literária, e mais especificamente épica, representada pelos episódios que cercam a Guerra de Troia. Ao profanar o

<sup>206</sup> AZEVEDO, 2000, p. 660-661.

<sup>207</sup> CARVALHO, 20 CARVALHO, Aécio Flávio de. A *Farsália*, de Lucano: importância na evolução do epos. *Acta Scientiarum*. Maringá, 23(1):93-101, 2001.

<sup>208</sup> BLUTEAU et SILVA, p. 350, 1978.

túmulo de Heitor, César profana a história de Roma, mas também se mostra desconhecedor de sua literatura e de sua cultura.<sup>209</sup>

A relevância sobre a porção utilizada de história e literatura no texto de um escritor, torna-se ponto de argumentação para Azevedo sobre a obra *Farsália* de Lucano. Tanto que o escritor paulista cita o historiador Tácito como exemplo de sublime histórico, visto que ele relata em sua obra os *Anais*, os crimes do imperador Nero.

*A Farsália* é uma crônica em verso, disseram-no, e creram-no doesto. “Um crônicon-poema não podia ser sublime” – cismaram talvez os críticos na sua aridez de cérebro sem vida e sem criação. Pobres críticos! E os *Anais* de Tácito? Que há aí mais sublime que o estilo do velho cronista, escrevendo no seu sacerdócio de vingança ao pedestal do porvir as suas linhas, onde cada página assinala um crime, e cada crime uma maldição do severo Romano!<sup>210</sup>

No elogio que Azevedo faz a Tácito, fica claro que o escritor brasileiro enxerga na narrativa do historiador uma semelhança com a epopeia. A obra de Tácito é descrita como contendo todos os elementos de uma narrativa épica, com enredos complexos, crimes, ação e dramas que retratam os conflitos da história romana. O escritor paulista destaca a habilidade de Tácito em trazer à tona os aspectos sensíveis da história, dando-lhes mais importância do que o supracensível.

Para respaldar sua argumentação, Azevedo apresenta vários exemplos de escritores, como Chénier, Racine, Lamartine, Scott, Byron, Hugo, Béranger e Quinet, que, assim como Lucano, foram capazes de abordar história e poesia em suas obras. Esses escritores do século demonstraram a capacidade de unir os elementos da narrativa histórica com a expressão lírica, revelando a grandiosidade da epopeia em suas criações.

Pobres críticos! – E, contudo, nem o *Tibério* de J.-M. Chénier, nem sequer o *Britânico* de Racine – nada disso vale o pergaminho do analista Romano. Pobres críticos! Riam – do seu rir frio e amargo – de uma crônica que fosse ao mesmo tempo um poema! E onde mais bela a quiseram – a poesia – que nos *Girondinos* de Lamartine – ou naquele tombo de sangrentas recordações, no livro de diagnóstico da febre da carnagem revolucionária – o *Monitor* – ou naquele poema continuativo do drama da *Montanha*, a história escrita à ponta de espada por mil campos de batalhas europeus e fúnebre como um coro de morte, cerrada no rochedo nu e candente da África – a epopeia sublime do homem do século a quem todas as grandes imaginações da época deram seu quinhão de poesia – de W. Scott e Byron a V. Hugo e Lamartine, do cancionero de Béranger à epopeia lírica de Edgar Quinet?<sup>211</sup>

<sup>209</sup> LEITE, 2016, p. 53-54 e 56-58.

<sup>210</sup> AZEVEDO, 2000, p. 661.

<sup>211</sup> Ibidem, loc. cit.



## 8- História e imaginação, o liame do discurso.

De certo modo, a temporalidade, sua movimentação, isto é, o escoar do tempo representado por fatos históricos, nos escritos de Álvares de Azevedo faz-se notável em diversos momentos. Em “Lucano”, por exemplo, o movimento se dá de forma circular, pois a história é narrada desde os tempos em que Roma era reinado (fase decadente para Azevedo); por conseguinte, a cidade passa para o período heroico, que coincide com a época republicana, depois volta ao absolutismo com o Império, (também uma etapa decadente para o escritor paulista). Em seguida, na época do cristianismo, momento de intensa luta e de busca de liberdade dos cristãos e, portanto, heroico, mas que se torna igualmente decadente com os papas. O mesmo acontece em “Literatura e civilização em Portugal”, Azevedo expõe a relação literatura e sociedade ciclicamente; resgata o valor histórico que as ruínas<sup>212</sup> trazem, as imagens de histórias ali contadas, mas a partir do tempo presente das ruínas, reportam a um momento de declínio. Na fase heroica e fase negra da literatura portuguesa, ainda no texto “Literatura e Civilização”, o ensaísta expõe de forma cíclica a movimentação de tempos áureos do século XVI à decadência das letras portuguesas no século XIX. Nos discursos de 1849 e no de 1850, há um deslocamento temporal que ao invés de ser pensado de forma linear, ideia majoritária na Idade Moderna, aparenta ser de modo circular. Enfim, é possível notar uma organização temporal, que ao falar dos “tempos históricos antigos”, ele usa o tempo circular, assim como para tratar de sua época, fosse em Portugal, na Europa como um todo, ou no Brasil do século XIX, o escritor paulista o faz se valendo também de uma movimentação em círculo.

A ideia de decadência nos escritos de Azevedo surge, logicamente, provinda da movimentação circular da história. Para ele, o seu tempo histórico, que estaciona em um

---

<sup>212</sup> Azevedo deixa à mostra que, ao falar dos tempos de grande desenvolvimento humano, o tempo das ruínas é o tempo o instante que se exauriu. Ao relacionar a passagem do tempo com a história, ele expõe a inconstância do poder. A relação de ruínas e poder nos remete automaticamente ao poema de Shelley, *Ozymandias*, passada a glória, o que sobra são as ruínas. “O poema ‘Ozymandias’ de Shelley, publicado no *Examiner*, de 1818, e republicado em *Rosalind and Helen*, de 1819, ainda que trabalhe com temas como a arrogância, a transitoriedade do poder, visto que o soneto retrata o faraó Ramsés II (cujo apelido grego é Ozymandias), a permanência da arte e a relação entre artista e sua obra, traduz bem o trecho do estudo literário, em que Azevedo cita a Arábia e as glórias mortas daquele povo”. SANTINI, 2007, p. 103. “ Ozymandias/ Ao vir de antiga terra, disse-me um viajante:/ Duas pernas de pedra, enormes e sem corpo, / Acham-se no deserto. E jaz, pouco distante, / Afundando na areia, um rosto já quebrado, / De lábio desdenhoso, olhar frio e arrogante:/ Mostra esse aspecto que o escultor bem conhecia/ Quantas paixões lá sobrevivem, nos fragmentos, / À mão que as imitava e ao peito que as nutria/ No pedestal estas palavras notareis:/ “Meu nome é Ozymandias, e sou Rei dos Reis:/ Desesperai, ó Grandes, vendo as minhas obras!”/ Nada subsiste ali. Em torno à derrocada/ Da ruína colossal, a areia ilimitada/ Se estende ao longe, rasa, nua, abandonada. SHELLEY, Percy Bysshe. *Ozymandias*. Tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos, 1989.

momento decrescente, é um período justamente denominado de crepúsculo. À noite, portanto, para o escritor, toma-se de assalto uma simbologia bastante oportuna para tratar de uma era decadente. No entanto, ela também traz em si o germe do alvorecer, logo, de gestação do porvir, do tornar a ser o grandioso no campo do desenvolvimento humano que em curtos períodos já foi experimentado. (Ao nosso ver, trata-se dos momentos de experimentação exitosa da democracia ao longo das épocas).

Ao pensarmos sobre a movimentação temporal e sua indissociável vinculação com a história, poderíamos ir um pouco além ao refletir que o modelo circular traz um devir talvez com maior probabilidade de ocorrer e mesmo mostra a precariedade política, social e econômica do momento e, desse modo, os discursos acomodarem melhor nessa movimentação temporal. Enquanto, os textos ou fragmentos de textos voltados a uma propensa idade de ouro, de um modelo mais épico como a época da república em Roma, em uma narrativa com uma movimentação circular do tempo, tenham uma propensão maior ao curso da memória, e também do imaginário. Conforme é possível observar no texto de Vilalta, a ideia de tempo circular se adequa ao tempo mítico de repetição, mas também de renovação, depositada na esperança do vir a ser.

Distingue, por un lado, el tiempo del mito, el tiempo circular y por otro, el tiempo histórico, lineal. Repetición y renovación, circularidad y devenir, son las fuerzas contrarias en torno a las cuales se organiza una cierta concepción del mundo. Uno es pregresivo y recto, corresponde al curso real del devenir. El otro es regresivo, cíclico, reversible, producto del recuerdo, de la memoria. El primero es el tiempo histórico, siempre marcado con el signo de la pérdida, de la finitud, de la muerte. El segundo es el tiempo del origen, del mito, de la poesía, apoyando en la esperanza de recuperar, volver a encontrar los paraísos perdidos: la infancia y los amores pasados <sup>213</sup>.

No começo do Oitocentos, nas três primeiras décadas, ao pensar sobre história e a competência do ato de narrá-la, conforme aponta Hayden White, havia um desacordo sobre o método entre três escolas distintas do pensamento histórico: a novelesca, a idealista e a positivista. No entanto, se por um lado havia um desacordo com relação a maneira de narrar a história, por outro lado havia uma unanimidade entres as três correntes historiográficas, “[...] em su repudio a la actitud irónica com que lo racionalistas de la ilustración tardía habían

---

<sup>213</sup> Ele “distingue, por um lado, o tempo do mito, o tempo circular e, por outro, o tempo histórico, linear. Repetição e renovação, circularidade e devir, são as forças opostas em torno das quais uma certa concepção do mundo está organizada. Uma delas é a progressiva e reta, correspondente ao curso real de se tornar. A outra é regressiva, cíclica, reversível, o produto da lembrança, da memória. O primeiro é o tempo histórico, sempre marcado com o sinal da perda, da finitude, da morte. A segunda é a época da origem, do mito, da poesia, baseada na esperança de recuperar e encontrar os paraísos perdidos: a infância e os amores do passado”. VILALTA, Adriana Yáñez. *El tiempo y lo imaginario*. México: FCE, 2011, p. 33, tradução nossa.

encarado el estudio del pasado”<sup>214</sup>. Deste modo, era comum aos historiadores uma antipatia àquele estilo de narrar os tempos idos e isto “[...] explica em gran parte el entusiasmo por los estudios históricos que fue característico de la época y el tono de autoconfianza de la historiografía de comienzos del siglo XIX, que prevaleció a pesar de diferencias cruciales sobre problemas de ‘metodología’”<sup>215</sup>.

Na primeira fase da consciência histórica do século XIX, ganhou forma a crise no contexto do pensamento histórico da Ilustração que ainda se arrastava. Segundo White, pensadores como Voltaire, Gibbon, Hume, Kant e Robertson viam a história em sua essência irônica. No entanto, os pré-românticos como Rousseau, Justus Möser, Edmund Burke, os poetas suíços da natureza, os integrantes do *Sturm und Drang* e especialmente Herder, se opuseram contra esta concepção de história, deliberadamente “ingênua” e esses compartilhavam uma antipatia por aqueles, em especial pelo racionalismo. Para esses pensadores, o método adequado passaria por uma empatia quanto à indagação da história e da humanidade, coisas que a Ilustração havia depreciado. Assim sendo, criou-se uma oposição, uma crise no pensamento histórico sobre qual forma correta utilizar para a narração da história<sup>216</sup>.

Ora, se, por um lado, havia ponto de contato comum àqueles intelectuais pré-românticos no direcionamento da narrativa histórica, isto é, a rejeição a um tipo de contar a história pautada pelo racionalismo da Ilustração tardia; por outro lado, a diferença na maneira de dizer esses fatos históricos, que era de modo mais empático, em meio a essas discussões de métodos, favoreceu-se assim o surgimento de texto como “Sobre a tarefa do historiador”, de Wilhelm von Humboldt, de 1821. Ele traz uma proposta bastante condizente com o “movimento” dos pensadores da história que se opunham ao racionalismo tardio, e havia se formado em prol de uma narrativa mais empática dos fatos históricos. Com este texto, pode-se, então, visualizar como possibilidade de entendimento daquela metodologia do século XIX, a forma de ver a historiografia não apenas como receptiva e reprodutora, isto é, contar a história de modo ingênuo e sem possibilidade de autonomia. Segundo o linguista alemão, “a tarefa do historiador consiste na exposição do acontecimento. Tanto maior será seu sucesso quanto mais pura e

---

<sup>214</sup> “[...] em seu repúdio à atitude irônica com a qual os racionalistas do Iluminismo tardio haviam abordado o estudo do passado”. WHITE, Hayden. *Metahistoria: la imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México, D.F.: Fondo de cultura económica, 1992, p. 47-48, tradução nossa.

<sup>215</sup> “[...] explica em grande parte o entusiasmo pelos estudos históricos característicos do período e o tom autoconfiante da historiografia do início do século XIX, que prevaleceu apesar das diferenças cruciais sobre os problemas de ‘metodologia’”. Ibidem, p. 48, tradução nossa.

<sup>216</sup> Ibidem, p. 47.

completa possível for esta exposição. Esta é a primeira e inevitável exigência de seu ofício, e, simultaneamente, o que ele pode pretender de mais elevado”<sup>217</sup>.

Humboldt acrescenta um diferencial no modo de recontar a história que será tratado em todo o texto. Se a maneira de narrar fosse apenas receptiva e reprodutora, não haveria a possibilidade de a historiografia se tornar autônoma e criativa: “Visto por esse lado, o historiador se mostra receptivo e reprodutor, jamais autônomo e criativo”<sup>218</sup>. Contudo, ele coloca em xeque tal procedimento, uma vez que para o pensador alemão “no mundo dos sentidos, porém, o acontecimento só é visível parcialmente, precisando o restante ser intuído, concluído e deduzido”<sup>219</sup>.

De certo modo, a rigidez sem empatia com que os teóricos da História direcionaram o trato com os acontecimentos históricos poderia ser posta em discussão. E aquela velha máxima de elementos reais, diversos de elementos ficcionais poderiam ser vistos de outro ângulo, desvinculado da fronteira estanque entre literatura e história, que se prova que “[...] nada mais raro do que uma narrativa literalmente verdadeira [...]”.

Por isso, nada mais raro do que uma narrativa literalmente verdadeira, e nada serve de melhor prova de uma disposição livre e objetiva da alma, e de uma mente saudável, ordenada e capaz de puro discernimento. Por isso, a verdade histórica pode ser equiparada às nuvens, que somente ganham forma a distância dos olhos. Pelo mesmo motivo, os fatos da história, em suas singulares circunstâncias intrincadas, e por serem verossímeis em si e se adequarem bem ao todo em que se inserem, são pouco mais que o resultado da tradição e da pesquisa, cuja veracidade simplesmente se aceita. Mal se obtém o esqueleto do dado através da crua triagem do que realmente aconteceu. O que se adquire por essa triagem é o fundamento necessário da história, seu material, mas nunca a própria história. Parar nesse ponto significa sacrificar uma verdade autêntica, interna e fundamentada em um contexto causal, em benefício de uma outra, superficial, literal e aparente. Significaria também optar por erros conhecidos para escapar do perigo de um erro cuja possibilidade de ocorrer ainda é incerta. A verdade do acontecimento baseia-se na complementação a ser feita pelo historiador ao que chamamos de parte invisível do fato<sup>220</sup>.

Ao relativizar a rigidez racional da historiografia herdada da Ilustração tardia, Humboldt teoriza que “visto por esse lado [de que o acontecimento só é visível parcialmente], o historiador é autônomo, e até mesmo criativo”<sup>221</sup> ao tratar das informações que são sugestionadas em fatos não aparentes do conjunto de fragmentos do passado. Ou seja, a historiografia poderia ser pensada de modo que, ao conjunto de fatos históricos, se daria espaço a uma reconstituição em que fosse necessária uma contribuição por parte do “narrador” para completar a sequência dos

---

<sup>217</sup> HUMBOLDT, Wilhelm. Sobre a tarefa do historiador. In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 82.

<sup>218</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>219</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>220</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>221</sup> Ibidem, loc. cit.

fatos históricos, mediante uma fatia de imaginação e fantasia, já presente na literatura. “Pode parecer duvidoso fazer com que se toquem, mesmo o que seja em um ponto, as áreas do historiador e do poeta”<sup>222</sup>. Ele põe em evidência um fato enriquecedor à articulação entre o conjunto de fragmentos da história e o incompleto que liga esses fatos históricos, que já era comum a outra área de conhecimento [a da literatura]. Assim o historiador pode usar meios de preencher a lacuna que dê liga a uma narrativa histórica coerente e plausível dos fatos “[...] como o poeta, us[ando] a fantasia”<sup>223</sup>. Impetra deste modo, uma concepção diversa sobre a sistematização de método da narrativa histórica e com ela uma historiografia mais empática da história.

Humboldt expunha, dentre várias acepções de método, a ideia de que o caminho do historiador, ao narrar feitos do passado, deveria ser o de considerar a ação das diversas faculdades humanas, e também a “imaginação” no complemento do que não está explícito na fonte, a “parte invisível do fato [...] a partir de um conjunto de fragmento”<sup>224</sup> como amálgama e assim estabelecer o vínculo entre “história crua” e “história processada”. O posicionamento de Humboldt sobre a flexibilização das fronteiras estanques da história e da literatura, contraria também a lógica da narrativa sobre história, de que é apenas a realidade que interessa, pois trata da verdade sobre os fatos do passado acima de qualquer outra coisa ou finalidade de reconstrução dos tempos idos, que desde a antiguidade romana deveria existir uma diferença e uma divisão entre *res factae* e *res ficta*.

Visto por esse lado, o historiador é autônomo, e até mesmo criativo; e não na medida em que, com sua própria força, dá forma ao que realmente é, algo impossível de ser obtido sendo meramente receptivo. De um modo diverso ao do poeta, mas ainda assim mantendo semelhanças com ele, o historiador precisa compor um todo a partir de um conjunto de fragmentos. Pode parecer duvidoso fazer com que se toquem, mesmo que o seja em um ponto, as áreas do historiador e do poeta. As atividades de ambos, porém, têm afinidades inegáveis, pois, se a exposição feita pelo historiador, como já foi dito antes, só atinge a verdade do acontecimento se houver complementação e articulação do que à observação imediata se mostra incompleto e fragmentado, tal conquista só é possível ao historiador caso ele, como o poeta, use a fantasia<sup>225</sup>.

Humboldt propôs que o historiador, por meio de sua sensibilidade, usasse a criatividade, sua empatia, e sua imaginação para narrar a história e reconstruir o passado<sup>226</sup>. Algo muito semelhante com relação aos textos de Azevedo, os discursos de 1849 e 1850, ele aborda a história de modo complacente, imaginativo e bastante dramático.

---

<sup>222</sup> HUMBOLDT, 2015, p. 83.

<sup>223</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>224</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>225</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>226</sup> GAIO, Géssica Góes Guimarães. *A tarefa do Historiador no alvorecer do Historicismo*. Rio de Janeiro, PUC Rio, dissertação de mestrado, 2007.

Entre história e ficção, a distinção parece clara e resolvida se se aceita que, em todas as suas formas (míticas, literárias, metafóricas), a ficção é um “discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele”, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é. Nesse sentido, o real é ao mesmo tempo o objeto e o fiador do discurso da história. Hoje em dia, contudo, muitas razões ofuscam essa distinção tão clara. A primeira é a evidenciação da força das representações do passado propostas pela literatura. A noção de “energia”, que tem um papel essencial na perspectiva do *New Historicism*, pode ajudar a compreender como algumas obras literárias moldaram, mais poderosamente que os escritos dos historiadores, as representações coletivas do passado (GREENBLATT, 1998, p. 1-20). O teatro, nos séculos XVI e XVII, e o romance, no século XIX, se apoderaram do passado, deslocando para o registro da ficção literária fatos e personagens históricos e colocando no cenário ou na página situações que foram reais ou que são apresentadas como tais. Quando as obras estão habitadas por uma força em particular, adquirem a capacidade de “produzir, moldar, organizar a experiência coletiva mental e física” (GREENBLATT, 1988, p. 6) - e entre essas experiências se computa o encontro com o passado.<sup>227</sup>

Outra contribuição dada à historiografia foi a de Leopold von Ranke. Para o historiador não há problema no uso dos recursos dramáticos na composição de suas narrativas. Narrar a história é, nessa ótica, um esforço de compreensão do que aconteceu com o que não estava explícito na fonte. Se não era correto julgar os acontecimentos relatados, para ele tecer conclusões não parecia errado. “Desse modo, não bastava o historiador mostrar a singularidade dos momentos pretéritos, ele deveria compreendê-los da forma mais ampla possível para conseguir entender sua significação e enxergar suas consequências”<sup>228</sup>.

O historiador Ranke, em seu texto “O conceito de história universal”, de 1831, aborda algumas observações sobre história e arte, que recupera e se aproxima do pensamento de Humboldt. Contudo, ele ainda se opõe ao papel central de atuação da história em face de outras áreas do conhecimento humano, e tentou dar à história *status* de ciência.

A História se diferencia das demais ciências porque ela é, simultaneamente, uma arte. Ela é ciência na medida em que recolhe, descobre, analisa em profundidade; e arte na medida em que representa e torna a dar forma ao que é descoberto, ao que é apreendido. Outras ciências se contentam simplesmente em registrar o que é descoberto em si mesmo: isso se soma, na História, à capacidade de recriação. Enquanto ciência, ela se aproxima da Filosofia; enquanto arte, de maneira análoga, se movimentam no plano das ideias, enquanto a História não tem como prescindir do plano real<sup>229</sup>.

Ainda que Ranke admita uma aproximação com outras áreas, como comparações e auxílio de outras fronteiras estruturadas do conhecimento, ainda está correlato a ideia de realidade e veracidade dos fatos históricos. Este procedimento vai ao encontro do que ele

<sup>227</sup> CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 24-25.

<sup>228</sup> GAIO, 2007, p. 105.

<sup>229</sup> RANKE, Leopold von. O conceito de história universal. In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 202.

trabalhara para um caráter científico na atuação da historiografia e da história. Tenta-se dar um trato realista e objetivo aos fatos da história – enquanto disciplina e objeto de atuação.

Tanto do ponto de vista conceitual quanto teórico, o que se revela nessas páginas [Conceito de história universal, de 1831] é um Ranke dividido entre (ou em plena transição entre) dois mundos. Em que pese a tendência à substituição do termo *Historie* por *Geschichte* no espaço da língua alemã, e que estaria completada por volta de 1750, oitenta anos depois Ranke continua a dar preferência ao primeiro conceito para designar tanto a disciplina quanto seu objeto. A adoção algo relutante da palavra *Geschichte* parece revelar nele uma resistência a pensar o processo histórico enquanto coletivo singular, como, aliás, revelava o uso do plural *Geschichten* no título de seu primeiro livro [dois tomos, *Histórias dos povos latinos e germânicos / Para a crítica dos historiadores modernos*]. Historicismo consequente, o de Ranke. As reflexões sobre a dimensão artística do trabalho de historiográfico dão testemunho da influência de Humboldt, enquanto a contraposição das formas de abordagem próprias à Filosofia e à História está em relação direta com o pensamento de Fichte. A partir das áreas de contato entre idealismo transcendental e romantismo é que Ranke fundamenta sua teoria da história<sup>230</sup>.

Já o historiador Johann Gustav Droysen, embora traga um posicionamento intermediário entre especulação filosófica e explicação causal das ciências naturais, ainda trabalha para demonstrar uma certa fronteira entre essas áreas do conhecimento. Talvez nisso, a orientação empírica da história sobrepõe a especulação imaginativa de outras áreas do saber, como a filosofia e a literatura (embora ele não cite estas áreas, como fizeram Humboldt e Ranke).

A originalidade da teoria da história de Droysen decorre da sua inusitada síntese de filosofia da história, teoria do conhecimento, metodologia, e teoria da historiografia. Tal síntese foi concebida por Droysen no contexto da autonomização da História enquanto disciplina acadêmica nas universidades alemãs. Tinha em vista, portanto, delimitar e fundamentar a especificidade do conhecimento histórico, sobretudo por contraposição à Filosofia e às ciências naturais. Ao contrário da reflexão filosófica, a historiografia é, para Droysen, o resultado de uma cognição empírica, e não especulativa. Por outro lado, essa orientação empírica diverge do padrão característico das chamadas ciências naturais, uma vez que promove o conhecimento do mundo empírico sem recorrer ao procedimento da remissão de fenômenos particulares a leis gerais<sup>231</sup>.

Enquanto área do conhecimento humano, a História “[...] não tem um objeto de estudo que seja exclusivamente seu; ela tem que o dividir com todas as ciências sociais e humanas. A história como ciência distingue-se apenas pelos seus métodos e pelas normas, com cujo auxílio ela conduz a resultados comprováveis”<sup>232</sup>. Ou seja, a história nunca foi, atingiu ou atingirá o *status* de ciência.

Dado que não houvesse uma exclusividade de métodos da historiografia, naquela primeira metade do século XIX, e posteriormente nos anos subseqüente, sobre o objeto de

<sup>230</sup> MATA, Sérgio da. Leopold von Ranke (1795 – 1886). In: *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 196.

<sup>231</sup> ASSIS, Arthur. Johann Gustav Droysen (1808 – 1884). In: *História Pensada, teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 33.

<sup>232</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 120.

estudo, ou seja, da sistematização na narrativa dos fatos históricos, a diversidade de posicionamento possibilitou uma reflexão maior sobre o que se conhece sobre historiografia naquele momento e, ao mesmo tempo, possibilitou uma suposta linha evolutiva sobre o que se pensa de historiografia e história. Se vista ou não a história enquanto ciência (segundo Koselleck, ela não é), embora sobreviva enquanto disciplina, é certo que o pensar sobre métodos, definição e rumo naquele primeiro terço do século XIX sobre historiografia criou-se preocupações por parte de Humboldt e Ranke. Estes pensadores estabeleceram (embora Ranke não combine ou concorde na íntegra com Humboldt em suas teorizações) o que ficou comum à área de atuação do historiador: criou-se a possibilidade de flexibilização das fronteiras de conhecimento (história, literatura, filosofia) acerca da proposta de trabalho dessas áreas como forma de contar o passado é, de fato, algo bastante promissor.

Por um lado, fosse ou não a história pensada como ciência, as metodologias estavam postas sobre a maneira adequada ou não de narrar os feitos já idos. Por certo, mediante todos os questionamentos sobre a melhor forma de método, teve início a concepção comum a todos os historiadores, de que a historiografia era uma área pautada por pesquisas e investigações das fontes; porém os estilos de escrita ganharam formas diversas, segundo a particularidade de cada historiador ao recriar aqueles conjuntos fragmentados de fatos históricos. De mais a mais, tornou-se importante ressaltar que nesta narrativa, além do estilo de cada historiógrafo, ainda estaria incutida a ressalva de que nunca se terá um acesso não mediado e/ou transparente da história.

Por outro lado, desde o século XIX, como Herder já havia feito no final do século XVIII, questiona-se a imparcialidade do historiador. Para se criar a historiografia moderna, a narrativa passou por vários momentos de questionamento sobre a neutralidade desse profissional.

[...] Cada vez mais historiadores estão começando a perceber que seu trabalho não reproduz 'o que realmente aconteceu', tanto quanto o representa de um ponto de vista particular. Para comunicar essa consciência aos leitores de história, as formas tradicionais de narrativa são inadequadas. Os narradores históricos necessitam encontrar um modo de se tornarem visíveis em sua narrativa, não de auto indulgência, mas advertindo o leitor de que eles não são oniscientes ou imparciais e que outras interpretações além das suas, são possíveis<sup>233</sup>.

Pode-se, a partir daí, pensar então em um percurso, que desde os românticos a crença iluminista na evolução foi desmoronada. Se naquele início do século XIX havia um desencontro por parte de alguns historiadores, acerca da cientificidade da história ou se havia um denominador comum na forma de narrar, ainda assim, no processamento da história, isto é, na historiografia, criou-se uma preocupação de como ela devia ser tratada e a maneira como a história deveria ser narrada, como bem tentaram Humboldt, Ranke e Droysen em seus textos.

<sup>233</sup> BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 337.



Além do mais, enquanto “[...] disciplina autônoma, a escrita da história não se confunde com a história. Em si mesma, como fenômeno natural e espontâneo, a história concerne ao que sucede no mundo. Enquanto tal, ela é a face concreta, múltipla e contraditória da existência humana”<sup>234</sup>.

Desse modo, “a escrita da história não simplesmente se recorta sobre ela, como se fosse uma catalogação ordenadora”<sup>235</sup>. Ela se organiza mediante uma linha evolutiva de pensamentos imparciais e realista dos fatos; antes “[...] a história, enquanto fenômeno da realidade, respeita às ações pontuais de um agente humano, de um grupo de agentes, de uma comunidade, de uma sociedade ou de uma época”<sup>236</sup>. Reflexionar sobre a atuação e competência do discurso narrativo, seria pensar que “[...] a história: enquanto fenômeno da realidade: ele pode dar lugar a tratamentos bastante diversos, o historiográfico ou o ficcional”<sup>237</sup>.

Refletir sobre as teorias da historiografia, bem como sobre a própria prática do discurso histórico e ficcional desde os tempos do Iluminismo, revela a presença marcante de distinção na produção intelectual de renomados pensadores. Essa produção alimenta uma constante desconfiança em relação à ficção e seus desdobramentos na construção do conhecimento histórico. A partir da diferença de resultados e da falta comum de teorização neste período (como pontuou White sobre o desencontro das três escolas historiográficas, novelesca, idealista e positivista), se por um lado eram divergentes entre si; por outro eram convergentes em opor-se ao posicionamento da Ilustração tardia. Assim, elas perpetuaram desencontros sobre a escrita da história e do gênero ficcional. Mesmo porque, “cada um deles retira a história crua da pura empiricidade para elaborá-la segundo modos bem diversos, em que o próprio de um é o impróprio do outro”<sup>238</sup>.

Ao discurso ficcional compete inicialmente uma análise interna, imanente; já ao discurso histórico, parte de uma análise externa, isto é, sobre o contexto. O foco privilegiado do ficcional são os recursos da linguagem e o foco da escrita da história também os tomam por norte. “É assim que, no momento em que a história se libera da tutela da teologia, se acentua o caráter eticamente condenável da passagem correspondente, i.e., da história crua, espontânea ao plano da realidade, para o relato ficcional”<sup>239</sup>.

---

<sup>234</sup> LIMA, Luiz Costa. *História, ficção e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 406.

<sup>235</sup> *Ibidem*, loc. cit.

<sup>236</sup> *Ibidem*, loc. cit.

<sup>237</sup> *Ibidem*, loc. cit.

<sup>238</sup> *Ibidem*, loc. cit.

<sup>239</sup> *Ibidem*, p. 407-408.

Ora, a polêmica ao entorno da escolha de método, da diferenciação entre discurso histórico e ficcional entre os pensadores desde o Iluminismo, passando por Herder e chegando a Humboldt e Ranke, acarreta problemas. Na escrita da história, o descaso com o discurso não liberta a dimensão estética da historiografia, antes afeta a própria maneira de representar o objeto historiográfico. Além disso, na literatura, o vínculo entre imaginação e representação da realidade “corre o risco de, sob a justificativa de exorcizar o que Barthes chamara *l’effet de réel*, deixar de compreender o texto ficcional como resposta, por certo oblíqua, a uma certa configuração do real”<sup>240</sup>.

Em troca, diria que o desenvolvimento da pura abordagem interna do ficcional, de antemão, se debilita porque, como alguém já disse, não se entende a linguagem quando só se entende da linguagem. Entre a história espontânea, secretada pela própria realidade dos homens em interação, e a escrita da história, o terceiro elemento a considerar é a historicidade. Ela é não só o elo que articula aqueles dois polos, como que indicia a temporalidade da historiografia e o próprio lugar que ocupa quem a escreve<sup>241</sup>.

A respeito da divergência entre “realidade”, “acontecimentos” e o modo de narrá-los, é dado como ponto de contato entre história e a escrita da história por um terceiro elemento, a historicidade como exigência de superação entre esse dualismo. O conceito de “historicidade” exige que se pense sobre a temporalidade e o lugar de quem escreve. Além disso, “[...] propor [por outro lado o historicismo] sobretudo como compreensão ética e hermenêutica da individualidade histórica e da experiência do outro”<sup>242</sup>. Nisto, pode-se inclusive pensar como Humboldt acerca do uso de complementação da “imaginação” na descrição da história, por exemplo.

A concepção de história em Azevedo passa por uma configuração dela à volta com a dramaticidade e a imaginação. A forma com que Azevedo recupera os fatos históricos de Roma, por exemplo, o modo com que ele os narra, ele o faz a partir de um modelo de narrativa que utiliza a “imaginação” como amálgama sobre a fragmentação da realidade. Azevedo reorganiza as sequências de dados históricos a partir de uma escrita dramática<sup>243</sup>, que seja possível unificar parte dos fragmentos da história da cidade.

No texto “Lucano”, em “Literatura e Civilização em Portugal”, assim como em seus discursos, Azevedo tratou da história de Roma, de sua multiplicidade justamente na unidade, ela é Proteu. Ele usou vários momentos da cidade romana para tratar de uma única Roma, ou

---

<sup>240</sup> LIMA, 2006, p. 408-409.

<sup>241</sup> Ibidem, p. 409.

<sup>242</sup> ABBAGNANO, 2020, p. 589.

<sup>243</sup> CUNHA, 2021.

seja, uma correção da fragmentariedade da história pela escrita dramática<sup>244</sup>. Além disso, quando Azevedo tratou da epopeia *Farsália*, no texto “Lucano”, ele o fez muito próximo do que Herder havia teorizado sobre a composição do drama, isto é, a capacidade de ler uma totalidade viva da história em uma epopeia<sup>245</sup>.

A maneira como a narrativa da história se compõe nos discursos de Azevedo se faz, em sua maior parte, de modo dramático e imaginativo. Mesmo porque, a imaginação e a dramaticidade em correção à fragmentariedade em que a história em si muitas vezes se encontra, nos oferece uma leitura da história que se compõe em oposição às leituras frias do “*Aufklärer*”. Herder foi um anunciador nesse tratamento da história em oposição ao Iluminismo.

Digamos então que a estética herderiana, precisamente porque, por um lado, desenvolve uma crítica quer mera mimese passiva da ‘natureza’, quer da aplicação a-histórica das regras do teatro grego, e porque, por outro lado, se coloca decididamente no terreno do ‘sublime’, pode instituir-se em visão da ‘história’, capaz de redimensionar as metáforas da ‘natureza’ e de corrigir a ausência de sentido dos acontecimentos fragmentários. A nossa leitura deste tópico herderiano pode então revestir a forma de uma paráfrase do conhecido aforismo de T. de Pascoaes segundo o qual ‘a lenda corrige a história’: dir-se-ia assim que em Herder se trata de corrigir pela escrita dramática a fragmentariedade em que a história se nos oferece<sup>246</sup>.

Ora, se a estética herderiana institui-se como uma visão capaz de redimensionar tanto as metáforas da “natureza”, quanto a fragmentariedade da história, a leitura dramática da história, por sua vez, torna-se então uma correção à fragmentação dela. O exemplo da estética de Herder sobre a leitura da história dramática se define no texto “Shakespeare”, pois nele se mostra a capacidade de constituir uma totalidade viva do mundo e do ser humano, por meio da diversidade de mundos e pessoas.

Esta dramaticidade, que é parte integrante da leitura da história, define-se no ensaio sobre Shakespeare como a capacidade de constituir “uma totalidade viva”, “um acontecimento pleno de grandeza, completo, relativo a uma ocorrência do mundo, do destino humano”; e, à sua maneira, não aristotélica, essa dramaticidade deverá despertar precisamente “o temor e a compaixão”<sup>247</sup>.

De mais a mais, a dramaticidade também desperta “o temor e a compaixão”, temas caros ao movimento romântico e aos seus escritores. Afinal, “o temor e a compaixão despertados num trabalho de unificação que é reconstrução de uma intencionalidade não são já mera emoção, mas sim complementaridade e conjunção da inteligência e paixões”<sup>248</sup>.

---

<sup>244</sup> JUSTO, José M. Pálida é a imagem incompleta e descolorida das palavras. In: HERDER, Johann Gottfried. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*. Lisboa: Antígona, 1995, p. 200.

<sup>245</sup> Ibidem., loc. cit.

<sup>246</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>247</sup> Ibidem, p. 200-201.

<sup>248</sup> Ibidem, p. 201.

Portanto, na leitura e narração da história, o uso da “imaginação e dramaticidade” torna-se uma vertente bastante enriquecedora como estudo prévio e contribuinte para o pensar sobre a composição da historiografia. Mesmo porque, a dramatização traz um poder de síntese capaz de emocionar a inteligência (em oposição à leitura fria da história). Desse modo, a leitura herderiana da história envolve um uso da imaginação que não se faz ausente de uma eficácia estilística, que por sua vez é capaz de convencer.

“Assim, dir-se-á que a dramaticidade é um poder de síntese do diverso, decorrente da liberdade da ação humana, numa ficção criativa que tem a grandeza suficiente para emocionar a inteligência, para dar a ver mais do que a experiência do diverso pode proporcionar e para convencer mediante o seu súbito efeito de sentido. Por oposições às ficções frias, positivizantes, dotadas de uma intencionalidade de segunda ordem que é uma aplicação calculista do ideário “Aufklärer”, a leitura herderiana da história trata de envolver um trabalho simultaneamente inteligente e emocionado da imaginação que não é independente da sua eficácia estilística geradora de convicção<sup>249</sup>.

De toda forma, se há por um lado uma liberdade ao entorno do método historiográfico, isto é, a liberdade dos agentes, por outro, esse mesmo agente, enquanto gênio, é o intérprete-criador de uma história una, como superação do fragmento dos fatos passados.

A liberdade criativa do intérprete da história surge então, por um lado, como duplicação da liberdade ‘louca’ dos agentes da fragmentariedade da história, mas por outro lado como liberdade ‘genial’, i.e., como libertação face à fragmentariedade e como capacidade de transformação da ‘loucura’ em ‘cadeia de destino’ capaz de tudo ‘conduzir à sua [do ‘gênio’] ideia’. O ‘gênio’ é afinal esta circularidade, esta cisão unificante gerada no sujeito, entre um agente da história fragmentada e um intérprete-criador de história una<sup>250</sup>.

Ora, não se debate se Azevedo produziu ou não, segundo a ótica de um agente intérprete da história, em seu texto “Lucano”, em “Literatura e Civilização em Portugal” ou em seus discursos de 1849 e 1850 uma historiografia. Ele não é historiador e seu objetivo primeiro é tratar de literatura em seus ensaios e conciliar a importância dela na formação de uma nação, como fez em seus discursos. No entanto, torna-se patente que ele trabalhou questões historiográficas e o fez de modo bastante singular na forma de narrar os eventos históricos não só em seus dois discursos como em outros ensaios.

O ensaio “Lucano” é um exemplo prático da maneira que Álvares de Azevedo utiliza a narrativa “imaginativa e dramática” ao tratar dos fatos históricos de Roma; como também discute os aspectos literários da obra *Farsália*. Em seu estudo, o ensaísta faz apontamentos sobre o registro da história no texto ficcional, assim como adere à polêmica que se criou em torno da obra do poeta romano. O escritor brasileiro reconhece nela a importância de ser a

---

<sup>249</sup> JUSTO, 1995, p. 201

<sup>250</sup> Ibidem, p. 201-202.

primeira obra a trazer fatos históricos ocorridos há pouco tempo, sem o uso da mitologia como suporte das tramas humanas.

Há no ensaio a ideia tanto do escritor quanto da obra “espelharem” a história de uma era. Azevedo afirma em diversos momentos (ele tratou disso em “Jacques Rolla”, “Literatura e Civilização em Portugal”, em “Lucano”) que um escritor pode “representar” toda uma época, a exemplo de Homero, Tasso, Camões e o próprio Lucano: “Há épocas que resumem na altivez da frente uma época inteira. Guerreiros [...] fazem-se a síntese de um volver atropelado de ideias [...], se harmonizam numa unidade em ser vário, com suas crenças e filosofia, com sua poesia [...]”<sup>251</sup>. Em suas palavras, os escritores conseguem sintetizar o “diverso no uno”, sejam na filosofia e na literatura.

Além disso, se por um lado, no texto, Azevedo ressalta a história a partir de um ponto de vista da concepção dramática como superação dos fragmentos e do diverso no uno; por outro lado, quando se refere à epopeia como o “sublime histórico”, se observada as “fronteiras” entre os discursos da literatura e da história, talvez fosse uma forma de pensar o entrosamento de imaginação e realidade, ficção e fatos.

Ao tratar de imaginação e realidade, por certo, não se pensa que para Azevedo a epopeia constitui a história recontada em substituição aos livros e manuais de história. Ou mesmo a conjugação das diversas áreas do conhecimento permite dizer que se substitui uma em detrimento de outra. É um equívoco forçar esta ideia, pois há não só uma diferença entre os objetos tratados em cada área, como um modo de fazê-lo.

El más vulgar copista de la realidad tiene que reconocer y confesarse a sí mesmo que la historia universal no es una epopeya (por más que lo sea en sentido distinto, aunque más elevado), que en una novela no puede insertarse una verdadera carta de amor, por buena que sea, y que hay alguna diferencia entre la pintura de una paisaje hecha por un poeta y la descripción exacta de alturas y llanos hecha por un geógrafo<sup>252</sup>.

---

<sup>251</sup> AZEVEDO, 2000, p. 658.

<sup>252</sup> “O copista mais vulgar da realidade tem que reconhecer e confessar a si mesmo que a história universal não é um épico (mesmo que seja em um sentido diferente, embora superior), que uma verdadeira carta de amor, por melhor que seja, não pode ser inserida em um romance, e que há alguma diferença entre a pintura de um poeta de uma paisagem e a descrição exata das alturas e planícies de um geógrafo”. RICHTER, Jean Paul. *Introducción a la estética*. Madrid: Editorial Verbum, 1991, p. 34, tradução nossa.

De mais a mais, “o fato de Álvares de Azevedo pensar o fenômeno do sublime<sup>253</sup> como uma gradação do belo, no caso, a sua maior escala”<sup>254</sup>, seja uma entrada para reflexionar que talvez da relação epopeia e história, isto se atendo a obra *Farsália*, seja um modo de uso tanto da beleza da ficção, quanto da flexibilização da historiografia.

Além disso, pensar o sublime da “[...] maneira que os autores que se consideravam autônomos, ou seja, ‘como uma forma de arrebatamento relacionado ao grandioso e ao terror’, a qual, de forma geral, é a posição de Álvares de Azevedo”<sup>255</sup>. Talvez nisso, haja a possibilidade de reverenciar não somente o gênio que transforma o diverso em um, mas também uma amálgama do grandioso da literatura com o grandioso dos fatos humanos que se fazem assombrosos. O “sublime histórico”, fosse tendência e/ou teorização abarcante dos discursos, o importante é olhar, mesmo que rapidamente, para a concepção que Azevedo tinha de sublime e de história. É plausível que para ele, da confluência do belo e dos fatos históricos, sejam retirados elementos em prol de uma historiografia flexível, que a torne mais humana, mais atraente.

De volta àquela discussão acerca do método de historiografia do XIX e da diferenciação dos discursos da ficção e dos fatos reais. Desde o Iluminismo, passando por Herder e chegando aos pensadores do oitocentos, Humboldt e Ranke, cada um defende, em seus textos, o uso deste ou daquele discurso historiográfico. No entanto, as implicações entre a impossibilidade de onisciência ou imparcialidade do narrador, por exemplo; ou ainda, o discurso que provém de um ponto de vista particular, se completam, se amalgamam à capacidade do historiador para abordar a “parte invisível do fato”. Tudo isso, pode ter servido de inspiração a Álvares de Azevedo.

Desde Herder, há inúmeras possibilidades de se relatar os acontecimentos passados. Leva-se em conta o ordenamento deles numa sequência ou sucessão, reconstruída mentalmente,

---

<sup>253</sup> “No entanto, como Lopes Gama não é nominalmente citado, é possível que Azevedo possa ter tido contado também com as fontes desse tratado [*Lições de eloquência nacional*, de 1845], que foram, segundo esclarece seu autor, Hugh Blair, Victor Cousin e Jouffroy. Essa aproximação deixa entrever que Álvares de Azevedo parte de “velhas teorias sobre o conceito do sublime” na sua tentativa de propor algo de novo no contexto da literatura brasileira. A leitura de uma tradição corrente é mais uma vez aqui empregada como ponto de partida para a construção da originalidade do escritor. No entanto, como não se trata de uma tradição reformulada, caso de Shakespeare e Cervantes, ela pode ter sido apropriada para ser vencida, e talvez, parodiada, à medida que se choca, por meio de uma combinação dissonante, com uma vertente mais recente do pensamento sobre as funções do belo na arte, caso das proposições de Théophile Gautier, demonstrando-nos que o andamento da modernidade literária brasileira esteve sempre às voltas com tendências do passado”. SANTOS, Natália G. de S. O pensamento de Álvares de Azevedo por meio de seus prefácios: antagonismo e dissolução. Dissertação de mestrado – USP. São Paulo, 2012, p. 64.

<sup>254</sup> *Ibidem*, loc. cit.

<sup>255</sup> *Ibidem*, loc. cit.

segundo os critérios de quem o faz. De certo modo, há um diálogo de Azevedo com Herder com relação à abordagem de uma história dramática e imaginativa.

Em seus escritos, Azevedo não citou nominalmente o filósofo alemão. Contudo, do ponto de vista da teoria que se chegou ao Brasil do século XIX, é possível que ele tenha tido contato com textos diversos que dialogavam com o pensamento de Herder. Por exemplo, via Alexandre Herculano, pois o escritor brasileiro abre um diálogo com os textos do escritor português, bem como, via escritores e tradutores franceses.

Alexandre Herculano cita nominalmente os nomes de Herder e Vico e faz toda uma crítica aos franceses. Também sabemos que Quinet e Michelet traduziram Herder e Vico para o francês<sup>256</sup>. O conhecimento é resultante de diálogos de épocas, autores e obras no decorrer da “civilização”.

No tempo em que eu andava peregrinando por esse mundo literário, antes de me acolher ao mundo tranquilo de santa rudeza, conversei um pouco com Vico e Herder, com Vico e Herder como a Itália e a Alemanha os geraram, e não como aleijaram e embaiucaram os cabeleireiros franceses (todo o francês, com raras exceções, tem um pedacinho de cabeleireiros). Sempre me pareceu que tinham nascido muito antes do seu tempo<sup>257</sup>.

Os princípios que norteiam o registro da história e a historiografia, isto é, a “história crua” se “[...]distingue da escrita da história porque esta supõe a intervenção de uma atividade interpretativa, que não se restringe a sintetizar o que materialmente já se dera, senão que sujeita o fato a perguntas, propõe significações e valores, que passam a integrar o passado, para nós”<sup>258</sup>. E, desse modo, por meio da “[...] intervenção do historiador, o passado se amolda a um ponto de vista, o qual não concerne a um fato singular senão às conexões estabelecidas entre uma série de fatos”<sup>259</sup>.

No registro dessa história, a partir de um ponto de quem o faz, a historiografia prevista por Álvares de Azevedo, hipoteticamente, partiria de um uso enriquecedor, a partir da conjugação entre “ficcional” e “real”, uma vez que esse registro passa pelo cunho da imaginação, como propunha Humboldt e da dramatização dos acontecimentos passados por Ranke e Herder. Para Azevedo, esse hibridismo poderia ajudar a compreender o que estivesse oculto do alcance da narrativa da história ao restabelecer, recriar e unir os conjuntos fragmentários dos fatos históricos. Além disso, a escolha de uma determinada historiografia já

<sup>256</sup> Segundo informação da pesquisadora Patrícia Gonçalves, há uma nota no livro *Le Peuple*, de Michelet, que diz que Quinet traduziu Herder e Michelet traduziu Vico. “[...] Michelet les *Principes de la philosophie de l'histoire* de Vico et Quinet les *Idées* de Herder”. MICHELET. *Le peuple*. Paris: Flammarion, 1974.

<sup>257</sup> HERCULANO, Alexandre. Carta a Oliveira Martins. In: *Alexandre Herculano, o historiador*. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

<sup>258</sup> LIMA, 2006, p. 416.

<sup>259</sup> *Ibidem*, loc. cit.

diz muito do posicionamento de seu autor, a fim de convencer o seu leitor: “A historiografia, assim, encerra em si as características de ser empiricamente pertinente, argumentativamente plausível e demonstrativamente convincente”<sup>260</sup>.

---

<sup>260</sup> MARTINS, Estevão de Rezende. Introdução: O renascimento da história como ciência. In: *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2015, p.10.



## CAPÍTULO II

### “Literatura e civilização em Portugal”: as acepções de história, de arte e de decadência na Europa.

Quando Heráclito viu perfeito o seu livrinho, depositou-o no templo de Ártemis Senhora das Feras, a Deusa de muitos úberes. Agora que vejo concluído o meu, a Deusa não tem mais templos, nem as feras têm Senhora, nem as feras são mais ferozes, ainda que sejam piores: contagiosas, poluentes. [...] Evocada ou não, contemplada ou sem templo, a Deusa Mãe está presente e nos nutre. As feras, ainda que tenham perdido a inocência e a natural crueldade, são sempre as suas crias. Tão perverso como as ex-feras minhas contemporâneas, de cujo convívio não poderei me apartar senão quando me sentir próximo do fim de seus dias, vivo nos últimos anos desta Idade de Ferro preditos por Hesíodo – e confio este meu livrinho aos que tiverem prazer em falar ou ouvir falar dos Deuses sempre vivos, e aos que com Eles vivem.

Hesíodo, *Teogonia: a origem dos deuses*.

Quase toda cultura presente ou passada acredita que homens e mulheres não estão de acordo com os padrões de seus pais e ancestrais. Na mais antiga literatura grega, a *Iliada* de Homero, encontramos uma passagem em que Ajax, com uma das mãos, apanha uma pedra “que o mais robusto rapaz de nossa geração acharia difícil levantar com as duas”. Duzentos anos mais tarde, no século VII a. C., o poeta Hesíodo concebia todo o cosmo governado por um processo de decadência generacional, começando em uma idade de ouro, quando os deuses imperavam e os homens viviam em paz e harmonia, seguida das idades de prata, de bronze e por último de ferro, quando os homens eram forçados a viver pelo suor da frente e a sofrer sua sina (nas mãos de senhorios, reis – e esposas). É impressionante a semelhança da idade de ferro de Hesíodo com a expulsão do Jardim do Éden; mas “idade de ferro” é também a tradução da *Kali Yuga* da religião hindu e védica, a última e pior de todas as épocas humanas, quando “o forte, o esperto, o atrevido e o negligente” governam o mundo. Mítos similares aparecem na China confuciana; entre astecas, zoroastristas, japoneses e numerosas tribos nativas americanas; e nas sagas islandesas e irlandesas, sem mencionar o Livro do Gênesis.

Arthur Herman, *A ideia de decadência na história ocidental*.

A decadência do Ocidente, considerada sob este prisma, significa nada mais nada menos do que o problema da Civilização. Apresenta-nos uma das questões básicas de toda história superior. O que é a civilização, concebida como consequência orgânico-lógica, como remate e término de uma cultura? Ora, cada cultura tem a própria civilização. Pela primeira vez, estas duas palavras, que até agora designavam uma vaga distinção ética, acham-se aqui empregadas num sentido periódico, como expressões de uma sucessão orgânica, estrita e necessária. A civilização é o destino inevitável de cada cultura. Com isso, alcançamos o cume onde se tornam solúveis os derradeiros, os mais difíceis problemas da morfologia histórica. Civilizações são os estados extremos, mais artificiosos, que uma espécie superior de homens é capaz de atingir. São um término. Seguem ao processo criador como o produto criado, à vida como à morte, à evolução como à rigidez, ao campo e à infância das almas como a decrepitude espiritual e a metrópole petrificada, petrificante. Representa um fim irrevogável, no qual sempre se chega, com absoluta necessidade.

Oswald Spengler, *A decadência do ocidente*.

## 1- A relação entre literatura e civilização, uma leitura do ensaio<sup>261</sup>

O texto “Literatura e civilização em Portugal” de Álvares de Azevedo é um dos estudos histórico-culturais mais bem elaborados na segunda metade do século XIX. No ensaio, Azevedo empreende um olhar bastante “integrador” dos lusitanos com a tradição cultural ocidental. Se por um lado, o escritor brasileiro coloca o povo português (oportuno dizer que ele não está valorando uma gente em detrimento da outra, apenas ressaltando as grandezas nas particularidades) historicamente no “patamar” do povo espanhol, por outro lado, ele resalta a importância da era expansionista marítima portuguesa – tida pelo crítico como sendo a época guerreira daquela gente<sup>262</sup> –, e da formação de uma literatura lusa própria, que desde Camões, segundo o ensaísta, há literatura nacional. Oportuno dizer que ele não está valorando uma gente em detrimento da outra, apenas ressaltando as grandezas nas particularidades.

De antemão, é possível afirmar que o texto de Álvares de Azevedo é extremamente emblemático, uma vez que consegue expor com muita meticulosidade não apenas o curso histórico e cultural daquela nação, desde o surgimento do Estado no século XII<sup>263</sup> até a sua ascensão no século XVI, mas também a sua “queda” política, econômica, social e artística na época posterior. Neste ínterim, além das questões históricas, políticas etc. – as quais são por si extremamente complexas para delinear os contornos teóricos do texto –, ele direciona um especial olhar à produção literária portuguesa. Em seu ensaio, o escritor brasileiro empreende um percurso que nos leva a entender sua visão teórica de que naquele Oitocentos há um decaimento daquela literatura, que já fora grande no período das grandes navegações<sup>264</sup>.

<sup>261</sup> O texto “Literatura e civilização em Portugal” já foi objeto de estudo para: CUNHA, Cilaine Alves. Palpites dissonantes de brasileiro em ‘Literatura e civilização em Portugal’. *Literatura e autoritarismo*, Santa Maria, n. 4, 2001, p. 15-26; GINZBURG, Jaime. História e melancolia em Literatura e civilização em Portugal. *Estudos Portugueses e Africanos*, Campinas, n. 33/34, p. 21-27, jan./dez. 1999; GUINZBURG, Jaime. Portugal, nação melancólica: Bocage interpretado por Álvares de Azevedo. Disponível em: [http://www.geocities.com/ail\\_br/portugalnacaomelancolica.htm](http://www.geocities.com/ail_br/portugalnacaomelancolica.htm). Acesso em: 26 de jan. 2022; SANTOS, N. G. DE S. A literatura romântica portuguesa sob o olhar de Álvares de Azevedo e Lopes de Mendonça: diálogos críticos. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, n. 29, p. 40-52, 8 de maio de 2019; SANTOS, Natália Gonçalves de Souza. Um leitor inconformado: Álvares de Azevedo e o periodismo do século XIX. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018. Tese de Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada. [Acesso 2022-01-26]. O texto também foi publicado em um volume por Roberto Acízelo: AZEVEDO, Álvares. *Literatura e civilização em Portugal*. Roberto Acízelo de Souza (Ed.). Rio de Janeiro: Caetés, 2016. O livro traz ótimas notas de rodapé, mas a ideia de retirar a pontuação original do texto enfraqueceu bastante o ensaio, lembrando que o uso da pontuação por um autor romântico é tão importante quanto as próprias palavras, conforme teorizou o poeta Coleridge.

<sup>262</sup> Azevedo segue a orientação dos críticos e historiadores da literatura portuguesa.

<sup>263</sup> HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand; Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, s/d.. Tomo I, p. 191-195.

<sup>264</sup> O percurso analítico e teórico de Azevedo em seu estudo literário tem por finalidade expor que em épocas passadas Portugal havia sido grande, mas que no século XIX o país havia entrado em uma era de decadência.

A respeito da estrutura do texto “Literatura e civilização em Portugal”, Azevedo o dividiu em duas partes, o organizou em tamanho desigual (a segunda parte é maior que a primeira), e o conteúdo em fragmentos irregulares, tanto no comprimento de seus títulos, quanto no tamanho dos assuntos que o compõem. No que concerne às subseções do texto, eles são disformes e desenvolvem assuntos isolados, se pensados em suas “singularidades”, mas que, ainda sim, seguem uma tese em curso – a história e a civilização lusitana. No que diz respeito aos títulos dos fragmentos, eles se mesclam e intercalam entre palavras e algarismos romanos, de tal modo que, dispostos verticalmente na página dão a dimensão dos “espinhos do ouriço” de Schlegel<sup>265</sup>. Podemos assim deduzi-los, mediante a “formatação acidentada”<sup>266</sup>, na observação da extensão de cada título, bem como na leitura dos próprios textos:

PRÓLOGO I;  
 II LITERATURAS DO NORTE;  
 III ÁRABES;  
 IV ÍNDIA;  
 PORTUGAL DUAS PALAVRAS;  
 I HISPÂNIA;  
 II LUSOS E PORTUGUESES;  
 FASE HERÓICA,  
 I FERREIRA,  
 II CAMÕES;  
 FASE NEGRA,  
 BOCAGE I,  
 II,  
 III,  
 IV,  
 V,  
 VI.<sup>267</sup>

Na primeira parte do ensaio, já no prólogo, Azevedo expõe quatro diferentes perspectivas – segundo teorizações recorrentes da época – do “entendimento” do que vem a ser a literatura. Já no segundo fragmento do ensaio, ele apresenta os povos do Norte, com suas crenças, seu “clima” e seu “cenho guerreiro”; o terceiro versa acerca dos árabes, também do clima, das crenças, do espaço geográfico. O quarto, disserta a respeito das especificidades da cultura, da literatura e dos costumes da Índia.

Quanto aos demais fragmentos que compõem a segunda parte do ensaio, Azevedo escreveu a subseção “Portugal”. Trata-se de um novo prólogo da segunda parte de “Literatura e civilização em Portugal”. Em seguida pormenorizar a história da península com o texto “Hispania”. Depois, no fragmento “Lusos e portugueses”, o ensaísta analisa o ápice daquela literatura; é quando surgem escritores como Camões, Ferreira e Bocage – tida pelo teórico como

<sup>265</sup> SCHLEGEL, Friedrich. *O dialeto dos fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

<sup>266</sup> É leitura e interpretação própria acerca da forma irregular dos títulos e subtítulos.

<sup>267</sup> Títulos e subtítulos das seções e subseções do ensaio “Literatura e Civilização em Portugal”.

sendo a “fase heroica”. Por último, no texto a “fase negra”, Azevedo disserta sobre Bocage e o toma como o último e grande nome da literatura portuguesa<sup>268</sup>.

A forma fragmento do texto “Literatura e Civilização em Portugal” é, sem dúvida, muito pertinente à funcionalidade do ensaio. Dos diversos assuntos abordados, dos amplos temas que versam sobre literaturas e civilizações tanto em Portugal, quanto em lugares mais ao norte da Europa, ou Oriente Médio e Ásia, Azevedo, em carta a seu amigo Luis, diz que os “estudos literários” tem a pretensão de expor e evidenciar “[...] a marcha simultânea da civilização e poesia em Portugal, bastante volumosa”<sup>269</sup>.

O Romantismo tem a característica de reunir múltiplas formas, que combinadas buscam uma multiplicidade. Segundo Suzuki, “[o] romantismo pode ser esquematicamente caracterizado como uma trajetória que toma por ponto de partida a forma primordial, se desenvolve por múltiplas formas particulares e busca novamente, pela combinação destas, a unidade da forma”<sup>270</sup>. De modo análogo, pensamos que da combinação de formas e temas no texto “Literatura e Civilização em Portugal”, Azevedo visa à abrangência da civilidade presente naquele país por meio da arte, em seus costumes e cultura.

Além do que, consideramos que o ensaio de Azevedo, pela sua forma fragmentada, corrobora para que o escritor paulista alargue e não estratifique a ideia do que é a literatura e a civilização em Portugal, desde o século XVI até o século XIX. Acreditamos ainda que a forma fragmento também suplementa o ensaísta a tratar da temática da decadência que aparecerá ao final de seu estudo. O caráter inacabado e incompleto do texto favorece uma leitura que recompõe não somente o assunto central do texto, ou seja, o desenvolvimento da literatura ao longo dos séculos em Portugal, mas que também traz junto a movimentação temporal que se arrasta para a literatura, e que a configura naquele Dezenove como em ruína.

Em conformidade com o que escreveu Antonio Candido, o fragmento é um texto curto, feito para bastar a si mesmo, por um lado, mas que, por outro, sugere um ar de profundidade e mistério pelo seu aspecto inacabado e até vago. Além disso, a forma fragmento remete à impotência da palavra, antes coloca perante o leitor uma ruína alusiva do texto, cujo caráter “imperfeito” desperta a imaginação.

O fragmento propriamente dito, que é um texto curto parecendo não ter começo nem fim, construído para bastar a si mesmo e renunciar ao todo em favor da parte. [...] a

<sup>268</sup> As afirmações de Azevedo dialogam diretamente com as teses desenvolvidas por Francisco Dias, no texto “Análise, e combinações filosóficas sobre a elocução, e estilo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha, e Camões”, segundo o espírito do sábio Programa da Academia Real das Ciências, publicado em 17 de janeiro de 1790.

<sup>269</sup> AZEVEDO, Álvares de. *Carta de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Academia paulista de letras, 1976, p. 146.

<sup>270</sup> SUZUKI, Márcio. A gênese do fragmento. In: SCHLEGEL, Friedrich. *O dialeto dos fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1997, p. 17.

sugestão que o inacabado e o vago não apenas correspondem à impotência da palavra, mas parecem sinal de profundidade, mistério, sonho, como se o leitor fosse posto diante de ruínas sugestivas de um texto cujo caráter incompleto desperta a imaginação<sup>271</sup>.

Destarte, conforme aponta Charles Rosen, “[...] durante alguns anos por volta de 1800, o fragmento tornou-se a forma artística do [...] gosto dominante. Era portador de uma carga ideológica, expressa críptica e ironicamente com grande charme por Friedrich Schlegel em 1798 [...]”<sup>272</sup>. Ou seja, o fragmento traz também uma bagagem de valores que corrobora a quebra das convenções artísticas rígidas da época, portanto, maquinação valiosa do movimento que se formava na Europa. Como afirmava Novalis, o familiar torna-se estranho e o maravilhoso, lugar comum. Perde-se então o interesse pelas formas institucionalizadas definitivas e rejeita-se o aspecto conclusivo de uma obra.

Fazer o familiar parecer estranho, o maravilhoso parecer lugar-comum, era a definição de romantismo dada por Novalis. Precisamos manter nosso domínio sobre a trivialidade, e sobre a imperfeição fundamental e reconhecida dos artifícios estilísticos e dos modos de pensar do início do século XIX, ou eles se transformam em clichês vazios. Por essa razão, chegamos corretamente a preferir os esboços, as primeiras versões das obras desse período. As hipérboles românticas são concebíveis aqui como provocações, estímulos de um processo criativo interminável (como pretendiam ser vistos), e não como fórmulas institucionalizadas absurdamente definitivas [como as da poética de Boileau, por exemplo]. As edições mais satisfatórias de obras românticas são aquelas que conservam a impressão do rascunho espontâneo, a improvisação do desenvolvimento, e rejeitam o aspecto do enunciado final, conclusivo<sup>273</sup>.

Ademais, se de um lado a forma fragmento é propícia ao Romantismo no sentido de liberdade criativa; por outro, o próprio movimento Romântico traz em seu cerne uma “afronta” não somente às convenções dos artifícios estilísticos estanques suscitadas desde o Renascimento às Luzes, como também aos valores burgueses estabelecidos após a Revolução Francesa, uma vez que o movimento é político e condizente com o tempo; um tempo em que se derruba um regime de governo autoritário.

Brandida por um homem marginalizado, como o romântico se sente e até certo ponto o é [se pensar os escritores e os estudantes], converte-se de início em arma para ferir os valores oficiais do mundo burguês [...], colocando o movimento romântico, apesar de sua frequente tendência para posições retrógradas, entre os principais demolidores da ordem de valores até então estabelecidos<sup>274</sup>.

De mais a mais, no que concerne à forma fragmentária, no excerto 206, Schlegel teorizava, por meio de aforismo, que “[...] um fragmento tem de ser como uma pequena obra

<sup>271</sup> CANDIDO, Antonio. Romantismo, negatividade, modernidade. In: PACHECO, Mário Miranda (ed.). *Anuário del colégio de estudios latino-americanos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006, p. 140.

<sup>272</sup> ROSEN, Charles. *Poetas românticos, críticos e outros loucos*. Cotia: Ateliê editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 87.

<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>274</sup> GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002, p. 286.

de arte, totalmente separado do mundo circundante e perfeito e acabado em si mesmo como um porco-espinho<sup>275</sup>. Entretanto, como observa Rosen, “[...] paradoxalmente, isto [a forma fragmento] salva a integridade da obra de arte e a **interpenetração de vida e arte**, como a forma circular perfeitamente definida do ouriço-cacheiro, enrolado à maneira de uma bola, projeta seus espinhos no mundo que o rodeia<sup>276</sup>. Em outras palavras, se a pretensa forma definida do ouriço perde o contorno, se seus espinhos de significação irônica, se projetam para o espaço, sugestivamente eles possibilitam ir além do aparente da forma. Desse modo, seja em uma leitura “teórica expressiva” ou “teórica objetiva<sup>277</sup> da obra de arte, pensamos que, por meio de uma análise reflexiva, o fragmento possibilita uma leitura, como aponta Antonio Candido, mais “imaginativa” das obras de arte ou teóricas, recepcionada é claro, em um ambiente aparelhado para recebê-las<sup>278</sup>.

A movimentação pelo entorno da forma fragmento é, sem dúvida, um episódio bastante peculiar daquele final de século XVIII e início do XIX na Alemanha. Conforme aponta Suzuki, Schlegel desenvolve uma “nota dissonante” do sistema kantiano ao propor o estilo fragmentário de texto, como resposta de que talvez ele seja “a forma da filosofia universal<sup>279</sup>. Assim, “o caos de fragmentos” de Schlegel é uma tentativa de entendimento da própria consciência humana e da obra de arte naquele momento histórico.

É sem dúvida um traço peculiar e surpreendente da filosofia de Friedrich Schlegel que se tente se firmar como um “caos de fragmentos” exatamente num momento da história da filosofia em que os maiores esforços estão voltados para a completude e acabamento sistemático da crítica kantiana<sup>280</sup>.

Schlegel busca então responder à questão filosófica pós-kantiana do sistema ordenado totalizante, de uma forma da filosofia geral, por meio do fragmento<sup>281</sup>.

[...] a percepção da fragmentação e do dilaceramento da consciência poderia ser antes considerada como um dos instantes em que o idealismo alemão se dá conta de seus limites, em que passa a investigar seus próprios pressupostos e a corrigir seus desvios: abdicar da pretensão de estabelecer, pelo viés da teoria, um sistema do saber absoluto, minimizando o alcance especulativo da dialética<sup>282</sup>.

<sup>275</sup> SCHLEGEL, 1997, p. 82.

<sup>276</sup> ROSEN, 2004, p. 88, grifo nosso.

<sup>277</sup> ABRAMS, M. H. *O espelho e a lâmpada: teoria romântica e tradição crítica*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

<sup>278</sup> Ora, o livro *Lucinde* de Schlegel, um substancial *Bildungsroman*, não foi bem recepcionado na época, mas em si, ele se constitui como uma grande e moderna obra de arte de seu tempo.

<sup>279</sup> SUZUKI, 1997, p. 14. Não abordaremos diretamente a teoria de Kant, portanto, não traremos o texto do filósofo para a discussão, apenas considerações levantadas pelo professor Márcio Suzuki em seu texto sobre a “gênese do fragmento”.

<sup>280</sup> *Ibidem*, p. 11-12.

<sup>281</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>282</sup> *Ibidem*, loc. cit.

Conforme aponta Suzuki, “Schlegel teria então como primeira tarefa mostrar que há também na consciência, estreitamente enlaçada com sua imperscrutável unidade, uma primordial e inevitável inclinação para o fracionamento – um pendor original à fragmentação”<sup>283</sup>. Tal pressuposto partiria então da ideia de que “[o] indivíduo é como que uma parte, um pedaço (*Stück*), fração, fratura ou fragmento (*Bruckstück*) de si mesmo, que se destaca do todo, mas ao mesmo tempo o pressupõe e quer retornar à unidade do “proto-eu” (*Ur-Ich*)”<sup>284</sup>. De certo modo, a forma fragmento poderia ser tão orgânica quanto a própria vida<sup>285</sup>.

O fragmento possibilita não apenas uma “representação fluida da realidade”<sup>286</sup> e mesmo de desmonte do rigor doutrinário na arte, como também é um jeito de relatar a complexidade da “marcha” da civilização em Portugal.

O primeiro aspecto da forma fragmento que levantamos refere-se à possibilidade de inserção de temas satélites como o fez Azevedo acerca da religião, do clima e do cenho guerreiro de um povo expressos na primeira parte do texto, para então, na junção deles tratar da civilização portuguesa, que é objeto da segunda parte do ensaio. A primeira parte do estudo do escritor brasileiro, portanto, traz um olhar sobre a tradição do Oriente e do Ocidente, e que juntos mostram o caminhar da humanidade ao longo das eras, caminhar este que, no texto de Azevedo, é herdado pelo povo português. Há no ensaio todo um deslocamento da narração pelo espaço (povos nórdicos, árabes e indianos) e no tempo (ápice e queda de povos) que arrasta e nos leva a perceber o “crepúsculo” da literatura (civilização) portuguesa no século XIX.

O segundo aspecto acerca da forma fragmento que observamos no texto refere-se à ironia das ideias, quando o autor do texto sai de seu foco principal, isto é, do caminhar da civilização portuguesa e disserta rapidamente acerca da polêmica sobre a nacionalidade da literatura brasileira. O tom irônico impresso em seu texto “Literatura e civilização em Portugal” permitiu que Azevedo expusesse ideias que envolvia, em sua contemporaneidade, toda a controvérsia do discurso oficial estabelecido desde Santiago Nunes Ribeiro, se havia ou não literatura nacional brasileira.

Vozes que se erguiam naquele momento, nos possibilitam pensar a ironia com a possibilidade de “perspectiva polifônica” em torno do que é literatura nacional configuram-se como uma “conjunção de discursos”, uma mescla de “interdiscurso” e mesmo de “estratégias

---

<sup>283</sup> SUZUKI, 1997, p. 14.

<sup>284</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>285</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>286</sup> ROSEN, 2004, p. 88. Termo usado por Charles Rosen para tratar da “indeterminação do travessão” e seu auxílio em prol de uma representação fluida da realidade. No entanto, a observação dele é bastante oportuna acerca do fragmento.

de compreensão e representação de mundo”<sup>287</sup>, ainda que um “mundo” em construção (fragmentário), como era o caso do Brasil.

[...] [A] ironia é surpreendida como procedimento intertextual, interdiscursivo, sendo considerada, portanto, como um processo de meta-referencialização, de estruturação do fragmentário, que, como organização de recursos significantes, pode provocar efeitos de sentido como a dessacralização do discurso oficial ou o desmascaramento de uma pretensa objetividade em discursos tidos como neutros. Em outras palavras, a ironia será considerada como estratégia de linguagem que, participando da constituição do discurso como fato histórico e social, mobiliza diferentes vozes, instaura a polifonia, ainda que essa polifonia não signifique, necessariamente, a democratização dos valores veiculados ou criados<sup>288</sup>.

Azevedo utiliza a ironia como uma poderosa ferramenta para dessacralizar o discurso oficial do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Esse grupo, conhecido por estabelecer as bases da história oficial e da literatura brasileira, representava uma autoridade intelectual e cultural na época. Ao adotar a ironia, Azevedo desafia as ideias e narrativas propagadas pelo IHGB, revelando suas contradições e questionando sua suposta superioridade. Ou seja, “[.] a estilização do discurso irônico, distante da sátira moralizante permitiu-lhe, criticar ora de modo trágico, ora cômico, o contexto literário de seu tempo, assim como a sua própria obra”<sup>289</sup>.

A função da ironia romântica<sup>290</sup>, impulsionada por questões filosóficas, é caracterizada pelo caráter lúdico do ironista, que se torna um observador crítico e enxerga os juízos de valor como relativos e parciais. Seu propósito é zombar do senso comum, dos clichês e da opinião popular. Podemos refletir sobre a oposição entre a “tradição política”, “a realizada oficialmente”<sup>291</sup>, representada pelo grupo de Gonçalves de Magalhães, ainda que o grupo não fosse ainda tradição, e a “tradição social”, “a não oficial”<sup>292</sup>, formada por grupos que não se preocupam com um discurso literário oficial e estático.

Em relação ao texto “Literatura e civilização em Portugal”, consideramos que a proposta da tradição social é mais relevante à teorização de literatura de Azevedo. Arriscamos, assim, a

<sup>287</sup> BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 13.

<sup>288</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>289</sup> CUNHA, Cilaine Alves. Recepção de *Fausto* no Romantismo Brasileiro. In: GALLE, Helmut; MAZZARI, Marcus (Orgs.). *Fausto e a América Latina*. São Paulo: Humanitas, 2010.

<sup>290</sup> “O principal aspecto diz respeito ao fato de a ironia romântica estar diretamente ligada a uma concepção de poesia que, por sua vez, está intimamente motivada por uma postura filosófica: o idealismo alemão. Essa postura específica nas questões que concernem às relações existentes entre o eu e o mundo, a negação do caráter “sério” ou “objetivo” do mundo exterior e, conseqüentemente, a afirmação do poder criativo do sujeito pensante, o nascimento da situação irônica como um deslocamento entre o real e o imaginário, a lúcida intencionalidade do ironista que tende a tornar-se um observador crítico, a máscara do poeta que guarda uma certa transferência, diferenciando-se radicalmente do mentiroso ou do hipócrita, são alguns dos componentes de uma postura poética em que a ruptura da ilusão constitui o eixo central das relações que se estabelecem entre o produtor, a obra e o receptor”. BRAIT, op. cit., p. 31-32.

<sup>291</sup> HOBBSAWM. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 333.

<sup>292</sup> Ibidem, loc. cit.



utilizar o lugar-comum romântico da palavra “orgânica” para descrever e criar o uso de uma tradição literária sustentada por símbolos concebidos a partir da multiplicidade de perspectivas dos diversos autores, do que de poucos autores oficiais.

Os próprios aspectos da ironia romântica por si só configuram não somente o combate às aparências do mundo filisteu, mas também abalam a coerência, as regras da lógica, e contestam o domínio do racional<sup>293</sup>. Desse modo, a ironia possibilita ao narrador do texto “Literatura e civilização em Portugal” sair em defesa de um ponto de vista de projeto de literatura marcado, por exemplo, pela multiplicidade de fatores temáticos na composição de uma literatura nacional. Não importa o local ou quem para se dizer o que é exclusivo ou não de um povo, nem qual seria o procedimento na separação de literaturas, o que fazer com a brasileira em oposição à portuguesa.

Diversos críticos entendem de que o texto Azevedo é, em diversos trechos, “difuso e confuso”<sup>294</sup>, que sua escrita “digressiva”<sup>295</sup> perde força, no sentido de se projetar em todas as direções (lembramos aqui os espinhos do ouriço) ou que ele “escreveu em tumulto”<sup>296</sup>. Ora, o que Azevedo escreveu não prejudica o entendimento da tese posta em via, em seu ensaio.

Outro aspecto da forma fragmento, trata-se de uma peculiar disposição gráfica que Azevedo deixou na última parte de seu texto. Podemos observar nela uma diferença nos subtítulos presente na “Fase heroica” e na “Fase negra” da literatura portuguesa. Na “fase negra” não há projeção no espaço, isto é, há apenas uma numeração romana, não há títulos que indiquem “os espinhos do ouriço” que se projetam para fora, ou seja, graficamente há certa paridade no tamanho dos títulos das subseções. Ou seja, acreditamos tratar-se de um recurso de Azevedo para marcar visualmente esta parte do ensaio, que a saber trata da literatura e história em Portugal que perdem fôlego (na criação literária) e entram no que Azevedo chama de “período de crepúsculo”.

O texto de Azevedo segue, portanto, ao nosso ver, uma estrutura que corrobora não somente o desenvolvimento de sua tese, a decadência em Portugal, mas também sustenta uma fluidez que se faz ao relacionar literatura e sociedade. Em tempo, acreditamos que a organização do texto do escritor paulista esteja pensada de modo que seja possível salvaguardar não apenas a integridade da obra de arte em relação à sociedade – quando o ensaísta trata das obras portuguesas ao longo das eras –, mas também uma interpenetração de “vidas” e arte daqueles

---

<sup>293</sup> BRAIT, 2008, p. 39.

<sup>294</sup> ASSIS, Machado de. *Crítica literária*. São Paulo: Editora Mérito S. A., 1961, p. 112.

<sup>295</sup> SOUZA, Roberto Acízelo. Apresentação. In: Álvares de Azevedo. *Literatura e Civilização em Portugal*. Rio de Janeiro: Caetés, 2016.

<sup>296</sup> CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda. v. 2, p. 159.

poetas com os seus momentos históricos. A partir de interconexões dialógicas, o ensaísta tece, desde o prólogo de seu texto acerca da história, da filosofia, da ciência com a literatura, um mutualismo bastante expressivo destas áreas do conhecimento.

No exórdio do texto, Azevedo insere a discussão nada nova acerca do panorama da literatura, isto é, os fatos que constituíam a base dela. Ele destaca quatro opções teóricas para compreendê-la. A primeira trata-se do enfoque interpretativo de Louis de Bonald<sup>297</sup>, que por sua vez pode inclusive ser ignorada, como assinala o ensaísta, ou levada a sério pelo leitor; a segunda, a literatura como o “traslado” da sociedade; a causa dos costumes, hábitos e necessidades próprias dos povos – a literatura como composto de “tendências físicas e aspirações empíricas do espírito”.

A LITERATURA, quer a entendam como Bonald, quer não: ou encarem-na como o traslado, ou como efeito ou a causa de usanças e vezos, dos misteres históricos dos povos – tendências físicas e aspirações empíricas do espírito – é inegável que há aí entre ela [literatura] e esse panorama de fatos uma conexão muito vizinha, um grande elo de união. E assim vede:<sup>298</sup>

Assim, no destaque dos aspectos sobre o que é a literatura, ainda que ele tenha afirmado que Byron é o traslado de uma época, podemos ver em “Literatura e civilização em Portugal” uma preleção de Azevedo nas compreensões da literatura, pois o crítico reconhece que não há como negar as conexões e união da literatura com todo aquele panorama de fatos – ou seja, o uso, o costume e o exercício engenhoso de um povo.

Azevedo cita o filósofo francês Louis de Bonald (que viveu na Alemanha, em exílio, no final do século XVIII e pode acompanhar de perto a contínua evolução do pensamento alemão sobre arte, filosofia, história e sociologia), mas não especifica qual é a teorização aceita por seus leitores. No entanto, sabemos que por meio de um artigo na revista de *Mercure de France*, no início do século XIX, o conde Bonald avalizaria que cada povo tem a literatura que merece<sup>299</sup>.

Em 1806, Louis de Bonald retoma sua famosa frase, a de que “a literatura é expressão da sociedade”, condicionando a literatura como “caráter” da sociedade, mas com critérios de

---

<sup>297</sup> “[...] Essa análise se inscreve em uma reflexão mais geral sobre o papel do escritor na sociedade liberal, que se quer normativa: ele é responsável pela perfectibilidade, pela alma nacional e pela sensibilidade. A concepção liberal se opõe, a este respeito, àquela dos reacionários, que querem manter os escritores fora da política. Animados pela certeza da responsabilidade dos homens de letras na Revolução, os pensadores contrarrevolucionários, Louis de Bonald em particular, atribuem ao escritor uma missão edificante de propagandista dos “verdadeiros” valores e ordenador do gosto”. SAPIRO, Gisèle. *Sociologia da literatura*. Belo Horizonte: Moinhos; Contafios, 2019. p. 21.

<sup>298</sup> AZEVEDO, 2000, p. 706.

<sup>299</sup> NETO, Miguel Leocádio Araújo. A sociologia da literatura: origens e questionamentos. In: *Entrelaces*, agosto de 2007,

juízos da literatura e da sociedade – e aqui temos possivelmente a primeira observação de Azevedo ao pensamento do francês sobre literatura e sociedade.

Também neste período, em 1806, em artigo do *Mercure de France*, Bonald retoma sua famosa frase, ‘A literatura é expressão da sociedade’, antes aparecida em 1796, o que vai ocasionar uma série de polêmicas sobre a trama existente entre literatura, sociedade e história. Embora tivesse como intenção original afirmar que cada povo tem a literatura que merece (portanto adotando, a priori, um critério de julgamento valorativo de uma literatura e de uma sociedade), a frase está na origem do estabelecimento de um tipo de compreensão da produção literária, o do condicionamento da literatura pelo “caráter” da sociedade, o que geraria seus desdobramentos posteriores<sup>300</sup>.

Embora não seja mérito de Louis de Bonald a discussão em torno da relação da literatura com a sociedade, que já era posta em pauta desde o início do século XIX. Para o filósofo, quando toda a literatura de uma nação é a expressão de sua sociedade, uma obra em particular não pode ser a expressão de um povo: “Les Français n’ont point proprement d’ouvrage national, parce qu’ils ont une littérature toute nationale. Quand une littérature tout entière est l’expression de la société, un ouvrage particulier ne peut être l’expression d’un peuple”<sup>301</sup>.

Outro ponto que não se pode tornar alheio é o direcionamento político de Bonald. Por meio de parte de sua obra e mesmo da recepção crítica de seu trabalho, sabemos que ele era extremamente conservador, pois tinha um olhar avesso à Revolução Francesa, era católico fervoroso e grande defensor da monarquia.

Bonald defende pontos extremamente conservadores acerca do direito divino dos reis, da propriedade e da religião, bem como figura na tradição do pensamento reacionário francês que começa com sua reação contra a Revolução Francesa, que seguem o oposto dos sustentados por Álvares de Azevedo em seus discursos, como por exemplo a importância da Revolução para minar o poder despótico etc.

Bonald era tradicionalista no estilo e conteúdo, era ortodoxo quando insistia que a lei divina encontra o teste da utilidade social. Além disso, segundo Muller, o estilo do escritor francês perde o vigor, quando se torna sistemático, árduo e pedante, na medida em que procura demonstrar justamente as inter-relações e paralelos necessários entre as obrigações devidas a Deus, aos reis e aos pais.

Bonald figures in the tradition of French reactionary thought which begins with their reaction against the French Revolution. Bonald was traditionalist in the style and content of his conservatism. His cast of minds is orthodox even while he insists that divine law meets the test of social utility, an assumption which he drew from the Thomistic tradition of religious rationalism. His style is systematic, plodding and

<sup>300</sup> NETO, 2007, p. 17.

<sup>301</sup> “Os franceses não têm uma obra nacional, porque têm uma literatura completamente nacional. Quando toda uma literatura é a expressão da sociedade, uma obra em particular não pode ser a expressão de um povo”. BONALD, Louis de. *Pensées sur divers sujets et discours politiques*, 1817, p. 239, tradução nossa.

pedantic at times, as he seeks to demonstrate the necessary inter-relationships and parallels between obligations owed to God, to kings, and to fathers<sup>302</sup>.

Ademais, há também dentre as diversas ideias conservadoras de Bonald, outra que é de certo modo bastante reducionista e segue na contramão das ideias de Herder sobre a diversidade de povos e culturas que justamente afirmam suas identidades pautadas nas suas peculiaridades. Para o francês, o aspecto de uma cultura serviria como base para avaliar todas as outras. Ou seja, para Bonald povos diferentes não apontam para culturas não semelhantes, nem para instituições díspares.

Yet the function of the monarchy, as Bonald conceived it, was to support the functioning of “natural” social groups, such as the family, the guild, and local government. This strain of thought was to influence both the development of sociology in France and of the French Radical Right in the late nineteenth and early twentieth centuries, which sought an authoritarian political regime which would support “natural” social groups. Bonald thus sought to create a new orthodoxy to plan and legitimate a restored institutional order. His books drew upon the Thomistic strain in Catholic thought which had emphasized the socializing functions of social and political institutions, and had justified them in large part on the basis of their social utility in aiding man to restrain his sinful urges and hence in bringing about the realization of man’s God-given potential. Unlike Maistre, there is little room in Bonald’s thought for the particularist argument that different cultures require different institutions: for Bonald, one size fits all<sup>303</sup>.

Bonald sustentava uma pretensa idade de ouro francesa – quando afirmava que no período de Luís XIV se fez mais obras primas que em sua época (período tido como o grande século, conforme classificação adotada na literatura francesa<sup>304</sup>). Dizia inclusive que este foi o período em que havia maior liberdade, momento de ápice do desenvolvimento da cultura e da sociedade francesa: “Sous Louis XIV, on disserte beaucoup moins qu’aujourd’hui, et beaucoup

---

<sup>302</sup> “Bonald figura na tradição do pensamento reacionário francês, que começa com a reação contra a Revolução Francesa. Bonald era tradicionalista no estilo e conteúdo de seu conservadorismo. Seu elenco de mentes é ortodoxo mesmo quando ele insiste que a lei divina encontra o teste da utilidade social, uma suposição que ele extraiu da tradição tomística do racionalismo religioso. Seu estilo é sistemático, penoso e pedante às vezes, pois ele procura demonstrar as inter-relações e paralelos necessários entre as obrigações devidas a Deus, aos reis e aos pais”. MULLER, Jerry Z. *Conservatism: An anthology of social and Political thought from David Hume to the present*. New Jersey: Princeton University Press, 1997, p. 152, tradução nossa.

<sup>303</sup> “No entanto, a função da monarquia, como Bonald a concebeu, era apoiar o funcionamento de grupos sociais “naturais”, tais como a família, a guilda e o governo local. Esta tensão de pensamento deveria influenciar tanto o desenvolvimento da sociologia na França quanto da Direita Radical francesa no final do século XIX e início do século XX, que buscava um regime político autoritário que apoiasse grupos sociais “naturais”. Bonald buscava assim criar uma nova ortodoxia para planejar e legitimar uma ordem institucional restaurada. Seus livros se baseiam na tensão tomística do pensamento católico que enfatizou as funções socializadoras das instituições sociais e políticas, e as justificou em grande parte com base em sua utilidade social para ajudar o homem a conter seus impulsos pecaminosos e, portanto, para realizar o potencial dado por Deus ao homem. Ao contrário de Maistre, há pouco espaço no pensamento de Bonald para o argumento particularista de que culturas diferentes requerem instituições diferentes: para Bonald, a dimensão única serve a todos”. MULLER, 1997, p. 153, tradução nossa.

<sup>304</sup> ZILBERMAN, Regina. Ferdinand Denis e o resumo de história literária. In: FERDINAND, Denis. *Resumo da história literária de Portugal seguido do Resumo da história literária do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2018.

moins de gens dissertent sur la littérature et les arts, et il se faisait des chefs-d'œuvre dans tous les genres”<sup>305</sup>.

Para o francês, a sua época encontrava-se em fase de degeneração, um declínio que surge a partir da ausência do regime absoluto, e não o contrário como sustenta, por exemplo, Alexis de Tocqueville em seu livro *O Antigo regime e a revolução* e toda a historiografia posterior. O próprio Álvares de Azevedo, em parte de sua obra, aponta que o declínio da Europa e da América se dá justamente pela falta de republicanismo.

A intenção de Bonald se aclara quando ele subverte a importância da república e defende a religião que antes sim fora revolucionária, a exemplo da época do cristianismo primitivo romano, mas que deixou de ser e passou a oprimir ao tornar-se Primeira Ordem naquela sociedade francesa<sup>306</sup>. Portanto, Bonald afirma que homens da religião, agora chamados de mentes fracas, eram na verdade os mais fortes.

Où étoit en Europe la perfection des loix, des mœurs, des manières, de la littérature, des arts, etc.? Était-ce chez les peuples républicains, qu'on appelle exclusivement des peuples libres, ou chez les peuples monarchiques? Quoi donc! La servitude serait-elle plus favorable que la liberté au développement de toutes les facultés humaines? Je ne sais; mais je crains qu'il ne se soit introduit dans la politique la confusion d'idées et de langage qui s'est introduite dans la religion. On a appelé esprits forts les incrédules, qui sont réellement des esprits foibles; et l'on a regardé comme des esprits foibles les hommes attachés aux vérités religieuses, et qui sont les esprits les plus forts et les meilleurs; et peut-être aussi qu'en politique on a appelé libres les peuples qui le sont le moins, et qu'on a regardé comme privés de toute liberté les peuples les plus libres qui furent jamais <sup>307</sup>.

O posicionamento político de Álvares de Azevedo se opõe claramente ao de Bonald e segue ao encontro de ideias defendidas por outros intelectuais europeus como Michelet, Quinet etc.; e nacionais como Torres Homem que em *O libelo do povo* versa acerca do desencanto do Antigo Regime, ao menos para um grande número de intelectuais franceses: “[...] a França, a quem já nenhuma ilusão apascenta sobre o princípio monárquico, abraça em sua maior latitude o regime da liberdade, trocando o governo do privilégio pelo governo da nação”<sup>308</sup>. O Antigo Regime deixou de ser a unanimidade e em terras americanas propagou-se diversas ideias em prol da República e mesmo da descentralização de poder, como questiona Abreu e Lima em *A*

<sup>305</sup> BONALD, 1817, p. 121.

<sup>306</sup> RÉMOND, René. *O Antigo Regime e a Revolução: 1750-1815*. São Paulo: Cultrix, 1986.

<sup>307</sup> “Na Europa, onde estava a perfeição das leis, da moral, dos costumes, da literatura, das artes, etc.? Estava no seio dos povos republicanos, que chamam exclusivamente de povos livres, ou no seio dos povos monárquicos? O que é isto! A servidão seria mais favorável do que a liberdade para o desenvolvimento de todas as faculdades humanas? Eu não sei; mas temo que tenha sido introduzida na política a confusão de ideias e linguagem que se instalou na religião. Chamaram de espíritos fortes os incrédulos, que são na realidade espíritos fracos; e viram como espíritos fracos os homens agarrados às verdades religiosas, que são os espíritos mais fortes e melhores; e pode ser também que, na política, chamem de livres os povos que menos o são; e que vejam como privados de toda liberdade os povos que sempre foram mais livres”. BONALD, 1817, p. 178-179, tradução nossa.

<sup>308</sup> HOMEM, Francisco de Sales Torres. *O libelo do povo*. Lisboa: Tipografia da nação, 1868, p. 11.

*cartilha do povo*, de 1849. No seu texto sobre “centralização do poder”, ele afiança que não há nenhuma vantagem na concentração integral de poder no Rio de Janeiro: “nem uma nem outra coisa, dizemos nós. A centralização absoluta não convém ao Governo e ao Povo [...]”<sup>309</sup>.

Além de Azevedo diferir da adesão política conversadora do francês e ainda que o tenha citado para exemplificar o primeiro enfoque sobre literatura, ainda que esse prisma provenha das ideias de Bonald, cabe ao leitor aceitar ou não a sua teorização: “quer a entendam como Bonald, quer não”.

Em outros termos, o escritor brasileiro alude à literatura enquanto “expressão da sociedade”; porém não adere ao julgamento de sociedade e literatura e dos possíveis desdobramentos de superioridade, seja de sociedade, de povo e de literatura, que o francês aparenta encetar. Imediatamente ao prólogo, Azevedo trata dos diversos povos e literaturas, ainda que ressalte as peculiaridades dos nórdicos, dos árabes e dos hindus, não realiza sua leitura a partir de juízos depreciativos, mesmo quando aponta os atos de hindus se lançarem sob as rodas do carro de Juggernaut<sup>310</sup>.

Azevedo, em seu prólogo, em nenhum momento vincula a ideia de que cada povo tem a literatura que merece, antes ele se interessa por ver o alcance dela. Assim, nos parece que ele está disposto a dialogar menos com as ideias de Bonald e mais com as ideias difundidas por Theodore Simon Jouffroy e por Charles Magnin. A partir desse ponto, Azevedo adentra nas ideias que abordam a ampla relação entre arte e sociedade, onde o teórico brasileiro tanto concorda, discorda ou expande os conceitos dos dois teóricos franceses.

Começamos primeiro com a visão geral de Theodore Simon Jouffroy sobre as “associações de ideias”, em que o filósofo afirma que essas associações mudam ao longo do tempo, porque é relevante para a nossa leitura. Essa premissa estabelece a base para a argumentação subsequente do autor francês sobre a evolução da humanidade. Nesse sentido, Jouffroy constrói seu argumento com base na ideia de que as línguas variam de povo para povo e de época para época, e é justamente nessa diversidade que reside o interesse, pois elas podem revelar as características distintivas e o “gênio” do povo que as utiliza.

Dans nos époques modernes, les associations d'idées ne sont plus les mêmes qu'aux époques des républiques anciennes. Ainsi les langues diffèrent; par exemple la langue des Anglais, qui sont essentiellement marins, comprend une foule de mots et d'expressions qui se rapportent à la marine; et de la sorte jusqu'à certain point, les figures des langues peuvent indiquer le génie des peuples qui les ont parlées<sup>311</sup>.

<sup>309</sup> LIMA, José Ignácio de Abreu e. *A cartilha do povo*. Pernambuco: Typ. da viúva Roma e filhos, 1849, p.63.

<sup>310</sup> O carro de Juggernaut é uma metáfora de algo que possui uma força incontrolável e destrutiva. Em Azevedo, as palavras “monstruoso” e “pesado”, empregadas em referência a esse carro, fala dessa força, sem emitir juízo de valor algum, sem concordar nem discordar. Como o mito já está consolidado, não há o que discordar.

<sup>311</sup> “Em nossos tempos modernos, as associações de ideias não são as mesmas que nos tempos das antigas repúblicas. Assim, os idiomas diferem; por exemplo, a língua dos ingleses, que são essencialmente marinheiros,

Após abordar as peculiaridades da língua de um povo e sua influência no caráter distintivo desse mesmo povo, Jouffroy expande sua análise para o domínio da arte, argumentando que assim como as línguas, as literaturas também se transformam à medida que novas "associações de ideias" surgem e o contexto e o tempo se modificam. É nesse ponto que a intenção do filósofo se revela mais profunda, ao examinar brevemente a relação entre arte e sociedade. Ele menciona a época de Luís XIV e a literatura francesa em contraste com a literatura alemã, destacando que, assim como as línguas e as literaturas, as artes também expressam a sociedade, pois refletem ideias que se apropriam dos costumes e das opiniões de um povo.

Ainsi différent, comme les langues, les littératures. De telles associations d'idées produisirent la littérature du moyen âge. Sous le règne de Louis XIV, telles autres idées se répandent; telles autres associations d'idées s'établissent, et la littérature change. La littérature de la France ne ressemble pas à celle de l'Allemagne. Ainsi différent comme les langues, comme les littératures, la musique, la peinture, tous les arts. Et dans ce sens, les arts expriment la société. Les arts en expriment les idées, et les idées s'approprient à ses moeurs, à ses opinions<sup>312</sup>.

Charles Magnin, ao abordar a relação entre os habitantes, a arte e a sociedade, destaca que cada obra, por mais simples que seja, carrega consigo a influência e a presença da sociedade. O teórico ressalta que a humanidade e a sociedade, mesmo que temporariamente afetadas pelas misturas de raças, ideias e línguas que permeiam o ambiente intelectual, oferecem um estudo de grande interesse. Para Magnin, é impossível ignorar as mudanças linguísticas, ideológicas e literárias de um povo, pois elas refletem as transformações e a evolução da sociedade como um todo.

Sous l'œuvre la plus grossière, il y a toujours l'homme et la société or l'homme et la société, même lorsqu'ils sont momentanément bouleversés par ces mélanges de races, d'idées et de langages qui labourent, poulie féconder, le sol intellectuel, n'en offrent pas moins une étude d'un intérêt immense<sup>313</sup>.

Para Magnin, há momentos em que as literaturas e as línguas, forçadas e descuradas tanto pelo progresso das ideias quanto pela ação dos costumes novos, por assim dizer, como as

---

contém uma multidão de palavras e expressões que se relacionam com a marinha; e desta forma, em certa medida, as figuras das línguas podem indicar a genialidade o gênio dos povos que as falam". JOUFFROY, Théodore Simon. *Cours d'esthétique*. Paris: Librairie de L. Hachette, 1845, p. 126, tradução nossa.

<sup>312</sup> "Assim, como os idiomas, as literaturas diferem. Tais associações de ideias produziram a literatura da Idade Média. Sob o reinado de Luís XIV, tais outras ideias se espalham; tais outras associações de ideias são estabelecidas, e a literatura muda. A literatura da França não é como a da Alemanha. Assim, diferem como as línguas, a música, a pintura, todas as artes. E, neste sentido, as artes expressam a sociedade. As artes expressam suas ideias, e as ideias se apropriam de seus modos e de suas opiniões". JOUFFROY, 1845, p. 126-127, tradução nossa.

<sup>313</sup> "Sob a obra mais rude, há sempre o homem e a sociedade; ora, o homem e a sociedade, mesmo quando momentaneamente perturbados por essas misturas de raças, de ideias e de linguagens que lavram o solo intelectual, para fecundá-lo, não deixam de oferecer um estudo de imenso interesse". MANGIN, Charles. *Les origines du théâtre moderne*. Paris: Chez L. Hachette, 1838, p. XXV-XXVI, tradução nossa.

casas, as instituições e mesmo as leis, cedem e se desdobram às mudanças. Assim, segundo o filósofo, tudo o que a humanidade cria, está sujeito a desaparecer, ou menos fatalista, a entrar naturalmente em decadência.

Il est trop vrai qu'il vient toujours un moment fatal où les littératures et les langues forcées et comme démantelées par le progrès des idées et par l'action des moeurs nouvelles, cèdent et se disjoignent, pour ainsi dire, comme nos maisons et nos vêtements, comme nos institutions et nos lois : tout ce que crée l'homme est sujet à dépérir<sup>314</sup>.

Considerando as abrangentes ideias apresentadas por Jouffroy e Magnin, anteriormente mencionadas, sobre a relação entre língua, história e literatura, adentramos agora no conceito defendido por Azevedo em seu prólogo de “Literatura e civilização em Portugal”: a concepção de literatura que transcende sua função estética e assume um papel essencial na representação e compreensão dos aspectos culturais, históricos e sociais

Embora a leitura aqui seja do ensaio “Literatura e civilização em Portugal”, a melhor teorização do crítico brasileiro acerca da literatura enquanto traslado da sociedade se encontra no texto “Alfredo de Musset / Jacques Rolla”.

No ensaio “Alfredo de Musset / Jacques Rolla”, Azevedo aborda diretamente os textos de Jouffroy e de Magnin sobre a conceituação da literatura para exprimir as sensações de cada época, assim como para explicitar vivamente as ideias. O crítico acrescenta ainda à teorização de Magnin de que em cada era, o poeta produz literatura segundo as variações da língua, os símbolos e as novas formulações sobre os sentimentos dos povos. Azevedo afirma, então, que em parte adota as teorizações de Jouffroy sobre o poeta e o seu século, mas que não concorda com o filósofo acerca da impossibilidade de um artista sentir o que foi sentido em outro tempo, não concorda que, se assim o fizer, sua composição poética seria cópia de expressão, imitação de poesia.

Jouffroy disse num livro: – “A poesia canta os sentimentos da época sobre o belo e o verdadeiro; exprime o pensar confuso das massas, de um modo mais vivo... A natureza da poesia está sujeita à lei da transmutação à medida que variam os sentimentos das turbas – aliás cessará ela de ser verdadeira”. E ele tem razão aí. Cada século, na expressão de Magnin, tem de buscar nova língua e novos símbolos, novas fórmulas. A missão dos poetas é a poesia de um século; e assim adotamos os mesmos princípios de Jouffroy, não concordamos, porém, com ele quando diz que “um poeta não pode sentir o que foi sentimento de outras épocas; se o exprime, é uma cópia de expressão, e é clássico; o que ele produz não é poesia, é imitação de uma poesia, e não mais. Eis porque a mitologia é mais poética – e o cristianismo deixou de sê-lo...”<sup>315</sup>.

---

<sup>314</sup> “É totalmente verdadeiro que sempre vem um momento fatal em que a literatura e as línguas, forçadas e desmanteladas pelo progresso das ideias e pela ação de novos costumes, cedem e se desintegram, por assim dizer, como nossas casas e nossas roupas, como nossas instituições e nossas leis: tudo o que é criado pelo homem está sujeito a perecer”. Ibidem, p. XXV-XXVI, tradução nossa.

<sup>315</sup> AZEVEDO, 2000, p. 701.



Ainda que Azevedo diga-se contrário à parte do pensamento de Jouffroy, as teorizações do teórico francês acerca das pessoas se ajustarem ou não à maneira do século, visto que o presente não deve pautar-se pelo passado. Para justificar, Jouffroy diz que Shakespeare não pode ajudar a transformar conspiradores romanos em conspiradores ingleses e Racine teve de transformar os gregos em cortesãos de Luís XIV. Para o francês até podemos nos colocar na expressão de épocas passadas, conforme vislumbramos mais ou menos da sua realidade, quanto mais conhecemos as fases de uma história, mais poderemos nos aproximar do que ela foi.

Nous arrangeons nécessairement à la manière de notre siècle, par l'association d'idées, l'histoire des siècles passés oh nous ne vivons pas, et Shakespeare n'a pas pu s'empêcher de transformer les conspirateurs romains en conspirateurs anglais; Racine a dû changé les Grecs en courtisans de Louis XIV. Seulement on met plus ou moins du sien dans l'expression des siècles antérieurs, selon qu'on aperçoit plus ou moins de leur réalité à travers les phases de l'histoire<sup>316</sup>.

Se para Jouffroy o passado não pode originalmente ser acessado pelo poeta, se o fizer será imitação de poesia, para Mangin tudo o que homem e a mulher criam, necessariamente parte do passado entra na composição da arte. Segundo o filósofo, determinar a porção disso é, por vezes, a forma mais segura de extrair os elementos novos e desconhecidos da produção humana. Tudo na história da humanidade está ligado e inter-relacionado.

O cristianismo, de acordo com Magnin, mudou as bases da arte, assim como as da política e da moral, mas ele próprio não pode nem ser estudado nem compreendido independentemente do politeísmo, pois não se deve considerar as interações entre diferentes sistemas de crenças e valores na análise da arte. Portanto, poderíamos afirmar que há uma sucessão, uma transformação, até mesmo uma transação dos acontecimentos da sociedade na arte. Entretanto, há uma via que liga o velho ao novo e é preciso que o poeta a conheça para acessar as novidades de seu tempo.

Dans tout ce que crée l'homme, il entre nécessairement une portion du passé. Déterminer cette portion est quelquefois le moyen le plus sûr de dégager les éléments nouveaux et inconnus. Tout dans l'histoire du genre humain se lie et s'enchaîne. Le christianisme, il est vrai, a changé les bases de l'art comme celles de la politique et de la morale; mais le christianisme lui-même ne peut ni étudier, ni se comprendre indépendamment du polythéisme. Il y a eu succession, transformation, transaction même<sup>317</sup>.

---

<sup>316</sup> “Nós necessariamente dispomos, à maneira do nosso século, a história dos séculos passados por associação de ideias. Oh nós não os vivemos, e Shakespeare não pôde se impedir de transformar os conspiradores romanos em conspiradores ingleses; Racine teve que fazer dos gregos cortesãos de Luís XIV. Apenas, coloca-se mais ou menos de si na expressão de séculos anteriores, conforme percebe-se mais ou menos da realidade deles através das fases da história”. JOUFFROY, 1845, p. 127, tradução nossa.

<sup>317</sup> “Em tudo o que o homem cria, entra necessariamente uma parte do passado. Determinar esta parte é, às vezes, a maneira mais segura de identificar elementos novos e desconhecidos. Tudo na história do gênero humano se liga e se encadeia. O cristianismo, é verdade, mudou os fundamentos da arte, bem como os da política e da moral; mas o próprio cristianismo não pode nem ser estudado nem ser compreendido independentemente do politeísmo. Houve sucessão, transformação, até mesmo transação”. MANGIN, 1838, p. 63-64, tradução nossa.

Se para Azevedo a missão do poeta é a poesia de um século, e compreendida dentro de uma “sucessão, transformação e transação da sociedade”, na argumentação do crítico em “Alfredo de Musset / Jacques Rolla”, a época que produziu Byron e Werner, e outros poetas, trouxe uma literatura que aponta para um “período de turvação” de ideias, de teorias e de aspirações, que se ondulavam e se embatiam nas incertezas políticas e sociais, mas que não deixa de reportar a uma transformação da vida social. Para o crítico brasileiro, há naqueles poetas uma literatura que “transverbera o enoitado”, o incerto de uma Europa pós-revolucionária.

A época que produziu Byron e Werner se treslada em muita frente de poeta então. – E em toda essa literatura transverbera no seu enoitado, no incerto de suas tendências, uma daquelas horas solenes de transformação da vida social. A Europa do seu chão ainda quente do sangue das revoluções, sentia mil visões surgirem como os fantasmas nos espelhos das feiticeiras de MacBeth. Era uma época de turvação, onde ideias, teorias, aspirações, tudo ondulava-se e embatia-se, quando, na expressão de Danton, o bronze da estátua fervia no molde, e mal àquele que lhe fosse ao pé. Aquele turbilhão doidejava; naquelas ondas do Maelstrom revolucionário o cadáver de Mirabeau embatia-se na cabeça melancólica e romântica, vertiginosa e sanguenta de Chénier – o poeta, os lábios de Robespierre na frente de Maria Antonieta – e a vertigem obscurecia aqueles que se debruçavam no abismo. As imaginações doidejavam-se, e o suplício era como dos tredos da Idade Média, atados pelos cabelos à cauda dos poldros bravios, no ínvio das serranias espinhosas e brancas. Era uma alucinação – a vertigem mais brumosa – um brilhar mais férvido naquela chuva de sangue que repassava os cérebros – e poucos, bem poucos! resistiram à provação<sup>318</sup>.

Para Azevedo, os poemas de Byron são o espelho de uma época, que além do transverberar das revoluções, houve também o reverberar da ciência na arte. Um período no qual a Filosofia, não por acaso, estabelece o “axioma do ceticismo” e que, por consequência, a poesia canta aquela descrença. Para o crítico, é a descrença que floresce de um povo esquecido por deus, visto que há um retroceder no campo político. Como agravante, o ensaísta usa a metáfora do túmulo vazio, como o da ascensão de Cristo, para ironicamente registrar um retrocesso em seu tempo, a elevação dos reis mais uma vez ao poder. Assim os túmulos estão vazios. Mesmo após a grande Revolução Francesa, os monarcas mantiveram ou retomaram, para ele, o controle político de seus países. Portanto, não era de se admirar que a poesia entoasse a morte da crença, junto ao cadáver da religião. Azevedo, em seu texto “Lucano”, já coloca como decadente e corrompida, aquela primeira ordem social (a nobreza) e aliada à segunda ordem (a igreja), no Antigo Regime.

Os poemas de Byron são o espelho daquela época toda. Quando uma filosofia inteira estabelecia o axioma do ceticismo, e quando a população dormia esquecida de Deus sobre os túmulos vazios de seus reis – quando a cruz se estalara no frontispício das catedrais, e a frente lívida e ebúrnea dos crucifixos se despedaçara nas lájeas do

---

<sup>318</sup> AZEVEDO, 2000, p. 702.

templo profanado – não era de espanto que a poesia viesse entoar o cântico dos funerais da crença no cadáver da religião<sup>319</sup>.

Quando Azevedo, em seu ensaio "Alfredo de Musset / Jacques Rolla", faz referência a Byron como o espelho de toda uma época, ele utiliza a metáfora do espelho para explorar os argumentos de Jouffroy e Magnin sobre a transferência dos sentimentos de uma época para a arte. Nesse sentido, Azevedo não apenas busca estabelecer diálogos com outros escritores e obras, mas também ressignificar a produção teórica e crítica que via uma dissociação entre as diferentes eras, e consequentemente a impossibilidade de um poeta cantar épocas passadas. Para Azevedo, o sentimento e a imaginação transcendem essas limitações temporais, movendo-se entre o crepúsculo do passado e a aurora do futuro. Ele sugere que o presente oscila entre a decadência do passado e a chegada do futuro, revelando assim como a poesia poderia se desenvolver. Nesse contexto, a poesia se torna não apenas um reflexo da sociedade, mas também está intrinsecamente ligada à filosofia e à história.

Não iremos como o Sr. Magnin indagar se no paganismo que ideou Psyché, ou na crença que ergueu os monastérios da Idade Média – ainda a poesia acha alento. Cremos que sim – e conciliamos essa crença com a ideia capital do Sr. Jouffroy – “que os verdadeiros poetas transladam o sentimento de sua época”, dizendo que o sentimento não é só o presente e a imaginação das multidões oscila entre o crepúsculo do passado e a aurora do futuro – que em seu coração também há a lembrança e a saudade, e o pressentimento enfim do porvir<sup>320</sup>.

Voltemos ao prólogo de “Literatura e civilização em Portugal”, em que Azevedo, em seu enfoque, traz a suposição da arte como “efeito” da sociedade. Na sequência desta ideia, junto a esta perspectiva, ele anuncia o enfoque, o qual afirma que a literatura também é a “causa” da sociedade. Portanto, a arte seria não somente “causa”, mas também “efeito” da coletividade, nexos racional e previsibilidade de uma relação causal. Ora, a adesão a esta organização é rechaçada por Azevedo em seus ensaios, discursos e obra literária<sup>321</sup>.

Dessa forma, Azevedo se apoia em hipóteses sobre o desenvolvimento da literatura ao longo das eras para argumentar que a arte é uma manifestação intrínseca dos costumes, hábitos, tendências físicas e aspirações empíricas do espírito de um povo. Ele reconhece a natureza histórica da literatura como um ofício que se desenrola ao longo do tempo. Nessa conjectura,

---

<sup>319</sup> AZEVEDO, 2000, p. 702.

<sup>320</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>321</sup> Os argumentos do crítico brasileiro sobre a arte enquanto efeito e causa da sociedade nos leva, a partir da intrincada relação sociedade e literatura, a pensar que para Azevedo a literatura permeia outras áreas do conhecimento, de modo que dialoga com a filosofia, a história e o contexto de uma dada comunidade, e traz ares de cientificidade ao estudo da literatura, visto que naquele momento histórico havia a busca da historiografia e parte da filosofia, com os campos já cientificamente comprovados como a matemática e física, no estabelecimento destas áreas de conhecimento enquanto ciência.

Azevedo não apenas dialoga com as teorias e críticas de seu tempo, mas também amplia e estende o conceito de literatura, permitindo que ele se conecte com outras áreas do conhecimento. Em seu texto “Literatura e civilização em Portugal”, Azevedo incorpora as ideias de “clima” e historicismo, o cenho guerreiro e político, bem como a dimensão religiosa, como distintivos da literatura de uma nação em relação a outra. Ele permite que esses elementos enriqueçam seu discurso e ampliem a compreensão da literatura, que vai além de meras manifestações artísticas isoladas, abraçando a relação intrincada entre literatura, sociedade, história e identidade nacional.

De mais a mais, em torno do eixo literatura e sociedade presente no prólogo do ensaio, vemos uma aparente preocupação do crítico brasileiro de colocar em discussão, embora no Brasil ainda estivesse em estágios iniciais, Gonçalves de Magalhães abordava essa temática, na teoria e crítica literária, tratava de algo já bastante discutido, por exemplo na França, desde os anos de 1800 em livros de Madame de Stäel.

Segundo Miguel Neto, teóricos e críticos apontam em livros de Madame de Stäel o início de uma tradição teórico-crítica na França acerca da relação literatura e sociedade, bem como os parâmetros para a gênese de uma leitura comparada. Na obra da escritora francesa é possível, de acordo com Neto, destacar a proposição de três procedimentos de leitura: a leitura diacrônica do sistema literário, a espacial da literatura e a leitura da contradição entre o que ela entende por literatura necessária e a literatura de fato. O crítico ainda salienta os desdobramentos sobre literatura e história sugeridos por Madame de Stäel, em que acrescentaríamos a política do país, bem como as características de uma literatura que se denomina de produção nacional.

Os teóricos e os historiadores da literatura convergem para Madame de Stäel como a iniciadora de uma tradição teórico-interpretativa [...], sendo o seu *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*<sup>322</sup> (1800) a primeira tentativa de estabelecer um relacionamento entre literatura e sociedade. Também se articulando com a gênese dos estudos de literatura comparada, Madame de Stäel proporia três parâmetros de leitura, quais sejam: (a) uma “leitura diacrônica” do sistema literário (privilegiando a ideia de que a literatura sofre transformações à medida que as sociedades se transformam); (b) uma “leitura espacial” da literatura (afastando-se de um modelo único e universal e aproximando-se de uma leitura pela qual as literaturas nacionais passam a ser consideradas em sua especificidade); (c) a leitura da contradição entre “literatura necessária e literatura de fato” (o exame da problemática das relações entre uma pretensa necessidade de um determinado tipo de literatura e a literatura que aparece de fato). Madame de Stäel coloca, então, questões ainda hoje caras aos pesquisadores, por exemplo: de que forma uma literatura nacional (e, no âmbito da literatura brasileira, não poderíamos deixar de também considerar as literaturas regionais) se articula com a/na história do país? Ou ainda: o que caracterizaria de fato uma literatura nacional?<sup>323</sup>

<sup>322</sup> Stäel transportou para a França essas ideias após ter feito o curso de August Schlegel, irmão do Friedrich. Os Schlegels por sua vez retomaram teóricos do XVII e assim por diante.

<sup>323</sup> NETO, 2007, p. 16.

Madame de Stäel, em *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*, em determinado momento, traça paralelos entre as literaturas alemã e francesa, ressalta características e particularidades inerentes a elas, e situa a interferência da sociedade na composição do autor e, ainda, a acolhida desta literatura pelo leitor. Para a teórica e crítica, o exemplo de recepção está nas tragédias alemãs que ficaram conhecidas, pois nelas há palavras, expressões, ideias que revelam sentimentos inerentes ao ser humano, mas que foram de algum modo sufocados ou contidos pela regularidade das relações e hábitos da própria comunidade. Para Stäel, a sociedade não apenas fornece subsídio ao desenvolvimento literário, como também fomenta as prováveis sensações do leitor.

Les tragédies allemandes, et en particulier celles de Schiller, contiennent des beautés qui supposent toujours une âme forte. En France, la finesse de l'esprit, le tact des convenances, la crainte du ridicule, affaiblissent souvent, à quelques égards, la vivacité des impressions. Accoutumé à veiller sur soi-même, on perd nécessairement, au milieu de la société, ces mouvements impétueux qui développent à tous les regards ce qu'il y a de plus vrai dans les affections de l'âme. Mais en lisant les tragédies allemandes qui ont acquis de la célébrité, l'on trouve souvent des mots, des expressions, des idées qui vous révèlent en vous-même des sentiments étouffés ou contenus par la régularité des rapports et des liens de la société; Ces expressions vous raniment, vous transportent, vous persuadent un moment que vous allez vous élever au-dessus de tous les égards factices, de toutes les formes commandées, et qu'après une longue contrainte, le premier ami que vous retrouverez, c'est votre propre caractère, c'est vous même. Les Allemands sont très-distingués comme peintres de la nature<sup>324</sup>.

Em *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*, Madame de Stäel considera que o ato de escrita, ainda que na solidão, os hábitos e as reflexões do autor pertencem à educação que recebeu, bem como à sociedade em que vive.

Il faut, pour bien écrire, des habitudes autant que des réflexions ; et si les idées naissent dans la solitude, les formes propres à ces idées, les images dont on se sert pour les rendre sensibles, appartiennent presque toujours aux souvenirs de l'éducation, et de la société avec laquelle on a vécu<sup>325</sup>.

---

<sup>324</sup> “As tragédias alemãs, e em particular as de Schiller, contêm belezas que sempre supõem uma alma forte. Na França, a delicadeza do espírito, o tato das conveniências, o medo do ridículo, muitas vezes enfraquecem, em alguns aspectos, a vivacidade das impressões. Acostumados a velar sobre nós mesmos, perdemos necessariamente, em meio à sociedade, estes movimentos impetuosos que ampliam diante de todos os olhares o que há mais verdadeiro nos afetos da alma. Mas lendo as tragédias alemãs que se tornaram célebres, frequentemente encontra-se palavras, expressões, ideais que revelam sentimentos em si mesmo que foram sufocados ou contidos pela regularidade das relações e laços da sociedade; estas expressões vos reanimam, vos transportam, vos persuadem por um momento de que vós vos levantará acima de todos os olhares falsos, de todas as formas artificiais, e que, depois de um longo constrangimento, o primeiro amigo que vos encontrará é vosso próprio caráter, é vós mesmo. Os alemães são muito distintos como pintores da natureza”. STÄEL-HOLSTEIN. *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. Paris: Maradan, 1800, p. 14 -15, tome 2, tradução nossa.

<sup>325</sup> “É preciso, para escrever bem, tanto hábitos quanto reflexões; e se as ideias nascem na solidão, as formas próprias a essas ideias, as imagens que se usam para torná-las sensíveis, quase sempre pertencem às lembranças da educação, e da sociedade na qual se viveu”. *Ibidem*, p. 49, tradução nossa.

No ofício da escrita, Madame de Stäel insere também o quesito político como provocação à composição artística, quando trata do gosto. Para a autora, o Regime Republicano é propício à liberdade de escrita. Além disso, ela afirma também que a urbanidade dos modos, assim como o bom gosto é de grande importância à literatura e à política. No eixo literatura e sociedade, Stäel diz que é impossível que os modelos da maioria das obras da imaginação não sejam retirados dos exemplos que são normalmente oferecidos aos olhos, isto é, observados em seu presente<sup>326</sup>.

Le goût nécessaire à la littérature républicaine, dans les livres sérieux comme dans les ouvrages d'imagination, n'est point un talent à part; c'est le perfectionnement de tous les talents; et loin qu'il s'oppose en rien ni aux sentiments profonds, ni aux expressions énergiques, la simplicité qu'il commande, le naturel qu'il inspire, sont les seuls ornements qui puissent convenir à la force. L'urbanité des mœurs, de même que le bon goût, dont elle fait partie, est d'une grande importance littéraire et politique. Quoique la littérature doive s'affranchir dans la république beaucoup plus facilement que dans la monarchie, de l'empire du ton reçu dans la société, il est impossible que les modèles de la plupart des ouvrages d'imagination ne soient pas pris dans les exemples qui s'offrent habituellement aux regards<sup>327</sup>.

Posteriormente, em *Resumo da história literária de Portugal seguido do resumo da história literária do Brasil*, Ferdinand Dennis, na observação do espaço e do tempo, também trata acerca dos acontecimentos sociais aliados à composição literária. Por exemplo a política, os aspectos do posicionamento geográfico e mesmo o “clima” são tidos como “influenciadores de espíritos” e assim condutores da arte, portanto, condicionadores do desenvolvimento da literatura, quando pensada de acordo com a relação arte e sociedade.

Submetidos a seu poderio, constatamos que **cada século, cada região tem seu gênero de belezas literárias; que os acontecimentos políticos, assim como o clima, influenciam seus espíritos [...]. [...]** Gínguené desempenhou papel decisivo; mostrou sobretudo como a literatura acompanhava os acontecimentos políticos. Explicou como a influência dos grandes poetas se expande sobre seus séculos<sup>328</sup>.

Na análise de Dennis em sua *História Literária*, destacam-se as relações de tempo, espaço, política e clima. O que chama atenção é a ideia, inspirada pelo teórico Pierre-Louis

<sup>326</sup> Com isso ela quer dizer que a matéria da arte não é mais o passado (lendas, mitos, a crônica histórica do passado antigo), mas agora a crônica histórica do presente.

<sup>327</sup> “O gosto necessário à literatura republicana, tanto em livros sérios quanto em obras de imaginação, não é de modo algum um talento a parte; é o aperfeiçoamento de todos os talentos; e não se opõe em nada aos sentimentos profundos nem às expressões energéticas, a simplicidade que comanda, a naturalidade que inspira, são os únicos ornamentos que podem se adequar à força. A urbanidade de costumes, como o bom gosto, do qual faz parte, é de grande importância literária e política. Embora, na república, muito mais facilmente do que monarquia, a literatura deva se libertar na república do império do tom recebido na sociedade, é impossível que os modelos da maioria das obras de imaginação não sejam retirados dos exemplos que normalmente se oferecem aos olhares”. STÄEL-HOLSTEIN, 1880, p. 105, tradução nossa.

<sup>328</sup> DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária de Portugal seguido do resumo da história literária do Brasil*. Tradução, apresentação e notas Regina Zilberman. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2018, grifo nosso.

Ginguené, de que a literatura acompanha os acontecimentos políticos, assim como a importância e a visibilidade dos poetas em seu contexto histórico e além dele.<sup>329</sup>

Nomes como Bonald, Madame de Stäel, Mangin, Jouffroy, Dennis, para ficarmos dentro dos que diretamente são referenciados ou implicitamente mencionados por Azevedo em seu ensaio, todos eles compõem o panteão teórico e crítico acerca da combinação entre literatura e sociedade: Dennis quando evidencia as associações espaço, tempo e literatura ou política, espaço geográfico e literatura; Stäel, Mangin e Jouffroy, e suas proposições já tratadas, todos esses autores estabelecem uma sequência de ideias teórica e crítica do século XIX, a qual Azevedo explicitamente participa e evidencia no diálogo que estabeleceu no prólogo de seu estudo literário<sup>330</sup>.

## 2- A religião, o cenho guerreiro e o clima

Dadas as devidas proporções acerca de literatura e de sociedade presentes no prólogo, o autor, no encadeamento das ideias que desenvolve em “Literatura e civilização em Portugal”, traz três fragmentos que estabelecem uma visão generalizada dos povos do Norte, dos árabes e dos indianos. Nestes três primeiros trechos do ensaio, Azevedo destaca as crenças destes povos, o cenho guerreiro deles e a posição geográfica (diferenciada pela mudança do clima<sup>331</sup>) como agentes determinantes e mesmo diferenciadores da imaginação e no sentir de cada povo.

<sup>329</sup> Acerca dos acontecimentos políticos e históricos, temos em Azevedo poemas como “Rex Lugebit” e “Pedro Ivo”. Neles é explícito o elemento político como temática central, isto é, a crítica ao regime de governo.

<sup>330</sup> O vínculo literatura e sociedade presente no preâmbulo de “Literatura e civilização em Portugal” traz uma discussão teórica bastante própria de Azevedo. Há sim uma adesão à propositiva teórica dos possíveis fatores condicionantes às obras literárias como a política, o lugar etc. No entanto, da discussão posta por Azevedo em seu ensaio, pensamos que é possível tratar acerca da possibilidade de “interiorização” (como chama atenção Antonio Candido em “Crítica e sociologia”) dos elementos sociais, históricos (tendo em conta os acontecimentos políticos) e filosóficos ao texto artístico, sem, no entanto, serem os condicionantes únicos ou mesmo centrais. Não pensamos nos dados exógenos como princípio motivador central da composição artística, já bastante tratados na análise crítica sobre a obra literária do escritor paulista. Antes, pensamos na dinâmica histórica de evolução da teoria e da crítica com a qual Azevedo conversou bastante, e que, de antemão, possibilitou o olhar dele enquanto crítico em relação aos escritores e às obras literárias tratadas ao longo de seu ensaio “Literatura e civilização em Portugal”.

<sup>331</sup> Segundo Isaiah Berlin, muito se falou da importância do clima na literatura. Herder o incorporou na discussão que fez sobre a importância do lugar na formação da cultura em *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*, Madame de Stäel desenvolveu o assunto em *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*, também Ferdinand Denis em *Resumo da história literária de Portugal seguido do resumo da história literária do Brasil*. Azevedo também tratou da ação do clima à literatura, somado à religião e ao feito heroico das guerras. Mais adiante, após a apresentação das três regiões Norte, Oriente e Ásia, retomamos a ideia do clima com leitura de parte dos teóricos que o utilizou, bem como tentaremos expor se há uma diferença entre cor local e clima.

No excerto que trata da literatura do Norte, Álvares de Azevedo dialoga diretamente com os textos de crítica (Marmier e Ampère) do início dos Oitocentos. Naquele momento, pensava-se que a posição geográfica determinava a forma com que certos povos criavam suas civilizações e a maneira com que refletiam a sua literatura. Desse modo, no desenvolvimento de uma dada civilização, o clima funcionaria como fator de diferenciação de um povo perante outros. Por exemplo, o clima gelado se entrelaça ao modo de sentir dos nórdicos. Diante “as noites de invernadas” eles traduziriam em imaginação essas “spleenéticas monotonias” em suas obras literárias.

As literaturas do norte, onde as brumas das noites de invernada se alongam no escumar como as sombras dos heróis dos tempos idos; onde a cerração pende suas roupas brancas nas ramagens desnudas e negras, como sombras melancólicas, à maneira dos lêmures do gentilismo romano, ressentem-se do clima nevado, e desse imaginar nevoento das fontes caídas na spleenéticas monotonia daqueles invernos<sup>332</sup>.

## A- O sublime do clima

Por certo, Azevedo dialoga com as teorias, desde Kant e Schiller<sup>333</sup>, que conectam o clima, a natureza, a paisagem física ao sublime. A fonte do sentimento sublime encontra-se nos objetos da natureza, assim como também se observa “no estilo sublime” o elemento da arte e do artifício.

Segundo Álvares de Azevedo, o clima nevado da região norte da Europa daria aos homens e às mulheres uma civilização que se embebeu não somente do espaço geográfico daquelas terras, como também das sensibilidades históricas, das ideias mitológicas de Ossian e dos Eddas Islandeses, e aparentemente também se deveu ao caráter sublime daquele lugar.

E por isso se os acordos gaélicos vêm prenhes do embeber de melancolias nas harpas desse além, nos fragmentos tradicionais dos poemas de Ossian e nos Eddas Islandeses, há sempre que ver nesses cantos, talvez a beleza dos cisnes nos lagos bravios de Innisfail e dos bandos de grou e cegonhas nas atalaias dos torreões ruidosos dos *thanes* da montanha – há uma melodia, sim, mas é uma pureza de murmúrios belos, monótona como as brumas e as chuvas da Escócia<sup>334</sup>.

---

<sup>332</sup> AZEVEDO, 2000, p. 706.

<sup>333</sup> “[...] a teoria kantiana é sempre adotada como referência da transposição do sublime da natureza para o sublime na arte [...]. [...] Friedrich Schiller, que já no final do século XVIII desenvolveu uma teoria do sublime na qual procurava, a partir das análises de Kant, fundamentar a possibilidade de uma experiência estética mais intensa desse sentimento *na arte*, e não *na natureza*”. SÜSSEKIND, Pedro. Schiller e a atualidade do sublime. In: SCHILLER, Friedrich. *Do sublime ao trágico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 77.

<sup>334</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.



As descrições das imagens que provêm desse clima gelado e opressor – como nos exemplos: “as brumas das noites de inverno”, as “fontes caídas na spleenética monotonia daqueles invernos”, e “nos lagos bravios de Innisfail” ou nos “torreões ruidosos de *thanes* da montanha” – aparentam tratar-se do “sublime teórico”. A descrição das montanhas geladas do Norte, da imensidão das terras dos árabes e das florestas da Índia, além da ideia do clima enquanto modificador de uma civilização, (o “sublime prático”, que se manifesta na história), evidencia uma aproximação bastante flagrante do sublime de Schiller<sup>335</sup>.

Schiller divide o sublime em duas categorias, assim como fizera Kant, embora haja uma diferença quanto à nomenclatura. Enquanto para Kant há o sublime dinâmico e matemático, Schiller o divide em sublime teórico e prático.

O sublime prático se diferencia, assim, do sublime teórico pelo fato de que o primeiro está em conflito com as condições de nossa experiência, ao passo que o último apenas com as condições do conhecimento. Um objeto é sublime de modo teórico na medida em que traz consigo a representação da infinitude, para cuja apresentação a faculdade da imaginação não se sente à altura. Um objeto é sublime de modo prático na medida em que traz consigo a representação de um perigo que nossa força física não se sente capaz de vencer<sup>336</sup>.

## **B- A posição geográfica, a religiosidade e as relações estabelecidas entre os povos**

Em seu ensaio, Álvares de Azevedo também ressalta que o “clima” não é o único agente “determinante” da poesia, mas também a religião e o feito histórico: “Contudo, esse caráter não é o único daquele valente poeta. Os cantos do Norte sob a sua crosta de fanatismo bárbaro, sobressaem por dois grandes pontos – o primeiro é a teogonia – o segundo o grandioso cenho<sup>337</sup> guerreiro dos povos infantis”<sup>338</sup>.

Azevedo prossegue na discussão sobre a antiga religião do Norte e da sua riqueza geradora de imaginação. Em raro momento, Azevedo deixa registrado em nota as fontes de sua

<sup>335</sup> CUNHA, 2021.

<sup>336</sup> SCHILLER, Friedrich. *Do sublime ao trágico*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

<sup>337</sup> Há no dicionário Antônio de Moraes dois verbetes sobre o vocábulo cenho, o primeiro, “doença entre o pelo, e o casco da besta, por corrupção do humor”, o segundo “aspecto carrancudo, carranca, que se faz deixando cair as sobrancelhas: ‘os conjurados com ... os olhos cobertos de melancolia, e o cenho demonstrador dos infernais pensamentos’”. MORAES, 1858, p. 437.

<sup>338</sup> AZEVEDO, 2000, p. 706.

leitura acerca da cosmogonia dos povos do Norte: “entre outros, lede Marmier, – *Cartas e cantos do Norte*, e Ampère – *Estudos sobre as mitologias escandinavas*”<sup>339</sup>.

A mitologia cosmogônica do norte certo não cede em riquezas de imaginação, em labores labirínticos, em suas florestas gótico-arquitetônicas. É um grande painel onde sobressaem à frente a trindade de Idin, Thor e Freyr, e nas campinas pedrentas, branqueadas de granizo a vaca Adumbla delambendo as rochas molhadas desperta com o calor de seus lábios nos dois dias genitais Bor, o primeiro homem, cujos três filhos, Odin, Vili e Vê, perdem-se na caça das montanhas com as mãos ainda tintas do sangue de Ymer<sup>340</sup>.

Nos trechos seguintes, em sua leitura sobre os povos do Norte, Azevedo se detém na leitura da antiga religião do deus Odin. Como faria em grande parte de seu ensaio, ele usa o recurso comparativo. Assim, ele tece olhares da antiga religião nórdica, com a antiga religião helênica e aponta o comum delas, isto é, a ligação das divindades e suas influências sobre o humano: as Nornas e as Parcas, responsáveis pelos ditames do destino da humanidade.

E além o freixo Yggdrasil, banhado pelas caudais do Nornor, estende sua tibraca raiz, ao Niflheim do anão Nidhaeugg, à cisterna de Mimer e ao país de Azen: e à sombra dele Urd, Verdandi e Skuld, o passado, o presente e o porvir, as três Nornas, como as Parcas pagãs fiando a vida do homem<sup>341</sup>.

Azevedo prossegue sua leitura valendo-se da comparação. Dessa forma, ele empreende um contraste do espaço dos heróis mortos da antiga religião nórdica, o Walhalla em oposição com Niflheim, a terra gelada dos gigantes, também da religião daquele povo. Assim, baseando-se na diferença desses dois lugares imaginários, ele dá destaque à oposição que se cria entre o claro (Walhalla) e o escuro (Niflheim), entre o límpido e o feio, o quente e o frio. Qualificações essas que, postas lado a lado, trabalham nas especificidades de cada região.

E o Walhalla se atavia edênico com seus 432 mil Einherias – os campeões de Vigrid, com as taças cheias do leite de Heidrun, derramado pelas guerreiras Valquírias, de ardentes olhos azuis, e os cabelos de ouro nas armaduras espelhantes; o Walhalla tão claro quanto o Niflheim é tenebroso, tão límpido com seus arroios vidrentos, como o inferno feio com suas nove torrentes lodosas<sup>342</sup>.

Ao mesmo tempo em que a descreve a religião nórdica, Azevedo ressalta o ponto que também é comum a outras religiões, a temática do fim do mundo. Ora, a partir dessa proposição, é possível, não somente tratar da comparação que Azevedo faz das manifestações religiosas do povo do Norte, com o povo do Sul e com o povo da Ásia, mas também da ideia de temporalidade.

E lá no fundo o Naflegar fúnebre, com os gigantes cos remadores do Hrymen, adormecidos à guarda do acordar do corno de Gallar nos lábios sonoros de Heimdall,

<sup>339</sup> AZEVEDO, 2000, p. 707. Em nota de rodapé, Azevedo refere-se aos livros: AMPÈRE, J. J. *Littérature et voyages: Allemagne et Scandinavie*. Paris: Chez Paulin, 1833; MARMIER, Xavier. *Chants populaires du Nord*. Paris: Charpentier, 1842.

<sup>340</sup> Ibidem, p. 706-707.

<sup>341</sup> Ibidem, p. 707.

<sup>342</sup> Ibidem, loc. cit.

quando Surtur – o negro, com sua túnica de chamas, lançar-se à frente dos filhos de Muspelheim, pela ponte vacilante do Boefreust, e a pugna titânica brasear no eritema de sangue, quando o mundo findar-se nesses afogos rubros, como nos vaticínios do Apocalipse, do Zend Avesta e dos Vedas Índios<sup>343</sup>.

O ensaísta, na sequência de sua leitura sobre aquela gente, recupera as especulações históricas dos cronistas de viagens de que as pessoas da Escandinávia que teriam alcançado a região da América do Norte. A religião é fonte da capacidade imaginativa daquelas pessoas<sup>344</sup>, há livros (apontados por Azevedo, os de Marmier e Ampère) que narram a religião e lendas de expansão da colonização daquele povo. Outro fator ainda presente no ensaio, mesmo quando muda o olhar da religião para a história, a preocupação do ensaísta em apontar as produções literárias dos gregos e dos escandinavos, nas quais sobressaem as aventuras dos heróis legendários dos tempos idos de um e de outro lugar. Desse modo, há no ensaio um emparelhamento igualitário das representações sociais, que se evidencia na literatura.

A história das tribos aventureiras do Norte, desses destemidos pescadores de focas e caçadores de ursos brancos, que com Érico – o Ruivo passaram-se à América do Norte, à Terra Nova, à baía de Hudson de hoje, em séculos remotos de Colombo; é uma crônica de gigantes que a *Wilkina-Saga* – o livro das tradições Islandesas – conserva; e como todos os arrebóis de um povo selvagem e forte – uma *Iliada* ou um *Nibelungen*.

“Escandinávia ilha, que se arreia  
Das vitórias que Itália não lhe nega”<sup>345</sup>.

No final do fragmento sobre os povos do Norte, Azevedo aconselha então que se releia o poeta Ossian. Ele ainda ressalta a contribuição de outros escritores na preservação das primeiras manifestações literárias do povo nórdico, como fez Saxônio e Olaus. Além disso, Azevedo finaliza o trecho com a retomada de que toda poesia não vem de uma única “fonte”, mas de três distintas frentes que influem sobre ela, o clima, a religião e os feitos históricos. Portanto, há para o ensaísta uma associação de literatura e de civilização, de modo que não há como dissociá-la das “usanças e vezos, dos misteres históricos dos povos”<sup>346</sup>.

Relede de Ossian o gaélico, os Scaldas rúnicos da Thule e da Gothia de Strabo, conservadas por Saxônio, o gramático e Olaus Wormsio – descei mesmo por esse Quersoneso cimbriaco, que é hoje o Jutland, embrenhai-vos pelo florestal dos Ingoveonos e Burgúndios Germânicos, roçai mesmo os duans dos *bardits* Celti-Galos – A poesia aí ressentente-se toda de uma poesia só – o gênio dos bardos, e a história provável dessas raças ensopa-se em três origens – a frieza congelada do polo, as crenças arraigadas de Odin ou Wodden, e os retornos das façanhas, que não há deslaudá-las dos autóctones primevos do Norte”<sup>347</sup>.

<sup>343</sup> AZEVEDO, 2000, p. 707.

<sup>344</sup> Há o livro *Edda em Prosa* de compilação de Snorri Sturluson e *Edda em Verso* de um anônimo (ambos aproximadamente de 1.220 de nossa era).

<sup>345</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

<sup>346</sup> *Ibidem*, loc. cit.

<sup>347</sup> *Ibidem*, p. 707-708.

De modo subsequente, no fragmento sobre os árabes, Álvares de Azevedo evidencia o espaço físico em que o vermelho e o dourado do céu aos olhos daquelas pessoas realçam um jeito peculiar de verem o seu lugar. Na justificativa de sua proposição, ele diz que a imensidão do deserto e o sol que ofusca, requeima e transforma aquele lugar em um “mar de fogo” podem ser apreciados em grandes obras literárias e que o céu rubro-negro e as noites ideadas soam diversos em poemas árabes dos improvisadores errantes em comparação às obras de outros lugares.

Mudai as relações do país e a literatura muda. Correi esse panorama do Oriente com seu céu de crepúsculos rubros, seus rosais perdidos no colear das valadas, seus minaretes doirados e luzentes ao sol como um elmo de emir, suas cidades estendidas como uma alcatifa de Bagdá, suas casarias sem janelas exteriores, suas albufeiras estreitas e tortuosas, seus serralhos arquejantes de danças, onde o lenço branco do Paxá preguiçoso nomeia a favorita – e lá, ao longo, o deserto com seu oceano de areias onde o sol se derrama a prumo nos meios-dias calmosos; com seus oásis perdidos, agitando seus leques de palmares ou as tendas alvadias onde relincha e nitre o murzelo do deserto com o dorso espúmeo de suor, das correrias do Beduíno vagabundo. Vede-o bem, perdi os olhos por esse mar de fogo, ante esses dias de viração, imaginai-o com o céu rubro-negro do *simoun* turbilhoando pelos combros, ideai-lhe as noites de lua, as noites escuras onde os pirilampos fervem enleados no ar, como no poema do Sr. Abranches – e lede os poemas dos improvisadores errantes dessa Arábia, cujo sol ofusca, cujo calor requeima, cujo *kamsin* se ensopa dos uivos do leão nos seus pampeiros negros – lede o Antar e as baladas, os *Contos à Mil e uma noites, as pérolas soltas*, essas mimosas sentenças do amor, como as multicores miçangas da pulseira de um Árabe<sup>348</sup>.

A particularização do povo árabe feita por Azevedo em seu ensaio também se dá por meio de comparações. Para criar uma nítida distinção entre os povos, ele usa do contraste da cosmogonia escandinava – do sublime teórico daquele lugar que ecoa através da natureza sombria, do vermelho sangrento das auroras, do azul do gelo nas montanhas e do nevoeiro – com o espaço do oriente, caracterizado pelo calor, pelo areal e pelas ruínas.

Para melhor ressaltar as particularizações, Azevedo se volta mais uma vez para as referências míticas e literárias do Norte como o *Link Stranden* (praia de cadáveres), para o (dragão) *Nidhogg* ressurgidos na literatura de Oehlonschläger, em oposição aos outros escritores, mas igualando com obras do Sul e Ásia, como as de Eurípedes e de Ferdousi. O ensaísta recupera lugares como a caverna de Fingal e a cidade de Caffa, uma do Norte, outra da Ásia, e retoma o estilo de epopeia desenvolvida na Índia. Cremos que Azevedo faz tudo isto, primeiro, para traçar a oposição de outros lugares ao espaço dos árabes; em segundo lugar, é importante ressaltar que, apesar das diferenças nos espaços geográficos, há um elo fundamental que une toda a humanidade. Independentemente das fronteiras e das distâncias físicas, somos todos seres humanos compartilhando uma mesma condição; em terceiro lugar, é no contexto

---

<sup>348</sup> AZEVEDO, 2000, p. 708.

das incursões comerciais ao longo do tempo que os povos tiveram a oportunidade de conhecer e reconhecer as diferenças entre as diversas civilizações. O comércio e o intercâmbio cultural permitiram a troca de ideias, produtos e conhecimentos, enriquecendo a experiência humana e promovendo um maior entendimento entre os diferentes povos.

Aí não mais o **eco obscuro da cosmogonia escandinava** ulula no som terrível que reboia pelas cavernas de gelo, e as solfateras de Islândia – como nos cantos homéricos do *Edda*, com seu mundo de sombras, onde o rubor das auroras boreais avermelha sanguento o azular das montanhas de gelo – e ressalta em chuvas do meio globo deslumbrante do horizonte pelas águas imóveis e petrificadas, e entre o nevoeiro esverdeia-se **Linkstranden, a praia dos cadáveres**, mansão onde vagueiam macilentos os homens de perdição – **a sombra do dragão Nidhoeugg, carregado de mortos**, ressurgidos na tragédia gigantesca de Oehlonschläger, grandioso como o Prometeu em torno aos coros gemebundos da ventania pelas folhas, e dos mares nas rochas, como ideou-o Eurípedes, o Grego – sombria como as grutas fatídicas de Fingal e Caffa, onde a vaga estala na escuridão pelos basaltos roídos da caverna... – de largos toques épicos, ressoada da voz sonora dos descantes primitivos, no *Chanameh* de Ferdoucy, o Persa (o recontador dos feitos míticos da raça antiga de Mahmud, o ingrato que o perseguiu), nos Hiados, e na magna epopeia hindustânica<sup>349</sup>.

Segundo Azevedo, o que dita os sentimentos na poesia árabe são o cálido e o claro ressentir da luz do sol, que fornece uma visão menos melancólica, porém imbuída de bastante fantasia.

Não! aí a poesia cintila como um areal palhetado de fogo irriante, como a miragem elevada do deserto e a sombra fantástica dos cavaleiros com seus longos albornozes soltos ao vento nas éguas desabridas, aos raios do sol horizontal que se abismam num mar de fogo... A imaginação aí é ardente como o sol e como os mares, que rebentam

---

<sup>349</sup> AZEVEDO, 2000, p. 708-709, grifo nosso. Este trecho de Azevedo dialoga diretamente com o capítulo VIII da *Revue britannique*, p. 119-120. Se compararmos algumas das frases presentes no trecho citado acima citado do escritor brasileiro, assemelham-se algumas das transcrições do texto que se segue: “Tel est le chant de la prophétesse Vala. C’est une gigantesque poésie, une inspiration émanée des cavernes scandinaves. La muse épique n’a rien produit de plus majestueux en fait de terreur. Toutefois, quelques espérance est encore laissée aux hommes et aux dieux. Il y a d’autres mondes de béatitude, Brimer, Sindre et Gimle; Gimle, le premier de ces Édens. Là résideront éternellement les justes. Quant aux meurtriers, aux séducteurs, aux parjures, **ils seront errants sur la plage des cadavres (Linkstranden)**, dans les cavernes des serpents; et des fleuves empoisonnés rouleront sous leurs pas. Puis une nouvelle terre, un nouveau ciel viendront à éclore; une fille du soleil parcourra de nouveau la route brillante de son père. Deux hommes qui auront échappé à l’universelle conflagration, et que la **rosée du matin aura nourris**, produiront une génération nouvelle. Ce sera une époque d’existence bienheureuse pour les dieux et pour les hommes. On verra renaître les splendides fêtes, les beaux palais des dieux, leurs tablettes d’or et leurs vastes salles de conseil. Cependant l’ombre de la mort passera à son tour sur ce monde rajeuni; et, au-dessus des plaines immenses, on **verra le dragon Nidhoeugg, aux vastes ailes, emporter des cadavres**. La prophétesse parle en ces mots et descend dans l’abîme, d’où le pouvoir d’Odin l’a évoquée pour chanter le destin futur de l’univers. **Écho obscur de la cosmogonie antique**, colossal et grossier fragment de mythes lugubres, telle est non la doctrine, mais la fable de l’Edda. C’est un accent lointain et terrible propagé à travers les cavernes de glace et les volcans de l’Islande, accent affaibli par les âges, mais que l’oreille distingue encore. Vous y reconnaissez avec étonnement les mythes de l’Asie antique déguisés et altérés dans leur passage: une histoire poétique et fictive des époques de la nature, un symbole confus, des éléments cosmogoniques. Telle est la base de l’histoire et de la poésie scandinave; à cette mythologie funèbre succède une histoire non moins fabuleuse et non moins grandiose: toujours la mélancolie au lieu de la volupté, toujours la foi du serment, le dévouement sans bornes, l’héroïsme guerrier, mêlés à des rites sanglants et à des croyances sauvages. Il est temps de revenir à Oehlenschlaeger et de voir comment son génie a profité de ces inspirations et dramatisé ces mythes si tristes et si farouches”. *Revue britannique*. Paris: Dondey-Dupré père et fils, 1831, p. 119-120, grifo nosso.

mugidores nas cordoalhas areentas das costas do deserto – brilhando em seu verberar prísmeo de cores fugidias, como um sonho de Almogaure<sup>350</sup>.

Como fizera na descrição dos agentes diferenciadores do povo nórdico, além do clima, o islamismo iria não apenas fornecer meios de inspiração ao fazer poético, como seria o próprio ato poético, uma vez que o alcorão seria grandioso como uma obra da antiguidade clássica. Poderíamos então inferir que os nórdicos têm todas as divindades da mitologia ao serviço da literatura, ao Sul toda a imaginação dos deuses antigos e depois do cristianismo, aos árabes todos os desdobramentos do corão<sup>351</sup>.

<sup>350</sup> AZEVEDO, 2000., p. 709. Na edição de 1855, p. 132, a palavra “Almogaure” está grafada com z, na edição da Nova Aguilar com r, Almogaure.

<sup>351</sup> Segundo Byington, o mito, um dos símbolos potentes da consciência coletiva, tem lugar de destaque em uma civilização. “[...] [T]odos os símbolos existentes numa cultura e atuantes nas suas instituições são marcos do grande caminho da humanidade das trevas para a luz, do inconsciente para o consciente. Estes símbolos são crenças, os costumes, as leis, as obras de arte, o conhecimento científico, os esportes, as festas, todas as atividades, enfim, que formam a identidade cultural. Dentre estes símbolos, os mitos têm lugar de destaque devido à profundidade e abrangência com que funcionam no grande e difícil processo de formação da Consciência Coletiva. [...] A grande utilidade dos mitos, por conseguinte, está não só no ensinamento dos caminhos que percorrem a Consciência Coletiva de uma determinada cultura durante sua formação, mas também na delimitação do mapa do tesouro cultural através do qual a Consciência Coletiva pode, a qualquer momento, voltar para realimentar-se e continuar se expandindo”. BYINGTON, Carlos. Prefácio. In: BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. Petrópolis: Vozes, 1987, vol. 1, p. 9-10.

Ora, o mito muitas vezes confunde-se com a própria cultura de uma civilização: “O pensamento mítico é uma produção coletiva peculiar a civilizações tradicionais, em que o peso do passado configura e dirige o presente, cuja realidade essencial consiste em retirá-lo. O pensamento mítico confunde-se muitas vezes com as culturas mesmas que se fundam na tradição”. TORRANO, Jaa. *Mito e imagens míticas: ensaios sobre o pensamento mítico, literatura e filosofia na Grécia Antiga*. São Paulo: Editora Madamu, 2022, p. 57

Tanto que, por exemplo na Grécia Clássica, o nascimento da tragédia, que tem por base o mito, tem o poder de formação dos cidadãos e eficaz meio de formação do Estado. “A tragédia surge no final do século VI em uma Atenas ainda obscura e atrasada, e o desenvolvimento e esplendor da tragédia coincide com o desenvolvimento e esplendor de Atenas. O comediógrafo Aristófanes e o filósofo Platão, êmulos e rivais da tragédia, atribuíam à tragédia tão influente poder na formação dos cidadãos, que não erraríamos se conhecêssemos em parte à tragédia a influência inspiradora e configuradora da grandeza intelectual, política e militar de Atenas. [...] [O] alcance e eficácia da tragédia [pode ser vista] como forma de educação estatal [...]. Ibidem, p. 105-106.

Também no oriente, o mito aparece nos épicos da Índia: “O *Bhagavad Gita* retrata um diálogo entre dois personagens, chamados Krishna [...] e Arjuna, primos entre si. O cenário do diálogo é um campo de batalha chamado Kuruksetra [...]. [...] [A] narrativa tinha um perfil de registro histórico desprovido de cenários e personagens míticos que aparecem na redação [...] do épico. [...] [...] [A] inclusão de conteúdos mitológicos e religiosos, teria se desenvolvido ao longo de um milênio, aproximadamente 400 a. C e 600 d. C”. BARBOSA, Carlos E. G. Comentários à *Bhagavad Gita*. In: VYASA, Krishna D. *Bhagavad Gita*. São Paulo: Mantra, 2018, p. 8 e 11.

O *Upanishad*, base de grandes religiões do oriente: “*Upanishad* é o nome que recebe um conjunto de textos em sânscrito [...]. Nesses textos surpreendemos a emergência de diversos conceitos das três tradições religiosas mais longevas [...] o budismo, o judaísmo e [...] hinduísmo. [...] A porção mais antiga dessa literatura são os chamados Vedas”. [...] [F]az-se necessário delinear as grandes linhas do contorno sociocultural dessas comunidades *aryas* [...]. Trata-se de sociedade dividida em classes exclusivas [...]”. APRIGLIANO, Adriano. Introdução. In: *Upanishadas: os doze textos fundamentais*. São Paulo: Mantra, 2020, p. 11, 13 e 14.

Assim como toda a escatologia que surge no *Mahabharata*: “O *Mahabharata* é a história de uma disputa dinástica que culmina numa aterradora batalha entre dois ramos de uma mesma família dirigente indiana. [...] [É] realçado por história paralelas que fornecem uma base social, moral e cosmológica para o clímax da batalha. [...] O sistema

O *Koran* de Mohammed, o profeta, o *Almoschak* do Islamita, com suas imagens acesas de Asiano, com sua exageração calorosa – não é só a *Bíblia* daquelas tribos Ismaelitas: é o poema de Yatrib, das raças erradias de Agar, é um canto soberbo, nesse insoniar de um fogoso sentir, de uma criação lavosa, de uma ideia oscilante entre o fatalismo e a volúpia oriental. Para servirmo-nos da expressão de uma das mais hábeis penas da *Quarterly Review*<sup>352</sup>, classificando uma outra cria mais gigantesca do gênio – é um canto de Empédocles, de Lucrécio ou uma narrativa de Homero<sup>353</sup>.

Na mesma linha de pensamento que faz com os povos do Norte, Álvares de Azevedo lançou o olhar sobre a Índia. A natureza é exuberante, a paisagem é variada, desertos, bosques e savanas ervosas. Na Índia o natural é abundante, assim como a religiosidade é ampla com a diversidade de deuses e poderosa na imaginação daquele povo. Enfim, ao tratar dos povos nórdicos, dos árabes e dos indianos, Azevedo afirma que os diferentes climas de suas regiões determinam a sua literatura

---

hindu de escatologia aparece exposto frequentemente no *Mahabharata*”. NOOTEN, B. A. van. Introdução. In: WILLIAM, Buck. *O Mahabharata: o clássico poema épico indiano*. São Paulo: Cultrix, 2014, p. 17 e 20.

Também no mundo antigo nórdico, o poder do mito na formação da sociedade: “O mundo em que os aesir e os jötnar conduzem seu conflito tem seu próprio conjunto de nomes-lugares, mas pode ser reconhecido essencialmente como a Escandinávia. [...] É útil pensar em três períodos de tempo, nos quais a mitologia se desenvolve. No passado mítico os aesir criaram e ordenaram o mundo, e se associaram a outro grupo, os vanir, para fazer surgir a comunidade dos deuses. De alguma maneira essa era dourada foi interrompida no presente mítico. À medida que anões, humanos e, por vezes, elfos observam e ocasionalmente são arrastados para o conflito, os aesir e os jötnar lutam por recursos, objetos preciosos e, sobretudo, mulheres”. LINDOW, John. *O livro da mitologia nórdica*. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 10-11.

Ou, já na nossa era, toda a importância de uma religião como o cristianismo que moldou a maior parte do mundo ocidental: “Constantino [o 1º imperador cristão] fornece, em muitos aspectos, um modelo para a prática política cristã. No mínimo dos mínimos, seu reinado fornece um rico material para reflexão sobre uma série perene de questões político-teológicas: sobre tolerância e coerção religiosa, sobre a legitimidade do envolvimento cristão na vida política, sobre o relacionamento do governante cristão com a igreja, sobre como o cristianismo deveria influenciar a lei civil, sobre a adequabilidade da coerção violenta, sobre a legitimidade do império”. LEITHART, Peter J. *Em defesa de Constantino: O crepúsculo de um Império e a aurora da cristandade*. Brasília: Editora Monergismo, 2020, p. 13.

Assim como o islamismo para o oriente médio: Em “622 o profeta Maomé lidera uma migração de seus adeptos de Meca para Medina, a hégira, que marca o início da época muçumana”. LYONS, Jonathan. *A casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 9. A “[...] a grande importância do islã para o desenvolvimento da ciência árabe [...]”. *Ibidem*, p. 8. Assim como para a formação da identidade do povo árabe, a política, a economia etc. “O Alcorão é a palavra de Deus, revelada a Mohammad, desde a Surata da Abertura até a Surata dos Humanos, constituindo o derradeiro dos livros revelados à humanidade. [...]. O Alcorão era e continua sendo, o centro da cultura islâmica, dos movimentos filosóficos e de todas as suas atividades intelectuais; seus versículos estimulam a nele pensarmos”. HAYEK, Samir El. Introdução. In: *Alcorão*. São Paulo: FAMBRAS, 2020, p. 3 e 5.

<sup>352</sup> Ora, não há como deixar de se atentar à citação direta de Azevedo à revista *Quarterly Review*. Em todo o ensaio, é possível vermos o diálogo que o crítico faz com diversos textos e nomes desta revista e mesmo da rival *Edinburgh Review* acerca das teorias do movimento romântico, da relação de civilização e literatura etc. (as duas revistas de língua inglesa, cujos números consultei, estão disponibilizadas gratuitamente no site [www.archive.org](http://www.archive.org)) ou da *Revue Britannique* (nesta revista, como já vimos há semelhanças de trechos citados por Azevedo quase idênticos ao original). A pesquisadora Natália Gonçalves trabalhou exaustivamente o diálogo existente dos textos de Azevedo com essas revistas.

<sup>353</sup> AZEVEDO, 2000, p. 709.

Os três fragmentos de “Literatura e Civilização em Portugal”, que tratam sobre diferentes civilizações, em especial a dos árabes e dos indianos, trazem muito a mescla da natureza com a cultura. Pensar acerca das teorizações dos pensadores que serviram de inspiração ao Romantismo, Kant e Herder<sup>354</sup>, e dos preceitos teóricos que eles defendiam e que se diferem. Herder, por exemplo, divergia da divisão da antropologia em fisiológica e pragmática, e assim ele defendia uma posição abarcante e não excludente na relação da natureza com o construído pela humanidade. Nessa acepção, Herder prima, por exemplo, por uma filosofia da história que não cria uma separação irrecuperável entre natureza e cultura. Desde Herder essa foi a proposição que deflagrou e sustentou o movimento romântico na Alemanha.

Na confluência das produções naturais e culturais (artificiais), os românticos defenderam a criação de um movimento artístico em que procurou valorizar a particularidade de um povo. Na valorização do lugar, eles criaram uma organicidade singular de povo e nessa acepção, o amparo à construção de uma literatura que representasse toda uma nação. Na elaboração de uma literatura, a natureza, a religião e o feito histórico forneceram a especificidade de toda uma população.

Herder, por exemplo, via a história da humanidade como um enorme campo cultivável. Nele, cada povo estabelecia uma identidade específica, própria, distinta de outros povos. Para ele, um lugar, possuindo sua natureza, seguia uma evolução pautada na tendência cultural de seu povo (mesmo os habitantes de um lugar têm diferentes naturezas) que ali se estabelece e se formou e no modo que lhe é peculiar. Ele acreditava que o caráter dos povos, por sua vez, seria o resultado dos seus traços raciais, do clima, da paisagem física, da religião, de relações de trocas culturais com outros povos, de sua língua etc. em que viviam, bem como do tipo de vida material que enfrentavam e da educação imediata que recebiam.

Herder defendeu a ideia de que certos indivíduos, como os poetas, possuíam a capacidade de relatar e dar forma à relação entre o natural e as produções culturais e criativas de um povo. Eles desempenhavam o papel de arqueólogos, buscando resgatar os vestígios mais antigos da cultura de seu povo, que remontavam a tempos imemoráveis. Para isso, os poetas precisavam estar atentos e sensíveis à língua popular, aos antigos contos, cantigas, mitos, sagas e lendas heroicas. Através dessas expressões culturais, a arte seria capaz de revelar aspectos ocultos da natureza e, ao mesmo tempo, conferir uma identidade única ao povo ao qual pertenciam. Eles se tornavam os guardiões e transmissores da sabedoria ancestral, conectando o presente com as raízes históricas e culturais da comunidade.

---

<sup>354</sup> BERLIN, Isaiah. *As raízes do Romantismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2015.



De volta ao texto, Azevedo, antes de tratar das especificidades e desdobramentos dos indianos, da paisagem física e do clima, descreve um percurso instigante sobre algumas civilizações do passado. Trata-se de um enquadramento que deixa entrever todas as reminiscências do passado, registradas por meio de ruínas dos antigos Impérios. Para isso, o ensaísta cita *As ruínas de Palmira* de Volney<sup>355</sup> e questiona o autor, atribuindo-lhe alguns adjetivos bastante próprios do movimento romântico, mas que nos coloca em observação diversos impérios que outrora foram grandes e que somente restam as ruínas para contar sua história.<sup>356</sup>

Passai além. Deixai esse Levante ardente de luz e imaginação – morno ainda de reminiscências de tantas glórias mortas: onde Balbek amontoa no deserto sua gigantesca ossada marmórea, e o peregrino nas paradas da caravana, se estende em poial de colunas quebradas de alabastro, e nas estátuas debruçadas no pó da Palmira onde a mente sublime de Volney, o ateu, acordou-se no canto da desesperança, e o Gênio das ruínas, como Satã na montanha, desenrolou-lhe ante os olhos o painel da tentação – e bradou frio como um vento de cemitério, e como o rir do céptico – ao sacerdote da descrença: *nada! nada!*<sup>357</sup>

O final da citação traz uma ponderação diversa se visto que no mito cristão, em sua terceira tentação, o diabo leva Jesus a um monte e oferta o mundo, mas um mundo em seu apogeu, não em ruínas: “Tomou o diabo a levá-lo para um monte muito alto. E mostrou-lhe

<sup>355</sup> “Em 1791, Volney publicava seu livro *Les ruines*, um misto de meditação ético-histórica e reexame de problemas da história das antigas monarquias. Evocando as imponentes obras arquitetônicas do passado (Palmira, Tiro, Babilônia), Volney colocava igualmente indagações jurídicas e políticas, concluindo com um longo repasse das grandes ideias religiosas presentes na história dos homens (também o tema setecentista da origem dos governos se acha tratado no livro, bem como a velha ideia de que a justiça dos governantes gera a prosperidade das nações). As ruínas objeto das invocações iniciais, figuram sempre como inspiradoras das austeras reflexões do autor”. SALDANHA, Nelson. *Filosofia, Povos, Ruínas: Páginas para uma filosofia da história*. Rio de Janeiro: Caliban, 2002.

<sup>356</sup> “Ruínas são restos, são fragmentos de algo que foi vivo e foi maior: as ruínas ficam, vão ficando, como sombras em face do passar do tempo e das coisas: modas, funções, espaços, instrumentos. Penso então nos processos históricos que fazem com que determinados povos cresçam, consolidem-se, enquanto que outros minguam e diminuem: povos e lugares que saem do prosaetório; línguas, cidades e culturas que se apagam e se reduzem, e sobram como ruínas. [...] À noção de *ruínas* (mantemos o plural) corresponde um sentido arqueológico, mas também histórico, e também estético, e de certo modo axiológico. [...] Como ‘expressão’, as ruínas carregam um sentido, e, portanto, ensejam um trabalho hermenêutico. [...] O *penchant* pelas ruínas, que conota uma espécie de nostalgia [...] representa obviamente um respeito pelo passado. [...] Mas o significado das ruínas se relaciona certamente com a necessidade, que temos, de reter *testemunhos*. De certo modo, pode dizer-se que o significado dos objetos históricos consiste basicamente nisto, em testemunhar: paredes derruídas e colunas derrubadas confirmam a realidade de passados específicos. E é sempre o presente, determinado presente, que reconhece este testemunho, reconhecendo com ele o passado, determinado passado. [...] somente um pensamento adequado pode atribuir sentido às ruínas, reconhece-las e situá-las no tempo [...]. E as ruínas são, ou revelam, uma queda: ruir, desmoronar, desabar. Mas a queda faz parte da própria imagem do homem na teologia hebraico-cristã, como existem quedas em outras teologias (a derrota dos titãs, por exemplo). No Ragnarök escandinavo, o mundo é destruído e reconstruído. Nos antigos egípcios, Osíris era morto e ressuscitava. Na teologia hebraico-cristã temos a queda de Lúcifer, e temos a queda do homem (em Adão ou após ele), em função da culpa. Jaspers viu no âmago da Existência a presença do ‘fracasso’, que no fundo confirma o ser. Os homens ruem, como as civilizações ruem. Quedas e ruínas ocorrem dentro da trajetória dos homens, cortam e revelam o humano: enriquecem-no põe-no à prova, fazem-nos buscar o sentido das coisas”. SALDANHA, 2002, p. 98-102, grifos do autor.

<sup>357</sup> AZEVEDO, 2000, p. 709.

todos os reinos do mundo com o seu esplendor e disse-lhe: ‘Tudo isto te darei, se, prostrado, me adorares’”<sup>358</sup>. Ora, o que Volney nos apresenta é um mundo todo em decadência<sup>359</sup>.

Azevedo destaca a figura do observador, do livro de Volney, que nos narra aquele cenário, ele o apresenta para uma visão de um mundo que ele glorifica a história do passado como ruína. Trata-se de uma definição de qual pode ser o material da escrita da história. Ao empregar o conceito de ruína, ele dissemina um novo sentido do método de escrita da história. Com “ruína”, ele afirma que o passado não pode ser recuperado fielmente em sua totalidade, mas apenas como resíduo, parcialmente. As ruínas<sup>360</sup>, como ele diz, são documentos da história. Só as ruínas são capazes, diz ele, de proclamar verdades, como a contradição entre a declaração da liberdade como dogma e a tirania que funda a escravidão<sup>361</sup>.

Eu vos saúdo ruínas solitárias, sagrados mausoléus, muros silenciosos! Sois vós quem invoco, minha súplica unicamente a vós se dirige. Sim: em quanto vosso sombrio aspecto afasta as vistas esquadrihadoras do vulgo por um insólito e secreto pavor, acha meu coração em contemplar-vos o encanto de mil pensamentos, e os atrativos de um sem número de sedutoras ideias, que me levam após si com irresistível impulso. Quão proveitosos documentos! Que fortes e tocantes reflexões ofereceis ao espírito

<sup>358</sup> *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2019, p. 1.709.

<sup>359</sup> “[...] as ruínas são o destruído (edifício, muro, porta) ainda reconhecível como muro ou como porta, pela permanência de uma parte mínima. Com o romanstismo veiculou-se a expressão: ‘poesia (ou estética) das ruínas’, como alusão ao *pathos* que corresponde à identificação do espírito com o que resta – com o que passou. [...] A chamada pátina do tempo põe nas ruínas uma espécie de aura. Grande parte das ruínas das cidades *antigas* proveio de guerras, ou da hostilidade de inimigos; mas a visão dos pósteros (que é a que vê e conceitua as ruínas) encontra nelas não sua relação com a destruição por tais e tais adversários, mas sua relação com o que foram, e representaram, antes do desastre. Isto se aplica, de certa forma, a todos os restos de tempos passados. Marguerite Yourcenar, aludindo a estátuas antigas, escreveu que aqueles ‘duros objetos (...) sofreram a seu modo, o equivalente da fadiga, do envelhecimento e da infelicidade’. Afonso Arinos, em seu notável *Amor a Roma*, menciona o tema da ‘poesia das ruínas’, que nasceu da sensibilidade romântica, mas sobrevivei a ela. No caso de Roma, observa Arinos, as ruínas exibem ‘tudo o que existe e tudo o que falta, sem deixar de existir, no roteiro da continuidade do homem histórico. A sensibilidade para com as ruínas, correlata de um certo tipo de senso histórico, corresponde em verdade a determinadas épocas.’. SALDANHA, 2002, p. 96-97.

<sup>360</sup> Conforme recupera Francesco Orlando, Diderot também chama a atenção para o fato das ruínas produzirem na literatura imagens de efeito da melancolia. “E il critico è convinto di sapere ancora meglio del suo pittore che il genere delle immagini di rovine ha una poetica propria, e qual è: ‘Le’effet de ces compositions, bonnes ou mauvaises, c’est de vous laisser dans une douce mélancolie. Nous attachons nos regards sur les débris d’un arc de triomphe, d’un portique, d’une pyramide, d’un temple, d’un palais, et nous revenons sur nous-mêmes. Nous anticipons sur les ravages du temps, et notre imagination disperse sur le terre les édifices mêmes que nous habitons. À l’instant, la solitude et le silence régnent autour de nous. Nous restons seuls, de toute une Nation qui n’est plus; et voilà la première ligne de la poétique des ruines’”. “E o crítico está convencido de que ele sabe ainda melhor do que seu pintor que o gênero de imagens de ruínas tem sua própria uma poética, e o que é: ‘O efeito dessas composições, boas ou más, é deixá-lo em uma suave melancolia. Nós prendemos nossos olhos nos escombros de um arco triunfal, de um pórtico, de uma pirâmide, de um templo, de um palácio, e voltamos para nós mesmos. Antecipamos sobre a devastação do tempo, e a nossa imaginação dispersa sobre a terra e os edifícios que habitamos. No instante, a solidão e o silêncio reinam e causam em nós. Permanecemos sozinhos, de toda uma Nação que já não é; e esta é a primeira linha da poética da ruína’. ORLANDO, Francesco. *Gli oggetti desueti nelle immagini della letteratura: Rovine, reliquie, rarità, robaccia, luoghi inabitati e tesori nascosti*. Torino: Giulio Einaudi editore, 2015, p. 100, tradução nossa.

<sup>361</sup> A citação de Volney é no mínimo sedutora se observada a partir da época de Azevedo. Se pensada a partir de uma interação entre o lá (em ruínas) e o cá (o Brasil), se vista a partir de uma retomada da visão política daquele momento na Europa, a primavera dos povos de 1848 e uma inferência aos tiranos, à monarquia como governo decadente, Azevedo como fizera em diversos momentos de seus discursos e estudos literários aparenta dispor sua obra em associação com o momento histórico, filosófico e artístico de seu período (com a sociedade).

que sabe consultar-vos! Sois vós enquanto o Universo inteiro escravizado emudecia ante os tiranos, proclamáveis verdades, que eles abominam; e que confundindo os despojos do Potentado com os restos do vil cativo, atestáveis o santo dogma da Igualdade! E junto de vosso recinto, que amante solitário da Liberdade, vi, oh júbilo! Elevar-se dentre os túmulos a sua sombra, e por um inesperado favor, tomar um voo rápido, e chamar de novo meus passos para a minha Pátria reanimada<sup>362</sup>.

De mais a mais, sobre as estátuas caídas no pó de Palmira, em suas ruínas, Volney, como estudioso de sua cultura, acordou-se, despertou-se no canto da desesperança. A temporalidade ali observada demonstra uma decadência das cidades e dos impérios, que se acreditavam serem eternos, assim como, os motivos que levam a essa decadência. Na proposição sobre história e tempo presente na obra *As ruínas ou meditação sobre as revoluções dos Impérios*, Volney deixa entrever questionamentos de como certos Impérios entraram em decadência ou outros permaneceram, se levados em conta fatores como respeito de um governante às leis e liberdade de pensamento dos habitantes de uma região, à sua segurança e à sua propriedade.

Tais são, ó homem que ansioso buscas descortinar a verdade, e a sabedoria, tais são as causas das revoluções desses antigos Estados, cujas ruínas tu contemplas. Sobre qualquer sítio que minha vista se demore; a qualquer época que meu pensamento se alongue, sempre se oferecem a meu espírito os mesmos princípios d'augmenso (sic) ou destruição, d'engrandecimento ou decadência. Vejo que se um povo é poderoso, se um Império prospera e se exalta; se conserva sua independência, se consegue que os déspotas o olhem com terror e respeito; é porque as Leis de convenção se conformam com as da Natureza; é porque o Governo deixa aos governados o uso respectivamente livre de suas faculdades, a igual segurança de suas pessoas e de suas propriedades. Se ao contrário, um Império cai em ruínas, e se dissolve, é porque as Leis são viciosas e imperfeitas; é porque o Governo as infringe e corrompe; e se as Leis e Governos, sábios e justos na sua origem, com o andar do tempo degeneram, é porque a alternativa do bem e do mal nasce da natureza do coração do homem, da sucessiva cadeia de suas inclinações, do progresso de seus conhecimentos, da combinação das circunstâncias e dos sucessos, como demonstra, até a última e mais cabal evidência, a história da espécie humana<sup>363</sup>.

No ensaio, Azevedo, por meio de uma indução de imagens vistas de cima, nas quais enquadram uma visão que somente o condor poderia dar, diz que devemos passar também por Persépolis, Babilônia, Nínive e Bactras. Ora, se todas essas cidades separadas por grandes distâncias pudessem ser unidas nessa visão com o objetivo ali oportuno, seria comum a todas elas, ser expoentes de um passado que existesse apenas adormecido “em sepulcro de pedra”. Ou seja, naquele momento encontram-se em ruínas o que outrora, em uma manifesta idade de ouro, sinalizou o melhor daquelas civilizações.

Oh! Passemos como o vendaval por cima de tudo isto, pelos combros vermelhos de ruínas dos abatidos torreões, das esboroadas muralhas orgulhosas da Persépolis do Irã banhada de nafta, Babilônia – a centápila, onde o sangue das batalhas fervia perfumoso ainda dos nardos assírios do banquete, Nínive com seu manto de musgo e

<sup>362</sup> VOLNEY. *As ruínas ou meditação sobre as revoluções dos Impérios*. Lisboa: Nova Impressão Silviana, 1834, p. 01-02.

<sup>363</sup> *Ibidem*, p. 57-58.

líquen e sua coroa de heras, Bactras, a ressupina, adormecida em sepulcro de pedra na sua montanha da Média... Além! Além!<sup>364</sup>

De mais a mais, se comparar a obra de Volney e as indicações do texto de Azevedo sobre as ruínas dos impérios, pode-se inferir que há uma franca adesão de Azevedo ao republicanismo, pois na exigência de respeito e na acusação de falta de respeito dos déspotas às leis e ao contrato social há a crítica ao regime monárquico. A história de um povo pode engrandecer, quando se mantém independente e quando os déspotas temem e respeitam as leis de um povo; caso contrário, uma civilização entra em decadência. Além disso, quando esses regimes se mostram ativos em uma sociedade, a história oferece o espetáculo da vitória das forças sensíveis, violentas e supressoras da liberdade moral, sobre as forças espirituais.

Ali, o ensaísta destaca a natureza sublime; ele ressalta as florestas colossais, os mares estrondosos, os rios caudais, as terras selváticas e os rugidos do tigre; além dele pontuar a presença da religiosidade tratada pelos ídolos talhados em pedras e pelo carro de Jaggernat. Ou seja, há neste fragmento do ensaio dois dos três temas que se destacam no início de “Literatura e civilização em Portugal”.

Vedes-la essa terra da Índia? Com suas florestas colossais onde se perdem os bandos de elefantes; suas marés rugidoras; seus rios caudais onde boiam com as fauces pardas os aligadores; suas donzelas brunais do queimar do sol, meigas com os grandes olhos de gazela; suas disformes *pagodas* altanando-se negras e misteriosas em ritos bárbaros; seus ídolos talhados em monólitos de montanhas graníticas; e entre isso tudo, o carro monstruoso e pesado de Jaggernat, esmagando sob as rodas largas os *fakirs* crentes, e as crias raquíticas que as mães da Índia lançam à morte em sua alucinada crença?

Vedes-la a terra selvática onde o estertor da marejada soa a perder-se no estrídulo farfalhar das juncas, no estalar das folhadas dos talipos e das palmas, e nos rugidos do tigre negro?<sup>365</sup>

Naquele espaço completamente diverso, Azevedo destaca também a população feminina, além de citar a referência ao festival do deus Krishna. Nessa festividade, segundo o texto de Azevedo, as pessoas se jogavam debaixo das pesadas rodas, sendo logicamente esmagadas, apoiadas exclusivamente pela crença de ascenderem e alcançarem a felicidade eterna. Com o livro *The travels of sir John Mandeville*, o ocidente passa a conhecer um pouco mais daquele espaço até então inédito aos olhos da população ocidental no século XIV, visto que a obra “nos pone sobre la pista de innumerables tradiciones, mitos y creencias [...] del lejano e insondable espacio de Oriente”<sup>366</sup>.

<sup>364</sup> AZEVEDO, 2000, p. 709.

<sup>365</sup> Ibidem, 709-710.

<sup>366</sup> “[...] nos coloca no rastro de inúmeras tradições, mitos e crenças [...] do espaço distante e insondável do Oriente”. TOLEDO, F. Javier Villalba Ruiz de. Los mitos medievales en la obra de John Mandeville. In: *Isimu* (2006): 37-56, p. 37, tradução nossa.

Ora, os hindus acreditam numa força divina única, mas que assume incontáveis formas. Dessa diversidade de deuses, constitui-se o credo dos índicos e junto dele a complexidade cultural que é povo indiano: “Vede-las com seus Brâmanes altivos, seus guerreiros fatalistas, suas *sutties* malabares passando do leito da viuvez onde a esteira esfriou ao cadáver, às chamas das fogueiras; e seus poleás denegridos na frente com elefantíases da maldição?”<sup>367</sup>. Vemos então na citação de Azevedo a casta dos sacerdotes, os bravos guerreiros deste povo, o absurdo ritual das viúvas e por último a casta mais baixa, os párias hindus<sup>368</sup>.

Portanto, Azevedo diz em seu ensaio, que todos os olhares sobre aquela civilização, somente veio do contato do mundo europeu com aquele povo, a partir das grandes navegações da Companhia das Índias. Primeiro, o interesse comercial e depois, segundo Azevedo, o mundo ocidental descobriu a “abastança das letras indianas”.

Por conseguinte, Azevedo afirma que a literatura indiana não perde em nada para as dos outros povos, pelo contrário, “nem à *Ilíada* ou *Lusíadas* havia o ombrear” com aquela literatura. Dito isso, ele acrescenta que na relação comercial estabelecida entre a Companhia das Índias e dos descendentes degenerados da raça brâmane<sup>369</sup>, o contato se deu primeiro numa relação estritamente “monetária e industrial”. Percebemos um tom bastante incômodo do ensaísta quando se refere aos indianos como degenerados. Nessa acepção, há uma crítica de Azevedo à relação comercial antes de qualquer outra coisa, embora ela tenha facilitado à erudição europeia, o conhecimento das obras indianas. Para ele, a literatura salva as pessoas da sempre primeira relação entre os povos que é a material, revestindo a de um “manto sagrado da missão literária”.

As letras índias são das mais faustosas minas exploradas a meio, que ainda houve; e o minério dessa cripta não tem que invejar em cópia às eras primeiras de nenhum povo. A companhia das Índias por suas relações comerciais com os descendentes degenerados da raça Brâmane tem facilitado muito a ruptura dessa veia de luz à erudição europeia. A missão puramente monetária e industrial revestiu-se aí do manto sagrado da missão literária. É que tudo tende à ciência como os vapores ao sol, o homem material é o instrumento do eu moral, e o estudo onde se afunda o psicólogo: e é tudo assim, da pedra que rola, à teoria de Newton da gravitação<sup>370</sup>.

Nesse final de citação, Azevedo afirma que as relações comerciais da Companhia facilitaram o rompimento dessa “veia de luz” das letras indianas, isto é, permitiu que ela fosse conhecida pela erudição europeia. Com isso, ele critica então a sacralização da ciência e

---

<sup>367</sup> AZEVEDO, 2000, p. 710.

<sup>368</sup> SOUZA, R. A. de (ED.). *Álvares de Azevedo: Literatura e Civilização em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2016, p. 45.

<sup>369</sup> Segundo o dicionário da língua portuguesa, degenerar é “bastardear, não imitar as nobrezas, e virtudes dos maiores; [...] mudar para pior”. SILVA, 1858, p. 610.

<sup>370</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

associa-a ao instrumento do homem material, do homem econômico. Assim, ele lamenta que com a ciência pretende-se desencantar e desmistificar e, com ela, o homem material e econômico submete o homem moral e ético.

Na sequência, o ensaio expõe a relação estabelecida por meio das missões religiosas. Há então os desdobramentos de vínculos naquele lugar, em que o bispo anglicano Reginald Heber<sup>371</sup> retoma as antigas missões católicas, por meio das quais os europeus tomaram conhecimento da religião hindu.

O bispo Heber seguiu aí os rastros das velhas missões do catolicismo. A religião não é só um bebedouro de santidade. Deus é a luz, e a religião deve ser também a cisterna de luz<sup>372</sup>. Foi o bispo anglicano quem primeiro apontou à Europa essas calças de religiões idas – e os vestígios de uma civilização inteira, por onde haviam perpassado tantos séculos de indiferença, à sombra dos delubros desertos, os nababos engolfados na moleza de suas fortunas<sup>373</sup>.

Diferente do que fizera com as outras literaturas tratadas nos fragmentos anteriores, a poesia indiana ganha destaque na análise de Azevedo, uma vez que os irmãos Schlegel, Humboldt e Wilkins haviam demonstrado interesses pela literatura daquele povo; e isto pode ter deflagrado uma percepção mais atenta por parte do escritor paulista, visto que havia material a consultar. Álvares de Azevedo mostra todo o interesse despertado pelos europeus sobre aquela terra bastante peculiar. Na citação, dos estudiosos interessados na literatura do oriente, ele destaca os dois Schlegel nos trabalhos de tradução. A partir do momento em que esses tradutores se puseram a divulgar a cultura daquele povo, outras nações puderam enfim conhecê-la.

Foi só então que forasteiros europeus foram-se a essa terra transfretana pedir, como Pitágoras, seus dogmas, revelar à filosofia do ecletismo moderno a teogonia politeia, as teorias psicoontológicas de Capila, Vyasa e Gatana, donde haviam nascido porventura o metempsicosismo egípcio de Pitágoras, o idealismo de Sócrates e Platão e o peripatetismo do Estagirita; à filosofia o Sânscrito, base certa dos dialetos hindustânicos, e segundo presunções muito prováveis da ciência, origem do Persa, do Grego, do Etrusco, e do idioma gutural das raças teutônicas; à literatura – riquezas de poemas, desde Mahabharata, parte do qual (o *Baghavat-Gita*) os dois Schlegel, Wilkins e o barão de Humboldt traduziram no assombro de um dizer que nem à *Iliada* ou *Lusíadas* havia o ombrear com ele<sup>374</sup>.

Destarte, Azevedo relata que os europeus foram pedir, estudar, os dogmas indianos e revelar para a filosofia moderna sua teogonia, assim como Pitágoras fez, assim como Capila (sábio indiano, criador de um dos seis sistemas do bramanismo), Vyasa (século XIV a. C., autor dos *Vedas* e *Mahabharata*, criador de um dos seis sistemas do bramanismo) e Gatana (Shidarta,

<sup>371</sup> SOUZA, Roberto Acízelo de (ED.). *Álvares de Azevedo: Literatura e Civilização em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2016, p. 46.

<sup>372</sup> A frase traz uma ironia, que é bastante hilariante, a religião como cisterna.

<sup>373</sup> AZEVEDO, 2000, p. 710.

<sup>374</sup> *Ibidem*, p. 710-711.

fundador do Budismo) teriam criado as “teorias psicoontológicas”<sup>375</sup>. E, assim, aquela terra seria o lugar de surgimento de pensamentos em Sócrates, Platão e Aristóteles. Lugar também do idioma sânscrito que foi a base para idiomas como o grego, o etrusco e os povos do Norte.

De acordo com Azevedo, a literatura indiana deve ser comparada com a dos gregos (Século VIII a. C) e dos portugueses (Século XVII d. C.) e, segundo aponta o poeta brasileiro, mesmo os tradutores alemães da época reconheceram a grandiosidade daquela literatura. Azevedo também dá seu parecer, ao afirmar tratar-se de uma literatura toda nova, nova e singular, pois ela começa a vir a público naquele momento das navegações e relações comerciais.

O Himalaia é o símbolo daquela literatura, assim como a imagem daquele povo místico. O interessante na análise de Azevedo é a comparação que ele faz primeiro com a cultura helênica e depois com a egípcia. Os adjetivos são apenas comparativos de uma cultura e outra, embora ressalte as diferenças e o papel de grandiosidade de ambas as nações, “auréola na fronte que brilha sob todos os firmamentos”<sup>376</sup>. Não há aparentemente a ideia de julgar uma literatura como sendo superior a outra. Além disso, a carga semântica dos vocábulos grego e egípcio transfere-se ao vocábulo indiano como exemplo de algo extremamente positivo, ou seja, literaturas em pé de igualdade, – e ainda remete à ideia de ciclos dos povos, os gregos, os egípcios e os indianos, que em dado momento suas culturas floresceram e depois entraram em decadência.

– É uma literatura toda nova; nova e singular como esse clima; ardente às vezes como esse céu do estio, sombria outras como as crenças Brâmanes. Não é mais o Parnaso bífido, o Hélicon verdecente, nem as praias sinuosas das Cícladas com seus plátanos e olivais: – é o Himalaia, o símbolo de uma poesia imensa. É um encimar de píncaros alterosos, onde a respiração se afoga, onde o olhar se escurenta de vertigens, e os ouvidos sussurram como os ecos da orquestra satânica da tormenta...<sup>377</sup>

Azevedo destaca nomes de alguns poemas que se tornaram conhecidos no ocidente como o “Gata Karparou” e “a morte de Yadratta”, ambos traduzidos por outro estudioso do oriente, Antoine-Leonard Chézy<sup>378</sup>. O ensaísta descreve uma leitura bastante recorrente em seus textos, o tratamento de procedimentos artísticos como o sarcasmo e o sublime. Além disso, a observação de Azevedo sobre os cadáveres e a guerra civil indiana posta no *Mahabharata*, *Upanishad*, temas dessas obras, por sua vez serve também de paralelo com a análise de algumas obras ocidentais como *Farsália e Ilíada*.

---

<sup>375</sup> SOUZA, 2016, p. 46 - 47.

<sup>376</sup> AZEVEDO, 2000, p. 711.

<sup>377</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>378</sup> SOUZA, op. cit., p. 48.

É um mundo novo, a que um novo Colombo ia romper o véu dos séculos – o novo panorama de uma criação incógnita – como as abóbadas subterrâneas dos monumentos tumulares da Índia, com seus renques de múmias mirradas e milenárias, hieróglifos, e seus deuses bárbaros na garupa das esfinges-colossos. Era uma nova solfa de claves todas ainda não ouvidas, desde as ternuras trementes do Karparou, do Eremita de Kandu, e do Ramaiana, e a palidez de Dasaratha ao pé da agonia de Yadnatta, até o lamentar da mãe do triste, gemebunda, lançada sobre o corpo inanido do filho. Ora é o sarcasmo ervado de fel de Puschkara, ante esse jogo que devora a fortuna do irmão Nala, o príncipe, e o viver por desvios ao desabrigo das florestas do desgraçado como Damaianta, sua extrema esperança – luar de amor prateando-se em sua alma, loto de cálice azul dormido no boiar em linfas de um lago (como diz o poema Índico): ora, a voz sublime do Deus Krischna ao guerreiro Arjuna, como as falas dos Deuses de Homero aos heróis de Ílion, – retroa pelo acampamento onde os elefantes repousam sobre carcaças de cadáveres, e tribo dos Pandus se apresta à lide fratricida nos páramos da pátria; e o hino de Iayadeva trescala-se perfumoso como a primavera nas trepadeiras em flor do Bakul, o impregnar de almíscar dos pétalos negros do Tamala, o aroma ebrioso de Mallika, e o cheiroso das tranças balsâmicas do Amra que se banham soltas na ondas azuis do Yamouna<sup>379</sup>.

Na sequência do texto, Azevedo afirma que o canto da literatura indiana às vezes é também lúgubre e a compara com a de Milton. Como de costume, o método de análise de Azevedo parte, mais uma vez, da comparação com grandes obras e grandes autores, para então estabelecer uma qualidade do que está sendo analisado. Ele usa expressões do escritor Ugo Foscolo, no tratamento das imagens construídas na literatura italiana, para criar paralelos com a indiana, bem como cita os lugares e as cidades da Grécia.

O canto às vezes ensombra-se lúgubre, como nos sonhos de Milton, e na expressão de Ugo Foscolo, o escuro da floresta Dantesca, e ao atravessar essas trevas das criptas, o arpejo filtra nas medulas como no sussurrar profético dos carvalhais de Dodona e a rouquidão cavernosa dos ecos entrecortados das serras alpestres da Tessália<sup>380</sup>.

Azevedo, por fim, também reitera que está presente na poesia índica um misticismo, que o gênio tem sempre um sinal que o torna reconhecível em toda parte. Ele é capaz de traduzir as peculiaridades de seu espaço geográfico para as outras línguas. As produções literárias da Índia trazem profundidade e se revelam como esculturas ao restante do mundo. Embora seja irregular e sublime, ela comporta uma multiplicidade de questões, como as egípcias, as gregas e as romanas. O Himalaia é o espaço físico em que ali se encontra uma outra literatura, mas que ombreia na altura das demais.

O misticismo da poesia Índica é tudo isso, porque o gênio traz sempre um sinal que se reconhece em toda a parte – uma auréola na frente que brilha sob todos os firmamentos, uma senha e um toque Iramita que se traduz em todas as línguas. Mas há no caráter briareu dessas epopeias hindustânicas uns traços mais fundos, mais titânicos, como as figuras relevadas nos granitos da Ásia, e esses partos informes da escultura índico-egípcia; uma irregularidade selvagem, mas grandiosa, monstruosa como os Behemots dos pousios, mas sublime; que sobrelevam tudo, como as pirâmides de Quéops os templos do paganismo Heleno-Romano, o nublado das

<sup>379</sup> AZEVEDO, 2000, p. 711.

<sup>380</sup> Ibidem, loc. cit.



cabeças do Himalaia, onde a vista trêmula, e os ouvidos se azoizam à vertigem, as colinas dos Alpes<sup>381</sup>.

O final da citação é bastante interessante se observarmos o verbo azoinar, a partir do verbete do dicionário Antônio de Moraes. Em sua última acepção, encontramos no dicionário que o verbo “é muito usado no Minho para exprimir o enfadamento de quem ouve um falador importuno, que por muito tempo lhe tem estrugido, e fatigado os ouvidos com coisas impertinentes, e desagradáveis, talvez com mexericos etc.”<sup>382</sup> elas deixaram de ser as únicas a tremular e irradiar uma literatura, e as “epopeias hindustânicas” vem nova ao ocidente a partir do Himalaia.

Chegamos, portanto, ao fim do quarto fragmento do ensaio “Literatura e civilização em Portugal”, o último em que nos é apresentado parte das diversas civilizações como a nórdica e a árabe. Temos um percurso que é construído justamente para tratar da relação da sociedade de cada lugar geográfico com a literatura ali construída. Assim, a partir do povo do Norte, do povo árabe e do povo da Ásia, podemos ter uma visão mais uniforme, em que Álvares de Azevedo evidencia as marchas das civilizações.

### **C- As nuances do clima**

Lembremos que a ideia de clima em Azevedo serve para tratar da variedade de civilizações e mesmo da ideia de tempo, ao invés de somente particularizar um local, ou mesmo a influência da temperatura. Mesmo porque, os diálogos e disseminação da ideia que se formou sobre a importância do “clima”, nos possibilita observar que há uma preocupação por parte de Azevedo em destacar a diversidade de uma determinada cultura em relação às outras, e não somente tratar de uma cor local, em que se insere, por exemplo, apenas a grandiosidade de uma natureza intocada.

Como nos lembra Isaiah Berlin, a noção de variedade de civilizações e dos traços de diferenças entre elas, de seus fatores físicos e geográficos, já era nomeada de “clima” desde Montesquieu, Bodin, Saint-Evremond e Du Bos.

Assim, também a noção de que a variedade de civilizações é, em grande parte, determinada pelas diferenças entre os fatores físicos e geográficos – aos que nos referimos sob a denominação geral de ‘clima’ – tinha passado a ser lugar comum, a

---

<sup>381</sup> AZEVEDO, 2000, p. 711-712.

<sup>382</sup> SILVA, 1858.

partir de Montesquieu, ocorrendo, antes dele, no pensamento de Bodin, Saint-Evremond, o Abade Du Bos e seus seguidores<sup>383</sup>.

A ideia de “clima”, conforme abordada nos textos dos filósofos europeus e também no texto de Álvares de Azevedo, tem conotação temporal. Além disso, a construção da civilização implica em meios de adaptação e controle da humanidade em relação ao espaço e às condições temporais. Através desse processo, a humanidade busca se adequar e exercer domínio sobre o ambiente e as circunstâncias temporais que a cercam.

Herder, em *Também uma da história para a formação da humanidade*, que as pessoas são obrigadas a se modificarem em virtudes da disposição geográfica e circunstâncias do tempo. Segundo o filósofo, há virtudes pertencentes a uma nação e desenvolvidas em um tempo que em outra época, mesmo que seja no mesmo lugar, perdem importância e sentido, pois há “toda uma física da história, da moral e da política”. Mesmo que haja um “mesmo germen comum” e uma “mesma proporção de forças misturadas” interiormente, ocorre que a humanidade se desenvolve de modo diferente.

E não reflete sobre o fato de esta criatura [o homem] dupla e oculta se poder modificar em milhentas formas, ou de ser praticamente obrigada a modificar-se em face da disposição deste nosso planeta. Sobre o facto de haver uma criação que é da responsabilidade do clima e das circunstâncias de tempo, o que faz com que haja virtudes que pertencem a uma nação ou a uma época, flores que debaixo de um dado céu crescem e prosperam quase sem nada precisarem, mas que morrem ou amarelecem miseravelmente se estiverem noutra local (toda uma física da história, da moral e da política, a propósito da qual o nosso século, aliás, já se encarregou de tanto fantasiar e cismar). Sobre o fato de – ao mesmo tempo que tudo isso pode ou tem que existir –, de um ponto de vista interior, por baixo do invólucro sujeito a inúmeras modificações, poder ser sempre o mesmo núcleo essencial, a mesma aptidão para a felicidade, que se conserva e que, segundo aquilo que nos é dado esperar, talvez não possa deixar de existir. Não reflete sobre o fato de que, se assim for, tudo isso indica infinitamente melhor os cuidados do Pai comum. Se na humanidade, em todos os lugares e em todas as épocas, houver um *mesmo* germen invisível de receptividade à felicidade e à virtude, podendo ocorrer em diferentes formas porque se desenvolve de modos diferentes, mas que interiormente é sempre uma mesma proporção de forças misturadas<sup>384</sup>.

Lembremos que a ideia de clima para Herder<sup>385</sup> não é uma adequação da cor local, pois, a cor local, ainda que remeta à paisagem física, lança-se primeiro a uma parte física da localidade, e, sem dúvida, tida como elemento diferenciador do nacionalismo por vários autores. No entanto, a história fica apenas aparente, a moral, a política, a noção de espírito de

<sup>383</sup> BERLIN, 1976, p. 135.

<sup>384</sup> HERDER, 1995, p. 95-96.

<sup>385</sup> Em *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*, Herder no *Zweit Teil, Sechstes Buch*, trata do clima na divisão que faz dos diversos povos: *I. Organisation der Völker in der Nähe des Nordpols; II. Organisation der Völker um den asiatischen Rücken der Erde; III. Organisation des Erdstrichs schöngebildeter Völker; IV. Organisation der afrikanischen Völker; V. Organisation der Menschen in den Inseln des heißen Erdstrichs; VI. Organisation der Amerikaner.*

uma nação estaria apenas delineada, bem como a própria invenção da tradição que faz com que certa sociedade estabeleça determinada cultura. Em Herder, diz que “debaixo de um dado céu [as flores] crescem e prosperam quase sem nada precisarem, mas que morrem ou amarelecem miseravelmente se estiverem noutra local”. A metáfora da flor para tratar de arte, da expressão de um povo e da compreensão dela incide justamente no entendimento superficial que muitos críticos e teóricos fazem de uma dada cultura.

Em sua obra de 1774, Herder questiona a propriedade ou as propriedades que distinguem o homem de uma época ou de um território; como uma dada população sente, vive, e quando eles se tornam diferentes, o que lhe são inerentes as coisas que viram, as que avaliaram e experimentaram. Para Herder, para realizar a escrita da história seria preciso sentir o quadro vivo de um povo, seus hábitos, suas necessidades e também sua paisagem e seu clima. Como ele explicou, seria necessário primeiro simpatizar com esse povo, com seu modo de ver e sentir as coisas, para depois então começar a compreender aquela nação.

Quem terá notado o que há de indizível na tarefa de dizer qual a propriedade específica de um homem e de assim dizer distintivamente aquilo que o distingue? De dizer como sente e como vive esse homem? De dizer quanto se tornam diferentes e quanto se tornam pertença desse homem todas as coisas que os seus olhos viram, que a sua alma avaliou, que o seu coração experimentou? Ou de dizer a profundidade que reside no caráter de uma só nação, caráter que, por mais que o tenhamos observado e admirado, não deixará de escapar à palavra e que numa tal palavra quase nunca se deixará reconhecer, pelo menos o suficiente para poder ser entendido e sentido por cada um? E, se assim é, como será quando se trata de captar num só olhar, num sentimento, numa palavra, todo o oceano de povos inteiros, de épocas e de territórios? Pálida é a imagem incompleta e descolorida das palavras! Seria preciso que lhe acrescentássemos – ou que conseguíssemos fornecer previamente – todo o quadro vivo do modo de vida de um povo, dos seus hábitos, das suas necessidades, da paisagem e do clima em que habita! Seria preciso começar por simpatizar com uma nação para poder chegar a sentir cada uma das inclinações, das suas ações, para as poder sentir todas em conjunto, para encontrar a palavra cuja riqueza nos permitisse pensar tudo o que a essa nação respeita! Caso contrário, lê-se... uma palavra!<sup>386</sup>

De mais a mais, para Herder, se tudo na vida necessita ser aprendido e formado, se tudo tende a progredir por meio de lutas constantes, pode-se dizer que a perfeição da humanidade é nacional e secular, visto que este desenvolvimento está ligado às motivações de um determinado período e espaço geográfico, às necessidades e às circunstâncias desse povo. Ou seja, tudo se desenvolve a partir de motivações próprias de uma época, de um clima etc.

Se a natureza humana nada tem a ver com uma divindade que autonomamente se orientasse para o bem, se tudo tem que aprender, se tem que se ir formando por sucessivos passos, se tem que ir sempre progredindo numa luta gradual, é natural que se vá formando, quase sempre, senão mesmo sempre, nos domínios em que encontra motivos que a conduzem à virtude, à luta, ao progresso. Em certo sentido, dir-se-á, pois, que toda a perfeição humana é nacional, secular e – se observarmos com o máximo rigor – individual. Nada se vai desenvolvendo sem que para tanto haja

---

<sup>386</sup> HERDER, 1995, p. 34-35.

motivações próprias de uma época, de um clima, das necessidades, das circunstâncias envolventes, do destino<sup>387</sup>.

Conforme pontua Herder, não há como um patriarca do Oriente antigo, bíblico, do deserto, viver como o patriarca da sociedade burguesa, mas que ele é resposta ao clima e à época que o puderam fazer: “Um patriarca não pode ser um herói romano, um atleta grego, um comerciante dos mares. [...] Mas ele é aquilo para que Deus, o clima, a época e o estádio de desenvolvimento do mundo puderam fazê-lo: um patriarca”<sup>388</sup>.

Portanto, ao observarmos a ideia de clima, para que não se reduza a somente aspecto vazio, é preciso também o compreender como um auxílio da observação do historicismo e da ideia de civilização de uma época. O ponto de contato do conceito de clima e historicismo surge de nuances provocadas em parte por um determinado lugar, acuradas pelas criações artísticas do homem e da mulher; o clima e o historicismo auxiliam na compreensão e diferenciação da arte como expressão e comunicação de um povo. Um alemão, por exemplo, sente diverso de um português, pois não partilha da mesma cultura. As canções populares, por exemplo, sejam portuguesas ou alemãs, são artefatos que servem para expressar as particularidades de uma dada localidade, e, neste aspecto, a arte se desenvolve em sua expressão comunicativa de diferenciação de cultura.

Se uma canção folclórica diz algo a você, assim pensavam eles [Herder e seus seguidores], é porque os que fizeram essa canção eram alemães como você mesmo, e eles falavam com você, que pertence à mesma sociedade que eles; e, por serem alemães, usavam certas nuances, usavam certas sucessões de sons, usavam certas palavras que, sendo de alguma forma conectadas e nadando na grande maré de palavras e símbolos e experiências na qual nadam todos os alemães, têm algo de peculiar a dizer a certas pessoas que não podem dizer a outras pessoas. Os portugueses não conseguem compreender a introversão de uma canção alemã como um alemão consegue, e um alemão não consegue compreender a introversão de uma canção portuguesa, e o próprio fato de que existe tal coisa como a introversão nessas canções é um argumento para supor que elas não são simplesmente objetos como os objetos da natureza, que não falam; elas são artefatos, ou seja, algo que um homem fez com o propósito de comunicar com outro homem. Essa é a doutrina da arte como expressão, a doutrina da arte como comunicação<sup>389</sup>.

Segundo Isaiah Berlin, a ideia de pertencimento de um povo, de estar em casa, de que cada indivíduo deva pertencer a um determinado grupo para não se sentir estranho, provém em grande parte de Herder. Desse modo, o mundo é o que a humanidade faz dele. Por exemplo, o mundo alemão é construído por alemães e alemãs e é familiarmente reconhecível somente por essa gente. A tradição cultural dos alemães pode parecer estranha ou distante para outros povos;

---

<sup>387</sup> HERDER, 1995, p. 38.

<sup>388</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>389</sup> BERLIN, 2015, p. 99.

dessa forma, os indivíduos tendem a pertencer a algum tipo de grupo para não se sentirem estrangeiros.

O mundo é o que os homens [e as mulheres] fizeram dele; nosso mundo, nosso mundo alemão é construído por outros alemães, é por isso que ele tem o cheiro e a sensação e o som que ele tem para nós. Com base nisso, Herder desenvolveu a noção de que cada homem busca pertencer a algum tipo de grupo, ou, na verdade, pertence a um grupo, e, se isso for tirado dele, vai se sentir alheio, estrangeiro, não como quem está em casa. Toda noção de estar em casa ou de ser cortado de suas raízes naturais, a própria ideia de raízes, a própria ideia de pertencer a um grupo, a uma seita, a um movimento, foi inventada em grande parte por Herder<sup>390</sup>.

Nos grupos que compartilham um mesmo espaço geográfico, a linguagem desempenha um papel fundamental ao tornar as coisas mais compreensíveis para as pessoas que estão mais próximas em relação àquelas que estão distantes. A proximidade geográfica traz consigo uma forma reconhecível e uma identidade cultural específica desse povo. Segundo as ideias de Berlin, a organicidade e os símbolos inerentes a esses grupos são utilizados por Herder como determinantes de uma “nação”, conferindo a eles uma forma única que os distingue de outros povos, apesar de compartilharem características humanas semelhantes.

A convicção fundamental de Herder era algo da seguinte ordem: todo homem que deseja expressar-se usa palavras; as palavras não são uma invenção dele, elas lhe foram transmitidas por uma espécie de fluxo de imagens tradicionais herdadas. E esse fluxo, por sua vez, também foi alimentado por outros homens que se expressaram. Um homem tem mais em comum, mesmo que de maneira impalpável, com outros homens com quem a natureza o colocou em proximidade do que com homens distantes dele. Herder não usa o critério do sangue, nem o critério de raça. Ele discorre sobre nação, mas a palavra alemã *Nation* no século XVIII não tinha a mesma conotação de “nação” no século XIX. Ele fala da linguagem como um vínculo, e fala do solo como um vínculo, e a tese, grosso modo, é a seguinte: aquilo que as pessoas pertencentes ao mesmo grupo têm em comum é mais diretamente responsável por elas serem como são do que aquilo que elas têm em comum com outras pessoas em outros lugares. Ou seja, a maneira como, digamos, um alemão se levanta e se senta, a maneira como dança, a maneira como elabora as leis, sua caligrafia, sua poesia e sua música, a maneira como penteia os cabelos, como filosofa, tudo isso tem certa *Gestalt* comum impalpável. Todas essas coisas têm certo padrão em virtude do qual são reconhecíveis como alemãs, tanto pelos alemães como por outros, e que diferem de atos semelhantes realizados por chineses. Os chineses também penteiam os cabelos, também escrevem poesia, também têm leis, caçam e obtêm seu alimento de várias maneiras e fazem suas roupas. Também há algo em comum, claro, nas maneiras como todos os homens reagem a estímulos naturais semelhantes. No entanto, existe certa *Gestalt* peculiar que qualifica determinados grupos humanos – não nacionalidades, talvez; talvez esses grupos sejam menores. Herder decerto não era um nacionalista no sentido de acreditar que havia algum tipo de profunda essência impalpável relativa ao sangue ou à raça – tudo em que ele acreditava era que os grupos humanos cresciam de modo semelhantes ao das plantas ou dos animais e que as metáforas orgânicas, botânicas e outras metáforas biológicas eram mais adequadas para descrever esse crescimento do que as metáforas químicas e matemáticas dos divulgadores científicos franceses setecentistas<sup>391</sup>.

<sup>390</sup> BERLIN, 2015, p. 99-100.

<sup>391</sup> Ibidem, p. 100-101, itálico do autor.

Isaiah Berlin, ao tratar da compreensão de uma obra de arte de um determinado grupo na Antiguidade, afirma que é necessário primeiro perceber que os antigos estão distantes no tempo e espaço. Assim, ao invés de utilizar critérios temporais para determinar a estética de uma obra temporalmente distinta, tem no mínimo fazer um esforço, por meio da imaginação, para assim tentar reconstruir a forma de vida que o autor dessa obra levou, as suas leis de sua cultura, os princípios éticos, para então nos aproximar do modo de vida daquele povo era.

Se você quer entender uma obra de arte feita por um artista grego da Antiguidade, não adianta estabelecer critérios atemporais segundo os quais todas as obras de arte devem ser belas e, em seguida, considerar se a obra de arte grega é bela ou não segundo esses critérios. A menos que você compreenda quem eram os gregos, o que queriam, como viviam, a menos que (como diz Herder, ecoando Vico da maneira mais estranha), por um ato das mais enorme dificuldade, com o maior esforço possível da imaginação, você entre nos sentimentos desse povo extremamente estranho, distante de você no tempo e no espaço, a menos que você tente, por algum ato de imaginação, reconstruir dentro de si a forma de vida que essas pessoas levavam, quais eram suas leis, quais eram seus princípios éticos, como eram suas ruas, quais eram seus valores, a menos que você tente, em outras palavras, vivenciar a forma de vida deles [...], a menos que você tente fazer isso, você terá pouca chance de compreender a arte deles, compreender verdadeiramente os escritos deles, saber realmente o que Platão quis dizer e realmente quem foi Sócrates<sup>392</sup>.

Ao buscar entender o outro, portanto, parte-se primeiro do ambiente. Depois, deve-se empreender um percurso que incida sobre o processo de descobrimento da filosofia, da arte, da história, da geografia, das plantas, do solo que compõem aquela civilização etc. para então perceber as raízes de um povo. Ou seja, para compreender a filosofia de um povo e época, é preciso compreender também as suas relações com a arte, a história, a geografia, sua paisagem natural etc., tudo está interligado. Para compreender uma arte de determinada região e época, é preciso compreender sua filosofia.

Pertencer a um lugar favorece o início da compreensão do historicismo moderno. Para Herder a ideia de homem cosmopolita era ignóbil. As pessoas somente podem criar algo peculiar a partir de símbolos que lhes façam sentido em um espaço e tempo concretos, que lhes falem de forma inteligível e única.

[...] É por isso que toda a ideia de homem cosmopolita, um homem que está igualmente em casa em Paris ou em Copenhague, ou na Islândia, ou na Índia, é, para ele, repelente. Um homem pertence ao lugar em que está, as pessoas têm raízes, só podem criar a partir daqueles símbolos nos quais foram educadas, e elas foram criadas em algum tipo de sociedade fechada, que falava com elas de uma forma inteligível e única<sup>393</sup>.

Ora, pensar sobre o pertencimento do homem em uma dada sociedade e de suas relações sociais, culturais etc. remete ao posicionamento de Azevedo quando trata justamente da

---

<sup>392</sup> BERLIN, 2015, p. 101-102.

<sup>393</sup> Ibidem, p. 103.

separação de literaturas, a exemplo de Espanha e Portugal e depois do Brasil e Portugal. Sem símbolos próprios<sup>394</sup>, sem uma língua própria e sem uma cultura específica não há como separar um povo do outro. Se inicialmente se constituía uma literatura e com a evolução política de formação de novos Estados se constituem duas, isso se deve antes ao trabalho histórico, filosófico e cultural dos povos.

Para Azevedo, o clima, se visto como limitação de um espaço, e determinante de civilização, deve primeiro ofertar uma maturação do pensar de um povo, do cultivo do pensamento nacional, da filosofia, da literatura próprias na construção de símbolos que o identifique e se separe de vez por toda. Desse modo, teríamos então a cultura brasileira separada da portuguesa, e nesse processo não haveria uma sobreposição de uma nação sobre outra, ainda que uma tenha sido colônia da outra.

Para Herder, não ocorre uma sobreposição de uma cultura sobre outra, pois cada época e cada lugar possuem ideias e características distintas que são válidas dentro de seu próprio contexto. No entanto, é possível apreciar e valorizar essas ideias mesmo no tempo presente. Cada civilização, a partir de suas peculiaridades, manifesta a essência única de um povo, tendo como base a determinação de seu próprio centro cultural.

[...] Se o valor de cada cultura reside no que essa cultura em particular procura – como ele [Herder] diz, cada cultura tem o próprio centro de gravidade –, você deve determinar qual é esse centro de gravidade, o *Schwerpunkt*, como ele o chama, para conseguir compreender qual a essência desses homens; não adianta julgar essas coisas do ponto de vista de outro século ou de outra cultura. Se você tiver de fazer isso, então perceberá o fato de que épocas diferentes tinham ideias diferentes e que esses ideais eram, cada um a seu modo, válidos para seu tempo e seu lugar e podem ser admirados e apreciados agora<sup>395</sup>.

Outro fato bem interessante nas relações entre as civilizações, concebidas por Herder, é o princípio de que uma cultura não deve ser eliminada por outra. Herder, por exemplo, não gostava de Júlio César ou das Cruzadas justamente porque o primeiro atropelou e pôs fim a outras culturas; as Cruzadas prejudicaram outros povos, impedindo ou atrapalhando a auto-expressão. Para ele, toda civilização tem o direito de florescer na mais alta vivacidade, sem, portanto, ser atropelada pela violência e coerção.

Se algo de que Herder não gosta é da eliminação de uma cultura por outra. Ele não gosta de Júlio César porque Júlio César pisoteou muitas culturas asiáticas, e já não podemos saber o que os capadócijs realmente procuravam. Não gostava das Cruzadas porque as Cruzadas prejudicavam os bizantinos ou os árabes, e essas culturas têm todo o direito à mais rica e plena auto expressão, sem serem pisoteadas por uma leva de cavaleiros imperialistas. Ele detesta toda a forma de violência, coerção e deglutição de uma cultura por outra, porque deseja que tudo seja o que é, ao máximo que puder<sup>396</sup>.

---

<sup>394</sup> CUNHA, 2021.

<sup>395</sup> BERLIN, 2015, p. 103.

<sup>396</sup> Ibidem, p. 105.

Considerando ainda a ideia de espaço geográfico, o que vem na direção do que tratamos até o momento, isto é, da ideia abrangente de clima, a escritora Madame de Stäel<sup>397</sup>, em seu livro *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*, trata, naquele início do século XIX, de duas literaturas distintas, a do Sul e a do Norte, Homero da primeira fonte, Ossian da segunda. Ela pondera que é possível expressar as principais diferenças de civilização entre os dois hemisférios, o espaço geográfico e a produção cultural, por meio da literatura, em profusos diálogos.

Il existe, ce me semble, deux littératures tout-à-fait distinctes, celle qui vient du midi et celle qui descend du nord, celle dont Homère est la première source, celle dont Ossian est l'origine. Les Grecs, les Latins, les Italiens, les Espagnols, et les Français du siècle de Louis XIV, appartiennent au genre de littérature que j'appellerai la littérature du midi. Les ouvrages anglais, les ouvrages allemands, et quelques écrits des Danois et des Suédois, doivent être classés dans la littérature du nord, dans celle qui a commencé par les Bardes Ecosais, les Fables Islandaises, et les Poésies Scandinaves. Avant de caractériser les écrivains anglais et les écrivains allemands, il me paraît nécessaire de considérer d'une manière générale les principales différences des deux hémisphères de la littérature<sup>398</sup>.

Ao chamar Ossian de origem da literatura do Norte, Madame de Stäel quer indicá-lo como o primeiro poeta a quem o caráter peculiar da poesia daquele hemisfério pôde ser construído. As fábulas islandesas, os poemas escandinavos, origem comum da literatura inglesa e alemã, teriam a maior semelhança com as características distintivas dos poemas “Erses” e “Fingal”. Além disso, ela diz que há muitos teóricos traçando esse paralelo para se convencerem de que estes poetas cantavam as mesmas ideias religiosas, faziam uso das mesmas imagens guerreiras e tinham o mesmo culto às mulheres que Ossian.

Je répète ce que j'ai dit dans la préface de cette seconde édition. Les chants d'Ossian (Barde, qui vivait dans le quatrième siècle) étaient connus des Ecosais et des hommes de lettres en Angleterre, avant que Macpherson les eût recueillis. En appelant Ossian l'origine de la littérature du nord, j'ai voulu seulement, comme on le verra par la suite de ce chapitre, l'indiquer comme le plus ancien poète auquel l'on puisse rapporter le caractère particulier à la poésie du nord. Les fables islandaises, les poésies Scandinaves du neuvième siècle, origine commune de la littérature anglaise et de la littérature allemande, ont la plus grande ressemblance avec les traits distinctifs des poésies Erses et du poème de Fingal. Un très grand nombre de savants ont écrit sur la littérature runique, sur les poésies et les antiquités du nord. Mais on trouve le résumé de toutes ces recherches dans M. Mallet ; et il suffira de lire la traduction de quelques odes du neuvième siècle qui y sont transcrites, celles du roi Régner-Lodbrog, de Harald-le-Vaillant, &c. pour se convaincre que ces poètes Scandinaves chantaient les mêmes idées religieuses, se servaient des mêmes images guerrières, avoient le même

<sup>397</sup> SANTOS, 2012. Natália Gonçalves também usou a obra de Stäel como aporte teórico de seu texto.

<sup>398</sup> “Há, me parece, duas literaturas bem distintas, aquela que vem do Sul e aquela que desce do Norte, aquela da qual Homero é a primeira fonte, aquela da qual Ossian é a origem. Os gregos, os latinos, os italianos, os espanhóis e os franceses do século de Luís XIV, pertencem ao tipo de literatura que chamarei de literatura do sul. As obras inglesas, as obras alemãs, e alguns dos escritos dos dinamarqueses e suecos, devem ser classificados na literatura do Norte, naquela que começou com os Cardos escoceses, as Fábulas islandesas, e os Poemas escandinavos. Antes de caracterizar os escritores ingleses e alemães, acho necessário considerar de forma geral as principais diferenças entre os dois hemisférios da literatura”. MADAME DE STÄEL. *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. Paris: Chez MARADAN, 1800. Tomo I. p. 296-297, tradução nossa.



culte pour les femmes que le barde d'Ossian, qui vivoit près de cinq siècles avant eux<sup>399</sup>.

Para Stäel, a literatura do Norte tem uma origem clara, nela é possível reconhecer traços da associação de clima com a melancolia que perdurou por um longo período. A melancolia, segundo Stäel, é quase exclusivamente originária do clima do Norte. De acordo com a pensadora, os orientais também a desenvolveram, no entanto tiveram uma espécie de melancolia que é diferente da que existiu na literatura do Norte. Aparentemente temos aqui a influência direta do clima pensado como temperatura, o que em parte pode ser aceito, mas limita a ideia de clima, pois ele estabelece o limite de espaço geográfico, que por sua vez comporta uma civilização.

La mélancolie, ce sentiment fécond en ouvrages de génie, semble appartenir presque exclusivement aux climats du nord. Les orientaux, que les Italiens ont souvent imités, avoient bien néanmoins une sorte de mélancolie. On en trouve dans quelques poésies arabes, et surtout dans les pseumes des Hébreux ; mais elle a un caractère distinct de celle dont nous allons parler, en analysant la littérature du nord<sup>400</sup>.

Segundo Stäel, a melancolia, inerente aos povos do Norte é inspirada pelo sofrimento da alma e o pelo vazio que a sensibilidade provoca na existência, bem como ela vagueia incessantemente pela mente, desde a fadiga da vida até a incerteza da morte: “La mélancolie des peuples du nord est celle qu'inspirent les souffrances de l'âme, le vide que la sensibilité fait trouver dans l'existence, et la rêverie, qui promène sans cesse la pensée, de la fatigue de la vie à l'inconnu de la mort”<sup>401</sup>.

Dessa maneira, a autora<sup>402</sup>, de *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*, diz que a poesia melancólica está mais em sintonia com a filosofia. Para a pensadora, a tristeza penetra profundamente no caráter e destino do homem. Ela afirma ainda

<sup>399</sup> “Repito o que disse no prefácio desta segunda edição. As canções de Ossian (Bardo, que viveu no século IV) eram conhecidas dos escoceses e dos literários na Inglaterra antes de Macpherson coletá-las. Chamando Ossian de origem da literatura do Norte, eu quis apenas, como será visto adiante neste capítulo, indicá-lo como o mais antigo poeta ao qual se pode reportar o caráter particular da poesia do Norte. As fábulas islandesas, os poemas escandinavos do século IX, origem comum da literatura inglesa e alemã, têm a maior semelhança com as características distintivas dos poemas Erses e o poema de Fingal. Um grande número de estudiosos tem escrito sobre literatura rúnica, sobre as poesias e as antiguidades do Norte. Mas encontra-se um resumo de todas essas pesquisas em M. Mallet; e será suficiente ler a tradução de algumas odes do século IX que estão transcritas ali, as do rei Ragnar-Lodbrok, de Harald-the-Valiant, para convencer-se de que esses poetas escandinavos cantaram as mesmas ideias religiosas, se serviram das mesmas imagens guerreiras, tiveram o mesmo culto às mulheres que o bardo de Ossian, que viveu quase cinco séculos antes deles”. STÄEL, 1800, p. 296-297, tradução nossa.

<sup>400</sup> “A melancolia, esse sentimento tão fértil em obras de gênio, parece pertencer quase exclusivamente aos climas do Norte. Os orientais, que os italianos imitavam com frequência, tiveram, no entanto, uma espécie de melancolia. Ela pode ser encontrada em alguma poesia árabe, e especialmente nos salmos hebraicos; mas tem um caráter distinto daquele do qual falaremos, ao analisar a literatura do Norte”. Ibidem, p. 294, tradução nossa.

<sup>401</sup> “A melancolia dos povos do Norte é aquela inspirada pelo sofrimento da alma, o vazio que a sensibilidade provoca na existência e o devaneio, que vagueia incessantemente pela mente desde a fadiga da vida até o desconhecido da morte”. STÄEL, 1800, p. 295, tradução nossa.

<sup>402</sup> Ela recorre a um lugar comum que vem desde os gregos dizendo que a melancolia é o estado ideal da alma para a produção da filosofia.

que a imaginação do Norte tem prazer na praia, no som dos ventos, nas charnecas selvagens, carrega a alma, isto é, uma existência cansada do seu destino em direção ao futuro, diretamente a outro mundo.

La poésie mélancolique est la poésie la plus d'accord avec la philosophie. La tristesse fait pénétrer bien plus avant dans le caractère et la destinée de l'homme, que toute autre disposition de l'âme. Les poètes anglais qui ont succédé aux Bardes Ecossais, ont ajouté à leurs tableaux les réflexions et les idées que ces tableaux même dévoient faire naître; mais ils ont conservé l'imagination du nord, celle qui se plaît sur le bord de la mer, au bruit des vents, dans les bruyères sauvages; celle enfin qui porte vers l'avenir, vers un autre monde, l'âme fatiguée de sa destinée. L'imagination des hommes du nord s'élançe au-delà de cette terre dont ils habitent les confins; elle s'élançe à travers les nuages qui bordent leur horizon, et semblent représenter l'obscur passage de la vie à l'éternité<sup>403</sup>.

Em proveito disso, o clima é, para Stäel, certamente uma das principais diferenças entre as imagens artísticas do Norte e do Sul. Ou seja, a civilização descrita pela autora é pautada na confluência física do tempo e do espaço. Os devaneios dos poetas podem dar origem a objetos extraordinários. Os poetas do Sul, por exemplo, misturam a imagem de frescura, de madeiras, de riachos límpidos, com todos os sentimentos da vida e, deste modo, a natureza viva que os envolve excita as ações em detrimento da contemplação dos pensamentos; no entanto, as paixões não são mais violentas no Sul do que no Norte.

Le climat est certainement l'une des raisons principales des différences qui existent entre les images qui plaisent dans le nord, et celles qu'on aime se rappeler le midi. Les rêveries des poètes peuvent enfanter des objets extraordinaires; mais les impressions d'habitude se retrouvent nécessairement dans tout ce que l'on compose. Éviter le souvenir de ces impressions, ce serait perdre le plus grand des avantages, celui de peindre ce qu'on a soi-même éprouvé. Les poètes du midi mêlent sans cesse l'image de la fraîcheur, des bois touffus, des ruisseaux limpides, à tous les sentiments de la vie. Ils ne se retracent pas même les jouissances du cœur, sans y mêler l'idée de l'ombre bienfaisante, qui doit les préserver des brûlantes ardeurs du soleil. Cette nature si vive qui les environne, excite en eux plus de mouvements que de pensées. C'est à tort, ce me semble, qu'on a dit que les passions étaient plus violentes dans le midi que dans le nord. On y voit plus d'intérêts divers, mais moins d'intensité dans une même pensée; or c'est la fixité qui produit les miracles de la passion et de la volonté<sup>404</sup>.

<sup>403</sup> “A poesia melancólica é a poesia mais consonante com a filosofia. A tristeza penetra muito mais profundamente no caráter e no destino do homem do que qualquer outra disposição da alma. Os poetas ingleses, que sucederam aos bardos escoceses, acrescentaram aos quadros deles as reflexões e as ideias que eles mesmos desviavam; mas eles preservaram a imaginação do Norte, aquela que tem prazer na costa do mar, no som dos ventos, nas charnecas selvagens; aquela, enfim, que carrega para o porvir, para um outro mundo, a alma cansada. A imaginação dos homens do Norte se lança para além da terra na qual eles habitam seus confins, ela se lança através das nuvens que delimitam seu horizonte, e parecem representar a obscura passagem da vida para a eternidade”. STÄEL, op. cit., p. 299, tradução nossa.

<sup>404</sup> “O clima é certamente uma das principais razões para as diferenças que existem entre as imagens que agradam no Norte e aquelas que se gostam de lembrar no sul. Os devaneios dos poetas podem dar origem a objetos extraordinários; mas as impressões do hábito são necessariamente encontradas em tudo o que se compõe. Evitar a lembrança dessas impressões seria perder a maior das vantagens, a de pintar o que se experimentou em si mesmo. Os poetas do Sul misturam constantemente a imagem de frescor, de bosques densos, de riachos claros, a todos os sentimentos da vida. Eles não traçam nem mesmo as alegrias do coração, sem se misturar a elas a ideia da sombra benfazeja, que deve preservá-los do calor escaldante do sol. Esta natureza tão viva que os envolve, excita neles mais movimentos do que os pensamentos. É errado, me parece, dizer que as paixões são mais violentas no Sul do

Conforme Madame de Stäel, os povos do Norte estão menos ocupados com prazer do que com a dor, e nisso sua imaginação é mais fértil, a natureza age fortemente sobre eles, age, como se mostra em seus climas, sempre escuro e nublado. Para ela, não há dúvida de que as várias circunstâncias da vida podem variar a disposição para a melancolia.

Les peuples du nord sont moins occupés des plaisirs que de la douleur; et leur imagination n'en est que plus féconde. Le spectacle de la nature agit fortement sur eux; elle agit, comme elle se montre dans leurs climats, toujours sombre et nébuleuse. Sans doute les diverses circonstances de la vie peuvent varier cette disposition à la mélancolie; mais elle porte seule l'empreinte de l'esprit national. Il ne faut chercher dans un peuple, comme dans un homme, que son trait caractéristique: tous les autres sont l'effet de mille hasards différents; celui-là seul constitue son être<sup>405</sup>.

Stäel diz que a poesia do Norte é adequada para o espírito de um povo livre do que o do Sul. O amor pelas artes, a beleza do clima e todos estes prazeres prodigalizados pelos atenienses poderiam servir-lhes de compensação de falta de liberdade, já que instituíram a escravidão. Já a independência foi a primeira e única felicidade dos povos do Norte. Há certo orgulho de alma, um desprendimento da vida, que a dureza do solo e a tristeza do céu suscitam, tornando assim insuportável a servidão. O espírito guerreiro que os Erses e os poemas escandinavos cantam com tanto entusiasmo deu ao homem e à mulher uma ideia prodigiosa da sua força individual e do poder da sua vontade.

La poésie du nord convient beaucoup plus que celle du midi à l'esprit d'un peuple libre. Les premiers inventeurs connus de la littérature du midi, les Athéniens, ont été la nation du monde la plus jalouse de son indépendance. Néanmoins il était plus facile de façonner à la servitude les Grecs que les hommes du nord. L'amour des arts, la beauté du climat, toutes ces jouissances prodiguées aux Athéniens, pouvaient leur servir de dédommagement. L'indépendance était le premier et l'unique bonheur des peuples septentrionaux. Une certaine fierté d'âme, un détachement de la vie, que font naître, et l'âpreté du sol, et la tristesse du ciel, devoient prendre la servitude insupportable; et long-temps avant que l'on connaît en Angleterre, et la théorie des constitutions, et l'avantage des gouvernements représentatifs, l'esprit guerrier que les poésies Erses et Scandinaves chantent avec tant d'enthousiasme, donnait à l'homme une idée prodigieuse de sa force individuelle et de la puissance de sa volonté. L'indépendance existait pour chacun, avant que la liberté fût constituée pour tous<sup>406</sup>.

---

que no Norte. Vê-se lá mais interesses diversos, mas menos intensos em um mesmo pensamento; e é a fixidez que produz os milagres da paixão e da vontade”. STÄEL, 1800, p. 300-301, tradução nossa.

<sup>405</sup> “Os povos do Norte estão menos ocupados com o prazer do que com a dor; e sua imaginação é ainda mais fértil. O espetáculo da natureza age fortemente sobre eles; age, como se mostra em seus climas, sempre escuro e nublado. Sem dúvida as várias circunstâncias da vida podem variar esta disposição melancólica; mas só ela tem o selo do espírito nacional. Em um povo, como em um homem, devemos procurar apenas sua característica: todas as outras são o efeito de mil oportunidades diferentes; só isso constitui seu ser”. Ibidem, p. 301, tradução nossa.

<sup>406</sup> “ A poesia do Norte é muito mais adequada do que a do Sul para o espírito de um povo livre. Os primeiros criadores conhecidos da literatura do Sul, os atenienses, a nação mais zelosa do mundo por sua independência. Entretanto, foi mais fácil moldar os gregos à servidão do que os homens do Norte. O amor às artes, a beleza do clima, todos esses prazeres prodigalizados aos atenienses, poderiam servir de compensação. A independência foi a primeira e única felicidade dos povos do Norte. Um certo orgulho de alma, um desapego da vida, que a dureza do solo e a tristeza do céu dão origem, tornam a servidão insuportável; e muito antes de se conhecer na Inglaterra tanto a teoria das constituições quanto as vantagens dos governos representativos, o espírito guerreiro que as poesias érsicas e escandinavas cantam com tanto entusiasmo dava ao homem uma ideia prodigiosa de sua força

Por assim dizer, ao levar em consideração a importância do espaço geográfico e o clima na construção cultural da civilização nórdica, a filosofia, com o ressurgimento das letras começou com as nações do Norte, em cujos hábitos religiosos a razão encontrou infinitamente menos preconceitos para combater do que nos dos povos do Sul. Segundo a autora, a antiga poesia do Norte assume menos a superstição do que a mitologia grega. Para ela, há alguns dogmas e algumas fábulas absurdas na Edda, entretanto, as ideias religiosas do Norte são quase todas adequadas para a razão exaltada.

La philosophie, à la renaissance des lettres, a commencé par les nations septentrionales, dans les habitudes religieuses desquelles la raison trouvait à combattre infiniment moins de préjugés que dans celles des peuples méridionaux. La poésie antique du nord suppose beaucoup moins de superstition que la mythologie grecque. Il y a quelques dogmes et quelques fables absurdes dans l'Edda; mais les idées religieuses du nord conviennent presque toutes à la raison exaltée. Les ombres penchées sur les nuages, ne sont que des souvenirs animés par des images sensibles<sup>407</sup>.

De acordo com Stäel, as emoções causadas pelos poemas ossiânicos poderiam ser reproduzidas em outras nações, pois são todos retirados da natureza. Para a autora, pode servir igualmente a todos os povos e esta é a verdadeira inspiração poética cujo sentimento está em todos os corações, mas cuja expressão é o dom da genialidade. Aquela inspiração sustenta um devaneio celestial que faz amar o campo e a solidão, bem como leva o coração às ideias religiosas e excita em seres privilegiados a devoção das virtudes e a inspiração nos pensamentos elevados.

Les émotions causées par les poésies ossianiques, peuvent se reproduire dans toutes les nations, parce que leurs moyens d'émouvoir sont tous pris dans la nature; mais il faut un talent prodigieux pour introduire, sans affectation, la mythologie grecque dans la poésie française. Rien ne doit être, en général, si froid et si recherché que des dogmes religieux transportés dans un pays où ils ne sont perçus que comme des métaphores ingénieuses. La poésie du nord est rarement allégorique; aucun de ses effets n'a besoin de superstitions locales pour frapper l'imagination. Un enthousiasme réfléchi, une exaltation pure, peuvent également convenir à tous les peuples; c'est la véritable inspiration poétique dont le sentiment est dans tous les cœurs, mais dont l'expression est le don du génie. Elle entretient une rêverie céleste qui fait aimer la campagne et la solitude; elle porte solvante le cœur vers les idées religieuses, et doit exciter dans les êtres privilégiés le dévouement des vertus et l'inspiration des pensées élevées<sup>408</sup>.

---

individual e do poder de sua vontade. A independência existia para cada um antes que a liberdade fosse estabelecida para todos". STÄEL, 1800, p. 301-302, tradução nossa.

<sup>407</sup> "A filosofia, no renascimento das letras, começou pelas nações do Norte, em cujos hábitos religiosos a razão encontrou infinitamente menos preconceito para lutar do que nos povos do sul. A antiga poesia do Norte supõe muito menos superstição do que a mitologia grega. Há alguns dogmas e algumas fábulas absurdas na Edda; mas as ideias religiosas do Norte são quase todas adequadas para a razão exaltada. As sombras encostadas nas nuvens são apenas memórias animadas por imagens sensíveis". Ibidem, p. 302-303, tradução nossa.

<sup>408</sup> "As emoções causadas pelos poemas ossiânicos podem se reproduzir em todas as nações, porque seus meios de comover são todos tirados da natureza; mas é necessário um talento prodigioso para introduzir, sem afetação, a mitologia grega na poesia francesa. Nada deve ser, em geral, tão frio e tão desejado quanto dogmas religiosos transportados, em um país onde são percebidos apenas como metáforas engenhosas. A poesia do Norte raramente é alegórica; nenhum de seus efeitos precisa de superstições locais para tocar a imaginação. Um entusiasmo

Ora, se Herder trata da importância do clima, inclusive como localização geográfica e, portanto, espaço de determinada civilização; se Stäel trata do clima também como elemento (climático) diferenciador entre civilizações; não é diferente com Ferdinand Denis, que recupera a importância do clima em sua história da literatura sobre Portugal e Brasil, e o retoma ainda como sinalizador de nacionalidade das literaturas. Conforme aponta Zilberman, em texto introdutório do *Resumo da história literária de Portugal seguido do resumo da história literária do Brasil* de Ferdinand Denis, o escritor francês coloca o espaço geográfico como algo que dá esse caráter nacional a uma literatura.

A divisão das literaturas por recortes geográficos não constitui apenas um critério de organização do material; ele precisa corresponder à marca de nacionalidade. Assim, se produzidas no espaço português, a poesia, a prosa e a dramaturgia lusitanas devem expressar o universo de onde provêm, traduzido especialmente pelo ambiente físico. Daqui emerge a cor local<sup>409</sup>, exigência que atravessa o *Resumo* e que pode servir para valorizar positiva ou negativamente uma obra. A cor local atesta o caráter nacional, e a manifestação dessa afiança a qualidade, mesmo quando falham os elementos composicionais. Assim, não apenas significa possibilidade de ajuizar, mas também de resgatar obras, incorporando-as (ou excluindo-as) às histórias da literatura, vale dizer, ao cânone, na terminologia contemporânea. Quando a cor local não pode ser identificada, compensa a ausência com a valorização de manifestação de autêntica emoção por parte de um criador. A expressão, pelo artista, de sentimentos espontâneos pode redimi-los de outros percalços, e não são poucos os casos em que Denis elege essa alternativa<sup>410</sup>.

A flexibilidade de estar ou não em determinados lugares evidencia que o espaço físico não é o principal determinante do trabalho de um poeta, como foi o caso de Camões no Oriente. É importante lembrar que, ao refletir sobre o local de produção de uma obra, Álvares de Azevedo observou a discussão levantada por teóricos e críticos ingleses e franceses sobre o lugar de composição. Segundo Azevedo, não importa o espaço em que a obra é criada, pois isso não significa que ela perderá sua nacionalidade. Além disso, a ideia de “cor local”, que pressupõe que a natureza determina ou condiciona uma literatura, ganhou destaque no Brasil após a recepção das ideias de Denis pelo grupo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Essa cor local convencionou-se em tratar da natureza, muitas vezes retratada como intocada e não corrompida pela ação humana. No entanto, é importante considerar que essa

---

deliberado, uma exaltação pura, pode convir igualmente a todos os povos; esta é a verdadeira inspiração poética cujo sentimento está em todos os corações, mas cuja expressão é o dom da genialidade. Ela fomenta um devaneio celeste que faz amar o campo e a solidão; leva muitas vezes o coração para as ideias religiosas, e deve excitar, nos seres privilegiados, a devoção às virtudes e a inspiração dos pensamentos elevados”. STÄEL, 1800, p. 303-304, tradução nossa.

<sup>409</sup> É importante destacar que esse convencionalismo se trata mais de uma redução do termo feita pelos comentaristas do que de fato o é na própria obra de Denis.

<sup>410</sup> ZILBERMAN, 2018, p. 42-43.

visão da natureza como pura e intocada pode ser uma simplificação excessiva da complexidade e interação entre seres humanos e ambiente.

Entretanto, o que se convencionou tratar de cor local, uma vez que o próprio Denis usa esse vocábulo em sua obra, nos parece como algo trabalhado pelos brasileiros para substituir a ideia do clima, que é mais complexo, se visto da perspectiva que colabora com o historicismo, das implicações como determinante das diversas civilizações etc.

No Brasil, o crítico Santiago Nunes Ribeiro trata do clima e recupera alguns autores para considerar e rever a importância da posição geográfica ao nacionalismo. Para ele, Lomonosow diz que as artes dependem mais do apoio financeiro que propriamente da latitude. Nessa esteira, Santiago afirma que Montesquieu exagerou a importância da temperatura, em detrimento das leis, usanças, costumes e religião na constituição da literatura. Ora, vemos que o crítico chileno está mais próximo da amplitude da ideia de clima, mas que posteriormente trata do clima, por exemplo, como influenciador dos desejos sexuais dos trópicos, portanto, recai na ideia de clima como temperatura.

Mas íamos fugindo da questão dos climas para ter o gosto de citar alguns versos da Henriqueida de Voltaire (não dos enfadonhos que nela abundam). Tornemos à matéria, e para não deixar incivilmente o filósofo de Ferney, vejamos o que ele diz a Lomonosow (não temos bem presente se a este ou a Sowmarocow, outro poeta russo não menos célebre) sobre os climas, isto é (sumariamente), que as artes florescem em toda e qualquer latitude sempre que são protegidas por Augustos e Mecenas. – Montesquieu pelo contrário exagera a influência das temperaturas, a ponto de a considerar mais forte que as leis, usanças, costumes e religião. Entre estas duas opiniões extremas demora a verdadeira, já emitida por Hipócrates; no seu livro *Aere, Aquis et Locis*<sup>411</sup>.

Se se deve pensar sobre os costumes, as usanças, e a religião, e mesmo sobre o clima como temperatura, segundo Ribeiro, a filosofia de Hegel corrigiu as ideias de influências exteriores, bem como a importância do clima, das raças etc. sobre a emancipação da liberdade e do eu.

A escola histórica de Hegel tem posto a questão dos climas na sua luz verdadeira, com a superioridade de vistas que distingue. As influências que ela chama exteriores, o clima, as raças, etc., são outras tantas fatalidades naturais com as quais a humanidade travou a luta que os séculos contemplam. O progressivo triunfo, a emancipação da liberdade, do eu, é o resultado que ela nos vai dando. Assim é que a educação moral e religiosa pode nulificar os efeitos da ação das fatalidades físicas, de um clima, por exemplo, que em nós desenvolva os apetites sensuais. Cumpre, porém, notar que a mesma educação, a moral bem entendida, e mais que tudo a religião, favoreciam o desenvolvimento legítimo das nossas faculdades, ou corpóreas ou anímicas; e longe portanto estão de contrariar os influxos salutíferos de um céu benigno, de uma terra fértil e pitoresca, abrihantada e aquecida por um sol vivificante, refrigerada pelas virações suaves, por manhãs orvalhosas e nuvens que em pura chuva se desatam; de uma destas plagas admiráveis que fala à imaginação e ao sentimento, pela magnificência dos rios caudais e oceanos que a circundam, pelas correntes que as

---

<sup>411</sup> RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980, p. 47.

banham, pelo alcantilado de suas montanhas, pelas florestas misteriosas, por mil aspectos, enfim, belos sublimes ou graciosos. E a que outro senão ao Brasil podem competir as grandiosidades e primores que em morte-cor pintamos, fitando apenas alguns pontos desses que nos oferecem – imenso e animado panorama? Sim: o belo fenomenal se mostra com a maior pompa neste solo afortunado; e não poucos artistas brasileiros e estrangeiros beberam nele a inspiração mais pura, a inspiração criadora de obras excelentes, revestidas de vivas cores, de donosas formas, idealizadas nas harmonias da arte musical e poética<sup>412</sup>.

Para o crítico, a educação moral e religiosa poria freios à relevância das fatalidades físicas e exemplifica que no Brasil, isso aprazaria o desejo sensual. Assim, a religião e a educação moral adornam o desenvolvimento das faculdades e, portanto, sob um céu benigno e terra fértil, aquecida pelo sol, mas refrigerada pelo vento, pelo orvalho e pelas chuvas, a imaginação e o sentimento são transbordados pela natureza colossal, que se faz bela e sublime. Ora, pinta-se então uma cor ao país apenas pelo belo fenomenal, que reveste assim em cores idealizadas na arte por grandes autores.

Por fim, abafada a importância do clima, da temperatura que sensualiza, Nunes Ribeiro diz que um país cuja posição geografia e constituição geognóstica (e aqui incorre na ideia de posição geográfica, ideia esta que é atenuada com a religião e moral), com hábitos e costumes que diferem de outros lugares daria suporte a uma literatura própria, expressão da índole e inteligência social de uma época.

Agora perguntaremos se um país, cuja posição geográfica e constituição geognóstica, cujas instituições, costumes e hábitos tanto diferem da sua metrópole de outrora, não deve ter sua índole especial, seu modo próprio de sentir e conceber, dimanante destas diversas causas, modificadas umas pelas outras; se, numa palavra, não deve ter caráter nacional. Sim, nos dirá todo aquele que estiver desprevenido. A literatura é a expressão da índole, do caráter, da inteligência social de um povo ou de uma época. A poesia é a mais subida forma de literatura: ela procura compreender e exprimir por meio da linguagem o que há de mais belo, puro e santo na vida exterior do século, ou na vida misteriosa da íntima consciência: as outras artes são secundárias desta. Ora, se os brasileiros têm seu caráter nacional, também devem possuir uma literatura pátria<sup>413</sup>.

Em suma, chegamos a parte em que Azevedo expõe que se alongou, portanto, se afastou de sua proposição, isto é, de tratar da marcha da civilização em Portugal, ele retoma seu intento e diz ao leitor, que a partir dessa segunda parte do texto, iniciaria um outro momento, um momento mais vivo em sua explanação, em que expressará melhor a ligação das literaturas e das civilizações; da maneira como cada povo elabora e sente a sua poesia. Afinal, como ele mesmo afirma, a literatura é civilização. A partir daí ele afirma que tratará da literatura portuguesa, ou seja, da poesia lusa desde o ápice de desenvolvimento até o período de decadência.

---

<sup>412</sup> RIBEIRO, 1980, p. 47-48.

<sup>413</sup> Ibidem, p. 48.

Fomos talvez longos. Desvairamos-nos pela teogonologia boreal, pelo dedálico do labirinto de colossos do Mahabharata. O leitor no-lo perdoe. Deixaremos breve este assunto, para lançarmo-nos num outro mais palpitante, e em seguida à prova do nosso aforismo, da íntima ligação das literaturas e das civilizações; da poesia e do sentir e crer dos povos, aforismo que temos muito de fé, porque para nós a literatura é a civilização, e poesia o sentir e o crer das nações – desrolarmos com seu fausto e suas decadências alguns períodos da literatura portuguesa<sup>414</sup>.

### **3- Portugal e Espanha, o segundo prólogo do ensaio<sup>415</sup>**

Azevedo, após longa narrativa sobre os diversos povos na primeira parte do texto, da interação das sociedades com as literaturas, deu início à segunda parte de seu ensaio com a retomada do que dissera no prólogo de seu texto, isto é, que a literatura é expressão de uma civilização. Desse modo, ele começa essa segunda parte, do ensaio, com o título “Portugal: duas palavras”. Embora tenha recuperado outras literaturas, é a portuguesa a matéria central de análise. “Quando estatuímos ao encetar deste opúsculo que a literatura de um povo era influída, como um líquido noutra, em sua civilização, foi-nos alvo ao perpassar daquele exórdio irmos a uma tendência nossa, alentada fundamente de há muito”<sup>416</sup>.

Há no início dessa segunda parte do ensaio uma retomada do primeiro prólogo, no qual Azevedo assinalava acerca da relação da literatura com a sociedade. Para ele, trata-se de uma propensão fundamentada em diversos autores da época, que buscavam a estreita ligação da literatura com a história, com os vezos e as usanças de um povo.

Ora, se houve um percurso explícito na primeira parte do texto, no prólogo ao menos, o mesmo será exposto adiante, tendo em vista a proposta do ensaio que é mostrar a marcha da civilização em Portugal. Assim, ao descrever a literatura, ele descreve também um povo, uma nação, suas particularidades que o individualiza, e faz esse povo olhar para si e reconhecer como diverso, em relação aos outros povos.

O ensaísta começa o percurso pela história da própria Península Ibérica. Politicamente constituída em reino, a Espanha incorporou os diversos povos do território e junto a eles os lusitanos que resistiram por muito tempo aos romanos, mas que por fim foram subjugados como todo o mundo da Antiguidade. Somente pensar neste viés justificaria a grande digressão que o próprio crítico diz ter feito quando se coloca a falar de Portugal sob o título de “duas palavras”.

---

<sup>414</sup> AZEVEDO, 2000, p. 712.

<sup>415</sup> CUNHA, 2021.

<sup>416</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.



Azevedo, em “Literatura e Civilização em Portugal”, como fizera nos discursos de 1849 e 1850 e em “Lucano”, disserta sobre as diversas manifestações culturais dos povos, em diversas partes do mundo e aparentemente traça uma linha “evolutiva” sobre as manifestações culturais desde os primeiros tempos dos povos ibéricos, até o seu momento de escrita. A primeira parte de seu texto enceta a ideia de “cavar” a existência dos vezos, usanças e costumes das sociedades, aparenta usar uma arqueologia para ressaltar as diversidades e as adversidades que influem na manifestação cultural de um povo. Ele também coloca em evidência as trocas culturais que essas civilizações têm com outras e o “diálogo” e a “herança” que uma civilização trava com outras. Azevedo, em seu texto, estabelece uma relação “de todo o mundo em associação”<sup>417</sup>, nas letras portuguesas, a presença da literatura espanhola, que por sua vez tem as literaturas das “civilizações púnicas, greco-romanas, góticas e arábicas”, ou seja, há nessas literaturas um todo que se estabelece como herança da humanidade.

Quisemos tresmalhar uma olhada asinha sobre o espírito dessas nossas letras pátrias, tão aluziadas dos clarões dos céus espanhóis, e samblar em moldura engrinaldada esses visos de umas letras tão ricas, dessa praia tão derramada de pérolas e corais pelas marés que aí haviam passado no seu fluxo, das civilizações púnicas, greco-romanas, góticas e arábicas; essas sementeiras de poesia para a qual concorreram: **quatro vezes o Oriente e a África, nas navegações fenícias e colônias cartagineses, na invasão mourisca de 712, e no roçar da civilização peregrinante da raça hebraica; – duas vezes a grega, no comércio da Magna Grécia das costas da Sicília e na conquista romana** (civilização mais rude e bélica, é fato, mas sempre doirada das luzes de Atenas); e até a barbaria das raças das hordas da *grande invasão* que assinala o anoitecer da Antiguidade e a madrugada nevoenta da Idade Média<sup>418</sup>.

Ao final da citação, quando se refere à Roma, Azevedo assinala, portanto, o cenho guerreiro daquele povo, mas atrelou a esta faceta uma pitada de cultura proveniente de diálogos com a cultura grega, púnica, hebraica, cartaginesa etc. Se há rudeza naquela civilização e propensão ao bélico, por outro lado a educação estética e filosófica proveniente da Grécia possibilita aos romanos não uma compensação, mas diríamos um certo atrelamento de forças dos elementos sociais de um povo, que pode e reflete nas manifestações culturais, segundo as proposições do autor de início do texto.

Ademais, Azevedo também se refere à “grande invasão bárbara” que põe fim a Antiguidade, uma incursão metaforicamente posta como o “anoitecer” daquela era; sucedida a posteriori pela Idade Média, período que não é consenso entre estudiosos (a exemplo de Herder que discordava da ideia comum de escuridão improdutiva daquela época), mas que convencionou-se chamar de período das trevas. No término da Idade Antiga, vista por muitos autores como uma Idade de Ouro, chega ao fim toda uma época clássica e o porvir torna-se

<sup>417</sup> HERDER, 1995, p. 112.

<sup>418</sup> AZEVEDO, 2000, p 712, itálico do autor, grifo nosso.

incerto. Nas palavras de Azevedo, de uma madrugada nevoenta surge impressões e contornos incertos de um novo período. Aparentemente, o ensaísta brasileiro retoma o que grande parte de estudiosos e críticos da velha escola, que vê aquela época como momento de transição da história humana. Contudo, quando o escritor paulista se refere à “madrugada nevoenta”, apenas o faz para referir ao novo período, porém, ele não faz para evidenciar um alvorecer da humanidade naquele momento, pois há uma convecção crítica de um declínio nos fatos humanos, de uma decadência que se inicia.

Decorre então, a exemplo do que sucede em outros textos, uma ideia de movimentação temporal circular (herderiana) em “Literatura e Civilização em Portugal”, quando o escritor brasileiro trata do caminhar histórico e cultural dos povos. Azevedo descreve, no ensaio, os povos nórdicos, os árabes e os indianos, principalmente o povo português e espanhol. Ao recuperar as idiossincrasias de cada povo, ele traz imagens, principalmente do clima e da história (posta nas ruínas) que remetem a momentos de ascensão e queda dos costumes, da cultura, do desenvolvimento social, seja em suas semelhanças e em especificidades. Por conseguinte, ele se atém à literatura de Portugal – descreve primeiro o ápice do desenvolvimento dessa literatura, a época de Ferreira, de Camões etc., e nessa movimentação temporal – chega ao crepúsculo de uma era, já no século XVIII e XIX, com o último e grande escritor, Bocage.

Ora, a importância de percorrer as teorias de Herder se faz necessária pela sua sistematização e pela sua organização das ideias acerca de história e de cultura que muitos escritores e pensadores “revisitaram” ao longo do século XIX, a exemplo de Azevedo. Desse modo, se partimos das colocações de Herder sobre a ideia de ciclo temporal (de finitude e recomeço, que usa como um de seus exemplos – na estruturação da teoria – a duração de vida dos seres humanos) as usamos para tratar de uma concepção de ciclo, que apesar da certeza de finitude, há também a possibilidade de recomeço. Ora, as novas gerações e o que elas herdaram culturalmente tendem a colocar em movimento essa alternância de apogeu e queda. Nessa ótica orgânica, se as gerações se sucedem, assim também as civilizações por outras; de modo que não há apenas mudanças nas influências políticas, econômicas de um povo, mas também diálogos, por meio, das culturas diversas que se desenvolvem nas constantes mudanças e correr de eras.

Há aparentemente em “Literatura e civilização em Portugal” uma estrutura organizacional de movimentação de tempo circular<sup>419</sup>, que é muito próxima da organização

---

<sup>419</sup> Retoma-se apenas parte da discussão para situar a leitura do ensaio de Azevedo.

temporal proposta por Herder, na obra *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade* acerca do desenvolvimento da humanidade. O crítico brasileiro configura e sistematiza o passado e o presente do povo português, numa disposição, que após determinado período, posto como acabado, reinicia um outro. Para sustentar sua ideia ele dá exemplos das civilizações árabe e indiana lembradas nas ruínas. A partir daí, ele busca demonstrar a marcha da civilização em Portugal, por meio de seu desenvolvimento cultural e político, naquele Dezenove<sup>420</sup>.

Após cada Idade de Ouro de um povo, haveria uma Idade de Prata ou Bronze<sup>421</sup>, como ironicamente pontuou Schlegel em *Sobre el estudio de la poesia griega*; ele não rechaça a nomenclatura Idade de Ouro quando afirma que “[...] la poesía griega, sin embargo se reúne em certo modo em el punto central de la Edad de Oro”<sup>422</sup>. Ora, se a poesia antiga marca o período de grande desenvolvimento cultural da humanidade, desde lá, ele já se transformou diversas vezes; como estaria então a marcha da civilização portuguesa naquele século XIX?

Desde as teorizações de Herder sobre a história (e o tempo), há o rechaçar da ideia de uma só causa e de um só um efeito. Isso se deve ao fato de que aquela teorização não dava conta da complexidade das múltiplas histórias (e tempos) que eram desenvolvidas pela humanidade ao longo das eras. Para Herder, “[...] a história é constituída pela variedade e individualidade, especialmente aquelas especificidades alusivas ao desenvolvimento das nações, das culturas, e dos modos de constituir e ser das culturas”<sup>423</sup>. Depois de Herder, há o olhar sobre a abrangência das várias histórias e dos vários tempos (filosoficamente falando); da multiplicidade de durações temporais (duração de uma civilização, por exemplo); do entrelaçamento dos fatos históricos das diversas nações e culturas (as intrincadas relações desde o surgimento, o florescimento e declínio delas) e dos próprios indivíduos em suas relações interpessoais.

A História é um entrelaçamento de várias histórias que caminham juntas, uma vez que cada povo é livre para exprimir a sua singularidade e a sua própria natureza. [...] A concepção de tempo proposta por Herder, além de abrir caminho para as perspectivas

<sup>420</sup> A teorização de Herder, que dialoga com a de Vico, diz que cada civilização apresenta uma fase de nascimento, de juventude, de velhice e, por fim, de morte. Lembramos, mais uma vez, que não se busca ver uma fatalidade nessa organização circular; uma vez que comparada à idade do homem e da mulher, a civilização de um dado povo tem um resplandecer, mas que em dado momento tende naturalmente, assim como todos os seres vivos, ao desaparecimento. Valoriza-se então cada época e sociedade, visto que cada povo é o máximo de expressão que pode ser. Cada lugar mostra o esplendor e mesmo a decadência, embora a humanidade não se extinga. Portanto, a ideia de “paraíso e queda” é retomada e posta em prática na análise do desenvolvimento e da formação humana. MEINECKE, 1943.

<sup>421</sup> Cronologicamente, a separação em idades, aparece primeiro em Hesíodo, *Os trabalhos e os dias*; também em Políbio, *História*; temos depois em Vico, *Ciência nova*; em Herder, *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*; retomada e criticada por Schlegel em *Sobre o estudo da poesia grega*.

<sup>422</sup> “A poesia grega, no entanto, é de certa forma o ponto focal da Idade de Ouro”. SCHLEGEL, Friedrich. *Sobre el estudio de la poesia griega*. Madrid: Akal, 1996, p. 115.

<sup>423</sup> DIEHL, Astor Antônio. Herder. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). *Ideias de História: tradição e inovação de Maquiavel a Herder*. Londrina: EDUEL, 2007, p. 307.

do historicismo, que logo se seguiriam na primeira metade do século seguinte, recoloca filosoficamente a questão da multiplicidade de tempos. De alguma maneira, prefigura-se já aí a percepção de que é possível admitir uma multiplicidade de durações [...]<sup>424</sup>

O historiador José Barros, em seu livro *O tempo dos historiadores*, propõe visualmente uma estruturação do tempo romântico, organizado a partir da diversidade de tempo proposta por Herder. No esquema abaixo, elaborado por Barros, podemos ver uma teorização filosófica acerca do tempo. No entanto, o desenho segue como ilustração dos diversos tempos que são vistos lado a lado, sem para isso, perder o modelo da estrutura circular<sup>425</sup> que Herder oferece em seu livro de 1774.

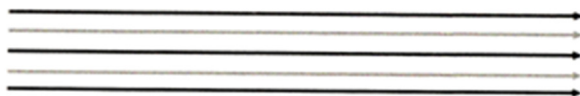


Figura 2: as diversas “linhas” do tempo em Herder. Fonte: Barros, 2013, p. 80.

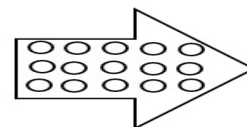


Figura 3: possível proposição acerca do tempo em Herder.

Conseqüentemente, ao olharmos para os diversos povos e civilizações retratados no ensaio “Literatura e civilização em Portugal”, temos em Azevedo uma patente retomada da ideia de multiplicidade do tempo e da história muito vizinha das concepções do filósofo alemão. Aparentemente, Azevedo traz alguns pressupostos da teoria da história e do tempo de Herder (retomada de Políbio, que por sua vez retomou de Aristóteles e de Platão<sup>426</sup> etc.) na ideia da diversidade do tempo cíclico e da diversidade histórica, quando trata da história, da política e da literatura de outros tempos e no seu próprio tempo.

Podemos notar em Azevedo, os diversos tempos, que também se constituem díspares, presentes não somente em “Literatura e civilização em Portugal”, mas também nos outros textos que nos legou, como nos discursos da tarefa das academias no passado e em sua contemporaneidade; da lei na área de educação que não se cumpriu; da discussão em torno da vertente literária para o Brasil; do desvincular e afastar da tradição da literatura portuguesa etc. Em outros termos, ele retoma diversos momentos em sua obra que acabam por se constituir em tempos diversos ao retomar os assuntos do seu presente, com vistas ao passado.

Há uma enormidade de tempos e assuntos em seu texto, quando ele voltou ao passado para descrever os autores como Ferreira, Shakespeare, Bernardes, Lucano, Bocage etc. tidos por ele como “expoentes e marcos” de literaturas de uma época de apogeu, esses escritores se constituem bons exemplos das histórias culturais da humanidade. Além disso, ao retomar esses

<sup>424</sup> BARROS, 2013, p. 80.

<sup>425</sup> Se materializarmos os diversos tempos em formato circular, uma possível visualização deles seria como as diversas galáxias que subsistem lado a lado, embora fechadas em seus espaços, seguem um *continuum*.

<sup>426</sup> BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. São Paulo: Edipro, 2017.

nomes, constitui-se a hipótese de que ele recupera a ideia de ciclo temporal, em que há a substituição de algum fato ou assunto por outro, por exemplo, a ideia de decadência do presente, a partir da sucessão dos casos históricos e literários bem-sucedidos do passado. Ou seja, a ideia de decadência que por meio do último nome da literatura Bocage, a literatura lusa entra em uma era de “crepúsculo”.

A exemplo de Herder, Azevedo aborda a história como um processo “natural” de desenvolvimento, de modificação e de transformação dos seres humanos. Antes de Herder e no tempo de Herder, a história recuperava o que Cícero criara para referir aos modelos helenísticos, em que a história serviria de instrução para a vida. Entretanto, essa concepção de história perdeu até o momento em que houve o domínio do absolutismo católico, e com a queda do Antigo Regime levou-a embora. Além disso, o saber sobre a própria história não permite que o homem aprenda a desenvolver somente coisas boas na sociedade.

Para Herder, a história não evolui rumo a um posterior momento de aperfeiçoamento do ser humano e nem rumo à justiça. Cada momento faz predominar concomitantemente vício e virtude. As leis do mundo ético são historicamente determinadas nas relações entre os habitantes de uma comunidade e elas podem mudar. Herder tornou-se responsável por compreender a história como constante modificação e transformação. E o novo em Herder é justamente a ideia de que a história se desenrola movida, sobretudo, por meio do conflito e da violência que marca as relações humanas. Com isso, ele secularizou a história, trazendo-a do plano divino para o humano. Para ele, cada época de um povo, além de estar em conflito com outras civilizações contemporâneas, também lega ao futuro algum princípio. Desse modo, a história passou a ser explicada por meio das relações humanas: tornando-se sedentário, o Egito antigo se opôs ao nomadismo do Oriente antigo, que por sua vez legou à humanidade o despotismo e a organização dos seres humanos em família. Os fenícios desenvolveram o comércio e a navegação, alargaram-se as fronteiras, negando o sentimento de pátria no Egito antigo. E assim por diante, até os europeus do século XVIII, em que a história se desenrola de forma conflituosa (o modelo é a estrutura do drama teatral), quando, por exemplo, um Império despótico transforma povos em colônias, como os franceses estavam fazendo com os alemães etc.

De volta à segunda parte de “Literatura e civilização em Portugal” e nas trilhas do que vinha fazendo, Azevedo descreve e argumenta acerca das diversas civilizações; ressalta as particularidades e as peculiaridades que individualizam um povo, assim como aponta as interações que uma civilização inicia com outra ao longo dos tempos. Temos, portanto, um ensaísta que incide sobre as possíveis variantes e fontes de civilizações como foi espanhola,

para depois chegar à portuguesa. Há, inicialmente, a preocupação do crítico em pormenorizar a sociedade espanhola a partir da posição geográfica, dos costumes e das usanças daquele povo, das suas manifestações literárias e dos diálogos com outros povos de que se serviram, para constituir assim a sua própria cultura. Ao descrever esse percurso, o crítico incide justamente nas mesmas coisas que se aplicaram para divisar a civilização portuguesa.

No percurso do legado da humanidade, Azevedo instaura então, nesta segunda parte de seu estudo, primeiro, um maior detalhamento sobre a civilização espanhola, para depois trazê-lo à civilização portuguesa. Mesmo porque, historicamente, desde a queda do Império Romano, a Hispânia ganha outros contornos e até a Idade Média, por volta do século XIII<sup>427</sup>, na Península Ibérica não havia separação física e política entre os espanhóis e os lusitanos. Aquela gente toda estava sob o jugo de um mesmo trono e, portanto, partilhavam não somente um mesmo reino, como também a língua, grande parte dos costumes e das manifestações culturais. Daí a primeira observação de Azevedo sobre a Espanha, para mais adiante no ensaio, tratar da marcha da civilização portuguesa.

Eis pois nosso fim: mostrar, da variedade de fontes, a riqueza de imaginação espanhola, esse metal coríntio fervido no magno cadinho de uma nação meridiana: Desse variegado de materiais deve nascer a originalidade, o caráter às vezes exagerado de uma literatura erguida, como estátua de liga mais pura, de robustez mais provada<sup>428</sup>.

Outro aspecto que ressalta a importância dessa abordagem de Azevedo sobre o manancial de fontes de uma cultura, trata-se da própria composição e individualização de uma nação. Segundo o ensaísta, não prejudica a originalidade de um povo o fato de ter em sua base a herança de outros povos, de outras épocas etc. Dá-se o contrário, como já afirmou Herder, há o enriquecimento dessa cultura.

Assim, nesta segunda parte de “Literatura e Civilização em Portugal”, Azevedo descreve as particularidades da terra espanhola, as suas empreitadas históricas, bélicas etc. Sua pretensão, como ele próprio afirma, envolve “ordenar algumas ideias sobre o ambiente de crenças e aspirações que o gênio espanhol” se baseou para criar o seu mundo. Com isto, ele aporta a contemplação sobre a Índia, recupera imagens de ruínas, de suntuosas construções, mas postas abaixo pelo tempo, para tratar da transitoriedade das coisas, isto é, sua história. Desse modo, ele não somente assinala o surgimento como também o ruir das civilizações, e coloca em evidência mais uma vez a movimentação circular do tempo.

Vamos ordenar algumas ideias por esse ambiente de crenças, reminiscências e aspirações que baseia o gênio espanhol; e erguer das orlas, pela síntese dos eventos, o

---

<sup>427</sup> HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*. Tomo I. Amadora: Editora Bertrand, 1983.

<sup>428</sup> AZEVEDO, 2000, p. 712.

talar<sup>429</sup> que se tresdobra pelo vário dessas letras; erguê-lo como (num dizer oriental) o oceano quando ao arregaçar do seu lençol verde-mar deleixa à vista os vislumbres de cúpulas da antiga cidade de Mahabalipur, e ela se ergue com suas pagodas de pedra negra e seus palácios ermos, soterrados na areia...<sup>430</sup>.

Azevedo acrescenta então ao prólogo “Portugal duas palavras”, o primeiro fragmento sob o domínio do algarismo romano I e depois o título “Hispania”. Como fizera na introdução da segunda parte do ensaio, ele continua mais uma vez sua incursão pelas terras da Espanha. Para isso, ele toma um fato histórico da Antiguidade, retoma o antigo nome da província romana chamada Bética e, que depois, tornou-se terras hispânicas. Ora, em primeiro lugar, aparentemente, a intencionalidade do ensaísta se constitui pela necessidade de assinalar as tradições que os romanos por lá já encontraram, e depois tratar das tradições romanas que por lá eles deixaram.

#### I

##### Hispania

Por essas terras iberas, onde a Bética pompeava nas suas campanhas verdejantes ao colear das águas do Belon e do Crissus; e onde, ao norte, as velhas montanhas alpestres da Tarraconense se perdiam nas gargantas do Piroenei; as raças romanas haviam sentido nesse solo quente o despertar-lhe ao sopé de muitas tradições aí calcadas, como coturno êneo em chão de pedra<sup>431</sup>.

O uso de certas imagens como “coturno êneo”<sup>432</sup> corrobora com a criação de outras imagens por parte de Azevedo acerca daquele momento histórico. Embora ele vá tratar da dominação romana sobre aquela gente, ele realça a importância daqueles povos lusitanos espanhóis etc., das suas histórias e das suas culturas. A comparação que ele elabora a partir de objetos ordinários como botas militares e as marcas deixadas por ela no chão de pedra, busca rememorar uma tradição criada desde há muito tempo naquele espaço geográfico. Por este caminho, Azevedo tece então comentários históricos sobre a Bética, uma região que teve grande importância para o Império Romano, tanto econômica, quanto cultural e política.

Novamente, por meio de outras tantas imagens bem elaboradas, Azevedo descreve o estreito de Gibraltar, ponto de ligação da Bética com outras terras. Para isso, utilizou dois montes, um do lado europeu e o outro do africano. Dali, ele descreve ainda a foz do rio Tagus

<sup>429</sup> “Talar” com o significado de abrir essas letras para o entendimento. O verbete todo seria: “(Blut. diz, que segundo Covarrubias vem do Hesp. tala, corte de um monte decepando árvores pelo tronco para ficar rasa a terra; e d’ali tomámos talar por assolar, arrasar) Destruir, estragar, arruinar, queimar os campos, searas, e plantações; as cidades, casas com faz talvez o inimigo. Vieir. 5.451.2. Uliss. 6.8. fig. “exércitos de gafanhotos que talavam os campos” Vieir. 8.214. “Ero talando as húmidas campinas” Diniz, Pind. §. Talar os campos; talhar, retalhar, abrí-los para os desalagar. B. P. §. - as árvores; derribar. Ined. 2. f. 260. poet. “As ondas tala o campeão prestante” sulca, fende. Diniz, Pin. (com galeão guerreiro). MORAES, 1858, p. 874.

<sup>430</sup> AZEVEDO, 2000, p. 713.

<sup>431</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>432</sup> Segundo o dicionário Antônio Moraes, “êneo” significa bronze, enquanto “coturno” logicamente refere ao calçado, mas o adjetivo acresce o sentido de grande e alto ao nome, que por sua vez valoriza as civilizações pré-romanas. MORAES, 1858.

e o deus Endovélico, divindade céltica da idade do ferro, venerado na Lusitânia pré-romana. A partir daí ele estabelece a relação com a Grécia e com Homero e com o período anterior ao avanço romano, marcado pelos cartagineses, por exemplo. Com isso, ele procura de fato mostrar uma Bética muito rica em termos de desenvolvimento humano; assim como lugar de imaginação para os cartagineses, que por sua vez eram herdeiros de Tírios, cidade fenícia<sup>433</sup>. Na descrição azevediana, a Bética se constitui para muitos como um lugar prazenteiro, terra bem quista pelos seus povos que por lá viveram e que por lá passaram, inclusive os militares das diversas campanhas de conquista.

Eram as rochas negras a prumo de Calpe e Abila que aí assestara colunas a todo o porvir, margem a margem do “*fetum Gaditanum*” [criação do Gibraltar] a mão do Alcida com a inscrição funda – *non plus ultra* [não é mais]: e pelos longes dessa Península, na ria do Tagus, uma aldeia, dita pelas tribos do Endovélico criada por esse Grego vagabundo que um mendigo de Esmirna erguera em pedestal imorredoiro, laureado de glórias pelas révoras de todo um viver humanitário. Era a Bética; onde a imaginação dos Cartagineses realizava seus sonhos anelantes de Tírios, entrevistas pela adustão das sestas africanas; a Bética, aonde todas as cismas tendiam deleitosas como o heliotrópio ao sol e lábios de homem à taça de gozos de uns lábios de mulher suave: a Bética, por cujas balsas varavam olores ambrosíacos, e o soldado perdido sentia o amornar de hálitos embalsamados das ninfas<sup>434</sup>.

Além disso, por meio de uma narrativa histórica bem característica à *la azevediana*, dramática e imaginativa, Azevedo direciona seu olhar mais uma vez aos povos do Norte para ainda tratar das relações de guerras entre os povos. Há no trecho grandes imagens poéticas elaboradas por ele, como as que descreveu sobre o mar germânico, sobre a Britânia de Júlio César, sobre a Gália, sobre a Escandinávia de onde saíram barcos dos homens do Norte, os terríveis invasores da Britânia. Nas suas narrativas, é importante observar que ele se vale das mesmas construções descritivas que usou no início do ensaio “Literatura e civilização em Portugal”, quando tratou das terras do Norte, para representar o povo guerreiro que saiu para conquistar novas terras, como a da Britânia. Do jugo e da servidão imposta àquela gente, o povo daquela região opta, segundo o ensaísta, pelo domínio saxão ao invés do romano.

E ao norte estendiam-se as grimpas de brava serra, desde o *Mare internum* até ao *Mare magnum Atlanticum*, onde os barcos peregrinos do aventureiro foram buscar entre seus gelos a Tule misteriosa desse nevoento *Mare Germanicum*, que banhava o longo das costas calcárias da *Britannia* de Júlio César, do norte da Gália, desse costal escandinavo da *Gothia* e do *Chersoneso Cimbrico*, em cujas abras se escondiam os veleiros iates dos piratas *northmans* e dinamarqueses, e as enseadas dessa indomável cordoalha dos Pictos e Escotos, os terríveis invasores da Britânia, que a fizeram no optar de duas escravidões preferir a Saxônia; – lá essa Caledônia, onde nas brumas árticas as ventanias das Orcadas rugiam como ululadas de afogo nos basaltos giganteus e fatídicos da escura caverna de Fingal<sup>435</sup>.

<sup>433</sup> Nota de Roberto Acízelo de Souza. Souza, 2016, p. 56.

<sup>434</sup> AZEVEDO, 2000, p. 713, itálico do autor.

<sup>435</sup> Ibidem, loc. cit., itálico do autor.



Azevedo afirma que não iria narrar eventos históricos do passado longínquo da península ibérica, visto que todos os conhecem; o que vemos é o contrário, pois ele retoma o cenho guerreiro daqueles povos, tidos por ele como povos guerreiros e temidos, e do próprio relevo; assim como sua gente que ali vivia, aquele lugar era um lugar não só difícil acesso, mas que deveria ser temido. Assim, o ensaísta agrega adjetivações para ressaltar tanto o valor daquele lugar, quanto daquela população. Ora, ele descreve aquela região como completamente desconhecida aos invasores romanos, (da mesma forma que faz um paralelo com a região Norte, embora as regiões fossem diferentes), mas um lugar assim como na Germânia, em que a incursão romana não obteve êxito por muito tempo. Conhecedor da história da Hispânia, Azevedo descreve os habitantes daquela região como temíveis, visto todas as invasões e lutas que lá ocorreram, bem como ele personifica o próprio espaço geográfico como impositor, não somente de terror aos invasores como de dificultar o mesmo domínio por longas datas.

Não nos cabe o historiar fatos da Península, nem despertar alentos dessas idades antigas. Lenda de brios e afanosas valentias, sabem-no todos, foi-lhes sempre as suas. Os homens das montanhas iberas, onde o estrangeiro, ao embrenhar-se a medo, no mugir das torrentes, no ramalhar dos arvoredos diluvianos, aos ventos do inverno, ouvia acordos dos mil vozeios terríficos da Tessália de Ésquilo, esse concerto dolorido de ânsias e gemidos das florestas do Cremis, das valadas do clivoso do Eta, dos picos vertiginosos e rotos a pino das cordilheiras Cambuciras e dos pantanaís do Sperchio, no assombro escabroso e ínvio de um mundo estranho aos homens da Itália, perdidos por uma natureza de aluviões cataclísmicas aberta em despenhadeiros surdos, ao pendor dos cumes côncavos e nus dos montes agoirentos<sup>436</sup>.

Dado os fatos e os momentos históricos da invasão romana que chega ao fim, Azevedo se ocupa com a narrativa da ocupação árabe na Península Ibérica. Mais especificamente, ele narra a retomada do domínio daquela região pelos hispânicos sobre os invasores árabes. Na explanação do ensaísta, a “raça islamita” é forçada a deixar para trás todas as riquezas feitas naquele lugar, isto é, sua contribuição; assim como vez os outros povos que por lá passaram. Desse modo, aquele lugar se constitui como um espaço herdeiro das civilizações romanas, góticas, cartaginesas e, naquele momento, da própria civilização árabe.

Quando depois que as armas do Aragonense filho de Joana, a louca e Isabel, a castelhana, correram desde o cimo das Alpuxarras, pelo longor das planícies sevilhanas, como montanhas de gelo despegadas das cumeadas alpinas, a raça agarena e as coranitas hordas de Bereberes e Almogaures passaram fugitivas, como sombra, a Mourama, donde o apelo vingativo do conde Julião (o pobre vassalo, o pobre pai, cujas barbas de velho se enlodaram da afronta de D. Cava Florinda, pelo amor voluptuoso do destronador de Vitiza), a voz do governador de Septum os despertara de seus sonhos de Espanholas, pelas veigas onde ao azular das águas do Bétis entre as aldeias turdetanas, se relevava no verde-gai dos vergéis de Córdoba, a voluptuária Córdoba, donde contos lascivos iam embeber nas auras do além da Bética, as visões arabescas da Mauritânia tingitana, pelo afã da noites quentes das paragens do deserto... então quando, repetimos, a raça islamita abandonou em meio o seu vislumbre de festas luxuriosas, seus rosais floreados, seus alhambras de rendas marmóreas; nesse misto

---

<sup>436</sup> AZEVEDO, 2000, p. 714.

da civilização romano-gótica das gentes bárbaras de Sertório e Viriato, e da província cartaginesa, onde as muralhas de Sagunto e Cartago – a nova, se tinham abalado às gritas bélicas dos republicanos de Bruto, precipitou-se, como o oiro na infusão do clorureto de platina, a civilização árabe<sup>437</sup>.

Azevedo, portanto, narra fatos históricos dos povos predecessores e posteriores da Bética; ele recupera os invasores romanos, os homens invasores do Norte, os invasores árabes etc. Ele narra, portanto, todas as invasões (dos romanos, dos árabes, dos saxões etc.) aquele lugar e também a própria retomada da Hispânia, por seus habitantes primeiros, para descrever não apenas o cenho guerreiro daquele povo, como ainda, como já dito, criar uma personificação do espaço geográfico da Península Ibérica. Assim, ele consegue não só delinear, mas delimitar toda a formação da Espanha; desde tempos imemoráveis até a retomada do espaço pelos espanhóis, restauração do regime monárquico e, conseqüentemente, o surgimento do Estado português, via separação do reino de Espanha.

Ainda que descreva todas as invasões que a Espanha sofreu, junto a ela, Azevedo insere a outra terra vizinha, que está próxima às praias do Atlântico. Ele narra que, desde tempos imemoriais, aquele espaço abrigava outro povo, os lusitanos, que também sofreu, resistiu e venceu em diversos momentos os invasores. Nesse trecho, Azevedo destaca resumidamente todas as informações históricas de domínio e retomada de soberania da Espanha e, posteriormente, de Portugal. Ele divisa a formação entre os dois povos, os espanhóis e os portugueses; e ainda narra, que ao longo da história, esses dois povos tiveram seus embates e ódios mútuos, como o período de retomada da dominação espanhola, tida por muitos escritores portugueses como um período de vergonha e decadência ao orgulhoso povo lusitano.

E aí, nesse amálgama que abrilhantara a nudeza dos tempos de guerra com o esmalte dos arabescos poéticos dos fugitivos mohamedanos, a velha Hispânia romana, embora o genro de Afonso de Castela, o francês conde Henrique instalasse pelas praias atlânticas no seu reino de Porto-Calle, às dos lidadores de Ourique, dos vassallos nobres e dos eclesiásticos de Lamego, uma outra Hispânia independente e livre, embora! – sempre houve um nome, uma unidade que resumiu aquelas duas nações, inda mesmo quando depois que uma invasão conquistadora, e após da tirania dos Filipes os ecos da terra portuguesa lembraram os antigos sons das tubas de Aljubarrota e a nação independente de Afonso Henriques aclamou D. João IV: embalde o ciúme que arreigou fundos em ambos esses povos ódios mútuos, – aplicando um dito do Sr. Garrett: “Os Portugueses ficarão sendo sempre espanhóis – Castelhanos nunca”<sup>438</sup>.

Postos os fatos e momentos históricos, Azevedo passa então a tratar da literatura e da língua espanhola. Para isso, ele retoma todas as manifestações literárias espanholas, tais como as trovas, os cancioneros etc.; e com essa acepção, ele tece comparações sobre as literaturas iniciais de Espanha e de Portugal. A partir daí o ensaísta afirma a tese de que a literatura

<sup>437</sup> AZEVEDO, 2000, p. 714.

<sup>438</sup> Ibidem, p. 714-715.

inaugural está em línguas irmãs ou, como ele declara, na mesma língua. A literatura portuguesa, além de escrita em um dialeto “bárbaro” o hispânico-luso, que traz influência de outros idiomas, como o francês e o árabe, também foi escrita em castelhano. A exemplo, temos Montemor que escreveu em castelhano, assim como Bernardes, Sá de Miranda e Camões que também usaram inicialmente a mesma língua espanhola, para depois romperem as amarras do idioma.

O romanceiro do Cid: essa trova de jograis que deram à Provença os *lais de amor* e o romance da Rose (de Meung) – e os *Cancioneiros* de Resende e D. Diniz, são numa língua irmã toda: ou antes a língua é a mesma. E ainda muito depois a literatura portuguesa corava-se de escrever no dialeto porventura mais bárbaro dos Hispânico-Lusos, mas inçado talvez das línguas estrangeiras, de vestígios árabes deixados pela invasão, de mistos franceses trazidos pelos cavaleiros de D. Henrique: e Montemor escrevia em castelhano a sua *Diana*, Bernardes, Sá de Miranda, Camões, mesmo Camões, trouxeram muitas de suas inspirações na língua da mãe pátria<sup>439</sup>.

Para Azevedo, até então a literatura era a mesma nas duas nações, e como marco inicial em sua história da literatura, assim como fizera Francisco Dias e Ferdinand Denis, ele aponta o escritor Camões como divisor da literatura em duas: “Da epopeia de Camões, perdoe-se-nos o erro, se é que o há em dizê-lo, é que data a inteira separação de literaturas, e em Portugal o timbre de apurado estudo, e a preferência das falas nacionais”<sup>440</sup>. Desse modo, ele estabelece em sua tese de que as duas literaturas somente se separaram com Camões. Assim como, a própria língua portuguesa nesse período estava também estabelecida, passível de diferenciá-la da língua espanhola.

A partir das observações de Azevedo, é possível perceber o que contribuiu, segundo suas acepções, para a divisão da literatura ibérica em duas. Para ele, foi, primeiro, a separação da língua, a portuguesa e a espanhola. Ora, nessa determinação a respeito do idioma, há uma aproximação com o pensamento de Herder sobre a importância de uma língua, para se criar as peculiaridades de uma literatura e, por meio dela, a capacidade de expressar a identidade de um povo. Azevedo adere a essa máxima de que sem “língua à parte não há literatura à parte”. O ensaísta, inclusive, recusa a tese apresentada por Santiago Nunes Ribeiro acerca da diferenciação das duas literaturas, a portuguesa e a brasileira, justamente por lá e o cá se expressarem no mesmo idioma.

As línguas separam-se de então, e as literaturas também; pois, quanto a nosso muito humilde parecer, sem língua à parte não há literatura à parte. E (releve-se-nos dizê-lo em digressão) achamo-la por isso, senão ridícula, de mesquinha pequenez, essa lembrança do Sr. Santiago Nunes Ribeiro, já dantes apresentada pelo coletor das

<sup>439</sup> AZEVEDO, 2000, p. 715.

<sup>440</sup> Ibidem, loc. cit. A respeito desse posicionamento de Azevedo, é patente o diálogo que ele estabelece com Francisco Dias para determinar que a separação das literaturas somente ocorreu com Camões, visto que ele criou uma poesia e uma língua nova à nação portuguesa: “Finalmente foram tantas as graças, que esse grande homem comunicou à Língua, e à Poesia Portuguesa, que seguramente se pode afirmar que ele criou uma Poesia, e uma Linguagem nova em Portugal”. DIAS, 1783, p. 110.

preciosidades poéticas do primeiro *Parnaso Brasileiro*\* [\*Cônego Januário da Cunha Barbosa]<sup>441</sup>.

Azevedo, ao tratar de Portugal e Espanha, faz das duas nações, que embora tivessem similaridades, e diferenças, o exemplo de como duas nações tornam-se independentes. Ele indica o caminho necessário e natural de uma divisão não somente governamental como também cultural. Para o caso das duas nações europeias, Azevedo traça uma linha cronológica, descreve os primeiros povos “avós” daqueles países; narra as épocas das invasões cartaginesa, romana, germânica e árabe etc.; assim como descreve o momento que Portugal é incorporado à Espanha e depois a concretização de retomada e definitiva separação política dos dois povos. O fato é que ele mostra que a separação das nações pelo viés da língua e pelo viés cultural, faz-se, portanto, um caminho sem volta. Tanto que é a partir de *Os Lusíadas*, divisor de língua e cultura, que se separa as literaturas em duas, que se concretiza a independência de Portugal.

Em digressão, ele traz a discussão em torno da independência política e cultural para o Brasil. Ora, ao trazer a discussão para o Brasil, ele integra, em seu texto, o que se procurava fazer naquela primeira metade do século XIX: desvincular a cultura brasileira da portuguesa, tornando as duas nações distintas.

O percurso se deu por duas vias, o Estado e seus asseclas, embora conjugadas; portanto, o caminho foi empreendido pelos intelectuais da época na separação e divisão das literaturas em duas, após o ato de independência política (último grande feito dos portugueses, segundo Azevedo, depois disso não houve mais nada que pudesse alçar o povo português, e talvez nisso, o seu olhar condescendente para com Pedro I em diversos momentos de sua obra, mesmo em poemas como “Rex Lugebit” e “Pedro Ivo”), será a principal preocupação do Estado brasileiro – encarnada primeiro na juventude de Pedro II e levada a cabo por seus jovens protegidos, Magalhães, Dias, Varnhagen etc.

#### 4- Álvares de Azevedo na “contramão”<sup>442</sup> do IHGB?

Ao falar da divisão da literatura que ocorreu entre Portugal e Espanha, Azevedo, digressivamente, traz a discussão para a marcha da civilização que se delineava no Brasil

---

<sup>441</sup> AZEVEDO, 2000, p. 715.

<sup>442</sup> A ideia de contramão, o uso da palavra, veio do título do livro de Wilton José Marques, *Gonçalves Dias: o poeta na contramão*.

naquele Oitocentos. Ainda que ele afirme em carta ao seu amigo Luís, que “Literatura e civilização em Portugal”, tratar-se de um texto específico da marcha da civilização em Portugal. Ainda que fosse o objeto primeiro de escrita do ensaio, não o é exclusivamente, visto que ele trouxe a discussão para o espaço brasileiro, para a sua contemporaneidade, pois era o que se discutia naquele momento.

Ora, no ensaio, desde o início, fica patente que há intenção de ampla discussão por parte de Azevedo com relação às literaturas e aos determinantes sociais que corroboram com a sua formação. O crítico não tratou inicialmente da civilização portuguesa, antes ele faz todo um inventário das diversas manifestações culturais dos povos do Norte, do Sul, do Oriente, da Ásia. Ao longo de seu percurso, ele trata das eras passadas, das civilizações que se desenvolveram e que entraram em decadência, da história registrada nas ruínas da região oriental. Ele aponta o caminho de divisão política e cultural, seja este orgânico e natural, seja este de conflito e opressão entre povos, mas ele trata de civilizações, do legado da humanidade.

Azevedo, ao trazer a discussão para o Brasil, afortunadamente, deixa registrado seu posicionamento acerca das polêmicas discussões que se formou sobre a literatura brasileira ser diferente ou não da portuguesa. Além de catalogar toda a política de seus contemporâneos, que se desenvolve em torno do IHGB, a respeito da criação de uma tradição literária no país; o trecho do texto de Azevedo se constitui no único espaço em que ele trata explicitamente da literatura no Brasil.

O ensaísta retoma e se coloca contrário a boa parte dos textos dos membros daquele Instituto, que foram divulgados nas revistas e jornais da época, que insistia em “adiantar o dia” e declarar a independência das letras brasileiras. Daí, vemos a importância de Azevedo refutar a política daquele órgão criado para moldar o que não deveria ser moldado, a história, a tradição e a literatura.

A criação do Instituto foi uma tentativa de oficializar e controlar a história<sup>443</sup>, tanto no modo de narrá-la, quanto no modo de sistematizar os fatos históricos, da colônia aos meados

---

<sup>443</sup> Criado em 1838, o IHGB desempenhou um papel fundante na construção de uma história comprometida com um ‘projeto nacional’ de país, assentado no suposto desejo de uma ação civilizadora por parte do Estado. Na verdade, a criação do Instituto Histórico, ao lado de outras iniciativas importantes como a criação do Arquivo nacional e do Colégio Pedro II, denota o esforço mútuo, tanto do próprio Estado brasileiro quanto da nascente intelectualidade atrelada a ele, para a institucionalização do problema da definição de identidade nacional. De imediato, este intuito do IHGB, considerado desde sua fundação a principal instituição intelectual do Império brasileiro, transparece no ‘discurso inaugural’ proferido pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa quando da reunião de aprovação dos estatutos e da eleição da primeira diretoria, em 25 de novembro de 1838. Reproduzidas no primeiro número da *Revista do IHGB*, as palavras do Cônego explicitam, nesse sentido, o desejo coletivo de que o Instituto Histórico concentre ‘os diversos fatos de nossa história e os esclarecimentos geográficos de nosso país, para que possam ser oferecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexactidões que os

do século XIX, atrelando-a diretamente à política e à defesa do Regime monárquico. Foi ainda uma maneira de tornar oficial a herança do domínio português sobre os demais povos<sup>444</sup>, os povos originários e os de origem africana, na formação do país pós-independência. Havia vários porquês de os “fundadores, construtores do Brasil-Império e herdeiros do Brasil-Colônia” empreenderem esforços para rapidamente dar forma a uma história nacional.

A criação do IHGB [em 1838] constitui-se como uma iniciativa do cônego Januário da Cunha Barboza (1780-1846) e do marechal Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839), que assumiram para si a tarefa patriótica de serem os construtores da memória nacional, inspirados no modelo do *Institut Historique de Paris*. [...] Dentre os fundadores do grêmio estavam figuras como José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo (1777-1847), José Clemente Pereira (1789-1854), Cândido José Araújo Viana, o Marquês de Sapucaí (1793-1875), Francisco Gê de Acaiaba de Montezuma, o Visconde de Jequitinhonha (1794-1870), Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, o Visconde de Sepetiba (1800, 1855), entre outros. Todos esses nomes, em sua maioria vinculados ao serviço público imperial, teriam papel determinante nos destinos do IHGB, esboçando as diretrizes que seriam o norte da bússola das atividades desenvolvidas pelo grêmio durante o século XIX. [...] Logo, os fundadores, construtores do Brasil-Império e herdeiros do Brasil-Colônia, estabeleceram como meta uma memória nacional pela ideia de continuidade. Na compreensão destes letrados, o Brasil, nascido em 1822 com a proclamação da Independência pelo príncipe regente D. Pedro I, seria uma jovem nação filha da pátria portuguesa, de quem havia herdado a língua, a cultura, o regime de governo e um representante da dinastia dos Bragança. A independência, por esta lógica, não se constituiria em uma ruptura, mas um processo de emancipação natural, feita pelo pai (D João VI) para filho (D. Pedro I). Não tinha no sete de setembro indícios dos traumas e rompantes democráticos que haviam fragmentado a América espanhola em várias repúblicas”<sup>445</sup>.

Há, neste final de citação, uma observação do autor interessante a respeito “dos letrados” que faziam parte do Instituto. Eles deram o contorno, a naturalização de um país que se formou de maneira pacífica, herdeira de uma metrópole benevolente, que no processo de independência não precisou de lutas armadas para que se fizesse valer a voz dos brasileiros. Nesse aspecto, o discurso oficial de um governo amenizou e encobriu a complexidade que se fez sobre a formação do país, assim como de todo o controle do Estado para forjar uma tradição, sem a participação do povo, mas que desse ao país uma identidade e, por meio dela, uma ideia de nação a esse mesmo povo.

Houve sim toda uma arquitetura no projeto de Estado, com a ascensão do jovem Imperador<sup>446</sup>, que se construiu naquele meado do XIX, bem como a partir dele, houve toda uma

---

mancham em muitos impressos, tanto nacionais e estrangeiros’, e que ainda possibilite ‘que o conhecimento das coisas da pátria mais facilmente chegue à inteligência de todos os brasileiros’. MARQUES, 2010, p. 42.

<sup>444</sup> CUNHA, 2021.

<sup>445</sup> RIBEIRO, Renilson Rosa. *O Brasil inventado pelo Visconde de Porto Seguro*. Cuiabá: Entrelinhas, 2015, p. 38-39.

<sup>446</sup> A juventude do chefe de Estado e o que isto significou na prática, isto é, a tomada de poder pela juventude e nisto todas realizações que foram feitas.

problematização a respeito da criação da ideia de nação e de brasilidade, portanto, de identidade<sup>447</sup> do povo brasileiro.

A invenção de uma tradição tanto literária quanto histórica já estava em curso desde 1836 com Gonçalves de Magalhães e com a adesão de outros participantes, como foi o caso de Gonçalves Dias, Santiago Nunes Ribeiro e de Varnhagen, o projeto tomou corpo.

Desse modo, o processo de construção da ideia de *nação brasileira* deve ser compreendido como um “autêntico projeto do Estado”, no qual a elite letrada e os agentes estatais (que na maior parte das vezes confundiam-se) mobilizavam uma série de recursos políticos, econômicos, culturais e simbólicos a serviço de sua criação<sup>448</sup>.

Entretanto, no arcabouço de invenção da tradição e do caminho a percorrer acerca das temáticas desenvolvidas, houve dissidência entre os intelectuais da época como foi o caso de Varnhagen e de não adesão, como foi o caso de Álvares de Azevedo. Varnhagen tornou-se divergente do elemento central que poderia servir de base comum à tradição. Azevedo não especifica essa literatura e muito menos a adere; trata-se, portanto, de um desacordo do indianismo como passado a ser utilizado para cimentar uma identidade nacional.

Se Gonçalves Dias e depois Gonçalves de Magalhães estabeleceram a temática indianista como projeto nacional de literatura<sup>449</sup>, Varnhagen, segundo testemunho próprio, não suportava os “índios canibais”; e, se num primeiro momento, ele estivesse próximo a esta vertente, logo se afastaria.

Varnhagen era monarquista. Sim, sem dúvida. À sua maneira era também um patriota. Era católico, como cansou de afirmar. [...] Antirromântico? No início da sua trajetória

---

<sup>447</sup> A identidade é marcada pela diferença. Entretanto, a marcação desta diferença não deixa de ter seus problemas, mesmo porque ela é o produto da experiência vivida e das coisas do cotidiano que os povos têm em comum. Logo, a identidade é construída tanto simbólica, quanto social. Além disso, ela é marcada por diferenças que podem ser vistas como mais importantes que outras, portanto, a afirmação da identidade nacional é histórica e localizada num tempo específico. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014, p 9- 11.

<sup>448</sup> CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 20-21.

<sup>449</sup> A intenção não é produzir anacronismo e ou condenar, o que hoje de fato é condenável, a idealização dos povos originários como quiseram o grupo fundador do Romantismo no Brasil era realmente muito anômala, e embora tema de literatura, historicamente apresenta problemas que não foram verdadeiramente questionados (o posicionamento de Varnhagen infelizmente é do grupo do opressor). Após a invasão portuguesa, não se fez outra coisa na colônia não ser exterminar a grande população existente dos povos originários de Pindorama, seja matado, escravizando, ou proibindo o uso da língua com fizeram na capitania de São Vicente, ou mesmo suprimindo da história a homossexualidade no mundo dos povos originários, prática encarada pelos nativos como natural (conta-se esta versão, com o uso de documento, o livro dos antropólogos Estevão Fernandes e Bárbara Arisi, *Gay Indians in Brazil: Untold stories of colonization of indigenous sexualities*), mas que foi demonizada pela ordem rígida do cristianismo, inclusive com morte de indivíduos. Religião que, difundida pelas Missões, amordaçava a “religião” daqueles povos. (Anacronicamente, se comparar o Brasil do século XXI, precisamente neste final da década de 10, é possível compreender até que ponto a humanidade é capaz de ir para criar ideias loucas e transmitir aos semelhantes como verdade. O mundo hoje, visto a partir da política praticada no Brasil e no mundo, pontua um momento de extrema decadência: o trato político de interesse das elites; o poder a qualquer custo, o uso das *fake news* como portadora de verdade para manter esse jugo de poder da elite sobre a maioria da população, é tudo muito absurdo e leva a comparar o que era praticado em termos de política no século XIX. Enfim, trata-se de manutenção do poder e esse embate é antigo).

intelectual, com certeza não. Suas relações com Alexandre Herculano e a colaboração com o *Panorama* são indicadores seguros. Contudo, ao longo do tempo, sua postura crítica em relação aos índios o afastou dessa versão brasileira do romantismo<sup>450</sup>.

A aproximação e o afastamento de Varnhagen da corrente indianista talvez possa ser comprovada com o volume *Épicos brasileiros* e texto como “Ensaio sobre as letras no Brasil”, de 1847. É compreensível que, nos primeiros anos de formação, Varnhagen buscasse coletar produções literárias no Brasil, com intenção talvez de registro histórico como fez em *Épicos...* Naquele momento, havia a necessidade de dar ao país obras ou trechos que demonstrassem a produtividade das letras desde o Brasil colônia. No ensaio, o historiador procura, dentre vários outros assuntos, o início da tradição literária no país. Contudo, ele se posiciona sobre os povos originários de modo adverso.

Em 1845, veio a lume *Épicos brasileiros*, reunião dos poemas “O Uruguay”, de José Basílio da Gama, e “Caramuru”, de José de Santa Rita Durão, acrescidos das respectivas notícias biográficas e de comentários. O livro precede, portanto, o *Florilégio da poesia brasileira*, de 1850, em cuja introdução encontra-se o *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*. Nele, Varnhagen buscou a gênese da literatura nacional. [...] o *Ensaio* revela uma assimetria ou descompasso: como os primeiros a chegar estavam atrás de fortuna material e não da “glória imortal” que só as letras conferem, “como se as letras se encolhessem com medo do Atlântico”, foi preciso aguardar que o Brasil “se civilize e que os poetas aí nasçam”<sup>451</sup>.

No texto “Ensaio sobre as letras no Brasil”, dentre os vários temas abordados, vê-se então os ideais do conservadorismo e a rejeição de qualquer ato que lhe parecesse com revolução; fosse, por exemplo, a tentativa de contornar os princípios tradicionais e já consagrados do classicismo. “Mas que por este americanismo não se entenda, como se tem querido pregar nos Estados Unidos, uma revolução nos princípios, uma completa insubordinação a todos os preceitos dos clássicos gregos e romanos e dos clássicos da antiga mãe-pátria. Não”<sup>452</sup>.

O posicionamento de Varnhagen demonstra, em relação aos preceitos da literatura, não só uma contrariedade aos novos princípios de arte do Romantismo, mas também a necessidade do historiador, em tomar para si, isto é, aderir aos ideais de arte consagrados desde à restauração ao período medieval; lembramos que no Brasil, essa posição marcava bem as produções dos árcades nacionais ou portugueses.

A postura de Varnhagen é, sem dúvida, uma adesão conservadora e mantenedora do tradicionalismo, aplicada à realidade nacional. O historiador disserta a respeito da originalidade dos escritores brasileiros, e também aponta que não é necessário abandonar os princípios até

<sup>450</sup> CEZAR, 2018, p. 25-26.

<sup>451</sup> Ibidem, p. 104-105.

<sup>452</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil, 1847. In: CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 105.



então estabelecidos do fazer literário. A receita de literatura para o Brasil, é ela ser descritiva e reproduzir a natureza. Esse modelo era uma filtragem brasileira, de preceitos intelectuais europeus para o país, posta em uso pelos escritores que integravam o IHGB.

A preservação das noções fundamentais legadas pela cultura clássica seria um modo de conter a ilusão de que, para ser um “poeta original”, fosse necessário “retroceder ao *abc* da arte, em vez de adotar e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa”. Por isso, a poesia deveria ser “descritiva”, ou seja, deveria descrever, com base na observação, a natureza nova, virgem e intacta do Brasil. Essas eram a originalidade e a autonomia possíveis, desejáveis, às quais a literatura nacional poderia chegar. Portanto, os poetas descreveriam com pincéis e olhos dos antigos, não os imitavam. As opções estéticas e juízos políticos encontravam-se neste receituário<sup>453</sup>.

A literatura produzida segundo essa ótica de Varnhagen pela “descrição”, pelo recriar da arte, a partir da “natureza crua” é um ponto de partida no uso do discurso ficcional e que vai ao encontro da historiografia da época. Ao analisar a proposta do historiador para literatura em comparação ao discurso narrativo da história, que ele tão bem desenvolveu, parte do mesmo princípio, o conservadorismo, na literatura os preceitos clássicos, na história o “cientificismo” documental. Neste ponto, é deduzível a rechaça ao potencial “subversivo da ficção” e, portanto, uma marcação clara da posição política consciente e mantenedora de uma ordem já estabelecida. Em termos políticos, seria a base de conservação do Antigo Regime no cenário pós independência. A proposta é uma “linguagem política” de uma “retórica da nacionalidade”.

Especificamente sobre o caso brasileiro, o veto ao ficcional implicou procedimentos destinados à invenção de uma literatura “autenticamente nacional”. Além de estar assentado no primado da observação (“o escritor deve se prender ao observado”), ‘o serviço à pátria implicava o culto do documental, do verídico, do factual, a pretexto de que só assim se compreenderia e formularia a diferença da natureza e da sociedade nossas’ (COSTA LIMA, 2007, p. 429-435). Essa literatura do espelhamento da realidade desarticulou o potencial subversivo da ficção e seus produtos responderiam a códigos prévios e externos. “Nosso nacional”, “nossa nação” seriam efeito desse enquadramento retórico, consequência da reelaboração do conceito de mimeses que desloca e afasta o ficcional da “realidade”. Ou seja, a mimeses como produção de diferença é controlada com o intuito de anular o potencial destabilizador do ficcional. Por isso, “onde a ficcionalidade aponte, é de se esperar que os defensores da verdade institucionalizada estendam suas garras”. Nesse sentido, o discurso historiográfico – para ficar restrito ao século XIX, que encontra nessa base nacional quase sua razão de ser – é um forte aliado do cânone da semelhança. Machado de Assis, no Brasil, Flaubert e Michelet (de certo modo), na França, tiveram a capacidade de “driblar” o veto. [...] Varnhagen sempre esteve no grupo opressor<sup>454</sup>.

A proposta de Varnhagen é pensar a produção literária a partir de uma “aversão ao inventado” e, assim, uma tentativa de coibir qualquer narrativa que procurasse tratar da “dessemelhança”<sup>455</sup>. A verdade apreciativa de elementos contemplativos e apolíticos como o

<sup>453</sup> CEZAR, 2018, p. 105.

<sup>454</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>455</sup> “‘Novela ou história, qual destas duas é mais verdadeira?’, perguntava-se em 1840, n’*O Panorama*, revista de cunho romântico, Alexandre Herculano. Resposta: ‘Nenhuma se o afirmarmos absolutamente de qualquer delas’,

olhar para uma floresta ou cantar uma palmeira colabora para uma determinada imagem sobre o país. Naquele início de romantismo não havia um olhar para questões sociais, exceto o de Gonçalves Dias em *Meditações*, mesmo porque os agentes disseminadores do modelo literário eram representantes da “elite dominante”.

A geração conservadora opta assim por uma narrativa histórica e literária alheia aos problemas nacionais. Naquela época, tanto pessoas quanto instituições tinham os mesmos princípios sobre a história nacional, glorificar o Regime de governo, esquecer os problemas sociais, apagar o passado de lutas das revoluções internas, construir uma imagem de um lugar privilegiado pela natureza.

No período, nesses locais, em especial no IHGB, enquanto a realeza era glorificada – a escravidão negra e a memória dos recentes conflitos regenciais ficariam relegados a uma espécie de limbo –, de maneira paralela e simétrica, o passado era construído e celebrado a partir da escolha de imagens e temas que destacavam a existência nos trópicos de uma pátria coroada de belezas, encantos e uma trajetória épica de feitos e conquistas<sup>456</sup>.

A intenção não é pensar a obra de arte se é ou não engajada sobre fatos históricos, isso já está claro nas discussões da crítica e também já é claro acerca da contribuição da sociedade para o discurso literário e vice-versa, como posto no início do ensaio por Azevedo. Ou ainda, se pensada qual a melhor representação de país ou importância dos que registram, se escritores ou historiadores. Não há o interesse em entrar na discussão sobre quem melhor consegue dar conta de toda a complexidade de um dado período; mas é impossível ignorar a posição de Azevedo em seu texto “Lucano”, por exemplo, quando disserta sobre a importância dos escritores; ao declarar que eles representam e expressam toda uma época, afinal nas produções literárias há os substratos de uma história.

Forçadamente, se perguntas fossem feitas sobre a contribuição de Azevedo na literatura que se fizesse ver a sua posição política, muitos responderam que não há. Se bem que não houve nenhuma defesa da escravidão<sup>457</sup> e da monarquia. De mais a mais, em seus dois discursos é mais reconhecível a posição política contrária a esse regime, pois não há como negar a pretensa

---

pois ‘quando o caráter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos, as tradições e as crônicas desenharem esse caráter com pincel firme, o romancista pode ser mais verídico do que o historiador’. Por quê? ‘Porque está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive, o gênio do povo que passou pelo gênio do povo que passa’. Quem domina esta arte? ‘Quem sabe-se fazer isto chama-se Scott, Hugo, De Vigny, e vale mais, e conta mais verdades que boa meia dúzia de bons historiadores’”. CEZAR, op. cit., p. 101.

<sup>456</sup> RIBEIRO, 2015, p. 37.

<sup>457</sup> CUNHA, 2021. Azevedo sugere em seu discurso que é na mestiçagem a base para se pensar os problemas do Brasil, portanto, não legitima o discurso da superioridade branca sobre os povos originários e os povos de origem africana. Logo, não legitima a escravidão.

posição republicana ou, mesmo em poemas como “Rex Lugebit”, o eu lírico explicitar um “aborrecimento” à figura de Pedro II<sup>458</sup>.

### 5- Do nacionalismo de Azevedo<sup>459</sup>

De volta ao texto “Literatura e civilização em Portugal”, Azevedo, ao tratar da nacionalidade de uma literatura, diz que ela não se configura exclusivamente pela temática da “cor local”. Antes, é preciso uma língua específica e de símbolos inerentes. Por este caminho, ele segue na contramão do que Santiago Nunes Ribeiro defendia naquele momento, em texto como “Da nacionalidade da literatura brasileira”, de que embora o Brasil não tivesse uma língua própria, havia sim uma literatura brasileira.

Azevedo não adere à ideia de seu antigo mestre, pois ele não cria que o país tivesse de fato se separado literariamente de Portugal, após a independência. Ainda havia uma pendência da antiga colônia com a antiga metrópole, no que diz respeito às duas literaturas serem ainda uma, por partilharem ainda a língua e parte dos símbolos.

Contemporâneo de Gonçalves Dias, Azevedo – embora no seu discurso de 1849 fosse favorável à literatura de Dias e aparentemente partilhasse das ideias expressas por Alexandre Herculano no texto “Futuro literário de Portugal e do Brasil” acerca do frescor e novidade da literatura de do poeta maranhense – em seu ensaio, segue na contramão daquele escritor, visto que para ele, a literatura nacional não se reduz ao indianismo e à natureza exuberante.

Haveria, portanto, segundo as teorizações de Azevedo, outros temas que contribuiriam para a criação de uma literatura nacional. Trata-se de uma abrangência não somente pelo caminho do “exótico” da cor local e do “indianismo”, mas um outro que trata do espaço geográfico e do tempo, do caminhar da civilização brasileira, incluído aí os diversos tempos herdados da humanidade, dos símbolos compartilhados e uma de “tradição social” construída por todos, portanto, dos costumes e usanças da sociedade brasileira, conforme teorizada no primeiro prólogo de seu ensaio. Para Azevedo, uma literatura com temáticas mais abrangente é condizente com a proposta de literatura para a nação.

---

<sup>458</sup> Talvez tenha aí a decepção de Azevedo com relação ao não cumprimento da juventude, o jovem Imperador, de fato não subverter a ordem em que os velhos são os que detém o poder sobre a ordem, a política etc.

<sup>459</sup> Azevedo faz retomadas sobre o mesmo assunto em diversas partes do texto e de sua obra literária, como ocorre em *Macário*.

Azevedo partilha da ideia de que não é o tema trabalhado que ditará uma obra nacional. Antes, deve-se ao fato de ela estar ligada a uma simbologia que melhor constituía e expressasse a identidade do povo. Na invenção da literatura, – visto que esta se adapta ao querer e afirmar da grande maioria de sua gente – como já posto no prólogo do ensaio<sup>460</sup>, é necessário que ela venha, – como Herder já também afirmou em sua obra<sup>461</sup> – da diferença de um povo, que contraposto a outro povo, se coloca como próprio e identitário de uma dada civilização, de uma cultura, de uma literatura.

Doutra feita alongar-nos-emos mais a lazer por essa questão, e essa polêmica secundária que alguns poetas, e mais modernamente o Sr. Gonçalves Dias parecem ter indigitado: saber, que a nossa literatura deve ser aquilo que ele intitulou nas suas coleções poéticas – poesias americanas. Não negamos a nacionalidade desse gênero. Crie o poeta poemas índicos, como o *Thalaba* de Southey, reluz-se o bardo dos perfumes asiáticos como nas *Orientais*, Victor Hugo, na *Noiva de Abidos*, Byron, no *Lallah-Rook*, Thomas Moore; devaneie romances à europeia ou à china, que por isso não perderão sua nacionalidade literária os seus poemas. Nem trazemos a pleito o mérito dessas obras. Em outra parte, enlear-nos-emos talvez nessa questão<sup>462</sup>.

Se há separação da literatura entre o Brasil e Portugal como os intelectuais afirmavam, a exemplo de Nunes Ribeiro; ora, se há uma ruptura entres as literaturas dos dois países, obras, a exemplo do aclamado divisor de literatura *Os Lusíadas* ou *Castro* etc., deixam de ser obras pertencentes à nossa literatura, sendo apenas portuguesa. No entanto, ao recuperar o que dizia Herder, de que a humanidade herda a cultura construída, não se nega o passado como algo inteiramente estrangeiro. A literatura brasileira é herdeira da portuguesa. À vista disso, não se despreza ou se constrói algo novo, ignorando o que já existe.

E demais, ignoro eu que lucro houvera – se ganha a demanda – em não querermos derramar nossa mão cheia de jóias nesse cofre mais abundante da literatura pátria; por causa de Durão, não poderemos chamar Camões nosso; por causa, por causa de quem?... (de Alvarenga?) nos resignarmos a dizer estrangeiro o livro de sonetos de Bocage!<sup>463</sup>.

Além do ponto de vista da importância da língua e da importância das relações que os povos estabelecem ao longo das suas histórias, – duas orientações teóricas que se aproximam bastante das ideias de Herder – Azevedo (acerca das manifestações culturais de uma civilização e recuperando o que havia já dito no primeiro prólogo) parte do princípio que é nas relações com outra gente que se constrói uma parcela do arcabouço de formação literária de uma nação, seja esta provinda de alteridade ou de conflitos com outras civilizações.

Azevedo cita, como exemplo, a poesia europeia em diálogo com a oriental, os dramas alemães aos dramas indianos etc. Sejam estes diálogos de cordialidade, de peculiaridades, de

<sup>460</sup> AZEVEDO, 2000, p. 706.

<sup>461</sup> HERDER, 1995.

<sup>462</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 715.

<sup>463</sup> Ibidem, loc. cit.

excentricidades, e mesmo de conflitos ou de opressão, eles sempre são provocados pelas relações estabelecidas com os outros povos. A intencionalidade do ensaísta se faz clara, quando essas relações tendem também a causar efeitos, quando pensadas nas línguas. Ele volta às diferenças entre a língua espanhola e portuguesa, quando havia somente uma língua, havia somente uma literatura comum, quando houve a separação das línguas, criou-se então uma cisão nas literaturas, antes uma, passou-se então duas.

A literatura, cremo-la nós um resultado das relações de um povo – é um efeito cuja causa os sentimentos cordiais, muitas vezes gerais, de ordinário muito peculiares, e algumas vezes até excêntricos à vista das outras, como em relação à poesia europeia os poemas China, à vista dos dramas Schillerianos as tragédias índias. As línguas, eis aí também o resultado das relações; e mais frisante é o exemplo dos dois reinos da Península Ibérica, a esse respeito, que começaram ambos com a mesma língua, e cujos idiomas se mudaram e tornaram-se diversos em virtude da variedade de acidentes de civilização. As línguas são um dos meios, porventura a bitola mais exata para conhecer-se a oscilação do progresso, e o caminhar das civilizações. Não nos demoraremos nesse tema nem cansar-nos-emos num *esgrimir* no ar, como diz Fr. Luís de Sousa, a quereremos demonstrar o que é claro<sup>464</sup>.

Para Azevedo, a “bitola”, ou seja, a medida<sup>465</sup> exata por onde há de regular e de se conhecer o progresso e o caminhar de uma civilização se faz pela língua. De forma bem-humorada e ácida, contrário às colocações daqueles seus contemporâneos, afirma que os embates, discussões e polêmicas que estavam em evidência em sua época, se assemelham a um esgrimir no ar, nada se obtém de novidade. Para ele, pelo menos, a importância da língua já era assunto vencido, encerrado e acordado.

Se os costumes entre Portugal e Brasil eram parecidos, se os sentimentos eram correlatos e se a língua era a mesma; se os poetas tidos como brasileiros, sem exceção, tinham ido se inspirar em Portugal, por consequência, não haveria nada neles que pudesse identificar um brasileirismo. Para Azevedo, Durão e José Basílio não eram de fatos poetas brasileiros como se poderia dizer, além do fato de os protagonistas dos dois livros serem portugueses. Mesmo Sousa Caldas, os insurgentes mineiros, Gonzaga, Pereira da Silva não se poderia dizer de fato brasileiros.

Daí vê-se: os vezos e usanças das colônias do Brasil eram os mesmos dos Portugueses: a língua foi sempre a mesma. Os poetas, cuja nascença tanto honra ao Brasil, alçaram seus voos d'águia na mãe-pátria. Com pouca exceção, todos nossos patrícios que se haviam erguido poetas, tinham-se ido inspirar em *terra portuguesa*, na leitura dos velhos livros, e nas grandezas da mãe-pátria. José Basílio e Durão não foram tão poetas brasileiros como se pensa. Os heróis do *Uruguai* e do *Caramuru* eram portugueses. Não há nada nesses homens que ressumbre brasileirismo; nem sequer um brado de homem livre da colônia – nada – até ao canto entusiasta da mocidade ardente de Antônio Pereira de Sousa Caldas – até as gritas livres da insurreição do Tiradentes, esse prelúdio sublime de uma orquestra de clamores de guerra ao brilhar das palmas da independência, procelária que aí vinha desgarrada ante o bafo da

<sup>464</sup> AZEVEDO, 2000, p. 715-716.

<sup>465</sup> MORAES, 1858, p. 332.

tormenta, E contudo o poeta representante dessa época, Gonzaga, apesar de todos os labores do *Parnaso* e do *Plutarco* do Dr. Pereira da Silva, não está muito claramente provado que fosse Brasileiro. Eis portanto: os usos eram os mesmos. Os homens de aquém-mar sentiam como os colonizadores. Fernandes Vieira e Amador Bueno eram a cópia bela dos guerreiros das índias<sup>466</sup>.

Para Azevedo, a literatura dita brasileira ainda não era brasileira. Não se constroem simplesmente novos caminhos com velhos símbolos e símbolos alheios; querer inventar ou aproveitar uma tradição que de fato ainda não era nacional. Lembramos que Azevedo não está renegando a herança portuguesa.

Na leitura de “Literatura e civilização em Portugal”, parece adequado contextualizar que quando Azevedo produz o seu ensaio – o discurso que versava majoritariamente no Império na composição de uma literatura nacional, por meio de autores como Gonçalves de Magalhães ou Gonçalves Dias, era produzir obras com determinadas temáticas – o ensaísta torna-se uma voz dissonante.

Historicamente, no ano de 1836, marco do início do movimento romântico nacional, o Brasil vivia politicamente com a regência um turbilhão. Revoltas, descontentamento dos brasileiros livres e pobres que eram postos de lado nas políticas domésticas. A literatura até então não havia consolidado a ideia de pertencimento de um povo livre da opressão de uma antiga metrópole; mesmo porque o Brasil continuou a ser um negócio de família e de favorecimento aos portugueses que aqui residiam. O movimento encabeçado por Magalhães, por Dias e autores, de fato, vem suprir a lacuna da ausência de símbolos nacionais, assim como delinear o caminho para a composição de uma tradição própria. No entanto, trata-se de uma tradição política e não social<sup>467</sup>, como se viu, quando o IHGB passou a ditar as regras, portanto, nada orgânico, nada democrático, nada que emanasse do sentir do povo.

De Paris, de onde *Suspiros poéticos e saudades* é lançado, a ambição do autor era se fazer ouvir em sua própria terra. Um lugar mergulhado em problemas políticos e sociais aparentes, o objetivo maior do livro de Magalhães era se fazer de guia, de pontapé da genuína manifestação literária nacional.

Tu vais, ó livro, ao meio do turbilhão em que se debate nossa Pátria; onde a trombeta da mediocridade abala todos os nossos, e desperta todas as ambições; onde tudo está gelado, exceto o egoísmo; tu vais, como uma folha no meio da floresta batida pelos ventos de inverno, e talvez tenhas de perder-te antes de ser ouvido, como um grito no meio da tempestade<sup>468</sup>.

<sup>466</sup> AZEVEDO, 2000, p. 716.

<sup>467</sup> HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2017.

<sup>468</sup> MAGALHÃES, Gonçalves. *Suspiros poéticos e saudades*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do ministério da educação, 1939, p. 13-14.

As palavras de Magalhães são claras e por meio delas tentava-se despertar uma consciência no fomento da literatura nacional; embora a obra em si, não traga uma boa realização das belas letras. Ainda assim, ele aclara um sentimento comum dos poucos intelectuais brasileiros, assim como o caminhar para uma forma identitária de um país ainda jovem.

Ao mesmo tempo que tenta separar as literaturas do reino brasileiro do reino português, o que se vê abertamente no livro de Magalhães é uma compelida tentativa de criar uma tradição literária, que desse contorno de cores locais à pátria. Acontece que a tentativa que Magalhães segue, já era convencionada em muitos países desde o final do século XVIII e início do século XIX, na expressão de uma literatura, dava-se contornos precisos aos territórios nacionais. Ora, “[...] em muitos países, e por vários motivos, praticou-se entusiasticamente a invenção das tradições [...]”<sup>469</sup>.

As invenções das tradições, como foram desenvolvidas em outros lugares, tinham alvos certos e foram praticadas de duas formas, uma social e outra política. Esta última encabeçada pelos Estados nacionais e pelos homens que a eles se ligavam, fosse enquanto funcionário ou aficionado. A adesão política no caso de Magalhães, não se deu de início, mas logo em seguida ele conseguiu trazer para si, isto é, para a sua obra o discurso oficial do Império, ao tornar-se um poeta entusiasta do Estado, enquanto propaga a formação de uma identidade para o povo. Por isso, pode-se afirmar que a tradição brasileira foi deliberadamente uma “invenção política”.

Foi realizada oficialmente e não oficialmente, sendo as invenções oficiais – que podem ser chamadas de “políticas” – surgidas acima de tudo em estados ou movimentos sociais e políticos organizados, ou criadas por eles; e as não oficiais – que podem ser denominadas “sociais” – principalmente geradas por grupos sociais sem organização formal, ou por aqueles cujos objetivos não eram específica ou conscientemente políticos, como os clubes e grêmios, tivessem eles ou não também funções políticas<sup>470</sup>.

A invenção da tradição por Magalhães foi consciente, deliberada e traçou um discurso oficial, que foi seguido por grande maioria em sua contemporaneidade. Se sua obra não se consolidava pela qualidade, por outro lado, o que buscava dizer ia ao encontro dos anseios dos demais intelectuais da época. E, depois, sua obra tornou-se o discurso oficial do Estado<sup>471</sup>. E no que diz respeito a instituições oficiais que atuavam para corroborar com as invenções das

---

<sup>469</sup> HOBBSAWM, 2017, p. 333.

<sup>470</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>471</sup> Na peleja após a publicação de 1856 (duas décadas após a publicação de *Suspiros poéticos e saudades*), com a pretensa epopeia, a *Confederação dos Tamoios* rendeu em sua defesa o próprio Imperador, como se ficou sabendo posteriormente.

tradições, desde o ano de 1838 que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro atuava com esse objetivo.

[...] [A] consequente invenção das tradições “políticas” foi mais consciente e deliberada, pois foi adotada por instituições que tinham objetivos políticos em mente. Podemos, no entanto, perceber imediatamente que a invenção consciente teve êxito principalmente segundo a proporção do sucesso alcançado pela transmissão numa frequência que o público pudesse sintonizar de imediato<sup>472</sup>.

Se pensada as proporções de criação de leis, de aparato do Estado que se consolidou em torno dessa nova tradição literária, supõem também que “[a] padronização da administração e das leis nela contidas e, especificamente, da educação oficial, transformou as pessoas em cidadãos de um país determinado”<sup>473</sup>. Ora, aparentemente, propagou-se uma tradição naquele Brasil, para dar contorno não somente ao país, mas ao mesmo tempo partilhar o instinto de brasilidade para um povo em sua maioria analfabeto.

Se, por um lado, havia a tentativa de padronizar a administração e ao mesmo tempo criar e fazer valer as leis que formatassem uma tradição brasileira; por outro lado, sem a educação oficial<sup>474</sup> – mesmo com a lei de 1827, que criou as escolas de primeiras letras, naturalmente lugar de transformação de uma gente iletrada, sem senso estético formal, em público receptor, leitores ávidos – , essa padronização e formatação de uma tradição que engloba a todos não se cumpriu como deveria ser. Mesmo porque no importante quesito de instruir sua população, as escolas deveriam atuar nas vilas mais populosas do reino e, elas em si já se constituíam em um grande problema, pois não abrangiam e não alcançavam a todos naquele momento, sem esquecer a condição dos escravizados.

Quanto à criação de uma tradição, é relevante observar que na Europa, tanto a Itália quanto a Alemanha ainda não haviam se consolidado como Estados nacionais. No entanto, as tratativas no campo cultural, a busca pelas manifestações culturais, fosse social ou política, elas já tinham como meta formalizar ações e deliberadamente instituir os símbolos e os sentimentos de pertencimento de seu povo ao seu lugar. Na Alemanha, por exemplo, desde o final do século XVIII, Herder já havia empreendido uma busca por traços da cultura passada “alemã”, que pudesse esboçar naquele momento singularidades de uma cultura que, por sua vez, ao dialogar com outras culturas, estatua a base de uma tradição própria.

No que diz respeito às invenções de tradição e também ao tipo de organização política da época na Europa, embora, já tivesse o rompimento, por exemplo, com o Antigo Regime em país como a França, esse modelo de governo ainda era a forma dominante no velho mundo e o

<sup>472</sup> HOBBSAWM, 2017, p. 334.

<sup>473</sup> Ibidem, p. 335.

<sup>474</sup> No capítulo 3 trataremos da falta de educação formal e da ideia que Azevedo faz sobre a revolução pelas letras.



Brasil não foi alheio a ele. “[...] [N]a Europa a monarquia continuou sendo a forma universal de estado [...]”<sup>475</sup>; no Brasil esse foi o regime de governo escolhido pela elite econômica e política<sup>476</sup>.

Se “[as] tradições políticas mais universais inventadas neste período foram obra dos Estados”<sup>477</sup> e em muitos países tais políticas ainda se organizavam sob o regime monárquico, por outro lado, já havia exemplos, como a França ou outro país como foi o caso dos Estados Unidos que estabeleceram as suas políticas pautadas por meio do Regime Republicano. Temos, certamente, experimentações de liberdade em meio aos regimes opressores. Ou seja, há vozes distintas como as ocorridas na Revolução Francesa e na primavera dos povos em 1848 (Azevedo tratou bastante dessas vozes dissonantes em seus discursos, e do grito de liberdade advento do republicanismo).

Ao lado do México, que foi brevemente por duas vezes monarquia, o Brasil foi o país das Américas que por mais tempo adota o Regime monárquico e a organização em Império. Em termo de funcionalidade, era um país latifundiário e escravocrata que tentava se alinhar a um capitalismo moderno causado pela Revolução Industrial. Ora, a invenção de uma tradição política e de uma literatura pautada pelo indianismo, em meio aos vastos problemas sociais e de organização política, era no mínimo estranha, para não dizer alienígena.

No entanto, “[...], a política no novo sentido do século XIX era, basicamente, uma política de dimensões nacionais”<sup>478</sup>, era em muitos lugares esse o instinto de nacionalidade; e no Brasil não seria diferente.

No terreno da criação das tradições de finais do século XVIII e início do XIX, nas tentativas de forjar tradições, tiveram lugar as mais inusitadas situações. Era como se um “vale tudo” fosse permitido e mesmo instituído; no Brasil, ignorava-se a condição do escravizado<sup>479</sup>;

---

<sup>475</sup> HOBSBAWM, 2017, 355.

<sup>476</sup> Firmar sob um regime monárquico de governo, tido como decadente por Azevedo, uma tradição que nascia em meio àquela política nacional, no mínimo, era como firmar que aquela tradição já trazia em seu interior o gérmen da decadência social, política e que reflete como tema por ele desenvolvida, portanto, de uma literatura na contramão da oficial. É interessante retomar também o que Madame Stäel dissertava sobre a importância do regime de governo na determinação de uma literatura; para ela a literatura se liberta mais no republicanismo.

<sup>477</sup> HOBSBAWM, op. cit., loc. cit.

<sup>478</sup> Ibidem, p. 355.

<sup>479</sup> Há a exceção de Gonçalves Dias, mas que logo se cala. “Entretanto, e apesar de seu caráter predominantemente ‘dependente’, não se pode restringir o alcance da literatura romântica a uma ‘mera expressão’ dos desejos da ‘boa sociedade’, pois mesmo estando circunscritos aos limites imprecisos das cidades e mesmo sendo regidos por posições ambíguas, oriundas da convivência forçada entre suas ‘vagas e contradições aspirações’ e o emprego público, alguns autores se arriscaram a tematizar negativamente a sociedade brasileira, incluindo-se aí a própria escravidão. O que, por sua vez, pressupõe obviamente a existência, por mais estreita que seja, de uma margem de manobra que os escritores podiam lançar mão. Nesse sentido, a publicação na revista *O Guanabara*, ao longo do primeiro semestre de 1850, de uma obra como *Meditação*, em que o seu autor, o poeta romântico Antonio Gonçalves Dias, discute alguns problemas da sociedade brasileira, tais como a escravidão e a truculência do poder econômico das elites, pode até exemplificar até que ponto a ‘independência’ crítica de um autor em relação à

os problemas da divisão da terra; o sequestro da independência política da gente brasileira; a falta de democratização do ensino etc. Enfim, parecia que tudo era passível de aprovação, desde que desse conta, de fato, de criar, validar e institucionalizar uma tradição, ainda que para isso, o país não contasse com símbolos representativamente consolidados.

A formação de um sistema cultural brasileiro, que remonta ao século XIX, foi inicialmente resultado do esforço coletivo para dotar o país de uma literatura e de uma historiografia próprias, capazes de garantir as condições mínimas de civilização à inserção planejada no concerto das nações capitalistas, segundo o esquema já famoso de Antonio Candido<sup>480</sup>.

Magalhães e os intelectuais proponentes do Movimento Romântico no Brasil definiram o programa a ser percorrido para quem se dedicasse ao futuro das belas letras americanas. Inicialmente, o tipo de literatura aborda os preceitos do livro de Magalhães, voltado a um romantismo mais cosmopolita. Entretanto, houve alguns ajustes nesse percurso literário na constituição da poesia nacional, mas o “sistema literário”<sup>481</sup>, por fim, estava posto.

Na cronologia das histórias da literatura, estabelecer-se-ia o cânone da literatura com o livro de Magalhães, *Suspiros poéticos e saudades*, de 1836. É ele que marcaria oficialmente o início do Romantismo no Brasil. Contudo, é o livro de Gonçalves Dias, *Primeiros Cantos*<sup>482</sup>,

---

escravidão era tolerada ou mesmo digerida pela ‘boa sociedade’. MARQUES, 2010, p. 27. Além disso, a despeito do calar, pode ser observado, pelo viés do acesso ao serviço burocrático do Estado. “A despeito de sua crítica direta à escravidão em *Meditação*, não se pode perder de vista o próprio Gonçalves Dias, do mesmo modo que a grande maioria dos intelectuais românticos, também deveu ao mecanismo do favor sua entrada na burocracia do Império. Percorrendo sua correspondência ativa, principalmente as cartas endereçadas ao amigo Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, é possível rastrear todo o processo de inserção na máquina pública e, ao mesmo tempo, constatar que o poeta não apenas tinha ciência de como as ‘coisas’ funcionavam no Brasil imperial como também, em alguns momentos em que ora criticava ora aceitava, assumiu posições contraditórias em relação aos meios necessários para assegurar o seu lugar no funcionalismo público; era, por assim dizer, a sua própria ‘dialética da ambiguidade’ em ação”. MARQUES, 2010, p. 35.

<sup>480</sup> PUNTONI, 1996, p. 119.

<sup>481</sup> CANDIDO, 2000.

<sup>482</sup> “Apesar de *Primeiros cantos* não ter sido publicado pela tipografia da *Sentinela da Monarquia*, foi nesse jornal que, em abril de 1847, saiu a primeira crítica literária ao livro de Gonçalves Dias. Neste artigo, cujo autor desconhecido identificava-se apenas com o pseudônimo de *Hyeronimus*, havia muito mais uma preocupação generalizada em louvar os *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães, tentando de antemão garantir a esta obra a primazia de inovação romântica no Brasil, do que propriamente em apreciar o livro de Gonçalves Dias: ‘Os *Suspiros poéticos* - salienta *Hyeronimus* - haviam naturalizados em nossa pátria a lira romântica. O Sr. Magalhães, então poeta, e hoje deputado, foi para o Brasil o que Zorrilla foi para a Espanha. Ambos compreenderam o que os alemães chamam - romantismo em poesia. Aquele cantar sereno e melancólico, aquele cismar ora duvidoso, ora mais pensativo e mais religioso, aquelas inspirações do Cristianismo, aquele misto de ciência, de crença e de dúvida, de ideal e de positivo; - eis aí o romantismo nas margens do Reno, o romantismo que Lamartine consagrou em seus versos. Talvez não haja originalidade nos *Suspiros Poéticos*. Talvez mesmo algumas vezes o poeta aceitasse o pensamento alheio como a mesma expressão de seus modelos. Mas nada disso lhe tira o mérito, e o seu livro sempre será lido com prazer. Os *Primeiros cantos* não têm também a originalidade absoluta falando; isto é, não pretendem fundar uma escola própria, nem revelam uma tendência especial’. De imediato, a apressada defesa do livro de Gonçalves de Magalhães suscita uma única certeza: a de que o primeiro livro do poeta maranhense, ao surgir como novidade no acanhado ambiente cultural brasileiro, incomodou de alguma forma a hierarquia literária responsável pela condução e disseminação do ‘discurso oficial’ da literatura brasileira. A necessidade de se hierarquizar, estabelecendo parâmetros e papéis na condução programática do Romantismo local, revela-se não somente na tentativa de reafirmação da importância de Magalhães no papel de fundador da literatura nacional, como também denuncia uma preocupação com o distanciamento de Gonçalves

de 1846, que definiria os preceitos da poesia indianista<sup>483</sup>. O autor passa a ser o teórico de uma recém tradição literária no país, ainda que somente uma parcela dela, pois Azevedo não se inclui.

Se atentarmos para o livro de Magalhães, se observarmos os títulos dos poemas e a divisão do livro, a parte de “suspiros poéticos” versa sobre diversos temas: trata do ciclo da vida humana (“preces da infância”, “a mocidade”, “a velhice”), discorre sobre Roma, suas ruínas, etc.; enfim, no geral, o livro aborda temáticas mais abrangentes do que se propunha a uma literatura local. Apenas o final do livro se volta de modo direto ao Brasil com o título “saudades”. Ao examinarmos o livro de Dias, a segunda parte dele está mais próxima da poesia feita por Magalhães e do romantismo feito na Europa. No entanto, a primeira parte do livro de Dias é que ditaria o romantismo brasileiro; as temáticas são postas, denominadas de “poesias americanas” como a “canção do exílio”, “o canto do guerreiro”, “o canto do Piaga” e “o canto do índio”.

O nome de maior repercussão foi o de Gonçalves Dias<sup>484</sup>, visto que no ano de 1846, dados os ajustes, o indianismo foi o caminho oficial a ser percorrido. Embora, Magalhães tenha tratado do indianismo em sua obra *Confederação dos tamoios*, de 1856, foi Gonçalves Dias quem iniciou e melhor desempenhou a poesia indianista, ao produzir as melhores poesias sobre os povos originários como “Canção do Tamoio”, “I-Juca-Pirama” e “Leito de folhas verdes”.

Inaugurado na verdade por Gonçalves Dias, em 1846, e interpretando diferentemente o mesmo sentido contagioso, o indianismo romântico tendia a particularizar os grandes temas da literatura ocidental, querendo como que aclimatá-los à realidade local, segundo intenções claras de produzir um discurso implicado no projeto nacional. O índio, uma vez fisicamente desaparecido (na errônea visão corrente no

---

Dias da esfera do poder institucionalizado. Do ponto de vista temático, os *Primeiros cantos*, apesar de incômodo por estarem à margem das instituições preocupadas com a definição da identidade coletiva, são, paradoxalmente, a melhor representação desse mesmo discurso. O problema, portanto, estava no próprio poeta que, como nem fazia parte e nem havia sido ainda cooptado pelas instituições, precisava, ao menos no calor da hora, ter sua ressonância pública amenizada pelo discurso oficial. MARQUES, José Wilton. Gonçalves Dias: o poeta na contramão (literatura e escravidão no Romantismo brasileiro). São Carlos: EdUFSCar, 2010, p. 37.

<sup>483</sup> “Esse campo temático, que terminou por ocupar a maior parte da revista [do IHGB], abarcou textos e documentos a respeito das diversas tribos indígenas, seus costumes e línguas, a catequese e o trabalho de missões religiosas, bem como a questão de seu aproveitamento como mão de obra. A relevância que foi atribuída a esses temas pode ser reconhecida pelo fato de que, sempre que os recursos previstos se esgotavam, o IHGB recorria ao parlamento solicitando financiamento adicional, como, por exemplo, no ano de 1843, para a publicação de material sobre as línguas indígenas”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 143.

<sup>484</sup> “Ao contrário do que afirma Lúcia Miguel Pereira, a entrada de Gonçalves Dias ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não se deu no dia 2 de setembro de 1847. Na realidade, a candidatura do poeta como “membro correspondente” foi apresentada na sessão do dia 2 de outubro desse mesmo ano, tendo sido posteriormente referendada pelos demais membros do IHGB somente na sessão seguinte, isto é, em 14 de outubro. Nesse sentido, pode-se ler na ata dessa referida sessão que: ‘foram aprovados membros correspondentes da secção histórica os Srs. Dr. João Antonio, de Azevedo, Eduardo Laemmert, e Antonio Gonçalves Dias’”. MARQUES, 2010, p. 42.

século), devia se prestar ao papel de elemento referencial na reconstrução historicista da literatura romântica, e de símbolo privilegiado da especificidade da pátria<sup>485</sup>.

Politicamente, mesmo com os ajustes e as mudanças de percursos na escolha da temática, foi Gonçalves de Magalhães a liderança do caminho perseguido na construção da literatura nacional. Segundo Puntoni, o autor de *Suspiros poéticos e saudade* era a pessoa mais indicada naquele momento para ocupar o lugar de um guia frente a um grupo, que apoiado pelo Estado, daria o esboço necessário para forjar uma tradição. Magalhães ocupou um lugar vago, que era oportunamente oferecido àquele que estivesse disposto a andar por uma abertura, precisamente a ser preenchida por súditos fiéis ao Império.

A adesão de Magalhães foi presumida, se pensado o momento histórico do século XIX, quando o programa de governo previa e deliberava em favor da unificação do reino. Um país recém independente, após o golpe da maioria, cujo desígnio era de pôr fim a qualquer tentativa de fragmentar o país, qualquer amálgama fosse histórica ou literária somente viria a ajudar na consolidação do Estado nacional.

Gonçalves de Magalhães é o exemplo mais acabado desta espécie de “intelectual orgânico” do Império brasileiro. Reunia em sua obra história e literatura, subordinando aos ares do século e aos interesses da monarquia o recurso a documentos e episódios passados. Foi, se não o mais ilustre, o mais importante poeta destes anos formativos, notadamente do movimento indianista. Se a primeira expressão romântica do indianismo no Brasil foram as poesias líricas de Gonçalves Dias, em 1846, foi Gonçalves de Magalhães que desempenhou papel capital no estabelecimento do modelo indianista oficial, em sua versão mais orgânica. Esse poeta nacional, funcionário fiel do Império brasileiro, por duas ocasiões secretário do “pacificador” Caxias (no Maranhão e no Rio Grande do Sul), organizou em torno de si todo o oficialismo da literatura nacional, à sombra do Imperador ele mesmo. Nascido em 1811, depois de frequentar o seminário onde lecionava Monte Alverne e formar-se em medicina, aos 32 anos, partiu para a França, onde tomou contato com a poesia romântica e, juntamente com outros beletristas brasileiros, todos sócios do *Institut Historique*, resolveu fundar uma revista de Ciências, Letras e Artes, que seria o marco do romantismo em nossa literatura. Claramente influenciada pelo indianismo, ela já o denotava na escolha do nome: Niterói, topônimo tupi da baía de Guanabara. Sob o lema de “tudo pelo o Brasil e para o Brasil”, a revista pretendia se mostrar um símbolo da procura das raízes particulares da nação e de seu consórcio com o poder centralizado na cidade do Rio de Janeiro, em outras palavras, com a unidade nacional. Era já todo um programa<sup>486</sup>.

De mais a mais, Puntoni chama a atenção para dois pontos importantes do romantismo de Magalhães<sup>487</sup>. O primeiro seria a necessidade de pontuar uma unidade do Império, ao buscar

<sup>485</sup> PUNTONI, 1996, p. 120.

<sup>486</sup> Ibidem, p. 123.

<sup>487</sup> Magalhães foi propício na adesão ao “modismo”, não ficou alheio à temática romântica “fúnebre”, em 1864 publicou o livro *Cânticos Fúnebres*. Os títulos dos poemas são os mais diversos: A Dor; A Morte de Evaristo Ferreira da Veiga; A Morte de Meu Pai; A Morte de F. de Lima e Silva; A Morte de Ç. Miguel de Lima e Silva; Triste Consolação; Lembranças Dolorosas; A Memória de Minha Mãe; Os Mysterios: Mysterio I. A Morte / II. Lamentações / III. Recordações Dolorosas / IV. O Lethargo / V. A Visão / VI. A Consciência / VII. A Dúvida / VIII. A Fé; Epitaphios sobre as campas de meus filhos; Notas aos Mysterios; Hymno à Morte; O Louco do Cemitério: Canto I. O Coveiro / II. O Vulto / III. O Delírio / IV. A Evocação das Almas / V. O Enterro / VI. O

um “mito fundador”; o segundo, era que a fundação da “literatura indianista” mesclada ao “concreto histórico” pudesse fundir os discursos literatura e história, caros à formação da nação. Segundo Puntoni, o texto de Magalhães viria a fundir esses dois discursos, a poética com a historiografia na *Confederação dos Tamoios*.

O romantismo de Magalhães bebeu nas fontes documentais de que dispunha o século, o que já, em razão da onipresença da *Chronica* de Vasconcelos, incitava ao devaneio. Contudo, foi precisamente seu romantismo, expresso na vontade primeira de louvar a unidade do Império (nas trilhas precisas de Martius), de forjar-lhe um “mito fundador” e de encontrar-lhe um passado digno, segundo o esquema corrente, que o induziu ao historicismo que ancorava sua imaginação poética na referência a um concreto histórico. Neste sentido, não podemos deixar de perceber que o épico de Magalhães é também um texto historiográfico, cuja costura, ainda que no registro literário, foi feita em alguma medida nas regras do método. Como vimos, a separação dos gêneros, que ganhava fôlego no “século da história” (como já foi chamado o XIX), não se fazia sentir fortemente no Brasil<sup>488</sup>.

Ora, não se diminui em nenhum momento a importância da contribuição dada por Gonçalves de Magalhães no desenvolvimento de uma tradição nacional. No entanto, ao trazer algumas observações acerca desse escritor, e de todo seu séquito, se mostra oportuno pensarmos sobre o posicionamento de Azevedo, em relação ao tipo de literatura desenvolvido naquele momento, como um contraponto à tradicional política oficial que se desenrolava.

É importante ressaltar que os três poetas – Magalhães, Dias e Azevedo – são contemporâneos. Contudo, a posição política e literária de Azevedo é expressamente contrária ao que se procurava estabelecer no país. Gonçalves Dias voltou-se mais à temática indianista etc. Magalhães se volta ao romantismo de Dias e os dois seguem um caminho, mas Azevedo não segue por essa senda.

Azevedo continua o seu projeto e segue com que já vinha desenvolvendo em sua poética. Primeiro, ele observa a existente tradição europeia<sup>489</sup>, para depois comparar com as possibilidades que se faziam dentro do Brasil. Ao fazer isso, ele adere a um esboço de uma “tradição social” (pensamos aqui na teorização de Hobsbawm). Ou seja, a criação de uma tradição voltada para a inclusão de um gama maior de contribuições, fosse de temática, fosse de fontes filosóficas e históricas, fosse de pessoas, fosse de crítica ao regime de governo como em “Pedro Ivo” e “Rex Lugibet” e mesmo de questões sociais, como a falta de instrução pública etc.

---

Fim; O Amante Infeliz; Vanini no Cárcere; Predicção de Cazotti; A Tempestade Nocturna; A Voz Paternal; A Guerra Civil dos Estados e Morte de Sócrates.

<sup>488</sup> PUNTONI, 1996, p. 125.

<sup>489</sup> Ora, dentre a proposta moderna de Azevedo, o que de fato foi a sua abordagem de deglutição da tradição europeia, ele não exclui o que de lá vem, mas a amplifica e a ela incorpora aspectos de revisão mesmo, uma vez que observa o estado que as artes encontravam por lá, decadente, se vista que não se dava um sopro novo de criações literárias. A partir daí ele empreende o grande projeto consciente de literatura, inicialmente teorizado em *Lira dos vinte anos* e desenvolvido em *Macário* e *Noite na Taverna*.

Em lugar de aceitar a orientação de Magalhães que propunha adotar apenas a cultura francesa e o ecletismo como modelos a partir dos quais a literatura e as ideias se desenvolveram, Azevedo procura direcionar o pensamento para as mais diversas fontes literárias e filosóficas [e históricas], destacando, [o historicismo de Herder etc.] entre outras, a filosofia oriental, o transcendentalismo de Kant e Fichte e o idealismo de Hegel<sup>490</sup>.

De mais a mais, pensamos acerca da obra de Azevedo como um programa especial de criação de uma tradição literária brasileira alternativa ao que estava em curso por Magalhães e Dias. Ou seja, a criação e o desenvolvimento de uma “tradição literária azevediana” própria em oposição ao discurso oficial da tradição como fora posto pelo autor de *Suspiros poéticos e saudades*. “O romantismo, em geral, não se configura como uma estética homogênea, nem se delimita exclusivamente pelo nacionalismo e pelo sentimentalismo. Abarca posições políticas e estéticas, quando não antagônicas”<sup>491</sup>.

Considerando a heterogeneidade como um princípio inerente a essa estética, é possível reconhecer que Álvares de Azevedo [...], entre outros, apropriaram-se criticamente de gêneros, temas e motivos correntes, acusando seja a sua cristalização, seja a preservação do neoclassicismo no tempo romântico, quando não assumindo discreta e prudentemente posições antimonárquicas, anti-escravagistas e republicanas<sup>492</sup>.

Aparentemente, Azevedo usa a sua digressão, isto é, falar da literatura no Brasil, para discordar, do que era quase consenso entre seus contemporâneos, da ideia de que a literatura brasileira, naquele momento, já era independente de Portugal.

## 6- A idade de ouro e decadência na Península Ibérica<sup>493</sup>

De volta ao ensaio, Azevedo retoma então o assunto que tratava antes, as literaturas de Espanha e Portugal. Novamente, o ensaísta afirma que havia muita semelhança naquelas poesias, e que se não fosse pela língua, poderia se dizer que era apenas uma literatura.

– Voltando agora ao tema do capítulo.

As literaturas portuguesa e espanhola, ao separarem-se as línguas, ficaram formando duas. Mas assim mesmo, é tanta a similitude do parecer, tanta a ilusão dos sonhos poéticos, são tão reflexivos numa e noutra os toques da cavalheirosa desfreima, os sentimentos altivos dos peninsulanos, desses Cids tão robustos como a loriga, desde os plumões da cervilheira até as grevas onde ressoa o argentino tinir dos acicates; que

<sup>490</sup> CUNHA, Cilaine Alves. Entusiasmo indianista e ironia byroniana. Tese de doutorado. São Paulo, 2000, p. 305.

<sup>491</sup> CUNHA, Cilaine Alves. Recepção de *Fausto* no Romantismo brasileiro. In: GALLE, Helmut. *Fausto e a América Latina*. São Paulo: Humanitas, 2010, p. 322.

<sup>492</sup> Ibidem, p. 322-324.

<sup>493</sup> No trecho que trata de Portugal e Espanha, há a retomada da temática do cenho guerreiro, que é compatível com a Idade de Ouro, e, posteriormente, há o desenvolvimento das temáticas da decadência e do problema das imitações.

se fosse possível passar por esse tropeço do vário das línguas, pudéramos dizer que essas duas, eram uma só literatura<sup>494</sup>.

Para Azevedo, o cenho guerreiro (citado no início do ensaio e que neste trecho do texto é trazido para ampla discussão) serviu de propulsor no alavancamento das literaturas portuguesa e espanhola. Ele assegura que foi justamente no período guerreiro, que o povo português e os espanhóis atingiram o ápice do desenvolvimento humano. Assim, ele descreve todos os momentos históricos de guerras e de expansões marítimas. E segundo Azevedo, as literaturas floresceram nesse período. A fim de confirmar seu argumento, ele cita então os grandes nomes da literatura daquela Idade de Ouro. Dentre os nomes estão presentes Alonzo de Ercilla, Camões, Corte-Real, Garcilaso, Cervantes, Calderón e Lopes da Vega. Todos eles, na citação de Azevedo, atrelam as funções de combatentes às de poetas.

Se houve nações onde o brio do campeador se justara com os ademanes do trovador, e onde o soldado ao depor da armadura, ao desembraçar do broquel, soubesse o dedilhar de lira afinada por anjos, e a ambrosia das musas se lhe inalasse dos lábios, onde o cenáculo dos bardos fosse às vezes a tenda do legionário, onde que não em crias da Espanha reluziram mais fontes de poeta sob o elmo das lides? Olhai: – Alonzo de Ercilla escrevia a *Araucana* às praias do Oceano, na barraca do soldado, e no sopé das Cordilheiras, onde a ave-rei dos céus da América, o Condor dos Andes, enverga seu adejo pelas grutas negras de nuvens da serra. Camões, denodado pelejador de Ceuta, o desterrado guerreiro das índias, cantou os *Lusíadas* na Índia, em Macau, em toda parte onde o vento nas palmeiras da Ásia lhe falava das glórias do passado. Corte-Real foi o poeta de *Diu* e do *Naufrágio de Sepúlveda*. Garcilaso, o neto dos Incas, como disse W. Schlegel, escrevia suas canções de amor sobre essas ruínas de Cartago, o mausoléu de passadas ruínas, onde Caio Mário, soberbo e Romano, se assentara sublime no seu vagabundo passar de desterrado. Cervantes pelejara em Lepanto, na grande vitória de D. João d'Áustria – o bastardo. Calderón, D. Pedro de Calderón – o poeta, o soldado e o nobre – pelejara na Flandres e na Itália. Lope da Vega fora um dentre as miríadas de guerreiros que se passaram na *armada invencível*, ido com o ferro em punho à Albion de Shakespeare travar-se gládio a gládio, com os jograis da velha Inglaterra, como – segundo a expressão de Ampère – os menestréis Northmans do barão de Guilherme – o conquistador, com os bardos ruivos de Harold – o Saxão<sup>495</sup>.

É pertinente destacar da citação duas menções de Azevedo, primeiro sobre o acúmulo de funções, poetas e guerreiros; e depois sobre os lugares que estes poetas compuseram as suas obras, longe dos céus de suas pátrias, especificamente Ercilla e Camões. Essas combinações (poetas e guerreiros) e teorizações (literatura e civilização) são bastante pertinentes às próprias conjecturas de Azevedo, dadas às discussões da época, como as que configuram no primeiro prólogo de seu texto.

Acerca da relação literatura e civilização, o próprio Azevedo a aborda em diversas partes de seu ensaio, – e consideradas todas as tratativas dos teóricos sobre a posição geográfica e o clima (esse último assinalado como definidor da cor local por Ferdinand Denis, por exemplo),

<sup>494</sup> AZEVEDO, 2000, p. 716.

<sup>495</sup> Ibidem, p. 716-717, itálico do autor.

– o escritor brasileiro afirma que não importa o lugar que o poeta cante sua obra, ela não perderá a nacionalidade. Já com relação àquela primeira consideração, o destaque dado ao guerreiro, que também é poeta, se assemelha bastante com o que Azevedo trata no texto “Lucano”, sobre os grandes heróis de Roma, como Fabrício, Cincinato, Fabio, Catão-Censor, cultuados nomes, empunharam suas espadas para defenderem a sua pátria, e com isto legaram seus nomes à posteridade.

Na sequência, há, mais uma vez no texto de Azevedo, a marcação de dois momentos temporais distintos nas literaturas espanhola e portuguesa; um que representa a idade de ouro e outro o período de decadência. O ensaísta é bem enfático na divisão que faz acerca de apogeu e declínio na literatura: “Quando os hábitos guerreiros dessas duas nações acabaram, a poesia decaiu. É que os Homeros são os cantores que foram embalados às tubas da guerra, e essa geração que em Portugal era a *diakenasta* dos Lusíadas, e na Espanha a do Cid, era uma tribo de Homéridas”<sup>496</sup>. Quando chegou ao fim o período de expansão dos dois reinos, o resultado foi catastrófico para a literatura e a partir daí começa um período de decadência para as literaturas, a portuguesa e a espanhola; na Espanha impera os trocadilhos e o gongorismo, em Portugal, os “desvarios de mentes caducas”.

Quando as monarquias da Península descaíram das eras de glórias, a literatura passou dos epinícios do vitoriado *hosannah*, ao seiscentismo de Góngora, Marini e Dorat, que até, no dizer de Benary, tivera sua época nas letras sânscritas, assinalada no poema *Nalodaya*. E enquanto a literatura castelhana se perdia nos trocadilhos e no gongorismo, o monumento das letras portuguesas era a *Fênix renascida*, tipo dos desvarios de mentes caducas. – A *Fênix* é um objeto digno de estudo: é um padrão do estado vergonhoso de esalfamento e laxidão, do afã de um dormir de escrava, dessa pobre Lusitânia que a derrota de Alcácer-quibir e os manejos do jesuitismo entregaram sem láurea e coroa, aos sorvos sedentos de vida, que lhe bebia no romper das veias o vampiro castelhano<sup>497</sup>.

Notadamente, a fim de que seu argumento seja melhor evidenciado, Azevedo cita os os grandes momentos épicos dos dois países; e naquele período, Portugal e Espanha tinham juntos as vitórias que serviram de júbilo aos poetas. Em sua argumentação, ele vai enumerando as batalhas de expulsão dos árabes na península ibérica, o descobrimento das américas, de uma parte Colombo e depois seus sucessores na expansão do reino. Portugal com Cabral, depois Martim Afonso e Pero Lopes na empreitada de colonizar o Brasil. Entretanto, o ensaísta não deixa de considerar o massacre que os espanhóis fizeram aos povos originários, bem como a referência da religião católica que também massacrrou esses mesmos povos, nos domínios espanhol e português.

<sup>496</sup> AZEVEDO, 2000, p. 717, itálico do autor.

<sup>497</sup> Ibidem, p. 717, itálico do autor.



Voltemos atrás ainda. Quando Portugal retumbava na sua era mais épica às vitórias dos Adefonsíades, e varria como uma catadupa ao britar de suas garras de leão as miríadas Mouriscas das terras dadas ao conde Henrique, – a contemporânea Castela ufanava-se aos cantos triunfais da Cristandade livre. Quando os sucessores de Colombo, Hernando Cortés e Pizarro lastravam as pegadas sanguentas de suas grevas pelas praias Americanas, ao devassar com seu pugilo de bandidos as florestas, ao bater dos acicates de ouro no colo azumbrado dos Incas, – e Las Casas catequizava os selvagens, Pedr’Álvares Cabral erguia em Porto Seguro o padrão português, Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa roteavam as costas da terra de Santa Cruz; Nóbrega e Anchieta, dois jesuítas, fundavam a Capitania de S. Vicente<sup>498</sup>.

Azevedo tece comparativos acerca das duas nações, Espanha e Portugal, e com isso ele reforça, mais uma vez, muito a defesa da tese de que os dois reinos eram parecidos (e daí é possível inferir a semelhança entre Portugal e Brasil). A relação desses dois povos era como uma sina, quase como um pesar, que inicialmente foi um único reino, mas que se tornou dois; primeiro pelo fato da língua tornar-se distinta e conseqüentemente as literaturas serem diferentes. Contudo, a relação era difícil, segundo aponta o ensaísta, no período das grandes navegações foi preciso um papa para separar o mundo em dois. Segundo Azevedo, tudo “ia-lhes de par”, pois em cada lugar que um povo estava, o outro também se fazia presente. Para ele, tratava-se de um “sangue irmão”, de competências rivais ou mesmo de “instinto de equilíbrio político”.

A sina das duas nações, ou antes a história dos povos, é a mesma: e para evitar o transbordar de uma na outra, um Papa alinhava no globo a raia limítrofe dos dois povos no novo mundo. Navegações, conquistas – tudo ia-lhes de par: vedes os Portugueses na África? – lá estão também os Espanhóis. Instinto guerreiro, mesmo bulhar de sangue irmão, aspiração rival de competências gloriosas, ou instinto de equilíbrio político, o que sobressai nisto tudo é o esmalte aventureiro daqueles corações<sup>499</sup>.

Azevedo diz então que se tratava de um preâmbulo ao que viria, a literatura na fase de grande desenvolvimento e posteriormente em seu declínio: “Longo fomos: não duvidamos que demais, para um preâmbulo. Mais algumas palavras e findamos o capítulo”<sup>500</sup>. Desse modo, as descrições históricas de formação dos povos da península ibérica; as lutas que empreenderam para se verem livres de outros povos, como dos árabes por exemplo; a época do ápice do desenvolvimento das duas nações, as expansões navegacionais, os descobrimentos de novo mundo, o florescimento das duas literaturas. Tudo isso, segundo o autor, configurar-se-ia então como uma introdução para o que iria tratar: A “fase heroica” e depois a “fase negra” da literatura portuguesa.

---

<sup>498</sup> AZEVEDO, 2000, p. 717-718.

<sup>499</sup> Ibidem, p. 718.

<sup>500</sup> Ibidem, loc. cit.

Ao delinear a história das duas nações, a época em que as duas literaturas eram grandes e do marco divisor das duas literaturas com Camões, Azevedo analisa a literatura moderna portuguesa e a compara com a da Espanha: “A literatura moderna portuguesa de hoje tem tido seu aluziar, seus relumbres do mesmo gênio, e nisso tem acompanhado a espanhola. Pelos poetas que levaram arma ao ombro na guerra da carta em Portugal, a Espanha tem os constitucionais Lara, Espronceda e Zorrilla”<sup>501</sup>.

Se antes, Azevedo estabelece um correlato do período de grande prosperidade das duas nações com o cenho guerreiro dos dois povos, isto é, associa um desenvolvimento econômico e estético à bravura de sua gente; a partir daí ele acresce, que sim, que há outros diferenciadores de uma literatura, (não somente a exemplo do que ele já dissera também acerca do clima e da religião, que colaboram para as particularidades de uma dada literatura, como a portuguesa, por exemplo), o gênio belicoso de um povo também forneceu não somente tema a literatura, como também o alicerçar da identidade nacional.

Por esse caminho, Azevedo atribui importância à herança cultural, e, dessa forma, ele ainda reafirma a relevância que aqueles escritores legaram às letras de sua nação. Azevedo marca a importância daqueles escritores, assim como daqueles textos e dos outros escritores e textos que se sucedem. Desse modo, ele coloca em evidência os vários diálogos que se formam e corroboram com a invenção de uma literatura.

Azevedo analisa a poesia e o teatro peninsular. Na análise, ele vai associando o diálogo que se constrói dentro de uma literatura e também com outra literatura. Assim, ele elenca que um escritor conhece a literatura de outro escritor, que uma escola literária dialoga com a escola literária de outra época. Por esse caminho, ele assegura que ali na península, naquele Dezenove, se renega o passado romântico de Camões e Bernardim em favor do “crisocal”<sup>502</sup> da escola de Victor Hugo. Consequentemente, a poesia portuguesa nem sempre ergueu-se tendo por matéria os velhos cantos guerreiros, o diálogo direto com o passado; e há ainda aparente crítica aos excessos de imitação das escolas.

Para Azevedo, o timbre nas produções portuguesas também se fez às vezes do uso exagerado das formas, das quebras harmoniosas do verso, dos requintes das ideias facetadas e do próprio esmerilhar dos versos (Azevedo deixa entrever a sua própria composição). Ora, ele enumera toda a filosofia da composição artística portuguesa naquele meado do XIX ao tratar

---

<sup>501</sup> AZEVEDO, 2000, p. 718.

<sup>502</sup> Não há especificamente a palavra no dicionário Antônio de Moraes, mas traz a palavra **crisol**, que significa “cadinho, vaso de cinzas leves, e ossos calcinados, tudo amassado; no qual se purifica, e afina o ouro, e a prata, ou se derrete somente”. MORAES, 1858, p. 580.

das diversas nuances, em especial atenção à do metro. Junto a isso, pensamos o porquê da citação de João de Lemos pelo ensaísta, um poeta que traz em sua obra grande parte dos preceitos daquele fazer literário à la Victor Hugo e à la Byron.

Azevedo amplia o alcance de sua análise comparativa ao visitar a literatura inglesa, precisamente Byron. Ele aborda a filosofia da composição daquela poesia e resalta algumas características da composição literária portuguesa. Ele destaca o egotismo, o rir sardônico, a ironia e o sarcasmo do bardo inglês, que também podem ser vistos nos escritos da península, como por exemplo, em escritores como Castilho, mesmo com as suas ressalvas acerca do proselitismo de forma.

O poeta brasileiro deu destaque não somente aos nomes consagrados, mas também cita escritores não tão reconhecidos<sup>503</sup> na história literária portuguesa. Na sua marcha de incursão pela literatura portuguesa, Azevedo menciona João de Lemos, que depois de Garrett, é um legítimo representante daquela literatura. Ora, a intencionalidade de inclusão deste escritor se aclara, visto que o poeta romântico português João de Lemos foi também estudante, participou do jornal poético estudantil *O Trovador*<sup>504</sup>, tratou de temáticas<sup>505</sup> muito próximas das que Azevedo desenvolveu, embora aquele fosse adepto do Antigo Regime e este não.

Contudo, nem sempre a poesia peninsular ergueu-se à sombra dos velhos cantos guerreiros; quase sempre ela renega do passado romântico de Camões e Bernardim, pelo crisocal da escola de V. Hugo. O timbre, às vezes a exageração de labor e louçanias nas formas, o quebro harmonioso do molde, o requinte da ideia facetada como um diamante, esmerada como um Arabesco da renascença florentina, eis aí quanto ao metro, quanto ao trabalho artístico; e por isso o Sr. João de Lemos<sup>506</sup> é para

<sup>503</sup> Azevedo seleciona autores preferidos que em geral estão desprestigiados pelos outros críticos, mas tidos por ele como “expoentes e marcos” de literaturas. Aparentemente, para o poeta brasileiro, eles se constituem como bons exemplos das histórias culturais da humanidade. (Além disso, ele é um crítico da heroicização de vultos, de grandes personalidades, sempre os rebaixando).

<sup>504</sup> CRUZ, Eduardo da. Antônio Feliciano de Castilho e a seleção de poetas para a *Revista Universal Lisbonense* (1842 - 1845). *Miscelânea*, Assis, v. 14, p.163-181, jul.- dez. 2013.

<sup>505</sup> “E os abismos, ou túmulos, muito presentes na obra de João de Lemos, são parte inerente de seu olhar sobre o mundo. O ambiente cercado por abismos feitos pelo mar cavado é uma imagem reiterada em sua poética. A paisagem rasgada, na terra ou no mar, aparece como tema em diversos poemas de Lemos, até mesmo em “Um Brinco”: Porque folgas, infante, ao pé das ondas, / Quando sobem, fugindo, e quando descem, / Perseguidoras, louquinho?! / Já lamberam teus pés, já, despeitosas, / Te cuspiram á face a leve escuma, / E sorris-lhes, aplaudindo? / Oh! não brinques assim... ai!... foge... foge... / É já tarde!... involveram-te! banharam-te!... / Foge às vagas do mundo! (RUL, III, n.º 18, 21/12/1843, p. 216). Importante ressaltar que nesse seu olhar sobre o mundo, Lisboa pouco aparece. As paisagens portuguesas são descritas sem especificidade, enquanto João de Lemos tem com o Reino Unido uma relação de veneração e crítica. Ele exalta sua riqueza, seus poetas, e suas maravilhas, mas aponta que, apesar disso ou mesmo talvez por isso, mantém oprimida a Irlanda, deixa com fome os pobres e está cercada de fumaça e escuridão”. CRUZ, op. cit., p. 178.

<sup>506</sup> “João de Lemos não é realmente um poeta só de amores como tem sido apontado até então. O mais cosmopolita poeta de seu grupo não poderia ter sido ignorado por Antônio Feliciano de Castilho. Não o foi também por Alexandre Herculano ou Almeida Garrett. Há em sua obra uma importante preocupação com a forma do poema. É preciso ressaltar sua tentativa e a capacidade de inovar a poesia portuguesa pela questão formal e destacar os casos bem sucedidos. Lemos seguiu realmente o que pregava seu mestre e a sonoridade de seus poemas é resultado de um trabalho artesanal que procura criar uma harmonia entre a ideia e a forma”. *Ibidem*, p. 181.

nós o representante da literatura portuguesa depois do Sr. Garrett. Quanto à filosofia da poesia, é às vezes o egotismo ensombrado de Byron, o rir sardônico do poeta inglês; mas a ironia vem adonizada de flores; o sarcasmo lavrado a primor ressoa melodioso – como... os *Ciúmes do bardo* do Sr. Castilho apesar ainda de todas as juras de proselitismo de uma forma mais severa que a do *Eco e Narciso*<sup>507</sup>.

Já com relação ao teatro português, Azevedo diz tratar-se do mesmo “ademã”<sup>508</sup>. Ele cita Mendes Leal, Abranches, Pereira da Cunha, mas afirma que ainda há ali Calderón e Vega, embora revisitados via Corneille e Victor Hugo. Ele ainda destaca os florilégios que se fez, as lavradas “trasflores”, os muitos esmaltes, as muitas expressões passadas pelo crisol, os sons filtrados pela doçura, os sentimentalismos falsos. Segundo o crítico, retirai todos os excessos e é possível ver o que há de verdadeiro e de bom na produção nacional.

No teatro, é o mesmo ademã dos Srs. Mendes Leal, Abranches, Pereira da Cunha. É o lirismo do cantor das *Orientais*, doirando às vezes o gosto antigo das peripécias e enredos de Calderón e Vega, revivido por Corneille, e acordado de seu segundo sono pela imaginação espanhola de V. Hugo. De ordinário muito florilégio, muito lavradas trasflores, muito esmalte, as expressões passadas ao crisol, os sons filtrados pela doçaina de um sentimentalismo às vezes falso: mas quanto ao fundo... Levantai a púrpura dos discursos de Cícero, disse-o Lamartine no *Rafael*<sup>509</sup>, sentireis ainda as lágrimas romanas no seu cibório<sup>510</sup> lacrimário – levantai essa nuvem de rosas, que vedes aí?...<sup>511</sup>.

De mais a mais, é possível destacar o pensamento azevediano a respeito do cuidado para não copiar ou imitar uma escola ou um escritor/obra. Para Azevedo, acerca dos diálogos que naturalmente se desenvolvem com outros escritores e obras, é preciso saber como proceder para não tornar a literatura falha e mesmo mera imitação. A exemplo, ele cita Goethe, que reclamava de seus imitadores; cita ainda Chateaubriand sobre a reação exagerada de suas ideias. Ora, para Azevedo, muitas vezes os discípulos de uma escola, no traslado e no arremedo de belezas construídas pelos pioneiros de uma estética, copiaram também os defeitos dela. Por isso, diz que está claro que os imitadores não sabem proceder como fazem os mestres, que são mestres, justamente por saberem esconder os defeitos.

É uma coisa, que no meu muito humilde juízo de mesquinho leitor, eu lamento muito a essa escola em cujo frontal douraram o nome de Shakespeare, como um símbolo de independência, a esses mancebos que não quiseram ser clássicos com Eurípidés e Sófocles para sê-lo com Hugo e Dumas. A sua sentença está no mestre da escola, a imitação mata o gênio, a cópia destrói o lampejo de originalidade, seja de um clássico, seja de um romântico. Os chefes de sistema literário são mais por admirar e estudar que por copiar, Goethe lamentava-se dos seus imitadores, – criticava acerbo o

<sup>507</sup> AZEVEDO, 2000, p. 718.

<sup>508</sup> Segundo o dicionário Antônio de Moraes, “ademan” significa “sinal externo, com que se manifesta o gosto, ou desprazer, e assim qualquer afeto da alma; gesto”. MORAES, 1858, p. 44.

<sup>509</sup> Lembremos aqui, Álvares de Azevedo, em carta, pede a sua mãe que lhe compre o livro *Rafael* de Lamartine. Possivelmente, ele tenha realizado a leitura da obra em primeira mão, e não mediante os olhares de outros críticos das diversas revistas da época.

<sup>510</sup> “Ambula, em que estão partículas consagradas nos sacrários”. MORAES, op. cit., p. 465.

<sup>511</sup> *Ibidem*, loc. cit.

sentimentalismo falso que seu *Werther* fizera brotar nos romances, e o desregrado do drama que seu desordenado, mas belo *Goetz de Berlichingen* fizera benquerer. Chateaubriand queixava-se do bronco de expressão, do exagerado de ideias, que sua reação romântica acordara nas escolas do belo horrível que excederam todo o medonho da ronda de horrores e lascívia de Lewis – e das mortualhas dramáticas de Mathurin. É que os discípulos na fascinação da apoteose que erguem ao gênio, no tresladar, no arremedo de suas belezas, imitam-lhe também, e mais que o resto, os defeitos, porque foi no embelezá-los, em escondê-los sob flores, que os mestres envidaram suas forças<sup>512</sup>.

Ao evidenciar a imitação ruim que muitos escritores fizeram acerca das produções dos mestres de escolas, incluída aí a reprodução muitas vezes dos defeitos desses mestres, Azevedo ressalta os problemas que provêm quando novos autores, ao dialogarem com a obra dos escritores sejam ingleses, franceses ou mesmo portugueses do passado ou contemporâneos. Ele põe em destaque alguns problemas desses imitadores, como por exemplo do “seiscentismo do Sr. Mendes Leal”, do lirismo de D. Sisnando, dos escritos de Freire de Serpa, que ainda jovem quis imitar Victor Hugo. Enfim, para Azevedo há muita dubiedade, muito mau êxito e mesmo pobreza de execução de muitos escritores novos que tentaram em vão dialogar com os poetas da Europa; foi o caso da juventude portuguesa que quis dialogar com escritores como Alexandre Herculano e Almeida Garret e fracassou.

Na escola dramática portuguesa só há daquela seita Shakespeariana que se fechou em James Shirley e Joanna Baillie o nome do filho do carneiro de Strafford. – Às vezes o desregrado dessa brilhante plêiade – defeitos – mas nunca, nunca – as belezas que assombram no Bretão. Perdoem-no os fanáticos do seiscentismo do Sr. Mendes Leal, do lirismo de *D. Sisnando*, desse Sr. Freire de Serpa que – moço – quis seguir o V. Hugo das *Balatas*, a quem rastejara nos *Solais* (onde trouva suas cismas mais belas, ao tom das *Vozes íntimas* e dos *Cantos do crepúsculo* – e que o Sr. Lopes de Mendonça só pudera chamar *lamartiniano* pela monótona beleza da *infância* das trovas) – no solho dúbio do palco, e tão mau êxito houve; da pobreza de execução do *Fronteiro d’África* desse, – certo – dos maiores poetas contemporâneos do Sul da Europa, o Sr. Alexandre Herculano; da afetação em geral de toda essa mocidade que desgarrou-se da simpleza de dizer do Sr. Almeida Garret, e foi-se à cena falar às turbas uma língua que não era a dela, a língua bela sim, mas morta – do quinhentismo: e, como Chatterton, sacrificou porventura o cintilar das ideias pela hirteza de um falar elaborado, e em lugar de inspirações de poesia, preferiu mostrar a sua ginástica de jogral, e veio dar-nos preleções de antiquária no impulso de exageração da seita erudita de sir Walter Scott, o bardo que ao depois (ao poetar de Byron), foi “*o Ariosto da Inglaterra, como Ariosto fora o Walter Scott da Itália*”<sup>513</sup>.

Ainda sobre as críticas a respeito das imitações, dos diálogos malsucedidos que se estabeleceram de uma escola para outra ou mesmo de críticas da produção de um determinado escritor, como é o caso de Mendes Leal, Azevedo aponta as falhas da imitação. Dentre as imperfeições, ele ressalta os trechos verdadeiramente dramáticos e poéticos de *Os Dois Renegados*, exemplo de primeiro drama histórico do Romantismo português, mas que não

<sup>512</sup> AZEVEDO, 2000, p. 719.

<sup>513</sup> Ibidem, loc. cit, itálico do autor.

deixou de passar pelo crisol de Camões e Luís de Sousa. Entretanto, Azevedo não se abstém de questionar que embora haja momentos de linda poesia na obra de Mendes Leal, aponta falha na monotonia das heroínas que são de singular beleza.

O que eu disse dos dramas do Sr. Mendes Leal, não exclui gabos de trechos verdadeiramente dramáticos, essencialmente muito poéticos: em maior grau nos *Dois renegados*, a obra primeira, porventura a obra-prima pelo passar do crisol do poeta do Camões e Fr. Luís de Sousa. Mas o que é de lamentar ao melodioso *larmatiniano* das *Meditações*, da “Sonhei-a”, das “Indianas”, da “Rosa branca” e tanta poesia linda, é a pobreza de enredo, a monotonia das suas heroínas: é sempre a mesma beleza [...] <sup>514</sup>.

É pertinente observar o final desta citação, assim como o trecho seguinte de seu ensaio, em que é possível pensá-los como um posicionamento metapoético de seu texto. Ao olharmos para a crítica que Azevedo faz dos escritos de Mendes Leal e de outros poetas em comparação com parte de sua obra poética, como o poema “Pálida sobre a luz da lua” etc., por certo, ele traz a consciência da insipidez do ideário feminino romântico com suas formas alvas. Ora, ele critica essa beleza que ao mesmo tempo é posta em prática em diversos momentos de sua obra, temos o uso de uma metalinguagem da própria obra.

Azevedo prossegue, em seu ensaio, criticando o arquétipo de beleza feminina “monótipa”. Ele cita nomes da literatura inglesa como Scott, da francesa como Lamartine e Alfredo de Vigny. O ensaísta cita também as heroínas como Yolante e Isabel que são belas, porém elas se apresentam do mesmo jeito, e diz que se não mudar as formas cândidas de criação dessas personagens femininas, as tornam insípidas.

São sempre as virgens alvas, como passam às vezes nos romances de Scott, e nos sonhos de Burns, o mancebo enleado nas visões dos Brownies e Skelpies da crença montanhesa, o cantor viúvo da *Higland Mary*... Sempre as donzelas tristes como lírios pendentes ao peso da chuva como as sonha Lamartine e Alfredo de Vigny; Yolantha, Isabel, a *Pobre* das ruínas e a amante do homem da *Máscara negra*, que aí passa cantando no barco, com uma música que ressoa ao peito como o vibrar do corno de caça de D. Ruy Gomes no *Hernani* de Hugo! Elas são todas belas, sim mas belas de uma beleza monotipa; porém esse ressaibo da pobre amante louca da “Rosa branca”, do “Sonho da vida”, a sombra suavíssima e cândida que lhe trava de todas as criações, tornam-se monótonas, porque o som mais doce, a sensação mais suave, se não mudar-se dela, arrefece e torna-se insípida <sup>515</sup>.

No trecho seguinte, Azevedo empreende uma análise de Victor Hugo, Dumas e Mendes Leal e segue o seu costumeiro método de análise comparativa. Ele parte de seu objeto primeiro de leitura, a literatura portuguesa, mas, a todo momento, ele busca as boas realizações literárias em escritores, sejam eles franceses, ingleses ou alemães. A partir daí ele pondera conceitos e opiniões acerca da obra, do tema ou modelo literário.

<sup>514</sup> AZEVEDO, 2000, p. 719-720, itálico do autor.

<sup>515</sup> Ibidem, p. 720.

Em sua leitura, Azevedo traz parte do que a crítica especializada oferecia naquele momento a respeito da produção de Victor Hugo; críticas sobre as personagens, com destaque à Esmeralda, em que os críticos afirmam ser baseada em personagem de Goethe. Além desta, há outras que são retomadas pelo ensaísta sobre o escritor francês, a que dizia que Hugo usava sempre a mesma fórmula em seus personagens, “o desenlace era quase sempre o lajedo da calçada” ou caindo de penhasco ou caindo do campanário da igreja. No entanto, dentre as personagens de Hugo, Azevedo destaca algumas como Triboulet, Didier e Marion. Ele recorta trechos que demonstram a complexidade delas e sempre que possível em seus escritos críticos e literários.

Dadas as considerações sobre Hugo, Azevedo se volta então para Alexandre Dumas e, em sua leitura, ele retoma uma crítica da *Revista de Edimburgo*<sup>516</sup> sobre a obra desse escritor. Segundo as observações trazidas da revista por Azevedo, nas obras de Dumas, a mola dos romances era sempre a janela, por onde muitos desenlaces eram vistos; tanto que Azevedo recupera as principais cenas de algumas obras em que justamente é pela janela que os leitores se apropriam dos desfechos. Por fim, após todos os detalhes críticos apontados na obra de Hugo e Dumas, resumidamente Azevedo diz que se aplica a Mendes Leal.

Talvez haja bem em não repreender o leitor aquele crítico que lembra a justiça da *Revista de Edimburgo*, quando ela mostrava a pobreza do poeta de *Nossa Senhora de Paris*, aquele que fora buscar seu tipo de Esmeralda na Mignon de *Wilhelm Meister*, e como di-lo Capefigue, seu contraste da Cigana donosa e o anão Quasímodo em uma das fantasias de Hoffmann.... Victor Hugo, em cujos dramas o desenlace era quase sempre o lajedo da calçada. Era Triboulet estalando sua cabeça inundada do chumbo fundido da loucura; Didier lamentando que a pobre mulher que a acolhera órfão, nas ruas, lhe não houvesse quebrado o crânio ainda mole nas pedras da rua; Marion Delorme, febril de desespero, atirando-se em desmaio, num anelo suicida, nas lájeas do pátio de uma prisão; eram enfim Cláudio Frollo e Habibrah, o Cabra, embatendo-se nas rochas do precipício, pendente pelas mãos sangrentas das urzes que lhe rebentam nos dedos, e uivando sua vasca de morte do escuro do despenhadeiro; como aquele, caindo espedaçado do alto do campanário de Nossa Senhora ao grito de triunfo e de vingança do aborto-vivo... A *Revista de Edimburgo* tinha razão; como tivera ao notar que a mola mais forte do enredo dos dramas de Dumas era essa janela por onde Arthur levava o Dr. Muller vendado ao quarto de Ângela, no leito de dores de mãe; que servia a Antony, o bastardo, para penetrar na câmara de Adèle, a adúltera, na estalagem; que mostrava Saint-Mégrin buscando a entrevista de amor, e topando a traição vingativa; e Ricardo d’Arlington arremessando sua mulher... Eis aí quanto ao Sr. Mendes Leal<sup>517</sup>.

Na sequência das suas leituras, depois de Mendes Leal, Azevedo retoma um outro autor também contemporâneo seu, o escritor Alexandre Herculano<sup>518</sup>. No parágrafo em que o ensaísta

<sup>516</sup> Lembramos que a citação dessa revista é feita por Azevedo.

<sup>517</sup> AZEVEDO, 2000, p. 720-721.

<sup>518</sup> É perceptível que o pensamento de Herculano sobre a literatura do século XIX e de séculos anteriores serviu de interlocução para uma gama dos textos de Azevedo. Muitas das teorizações azevedianas dialogam com as de Herculano, principalmente a que trata da decadência da literatura portuguesa. Ao final desse capítulo há uma seção que trata dos diálogos de Azevedo com Herculano e Garrett.

tratou do autor, as observações são breves e gerais, mas, por meio delas, é possível identificar algumas censuras críticas e ao mesmo tempo assertivas acerca do escritor português. Para Azevedo, se por um lado Herculano não desenvolveu bem as artes cênicas, por outro lado é grandioso enquanto romancista e historiador das sagas portuguesas.

Quanto ao Sr. Alexandre Herculano, o romancista de *Eurico*, do *Monge de Cister*, d' "*Arras por foro d' Espanha*", etc., de tantos romances primazes, o poeta da *Harpa do crente*, o historiador das velhas crônicas portuguesas, se não lhe cabem os lauréis cênicos, muitos e muitos lhe sobram na frente de poeta e pensador para que se lhe sentisse falta daqueles<sup>519</sup>.

Outro contemporâneo de Azevedo e que coube um parágrafo maior de leitura é Almeida Garrett. Para Azevedo, Garrett foi um grande escritor de dramas e de poemas, é, para ele, um dos grandes poetas portugueses. Segundo o crítico, trata-se do expoente da literatura portuguesa naquele momento; Garrett é um verdadeiro chefe de escola literária, visto que deu "mãos aos talentos juvenis" e voz de esperança aos seus leitores.

Quanto ao Sr. Almeida Garrett, o que José Agostinho de Macedo sonhara de balde, alcançou-o o herdeiro das glórias de Filinto, o laureado da realeza poética pela mocidade portuguesa. No drama, no poema, nas poesias fugitivas, isso que os Ingleses chamam *poetry of the heart*, o eloquente orador, o publicista de tão bem escritos *pamphlets*, o Sr. Garrett não foi só o homem-rei dos poetas portugueses, foi também o sócio das glórias deles, aquele que do alto de seu sólio deu a mão aos talentos juvenis, e do meio das plateias ergueu o laurel das esperanças. Como os grandes poetas de todas as eras, grande poeta de vários estros, fez diversas escolas – do Camões nasceu o *D. Sebastião*, o *Encoberto* do Sr. Abranches; da *D. Branca*, da *Adozinda*, e dos outros rimances populares que ele revestiu de sua gala, os *Solaus* do Sr. Freire de Serpa (a quem déramos também outra origem de inspiração nas Baladas de V. Hugo); o *Romanceiro* do Sr. Pizarro de M. Sarmento; os *Solaus* do Sr. A. P. da Cunha, e talvez mesmo a *Noite do Castelo* do Sr. A. F. de Castilho, esse venerável ancião, cego como Ossian, Homero e Milton, às vezes grandioso no elevar de pensamentos alterosos, como uma sombra de Byron<sup>520</sup>.

No arremate da leitura da literatura portuguesa contemporânea, Álvares de Azevedo afirma que Herculano e Garrett são os expoentes da literatura portuguesa naquele século. Eles são os dois grandes escritores de uma literatura que, embora grande com aqueles dois autores, mostrava sinal de sufocamento e agonizava pela falta de novidades, conforme discorrerá mais à frente em seu ensaio. Porém, ainda naquele momento os dois nomes configuram o panteão dos escritores portugueses: "Eis aí porque o Sr. J. B. A. Garrett não é só o primeiro poeta português do século, o digno par do erudito Sr. Alexandre Herculano, mas também (segundo o autor contemporâneo dos Ensaios de Crítica) é uma literatura"<sup>521</sup>.

<sup>519</sup> AZEVEDO, 2000, p. 721.

<sup>520</sup> Ibidem, loc.cit.

<sup>521</sup> Ibidem, loc. cit.



## A- Lusos e Portugueses

Após as observações, mesmo que panorâmica, sobre os dois grandes autores portugueses de sua contemporaneidade, Azevedo prossegue sua marcha pela literatura portuguesa sob o título de “Lusos e Portugueses”. Em seu procedimento metodológico de análise, a todo momento Álvares de Azevedo faz alusão às outras literaturas, assevera a importância dos diálogos possíveis entre as literaturas, os autores e as obras, sejam do Norte, do Sul, do Oriente, da Índia.

Azevedo ainda compara os matizes e as interferências do clima, da religião e do cenho guerreiro entre os povos; ele destaca a importância que as usanças e os costumes de uma dada sociedade oferecem como material de aporte à identidade de uma literatura etc. Ressalta as grandes realizações humanas no campo literário ao longo das eras etc. Portanto, cremos que este fragmento do ensaio funciona como um resumo do que o Azevedo percorreu até o momento, mas trata-se agora do objeto primeiro de análise, a Literatura Portuguesa no seu ápice de desenvolvimento. Nesta época de apogeu, ele se debruça, como maior profundidade ao estudo daquela literatura, para ao final do ensaio tratar da decadência desta mesma literatura, associada então com o próprio decaimento da sociedade europeia naquele XIX.

Os *Lusíadas*, para o ensaísta, não é o único livro das letras portuguesas, mas é o grande livro da literatura lusitana. É uma obra que ombreia com produções, a exemplo do mitológico *Edda*, da *Iliada* e do *Chanameh*. Trata-se, portanto, de um livro importante, como é a Bíblia, no dizer de Azevedo, para tratar da história e da literatura portuguesa, pois, com a ajuda dele, é possível mostrar os grandes feitos do passado trasladado à literatura. Por meio de belas construções imagéticas, Azevedo antepõe camadas de comparações com o intuito de enaltecer e dar a devida aura ao livro de Camões.

O *Edda* das proezas Elísias não é só os *Lusíadas*. Cada lauda dos fastos dos páramos e serranias de aquém do Alqueva e do Guadiana, dos campos batizados no sangue infiel dos homens da contracosta, é um canto de *Iliada* arquitetônica, como os *Nibelungen* e o *Antar Oriental*, coroado de sacrossantas reminiscências, Bíblia das velhas tradições portuguesas, como o *Edda* Islando-Escandinavo; ou o *Chanameh* Persa, a epopéia mítica do Oriental, onde ele entrelaçara, como um baixo-relevo de Pompéia, os feitos dos homens antigos no seu véu de místicas tradições; ou porventura os trenós dos bardos cimbrios nos dólmens druídicos de Hirmensul; coroa gigantesca entressachada de flores poéticas, que enlouram vitórias, e onde desapertam enfiçadas rosas rúbricas e violetas de ametista de langues aromas em seus hálitos mimosos, dessa grinalda das moles canções, que se chama o amor...<sup>522</sup>.

---

<sup>522</sup> AZEVEDO, 2000, p. 722.

Na leitura dos tempos áureos português, o crítico brasileiro recupera novamente o cenho guerreiro daquele povo, pois ressalta a valentia lusa; destaca a fé daqueles homens, no intuito de sagrar uma história, que justificasse uma tradição que perpetua desde os tempos “das selvas do Endovélico”, deus dos antigos lusitanos. Embora o passado seja como “jazigo ignoto, amortalhado em cripta rasa e lisa olvido”, para o ensaísta, se feita uma busca arqueológica daquele passado, é possível ressaltar todas as batalhas, todas as crenças da história de um “passado de assombros”. Aquele passado, se revisitado, seria capaz de fornecer exemplos para aquela contemporaneidade, a era da grandiosidade portuguesa<sup>523</sup>.

Se não nos fosse ela tão de fé, a lenda das valentias lusas, dessas grandes almas de campeadores latejando seus pulsados palpites no mal contido das armaduras, pelo crer da lei santa, homens de alma embebida de fé e braços férreos que aí vieram porfiar pleitos nas pugnas atléticas, braço a braço, arca por arca, de Coimbra, Leiria, Santarém, Ourique, Radavam: se não a houvéssemos tão de crença historial, arreigada em interiores d'alma, como o leite da meninice em seios de nossas mães, descendidas desses ufanos senhores solariegos, certo mais a lia briosa deles que à lenda romana, julgáramos dizer a ideia de Niebuhr. Creramo-los esses acordos de um passado de assombros, imaginários enlevos agigantados de um Homero das selvas do Endovélico, nome perdido no vale dos séculos, e jazido ignoto, amortalhado em cripta rasa e lisa de olvido, como o Teutão que abriu com o cântico de Siegfried a evocação dos Nibelungen<sup>524</sup>.

Azevedo retoma o longínquo passado lusitano, do século XIV ao XVI, como que em uma movimentação circular (pois há início e fim), a exemplo dos ciclos gregos que retratavam um período da Grécia arcaica, mas que a posteriori restam apenas daquele período os ciclos épicos. Aparentemente para justificar a idade de ouro portuguesa, Azevedo referencia grandes nomes do passado como Fernão Lopes (historiador / 1380/1460), Eanes de Zurara (historiador 1410/1474), Barros (historiador e gramático / 1495/1570), Couto (historiador / 1542/1616)<sup>525</sup> e Camões, o último grande autor de épicos, que corresponde à formação e ao fortalecimento do Estado, assim como à expansão dos territórios.

Depois, o ensaísta segue a sua leitura para a Alemanha com a finalidade de relembrar autores do passado e também da modernidade, que justamente retratavam o período épico alemão. Na sequência, ele prossegue a sua análise para os feitos romanos do período mítico, em contraposição aos feitos heroicos de Ourique e Aljubarrota. Conclui, então, o ensaísta, que as letras portuguesas não são menores que as de Roma<sup>526</sup>. Ora, com a retomada das produções

<sup>523</sup> É interessante observar que no ensaio, Azevedo critica a contemporaneidade portuguesa de não conseguir manter a qualidade da produção literária e de ignorar um passado como o português, um passado rico em mitos, rico em exemplo de boa literatura etc.

<sup>524</sup> AZEVEDO, 2000, p. 722.

<sup>525</sup> SOUZA, 2016, p. 78.

<sup>526</sup> A conclusão de Azevedo é de que Camões era tão bom quanto o dono da “lira férrea do Capitólio”, o poeta romano Virgílio. Segundo Azevedo, Camões foi o grande e último expoente do passado glorioso português. Vale

literárias, assim como do período guerreiro, dos heróis, Azevedo mescla “cronologias”, junta uma as outras; cria uma sobreposição de tempos e como resultado traz à lume a tradição histórica e literária da humanidade ocidental, e insere nela a história e a literatura de Portugal como herdeira de toda aquela tradição.

Os Sagas das révoras faustosas, os memoradores da herança de um passado tamanho – Fernão Lopes, Eanes de Zurara, Barros, Couto, Camões – seriam então os Aedos e Homéridas de um imaginar colossal, de uma criação soberbosa, como os ciclos gregos do ancião das sete cidades, e na Alemanha, entre tantos, Wolfram d’Eschenbach e Henrique de Ofterdingen, o trovador antigo, cuja sombra poética lembrou no poema de Novalis o suave cismador que finou-se como Ofélia, no dizer do poeta de Henri Blaze, à margem do rio da morte, no desfolho de sua pálida flor de sensações... autores ambos do *Heldenbuch*, depois da monumentosa epopeia semibárbara das raças góticas. Se a grandeza dos fatos pudesse dar razão à dúvida filósofo-historial deles, muito além da crença se perderiam dos Romanos as façanhas desses homens que tiveram: pelo canto de Rômulo, o hino de Afonso Henriques na sagração de rei pelos homens de ferro do páramo ensanguentado de Ourique, – pelo de Numa, a crônica de D. Diniz o legislador, o poeta e o rei-lavrador, – por Lucrecia, a Osmia da antiga Lusitânia, – pelo canto dos Tarquínios, o clarim guerreiro atrojando os ecos de Aljubarrota. Tiveram-no eles também nos seus anais os feitos populares, e os brios dos vassallos – as tendências livres da plebe, e a grandeza dos Régulos e Décios na devoção cavaleira de Egas Moniz e Martim de Freitas. A cítara de Camões que aí nos trouxe o derradeiro eco dos recontos de um passado monumental, não cede à lira férrea do Capitólio<sup>527</sup>.

Azevedo recorre mais uma vez às imagens comparativas de outras terras e outros povos e retoma, principalmente, o passado belicoso daquela gente e daquele lugar. Por exemplo, a respeito de Portugal, ele começa com a citação dos escudos da bandeira do país, esboça o período longínquo de batalhas dos heróis que lutaram contra os romanos, (representados pelas armas “gládios”); contra os invasores nórdicos, uma vez que cita diretamente às “frankisks góticos” e contra os árabes. O escritor brasileiro se detém em detalhes como a construção imagética das adagas que cortaram as gargantas dos infiéis por “Allah-Akbar”. De certo modo, como diz o ensaísta, Portugal é a “medalha de pelejas, dessas coroas borrifadas de sangue”. Por meio de retomada histórica, o ensaísta afirma que o país foi forjado pelas constantes lutas e contra diversos invasores. Ora, se o país existe, deveu-se aos seus heróis do passado.

Ao rememorar o que é discutido no início de “Literatura e civilização em Portugal”, isto é, a inter-relação da sociedade com a produção literária, especificamente, a inter-relação da história de Portugal, representada no “cenho guerreiro” de sua gente, com a literatura que se desenvolve no século XVI, o cenho guerreiro é para Azevedo um dos três pilares que sustenta a literatura. Nessa ótica, os grandes períodos de lutas, que a todo momento é revisado no ensaio, fizeram com que florescessem “episódios sublimes e lacrimosos” na literatura portuguesa. E

---

lembrar que na literatura moderna, isto é, a contemporaneidade de Azevedo conta com dois grandes escritores, Herculano e Garrett, conforme ele já explanou anteriormente no ensaio.

<sup>527</sup> AZEVEDO, 2000, p. 722-723.

segundo afirma o autor de “Lucano”, “a epopeia a não ser um anacronismo seria absurdo num tempo de marasmo”<sup>528</sup>. A partir daí Azevedo empreende um revisitar das obras dos poetas dramáticos e épicos portugueses.

Azevedo, ao recuperar os épicos – principalmente os que envolve as lutas contra os árabes – cita o poeta Jerónimo Corte-Real<sup>529</sup> e o “Naufrágio e lastimoso sucesso da perdição de Manuel de Sousa Sepúlveda”, de 1594<sup>530</sup>. Ele faz leituras das obras dos poetas e ressalta as personagens femininas, principalmente as mortes trágicas; analisa os enredos que giram ao entorno de disputa de poder etc. A exemplo, ele traz Maria Teles, que era irmã de Leonor Telles, “[...] esposa de D. Fernando, nono rei de Portugal, casada secretamente com D. João, meio-irmão do rei. Sob a injusta acusação de adultério, foi assassinada pelo marido, que, na verdade, pretendia o trono, tendo em vista a promessa da cunhada de dar-lhe a filha por esposa”<sup>531</sup>.

E entre o estrondear dos peitorais de aço milanês, ao sobranceiro florear dos lábaros semirrotos das quinas Adefonsíadas, ao ranger dos gládios lascados, à queda dos *frankisks* góticos suados de sangue, entre o tropear dos murzelos árdegos das turmas cavaleiras, aos brados de Allah-Akbar cortados em meio de gargantas infieis pela folha das adargas trífidas nas carnes levedadas, no reverso da medalha de pelejas, dessas coroas borrifadas de sangue, na expressão do padre Vieira, o esmalte da vitória, e dessas nutadas convulsões de passamento, da grande facha do Panteon guerreiro, há episódios sublimes e lacrimosos como o naufrágio de Sepúlveda, a morte de Maria Teles, a quem, no dizer poetado de João de Lemos “tão sem ventura a mão do esposo ceifa a rosa da vida no descuido da noite” e a lenda de ternezas de um infante e uma dama<sup>532</sup>.

No rol das mortes trágicas e na luta por poder político a personagem D. Inês impera. Ele inquire se há alguém que não conheça a história de D. Inês e responde afirmando que ela foi retratada por vários escritores: Garcia de Resende, no Cancioneiro Geral de 1516, tratou da história; António Ferreira na tragédia *A Castro* de 1587, primeira tragédia clássica portuguesa. Camões, nos trechos de *Os Lusíadas*, especificamente nas estâncias 118 a 135 do Canto III. Também se serviram da personagem os árcades Manuel de Figueiredo e Reis Quita. Para o ensaísta todos conhecem a desventura de D. Inês, pelo menos a que se popularizou na literatura erudita.

Azevedo empreende rápida análise quanto à forma do trecho que trata de D. Inês em *Os Lusíadas*. Ele reforça o que já se sabia acerca do enredo, mas com relação à forma, ele diz que está mais ao estilo da tragédia de Ésquilo, clássica na forma. No entanto, a estruturação do

<sup>528</sup> AZEVEDO, 2000, p. 658.

<sup>529</sup> “Corte Real é contemporâneo de Camões. Poeta guerreiro, seu coração lhe revela as únicas belezas que brilham em suas obras. O fardo imposto pela Antiguidade é muito pesado para ele; aos poucos sorri de desdém e versa lágrimas de dor. Basta senti-lo, não é preciso procurar criticá-lo. A glória de Portugal caiu, e só existe na lembrança de alguns poetas. Eles falam, recordam-na, compreendemos sua grandeza e seus revezes”. DENIS, 2018, p. 59.

<sup>530</sup> SOUZA, 2016, p. 80.

<sup>531</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>532</sup> AZEVEDO, op. cit., p.723.

trecho do poema prejudica a narrativa. O “fervor”, à gosto romântico, do episódio de D. Inês<sup>533</sup> parece assegurar a intensidade necessária à obra.

Quem não sabe da má ventura de D. Inês? quem não repassou de orvalhos de lágrimas esse goivo seco de saudades, na página melancólica dos *Lusíadas*? quem não o chorou mais do peito ainda evocado na cena pelo condão de um gênio, numa tragédia à Ésquilo, quase clássica nas formas soberbas, mas não tão clássica que o fervor do engenho se gelasse nelas? A torrente se escorre entre suas ribas de mármore, como o bronze pelo molde, bela sempre, ainda no trespazar da fervura quando ela se lhe atufa despeada... essa tragédia tão bela, tão prateada de tristuras, que não há mal o dizer-lhe, como o choro dela ao ver desfeita em lágrimas a Dona dos sonhos de D. Pedro: ‘Quem pode ver-te / Que não chore e se abrande?’<sup>534</sup>.

Ao celebrar o passado glorioso dos portugueses, com vistas à tragédia de D. Inês, Azevedo volta-se ao poeta Byron<sup>535</sup> e à obra *Childe Harold's Pilgrimage*. O interesse do ensaísta se revela ao canto primeiro do poema, em que há a descrição do narrador na entrada da cidade de Lisboa. O trecho do poema traz uma crítica ao povo português<sup>536</sup>. O texto de Byron aponta, já naquele início do século XIX, uma decadência da façanha guerreira daquele povo se comparada aos tempos memoráveis (ressaltada também por Garrett e Herculano).

E tu, Byron, tu, o Artista das grandes glórias, o cultor de todas as aras enlauradas de heroísmo, idólatra panteísta de todas as façanhas, oh! por que acordares na tua solfa de menestrel a fibra ríspida da ironia, à velha nação das vitórias?  
Oh! sim! por que esse sarcasmo que o teu *Childe* cuspiu à cidade dos grandes triunfos, à Ahsbonnah Mourisca dos indomados brios, à Lisboa grandiosa dos memorosos barões?

<sup>533</sup> No Romantismo em Portugal aumentou-se o interesse pelos fatos históricos, pelas pessoas. Alexandre Herculano e Oliveira Martins, entre outros, procuraram investigar, com algum rigor, as pessoas e os fatos históricos.

<sup>534</sup> AZEVEDO, 2000, p.723.

<sup>535</sup> Para Azevedo, o poeta inglês é um dos maiores expoentes da literatura mundial de sua contemporaneidade; nos dizeres dele, juntamente com Goethe são os representantes da literatura moderna.

<sup>536</sup> O canto I, estrofes XVI a XVIII, dá um exemplo das ressalvas de Azevedo ao poeta Lord. [...] desde que Albion, á fuer de aliada, favorece con su proteccion á los lusitanos : à esa nación hinchada de ignorancia y de orgullo [...] Pero quien penetre en lo interior de esta ciudad, que brilla desde lejos con una especie do celestial prestigio, irá vagando entristecido por entre multitud de objetos á cual más desagradable para un extranjero; porque el palacio y la cabaña corren allí pareja en lo inmundo de su aspecto, y la gente suele andar por su parte asaz desavenida con la decencia, hasta tal punto que no hay un solo personaje de alta ó baja esfera que pare mientes en el asco del gabán ó de la camisa; y á buen seguro que ni la misma plaga de Egipto le haría ser más aseado ó ménos indolente. Pobres y viles esclavos, nacidos, empero, entre los más nobles espectáculos! –¡Oh, Naturaleza! ¿Por qué has prodigado tus maravillas en beneficio de tales hombres? Ved el magnífico Edén do Cintra, que se interpone como una variada série de montes y valles. [...]”. BYRON, Lord. *La peregrinación de Childe Harold*. Nueva York: Imprenta de La Crónica, 1864, p. 13-14, canto I, estrofes XVI, XVII, XVII. “Desde que Albion, como aliado, tem favorecido os lusitanos com sua proteção: Essa nação inchada de ignorância e orgulho [...]. Mas quem penetrar no interior desta cidade, que brilha de longe com uma espécie de prestígio celestial, vagará tristemente em meio a uma multidão de objetos, cada um mais desagradável para um estrangeiro; Pois o palácio e a cabana são tão parecidos na sujeira de sua aparência, e o povo está tão longe da decência, que não há um único personagem, alto ou baixo, que pareça ter um pensamento para o nojo de seu casaco ou de sua camisa; e certamente nem mesmo a praga do próprio Egito o tornaria mais arrumado ou menos indolente. Pobres e vis escravos, nascidos, porém, entre os mais nobres espetáculos! - O Natureza, por que prodigalizaste tuas maravilhas em benefício de tais homens? Eis o magnífico Éden do Cintra, que se interpõe como uma série variada de montanhas e vales. [...]”. BYRON, 1864, p. 13-14, tradução nossa.

Por que na ruína da Roma do Ocidente não acordar antes ecos da Sintra do pobre guerreiro Viso-Rei, mirrado com sua coroa de louros, e Bimnardel, o mal-amado, num desses cantos às Níobes-nações que sonhaste no sarcófago da Cidade rainha? Poeta! e esqueceras que essa nação sobre cujo túmulo pisavas tinha por Edda o livro de Luís de Camões, menestrel como o Tasso, guerreiro como Godofredo, amante como Petrarca, vagabundo como Dante, sublime e laureado das palmas da guerra como tinhas de sê-lo?<sup>537</sup>.

Azevedo, empático, pede um olhar mais complacente do poeta inglês com o povo português. Se naquele momento, por exemplo, a literatura portuguesa decaiu, já houve em outra época, grandes nomes como o de Camões. Segundo o ensaísta, Portugal não perde em valor se desvelar a época de grande desenvolvimento cultural, histórico, político e econômico do país. Além disso, o território da herança lusitana, se comparado à Europa toda, se destaca em números de “Homeros”.

E ignoravas, vagabundo romeiro do cepticismo, que a nação de que rias, real entre as demais, tinha mais Homeros que a Europa toda – mais campeões estatelados com as mãos mirradas nos guantes de aço, no peito murcho e calado, e as sapatas de ferro unidas no mármore de seus leitos de pedra – mais lidadores de têmeperas indomáveis, cujo eito de façanhas de um só fora almenara em atalaia de glória para uma nação inteira, do que essa tua velha Inglaterra de Boadiceia, Arthur, Guilherme – o barão Northman, e Harold – o morto no campo de batalha com a frente descoroad?<sup>538</sup>.

Azevedo indaga o narrador de *Childe Harold* acerca de todas as infâmias que se lançam sobre Portugal, visto que tacha àquela nação uma visão decadente dos modos e sentimentos daquele povo. Segundo o ensaísta, o peregrino não sentiu o “pulsar” daqueles “filhos” de uma nação bela, livre, “tão vivos de republicanismo”.

E entre essa tanta infâmia de uma nação cadáver e prostrada – na pocema de um capitólio de glórias – tu, que eras poeta como o espírito do passado, que eras belo como o Euphorion último do *Faust*, não sentiste o pulsar alto e ardente de muitas fibras em peitos filhos de céus belos, tão vivos de republicanismo, e acordados dos brados de glória dos homens livres, inda ecoantes pelas montanhas e vales daquém o Alqueva e Guadiana, poetas que votaram suas frentes de mancebo à cinza da mágoa, e suas harpas inteiras aos hinos das glórias idas, aos trenós de maldições, às orgias seculares e à viltá do nome português!<sup>539</sup>.

A citação à obra Byron funciona como um preâmbulo para introduzir a grande época portuguesa.

<sup>537</sup> AZEVEDO, 2000, p. 723-724.

<sup>538</sup> Ibidem, p. 724.

<sup>539</sup> Ibidem, loc. cit.

## B- Apogeu da Literatura em Portugal, o século XVI

Dadas as devidas observações a Byron acerca da nação portuguesa e feita todas as ressalvas ao poeta inglês, Azevedo introduz, no ensaio, a grande fase da história da literatura portuguesa, denominada como “FASE HERÓICA”. O poeta brasileiro abre o fragmento com um dos grandes nomes do tempo áureo de Portugal: “I FERREIRA”. Nesse trecho, é patente o diálogo que ele estabelece com o texto de Francisco Dias.

Aparentemente, para o ensaísta, “A GRANDE ERA PORTUGUESA” é composta por dois grandes poetas – Ferreira e Camões<sup>540</sup>. Ao eleger esses nomes de uma época áurea da literatura portuguesa, Azevedo faz uma rápida valoração da *Castro*. Em seu dizer, depois dessa obra, o drama português nunca chegou à grandiosidade. Embora, Azevedo ressalte os traços do modelo grego, os defeitos do classicismo, ele afirma que a *Castro* de Ferreira foi a primeira obra trágica de vulto da literatura portuguesa. Além disso, cita nomes como Gil Vicente, Sá de Miranda, Antônio José da Silva, Figueiredo, Antônio Xavier, ressalta a qualidade dos seus trabalhos e menciona também as produções posteriores, porém nenhum autor conseguiu ombrear com Ferreira. Azevedo traz ainda a inabilidade das grandes obras literárias serem copiadas. Para o ensaísta, os autores Bermudes, Lamotte e João Batista fracassaram no resultado.

A *Castro* de Ferreira foi depois da *Zenóbia* (de um autor Italiano), a primeira obra trágica, asselada de gênio, verberada dos lances do classicismo helênico, e da simpleza homérica e pureza de formas dos arquétipos sublimes dos Gregos. A arte dramática portuguesa nunca mais ergueu-se tão alto. O informe da criação dos autos extravagantes de Gil Vicente, o truão, as comédias de Sá de Miranda e os enredos facetos do judeu Antônio José da Silva, o volumoso teatro de Figueiredo – em tempos mais modernos – o repertório plagiário de melodramas de Antônio Xavier, – em nada disso vai a par, em mérito literário, do grande monumento de D. Inês, que o Dominicano galego Bermudes na sua *Nise lacrimosa*, verso por verso às vezes, tão indignadamente plagiou. As imitações de Lamotte e João Batista Gomes estão para o original como Ducis para Shakespeare<sup>541</sup>.

A respeito da imitação<sup>542</sup>, mesmo já tendo dito que a de João Batista está para o original como Ducis para Shakespeare, Azevedo volta-se à *Nova Castro* de João Batista Gomes e afirma que o autor errou em sua obra. Embora o foco do ensaísta continue sendo o poeta Ferreira e sua *Castro*, tanto que faz uma pequena comparação com Shakespeare, Azevedo afirma que João

---

<sup>540</sup> AZEVEDO, 2000, p. 725.

<sup>541</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>542</sup> Ora, o tema da imitação sempre rendeu vários comentários por parte do autor, em diversos lugares de sua obra, não somente em “Literatura e Civilização em Portugal”, mas também em “Lucano”, em “Alfredo de Musset, Jacques Rolla” e no próprio Macário, conforme já apontamos (mas que tratamos dela, porque Azevedo sempre a retoma).

Batista estava mais para um Alfredo de Vigny do que para o inglês. Embora haja valorização de certos aspectos da Antiguidade, algo que se era aplaudido por consumidores de arte na era elizabetana, na época moderna, o procedimento é mal visto.

João Batista Gomes errara ao fazer a sua empolada imitação. O que era mister ao velho rune da *Castro*, não era um homem como o pautador das inspirações goteadas das rugidoras selvas druídicas do Inglês; era porventura antes um Alfredo de Vigny que aí cerceasse alguma antigualha, desses desvarios da mente que os contemporâneos da criação de *Hamlet* e *Otelo* aplaudiam e hoje desdizem com a cena moderna; ou algum moço de talento à Sainte-Beuve que avivasse com um perfume de poesia moderna, que doirasse com perfeição artística aquele velho monumento, velho sim, mas inda sublime, como todos os alentos do gênio no turbilhão de uma geração nova, que rola em movimento de porvir, e bulha como o metal na estátua<sup>543</sup>.

Para Azevedo, João Batista ainda erra porque não semelha a um Sainte-Beuve, que conseguiu inserir traços de modernidade à obra do passado, procedimento que Ferreira conseguiu. Nos dizeres do ensaísta, uma obra assim é como um monumento, embora velha, porém sublime; assim como também é sublime a “os alentos (“respiração vital, que conserva, e dá força [...]”<sup>544</sup>) do gênio no turbilhão de uma geração nova”.

A apreciação de Azevedo de que “João Batista Gomes erra ao fazer a sua empolada imitação” é no mínimo curiosa, visto que a obra de Batista está concernente aos gostos românticos, pois ele “adapta-os [os traços essenciais da trama] ao seu tempo e aos novos gostos do público, encaminhados já para o drama romântico [...]”<sup>545</sup>. Conforme aponta María Seller, Batista “[...] consegue a originalidade anunciada no título com a introdução de elementos destinados a conformar uma nova sensibilidade preparada para gostar das obras do Romantismo”<sup>546</sup>. Mesmo assim, Azevedo aponta erros na obra de João Batista, e isso é compreensível se pensar o que ele diz, em outro momento, que ao invés do regato é preferível beber da fonte.

Azevedo prossegue sua leitura e diz que embora bem realizada na forma, há uma quebra no preceito da unidade de lugar<sup>547</sup> na tragédia portuguesa de Ferreira. Ele aproveita também para dizer que a *Nova Castro* de João Batista desfez a grandeza simétrica da forma, e ainda cita *Atália* de Racine como exemplo de tragédia bem realizada.

Quanto à forma, achamo-la tão pura, apesar ainda da violação do preceito Aristotélico da unidade do lugar, que crêramos sacrilégio o pôr-lhe mão, como ao desganhado

<sup>543</sup> AZEVEDO, 2000, p. 725.

<sup>544</sup> SILVA, 1858, p. 95.

<sup>545</sup> SELLERS, María Rosa Álvarez. Análise e evolução da tragédia portuguesa: Da *Castro* de António Ferreira à *Nova Castro* de João Baptista Gomes Júnior. *Actas do VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Santiago de Compostela. Galiza, 18/23 de julho de 2005, p. 1250.

<sup>546</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>547</sup> Azevedo já falou sobre as três unidades no texto “Lucano”, retoma a discussão em “Civilização e literatura em Portugal” e consagra uma inserção dela na organização de tempo e lugar no poema “Cadáver de poeta”, tudo ocorre em só lugar e ao longo de 24 horas.



romântico que se erguesse a desfazer a grandeza simétrica de formas, o épico do fundo da *Atália* bíblica de João Racine, porventura o mais belo triunfo teatral da arte francesa<sup>548</sup>.

O que Azevedo retoma é o fato de que “Ferreira constrói uma tragédia que conjuga formas classicistas com conteúdo moderno porque, apesar da divisão em cinco atos [...] a focagem do tema adquire uma dimensão transtemporal por ilustrar um conflito universal”<sup>549</sup>. Além disso, segundo aponta Sellar acerca da “[...] configuração dramatúrgica de Ferreira, embora acusar o lastro formal classicista não foi tão errada, pois dá prioridade à transcendência do conflito sobre os efeitos da ação”<sup>550</sup>.

Com relação ao fato de Azevedo questionar a qualidade da obra do escritor romântico João Batista, ele diz que a obra é destinada a um público, ainda que o autor mude o caráter dos personagens, ainda assim ele segue os preceitos das unidades clássicas.

A *Nova Castro* de Baptista Gomes é uma obra pensada para agradar aos espectadores, com todos os elementos necessários para comover e impressionar o público. Mantém algumas cenas-chave da tragédia de Ferreira e segue, como ele, as unidades classicistas de lugar, tempo e ação, mas muda o carácter das personagens, aumenta o seu número e modifica as razões do conflito [...]<sup>551</sup>.

Na *Castro* de Ferreira, Azevedo faz ressalvas quanto a alguns aspectos da forma que poderiam ser melhorados. A produção no geral, segundo Azevedo, é bem realizada. Para ele, alguns limar e lavrar a esmeril de versos teria melhorado a produção. No entanto, o timbre da obra portuguesa é um misto de poesia dura e selvagem à feição de Shakespeare e, por isso, sublime. Desse modo, para intensificar o tratamento da forma e identificar a potência da poesia e da dramaticidade na *Castro*, Azevedo cita um autor clássico e outro de épocas mais recentes. Ao lado de Eurípedes e Tirteu, Ossian; ao lado de Anacreonte e Ovídio, Dirceu. Assim, ele analisa a forma e o tema, comparando-as aos outros escritores que tão bem realizaram suas obras. O ensaísta remonta então aos grandes poetas gregos, analisa as imagens e a sonoridade onomatopaica dos versos e tece seu veredicto de que a obra de Ferreira é um “trabalho minucioso”.

A tarefa por fazer na *Castro* não é uma obra gigantesca, mas é um esmero trabalhoso. Fora um limar de versos, um lavrar a esmeril de algumas arestas opacas daquela pedra, um apuro a timbre daquela poesia às vezes dura e tosca, selvagem muitas vezes como Shakespeare, sublime como ele, coadunar à grandeza Euripídica das imagens o fluente e onomatopaico do verso dramático. Seria um trabalho minucioso, de bem colhida palma o de erguer em força, sem contudo exagerá-lo no adonisar da poesia elmanista, o hendecassílabo às vezes prosaico, elevar a solfa das notas porque o canto tenha um harpejo digno dele. Para os brados da guerra há o rugir sonoro da lira de Tirteu, o Ateneu; para o epinício da glória, o langor da tuba Caliopeia e o vibrar da harpa de

<sup>548</sup> AZEVEDO, 2000, p. 725.

<sup>549</sup> SELLERS, 2005, p. 1.243.

<sup>550</sup> Ibidem, p. 1.244.

<sup>551</sup> Ibidem, p. 1.245.

Ossian; quando o peito se dobra no desalento e a vida se esmaece íntima, os lamentos de David, o rei, e Jeremias, o profeta; e quando a alma se filtra do orvalho do amor, há a cítara de Anacreonte, e as líras de Ovídio e Dirceu<sup>552</sup>.

Azevedo volta-se à análise da obra *Castro*. Primeiro, ele diz que: “Quanto a elogios, não se me creia por ditos – é ler esse belo canto da amante de Pedro às moças de Coimbra com que se abre o enredo [...]”<sup>553</sup>. Ainda acerca do enredo, as impressões que ficam, segundo Azevedo, são as de que o autor consegue sensibilizar o leitor com trechos extremamente bem realizados: “E quando ela reconta sua história à ama, quando repete com o prazer infantil de namorada as lembranças de seu amor, então o poeta às vezes assoma melodioso como um suspiro de donzela...”<sup>554</sup>. Depois, na descrição da trama, Azevedo recorre, mais uma vez, à comparação com as produções do dramaturgo inglês<sup>555</sup>.

Como é bela a descrição da tristeza do infante contada por lábios daquela que o enlouquecia: as ânsias, que os suspiros, os gemidos, e o coar de doce veneno que lavra por ele, ditos com uma singeleza de mulher e de moça, com essa *naïveté* que só os mestres d’arte compreendem em sua sublimidade, que o vulgo às vezes desama na conversa de Julieta e Romeu ao luar, e que o amante sem querê-lo repete! – Como são belas as doces lembranças vivas daquela, cujo seio batia com o do príncipe! Quando ela conta o que dissera ao real amante<sup>556</sup>.

Azevedo questiona se é belo a *Castro*, isto é, se o tipo de beleza presente na obra conjuga uma só beleza ou se consegue dialogar com épocas diversas. Sua resposta se pauta em uma análise comparativa, em que ele dá destaque ao jeito grego de tratar o belo, assim como o belo de Shakespeare<sup>557</sup>. Ou seja, para ele, a obra conjuga a Antiguidade e a Modernidade em “um fulgor irmão”, fonte “de um mesmo palpitar”. Ele inquire a beleza do monólogo de D. Pedro, o diálogo de amor, a trama dos conselheiros etc.

---

<sup>552</sup> AZEVEDO, 2000, p. 726.

<sup>553</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>554</sup> Ibidem, p. 727.

<sup>555</sup> “Apropriando-se da proposta de revisão da Antiguidade, Álvares de Azevedo, em ‘Literatura e civilização em Portugal’, propõe reciclar as obras-primas da tradição literária do Ocidente e do Oriente, numa segunda leitura, procurando ampliar o horizonte cultural do país. Nesse artigo, Azevedo elege a *Castro*, de Ferreira, como primeira obra trágica da fase que denomina ‘heroica’ da literatura portuguesa. Num discurso que, extraído da proposta de revisão das obras da tradição literária soa, em geral, petulante, critica o desvario sentimental que a *Nova Castro*, de João Batista Gomes, teria imprimido à imitação dessa tragédia, contrapondo-lhe outro tipo de revisão da mesma obra. Destacando as passagens que considera mais belas, defende que uma segunda alternativa de retomada dessa obra teria de recuperar o sentimento trágico que a atravessa, mas sem deixar de considerar os movimentos que a imaginação do autor efetua para descrever as paisagens. Ferreira transforma-se, nessa ótica, no Shakespeare da tradição portuguesa, devendo por isso ser eleito como modelo perfeito da antiga arte portuguesa, tendo a oferecer ao escritor o ponto de partida para a ruptura com as regras da convenção”. CUNHA, 2004, p. 130.

<sup>556</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

<sup>557</sup> Ora, Azevedo aparenta sustentar o diálogo com os textos de Lessing acerca da importância do dramaturgo inglês. “Na *Dramaturgia de Hamburgo*, acompanhado com folhetos quase diários a tentativa da companhia do ator Ackerman de manter em Hamburgo um Teatro Nacional Alemão, Lessing ataca impiedosamente as pretensões injustificadas dos Corneille e Voltaire de terem revivificado e recriado a tragédia grega; aconselha aos dramaturgos alemães seguir o modelo mais conveniente de Shakespeare, que Wieland acabava de traduzir; e termina com análise minuciosa das regras de Aristóteles para demonstrar que continuam o fundamento da verdadeira arte trágica”. CARPEAUX, O. Maria. *A história concisa da literatura alemã*. São Paulo: Faro Editorial, 2013.

Não é verdade que isso é belo? muito belo, ao jeito dos Gregos, e à maneira de Shakespeare – porque a beleza é bela de um fulgor irmão, de uma sensação que se acorda e vibra de um mesmo tremuloso palpitar!

E não é belo o monólogo de D. Pedro, começado por uma prece a Deus e tornado em esperanças de amor, no crente ver de um porvir florente? E depois o diálogo do amor ardente do mancebo, e da severa sisudez do secretário, o fogo das falas do amante, e o peso dos conselhos do velho, e ao cabo desse ato, aqueles coros tão mimosos que começam<sup>558</sup>.

Segundo Azevedo, o primeiro ato da peça pode ser comparado a uma estátua antiga. A afirmativa, por um lado, segue ao encontro da valorização que ele tem feito à obra do português, ao ressaltar as qualidades da tragédia de Ferreira, que dialoga com a idade de ouro da Antiguidade, ou seja, dos diálogos que se fazem na *Castro* com as produções gregas: “Dizeime, não sentistes ao ler aquele primeiro ato o que se sente ante uma estátua antiga, um primor típico da arte – não sentistes o que se sente ante a lindeza? / Que profunda filosofia não ressumbra naqueles versos do monólogo d’El-rei D. Afonso IV [...]”<sup>559</sup>. Por outro lado, a comparação deixa entremear um olhar bastante inquietante, pois é fato tratar-se da beleza grega, e não se nega beleza àquela arte; no entanto, trata-se de uma beleza imóvel, taxativa, monótona, e, paradoxalmente, muito próxima da beleza das heroínas que figuram no romantismo; beleza que ele em diversos momentos criticou.

Por conseguinte, a análise se volta então à trama da obra de Ferreira. Azevedo ressalta assim o diálogo do rei com os conselheiros acerca da melhor decisão a se tomar para o reino. No debate há a escolha da pretensa paz do reino, em troca da vida de uma pessoa, da morte de D. Inês é, por certo, todo o resumo da tragédia estabelecida na *Castro*.

Ademais, outro fato bastante interessante que Azevedo traz em sua leitura é o lugar comum ao Antigo Regime, isto é, o lamento do rei sobre o peso da coroa. Lugar comum aos déspotas, o fardo é ressaltado como se não houvesse a ele escolha, enquanto governante que aceita a carga, por se tratar de um poder delegado pelo divino e, portanto, maior que ele.

Que verdade chã que transluz no dito dos conselheiros, quando o rei lamenta o seu fardo real e o mentido *resplendor daquele oiro que nos engana*, e os promete perigos, [...] O diálogo do rei e dos conselheiros do soberano que ainda é pai e homem, e dos vassallos severos que, na sua fé de Portugueses, preferem a paz do reino a uma vida de moça; a hesitação do guerreiro de Salado, os aforismos da política severa de Coelho e Pacheco; a lógica do coração do pai de D. Pedro, e a lógica da política dos ministros: eis aí um debate forte – uma cena travada, onde o interesse arfa de ânsia. O poeta compreendeu o que iria dentro a um peito de homem, na luta de pai e rei. Glória ou mágoa! ao rei. Rebuçado embora do manto de Bruto, o velho monarca afoga suas lágrimas, e, a fronte baixa, murmura a sentença de morte...

E o coro aí vem que lamenta no seu pressentir de luto o desenlace sanguento do drama...<sup>560</sup>.

<sup>558</sup> AZEVEDO, 2000, p. 727.

<sup>559</sup> Ibidem, p. 728.

<sup>560</sup> Ibidem, loc. cit., itálico do autor.

Na sequência, Azevedo descreve a cena que culmina com a morte de D. Inês. Para ele, a ação é intensificada pela imagem que se cria do nitrido e da poeira dos cavalos que levam os executores até a moça. Comparação que ele estende às sensações provocadas pelos desfechos dado às personagens Édipo e Hécuba, bem como as sentidas por Marion e Triboulet. Ou seja, Azevedo paragona a *Castro* às particularidades e ações de outras personagens, seja aos gregos ou modernos. Azevedo intensifica as sensações e os sentimentos dados àquelas personagens, e traz aos leitores todas as aflições que daí possam ser extraídas, e assim cria-se uma catarse à desventurosa D. Inês.

A cena toda vai bela, a imaginação arde ao sentir dos corcéis que já nitrem ao longe, à poeira que se alevanta nas estradas da gente armada que aí vem afogar no seio da moça, em sangue, a vingança real...

[...]

Leia-se esse monólogo, aflito como o esvurmar das lágrimas sangrentas de Édipo cego, como o de Hécuba, a quem se arrancam os filhos, cujo sangue querido vê derramar-se do seio de Polixena no sepulcro de Aquiles, como essas mil mágoas, grandiosas, verdadeiras ainda assim, da estética grega... como a ânsia de Marion Delorme, e o esvaliar de loucura de Triboulet, em Victor Hugo...<sup>561</sup>.

Na sequência, ainda na *Castro* de Ferreira, há a retomada da leitura quanto à forma do poema. Embora Azevedo diga que a obra traga certa renovação quanto à forma, na essência é uma tragédia à *la grega*, ainda que bem realizada se comparada às tragédias francesas, por exemplo. Neste momento, ele sai da obra portuguesa e se volta para os escritores franceses da Ilustração e do começo do século XIX, tece críticas acerca da produtividade à maneira da Antiguidade. Para Azevedo, com Ferreira a obra clássica tem vida, enquanto que com os franceses, embora haja o molde, as três unidades, a realização da tragédia francesa é como uma estátua, imóvel e fria. Ou seja, eles não conseguem recriar competentemente o que já pertence a outra época. De modo jocoso, comparou os franceses a Íxion, que ao buscar abraçar Era, abraçou as nuvens que davam forma à deusa.

Há de ver-se daí que a poesia de Ferreira era bela ao transluzir dos seus brolamentos a eúritmia antiga, como o cenho firme das velhas feituas clássicas; mas não hirta como as estátuas do classicismo francês do século XVIII, dos começos do século XIX, onde, a excetuar algumas criações de Voltaire, só se veem da Grécia, as formas de Sófocles e Sêneca – as três unidades: que não compreendiam no belo senão o molde, e por isso ficaram mudas como o mármore que rasgaram porque só aos homens-Prometeus, que têm no Olimpo da frente o fogo de vida do gênio, cabe dizer como Cristo a Lázaro, à matéria sem alma – Εἰ γείρον ou surge! e eles, coitados! eram Íxions loucos, cujos braços abertos só abraçam nuvens...<sup>562</sup>.

Depois, Azevedo faz comparações da mesma personagem abordada por Ferreira e Camões, D. Inês. Afirma então que a história contada por Ferreira é mais bela (embora tenha

<sup>561</sup> AZEVEDO, 2000, p. 731.

<sup>562</sup> Ibidem, loc. cit.

sido Camões a consagrar a paixão dos amantes). Segundo o crítico, há falta de verossimilhança no uso de uma imagem que não é natural; D Inês cai ao pé do rei para comovê-lo e desestimulá-lo do terrível ato que vem executar, no entanto, a imagem se faz dramática. A imagem é sublime, como também o é Andrômaca ao pé de Pirro; no entanto, ainda que o rei a perdoe, os conselheiros não. Desse embate, surge, de acordo com Azevedo, toda a dramaticidade do quarto ato da peça.

A fala da Castro ao rei no ato 4º é mais bela que a que Luís de Camões presta à donzela. Como notou-o o crítico francês, se era possível que a dama portuguesa soubesse da história pagã, não era natural que uma mulher aos pés de um homem que vem matá-la, essa mãe que se ajoelha em lágrimas, com os filhos no colo precisasse de imagens para comover um velho. Andrômaca aos pés de Pirro, Inês de Castro aos pés do rei, eis dois tipos de mãe e ambos sublimes: mas aí o que os faz tão belos é o palpitar dos seios maternos que estremecem, a voz das entranhas que soluça nos lábios. O pai fraqueou. D. Afonso perdoou Inês. Mas os conselheiros não lhe perdoam. A luta recomeça mais travada, a cena aperta-se mais, o pai se afoga sob a púrpura do rei...<sup>563</sup>.

Para Azevedo, a tragédia deveria terminar com as lamentações do coro. Se o quinto ato traz as saudades de D. Pedro pela amada e ciência da morte da mulher amada; o desejo de vingança e a dor engrandecem esse último ato, torna esse momento sublime. Segundo Azevedo, as cenas são muito próximas da obra *Romeu e Julieta*. Mais uma vez, a análise se pauta pela comparação, e a leitura se volta ao escritor que é admirado pelos modernos. O grande expoente do Norte, portanto, baliza mais uma vez a realização da produtividade literária por excelência. Portanto, se a forma de *Castro* ainda é clássica, a realização da temática é bastante moderna.

A peça devia acabar com as lamentações do Coro, ao cerrar-se entre lágrimas o ato da morte da Castro. O quinto ato tem duas cenas. – A primeira são as saudades do desterrado D. Pedro, a elegia de seus amores que longe lhe ficaram; – a segunda é a nova da morte da amada trazida por um mensageiro.

A fúria do Infante, as imprecações de vingança, esse exalar de uma dor profunda, é sublime. Compare-se, com o Romeu de Shakespeare, Ato V. c. 1ª – *Well, Juliet, I will lie with thee to night*. – Calma e o sangue frio do suicídio – e Ato V. c. 3ª – *A paixão melancólica*, etc.<sup>564</sup>

Embora a tragédia de Ferreira seja clássica na forma, apesar do escritor português ter desrespeitado a regra da unidade de lugar, segundo Azevedo, é Ferreira, o eclético que conjuga o antigo com o moderno, o “mais antigo dramaturgo do romantismo”. Ora, tal observação rompe, em primeiro lugar, com a ideia fixa de estabelecer escritores somente pertencentes a um dado momento (usa-se também Goethe para exemplificar na era moderna um retorno ao classicismo), em segundo lugar, há a valorização dos escritores que contribuíram com o desenvolvimento da literatura.

<sup>563</sup> AZEVEDO, 2000, p. 731.

<sup>564</sup> Ibidem, loc. cit.

Vale lembrar que a *Nova Castro* de João Batista é a gosto romântico, com estética voltada para o público e tempo, porém, é Ferreira quem demonstra as características que os escritores do romantismo procuravam; dentre vários fatores, romper com a tradição estabelecida etc. Além disso, se por um lado, Azevedo diz que a peça deveria terminar no quarto ato, em que para ele é muito aos sentires do movimento romântico; por outro lado, também há a valorização do quinto ato, uma vez que aponta similaridades com a peça shakespeariana, em que a dor, a paixão melancólica é posta quando o amante se inteirou da morte da mulher amada; o crítico extrai sentimentos e sensações novamente compatíveis com o romantismo.

A peça é clássica nas formas, é luzida das inspirações ardentes do céu espanhol – e, apesar da unidade de lugar ser violada aí no 5.º ato, um Grego não renegara dela se lha coubesse em sua literatura. Ferreira é o mais antigo dramaturgo do romantismo – é o que Goethe foi na *Ifigênia em Táuride* – o eclético dos dois sistemas, do grandioso marmóreo de formas de um, do luxo de vida de outro teatro<sup>565</sup>.

O texto segue e as observações do crítico deixa entrever a sua postura com relação aos determinantes teóricos necessários aos jovens escritores que buscavam realizar suas produções literárias: “Para nós, Ferreira (como Goethe na criação de *Ifigênia*) é o modelo que apontaríamos à mocidade. Ali há todo o brilhante fascinador do romantismo, e o puro da severidade arquitetônica do classicismo”<sup>566</sup>. Ora à mocidade, isto é, aos revolucionários da modernidade cabe uma literatura muito próxima da temática tratada por Ferreira em sua obra.

Já na segunda parte da “FASE HEROICA”, Azevedo traz à discussão “CAMÕES”. O escritor é citado em diversos momentos do texto, mas é na “Fase Heroica” que o ensaísta despende a distinção do autor de *Os Lusíadas*, apogeu da literatura portuguesa. Para o crítico, foi com Camões, partícipe da época guerreira do povo português e das navegações, que o esplendor das belas letras se fiz visto naquela sociedade.

Na apresentação do escritor português, Azevedo o descreve como alma guerreira, homem de guerra na empreitada portuguesa no Oriente e, ainda que embalado nas lutas, ele não deixou esmorecer os arroubos dos cantos de amor.

Longe, por essas nuvens de um passado, corrido das longas sombras da cruz, sob sua láurea, ao avultar da fronte assombrada, não ledes aí, num sobrecenho triunfal, o acesso d’alma guerreira, que transluz-lhe sob a ação do morrião, num olhar meridional?

Não na vedes lá, por essa terra das Índias, onde pelas veias, às calmas do meio-dia, no tropel febril, borbotoa o sangue mais vivo, onde o poleá vagabundo enlanguesce pelas sestas sufocantes, não na vedes lá essa altivez de homem de guerra, com o peito mal contido sob as escamas da coiraça, e a ideia erradia a esvaliar-se-lhe incerta, ao rodar de lágrima furtiva – imaginando na vida – ao acordar de uma ideia – sonho de guerra ou amor?<sup>567</sup>.

<sup>565</sup> AZEVEDO, 2000, p. 733.

<sup>566</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>567</sup> Ibidem, loc. cit.

Azevedo se valeu, em diversos momentos, do uso de recursos retóricos para retratar (sempre se servindo de comparação) os grandes feitos do poeta português naquela época das navegações.

E sabeis-lhe o nome, o fado, as glórias?  
 Sabeis-lhe o nome ao homem abatido sob seus lauréis de poeta na fronte escaldada, como imagem do Gibelino, no romar peregrinante, ou alma de Tasso absorta, entre Leonora e Armida, num desvario divino?  
 Sabeis-lhe o fado ao cavaleiro campeador, com a cabeça curva, a testa pálida, e pelo olhar soberboso a lágrima primeira?  
 Sabeis-lhe as glórias ao homem a sorrir em suas abusões, ao ondear da roupagem de um sonho a perpassar-lhe ao pé?  
 Quem era? Era Camões<sup>568</sup>.

A apresentação de Camões, dada por Azevedo, segue as observações feitas pela crítica do Dezenove, na qual se perpetua, por exemplo, a lenda do salvamento do épico *Os Lusíadas*. Ademais, Azevedo tece a comparação com o grande nome da Antiguidade, Homero, fazendo com que Camões seja o herdeiro natural de toda essa tradição literária.

Além disso, Camões, segundo Azevedo, sabia da importância de sua obra e que ela também era uma produção cosmopolita. A ideia de cosmopolitismo torna-se um ponto bastante interessante, pois *Os Lusíadas*, na percepção do ensaísta, ultrapassam os limites do território português, em que diversos povos e gerações “se laureiam”, inclusive os americanos, também herdeiros dessa tradição que remonta à Antiguidade.

Esse donzel, que o Sol Hispânico enrubescido ainda dos reflexos do Oriente Português fadara o Homero dos *Lusíadas*. Era o menestrel, cuja mão trêmula erguera talvez o sudário de Natércia a ver-lhe a face branca, o moço apaixonado que a revia ainda ao acordar em suas canções, no seu túmulo real, fria de alabastro como na Galateia surgida de sua tibieza

[...]

Eis aí quem era Camões: era o amador saudosos de Catarina de Ataíde, o soldado de Ceuta, que num senão de face, ao salvar de seu pai, um pelouro assinalara valente, o desterrado da Índia bárbara, o cismador da caverna de Macau, o náufrago que ao salvar-se a nado erguia na destra o padrão glorífico de seu poema. – Em tudo e sempre foi um reflexo de glórias, foi um cavaleiro a quem fadas segredaram uma coroa por desfolhar aos pés da pátria – e nos joelhos d’*Ela* – foi uma alma épica que em seu pressentir de poeta vira em seu livro uma dessas glórias cosmopolitas, com que todos os povos, todas as gerações se laureiam<sup>569</sup>.

Na intencionalidade de salvaguardar a *magnum opus* de Camões, Azevedo faz uma análise acerca do cristianismo e afirma que ele não tem força necessária para mostrar sozinho o sentido bélico do povo português. Ele, possivelmente, diz isto na tentativa de justificar o padrão clássico do poema, em que as divindades das antigas religiões Gregas e Nórdicas fazem parte da trama. Assim, o crítico justifica que os evangelhos do cristianismo não são capazes de fomentar o cenho guerreiro dos lusitanos.

<sup>568</sup> AZEVEDO, 2000, p. 734.

<sup>569</sup> Ibidem, loc. cit.

E que entre o seu Panteon gigantesco de semideuses – (e aí desculpem ao poeta a polimitia confusa dos mitos pagãos e do Cristianismo: como poetas feitos hercúleos sem a intervenção de deuses guerreiros? O Cristianismo, cujo lábaro é a paz, cujo gládio é a palavra, não pudera de per si inspirá-lo. O Olimpo Grego, o Céu de Odin, alguns livros do Velho Testamento, são épicos no sentido verdadeiro e bélico da palavra: os Evangelhos não<sup>570</sup>.

Se Camões utilizou figuras das antigas religiões em sua obra para justificar tal uso, Azevedo busca exemplos nos escritores do Ocidente, que se valeram dos panteões dos antigos deuses. Ele cita autores como Tasso, Virgílio, Boccaccio, Ariosto, todos fundamentais para especificar uma tradição<sup>571</sup>. Nas comparações, é possível ver as qualidades de Camões equiparadas às particularidades de cada escritor e também a do pintor Ticiano. Vocábulos como lírico, épico, rosado, erotismo, fadas, heroísmo são revisitados para agraciar não somente a herança portuguesa, mas também para criar uma equidade com aquela tradição. No entanto, Camões é forte quando traz a “velha história portuguesa”, fundamentos da herança lusitana, revisitada em seu épico.

O Tasso para fazer uma epopeia precisou de um outro céu no seu Céu dos Paladins da Jerusalém: as fadas e os feiticeiros o supriram no colorir daquelas eras brilhantes de uma crença fanática e fundida ainda nas tradições guerreiras dos bárbaros: como dizíamos, é que entre o seu Panteon gigantesco de semideuses na sua grita valente de guerras, ao brilho multicolor dos broquéis deslumbrantes de trasflores, de divisas de guerra e motes de amor, ele era lírico como Píndaro, – épico como Virgílio – rosado em tantos episódios, onde a volúpia tressua-se como nos painéis de Ticiano, de erotismo anacreôntico, como o *Decameron*, de Boccaccio, e o episódio de Armida de Torquato Tasso, e os enleios das fadas de Ariosto, – e palpitante de heroísmo, ofegante de sentir trágico e fundo, sua frente se obumbrava de glórias quando com a mão pálida erguia as lousas da velha história portuguesa...<sup>572</sup>.

Por fim, para Azevedo, a imaginação em Camões fazia-se presente. O gigante mitológico Adamastor, por exemplo, seria mais contundente que o gigante do escritor latino Claudiano. O que corrobora com a magnitude da criação literária do poeta Português: “A imaginação era grande aí: o Adamastor se erguia do seu travo de mágoa, como um fantasma vingativo numa prosopopeia colossal mais soberba que a do Encélado de Claudiano”<sup>573</sup>.

---

<sup>570</sup> AZEVEDO, 2000, p. 734.

<sup>571</sup> É importante ressaltar que Azevedo no texto “Lucano” diz que o poeta de *Farsália* é justamente inovador em sua obra épica porque conseguiu afastar os deuses da produção poética.

<sup>572</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 735.

<sup>573</sup> Ibidem, loc. cit.



### C- A decadência em Portugal<sup>574</sup>

Em “Literatura e Civilização em Portugal”, na sua última parte, há o fechamento de uma análise que Azevedo faz acerca da marcha da civilização portuguesa, que ao nosso ver, traz o encerramento de um ciclo<sup>575</sup> do desenvolvimento cultural português. O autor, ao longo do estudo, faz todo um percurso histórico, filosófico e literário que termina sob a égide do título “FASE NEGRA”. Ele ainda fragmenta, essa parte final do ensaio, em várias sessões, marcadas com os algarismos romanos.

Para Azevedo, a literatura em Portugal no século XIX entra em decadência e tem como último expoente, Bocage: “EIS ATÉ AÍ A FACE BRILHANTE AO SOL, o relâmpago centenário do planeta português. Lede Ferreira e Camões, e senti-la-eis como sente-se a lava quente aos pés – essa raça de valentias herdadas com os brasões lavados em sangue”<sup>576</sup>. Ora, Azevedo marca a época da literatura exuberante com a ideia de claridade. Além disso, caso queiram saber da grandiosidade da literatura daquele período, busquem *A Castro* ou *Os Lusíadas* e lá verão os “brasões lavados”, claramente uma alusão ao primeiro verso de *Os*

---

<sup>574</sup> Na incapacidade de reproduzir ou mesmo recriar uma Era dita de ouro. A literatura europeia, no final do século XVIII e início do XIX, estava em reestruturação. Na Alemanha, Inglaterra surge a possibilidade de uma literatura que fugia dos moldes “decadentes” racionalistas, de completo esvaziamento do sujeito, de mudanças de regimes políticos e governo. A situação da Europa era de fato propícia às mudanças, pois havia um vigor e uma força estética que a levantava, porém faltava orientação e disposição para realizar. Ora, Schlegel em *Sobre el estudio de la poesía griega* faz uma crítica contundente acerca da ideia da denominação da Idade de Ouro, visto que o fato de estabelecer um certo número de grandes autores em determinada época fosse dar conta do ápice de desenvolvimento de uma dada literatura: “Parece incomprensible cómo se ha podido llegar a pensar que la literatura italiana y francesa, y quizá incluso la inglesa y alemana hayan tenido ya su Edad de Oro. Tanto se abusó de este nombre que parecía que bastaba para ello con una protección principesa, un número de nombres célebres, un cierto celo del público y en todo caso una cumbre suprema en un aspecto secundario. Lo único malo de eso fue que para las desgraciadas Edades de Plata, Hierro y Plomo no quedó nada más que la triste suerte de intentar alcanzar con todas las fuerzas a aquellos modelos eternos. ¿Cómo puede hablarse del estilo perfecto donde en realidad no hay en absoluto estilo, sino sólo manera? En el sentido más estricto de la palabra, ni siquiera una sola obra de arte moderna, mucho menos toda una época, ha alcanzado la cumbre de la perfección estética. La presuposición tácita en que se basaba esto era: que el destino de la cultura estética era surgir como una planta o un animal, desarrollarse poco a poco, luego madurar, volver a hundirse y finalmente perecer, regresar siempre por fin, en un ciclo eterno, allá de donde partió su camino por primera vez. Esta presuposición descansa en un simple malentendido cuyo origen profundo descubriremos a continuación”. SCHLEGEL, 1996, p. 93.

<sup>575</sup> Azevedo coloca, no ensaio “Literatura e Civilização em Portugal”, um longo prólogo, que trata dos determinantes de literatura, fosse o clima, a religião e o cenho guerreiro (os substratos sociais como fomentadores do discurso poético). Na segunda parte, ele introduz a história da península ibérica, em que descreve a separação das literaturas de Espanha e Portugal. Passa então a falar das grandes navegações, que coincide com a época de ouro das belas letras portuguesas; ele introduz assim Ferreira e Camões como seus grandes expoentes. Por fim, o alvorecer português, já no final do século XVIII e começo do XIX, sendo o último grande escritor português, Bocage. A “fase negra” corresponde a representação da decadência das letras portuguesas. A nossa análise do texto de Azevedo persegue a ideia de decadência posta na literatura europeia e da apropriação dela enquanto tema, que servirá para Azevedo tratar em grande parte de sua obra poética e ficcional.

<sup>576</sup> AZEVEDO, 2000, p. 736.

*Lusíadas*, “As armas e os Brasões assinalados”<sup>577</sup>, o “planeta português” outrora grande, tornou-se menor naquele Dezenove. Desse modo, segundo o crítico, a era das ‘vergonhas portuguesas’ desponta no horizonte.

A fase das vergonhas portuguesas, o clivoso do descaimento da nação de Castro – o Viso-Rei, a viltade desse povo de Romanos, geração abastarda de águias, – condiz às palavras irosas do velho Frederico Barba-roxa, ressurgido de sua caverna de Malpas, aos burgravos espúrios e desditosos do passado de seus avós:

..... Vos pères  
Hardis parmi les forts, grands parmi les meilleurs,  
Étaient des conquérants, vous êtes des voleurs<sup>578</sup>.

Para Azevedo, a época da vergonha começa com o período em que Portugal deixa de ser um país soberano e é integrado ao reino da Espanha, nos anos de 1580 a 1640. Ter um vice-rei, era o mesmo que obter o tratamento vil que os romanos desprendiam aos conquistados.

Além disso, ao mesmo tempo, se atentarmos que Azevedo refere ao reinado de Frederico I, Imperador Romano Germânico nos anos de 1.155 a 1.190, há o mito de que o imperador não morreu, mas que estava em uma caverna aguardando o momento certo para seu retorno. E se associarmos esse mito com a história portuguesa, é possível pensar acerca da instauração de um longo ciclo, mas há a possibilidade de um recomeço. No entanto, essa ideia, trazida ao contexto português, aparentemente esse ciclo não reiniciou, mesmo porque a noite portuguesa chegou e não há aurora à mostra.

De mais a mais, o tratamento despendido com o mito da decadência, por parte de Azevedo, à história e à literatura portuguesa também dialoga com o trecho da peça de Victor Hugo, em que “Vossos pais/ Audazes entre os fortes, grande entre os melhores, / Eram conquistadores, vós sois ladrões”<sup>579</sup>. Ora, há a ideia de uma idade de ouro que não se perdura, pois há uma degradação natural de gerações para outras (ideia que dialoga com Hesíodo, com Herder e Vico). Na acepção de Azevedo, depois da grande época portuguesa, a decadência é posta desde final do século XVI e segue até o século XIX.

Quando lemos o texto “Lucano”, logo no início, há a afirmação que Roma é o Proteu da história e de fato é, (especificamente o tratamento que Azevedo despende sobre as fases da cidade de Roma, em que a apresenta como bandida, depois heroica, de novo torna-se decadente com a ascensão dos Césares etc.), por meio da urbe, é possível traçar paralelos com as histórias de outros lugares. O modo com que Azevedo narra a história de Portugal se dá da mesma forma, embora haja a fase dos brios, a fase heroica, há também a fase bandida.

<sup>577</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. União, Dois Irmãos: Editora Literatura Clássica, 2022, p. 15.

<sup>578</sup> AZEVEDO, 2000, p. 736.

<sup>579</sup> SOUSA, 2016, p. 102.

Contudo, segundo Azevedo, o valor dos portugueses ultrapassa a mísera condição de salteadores e de apunhaladores das ruas a que Portugal agora contava; todos os bandidos das montanhas e os assassinos da noite entram como uma descrição para asseverar o período de decadência que se instaurou em terras lusitanas; e transferido daí para a “sequidão” das belas letras. Na fase dos brios, encontram-se Ferreira e Camões, já na fase do “marasmo” há ainda um último “vulto” que se palhera com eles, Bocage.

Não queremos dizer tanto de Portugal. Talvez todo o valor dos Portugueses não estivesse nos bandidos das montanhas e nos assassinos da noite, nos salteadores das estradas e nos apunhaladores das ruas...

A fase dos brios, representam-na, pois, Ferreira e Camões: a do marasmo há um vulto que bem lhe vai a par, uma fisionomia que basta a pintá-lo<sup>580</sup>.

Portugal foi um país de grandes feitos no passado, desbravador dos mares da época das grandes navegações, detentor de grandes posses e lugar de grandes escritores; porém o Estado entra em um período de declínio, tanto nos domínios político-econômicos, quanto na produtividade literária. Para Azevedo, embora estivesse em curso no país um período de crepúsculo, o território contava ainda com algumas reminiscências grandiosidades do passado; havia ainda um último e grande poeta. De forma parecida que fizera a Camões, Azevedo, antes de nomear o poeta, faz um jogo de comparações, a fim de que se possa nomear, por meios de inquirições, o último grande poeta português, Bocage.

O cenário que Azevedo descreve daquela terra condiz com o momento de queda da produção literária de cunho forte e revigorante que se buscava com o movimento romântico. As ruas de Lisboa são descritas como imundas (e tem como nota de informação, um relato de viagem de um anônimo) e por elas se arrasta Bocage. A descrição que se segue é, extremamente ao gosto romântico, a figura de um homem que não se encaixa numa sociedade burguesa, ele está embriagado e está malvestido. E se não bastasse o excesso de decadência, ele vai Tateando as paredes de tão bêbado, como que procurando pegar algo que não se consegue visualizar. A descrição de Azevedo reporta a um poeta que na “[...]busca de si mesmo, da libertação das amarras sociais [...]”<sup>581</sup> não consegue reconectar com a sociedade.

Ainda no fragmento de abertura denominado como a “Fase Negra”, Azevedo usa do imperativo e provoca o leitor a olhar para o passado na busca do poeta Bocage. O ensaísta tenta “envolver o leitor e granjear sua simpatia”<sup>582</sup> para juntos observarem diretamente o poeta português, com o seu “semblante espavorido, com o olhar incerto”, isto é, o crítico convida o

<sup>580</sup> AZEVEDO, 2000, p. 736.

<sup>581</sup> VOLOBUEF, Karin. *Frestas e arestas. A prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 44.

<sup>582</sup> Ibidem, p. 94.

leitor a fazer parte da intimidade do escritor. O quadro que se desenrola a partir daí é muito palpável e seduz os leitores, que emparelhados ao ensaísta, notem a decadência alheia, notem a vida decadente de Bocage.

Olhai no passado – nesse passado que foi o presente de nossos pais mancebos, de nossos avós já homens feitos – não vedes pelo tremedal das ruas da Lisboa imunda do século XVIII um homem que cambaleia e tropeça, roto e desabotoado a encostar-se pelas esquinas, tateando as paredes no andar vertiginoso? Lançai um olhar por essa janela a meio cerrada... Não vedes ali na sombra do lupanar o semblante espavorido, o olhar incerto e uns cabelos louros espalhados pela fronte alta, na mão ainda o copo vermelho, nos joelhos a mulher perdida, como o esboço sublime de Holbein, o libertino pintor Alemão, à margem do *Elogio da loucura* de Erasmo, na biblioteca de Bale? Conheceis aquele homem?<sup>583</sup>.

Nas costumeiras comparações e na tentativa de valorizar o escritor, Azevedo ressalta as características criativas de outros escritores com o intuito de transpor valores ao objeto de análise; ou seja, determinar a qualidade e mesmo a originalidade do poeta Bocage. “É um tipo poético como Byron, cínico e devasso como D. César de Bazan, sombrio como o Dante, amoroso como Ovídio, insano como Werner! É o rei da literatura Portuguesa de então – Manuel Maria Barbosa du Bocage”<sup>584</sup>.

No primeiro fragmento sobre o português, Azevedo exprime também, com rigoroso detalhe, toda a percepção sobre “[...] aquele mundo além-mar, [...] [que] vacilava como um ébrio”. O ensaísta faz um contraponto dos escritores europeus com o continente para dizer que no final do século XVIII e início do século XIX, a Europa emerge como um lugar decadente. A vida decadente de Bocage e depois a vida decadente de Werner servem para dar os argumentos necessários para sua tese. Trata-se de um período de contradição, de perda de verdade, de momentos desestabilizadores, refletidos também pelas diversas acepções filosóficas que se contrapõem. Ora, todos esses fatos se convertem em verdadeiras imagens de decadência, mesmo ressentindo das “pegadas de sangue” e das “histórias sangrentas que viam” nas lutas as mudanças que não se concretizaram.

O século XVIII agonizava lívido nas suas extremas saturnais, o século XIX despontava, entre as desesperanças materialistas da filosofia Francesa daquela época, como a definiu Lamartine, toda matemática, e o idealismo de Kant e Fichte, entre Voltaire que se gelava frio de morte – inda nos lábios o amarelo sorrir do incrédulo – Byron – o poeta-rei, adormecia nas orgias febris, nos sonhos tenebrosos do *Corsário* e *Lara*, como Spinello, o pintor, delirante de suas visões sublimes. E em meio daquela grande levadia da maré das civilizações Europeias, quando todo aquele mundo de além-mar, no dizer Bíblico, vacilava como um ébrio – Zacharias Werner, nas noites de perdição, se estendia pelo chão das tavernas da velha Alemanha e profanava na embriaguez a sua larga fronte mística. Inda sentiam-se as pegadas de sangue da Revolução Francesa e as mães embalavam seus filhos com os cantos de Rouget de Lisle e com as histórias sangrentas que viam...<sup>585</sup>.

<sup>583</sup> AZEVEDO, 2000, p. 736.

<sup>584</sup> Ibidem, p. 736-737.

<sup>585</sup> Ibidem, p. 737.

A decadência atribuída à cidade de Lisboa, que se contrapõe à decadência atribuída ao poeta Bocage, juntas elas criam uma forte imagem sobre o destino do poeta e do país. Embora, Bocage estivesse em um prostíbulo, bêbado, ainda na profusão do sentimento, o poeta português consegue, segundo Azevedo, ecoar da alma versos de “improvisação”, vivos, como que provindo dos lábios “do vulcão” e, de todas as “ideias fervorosas” que mostram. Ele é não somente o último suspiro da grande poesia portuguesa, como também uma prenúncia da arte romântica.

Então, na velha Lisboa – a rainha dos mares de outrora – e onde as praias imundas repercutiam as gritas despeadas das marinhas libérrimas, do estrangeiro – teríeis visto à tarde, com os cotovelos nas mesas torpes da taverna, a cabeça desgredada e loura, ou, ébrio e cambaleante, no seu entusiasmo febril – agitando a frente acesa dos vinhos, cintilar aqueles olhos azuis, onde o fogo d’alma lhe passava como ao través de uma lâmpada de alabastro – e as palavras sonoras, os versos tímidos, e as ideias fervorosas a transbordarem-se-lhe dos lábios eloquentes – e a improvisação cada vez mais viva, a brotar como dos beijos do vulcão...<sup>586</sup>.

Não há maior destaque ao modo romântico de compor e de ser, do que a descrição de um pária em uma sociedade de utilidades. Como diz Azevedo, Bocage, assim como Byron e outros escritores, teve “uma educação falha”, ou seja, não utilitária à sociedade e à produtividade. Essa educação era o avesso ao que se procurava ensinar e vista sob o enfoque do romance de formação alemão<sup>587</sup>, o escritor é um pária, um sem lugar na sociedade, pois ele produz algo que não era para ser produzido em um círculo que, em termos tecnológico e econômicos, estava em expansão.

Nas proposições de Azevedo, não se ignora a ideia que aquilo tudo que sucedera a Bocage não era somente um apagar das esperanças. O mergulho no crepúsculo de Bocage é, para ele, um mergulho na própria ideia de decadência. Uma decadência que se arrasta e expande para o lugar que se encontra; daí pensar em uma decadência que transfere ao país.

Por conseguinte, Azevedo expõe que Bocage era diverso de um Chatterton, de um Byron ou de um Werner simplesmente pelo fato de sua localização geográfica. A educação dada a Bocage difere da educação passada aos escritores do Norte europeu, que transpuseram para sua poesia uma irritabilidade, uma melancolia, uma superstição ou um histerismo.

[E] depois a cabeça tornava-se mais vacilante, o olhar mais esgazeado do alucinar, e o rei da plebe, aos aplausos das turbas, rodava dali, imóvel, turvo – como um corpo bruto. – Era a embriaguez da crápula mais imunda... A noite não... não vos direi a noite desse homem de vida errante, a quem porventura ardera no sangue de moço amor de glórias como a Luís de Camões, amor de mulheres – anjos como a Petrarca – que o mundo fizera misantropo como Rousseau, gelado no seu sensualismo entusiasta, e a corrupção desesperançara como Byron, que uma educação falha, um sonhar delirante eivara daquela nativa ebriedade fantástica do espírito de Chatterton e

<sup>586</sup> AZEVEDO, 2000, p. 737.

<sup>587</sup> MAAS, Wilma patrícia. *O cânonen mínimo: O Bisdugsroman na história da literatura*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

Shelley... Quando o poeta dos lupanares, o improvisador soberbo das praças ergueu seu brado de ateu à ‘Pavorosa ilusão da Eternidade!’ é que as noites lhe iam bem negras à ânsia do coração que o vinho e os beijos secos da perdição não lhe podiam calar<sup>588</sup>.

Além disso, a educação que orientava a vida de Bocage era bem diversa da educação que a sociedade orientava seus jovens. Por certo, ele estava aquém e além da sociedade ao mesmo tempo, pois ele não se enquadra nela e ao mesmo tempo consegue repeli-la e mesmo criticá-la.

E contudo, se a educação se lhe orientara diversa, em vez do borbulhar nas artérias de um sangue de Ibero, do fervor de um coração de Português – crestado e cinéreo ao louquejar das lupercais... se as brisas nevoentas do Norte lhe houvessem influído a irritabilidade nervosa, a melancolia hipocondríaca e spleenética, a insânia tocada de superstição, o histerismo das terras nevoentas, esse homem houvera sido – Chatterton, Byron ou Werner...<sup>589</sup>.

Se educação não era a mesma e o “clima” não era comum aos escritores do Sul e do Norte, ainda assim, segundo Azevedo, havia outros pontos de contatos do poeta português com Chatterton. Para Azevedo, a semelhança se pauta pela solidão dos poetas, pelo modo de enfrentamento do mundo. Ambos sofrem do coração, pois os cérebros eram sublimados pela poesia, assim como não tinham o devido reconhecimento do público nos lugares a que pertenciam: “Bocage e Chatterton se assemelham. Ambos sós – sós! – no mundo. Ambos com o cérebro sublimado ao fogo da poesia – e sem uma auréola de luz ante a qual as nações dobrassem as frentes como ante um sol, ambos sofrendo da dor do coração...”<sup>590</sup>.

De mais a mais, a análise empregada por Azevedo se cataloga por meio de uma investigação comparativa, que por meio de epítetos, ele nomeia as inerentes particularidades de cada poeta. Chatterton, diz o ensaísta, usa a crença, busca a inspiração na fé, no catolicismo. Já Bocage é o oposto, é o materialismo que afoga todas “as sementeiras da alma”, além de pertencer a escola de Volney e dos Enciclopedistas, é ateu como Shelley; portanto, há toda uma valorização de aspectos tidos como decadentes para o poeta português. Longe da culpa moralista cristã, o manual sagrado de conduta para Bocage seria o livro de poemas de José Anastácio da Cunha, *A voz da razão*<sup>591</sup>, publicado em 1822.

<sup>588</sup> AZEVEDO, 2000, p. 737-738.

<sup>589</sup> Ibidem, p. 738.

<sup>590</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>591</sup> A própria nota do editor, no início do livro traz algumas questões caras a Azevedo, a tirania e o abuso da igreja. “Prostituiu-se o homem na infância do Universo: quase setenta séculos de vexações, e de crimes não tem podido acordá-lo da sua aviltadora apatia. Este ente sempre miserável não oporá nunca à opressão mais que um sofrimento mudo? ... mas ele já começa a erguer-se; é preciso animá-lo: ele parece disposto a romper a cadeia de seus males; cumpre mostrar-lhe que os seus prejuízos são a origem deles, e que a sua ignorância tem sido o seu algoz. É este o dever que faz publicar este escrito: o homem bom aqui achará o erro, e a espada da verdade, para debela-lo; e o malvado, que o quiser dissimular, ou perpetuá-lo, vendo-o em todo o horror, só ganhará o remorso. Não direi nada de seu autor: seus escritos, e a Europa, que os conhece, falam de sobejo. Honrou a Pátria, e foi vítima do opróbrio!

De Chatterton a Bocage vai talvez um passo. Mas entre ambos há um abismo. Entre o cantor das glórias cavaleiras do XV século, das *Ilíadas* Anglo-Normandas do pseudo-Tomás Rowley, o poeta da luta de Hastings, entre *Wylllyam* – o duque e *King Harold* – *fayre England curse and pryde* e o mancebo Português – ante o qual Filinto Elísio desatara das fontes sua coroa de poeta-rei, há a crença, um cria; ao outro, o materialismo – como o espinhal da parábola santa – afogara todas as sementeiras d’alma. Chatterton se refugiara nas lendas de fé, revivia banhado de ondas católicas do crer do monge Saxão, Chatterton cria. Bocage era da escola de Volney e dos Enciclopedistas, que em Portugal tinha por Evangelho a *Voz da Razão* de José Anastácio da Cunha. – Era – quem sabe? ateu como Shelley...<sup>592</sup>.

Azevedo prossegue a descrição das diferenças entre os poetas Bocage e Chatterton. Para este, de espiritualismo juvenil, embora suicida, havia nas poesias dele visões de figuras femininas, umas alvíssimas e outras já “descridas”, ainda assim composições que seriam sonhos e sensações, diríamos, mais sutis. Para aquele, há em seu peito uma dor mais profunda, dono de uma alma turva. Em outros termos, o sentimentalismo de Chatterton, ainda que em seus momentos de febre, não atinge a profundidade do sentimento que assola Bocage; daí a afirmação do ensaísta que entre ambos a distância se faz em um passo, mas divididos nos contrastes por um abismo. Contudo, oposições a parte, é por certo, a apresentação de dois poetas avessos ao utilitarismo social.

O louro suicida de 18 anos, na sua febre de poeta, tinha visões do espiritualismo juvenil. Eram Elinoura, Oella, que lhe repassavam alvíssimas – Elstrida, e Sabrina sacudindo seus cabelos gotejantes nas faces de afogada, a esperança que lhe vinha nos sonhos segredar amores pela fronte pálida do abatido... Bocage – aquela alma era negra como as cavernas escuras onde o mar rebenta com um murmúrio lúgubre. – Lá dentro a treva, o gemer de alguma dor funda, que se afoga e gela...<sup>593</sup>.

Ademais, Azevedo prossegue com a análise de Byron e Bocage. De início, ele contrapõe as “ brutais orgias” dos poetas, um nas ruas de Lisboa e o outro em Veneza. Ora, Azevedo precisa a diferença não somente aos escritos, mas principalmente à posição que cada um ocupava na sociedade. O poeta Lord não precisava, mas vendia sua obra a um alto preço; portanto, temos um lado mercantilista e útil, ele usufruindo das transações comerciais, embora haja ainda uma centelha do sofrer, “a soberba dinástica e o orgulho ferido”, mas um sofrer em

---

Perseguido pelo Tribunal da iniquidade, e execração, ele definhou de penúria, e de mágoa! Gênio, se te é mãe desvelada a *Natureza*, sempre te é madrasta a *Fortuna*! Os ímpios lhe cavaram a sepultura, os amigos dos homens lhe fizeram a apoteose: a despeito da inveja a Pátria dirá com saudade o que o França disse de um homem, que a honrou; *Rien ne manque à sa gloire, mais il manque à la nôtre*. Compatriotas, aceitai esta oferta: não a julgueis pelo volume: ela é um antídoto heroico contra o veneno sagrado. Salvando vossos direitos, tendes enchido de assombro o mundo, de confusão os tiranos: mas ainda existem entre vós os impostores, que vos têm fascinado. Acabai-os d’uma vez: desapareça a superstição: essa alavanca terrível, que, fazendo o seu ponto de apoio no Céu, tem revolvido a terra, quebre-se a pedaços: e as maldições dos homens caiam sobre o perverso, que tentar soldá-los. A fábrica do fanatismo fende e estala por todas as partes: cumpre dar-lhe o último abalo, e ela desabará sobre a raça hipócrita, que a levantou”. In: CUNHA, José Anastácio da. *A voz da razão*. Paris: Oficina de P. N. ROUGERON, 1852.

<sup>592</sup> AZEVEDO, 2000, p. 738, itálico do autor.

<sup>593</sup> Ibidem, loc. cit.

outras terras sob “o vapor dos vinhos espanhóis”. Já a Bocage, sua miséria se semelha a dos antigos poetas, que davam o verso gratuitamente.

De Bocage a Byron – das orgias brutais do soldado vagabundo das tascas de Lisboa, aos banquetes deslumbradores, às noites turbulentas do *lord* em Veneza; – de Manuel Maria – o miserável, que dava ao povo como os Homeros antigos suas inspirações de poeta, ao D. Juan altivo que vendia o segundo canto do *Childe Harold* a duas libras esterlinas o verso – vai a soberba dinástica, o orgulho ferido daquele espírito que sofrerá – e muito – e ia afogar-se no vapor dos vinhos Espanhóis para *esquecer!* Não o amaldiçoem! esquecer! eis o sono de Byron<sup>594</sup>.

Novamente, há as comparações de Bocage com Werner e depois com Byron. Nelas, Azevedo atribui vivas impressões, as quais, segundo o crítico, excitam os “ébrios” poetas. Embora a alma de Bocage estivesse contaminada pela lepra do materialismo, ainda assim havia, segundo o ensaísta, um espírito como que envolto em uma batalha, provavelmente contra as possíveis adversidades provindas dos prováveis inimigos do poeta, a nobreza e a igreja. Em Byron, as dores que o afligiam provinham do passado, ainda que apaziguadas pelas boas e caras bebidas. Ao poeta Bocage, a “turvação” do espírito e a “sensualidade” da alma são as qualidades que afloram em meio aqueles sentimentos profundos e misteriosos de sua vida. Em outros termos, as experimentações pessoais dos poetas são postas em evidências, embora não pelo viés biográfico, mas antes pelo viés “psicoestilista<sup>595</sup>”, a compatibilidade dos sentimentos que se pode encontrar nas obras.

Bocage, como Werner, era levado por um organismo excitado às impressões vivas. Sua alma leprada de materialismo, matizada ainda de frescuras de poesia – na luta do corpo e da alma, da eiva da materialidade, e da seiva de vida do espírito – precisava de um pousio às agitações que a enfebreciam. A Byron eram dores do passado que pediam o vinho real do Reno e o *gin*, como o doente pede ópio. A Bocage era porventura a turvação daquele espírito, o atropelado daquelas visões que lhe passavam pesadas no crânio, era – sobretudo – a sensualidade que tendia a adormecer a alma<sup>596</sup>.

Mais adiante, na comparação de Bocage com Werner, Azevedo traz a semelhança entre os poetas, trata-se da libertinagem (embora seja, aparentemente, mais uma tentativa de aproximação do poeta do Sul com o do Norte do que propriamente focar na vida desregrada de ambos). Azevedo diz que Werner era frequentador de estalagens, um bêbado e entregue aos “sonhos negros” debaixo de mesas carunchosas da estalagem alemã. Bocage também era um frequentador de taverna que sob a luz fumacenta da candeia se encontrava imóvel como estátua à sonolência. Ambos são loiros, olhos azuis, e “ambos escurecidos do vaporoso”, ilustração bem ao modo de *Spleen e Charutos* de Azevedo, além do prosaísmo, com a descrição da mesa,

<sup>594</sup> AZEVEDO, 2000, p. 739.

<sup>595</sup> ALVES, CILAINÉ. *O belo e o disforme: Álvares de Azevedo e a ironia romântica*. São Paulo: Edusp, 1998.

<sup>596</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.



da lamparina etc., o vapor imprime uma imagem, ao gosto romântico, de um *Weltschmerz*<sup>597</sup> nos dois poetas.

De Werner a Manuel Maria vai menos: o adormido de embriaguez em sonhos negros debaixo das mesas carunchosas da estalagem alemã, e esse louro Português estatelado à modorra na taverna – à luz fumacenta e amortecida da candeia – parecem-se muito. São duas feições louras, com olhos corados do azul dos céus do Norte; ambos escurecidos do vaporar de suas trípodas pitônicas; ambos razões débeis, arrebatados como a Lenora a galope<sup>598</sup>.

Azevedo, aparentemente, busca demarcar uma diferença na análise dos dois ébrios poetas, Werner e Bocage. Ele analisa os aspectos de crenças de cada um, que gira ao entorno do oscilar entre o misticismo, o ceticismo, o fanatismo; ou o crer e o não crer e determina que eles se assemelham “na incerteza”.

A diferença de um a outro desses ébrios, é que no seu oscilar entre o misticismo alemão, o ceticismo e o fanatismo, as ideias de Werner não se assemelhavam, senão na incerteza, à filosofia titubeante nas tenebras do não-crer, como alma que desespera, e banha a cabeça réproba nas ondas negras da sensualidade brutal, no lenocínio lutulento das paixões, na existência do homem que tem medo de crer<sup>599</sup>.

As comparações que Azevedo tece entre Bocage e os poetas ingleses, Chatterton, Byron, e também o alemão Werner; para além de diferenças ou semelhanças, elas são uma forma de estabelecer uma ligação direta do Sul com o Norte. Ou seja, o tipo de poesia feita pelo poeta português, além de herdeira da tradição ocidental estaria diretamente conectada com a poesia mais profunda, intimista que a região Norte cultivou; desde as trocas de experimentações de quando a obra de Shakespeare chegou na Alemanha nas traduções de Wieland ou das experimentações teóricas de A. Schlegel dos poetas ingleses.

Postas todas as possíveis idiossincrasias de Bocage, Azevedo, no segundo fragmento, prossegue sua análise sobre a vida e obra do poeta português. Logo de início, traz um trecho do escritor e crítico literário António Pedro Lopes de Mendonça. Na análise sobre a possível causa da morte de Bocage, Azevedo vê como gatilho ao suicídio, como ele o chama, elementos pessoais<sup>600</sup>. Diferentemente do redator português, Azevedo diz não crer que fosse as ideias

<sup>597</sup> “Alemão, sofrimento pelo mundo, tédio da vida”. In: MOISÉS, Massaud. *Dicionários de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1995, p. 519.

<sup>598</sup> AZEVEDO, 2000, p. 739.

<sup>599</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>600</sup> Azevedo diz que a causa da morte de Bocage foi gerada pelo próprio poeta. Ainda que assim o diga, não convence, visto que ele usa vocábulos como “ideias políticas” e “regime absolutista” e embora negue que não foi isso a causa da morte de Bocage, nos parece estranho o porquê dele se utilizar de um crítico português, Lopes Mendonça, que era de pendor “socialista”. Além disso, Azevedo já utilizou desses vocábulos e dessas ideias em outros lugares, justamente sugestionando o peso das ideias políticas sobre os poetas como o fez nos discursos acadêmicos e críticas severas ao Antigo Regime como fez em “Lucano”.

políticas e o esmagamento do regime absolutista<sup>601</sup> os verdadeiros condicionantes da *causa mortis* do poeta, mas a “orgia” e o “veneno de lembranças”. Todavia, nos relatos que temos da vida de Bocage, consta que ele foi detido diversas vezes, pela inquisição, pela polícia e acusado de “desordenado no costume”. A crítica como a de Leodegário Filho traz, que depois das prisões, a produção poética de Bocage se modificou.

Chegou mesmo a ser preso, em 1797, após a divulgação da Epístola a Marília e de um soneto dedicado a Napoleão, pois em tais poemas foram vistas ideias antirreligiosas, revolucionárias ou subversivas da ordem pública. Assim foi, sem dúvida alguma, o primeiro Bocage. Mas há um segundo Bocage, que reaparece após a sua prisão no Mosteiro de São Bento da Saudade e no Hospício das Necessidades, já agora plenamente reconciliado com os princípios religiosos e com vários companheiros da Nova Arcádia, a quem tanto havia ironizado. Talvez o segundo Bocage ou, pelo menos, o Bocage que ficou na memória do povo é o poeta boêmio, satírico e erótico do Nicola ou do Botequim das Parras<sup>602</sup>.

Nesse fragmento sobre Bocage, há na proposição de Azevedo algo que provoca estranhamento<sup>603</sup>, pois ele argumenta que não fora a visão de um mundo arrebatado pelo Antigo Regime que provoca a ruína do poeta. No entanto, mais ao final de seu parágrafo, ele diz que a cabeça de Bocage se perturbou, turvou do “ar mefítico [impregnado] de uma civilização bastarda [degenerada, vil, baixa]”. Ora, à civilização portuguesa, assim como na maldição que o pai de Kuntz lança ao filho, seu executor, da obra de Werner, aparenta transparecer em uma maldição de uma nação que se expressa na decadência de época e mesmo daqueles indivíduos, tanto da arcádia quanto da igreja, que tinha excomungado Bocage.

“Mataram-te, Bocage, mas mataram-te um homem!” disse o Sr. Lopes de Mendonça. Que foi um suicídio a morte de Bocage, cremo-lo nós – suicídio d’alma e do corpo – pois quando aquele cadáver esfriou, já a alma lhe estacara morta. Cremos sim que Bocage morresse de dor, talvez de loucura como Gilbert – de miséria como Malfilâtre – de orgulho como Chatterton. Mas o que o matou não foi, pensamo-lo como o quer o Redator da *Revolução de Setembro*, o afogar de suas ideias políticas, “sua agonia de Encélado sob a Etna do régimen absolutista”. – Não o cremos: o que o matou, como a Marlowe – o dramaturgo, foi a orgia, ou antes um veneno de lembranças, seiva de morte, como disse o Hamlet, que lhe calcinava as veias. Era aquela cabeça que se lhe enturvava no ar mefítico de uma civilização bastarda, e acima de tudo isso o brado de voz sobre-humana que assomava ao libertino a clamar-lhe – *anátema, anátema sobre ti!* como a maldição do moribundo pai de Kuntz ao parricida no drama terrível de Werner<sup>604</sup>.

<sup>601</sup> Aparentemente, essa posição de Azevedo pode-se ver vista ou mesmo pensada como um jogo (possível ironia). Para Azevedo, a falta de republicanismo é que traz a decadência; ora, o absolutismo estava no controle do Estado, logo, Bocage sofre as consequências de um regime repressor.

<sup>602</sup> FILHO, Leodegário A. de Azevedo. Apresentação. In: BOCAGE, Manuel M. B. du. *Poesia*. Rio de Janeiro: Agir, 1985.

<sup>603</sup> Poderíamos supor tratar-se de uma estratégia de Azevedo, possivelmente uma forma de encobrir o que pensava acerca do Antigo Regime, mesmo porque, a exemplo do discurso de 1850, ele recebeu uma reprimenda do pai por conta de ideias antimonárquicas.

<sup>604</sup> AZEVEDO, 2000, p. 739-740.

Já na terceira parte do fragmento sobre Bocage, Azevedo inicia o parágrafo com a partícula condicional “se” para tratar o que seria a “glória”. Ele cita Horácio como autoridade para explicar que a notabilidade de um deve ser reconhecida pelo outro, “o dedo está apontado, e se diz: aqui está ele!”. Por conseguinte, Azevedo diz que se a reputação acompanhou Werner como sombra, ela se faz mostrar aos outros pelos “desalinhos dos seus andrajos”, pelos “vinhos das saturnais”, pela “fisionomia de energúmeno” e de “homem nutrido de depravação”. Ora, se esse modelo de conduta faz resplandecer a fama do poeta inglês, então o poeta português também a tem, pois toda a conduta e andrajos são partilhados. As descrições de um servem ao outro, ou seja, eles são homens românticos; dois poetas partícipes de um sistema filosófico, de um conjunto de ideias que os expressam como seres alheios e não pertencentes a uma sociedade que tenta os enquadrar a todo custo.

Se a glória consiste no apontar do dedo por um povo a um homem, como Horácio disse: “*Digito monstrari, et dicitur: hic est!*” essa glória que acompanhou como sombra a Werner, quando rebuçado no desalinho dos seus andrajos, ainda maculados do vinho das saturnais da véspera, com sua fisionomia de energúmeno, seu amaneirado de homem nutrido de depravação – com essa filosofia titubante e seu sistema – se a glória é esta, ninguém mais que Bocage ganhou-a<sup>605</sup>.

Na sequência, Azevedo traz outro autor, José Daniel, como contraponto de Bocage. Na época, José Daniel era rival de Bocage, além de ser protegido de Pina Manique, o mesmo intendente que mandou prender o escritor por vadiagem (dentre outras coisas, o papel do intendente era também o de reprimir qualquer ideal iluminista, contrário à fé cristã). O posicionamento de Azevedo em prol de Bocage é explícito nas escolhas dos vocábulos do crítico ao se referir à obra de José Daniel como insípida, portadora de graças truanescas e só agrada o popularesco. Por fim, ele diz que Bocage foi um homem à moda de Camões. Somente isso basta para adjetivar a envergadura de Bocage, ainda que fosse um “homem perdido”.

Dos salões frios da nobreza portuguesa às reuniões dos botequins e bilhares, onde a população estremece de riso às insulsas facécias truanescas de José Daniel, havia um nome que realçava além de tudo o nome de um poeta, ante o qual à geração presente ninguém sobressaía: uma frente à Camões – um estro valente e régio naquele crânio do homem perdido que dominava todas as ideias<sup>606</sup>.

Ora, como citado anteriormente, a glória surge do reconhecimento do outro Bocage tendo em vista que ele era conhecido pelas pessoas e ele era um escritor aclamado. Segundo Azevedo, o poeta se sobressaía como um “rei”, um gênio na sua produção literária, que era de agrado ao povo português. Em outras palavras, Bocage se configura como o grande expoente da literatura portuguesa naquele final e início de séculos.

---

<sup>605</sup> AZEVEDO, 2000, p. 740.

<sup>606</sup> Ibidem, p. 740.

E quando no teatro, sobre um mar de homens, se erguia a fronte pálida de Manuel Maria, avultando sob seus derrancados cabelos louros, no solto das vestimentas, e sua imaginação ardente lhe voava nos adejos ígneos do improviso, a vida daquele povo todo, das plateias mudas e anelantes, dos camarotes apinhados, todo aquele turbilhão de almas pendia da torrente dos lábios do vate, e a voz dele se afogava no frenesi dos aplausos, como o do hino do vento na ânsia das ondas. Bocage era o verdadeiro rei daquelas inteligências todas – rei solitário e soberbo como o sol – tendo como ele uma missão criadora e sublime – a do gênio<sup>607</sup>.

Azevedo, de início, disserta que o fazer literário de Bocage, isto é, o “engenho” do poeta, não se pauta exclusivamente pelo desenvolvimento da temática da decadência. De acordo com o crítico, há na obra dele, Bocage, um outro tipo de poesia, cuja temática se segue leve e em oposição ao lado boêmio. Segundo Azevedo, Bocage produziu poemas com temáticas comparadas a Petrarca, Ferreira e Lamartine; ele cantou temas sobre amizade, o amor verdadeiro ou discorreu sobre a temática materna. Para Azevedo, esses assuntos convergem em uma poesia que traz uma melancolia pura, bela e verdadeira.

Porém Bocage não é sempre o engenho dormido na perdição, o cisne com as asas abertas caindo no pantanal, o soldado libertino, ébrio no bordel. Às vezes, quando a fronte lhe latejava mais fresca às virações da primavera, quando o coração lhe batia mais macio, e uns olhos puros de mulher se miravam na lagoa azul da cisma do cantor, então a corda argentina da candidez virginal lhe revivia n’alma, como lágrimas cristalinas de perfume, os sonetos tão belos que nem sonhos de Petrarca à bela Italiana, lhe gotejavam dos lábios como a chuva dos rosais em flor. E quando ele se esmaecia no sonhar, e as visões puríssimas vinham sorrir-lhe à miséria, ele cantava – nênia de Inês de D. Pedro – a amizade, pérola tão alva ensartada a esse colar venenoso da vida: e, lembrando-se da pobre mãe, ele escrevia, em tributo a esses corações de pomba, que choram sem consolo como a Raquel judia, *quia non sunt*, e no seu desespero invocam. ‘Não roce os lábios meus nem mais um riso, / Meu triste coração ralai saudades...’ no canto lamartiniano, em que sua alma se lhe pendia e desfolhava-se como um salgueiro banhado de chuva, a vento despiedoso, se lhe estremecia mais cândida do amor de mãe, naquela elegia suavíssima, tão pura em sua melancolia, tão bela em suas lágrimas, da “Saudade materna”<sup>608</sup>.

De mais a mais, Azevedo ressalta ainda, a exemplo do que vinha fazendo na comparação com os poetas ingleses, um poeta português com características do fazer poético que se enquadram no movimento romântico. Caso aproximemos a obra poética de Azevedo com a de Bocage, é possível ver um paralelo construído com a obra dele, pois ambos tratam da temática da decadência, e de uma temática mais "orgânica", se assim é possível assim dizer, com uso de temáticas “mais frescas às virações da primavera”.

A crítica azevediana se envolve ou tenta puxar para um pulsar efusivo, mais emocional, mais condescendente talvez com o poeta português, pois o ensaísta abre o parágrafo com uma interjeição seguido da expressão “pobre poeta”, que se repete no início do parágrafo seguinte. Aparentemente, a intenção do crítico é aproximar o leitor do seu ensaio, e pedir a ele um

<sup>607</sup> AZEVEDO, 2000, p. 740.

<sup>608</sup> Ibidem, p. 740-741.

posicionamento diferente na recepção da obra de Bocage. De certo modo, Azevedo tenta recriar um cenário de benevolência para com o escritor. Ao comparar Bocage a Werner, por exemplo, o escritor brasileiro diz que o português teria conseguido acordar “do seu pesadelo”, e tratado de uma poesia mais ao viés “inocente”<sup>609</sup> do Romantismo.

Ah! pobre poeta! Talvez ele de suas lágrimas perfumadas regava a capela murcha de esperanças, e o fanado das fímbrias alvacentas de anjos que lhe passavam nas sombras!

Pobre poeta! Como Werner, ao acordar do seu pesadelo, ele achou ainda um canto n’alma, de acento vaporoso, como voz do sonambulismo. Venturoso só aí, tinha a ventura de chorar. E que seria do homem sem chorar? Não é verdade, Eurico: que seria do homem sem as lágrimas?<sup>610</sup>

Por conseguinte, na comparação de Werner com Bocage, Azevedo diz que o paralelo estabelecido entre eles se dá no amor de filho pela mãe. Posto o correlato, o ensaísta também diz que Werner foi o Emanuel Swedenborg dramático, o que é grande valoração, pois o autor sueco era um polímata. Além disso, Werner, autor de *Filhos do vale* e de *Cruz do Báltico*, cantou a tragédia lúgubre e lacrimosa *Mãe dos Macabeus* e dedicou à sua mãe. Na citação que Azevedo traz do livro do escritor alemão, é possível perceber um autor que lamenta a sua perda e ao mesmo tempo pontua a “murchesa” de sua existência, trazendo para si uma clara adesão ao final de um ciclo, exemplificado pela rosa e pelo amor, símbolos fugazes, inconstantes.

Para completar o paralelo entre Werner e Bocage, eu toquei nessa fibra do amor do filho para a mãe.

Werner foi o *Swedenborg dramático* (como o chama um escritor inglês de nota), o nebuloso criador dos *Filhos do vale*<sup>611</sup>, da *Cruz do Báltico*, o evocador do fantasma soberbo, “monge brutal das tavernas da Alemanha”, como chama Lerminier a Lutero, de *Átila*<sup>612</sup> – o bárbaro, *Cunegunda*, e daquele sanguento e fatal drama de *24 de fevereiro*<sup>613</sup>, data que se lhe assinalará duas vezes terrível ao coração, – Werner pois, o sombrio místico, foi aquele coração que teve por canto císneo a tragédia lúgubre e lacrimosa – embebida do seu histerismo dorido e sensibilidade convulsiva – da *Mãe dos Macabeus*<sup>614</sup>, dedicada à sua mãe, o livro, em cujo frontispício ele escrevera – “Minha mãe! os prazeres do amor, e as rosas da vida – tudo – tudo murchou-me sobre teu túmulo!”<sup>615</sup>.

<sup>609</sup> “Alguém que observa em si a impressão causada por poesias ingênuas e seja capaz de nela separar a porção que cabe ao conteúdo, achará essa impressão sempre jovial, sempre pura, sempre calma, mesmo em objetos bastante patéticos; em objetos sentimentais, será sempre algo séria e tensa. Isso se dá porque nas formas de expressão ingênuas, seja qual for o seu assunto, sempre nos alegamos com a verdade, com a presença viva do objeto em nossa imaginação e não buscamos nada mais além desta; nas formas de expressão sentimental, ao contrário, temos de unir a representação da imaginação a uma ideia de razão e, assim, sempre vacilamos entre dois estados”. SCHILLER, 1991, p. 64.

<sup>610</sup> AZEVEDO, 2000, p. 741.

<sup>611</sup> WERNER, Friedrich Ludwig Zacharias. *Die Söhne des Thal's: Ein dramatisches Gedicht*. Berlin: in der Sanderschen Buchhandlung, 1823.

<sup>612</sup> WERNER, Friedrich Ludwig Zacharias. *Attila, König der Hunnen: Eine romantische Tragödie in fünf Akten*. Berlin: In der Realschulbuchhandlung, 1808.

<sup>613</sup> Data da morte da mãe de Werner. Também é nome da peça teatral *Der vierundzwanzigste Februar*. Há ainda alusão à introdução do ano bissexto, ou seja, a inclusão de mais um dia em fevereiro e, portanto, um dia de extensão do sofrimento do autor.

<sup>614</sup> WERNER, Friedrich Ludwig Zacharias. *Die Mutter der Makkabäer: Tragödie in fünf Acten*. Wien: J.B. Wallishausser, 1820.

<sup>615</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 741.

Em seu texto, Azevedo ressalta a temática materna e a traz como contraponto de uma possível reparadora da temática da decadência presente tanto na obra de Werner, quanto na obra de Bocage. Nessa acepção, o crítico diz que a “pureza” de Bocage estava no “canto da saudade materna”; no entanto, no parecer do ensaísta, Werner conseguiu exprimir com mais profundidade esse tipo de amor, como podemos constatar na carta que escreveu ao amigo. Ora, os sentimentos expressos na epístola mostram a “pureza” mesclado com a “dor”, dois assuntos tratados à exaustão no Romantismo. Para Azevedo, a carta de Werner consegue exprimir o sublime, pois o poeta sofria muito com a ausência de sua mãe. No arremate do assunto, Azevedo infere que somente o amor materno conseguiria confrontar a “alma caída na depravação”; portanto faz-se dessa temática um contraponto com a temática da decadência.

Para mostrar a face bela do coração de Bocage, o óleo de pureza que lhe sobrenadava ainda à lâmpada turva de fez, basta o ler do seu canto da saudade materna. Onde Werner se transluz mais, já não lembrando a *Mãe dos Macabeus*, é naquela carta sinistra e merencória escrita pelo poeta de Koenigsberg a Hitzig, o seu amigo:

Deus quebrou-me o coração com seu malho de bronze: minha mãe morreu-me no dia 24 de fevereiro, aniversário do dia em que meu amigo Minsch expirou. Como minha poesia, e meus *filhos da Valada*, em que eu cria tanta glória, me tocaram de indizível mágoa, quando depois desse golpe eu quis tomar a comunhão dos cristãos! Minha Mãe! Que poesia que valha essa d’alma que lhe fez padecer sem queixar-se, sete anos de martírio e agonia? Que sofrimentos igualam os que eu senti? E como pesam-me duros sobre a alma os erros da minha mocidade! Quanto não dera pelo reaver minha mãe e resgatar minhas faltas! Meu coração cheio de lágrimas tenta em balde aliviar-se; os mortos não acordam, os erros não se deliêm; o passado é eterno e irreparável. Deus e nossa mãe, eis o que devera ocupar-nos antes de tudo: o resto é mesquinho e secundário – e absorveu-me tanto!

Não pensais? – essa carta é sublime.

Werner sofre muito. Aquela carta é o dizer da uma existência atribulada. A agonia da indigência, a loucura da desgraça, ecoaram muito nas cavernas daquele peito d’homem. O amor por aquela pobre mãe foi a aspensão lustral que lhe apurou toda aquela opulência d’alma caída na depravação<sup>616</sup>.

Além do bom desenvolvimento da temática materna, Azevedo diz que Werner teve um amigo a quem escrever; já Bocage não teve um amigo em quem pudesse confiar. Contudo, para o ensaísta, Bocage não o tinha justamente porque ninguém nesse mundo era digno de saber todos os profundos segredos do poeta.

Se Bocage houvesse tido um amigo, se ele houvesse crido uma vez, entre suas agonias íntimas, num arcabouço d’homem, talvez escrevesse uma carta como aquela. Não o fez – porque ele viu que aquele mundo não era digno de beber-lhe os segredos fundos – haviam rir-lhe do desespero...<sup>617</sup>.

Nesse ponto, longe de mesurar a biografia ou incapacidade do autor luso em fazer amigos, Azevedo procura dissertar acerca da obra de Bocage ser exclusiva, inédita porque ele não tinha contado a ninguém e também a última a ser considerada naquela sociedade. De fato,

<sup>616</sup> AZEVEDO, 2000, p. 742.

<sup>617</sup> Ibidem, loc. cit.

sob a perspectiva de sua análise, Bocage foi singular e também o último grande escritor português da modernidade.

Azevedo prossegue sua análise e se vale mais uma vez do método comparativo. No paralelo que tece entre as pessoas, primeiro, ele diz que se de um lado há o amparo de alguém e, do outro, ausência desse contraponto, neste último caso cria-se a impossibilidade de diálogo. Como consequência, há a perda de informações preciosas e no caso de Bocage houve a perda de sentimentos generosos, visto que não os segredou a ninguém. Para balizar seu argumento, como exemplo, o ensaísta cita Byron dizendo que o poeta inglês foi salvo do ceticismo por conta de uma outra pessoa; Manfredo, a personagem do poema dramático de Byron, não caiu do penhasco porque um caçador o segurou. Já Bocage não teve amparo algum, sozinho e sem amor, pois segundo Azevedo, “ninguém o amou”, o poeta estava fadado ao fracasso. Daí também a inclusão do poeta ao mito do individualismo moderno<sup>618</sup>.

Manuel Maria era rico de sentimentos generosos, mas o tesouro de perfumes lançado naquela ânfora eivada, perdeu-se pelas fendas. Byron achou uma mulher que o amasse com um amor de escrava e de idólatra, como ele sonhara Gulnare e Myrrha – a Jônica. A condessa Guiccioli talvez o arrancou do seu suicídio de cepticismo, e por isso Byron não findou talvez a loucura de uma de suas noites de orgia ao sibilar de uma bala. Manfredo não rolou pelos despenhadeiros do Jungfrau, porque a mão do caçador da montanha o susteve... Bocage não teve ninguém – ninguém! Dele – dele, mais que de Lord Byron, pudera dizer a voz da mágoa: *And none did love him*<sup>619</sup>.

Ao atentar-se para as palavras utilizadas por Azevedo na descrição de Bocage, vê-se que quase todos os vocábulos são para constituir a ideia de um poeta em toda sua “glória” decadente. Expressões como “fadado louco”, “embriaguez”, “cabeça insana”, “ébria”, “idear vagabundo”, reforçam a ideia de que o poeta português infeliz; elas constroem todo um universo imagético acerca da temática da decadência, que não se ausenta. Ao escritor Werner, é narrado todo um percurso de existência e por fim, o túmulo; ele pode escrever o seu epitáfio, após toda aquela procura por preenchimento da existência.

Foi bem infeliz! esse fadado louco que não pôde adormecer as suas mágoas, que não na bruteza da embriaguez! essa cabeça insana, ébria de um idear vagabundo, em cuja cruz tumular a mão do forasteiro pudera gravar o epitáfio de Werner – aquele esmolar

<sup>618</sup> “É fácil perceber que Fausto, Dom Quixote e Don Juan são personalidades muito díspares entre si. Ainda assim, todos eles cabem na primeira definição do verbete ‘individualismo’ do *Oxford English Dictionary*: ‘sentimento ou conduta autocentrada como princípio... ação ou pensamento individual livre e independente’. Os nossos três heróis, sem excessão, têm egos exorbitantes; e aquilo que cada um deles se propõe a fazer é algo que jamais fora feito até então; cada um faz sua escolha com inteira liberdade; e é a qualquer preço que todos querem alcançar o objeto escolhido sendo oportuno lembrar que nos casos de Fausto e Dom Juan o preço é a danação eterna, e não apenas as suas próprias vidas. Dois deles, Dom Quixote e Dom Juan, jamais levam em conta ‘raça, povo, partido, família ou corporação’, para citar novamente Burckhardt. É claro que antes deles houve grandes homens dominados pelos próprios egos: Sócrates e Júlio César, por exemplo. Mas os nossos heróis são de uma incrível coerência; concentram todos os seus recursos psicológicos em um alinhamento básica de distinção, seja ela a magia, a cavalaria ou a conquista sexual; os três são monomaniacos ideológicos”. WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 129-130.

<sup>619</sup> AZEVEDO, 2000, p. 742, itálico do autor.

ao viajante de uma oração de caridade pelo triste “que como Maria Madalena amara muito, e a cujos errores cabiam perdões” – o pobre Werner que após o doido vagar pela Europa, chorou nos túmulos de S. Pedro e S. Paulo em Roma, e errou contrito nos mármoreos do Vaticano, na majestade das pompas católicas dobrou-se à bênção do pontífice, e fez-se ordenar sacerdote pelo príncipe Dalberg, – Werner, o entusiasta, que ante o brilhantismo romano-católico sentiu as névoas do seu misticismo quietista esvaecerem-se, e entre turbas de ouvintes fez ouvir a voz de sua prédica eloquente em Viena, na Estíria, na Caríntia e em Veneza<sup>620</sup>.

Se por um lado Azevedo tece paralelo entre vida e obra de Bocage, no sentido de reforçar a qualidade da obra do poeta, por meio das temáticas desenvolvidas em sua obra; por outro, ele usa a citação de um crítico para tratar da inspiração de Bocage e da provável falta de diálogo que faltou a esse escritor. “O Sr. Lopes de Mendonça bem o disse – a Bocage faltou a inspiração de uma literatura contemporânea valente”<sup>621</sup>.

A crítica de Azevedo se pauta pela transição de uma poetização à outra, visto que Bocage transita entre dois mundos. Embora, para o ensaísta, não há ninguém da envergadura do poeta para que fosse encetado diálogos, naquele momento em Portugal; também já não havia uma literatura moderna forte e vibrante naquele lugar, exceto Bocage. Para Azevedo, talvez, faltou ao escritor português uma instrução ao estilo do fazer literário que se estruturava na Alemanha<sup>622</sup>.

Portanto, o texto de Azevedo traz a ideia de que Bocage também poderia ter se realizado como Werner, se tivesse o que o poeta alemão tinha para influir na composição literária. Entretanto, como afirma, Werner era alemão e Bocage português e entre eles um mar os separavam, embora naturalmente haja ponto em comum nas suas poesias.

Dessem a esse Português a cópia de instrução que mana caudal na Alemanha, embalassem-no aos *lieders* da superstição teutônica, dessem um ar em que voasse a águia da imaginação fervorosa de Bocage; apontassem-lhe o quadro sublime para que o Correggio exclamasse: *anch'io son pittore* – e... Bocage fora Werner.

Esse toque que separa os dois vultos, essas duas criações de poeta tão atrativas, tão tendentes uma para a outra, o mar de Behring que aí se estende entre esse Ahasvero e essa Herodia – lede a primeira página do nosso livro, vê-lo-eis... é que Werner era Alemão<sup>623</sup> e Bocage Português<sup>624</sup>.

Por fim, o ensaísta diz-se prolixo (e é compreensível visto que após o longo ensaio, a longa jornada pelas letras em diversas regiões, como fizera com os nórdicos, os árabes e os indianos, pela Ibéria, pelo Brasil (desvia-se de seu objeto de estudo com uma passada rápida

<sup>620</sup> AZEVEDO, 2000, p. 742-743.

<sup>621</sup> *Ibidem*, p. 743.

<sup>622</sup> Na análise de Azevedo outras ideias, que repercutem como determinantes na maneira de escrever, são recuperadas como o clima, a geografia, a religião.

<sup>623</sup> Ora, “Werner era Alemão e Bocage Português” nos remete ao texto de Herder, em que somente um alemão sabe um alemão sente e somente um português sabe como um português sente, ou seja, cada civilização se torna única, identitária, a partir das suas idiossincrasias.

<sup>624</sup> AZEVEDO, *op. cit.*, loc. cit., itálico do autor.



por terras nacionais”, pelas grandes produções portuguesa, em sua época de ouro e decadência), e traz então o sexto e último fragmento do ensaio.

Findemos aqui. Longa já foi-nos a obra. Tocáramos muito no parecer dos dois caracteres, e quisemos esboçá-los. Fomos prolixos talvez: mas a visão desses dois homens enlevou-nos. Simpatia ou compaixão – amor ou lágrimas – merecem-no e muito. Findemos pois, mas antes de dar de mão a este assunto, uma última nota<sup>625</sup>.

Assim sendo, o crítico maximiza a temática da decadência na obra de Bocage quando atribui um suicídio, como *causa mortis*, a uma vida desregrada, “Bocage morreu como Marlowe”. Deliberadamente, a análise de Azevedo procura ir além dos atos internos, psicológicos ou a “orgia”, “imaginação despeada”, “desviver de perdição”, ou a alternância do “vinho e o leito da barregã”. Segundo o ensaísta, já inferido anteriormente, havia outra causa mais contundente na colaboração da morte do poeta, que era o “ar que respirava”.

A morte de Bocage foi sim um suicídio. Bocage morreu como Marlowe, dissemo-lo. Mas já o que o matou não foi só a orgia, essa imaginação despeada à brida longa, o levar de um desviver de perdição, oscilado entre a taça regurgitada de vinho e o leito da barregã. A culpa foi também, como vimos, do ar que ele então respirava<sup>626</sup>.

Trata-se de um ponto bastante importante, pois não havia somente declínio na vida pessoal do poeta português, mas a própria sociedade estava impregnada de decadência naquele período. Na conclusão de Azevedo, havia ali naquele poeta o germen da decadência, que se atesta ainda ao país; Bocage foi o último grande poeta português, portanto, a morte do poeta também representa a morte das belas letras portuguesas.

Azevedo, ao dissertar sobre a “fase negra” da literatura portuguesa, (e aqui é interessante rememorar o que o crítico já dissera no texto “Lucano”, que um autor sozinho é capaz de sintetizar uma época, ou o que Francesco Orlando diz que a literatura é um arquivo da humanidade<sup>627</sup>), diz que Bocage é a síntese de uma época toda de Portugal. Ele sozinho se constitui como o último arrebol da literatura lusitana. Nele, há a possibilidade de enxergar o “roxo crepuscular de uma nação a hora”, “um enterro ou um nascer”, isto é, o fim de toda uma era e o nascer de uma época infértil. O contraste entre luz e treva com que ele busca no poema de Victor Hugo possibilita a construção da imagem que deixa transparecer o contraponto de um momento de grande produtividade literária e outro de completo deserto.

Bocage não é um caráter estéril – por único – no historiar da literatura portuguesa. Naquele homem traduz-se uma era inteira. É o espelho onde passa com sua flutuação de luz e sombra no roxo crepuscular de uma nação a hora turva em que tudo se agita lugubremente, como por um enterro ou um nascer doloroso – quando, como disse o poeta das *Vozes íntimas* nos *Cantos do crepúsculo*: “[...] Lívidos suores todas frentes

<sup>625</sup> AZEVEDO, 2000, p. 743.

<sup>626</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>627</sup> ORLANDO, 2015.

banham / Quando nos Céus — nos corações dos homens — / D'envolta à luz a treva se derrama!<sup>628</sup>.

## **7- Azevedo e os diálogos com os textos de Alexandre Herculano e Almeida Garrett acerca da decadência em Portugal**

Azevedo, assim, diz que a noite chegou a Portugal. Portanto, são inúteis as esperanças, mesmo “à geração infantil” que poderia acreditar que a primeira metade do século XIX era uma “aurora”. Provocada pela primavera dos povos, em 1848, a “revolução” esperada pela mente dos jovens não floresceu, como muito bem pontuou Alexandre Herculano em seu texto sobre o “Futuro literário de Portugal e do Brasil”. Para o português, as produções literárias em seu país entram em decadência, e mesmo os grandes feitos, a exemplo de como ocorrera no pós-período das grandes navegações, acabaram-se.

O crepúsculo das letras portuguesas anunciado por Azevedo segue ao encontro do argumento de Alexandre Herculano sobre a noite portuguesa, isto é, sobre a ausência de grandes nomes na literatura portuguesa. Para o crítico brasileiro, a noite portuguesa simboliza o auge da decadência das letras belas letras lusas. De certo modo, trata-se de um reflexo da própria Europa que estava em um ponto de estagnação, de declínio, fosse nos avanços político e literário.

Para Azevedo, a noite deixa entrever que talvez o período infrutífero das letras portuguesas fosse breve: “A noite portuguesa, como as de verão, talvez não seja longa. Fazem-na um serão de luar os trovadores de Coimbra. – Sim – Mas o que não poderão fazer é adiantar o dia”<sup>629</sup>. Contudo, não se sabe ao certo quanto tempo durará essa escuridão, pois não há como forjar, forçar um novo dia<sup>630</sup>.

Em outros termos, se a literatura de Portugal pode ser considerada já superada, se nada havia de novo, então a decadência é patente. Esta ideia de Azevedo dialoga diretamente com o escritor Alexandre Herculano. O historiador português deixou textos em que afirmou o “crepúsculo português”, bem como também assinalou sobre o papel do Brasil na ideia de regeneração da literatura do ocidente, assim como também já pontuou a esse respeito, o escritor Ferdinand Denis.

Alexandre Herculano, em 1847, disserta em seu texto “Futuro literário de Portugal e do Brasil” assuntos diversos sobre a literatura nesses dois países. Dentre os quais figuram, por

---

<sup>628</sup> AZEVEDO, 2000, p. 743.

<sup>629</sup> Ibidem, p. 744.

<sup>630</sup> CUNHA, 2021.

exemplo, uma paridade das fases de vida das pessoas com as fases do progresso das nações; uma visão orgânica dos fatos históricos, da literatura ao compará-los com a organicidade humana e um acostamento de conceitos teóricos, de pensadores do século XVIII (na dialógica com escritores de outros séculos e assim por diante), a respeito de teorias cíclicas. Desse modo, ele conseguiu naquela analogia incorporar ideias sobre as etapas de vidas úteis, de degradação de homens e de países, incorporar de modo natural a decadência como parte final de um processo evolutivo que decresce<sup>631</sup>.

Nessa argumentação, é possível inferir que Herculano aproximou da teorização que Herder realizou acerca da divisão da história da humanidade em eras, como análoga da vida de uma pessoa: “Bem como a infância do homem a infância das nações é vívida e esperançosa; bem como a velhice humana a velhice delas é tediosa e melancólica”<sup>632</sup>. Neste comparativo orgânico entre idade do homem e desenvolvimento do país, tem como objetivo comparar a nação portuguesa à brasileira. Ressaltando que esta, por ser jovem, poderia obter meios de incremento cultural, posto no uso da exuberância da natureza na literatura, de seu povo em formação etc. Enquanto à velhice de seu país, nada poderia sugerir de novo no trato com as belas letras. Como isso, Herculano propunha que a organicidade da história e da literatura seria um termômetro no prazo de validade do desempenho e desenvolvimento de um país.

Em Portugal, naquele meado do século XIX, tanto Alexandre Herculano, quanto Almeida Garrett escreveram sobre a história e sobre a literatura de sua pátria. Garrett com seu livro *Portugal na balança da Europa*, escrito entre 1825 e 1830, em “História abreviada da língua e poesia portuguesa”, publicado em 1826. Herculano com a “Carta V” (entre outras), publicada em 1842 e com *História de Portugal*, escrito entre 1846 e 1853. Enfim, diversos artigos e obras dissertam sobre o passado e o presente português, com ênfase num futuro não muito apetitoso. O fato é que discorreram sobre diversos momentos da história, sobre a produtividade literária; e, dessa maneira, os dois escritores concordaram e diferiram de assuntos pontuais em seus textos, como, por exemplo, divergiam dos períodos de queda na produção e qualidade de obras literárias nacionais. Entretanto, a ambos é comum a temática da decadência tratada não somente na história, mas também na literatura portuguesa. É importante destacar, ainda, que, embora dois escritores da envergadura de Herculano e Garrett e de suas grandes produções literárias, vistas hoje pelas enormes contribuições dadas à literatura Oitocentista, eles

---

<sup>631</sup> HERDER, 1995.

<sup>632</sup> HERCULANO, Alexandre. Futuro literário de Portugal e do Brasil. In: CÉSAR, Guilherme. *Historiadores e críticos do Romantismo*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 133.

estão tratando de períodos anteriores e de outros autores. Não se colocam partícipes se positivamente ou negativamente naquele período, visto pelos dois como decadente.

A historiadora Ana Lúcia Nemi, em seu texto de 2008, apontou algumas observações sobre Garrett. Nessas colocações, ela discorreu a respeito do que o escritor português dissertou em seu livro, dentre os assuntos abordados havia a tese de que Portugal e a Europa estavam em crise, social e cultural. Segundo Nemi, Garrett via na tirania e na liberdade o embate contínuo da humanidade, em prol da liberdade. Dentre as observações do escritor português está a de que a perda progressiva dessa liberdade, provinda desde a primeira modernidade, se deu pela centralização de poderes do Estado e da Igreja, que, assim, colocavam em risco, por exemplo, a permanência da civilização.

*Portugal na balança da Europa* é texto doutrinário escrito por Garrett entre 1825 e 1830 no qual, “com a mestra história na mão”, impôs-se a tarefa de apresentar aos portugueses “as causas e os efeitos dos nossos erros e desgraças, para que no futuro se emendem uns, e se evitem outros”. Era a década na qual as experiências liberais peninsulares de 1812 e 1820 foram colocadas à prova: afirmava-se, nos meios políticos europeus, que Portugal e Espanha não puderam sustentar suas experiências constitucionais porque não estavam social e politicamente preparados para elas. Garrett considerava que a luta entre tirania e liberdade sempre existirá e que a humanidade haveria sempre que estar alerta em defesa da liberdade, não se tratava, pois, de uma dificuldade ou peninsular, mas de uma emergência da humanidade. A crise que o autor enxergava nos anos 20 e 30 do XIX não era apenas peninsular, mas especialmente europeia, “uma crise da Europa, de todo o mundo civilizado”. Sua origem? Nos primórdios da primeira modernidade, no momento mesmo da expansão marítima europeia. Esse momento, em que o Ocidente da Europa começava a civilizar-se, foi também, o momento em que a liberdade desfalecia diante do crescimento dos poderes dos papas, imperadores e monarcas<sup>633</sup>.

Para Garrett, a liberdade era o fundamento para a manutenção do processo civilizatório. Segundo o escritor, era por meio da liberdade, a possibilidade e o caminho que o povo português teria como um meio de regeneração.

A liberdade é, nesse contexto, o fundamento da civilização e da humanidade, a ausência dela provoca a crise da Europa e a quebra do equilíbrio entre as suas nações. As revoluções que assolaram a Europa da virada do século XVIII para o XIX indicavam, no pensamento de Almeida Garrett, a explosão de uma indignação pública que buscava a regeneração da civilização por meio da conquista da liberdade. Observe-se que para o autor, a revolução não se pauta pela ruptura, mas pela retomada de liberdade perdida em meio ao despotismo dos monarcas e do clero durante a primeira modernidade. A reação popular contra Napoleão Bonaparte justifica-se, no mesmo sentido, porque o general traía a causa da liberdade, prometera a libertação dos povos e acabara impondo novos governos com violência e supressão das liberdades civis<sup>634</sup>.

---

<sup>633</sup> NEMI, A. L. L. Decadência e singularidade na historiografia ibérica. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História da Anpuh - Poder, violência e exclusão na Teoria da História e na Historiografia*. São Paulo: DH/FFLCH/Fapesp, 2008, p. 2.

<sup>634</sup> NEMI, 2008, p. 3.

Pensar sobre a situação de Portugal naquele período, segundo Garret, seria uma forma de dizer o quanto de crise estava presente na península ibérica e na Europa como um todo. E nisso, talvez inferir que compreender a crise em Portugal e na Europa seria uma forma de admitir e, ao mesmo tempo, estabelecer um papel ao qual o país desempenharia no cenário europeu, bem como nesta possível empreitada estabelecer rumos de regeneração com o continente.

A preocupação em indicar o quanto a crise peninsular era também uma crise europeia remete, por sua vez, à preocupação política em demonstrar o papel que Portugal poderia ainda jogar no equilíbrio europeu. Ecos da experiência da chamada ‘decadência’, da impossibilidade de construir a soberania nacional independente das alianças com as nações economicamente poderosas da Europa na época contemporânea<sup>635</sup>.

Nessa lógica, a decadência e os problemas que impediam de estabelecer a soberania nacional se fazias presentes pela ausência de força social, econômica e política interna capaz de manter a liberdade e a regeneração da civilidade. Em Portugal, segundo o autor, era difícil se firmar no cenário europeu, sem o auxílio das grandes potências da época. Ao recuperar a história desse momento, esta observação de Garrett remete perfeitamente à influência da Inglaterra sobre Portugal, por exemplo, no evento da fuga da família Bragança para o Brasil em 1808.

Sobre a crise ibérica de que tratou Garrett, João Paulo Pimenta, em seu livro *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*, publicado em 2015, trouxe para discussão o fato de tanto Portugal quanto Espanha, desde meados do século XVIII e início do século XIX, passarem pelos mais diversos problemas políticos, econômico e militar. (Os quais influíram para as revoluções na América espanhola e em parte no processo de “independência” da América portuguesa).

Essas situações eram, de outros modos, diagnosticadas já desde a metade do século XVIII, com Portugal e Espanha atravessando grave crise financeira e desfrutando de uma incômoda posição ao contexto atlântico de competição internacional. Foi em busca de uma reversão dessa situação que sucessivos reinados portugueses e espanhóis (D. José I e D. Maria I em Portugal; Fernando VI, Carlos III e Carlos IV na Espanha) desenvolveram políticas de Estado pautadas pela racionalidade científica característica do pensamento da Ilustração. Reformas administrativas e militares, fomento à produção e exportação de gêneros coloniais, recrudescimento dos sistemas de tributação e arrecadação foram medidas que, na primeira década do século seguinte, já mostravam terem sido incapazes de reverter o quadro. “Se tornara evidente”, escreve Joel Serrão, “aos olhares de fora e de alguns de dentro, nos fins do século XVIII e começos do século XIX, **o atraso peninsular, isso que era e seria percebido como a “decadência”**. “Decadência”, ou seja, uma feição *sui generis* de sobreviver, mantendo íntegra a sociedade senhorial, fiada na perenidade dos impérios coloniais sul-americanos, sustentação última dos Estados ibéricos”. Dessa persistência decorre a vulnerabilidade das monarquias ibéricas diante da França napoleônica em 1807 e 1808, indissociando as realidades de Portugal e Espanha no

---

<sup>635</sup> NEMI, 2008, p. 3-4.

auge de um panorama de debilidade política, estrangulamento econômico e dependência militar externa<sup>636</sup>.

No trato da historiografia portuguesa, Herculano apontou para a existência de dois “ciclos fundadores da História de Portugal, um de ascensão e outro de decadência”<sup>637</sup>. Nisto, o historiador problematizou a história do país, uma alternância no movimento de ascensão e queda dos feitos humanos, principalmente com relação a forma de governo, e a política desenvolvida naquele regime. Com isso, ele irá pensar sobre a decadência no século XIX como uma experiência das pessoas no percurso político.

O termo “decadência”, pensado no século XIX como categoria capaz de explicitar a experiência histórica dos povos, adquire aqui grande importância. O fortalecimento do poder absolutista da monarquia e o estabelecimento das normas tridentinas na península teriam marcado o início do ciclo moderno de decadência portuguesa<sup>638</sup>.

De mais a mais, este conceito de decadência usado na história portuguesa para explicitar a “experiência do povo português”, teorizada por Herculano, já era, segundo Paulo Motta usada, desde Garrett, em 1826. No entanto, foi empregada primeiro para sistematizar a história da literatura portuguesa.

[...] [Herculano, Quental] ao considerarem o conceito de *decadência* como central para o entendimento da história portuguesa, perspectiva que, no século XIX, já havia aparecido, por exemplo, no *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, publicado por Almeida Garret em 1826, neste caso para analisar uma história específica, a da literatura portuguesa. Mas a proximidade entre os textos de Herculano e Antero é ainda mais significativa: ambos deslocam o período da grandeza para a Idade Média, veem o século XVI como uma época de decadência e apontam sintonias entre seu presente e a época medieval<sup>639</sup>.

Há, então, um desacordo entre Garrett e Herculano nas periodizações, acerca da história da literatura. A divergência, como já pontuou Motta, foi sobre a “idade de ouro” da literatura de Portugal, no século XVI. Sabe-se por Herculano, na “Carta V”, de 1842, que esta ideia era consenso entre os pensadores do século XIX, e sabe-se, por meio da sistematização expressa em texto como “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”, que Garret partilhava dessa opinião. Herculano, na referida carta, destoa desta ordenação. No entanto, quanto a ideia de decadência no século XIX, esta sim era consenso entre Garrett e Herculano<sup>640</sup>.

[...] Visconde de Almeida Garrett, escreveu aos 27 anos o ensaio intitulado *História abreviada da língua e poesia portuguesa*, que serviu de introdução ao *Parnaso*

<sup>636</sup> PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil e a experiência Hispano-Americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2015, p. 19-21, grifo nosso.

<sup>637</sup> NEMI, 2008., p. 05.

<sup>638</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>639</sup> OLIVEIRA, Paulo Motta. Alexandre Herculano e a geração de 70. In: NEVES, Lúcia M. P (org.). *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2007.2007, p. 110.

<sup>640</sup> A ideia de decadência nas letras portuguesa iria reverberar em escritos no Brasil como o texto “Literatura e Civilização em Portugal”, de Álvares de Azevedo, que utilizou essa concepção geral sobre a periodização que Garret partilhava a respeito da idade de ouro na literatura portuguesa no século XVI, bem como dissertou sobre a decadência do século XIX nas letras portuguesas, conforme Herculano e Garrett dissertam.

*Lusitano ou poesias dos autores portugueses antigos e modernos*, Paris, Aillaud, 1826, e mais tarde, com o título de *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, figurou nas *Obras completas*, ed. Preparada por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1904, Vol. II. A periodização que adota é a seguinte: “*Primeira época literária*; fins do século XIII até os princípios do XVI século. *Segunda época literária*; idade de ouro da poesia e da língua, desde os princípios do XVI até os do XVII século. *Terceira época literária*; principia a corromper-se o gosto e a declinar a língua. – Começo até o fim do XVII século. *Quarta época*; idade de ferro; aniquila-se a literatura, corrompe-se inteiramente a língua. – Fins do XVII até meados do XVIII século. *Quinta época*; restauração das letras em Portugal. – Meio do XVIII século até o fim. *Sexta época*; segunda decadência da língua e literatura; galicismo e traduções”<sup>641</sup>.

Para que se perceba a periodização de Herculano e toda a discrepância sobre apogeu e decadência, faz-se necessário percorrer o raciocínio posto na “Carta V”. O texto foi publicado na *Revista Universal Lisbonense*, em 1842, e nele, Herculano, na defesa da tese, esboçou a história do Estado português em associação às idades do ser humano. Para ele, a história de Portugal “[...] começa unicamente na primeira década do século XII; não porque os tempos históricos não remontam a uma época muitíssimo mais remota; mas porque antes dessa data não existia a sociedade portuguesa [...]”<sup>642</sup>. É desta ocasião, a cronologia da infância do território português.

O recorte da história narrada em sua carta, melhor detalhada em sua *História de Portugal*, em seu primeiro tomo, trata da formação da Espanha, à formação do primeiro reinado de Portugal com Afonso I. A história de desenvolvimento do território nacional é uma verdadeira novela, pois consequência de domínios de diversos povos, desde o surgimento da tribo ancestral (os lusitanos), o lugar passou por tantas reconfigurações que a origem é uma mescla de povos, de tradição e de atos políticos que se convencionou chamar de português. É desse período, a multiplicidade de vestígios de “culturas” presente no povo português.

Entre nós subsiste ainda grandes vestígios da dominação romana; subsistem na língua, subsistem até nos costumes populares: mais evidentes são ainda os das raças germânicas; temo-los nas instituições, nas leis, nas crenças morais: o mesmo e mais podemos dizer dos árabes; destes nos ficaram em boa parte os hábitos e a linguagem doméstica, o sistema d’agricultura, e enfim, até as semelhanças do gesto, e a violência das paixões e afetos. Mas o que nos resta dos lusitanos?<sup>643</sup>.

Na apuração de Herculano, do início da formação do povo português até seu momento, o território nacional totaliza uns 600 anos de existência. Nesta contagem, a sua conclusão era de que a nação era nova, e a seu ver “plebeia” se comparadas a outras nações. Para compreender o trecho citado abaixo, é preciso voltar ao questionamento da citação anterior sobre a tribo de

<sup>641</sup> CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 83.

<sup>642</sup> HERCULANO, Alexandre. Carta V. In: NEVES, Lúcia M. P das (org.). *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2007, p. 116.

<sup>643</sup> *Ibidem*, p. 118.

lusitanos e o que restaria dela no moderno Estado português. A sua conclusão era a mesma sobre o que aconteceu a todos as demais nações da península ibérica, ruínas e fragmentos.

A família portuguesa conta apenas seis séculos d'existência: é plebea entre as mais plebeas nações. [...] É como *portugueses*, não como lusitanos, que nós seremos lembrados. O que fica ponderado acerca desta tribo primitiva é quase inteiramente aplicável às diferentes nações conquistadas da Península Ibérica. Cartagineses, Romanos, Germanos, Árabes, todos passaram na Espanha; todos nela deixaram ruínas de diversas sociedades, fragmentos de diversas civilizações”<sup>644</sup>.

Para Herculano, o surgimento do Estado português ocorreu quando houve de fato o reconhecimento de Afonso Henriques, (filho de D. Theresa, filha de D. Afonso VI, primeiro imperador da Espanha “unificada”), como Afonso I, e, portanto, primeiro rei português. O processo de separação entre as duas nações ocorreu no desenlace de heranças e brigas familiares, brigas das irmãs D. Theresa (herdeira do território que formaria Portugal) e D. Urraca (rainha da Espanha), golpe do filho Afonso Henriques, sobre mãe D. Theresa (Tomo I de *História de Portugal*). Enfim, o processo todo é complexo e explicita bem a política desenvolvida no Antigo Regime. Detalhes a parte, para Alexandre Herculano, o fato é que conta somente como existência do território português após o desmembramento da Espanha, antes disto, a história pertence ao grande território da Hispânia. “É, pois, na separação de Portugal do reino leonês que a nossa história começa: tudo o que fica além desta data, pertence, não a nós, mas à Espanha em geral: é essa a primeira baliza para a divisão das nossas épocas”<sup>645</sup>.

Desse modo, o período de formação do Estado português ocorreu durante a Idade Média. Ora, isto diz muito sobre o olhar de Herculano, que viu na história de Portugal a formação de dois ciclos capazes de afiançar a tese do primeiro período de decadência na sua sistematização sobre a história e a história da literatura. O ciclo de criação do Estado corresponderia ao apogeu de desenvolvimento desse povo e o outro como a queda do desenvolvimento português, no século XVI, época do Renascimento.

Em dois grandes ciclos me parece dividir-se naturalmente a história portuguesa, cada um dos quais abrangem umas poucas de fases sociais, ou épocas: o primeiro, é aquele em que a nação se constitui; o segundo, o da sua rápida decadência; o primeiro é o da idade média; o segundo o do renascimento<sup>646</sup>.

Diferentemente de Garrett, por exemplo, que via naquele período um grande desenvolvimento da nação portuguesa, Herculano observava aquele século XVI, ressaltadas todas as conquistas ultramarinas, como uma época mal interpretada, de análise superficial e

<sup>644</sup> HERCULANO, 2007, p. 119.

<sup>645</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>646</sup> Ibidem, loc. cit.



irrefletida. Com isso, ele destaca, segundo seu ponto de vista, todo o equívoco da leitura que se fez e fazia nas grandezas daquela era nacional.

Habilitados pela educação, e até por um estudo superficial e irrefletido, a considerar o século décimo-sexto, como a verdadeira era da grandeza nacional, parece-nos que o mais rico tesouro das nossas recordações históricas está na pintura dos reinados de D. Manuel e D. João III, na maravilhosa narração das façanhas dos grandes capitães daquele tempo, e no espetáculo dos nossos descobrimentos e conquistas do Oriente, e da América, do engrandecimentos do nosso comércio, e do respeito e temor, que por isso nos catava o resto do mundo [...] <sup>647</sup>.

Segundo o escritor, se havia uma busca por aquele período como marco excepcional de desenvolvimento do Estado português, a época de ouro, a idade viril da nação portuguesa, para vigorar o sentimento de nacionalismo, foi um equívoco, pois a era de decadência começou a partir do final do século XV.

[...] [Se] lá vai buscar o conhecimento dos progressos da civilização nacional, as experiências lentas e custosas, que seus avós fizeram, e com as quais sociedade se educou para chegar de frágil infância a virilidade robusta, [...] se na índole da sociedade antiga queremos ir vigorar o sentimento de nacionalismo, que, por culpa não sei se nossa se alheia, está esmorecido e quase apagado entre nós; não é por certo naquela brilhante época que havemos d'encontrar esses importantes resultados do estudo da história; porque a virilidade moral da nação portuguesa completou-se nos fins do século XV, e a sua velhice – a sua decadência como corpo social – devia começar imediatamente <sup>648</sup>.

Herculano não negou a grandiosidade dos escritores do século XVI, no entanto, ele defendeu a ideia de que são na verdade herdeiros de grandes feitos dos séculos anteriores. E, se questões fossem postas sobre aqueles homens, a resposta seria de que aquele século usufruiu a herança da Idade Média: “Mas esses homens extraordinários, que avultam no século décimo-sexto? [...] A geração, a quem verdadeiramente pertence tanta glória, foi educada no século anterior. [...] O século décimo-sexto nada mais fez que aproveitar a herança da idade média” <sup>649</sup>. É importante lembrar que esse pensamento de Herculano está muito próximo da reflexão de Herder. Para o filósofo alemão, a Idade Média, diferentemente do que se costuma afirmar, foi um período de importância significativa para o mundo, um momento de evolução. Para Herculano, o período marcou o início de formação de vários povos, o surgimento de diversidade e multiplicidade de Estados Nacionais.

Subrayamos ya, intencionalmente, que no quiso olvidar ni la barbarie, ni la sombría presión de la **Edad Media**. Pero consideró esta época bárbara como el necesario “**fermento de fuerzas humanas, como la gran cura de toda la especie, mediante un movimiento violento**”, como el terreno abonado de la actual Europa civilizada. La consideró, desde el punto de vista de su idea de la **evolución de la historia universal**, como una determinada fase natural de crecimiento del gran árbol de la historia universal. [...] Así, pues, Herder valoró la Edad Media dinámicamente. **No**

<sup>647</sup> HERCULANO, 2007, p. 120.

<sup>648</sup> Ibidem, p. 121.

<sup>649</sup> Ibidem, p. 123.

**como una formación estática**, que descansara en sí misma, según la concibieron, más tarde, los románticos<sup>650</sup>.

De mais a mais, Herculano afirmaria que o século XVI, tido pelos demais pensadores da história e da história literária de Portugal como apogeu, foi, para ele, uma época que marcou a decadência no país. A sua explicação é mais uma vez orgânica, que além da comparação da idade das pessoas aplicada à idade das nações, usou também o período de existência de uma árvore para descrever o florescimento e queda de uma cultura. (Herder utilizou a imagem da árvore, tronco e copas, para tratar de variadas épocas, em que os ramos, de hoje, precisam de um tronco, do passado, para crescer: “Será errado ver aparecer nesses séculos *a copa* do antigo tronco? Não digo o tronco, porque não seria, mas *os ramos superiores da copa*”<sup>651</sup>). Embora utilize esse outro exemplo, ainda está muito próximo das analogias herderianas para explicar o tempo de existência de uma civilização.

[...] Eu considero todo o século décimo-sexto como um século de decadência. O viço da árvore dura algum tempo depois de se lhe haver entranhado o gusano no âmago do tronco; porque as folhas nasceram e criaram-se quando a seiba ainda era pura. É após isso, que as folhas amarelecem e caem; os ramos engelham e torcem-se; o tronco seca e apodrece. Então passa o sopro das tempestades, a árvore desaba em terra<sup>652</sup>.

Dessa forma, ele estabeleceu uma data precisa para o início da decadência do povo português. Nas palavras de Herculano: “[...] tese que estabeleci – de que a decadência da nação portuguesa, começando aparentemente nos últimos anos do reinado de D. João III, principia essencialmente nos primeiros do reinado antecedente, ou com mais rigorosa data, nas cortes d’Évora de 1482”<sup>653</sup>.

Por mais que pareça taxativa, impositiva, a justificativa de Herculano é bem plausível e aponta uma ideia bem interessante sobre a ideia de unidade, que a seu ver poria fim a riqueza que é a diversidade. A ideia estabelece uma defesa pelas multiplicidades de cultura, histórias e, principalmente, de política uma vez que ele teceu duras críticas aos atos políticos do Antigo Regime. Para ele, o Império Romano foi o que melhor representou a falsificação da unificação na antiguidade, e na modernidade, o período do Renascimento, apontado por ele como decadente, pôs fim a variedade da Idade Média.

A idade média foi o largo e custoso labor da Europa para transformar a unidade do império romano na individualidade dos povos modernos. A organização do império era essencialmente falsa e absurda; as suas partes eram heterogêneas. Se assim não fosse a fúria dos bárbaros setentrionais, ou se teria quebrado embatendo nas fronteiras, ou apenas teria trazido ao seu seio o mesmo que as invasões dos tártaros na China; – apenas revoluções dinásticas. Se a aluvião d’homens do Norte não desmembrasse o império romano, desmembrar-se-ia ele por si. Mais tarde ou mais cedo haviam de

<sup>650</sup> MEINECKE, F., 1943, p. 347, grifo nosso.

<sup>651</sup> HERDER, 1995, p. 63.

<sup>652</sup> HERCULANO, 2007, p. 125.

<sup>653</sup> Ibidem, p. 126.

separar, e reconstituir-se na sua individualidade [...]. O restabelecimento da variedade sobre as ruínas da unidade absoluta é o grande princípio que a meu ver a idade média representa [...]<sup>654</sup>.

Para o historiador e escritor, o século XVI fez surgir com o Renascimento a ideia absoluta de unidade. Se houve a positividade de surgimento de diversos Estados novos na Idade Média, no Renascimento, segundo seu ponto de vista, cada Estado postula para si a ideia de unidade com o surgimento de governantes, monarquias “numa imagem, se num arremedilho ou farsa do império”. A unidade absoluta postulada pelo despotismo destruiu a diferença, fonte de riquezas para uma nação. É difícil não pensar o cunho precisamente político do texto de Herculano.

O renascimento não foi unicamente uma reabilitação do pensar romano na arte e na ciência: foi a restauração completa da unidade como princípio dominador e exclusivo, salva a distinção das nacionalidades, que ficou subsistindo. Cada povo, converteu-se, não sei se diga numa imagem, se num arremedilho ou farsa do império. Faltou um César, ou para melhor dizer apareceu em cada país o seu: – D. João II em Portugal, Isabel em Espanha, Luís XI em França, Henrique VII em Inglaterra, Maximiliano na Alemanha<sup>655</sup>.

Entretanto, em sua modernidade, se havia a presença de revoluções, elas seriam uma forma compreensível de repúdio e tentativas de neutralizar a herança do Renascimento.

O que são as revoluções políticas do nosso tempo? São um protesto contra o renascimento; uma rejeição da unidade absoluta; uma renovação das tentativas para organizar a variedade. Hoje os povos da Europa atam o fio partido das suas tradições da infância e da mocidade. O século XIX é o undécimo do que exclusivamente se pode chamar socialismo moderno<sup>656</sup>.

A explicação que Herculano estabeleceu sobre a ideia de decadência, está em parte, embasada na tradição de pensadores ocidentais, desde Aristóteles, Platão e Políbio que postulavam sobre as formas de governo e a alternância de apogeu e queda. A crítica do historiador sobre o regime monárquico, é muito contundente pela associação da ideia de imposição da unidade sobre a diversidade. Além claro, de expor a violência do vencedor sobre o vencido.

A monarquia mostrara sempre no meio dessas largas e trabalhosas tempestades humanas, que era a herdeira das tradições do império, a unidade do poder provara por muitas vezes que ela só possuía o segredo da paz e da ordem pública. Daí veio o seu inevitável triunfo. [...]. Obtido o triunfo, assemelha-se a todos os vencedores; degenera e corrompe-se com os ócios da vitória; sai das raias do organizador, e converte-se em opressão<sup>657</sup>.

O fato de trazer ao debate a decadência acerca das questões políticas, presente no texto “Futuro literário de Portugal e Brasil”, Herculano questionava o que fazia a mocidade “brilhante

<sup>654</sup> HERCULANO, 2007, p. 128.

<sup>655</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>656</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>657</sup> HERCULANO, 1978, p. 135.

e esperançosa” naquele momento. Segundo o crítico, ela deixou um espaço no cenário político que os “pequeninos homens grandes” ocuparam. Ora, é uma crítica bem elaborada a respeito da ausência de homens inteligentes, “falange ardente, ambiciosa” no panorama político.

Que é feito de tantos engenhos que despontaram nesta nossa terra desde que a imprensa libertada chamou os que sentiam chamejar em si um espírito não vulgar ao convívio das inteligências? Que é feito destas três ou quatro épocas em que, nos últimos quinze anos, a mocidade parecia querer deixar inteiramente aos pequeninos homens grandes do país o agitarem-se, o morderem-se, o devorarem-se acerca dos grandes interesses, das profundas questões das bolhas de sabão políticas? Que é feito dessa falange ardente, ambiciosa de uma glória pura, que principiava a exercitar-se nas lides do entendimento? De tudo isso; de toda essa mocidade brilhante e esperançosa que resta? Algum crente solitário, que deplora em silêncio a queda de tantos arcanjos. Os outros sacerdotes, apostatando da religião das letras, atiram-se à arena das facções, e manchados pela baba dos ódios civis, coberto da lama das praças, arroxeados e sangrentos pelas punhadas do pugilato político, desbaratando em esforços estéreis a seiva interior, lá vão disputando no meio de homens, gastos com a efígie da velha moeda, sobre a qual há de ser a forma de ataúde, e como se talhará a mortalha, em que o cadáver de Portugal deve descer à sepultura. Que outra coisa, de feito, há aí sobre que se dispute ainda?<sup>658</sup>.

Pelo relato do historiador, tudo o que se fez até aquele momento parecia ter sido em vão, a juventude no empenho de mudança nada fez, e deste modo, os homens corruptos, da “velha moeda” contribuiria para que Portugal descesse “à sepultura”. Torna-se, então, imprescindível ressaltar que Herculano pontuou a descrença de que, estando em degeneração, apesar dos esforços de poucos poetas ‘bem-nascidos’, as aspirações de futuro para Portugal e Europa, na tentativa de regenerar a cultura pela ciência e poesia, não passava de ilusão.

Em Portugal, o espírito que o antigo poeta designou pelo epíteto de *bem nascido*; aqueles que ainda tentam esquivar-se no santuário da ciência ou da poesia ao apego da podridão dissolvente que os cerca, no meio dos seus generosos esforços chegam a iludir a Europa com essas aspirações do futuro, que também neles não são mais do que uma ilusão. As suas tentativas quase fazem acreditar que para esta nação moribunda ainda resta uma esperança de regeneração; que nas veias varicosas deste corpo semicadáver de novo se vai injetar sangue puro; que temos ainda algum destino a cumprir antes de nos amortaharmos no estandarte de D. João I ou na bandeira de Vasco da Gama, e de irmos enfim repousar no cemitério da história<sup>659</sup>.

Considerando a ideia de decadência nas artes, vê-se que a concepção de Herculano sobre os princípios norteadores de liberdade e desigualdade, ascensão e decadência estabeleceu assim uma retomada de ciclo na descrição da história da literatura nacional. Se as belas letras portuguesas haviam atingido uma idade de ouro na história, na representação cultural, por sua ótica, naquele momento histórico, havia uma escassez de novidade na literatura com temáticas novas, de boa produtividade na literatura como fizeram no passado, de juventude na política e

<sup>658</sup> HERCULANO, 1978, p. 134.

<sup>659</sup> Ibidem, p. 133.

nas letras que desse continuidade a liberdade e a civilidade. Portugal mergulhou em um crepúsculo:

O poeta português d'hoje é a avezinha que enlevada nos seus gorjeios se balança depois do pôr-do-sol no rumo do ulmeiro pendente sobre o rio. As outras voaram para os seus ninhos, e ela deixou vir à noite, e ficou ali, triste, só, desconsolada, soltando a espaços um doloroso pio.

Poeta, nesta terra é noite! Por que não te acolheste ao teu ninho? Agora o que te resta é morrer<sup>660</sup>.

No Brasil, porém, havia segundo Herculano a possibilidade de regeneração. Algo que Portugal estava impossibilitado, uma vez que as letras portuguesas chegaram ao crepúsculo. E diferentemente de Portugal, aos brasileiros havia algo de novo: Desde o estudo da natureza, das experiências humanas e das próprias instituições seria uma forma de traduzir em ideias que buscassem uma continuidade no feitio da arte que, por meio, da descrição e classificação de elementos da natureza, por exemplo, se portaria como uma maneira de “recuperar” a nação, se pensar Portugal e Brasil, este como uma continuidade daquele.

[...] o Brasil, império vasto, rico, destinado pela sua situação, pelo favor da natureza, que lhe fadou a opulência, a representar um grande papel na história do novo mundo, é a nação infante que sorri: Portugal é o velho aborrido e triste, que se volve dolorosamente no seu leito de decrepidez; que se lamenta de que os raios do sol se tornassem frouxos, de que se encurtassem os horizontes da esperança, de que um crepe fúnebre vele a face da terra<sup>661</sup>.

Na tradição ocidental, o modelo de regeneração empreendido pelos povos passava pelo olhar do passado, da natureza e do desenvolvimento civilizatório de seu povo. Na Alemanha, as releituras dos pré-românticos e românticos do passado medieval nas artes possibilitaram construir um modelo de arte que se propagou e foi aceita por historiadores e homens das letras da Europa no início do século XIX. Criou-se então a possibilidade de olhar o passado, e buscar algo que fizesse sentido na história daquele povo. Em Portugal, tanto Garrett quanto Herculano envolveram-se na busca de resposta a dificuldades de existir do povo português, de que a história da nação se sedimenta na cultura popular, nos costumes, nos hábitos de um povo e na paisagem natural. No Brasil, procurava desenvolver o culto aos povos originários e à natureza.

Ora Portugal, assim como a Alemanha, eram territórios velhos, tinham um passado da Idade Média a buscar, mas o Brasil não, era um país em formação. Se lá procuravam tratar de arte pelo viés do passado, da natureza, o Brasil procurou copiar, com fórmulas inclusive fabricadas e orientadas por europeus na literatura com Denis e na história com Marthius. Além disso, se a Europa estava em crise na arte e na história, o país do novo mundo também poderia senti-la, assim como a ideia de decadência expressa na história e na literatura.

---

<sup>660</sup> HERCULANO, 1978, p. 134.

<sup>661</sup> Ibidem, p. 133.

## 8- O último feito português, a independência política do Brasil

De volta ao ensaio “Literatura e civilização em Portugal”, temos logo no início do parágrafo a afirmação que Portugal mergulhou no crepúsculo. No entanto, não se trata de um crepúsculo de aurora, como alguns estudantes portugueses se faziam crer, mas tratava-se antes do crepúsculo que antecede a noite. Para Azevedo, não há mais nome que pudesse ser dito sobre as proezas do outrora valente Portugal, a não ser o seu último guerreiro, Pedro I.

Portugal se mergulhara no crepúsculo. A geração infantil de então ao vestir a toga viril, em sua mente de mancebo acreditava-o uma aurora. Embalde as esperanças. O guerreiro do Ipiranga selando com seu punho de valente a carta das liberdades lusas, foi-lhe o último clarão do arrebol<sup>662</sup>.

Dos filhos de Portugal, o último grande feito português, segundo Azevedo, foi o de Pedro I, uma vez que negociou a independência do Brasil.

Entretanto, Pedro I era um déspota extremamente autoritário e assim, cremos que, quando Azevedo o tem por herói, somente lhe dá crédito acerca do que ele fez ao Brasil. Nada além disso, o elogio não se trata de um bem querer ou defesa do autocrata. Temos pistas disso ao trazer argumentos provindos da leitura de uma das estrofes do poema “Pedro Ivo”. Nele, Azevedo apenas destaca o cenho guerreiro de Pedro I; mesmo porque, há fatos históricos que assim comprovam, visto que após a partida do Brasil, a disputa civil pelo trono, empreendida em Portugal, ilustra um homem afoito na guerra.

Perdão! por vosso pai! que era valente,  
Que se batia ao sol coa face ardente,  
Rei – e bravo também! e cavaleiro!  
Que da espada na guerra a luz sabia  
E ao troar dos canhões intumescia  
O peito de guerreiro!<sup>663</sup>

Além disso, ao tratarmos da persona Pedro I, no poema ‘Pedro Ivo’, deduz-se também a rejeição de Azevedo à Monarquia e à figura do imperador. Há momentos de graves acusações do poeta, acusações que remontam desde os tempos da matriarca portuguesa, D. Maria, bem como há ainda, pelo menos para nós, a sustentação da tese de que Pedro II é pior que Pedro I, porque aquele não fez nada de notável, como este que conseguiu fazer, tornar o país livre de Portugal.

---

<sup>662</sup> AZEVEDO, 2000, p. 744.

<sup>663</sup> AZEVEDO, Álvares de. *Poesias completas*. Campinas: editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2002, p. 289.

De mais a mais, aparentemente, é possível ver a rejeição de Azevedo a Pedro II nos versos do poema “Rex Lugebit”. Há nele, uma vez mais, a reiteração da contribuição que Pedro I deu ao Brasil, quando tornou o país independente, possibilitou que os filhos dessa nação pudessem crescer livres, (exceção aos escravizados, que infelizmente não são nominalmente citados). Há no poema a estrofe que corrobora com a tese de que Azevedo somente ressalta o grande feito de Pedro I; fora isto, não há mais nenhum outro mérito (pelo menos ele não menciona em nenhum outro lugar). Afinal, a história nacional fornece os porquês do curto reinado do Imperador.

E quem sabe talvez, gelado Príncipe,  
 Se o teu sangue real, corrido embora  
 De espúrias veias, no crisol ardente  
 Não se apura destes sóis da pátria,  
 Não desmentira a geração bastarda?  
 Se foras libertador e homem das turbas,  
**E se o valente palpitar dos seios**  
**Não te faria popular guerreiro**  
**Como era teu avô quando no peito**  
**O ainda moço coração lhe ardia**  
**Nos quentes praios do Brasil clamando**  
**Por entre hosanas e clarins de guerra**  
**E a grita das nações que se acordaram?**  
 .....  
**O Ipiranga o ouviu – e o sol mais vivo**  
**Pode livre nascer na terra livre,**  
 Seus clarões derramar nos longos páramos  
 De uma nação de glória!<sup>664</sup>

Para justificar o único argumento acerca do enaltecimento de Azevedo ao lado guerreiro de Pedro I, a proposição pode ser vista nos anais da história. O escritor brasileiro, intelectual e conhecedor da história de seu país, não endossava aquela “geração bastarda”.

Historicamente, nunca houve um enaltecimento unânime do povo brasileiro ao primeiro monarca. No início do século XIX (e mesmo sobre o reinado do segundo império), havia fatos que foram negligenciados ou narrados de modo que não convence pela complexidade da situação que, de fato, existiu. A falsa cena do herói que às margens do riacho bradou o grito de independência do Brasil, era uma imagem esquecida naquele período de descontentamento político, “[...] de 1826 até 1831, época em que as hostilidades a D. Pedro I se acirraram, o clima na sociedade e na política brasileira se manteve aquecido, ora na brasa, ora no fogo”<sup>665</sup>. O momento que antecedeu a abdicação de Pedro I foi no mínimo complexo e diversos fatores contribuíram para isso.

Mais de uma pessoa ouviu a Dom Pedro I que a abdicação do trono e a retirada para o velho mundo dependeram só de sua vontade. De fato, o movimento de 7 de abril

<sup>664</sup> AZEVEDO, 2002, p. 536-537, grifo nosso.

<sup>665</sup> COSTA, Marcos. *O reino que não era deste mundo*. Rio de Janeiro: Valentina, 2015, p. 28.

não alvejou diretamente o imperante. Com o apoio eficaz de grande maioria da força armada podia contar. O alvoroço da rua serenaria, substituindo o ministério obnóxiu. Ceder não importaria desfalque de autoridade ou minguagem de prestígio<sup>666</sup>.

Embora fosse também vontade do Imperador, pois a partida prematura dele se deu pela falta de apoio do povo brasileiro às suas insanidades absolutistas. Os apoiadores de outrora eram agora críticos e opositores, mesmo porque o ato de 1824 em que promulgou sozinho a Constituição não seria esquecido pela elite da época. Ou seja, o absolutismo que a casa de Bragança era habituada a desenvolver no país de origem, é a pedra de toque da decadência desse regime de governo.

A forte resistência ao Imperador D. Pedro I teve início em 1824, quando ele dissolveu a Assembleia Constituinte, que elaboraria a primeira Constituição do Brasil, e outorgou pessoalmente a Constituição, que lhe delegou mais poderes do que ele certamente teria se a Constituição tivesse sido elaborada pela Assembleia Constituinte e, portanto, promulgada. Esse ato autoritário e unilateral do imperador gerou contra si forte oposição e uma antipatia que se estenderiam até 1831, ano de sua abdicação<sup>667</sup>.

Ora, não era novidade o forte apelo de rejeição ao Antigo Regime. Naquele período, novamente na França, outros fatos eram evidenciados, de modo que deixava a postura absolutista de Pedro I em evidência. A grande oposição ao absolutismo que era feita lá, tornou aqui também um incômodo, pois o que Pedro I fez com a Assembleia Constituinte, era típico do regime autocrático.

A desventura do Imperador D. Pedro I foi que nesse mesmo período, entre 1824 e 1831, na França, Carlos X reinou com excesso de absolutismo, contrariando muitos dos princípios surgidos com a Revolução Francesa. A forte oposição ao seu reinado desembocou, como sabemos, na guerra civil na França e na deposição do imperador. A grande repercussão da resistência ao absolutismo na França contaminava, no Brasil, o espírito daqueles que não se conformavam com a atitude de D. Pedro I ao destituir a Assembleia Constituinte<sup>668</sup>.

Outro fator que também respingou por aqui, foi a credibilidade e aptidão política de Pedro I, principalmente, no tratamento dado à independência da Cisplatina e à Confederação do Equador. Fosse a perda da região de disputa desde a época dos reinos de Portugal e Espanha; fosse um movimento revolucionário republicano e separatista no nordeste brasileiro (que proclamava o descontentamento de parte da nação recém independente e pontuava críticas ao Imperador, que ainda era afeito às políticas de Portugal, bem como cobiçava o trono português), “[a] impopularidade de D. Pedro I vai se elevando de forma galopante [...]”<sup>669</sup>.

<sup>666</sup> ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e estudos (crítica e história)*. Rio de Janeiro: Editora Livro S.A., 1969, p. 69.

<sup>667</sup> COSTA, 2015, p. 29.

<sup>668</sup> *Ibidem*, loc. cit.

<sup>669</sup> *Ibidem*, p. 28.



Preferiu partir porque não se sentia bem. A popularidade adquirida em fevereiro de 1821 transforma-se na frieza da gente mineira<sup>670</sup>, nas garrafadas cariocas. Os antigos adversários repimpavam-se nas posições, defendidas pelos amigos dos tempos difíceis, desgostosos ou escorraçados. Sangrava a independência da Cisplatina, humilhação suprema. Doía a memória da Confederação do Equador<sup>671</sup>.

A Confederação do Equador seria, de fato, o ato mais marcante da oposição ao absolutismo de Pedro I. A partir dela, muito se comentava no reino e muitos se mobilizaram para fazer da opinião pública contrária aos interesses da Constituição promulgada.

A consequência mais grave desse ato autoritário do imperador, que não queria ver seus poderes limitados por uma Constituição promulgada pela Assembleia, foi a Confederação do Equador – o maior ato de resistência surgido em decorrência desses acontecimentos em torno da Constituição de 1824 e que culminou, entre outros aspectos, no fuzilamento de Frei Caneca. Menos radicais, porém não menos combativos, foram os diversos periódicos, jornais, revistas etc. que surgiram nesse período, sobretudo no Rio de Janeiro, e com o intuito de mobilizar a opinião pública sobre a aberração da Constituição outorgada<sup>672</sup>.

A complexidade política daquele período exigia um olhar mais atento e havia muitos detalhes sobre a trama política que se formou antes e com a partida do “último grande português”, usando a expressão de Azevedo, a respeito do fundador do Estado nacional. Ou seja, todos os problemas que o Imperador mesmo tinha provocado, a sua inabilidade política, a sua incapacidade de manter aliados, com a sua renúncia ele conseguiu redimir todos os problemas por ele causado<sup>673</sup>. Possivelmente, poderia essa absolvição ter contribuído com a indulgência de Azevedo a Pedro I, mesmo com todas as atrocidades que o déspota cometeu.

O fundador do império preferiu partir, deixando aluído o sólio, e filhos impúberes confiados a José de Bonifácio, como tutor. Nem um passo podia dar mais acertado no interesse da dinastia. De um só golpe redimiam-se todos os erros e todas as culpas do

---

<sup>670</sup> “No dia 22 de fevereiro de 1831, em Minas Gerais, profere o seguinte discurso: ‘Mineiros não dirigirei somente a vós, o interesse é geral. Eu falo, pois, com todos os brasileiros. Existe um partido desorganizador, que, se aproveitando das circunstâncias puramente peculiares da França, pretende iludir-vos com invectivas contra a minha inviolável e sagrada pessoa e contra o governo, a fim de representar no Brasil cenas de terror, cobrindo-o de luto, com o intuito de saciar suas vinganças e paixões particulares, a despeito do bem da Pátria [...] eu não falo agora como vosso imperador, mas como vosso amigo cordial, não vos deixeis iludir por doutrinas que tanto têm de sedutoras quanto de perniciosas’” Ibidem, p. 30.

<sup>671</sup> ABREU, 1969, p. 69.

<sup>672</sup> COSTA, op. cit., p. 29-30.

<sup>673</sup> “Embora nos discursos parecesse haver congraçamento generalizado e unanimidade em torno do rumo que ganharam os acontecimentos, na verdade havia os descontentes, e muitos, que não arredaram pé do chamado Campo de Honra e que foram ignorados pela história oficial. Mas é, contraditoriamente, nos discursos mais ufanistas dos jornais que eles, os descontentes, ganham vida. Tais discursos tinham a função de disseminar a concórdia e cobrir as vozes de uma legião de pessoas que permanecia no Campo da Honra, certamente com o sentimento de que a “revolução” de que falavam os ufanistas havia na verdade acabado em pizza e que, portanto, a luta deveria continuar”. Ibidem, p. 43. Os trechos de Marcos Costa fazem vir o pensamento de Alexandre Herculano sobre, nas representações democráticas, “[...] enquanto não degeneram em exclusão e na tirania do maior número [...]. [...] [D]egeneração na tirania popular, no abuso da desigualdade numérica [...]” HERCULANO, 1979, p. 184-185. O número de pessoas “comum” colocaria em risco o número da minoria “elite”, e o poder, assim, seria manipulado facilmente pelo povo. Ora, o que ele não dissertou foi como tão bem essa minoria sabia a muito como manipular a grande massa, fazendo com que pensassem serem integrantes do grupo privilegiado. Algo muito próximo do que Simone de Beauvoir havia dito: “opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”. BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1960.

reinado. O jovem herdeiro, tornando órfão da nação, aparecia à luz mística do direito divino [...]”<sup>674</sup>.

Ademais, aquela primeira metade do século XIX, com o fim do primeiro Império, o Brasil se mostrou um território não consolidado (não se discorre a respeito da fronteira demarcada, o que de fato aconteceu no reinado de Pedro II), pois as diversas manifestações políticas pelo interior do país sinalizavam um descontentamento com a ordem vigente e a política nacional. Por certo, podemos inferir que a instabilidade política ressoa no poema “Pedro Ivo”.

A instabilidade marcada pelas revoltas deixava em evidência a opressão sobre a classe oprimida, desde a colônia, e mesmo sobre a elite brasileira que, no primeiro reinado de Pedro I, fora posta de lado. O antigo Imperador se cercou de “[...] uma estrutura de origem portuguesa que ele mantinha ao redor de si”<sup>675</sup>. Com esse histórico, é compreensível todos os movimentos de descontentamento da população brasileira.

De repente, o Brasil inteiro estrebuchou nas convulsões de um delírio muscular. Do Marajó ao Chuí rugiu a onda da anarquia que tudo alagou: manifestações políticas no governicho do Rio Grande do Sul, na sabinada da Bahia, nas correrias de Pinto Madeira no Ceará; manifestações incorporando agravos seculares de classes oprimidas, como a cabanagem do Pará, a balaçada do Maranhão, a cabanada de Pernambuco. Sobressaía a Corte onde se encarniçavam soldados dissolutos, capoeiras desaçaimadas, sicários, caramurus partidários da volta do ex-imperador, nativistas xenófobos, federalistas, republicanos, um verdadeiro pandemônio<sup>676</sup>.

Além disso, essas revoluções que surgiram após renúncia de Pedro I, serviram não somente para colocar em destaque a ausência de uma unicidade, como também perpetuar aquilo que no fim do primeiro reinado tornaria em voga “[u]ma revolução que praticamente fundaria o estilo brasileiro de fazer mudanças políticas, ou seja, mudar para deixar tudo exatamente como estava”<sup>677</sup>, uma vez que quase nada se conseguiu com as revoluções. Em outros termos, “nada de novo no reino da Dinamarca”.

Após as considerações expostas ao longo deste texto, chegamos ao final da nossa leitura de “Literatura e civilização em Portugal”. No entanto, é pertinente ressaltar mais uma vez que dentre as diversas ideias e argumentos apresentados por Azevedo, destacamos a metáfora da “noite” como elemento central na tese do poeta ao tratar da decadência. Essa metáfora permeia não apenas a arte, mas também a ciência, a política e a economia, tanto em Portugal quanto no Brasil. Nesse sentido, é interessante refletir e especular sobre o ponto de conexão entre essa ideia de “noite” e a noção de decadência que também se faz presente no contexto brasileiro,

---

<sup>674</sup> ABREU, 1969, p. 69.

<sup>675</sup> COSTA, 2015, p. 28.

<sup>676</sup> ABREU, op. cit., p. 70.

<sup>677</sup> COSTA, op. cit., p. 40.

especialmente nos discursos de 1849 e 1850. Através desse paralelo, pode-se investigar as possíveis relações e causas mútuas entre os dois cenários, observando as semelhanças e diferenças nas manifestações culturais e intelectuais.

## PALAVRAS FINAIS

A temporalidade da Luz é medida por sua presença; mas o domínio da Noite transcende tempo e espaço.

Novalis, *Hinos à Noite*.

Nestas considerações finais, volta-se uma última vez à metáfora da “noite” e seu aparente significado na obra de Álvares de Azevedo. Nessa leitura, reconhece-se que a “noite” desempenha um papel fundamental na exposição da decadência da sociedade e da literatura, presente em parte da obra do autor paulista. Além disso, é relevante destacar os diálogos estabelecidos por Azevedo com as contribuições literárias francesas, alemãs e portuguesas, que enriquecem ainda mais a compreensão dessa temática.

Ao dialogar com autores, como Almeida Garrett e Alexandre Herculano, Azevedo partilha de uma visão de mundo decadente, que reflete seu pensamento sobre história, filosofia, política e arte. Nesses diálogos com a tradição literária e cultural, Azevedo revela uma inquietação com a trajetória da humanidade, o sentido da existência, as complexidades da sociedade e as manifestações culturais. Ao fazer isso, ele expressa a ideia de que a humanidade estava imersa em um período de declínio, em contraste com momentos anteriores de grandiosidade e conquistas, se pensada todas as revoluções com que a Europa se convulsionou. Para Azevedo, o crepúsculo se alojou naquele meado do XIX.

A metáfora da noite, presente em “Literatura e civilização em Portugal”, quanto em *Noite na Taverna*, serve como ponto de reflexão sobre a decadência em seus escritos. Por meio dela, percebe-se uma movimentação decrescente do desenvolvimento humano que afetou tanto a Europa quanto a América, fosse nas artes e principalmente na política. Tanto que para Azevedo não adiantava forçar um alvorecer, se a noite<sup>678</sup> ainda pairava sobre ambos os reinos.

Através da escuridão da noite, somos confrontados com as verdades ocultas e as complexidades da existência. Ela nos lembra que a vida é tida como um equilíbrio entre a luz e a escuridão, o bem e o mal, o progresso e a decadência. Aquilo que foi originado desde o início, os erros e acertos da humanidade, continua a existir no presente e perdurará no futuro, moldando o destino coletivo. Assim como a terra, o céu e a noite são elementos essenciais para a existência

---

<sup>678</sup> CUNHA, 2021.

do mundo, a “noite” assume um papel fundamental na trajetória do ser, “[...] pois é ela que torna possível que tudo apareça e possa ser distinguido através da claridade”<sup>679</sup>.

Antonio Candido, em seu texto “Crítica e sociologia”, estabelece uma relação fundamental entre a literatura e a sociedade. De acordo com o argumento de Neto Miguel<sup>680</sup>, Candido traça o desenvolvimento da crítica ao longo do tempo, destacando as diferentes abordagens adotadas na análise literária em diferentes períodos. Em determinado momento, a crítica literária dava ênfase ao olhar externo, utilizando o contexto social e histórico como ponto de partida para a interpretação das obras. Nessa perspectiva, o foco estava na relação entre a obra literária e seu ambiente social, e o contexto externo era considerado o principal condicionante da produção literária.

Ao longo do tempo, a crítica literária passou por uma mudança de enfoque. O contexto social, que antes era considerado o único determinante absoluto da obra, deixou de ser o centro e perdeu sua posição predominante. Em seu lugar, emergiu uma perspectiva que valoriza os elementos intrínsecos da própria obra literária, como sua estrutura, linguagem, personagens e temáticas abordadas. Posteriormente, passou-se a reconhecer que os aspectos sociais desempenham um papel importante na formação da estrutura literária, embora não sejam mais vistos como o único fator condicionante. Essa abordagem mais complexa permitiu uma compreensão mais ampla das obras literárias, considerando tanto sua autonomia artística quanto sua interação com o contexto social.

Também Antonio Candido, em seu ensaio “Crítica e sociologia” de *Literatura e sociedade*, aventa a possibilidade de o valor e o significado da obra serem relegados em benefício da explicação sociológica, tornando o dado exógeno ao texto literário o verdadeiro motor da análise. No entanto, no mesmo ensaio, Candido reconhece perceber uma atitude de mudança, por parte dos teóricos e dos críticos, na constituição do método, qual seja, o do estudo do elemento social na obra não mais como uma relação de condicionamento meio-obra (sendo a obra, desta forma, uma ilustração de determinadas dinâmicas sociais), mas numa perspectiva de “interiorização” do elemento social como elemento estruturador da obra<sup>681</sup>.

Na relação da literatura com a sociedade, é possível compreender como a literatura interpreta os aspectos sociais, retrata a vida cotidiana, as relações de poder, as desigualdades, os conflitos e as transformações históricas. Além disso, a literatura pode atuar como crítica social, pois denuncia injustiças e promove a conscientização. Por outro lado, as condições sociais, as ideologias dominantes, as estruturas de poder e as demandas do público leitor podem

<sup>679</sup> ROBLES, Martha. *Mulheres, mitos e deusas: o feminino através dos tempos*. São Paulo: Aleph, 2019, p. 32-33.

<sup>680</sup> NETO, Miguel Leocádio Araújo. A sociologia da literatura: origens e questionamentos. In: *Entrelaces*, agosto de 2007.

<sup>681</sup> *Ibidem*, p. 18.

moldar a produção literária, estabelecendo padrões estéticos, temáticas valorizadas e abordagens aceitas.

Dessa forma, a relação entre literatura e sociedade é dialética e dinâmica. A literatura e sociedade dialogam constantemente, esta fornece experimentações, emoções, ideias. A literatura por meio da imaginação dá voz a essas sensações, experiências etc. Essas duas áreas se entrelaçam e se complementam, permitindo a compreensão das especificidades dos fatos sociais e da literatura. É importante destacar que o aspecto externo, como o contexto social, não é causa nem significado em si mesmo, mas desempenha um certo papel na constituição da estrutura da obra, tornando-se, portanto, interno<sup>682</sup>.

A estrutura interna e externa de uma obra literária está intrinsecamente interligada, e não há meio de desvinculá-las. Uma crítica integral levará em consideração diversos aspectos, como os sociais, psicológicos, linguísticos, entre outros, para obter uma compreensão mais completa da obra literária. A relação entre literatura e sociedade não é negada, mas é analisada de forma a evitar uma abordagem unilateral que reduza toda a obra a uma explicação sociológica simplista.

Uma crítica que se queira integral deixará de ser unilateralmente sociológica, psicológica ou linguística, para utilizar livremente os elementos capazes de conduzir a uma interpretação coerente. Mas nada impede que cada crítico ressalte o elemento da sua preferência, desde que o utilize como componente da estruturação da obra. E nós verificamos que o que a crítica moderna superou não foi a orientação sociológica, sempre possível e legítima, mas o sociologismo crítico, a tendência devoradora de tudo explicar por meio dos fatores sociais<sup>683</sup>.

O escritor não cria a partir do nada, mas sim se insere em um espaço de representações e discursos sociais, assim como em um espaço estruturado de possibilidades que oferece gêneros, modelos e modos de criação. Esses modos de criação são específicos do campo literário, variando ao longo do tempo e do espaço. Uma vez que esses espaços e variações são reconstruídos, surge a questão de compreender os princípios que orientam as escolhas feitas por diferentes grupos e indivíduos. Essas escolhas são, em parte, determinadas pelas características sociais dos indivíduos (origem social, formação intelectual, disposições éticas e estéticas) e pelo sistema de relações que eles mantêm com seus pares.

A sociologia das obras visa a ultrapassar a oposição entre análise interna e análise externa, para compreender como elas refratam o mundo social. Para este fim, ela opera uma dupla ruptura com, de uma parte, a tradição marxista, que tende a relacionar as obras às condições sociais de produção (teoria do reflexo), de outra, a 'ilusão biográfica' [Bourdieu, 1986], que consiste em imputar a obra unicamente à singularidade do indivíduo. O escritor não cria *ex nihilo*, ele se insere, por um lado, no espaço das representações e dos discursos sociais, de outro, em um espaço dos

---

<sup>682</sup> CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010, p. 14.

<sup>683</sup> Ibidem, p. 17.

possíveis estruturado, que oferece a ele gêneros, modelos, modos de fazer - tantos fazeres sociais específicos do mundo das letras, que variam no tempo e no espaço. Uma vez este espaço ou estas variações reconstituídas, aparece a questão de compreender os princípios das escolhas operados pelos diferentes grupos e indivíduos. As escolhas são em parte determinadas pelas propriedades sociais dos indivíduos (origem social, formação intelectual, disposições éticas e estéticas) e pelo sistema das relações que eles mantêm com seus pares.<sup>684</sup>

Ao considerarmos o contexto histórico e social de Azevedo, torna-se evidente a abordagem da temática da decadência em parte de sua obra, cada uma com suas nuances particulares. Em “Lucano”, por exemplo, o autor retrata a queda da República Romana, destacando os elementos decadentes desse período histórico. Já em “Literatura e civilização em Portugal”, Azevedo aborda a falta de renovação literária na Europa moderna, evidenciando a estagnação cultural. Além disso, em seus discursos de 1849 e 1850, percebe-se a reflexão sobre a decadência do Brasil imperial, marcado pela centralização do poder, a falta de universalização da educação e a persistência da escravidão e do latifúndio. Em obras como *Macário* e *Noite na taverna*, Azevedo explora a temática da decadência na literatura, revelando as camadas mais sombrias da condição humana.

Na relação entre literatura e política, é importante compreender a posição e a função social do escritor, bem como as conexões entre sua posição na sociedade, sua produção literária e a organização social em que está inserido. Nesse sentido, o ensaio “Uma noite contra o espírito burocrático”, de Arlenice Almeida, aborda o sentimento de mal-estar e desilusão presentes em alguns jovens de São Paulo como uma forma de resistência à corrente da história e à mediocridade de seu tempo. Essa resistência não se manifesta apenas como uma mera fuga, mas como uma tentativa de se contrapor e revoltar-se contra a civilização ocidental e suas consequências imediatas, que parecem levar a um beco sem saída<sup>685</sup>.

Segundo Almeida, no segundo prefácio da obra *Lira dos vinte anos*, o autor expressa esse mal-estar de forma profunda. Há uma crise tanto nos séculos quanto nos homens. O poeta desperta para a realidade terrena e percebe que é um ser humano com nervos, fibras, artérias, ou seja, um corpo. Com essa descoberta, outras revelações se apresentam: a morte, a doença, a tragédia. O poeta desconfia agora de seus próprios sonhos e critica a perda dos laços, expressando sua revolta por meio de uma sátira mordaz<sup>686</sup>.

Para Almeida, é verdade que esses jovens estudantes se sentiam envolvidos pelos rumos da história mundial. Eles compartilhavam a frustração dos franceses com o desdobramento da

<sup>684</sup> SAPIRO, Gisele. *Sociologia da literatura*. Belo Horizonte: Contafios, 2019, p. 75

<sup>685</sup> ALMEIDA, Arlenice et al. *O banquete de Caliban: edição comentada de A noite na taverna de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Selinute Editora, 1994.

<sup>686</sup> Ibidem, p. 113.

Revolução Francesa, testemunhando como os ideais de liberdade e solidariedade haviam se dissolvido em uma França ditatorial e pouco democrática. Também na Inglaterra, eles observavam como o liberalismo econômico gerava riqueza, fábricas e produtos em larga escala, mas ao mesmo tempo resultava em miséria, trabalhadores amontoados em condições precárias e uma massa humana que gradualmente perdia sua individualidade<sup>687</sup>.

Além disso, para a Arlenice Almeida, esses jovens vivenciavam a desilusão em relação aos acontecimentos no Brasil. Álvares de Azevedo, por exemplo, percebia não apenas a falência dos ideais, mas também uma esterilidade quase inata no contexto brasileiro. Em *Lira dos vinte anos*, ele lamenta: “Eu, pobre sonhador em terra inculta / Onde não fecundou-se uma semente”.<sup>688</sup>

Essas reflexões de Almeida revelam a complexidade das experiências vividas pelos jovens da época, suas inquietações diante das transformações sociais, políticas e culturais e a busca por uma identidade e uma voz próprias em meio a um mundo desiludido e em crise.

Observando algumas práticas políticas do fim do século XVII e primeira metade do século XIX, podemos entender sobre o que fala o poeta. Durante essas décadas, inúmeras sementes foram impedidas de fertilização, tachadas de radicais, anarquizantes e inconfidentes. Idealistas como Luís Vieira da Silva, João Ribeiro, padre Miguelinho, frei Caneca, Líbero Badaró, Pedro Ivo etc. sofreram em sua própria pele a repressão de mudança e libertação<sup>689</sup>.

Ao interpretar a noite como o respiro do “espírito burocrático”, podemos compreendê-la como uma metáfora de um período prolongado, caracterizado como decadente. Essa concepção sugere que a noite representa um momento de estagnação e esterilidade, no qual os valores e ideais estão enfraquecidos e as estruturas sociais são dominadas por uma mentalidade burocrática e conformista.<sup>690</sup>

De acordo com Almeida, Álvares de Azevedo não oferece soluções concretas para a decadência dos ideais apresentada em sua obra. No entanto, Almeida destaca que, ao constatar essa ausência de ideais, Azevedo reforça uma promessa de utopia. Ao mostrar a perda, o autor convida o leitor a questionar-se sobre esse vazio e preenchê-lo com seus próprios projetos. Isso abre um campo infinito de possibilidades, onde a vida pode retornar e encontrar novos caminhos.

Nosso autor, contudo, não apontou saídas: o texto constata a falência dos ideais e, em seguida, apaga a lâmpada. [...] Com efeito, após o depoimento de Johann a lâmpada apagou-se e nada brilhou em seu lugar. [...] *A noite da taverna* denuncia sutilmente a ausência de vitalidade do século. Concretamente não propõe soluções, mas ao constatar a ausência dos ideais, reforça uma promessa de utopia, isto é, ao mostrar a

<sup>687</sup> ALMEIDA, 1994, p. 113.

<sup>688</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>689</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>690</sup> Ibidem, p. 115.



perda, o autor convida o leitor a indagar-se sobre esse vácuo e completá-lo com seus próprios projetos. Abre-se, assim, um campo infinito de possibilidades. É a vida retornando<sup>691</sup>.

No contexto da exaltação da noite em Azevedo, pode-se entender que, por exemplo, *Noite na taverna* começa com uma celebração e termina nas trevas silenciosas da morte, com seres prontos para despertar e alcançar a purificação. Durante a noite, sob a regência de Dionísio, os personagens expulsam seus males e demônios interiores, compartilhando angústias e desalentos. Acredita-se que eles se sentirão melhor quando acordarem, como se fossem purificados de suas aflições.<sup>692</sup>

Diante da ausência de vitalidade no século, da percepção da decadência tanto da literatura em particular quanto daquele momento em geral, haveria a possibilidade de pensar a “noite” como um intervalo, uma suspensão do tempo decadente? Nesse contexto, a noite se torna também a guardiã do novo, impulsionando a renovação? Para Azevedo, a proposta seria seguir na contramão, ou seja, utilizar a própria decadência como uma alavanca para fundar uma nova literatura<sup>693</sup>? Ao invés de se resignar diante da decadência, explorar seu potencial como fonte de inspiração e renascimento, buscando romper com as limitações do tempo e construir uma nova literatura pulsante e vigorosa?

Como poderia incorporar os elementos de uma “revolução” que desse movimentação a um período decadente; se por meio das letras, da educação formal e estética, como Azevedo sugere? Se por meio da ascensão dos jovens ao poder para transformar a realidade? O que Azevedo mostra é que, naquele momento do século XIX, não era apropriado dizer que havia meios de formar uma literatura, pois ainda era “noite”. Não se poderia antecipar o amanhecer e esperar que o Brasil tivesse imediatamente uma literatura própria, pois se é preciso tempo suficiente para criar uma tradição com símbolos e características intrínsecas, que não apenas gerem uma literatura brasileira, mas também valide a identidade nacional. Para Azevedo, não adianta tentar acelerar o tempo e desejar que a independência política de Portugal se manifeste na literatura em um curto período de tempo.<sup>694</sup>

Apesar da metáfora da noite como representação da decadência, com ênfase no momento de degeneração, Azevedo sugere que a noite não será eterna. Nesse contexto, é evidenciado um espaço para recomeço e renovação. A noite se torna um símbolo de

---

<sup>691</sup> ALMEIDA, 1994, p. 115 - 116.

<sup>692</sup> D'AMBROSIO, Oscar. Evoé, leitores de *O banquete de Caliban!* In: ALMEIDA, Arlenice et al. *O banquete de Caliban: edição comentada de A noite na taverna de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Selinunte Editora, 1993, p. 80.

<sup>693</sup> CUNHA, 2004.

<sup>694</sup> CUNHA, 2021.

transformação, que aponta para a necessidade de romper com as estruturas decadentes do passado e do presente, abrindo caminho para um futuro promissor.

O vento do Norte passou a soprar com hostilidade pela planície congelada, e aquele campo de maravilhas dissipou-se no éter. As distâncias celestiais se povoaram de planetas luminosos. O espírito do mundo, com todos seus poderes, ocultou-se no santuário profundo, nas regiões mais elevadas da mente, esperando a chegada do dia em que a glória universal despertará. A Luz deixou de ser o assento dos deuses, seu emblema celestial – antes, eles jogaram sobre si o véu da Noite. A noite tornou-se, então, um berço poderoso de revelações ao qual os deuses se voltaram, onde repousaram a fim de dotar-lhe formas renovadas, majestosas, tendo em vistas um mundo transformado<sup>695</sup>.

Se a noite carrega consigo uma dualidade intrigante, por um lado, ela representa as trevas, um espaço e tempo onde o processo de transformação e renovação do vir a ser está em constante fermentação. Por outro lado, a noite também é o período de preparação para o surgimento da luz e da vida no dia seguinte. Essa dualidade reflete a complexidade da existência humana, onde coexistem potencialidades e mistérios. Na escuridão silenciosa da noite, as sementes do futuro são cuidadosamente cultivadas e as transformações ocorrem de forma sutil, que se encontra a oportunidade de renovação.

A noite simboliza o tempo das gestações, das germinações, das conspirações, que vão desabrochar em pleno dia como manifestação da vida. Ela é rica em todas as virtualidades da existência. Mas entrar na noite é voltar ao indeterminado, onde se misturam pesadelos e monstros, as ideias negras. Ela é a imagem do inconsciente e, no sono da noite, o inconsciente se libera. Como todo símbolo, a noite apresenta um duplo aspecto, o das trevas onde fermenta o vir a ser, e o da preparação do dia de onde brotará a luz da vida<sup>696</sup>.

---

<sup>695</sup> NOVALIS. *Hino à noite*. São Paulo: Clepsidra, 2021, p. 56-57.

<sup>696</sup>CHEVALIER, 2009, p. 640.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, M. H. *O Espelho e a lâmpada: teoria romântica e tradição crítica*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e estudos (crítica e história)*. Rio de Janeiro: Editora Livro S.A., 1969.

\_\_\_\_\_. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1930.

\_\_\_\_\_. *Capítulos da história colonial*. Rio de Janeiro: Centro Eldestein, 2009.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AGNOLON, Alexandre. *A festa de Saturno: O Xênia e o Apoforeta de Marcial*. São Paulo: Edusp, 2017.

AGOSTINHO. *Sobre o Livre-arbítrio*. Campinas: Ecclesiae, 2019.

\_\_\_\_\_. *Confissões*. Petrópolis: Vozes, 2015.

AGULHON, Maurice. *1848: O aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ALCIDES, Sérgio. Uma capital Ultrarromântica. *Nossa História*. Rio de Janeiro, n. 3, 2004.

ALMEIDA, Arlenice et al. *O banquete de Caliban: edição comentada de A noite na taverna de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Selinute Editora, 1994.

ALMEIDA, Valder. Varnhagen e a invenção da história do Brasil. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-31/418-varnhagen-e-a-invencao-da-historia-do-brasil>. Acesso em: ag. de 2019.

ALMOND, Phillip C. *O diabo: uma biografia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

ALVES, Cilaine. Boemia Literária. *Cult*. São Paulo, n. 45, 2001.

\_\_\_\_\_. *O belo e o disforme, Álvares de Azevedo e a ironia romântica*. São Paulo, EDUSP; FAPESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Entusiasmo indianista e ironia byroniana. São Paulo, 2000, Tese de Doutorado, USP, 2000.

\_\_\_\_\_. Palpites dissonantes de brasileirismo em Literatura e Civilização em Portugal. In: *Literatura e Autoritarismo*. UMBACH, Rosani U. K. GINZBURG, Jaime (org.). Universidade Federal de Santa Maria, 2001, p. 15-16.

\_\_\_\_\_. The Foundation of the Brazilian literature in Noite na taverna. *Itinerários*. Araquara, n. 22, p. 115-133, 2004.

\_\_\_\_\_. Recepção de *Fausto* no Romantismo Brasileiro. In: GALLE, Helmut (Org.). *Fausto e a América Latina*. São Paulo: Humanitas, 2010.

ANTUNES, Pedro Barbieri. *Hinos órficos: Edição, estudo geral e comentários filológicos*. São Paulo. Dissertação de mestrado, 2018.

ARISTÓTELES. *Sobre a arte poética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

\_\_\_\_\_. *A política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

ASSIS, Arthur. Johann Gustav Droysen (1808 – 1884). In: *História Pensada, teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015.

ASSIS, Machado de. *Crítica literária*. São Paulo: Editora Mérito S. A., 1961, p. 112.

ASSUNÇÃO, Paulo de. A cidade de São Paulo no século XIX: ruas e pontes em transformação. *Revista Eletrônica do Arquivo do Estado*, edição n° 10. ano 02, maio de 2006.

AZEVEDO, Álvares de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

\_\_\_\_. *Macário*. Porto Alegre: L & PM. 2001.

\_\_\_\_. *Obras completas de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942, v. 1 e 2.

\_\_\_\_. *Teatro de Álvares de Azevedo: Macário e Noite na taverna*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

AZEVEDO, Vicente. *Cartas de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976.

BAITERUS, Georgius. *Fasti consulares triumphalesque romanorum*. Turici: Typis Orelli, Fuesslini et sociorum, 1838.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BARBOSA, João Alexandre. *Reflexão sobre o método*. [s.i:s.n.], [199-].

BARNARD, Frederick M. *Herder on nationality, humanity and history*. Canada: McGill-Queen's University Press, 2003.

BARROS, JOSÉ D' ASSUNÇÃO. *O tempo dos historiadores*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BEIRANTE, C.; CUSTÓDIO, J. *Alexandre Herculano: um homem e uma ideologia na construção de Portugal*. Amadora: Livraria Bertrand, 1979.

BERGSON, Henri. *O riso: Ensaio sobre o significado do cômico*. São Paulo: Edipro, 2018.

\_\_\_\_. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. São Paulo: Edipro, 2020.

\_\_\_\_. *A evolução criadora*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

\_\_\_\_. *A ideia de tempo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2022.

BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1976.

\_\_\_\_\_. *As raízes do romantismo*. São Paulo: Três estrelas, 2015.

\_\_\_\_\_. *Ideias políticas na era romântica: Ascensão e influência no pensamento moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BERTHIER, René. *Do federalismo*. São Paulo: Intermezzo, 2016.

BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2019.

BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. v. 1. e 2.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo do pensamento político*. São Paulo: Edipro, 2017.

\_\_\_\_\_. *Liberalismo e democracia*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017.

BONALD, Louis de. *Pensées sur divers sujets et discours politiques*. Paris: Chez les Principaux Libraires, 1817, p. 239.

BOSI, Alfredo. *Entre a literatura e a história*. São Paulo: Editora 34, 2015

BRAGUE, Rémi. *Europa, a via romana*. Araçoiaba da Serra: Mnema, 2020.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. In: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html). Acesso em: 06 de fev. de 2020.

BROOK, Lindsay. Popes and Pornocrats. Rome in the early middle ages. *Foundations*, 2003.

BUFFON. *História natural*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. *O Renascimento Italiano*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

\_\_\_\_\_. *Vico*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BYRON, Lord. *La peregrinación de Childe Harold*. Nueva York: Imprenta de La Crónica, 1864.

\_\_\_\_\_. *A peregrinação de Childe Harold*. In: GUIMARÃES, Francisco José Pinheiro. *Traduções poéticas*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, s/d.

\_\_\_\_\_. *Poesias de Lord Byron*. São Paulo: Art Editora, 1989.

CAMILO, Vagner. *Risos entre pares: poesia e humor romântico*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 1997.

\_\_\_\_\_. Álvaro de Azevedo, o Fausto e o mito romântico do adolescente no contexto político-estudantil do segundo reinado. *Itinerários*, Araraquara, n. 33, p. 61-108, jul./dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Revoltas provinciais: testemunhos poéticos. *Teresa*, [S. l.], n. 17, p. 135-166, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/123337>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. União, Dois Irmãos: Editora Literatura Clássica, 2022.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

\_\_\_\_\_. A educação pela noite In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Atoa. 1967.

\_\_\_\_\_. Romantismo, negatividade, modernidade. In: PACHECO, Mário Miranda (ed.). *Anuário del colégio de estudios latino-americanos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006, p. 140.

\_\_\_\_. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2004.

\_\_\_\_. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

\_\_\_\_. *Vários escritos*. São Paulo; Rio de Janeiro: Duas cidades; Ouro sobre azul, 2004.

CARPEAUX, Otto Maria. *A Antiguidade greco-latina por Carpeaux*. Rio de Janeiro: LeYa, 2012.

\_\_\_\_. *O Romantismo por Carpeaux*. Rio de Janeiro: LeYa, 2012.

CARVALHO, Aécio Flávio de. A Farsália, de Lucano: importância na evolução do epos. *Acta Scientiarum*. Maringá, 23(1):93-101, 2001.

CARVALHO, Joaquim Barradas. *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*. Lisboa: Seara Nova, 1971.

CASSIRER, Ernst. *El problema de conocimiento IV. De la muerte de Hegel a nuestros días*. México D. F.: Gráfica Panamericana, 1964.

\_\_\_\_. *Linguagem e mito*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_. *Filosofía de la Ilustración*. México: Fondo de cultura económica, 1943.

\_\_\_\_. *Kant: vida e doutrina*. Petrópolis: Vozes, 2021.

CASTILHO, Antonio Feliciano. Proêmio do traductor. In: LAMENNAIS, Félicité de. *Palavras de um crente*. Lisboa: Tipografia Bulhões, 1836.

CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CHEVALIER, Jean. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.



CÍCERO. *De oratore* I, II. London: Willian Heinemann Ltda, 1947.

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis: Vozes; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

CORRÊA, J. S. C. O pensamento histórico de Herder. In: BELCHIOR, L. H.; PEREIRA, L. R.; MATA, S. R. (orgs). *Anais do 7º Seminário Brasileiro de História da Historiografia - Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil - Alemanha*. Ouro Preto: EDUFOP, 2013.

COSTA, Carlos. *A revista no Brasil do século XIX: a história de formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2012.

COSTA, Marcos. *O reino que não era deste mundo*. Rio de Janeiro: Valentina, 2015.

COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980.

CRUZ, Eduardo da. Antônio Feliciano de Castilho e a seleção de poetas para a *Revista Universal Lisbonense* (1842 - 1845). *Miscelânea*, Assis, v. 14, p.163-181, jul.- dez. 2013.

\_\_\_\_\_. *Revista Araticum*. Programa de Pós-graduação em Letras/Estudos Literários da Unimontes, v.11, n.1, 2015.

CRUZ CRUZ, Juan. *Filosofia da história*. São Paulo: Raimundo Lúlio, 2007.

CUNHA, Fausto. *O Romantismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

DALARUN, Jacques. *Governar é servir: ensaio sobre democracia medieval*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

DENIS, Ferdinand. *Resumo da História de Portugal seguido do resumo da história literária do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2018.

DIAS, Gonçalves. *Primeiros cantos*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1998.

\_\_\_\_\_. *Cantos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- DIDEROT, Denis. *Discurso sobre a poesia dramática*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- DIEHL, A. A. Herder. In: LOPES, M. A. *Ideias de História: tradição e inovação de Maquiavel e Herder*. Londrina: EDUEL, 2007.
- DOLHNIKOFF, Mirian. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- DUARTE, Pedro. *Estio do tempo: Romantismo e estética moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- DURANT, Will. *The age of faith*. New York: Simon and Schuster, 1972.
- DURKHEIM, Émile. *O socialismo*. São Paulo: EDIPRO, 2016.
- ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ESTEVES, Anderson de Araújo Martins. Cícero e a narrativa da história. *Phoênix*, Rio de Janeiro, 19-1: 77-90, 2013.
- FARIAS, Amy Caldwell de. *Mergulho no Letes: uma reinterpretação da Confederação do Equador*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- FERREIRA, António. *Castro*. Porto: Editorial Domingos Barreira, s/d.
- FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. São Paulo: Global, 2009.
- FRIEIRO, Eduardo. *O brasileiro não é triste*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1957.

GAIO, Gêssica Góes Guimarães. *A tarefa do Historiador no alvorecer do Historicismo*. Rio de Janeiro, PUC Rio, dissertação de mestrado, 2007.

GARMES, Helder. *O romantismo paulista: os ensaios literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860*. São Paulo: Alameda, 2006.

GARRETT, Almeida. *Portugal na balança da Europa*. Lisboa: Editorial Gleba: Livros Horizontes, s/d.

GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GINZBURG, Jaime. História e melancolia em Literatura e civilização em Portugal. *Estudos portugueses e africanos*. Campinas, p. 22-27, 1º./2º semestre 1999, n. 33/34.

GONDRA, José Gonçalves. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GOTTLIEB, Johann. *Fundamentos de toda a doutrina da ciência*. Petrópolis: Vozes; Bragança paulista: Editora Universitária São Francisco, 2021.

GRANT, Michael. *Latin literature: an anthology*. London: Pinguin, 2015.

GUIDO, Humberto. *Giambattista Vico: a filosofia e a educação da humanidade*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUIMARÃES, Francisco J. P. *Traduções poéticas*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, s/d.

GUIMARÃES, Manoel L. S. *Historiografia e nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GUINSBURG, Jacó. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Classicismo*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

GUIZOT, François. *A democracia em França: janeiro de 1849*. Lisboa: Typ. do Popular, 1849.

HANSEN, João Adolfo. A temporalidade na cultura contemporânea. In: Vera Pallamin; Joaci Pereira Furtado. (Org.). *Conversas no Ateliê. Palestras sobre Artes e Humanidades*. 1 ed. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo- USP, 2002, pp. 11-26.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Ed. Loyola, 1993.

HEGEL, Georg W. F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014.

\_\_\_\_\_. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Centauro, 2012.

\_\_\_\_\_. *Ciência da lógica: I. A doutrina do ser*. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2016.

HERCULANO, A. Futuro literário de Portugal e do Brasil. In: CÉSAR, Guilherme. *Historiadores e críticos do Romantismo*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_. *A história da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*. Porto Alegre: Ed. Pradense, 2002.

\_\_\_\_\_. *História de Portugal*. Tomo I. Amadora: Editora Bertrand, 1983.

\_\_\_\_\_. *Opúsculos: questões públicas*. Amadora: Bertrand, s/d.

\_\_\_\_\_. Carta V. In: NEVES, Lúcia M. P (org.). das. *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2007.

\_\_\_\_\_. Carta a Oliveira Martins. In: *Alexandre Herculano, o historiador*. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

HERDER, Johann Gottfried. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*. Lisboa: Antígona, 1995.

\_\_\_\_\_. *Philosophical Writings*. Trans., ed. by Michael N. Forster. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *Selected Writings on Aesthetics*. Trans., ed. by Gregory Moore. Princeton: Princeton Univ. Press, 2006.

\_\_\_\_\_. *Briefe zu Beförderung der Humanität*. Riga: Bd. 8., 1796. Disponível em: [http://www.deutschestextarchiv.de/book/view/herder\\_humanitaet08\\_1796?p=14](http://www.deutschestextarchiv.de/book/view/herder_humanitaet08_1796?p=14). Acesso em: 10 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*. Riga: Bierter Theil, 1792.

\_\_\_\_\_. *The spirit of Hebrew poetry*. Burlington: [s.n.], 1833.

\_\_\_\_\_. Shakespeare. In: ROSENFELD, Anatol. *Autores pré-românticos alemães*. São Paulo: EPU, 1991.

\_\_\_\_\_. *Escritos sobre estética e literatura*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2019.

\_\_\_\_\_. *Tentativa de uma história da poesia lírica*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.

\_\_\_\_\_. *Plástica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROBLES, Marta. *Mulheres, mitos e deusas*. São Paulo: Aleph, 2019, p. 32.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HOBBSAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

\_\_\_\_\_. *A era das revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro / São Paulo, 2020.

HUGO, Victor. *Do grotesco e do sublime*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

HUMBOLDT, Wilhelm. Sobre a tarefa do historiador. In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2015.

HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

JOUFFROY, Théodore Simon. *Cours d'esthétique*. Paris: Librairie de L. Hachette, 1845.

JUSTO, José M. Pálida é a imagem incompleta e descolorida das palavras. In: HERDER, Johann Gottfried. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*. Lisboa: Antígona, 1995.

KANT, Immanuel. *Filosofia da história*. São Paulo: Ícone, 2012.

KAYSER, Wolfgang. *O grotesco*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. *Uma latente filosofia do tempo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2021.

LACHATRE, Maurice. *Os crimes dos papas: mistérios e iniquidades da corte de Roma*. São Paulo: Madras, 2005.

LAMENNAIS, Félicité de. *Palavras de um homem de fé*. São Paulo: Martins Fonte, 1998.

LAMARTINE, Alphonse de. *Recueillements poétiques*. Paris: Éditions Garnier Frères, 1954.

\_\_\_\_\_. *Recueillements poétiques: Écrites et poésies diverses*. Paris: Hachette et cie., 1902.

LEFEBVRE, Georges. *1789: O surgimento da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, trabalho e cultura no ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

LEITE, Leni Ribeiro. *Épica II: Ovídio, Lucano e Estácio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

LEOPARDI, Giacomo. *Zibaldone*. Roma. Editora: Fermento, 2015.

LEY, Joaquim Gaudie. Relatório do Inspetor de Instrução Pública Joaquim Gaudie Ley – elaborado em 29 de janeiro de 1859, correspondente ao ano de 1858. In: CASTANHA, André Paulo. Relatório do Inspetor de Instrução Pública de Mato Grosso – Joaquim Gaudie Ley ano de 1858. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/3\\_Imperio/relat.%20prov%EDncia%20de%20mato%20grosso%20-%20joaquim%20gaudie%20ley%201858.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/relat.%20prov%EDncia%20de%20mato%20grosso%20-%20joaquim%20gaudie%20ley%201858.htm). Acesso em 27 de abril de 2019.

LIMA, Luiz Costa. *História, ficção e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. Perguntar-se pela escrita da história. In: *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.395-423, Jul/Dez 2006.

\_\_\_\_\_. *Melancolia: literatura*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LYNCH, Christian E. C. *Da monarquia à oligarquia: História Institucional e Pensamento Político Brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

LINDOW, John. *O livro da mitologia nórdica*. Petrópolis: Vozes, 2019.

LÍVIO, Tito. *História de Roma. Ab urbe condita libri*. São Paulo: Editora Paumape, 1989. v. 1. e 2.

LONGINO. *Do sublime*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LOPES, M. A. (org.). *Ideias de história: tradição e inovação de Maquiavel a Herder*. Londrina: EDUEL, 2007.

LÖWY, Michael. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUDWIG, Ralf. *Fenomenologia do espírito: uma chave de leitura*. Petrópolis: Vozes, 2017.

LUCANO. *Farsália: cantos de I a V*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

LYTTO, Edward Bulwer. *Rienzi, the last of the Roman Tribunes*. Edinburgh: Willian Blackwood and sons, 1861.

MAAS, Wilma Patrícia. *O cânone mínimo: o Bildungsroman na história da literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MAGALHÃES, Gonçalves. *Suspiros poéticos e saudades*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do ministério da educação, 1939.

MANGIN, Charles. *Les origines du théâtre moderne*. Paris: Chez L. Hachette, 1838.

MARQUES, Juliana Bastos. O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga. In: *Revista de História*, 158 (1º semestre de 2008), 43-65.

MARQUES, Wilton José. *Gonçalves Dias: o poeta na contramão*. São Paulo: UFSCar, 2010.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *No caos da convivência: ideias práticas sobre a arte de lidar com os outros*. Petrópolis: Vozes, 2020.

MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTIUS, K. F. von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: *Revista de história de América*, no. 42, dez. 1956, p. 433-458.

MATA, Sérgio da. Leopold von Ranke (1795 – 1886). In: *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2017.

MAUROIS, André. *Don Juan ou a fascinante vida de Lord Byron*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.



MEINECKE, F. *El historicismo y su génesis*. México D. F.: Gráfica Panamericana, 1943.

MELO, José Marques. *Sociologia da imprensa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

MICHELET, Jules. *O povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MINOIS, George. *História da solidão e dos solitários*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

\_\_\_\_\_. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

\_\_\_\_\_. *A idade de ouro: história da busca da felicidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MONT'ALEGRE, Visconde de. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da oitava legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>. Acesso em: 05 de fev. de 2020.

MONTESQUIEU. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MONTOYA, Ana Edite. *Cidade e poética. São Paulo no século XIX*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas, 1990.

MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MUECKE, C. D. *Ironia e irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MULLER, Jerry Z. *Conservatism: An anthology of social and Political thought from David Hume to the present*. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

MUSSET, Alfred de. *A confissão de um filho do século*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889). Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo\\_imperial\\_intro.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html)). Acesso em: 27 de abril de 2019.

NEMI, A. L. L. Decadência e singularidade na historiografia ibérica. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História da Anpuh - Poder, violência e exclusão na Teoria da História e na Historiografia*. São Paulo: DH/FFLCH/Fapesp, 2008.

NETO, Miguel Leocádio Araújo. A sociologia da literatura: origens e questionamentos. In: *Entrelaces*, agosto de 2007.

NEVES, Lúcia M. P (org.). *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2007.

NIEBUHR, *The history of Rome*. Cambridge: John Smith, 1828. v. 1.

\_\_\_\_\_. *The history of Rome*: London: John Wertheimer & Co., 1848. v. 2.

\_\_\_\_\_. *The history of Rome*: London: John Wertheimer & Co., 1851. v. 3.

NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Palas Athenas, 2000.

\_\_\_\_\_. *Crivo de Papel*. São Paulo: Ática, 1998.

NUNES, Tassia Toffoli. Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840). Dissertação de mestrado – USP. São Paulo, 2010.

OEHLER, Dolf. *O velho mundo desceu aos infernos: Auto análise da modernidade após os traumas de junho de 1848*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OERGEL, Maike. *Zeitgeist – how ideas travel: politics, cultures, and the public in the age of revolution*. Leck: CPI books GmbH, 2019.

OLIVEIRA, Paulo Motta. Alexandre Herculano e a geração de 70. In: NEVES, Lúcia M. P (org.). *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2007.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escritura da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ORLANDO, Francesco. *Gli oggetti desueti nelle immagini della letteratura: Rovine, reliquie, rarità, robaccia, luoghi inabitati e tesori nascosti*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. *A revolução farroupilha*. São Paulo: Editora brasiliense, 2003.

PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. *Oration on the dignity of man*. Chicago: Regnery, 1956.

\_\_\_\_\_. *Oration on the dignity of man. A new translation and commentary*. New York: Cambridge, 2012.

PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil e a experiência Hispano-Americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2015.

PINTO, Diogo de Mendonça. Relatório da Instrução Pública da Província de São Paulo em 1858. São Paulo: Tipografia Dous de Dezembro, 1859. Disponível em [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/relatorios\\_educacao](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/relatorios_educacao). Acesso em: 05 de fev. de 2020.

PLATÃO. *A república*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

POLÍBIOS. *História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

PRAZ, Mario. *A carne, a norte e o diabo na literatura romântica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

PRIORE, Mary del. *Histórias da gente brasileira: Império*. São Paulo: LeYa, 2016.

PUCCIARELLI, E. Herder y el nacimiento de la conciencia histórica. In: HERDER, J. G. *Filosofía de la historia para la educación de la humanidad*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1950.

PUNTONI, Pedro. A confederação do Tamoyos de Gonçalves de Magalhães, a poética da história e a historiografia do Império. Disponível em: [https://www.academia.edu/38826168/A\\_Confedera%C3%A7%C3%A3o\\_dos\\_Tamoyos\\_de\\_Gon%C3%A7alves\\_de\\_Magalh%C3%A3es\\_a\\_po%C3%A9tica\\_da\\_hist%C3%B3ria\\_e\\_a\\_historiografia\\_do\\_imp%C3%A9rio](https://www.academia.edu/38826168/A_Confedera%C3%A7%C3%A3o_dos_Tamoyos_de_Gon%C3%A7alves_de_Magalh%C3%A3es_a_po%C3%A9tica_da_hist%C3%B3ria_e_a_historiografia_do_imp%C3%A9rio) . Acesso em: jul. de 2019.

RANGER, T. A invenção da tradição na África colonial. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2017.

REALE Giovanni. História da filosofia: de Spinoza a Kant. São Paulo: Paulus, 2004, p. 199.

REINHART, Volker. *Alexandre IV: Bórgia: o papa sinistro*. São Paulo: Editora Europa, 2013.

RIBEIRO, Gladys S.; FERREIRA, Tânia M. B. C. (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

RIBEIRO, Renilson Rosa. *O Brasil inventado pelo Visconde de Porto Seguro*. Cuiabá: Entrelinhas, 2015.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: COUTINHO, A. *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas, 1980.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

ROBLES, Martha. *Mulheres, mitos e deusas: o feminino através dos tempos*. São Paulo: Aleph, 2019, p. 32-33.

RODRIGUES, José Rodrigues. *História e historiografia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

ROSEN, Charles. *Poetas românticos, críticos e outros loucos*. Cotia: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

ROSENFELD, Anatol. *Autores pré-românticos alemães*. São Paulo: EPU, 1991.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *A origem da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

\_\_\_\_\_. *O contrato social: princípios do direito político*. São Paulo: Edipro, 2015.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SALDANHA, Nelson. *História das ideias políticas no Brasil*. Recife: Imprensa Universitária, 1968.

\_\_\_\_\_. *Filosofia, Povos, Ruínas: Páginas para uma filosofia da história*. Rio de Janeiro: Caliban, 2002.

SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SANDY, John Edwin. *A history of classical scholarship*. Cambridge: The University Press, 1908.

SANCTIS, Francesco de. *Ensaaios críticos*. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

SANT'ANNA, Susan B.; MIZUTA, Celina M. Muresse. Instrução pública primária no Brasil Imperial: 1850 A 1889. disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/viewFile/117/pdf>. Acesso em 06 de fev. de 2020.

SANTOS, Natália G. de S. O pensamento de Álvares de Azevedo por meio de seus prefácios: antagonismo e dissolução. Dissertação de mestrado – USP. São Paulo, 2012.

SAPIRO, Gisèle. *Sociologia da literatura*. Belo Horizonte: Moinhos; Contafios, 2019.

SARAIVA, Antonio José et LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, s/d.

SEBASTIANI, Breno Battistin. *Políbio: história pragmática, livros I a V*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2016.

SEGISMUNDO, Fernando. *História popular da revolução praieira*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1949.

SELLERS, María Rosa Álvarez. Análise e evolução da tragédia portuguesa: Da Castro de António Ferreira à Nova Castro de João Baptista Gomes Júnior. *Actas do VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Santiago de Compostela. Galiza, 18/23 de julho de 2005.

SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Do sublime ao trágico*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

\_\_\_\_\_. *Poesia ingênua e sentimental*. São Paulo, 1991.

SCHLEGEL, Friedrich. *Sobre el studio de la poesia griega*. Madrid: Grefol S.A., 1996.

\_\_\_\_\_. *Sobre o estudo da poesia grega*. São Paulo: Iluminuras, 2018.

\_\_\_\_\_. *Fragmentos sobre poesia e literatura (1797-1803): seguido de Conversas sobre poesia*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

\_\_\_\_\_. *O dialeto dos fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo/; Atual, 2005.

SILVA, Edson Santos. De arribanas a teatros: espaços teatrais em São Paulo no século XIX. *Pitágoras 500*. Campinas, SP, v. 2, p. 83 - 95, 2012.

\_\_\_\_\_. Em busca de um mercado fictício: as casas da ópera na cidade de São Paulo. In: *Todas as Musas*, Ano 01 Número 01 Jul-Dez 2009.

SILVA, David Brendo. *O tempo cíclico e a história linear em Agostinho*. São Paulo: Paulus, 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Tempo. Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SLEMIAN, Andréa. *O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SMITH, William. *Classical dictionary of Greek and Roman. Biography, mythology and geography*. New York: Harper & Brothers, 1884.

\_\_\_\_\_. *Dictionary of Greek and Roman biography and mythology*. Boston: Little, brown and Company, 1867. vol. 1. 2. e 3.

SODRÉ, Néelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Patrícia Aparecida Guimarães de. O desencantamento em Álvares de Azevedo. In: *Cuidado, leitor: Álvares de Azevedo pela crítica contemporânea*. São Paulo: Alameda, 2021.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Os sentidos do tempo: o tempo histórico, filosófico, cotidiano*. São Paulo: Ideias e Letras, 2016.

SOUZA, R. A. de (ED.). *Álvares de Azevedo: Literatura e Civilização em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2016.

SPINOZA, Baruch. *Tratado político*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

STÄEL, Madame de. *Da Alemanha*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

STANFORD, Peter. *A papisa: a busca pela verdade através do mistério da Papisa Joana*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

STURLUSON, Snorri. *Edda em prosa: Gylfaginning e Skáldskaparmál*. USA: Ed. Barbudânia, 2015.

SUETÔNIO et PLUTARCO. *Vidas de César*. São Paulo: Estação liberdade, 2006.

SUZUKI, Márcio. *O gênio romântico*. São Paulo: Iluminuras, 1998.

\_\_\_\_. O belo como imperativo. In: SCHILLER, F. *A educação estética do homem*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

TASCA, Michelle Fernanda. A construção do pensamento historiográfico em Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

TOLEDO, F. Javier Villalba Ruiz de. Los mitos medievales en la obra de John Mandeville. In: *Isimu* (2006): 37-56. Disponível em: [https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/12861/61791\\_3.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/12861/61791_3.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: jan. de 2019.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

\_\_\_\_. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TREVOR-ROPER, H. A invenção das tradições: a tradição das Terras Altas (Highlands) da Escócia. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2017.

VARNHAGEN, F. A. Ensaio histórico sobre as letras no Brasil [1847]. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/ensaiohistorico.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/ensaiohistorico.pdf). Acesso em: 01 de set. de 2020.

VICO, Giambattista. *Ciência nova*. São Paulo: Ícone, 2008.

VILALTA, Adriana Yáñez. El tiempo y lo imaginario. México: FCE, 2011, p. 33.

VOLOBUEF, Karin. *Frestas e arestas. A prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

WEISKEL, Thomas. *O sublime romântico: estudos sobre a estrutura e psicologia da transcendência*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.



WEISS, Jussemar. Guizot e a educação. In: *História da educação*. ASPHE/FaE/EFPel, Pelotas (10): 43-52, Out. 01.

WERKEMA, Andréa Sirihal (org.). *“Cuidado, leitor”*: Álvares de Azevedo pela crítica contemporânea. São Paulo: Alameda, 2021.

WERLE, Marco Aurélio. Winckelmann, Lessing e Herder: estéticas do efeito? *Trans/Form/Ação* São Paulo, 23: 19-50, 2000. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010131732000000100002&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131732000000100002&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: dez. de 2018.

WERLLEK, René. *Teoria da literatura*. Mira-Sintra – Mem Martins: Publicações Europa-América, 1976.

WHITE, Hayden. *Metahistoria: la imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México, D.F.: Fondo de cultura económica, 1992.

\_\_\_\_\_. *Meta-história: A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2019.

WILDSCHUT, Niels. Proteus and the Pyrrhonists. *Historical Change and Continuity in Herder’s Early Philosophy of History*. 2018. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/WILPAT-39>. Acesso em: 31 de ago. de 2020.

WINOCK, Michel. *As vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ZINGARELLI, Nicola. *Lo Zingarelli*. Bologna: Zanichelli Editore, 2019.

## ANEXO

## CAPÍTULO III

**O Brasil de 1849 e 1850: olhares de Azevedo sobre a sua contemporaneidade.**

Quando eu lia meu Dante e Petrarca, Ariosto e Cervantes, e queria conhecer desde o íntimo cada um desses poetas como meu amigo e mestre, era-me agradável considerar cada um como único. Para esse fim procurava tudo o que havia nele, tudo o que à sua volta havia contribuído para a sua formação ou deformação. Todo o mundo dos poetas antes e depois deles desaparecia diante de meus olhos; eu só via a ele. E, contudo, eu era logo lembrado de toda a série de épocas que vieram antes dele, e que se lhe seguiram. O elo da língua, do modo de pensar, das paixões, do conteúdo, o vinculava com muitos, com todos os poetas; pois – ele era um *homem*, e compunha poemas para *homens*. Imperceptivelmente, pois somos levados a investigar o que cada um é em relação a seus semelhantes, dentro e fora de sua nação, o que *sua* nação é em relação a outras nações, que a precederam ou sucederam: e assim uma cadeia invisível nos puxa para o pandemônio, para o reino dos espíritos.

Herder, *Briefe zur Beförderung der Humanität*.

Qual é o homem que, por natureza, teria a alma bastante baixa para preferir depender dos caprichos de um de seus semelhantes a seguir as leis que ele próprio contribuiu para estabelecer, se a nação lhe parecesse ter as virtudes necessárias para fazer bom uso da liberdade? Penso que não existem nenhum. Os próprios déspotas não negam que a liberdade seja excelente; mas a querem apenas para si mesmos e sustentam que todos os outros são totalmente indignos dela. Assim, diverge-se não quanto à opinião que se deve ter sobre a liberdade e sim quanto ao valor maior ou menor que se atribui aos homens; e por isso se pode dizer de modo rigoroso que o gosto que se demonstra pelo governo absoluto está diretamente relacionado com o menosprezo que se professa por seu país.

Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução*.

Perdoai-lhe, Senhor! Quando na história/ Vedes os reis se coroar de glória/ Não é quando no sangue os tronos lavam/ E envoltos no seu manto prostituto/ Olvidam-se das glórias que sonhavam!/ Para esses – maldição! que o leito cavam/ Em lodaçal corrupto!/ Nem sangue de Ratcliffs o fogo apaga!/ Que as frentes populares embriaga,/ Nem do herói a cabeça decepada/ Imunda, envolta em pó, no chão da praça,/ Contraída, amarela, ensanguentada,/ Assusta a multidão que ardente brada/ E tronos despedaça!

Azevedo, *Poesias completas*.

## 1 - O discurso do dia 11 de agosto de 1849: a missão da academia e dos acadêmicos

O discurso de Álvares de Azevedo proferido na sessão acadêmica da Faculdade de Direito de São Paulo, do dia 11 de agosto de 1849, faz parte das comemorações de aniversário dos cursos jurídicos no Brasil, instituídos em 11 de agosto de 1827. Na celebração desta data, em meio aos diversos benefícios elencados acerca da academia, o orador ressalta que a criação de cursos de ensino superior em terra pátria representa um marco importante de toda uma época.

Em linhas gerais, Azevedo traça, em seu discurso, a cronologia das corporações acadêmicas, desde a Idade Média e tardiamente em terras brasileiras, fala dos avanços das civilizações, das histórias e da política. Trata-se de um discurso comemorativo e nele o escritor paulista atribui uma missão às academias e aos acadêmicos, ressalta que a eles cabem a posição de vanguarda no país<sup>697</sup>. Como afirma Cunha, o texto traz uma clara missão aos letrados, assim como uma definição dramática de história.

Em seu discurso proferido no dia 11 de agosto de 1849, destinado à comemoração dos cursos jurídicos no Brasil, o orador se concentra na ‘missão civilizadora’ de acadêmicos e letrados em favor da construção do porvir nacional, literário e filosófico. O texto define o fluxo da história de uma nação como resultado de conflitos e da fusão de diferentes povos locais no palco do drama da história<sup>698</sup>.

Na alocução, Azevedo compartilha com seus ouvintes a ideia sobre a academia enquanto lugar de formação de uma frente de intelectuais, o corpo acadêmico, como resposta ao progresso nacional, tendo como dianteira o uso da literatura<sup>699</sup>. O orador realiza então uma equivalência entre a função dos intelectuais, os literatos, vendo-os como parte de uma mesma ação prática transformadora<sup>700</sup>.

Azevedo, empolgado, estimula então a juventude a ir à luta e a desenvolver o progresso literário no Brasil. A ideia é de que a literatura e as artes em geral contribuem para o incremento da vida espiritual de um povo, bem como alarga a inteligência coletiva. A incumbência dessa tarefa de melhorar e mesmo “civilizar” o país seria dada assim aos jovens estudantes por meio

---

<sup>697</sup> Para o escritor paulista, a academia nacional constitui o lugar de nascimento de uma nova categoria social, os acadêmicos enquanto filhos legitimados da América.

<sup>698</sup> CUNHA, 2021, p. 53.

<sup>699</sup> As implicações que daí provinham eram que os estudantes tinham não somente o papel a desempenhar na transformação do país enquanto nação autônoma culturalmente, mas também o de regeneração sobre as políticas decadentes de meados do século XIX.

<sup>700</sup> Creemos que ele está pensando também nos exemplos dos iluministas que foram essenciais na queda do Antigo Regime.

da arte e do desenvolvimento da ciência. Segundo Cunha, “[...] o Discurso de 11 de agosto aborda a possibilidade de sistematizar a nacionalidade da literatura produzida no Brasil [...]”.<sup>701</sup>

Ora, metaforicamente, é possível tomar a universidade como um farol em meio à densa neblina, principalmente se considerar a citação do poema de Bouchard utilizado como epígrafe desse discurso de 1849. No discurso, Azevedo parte do pressuposto de que há uma decadência estruturada no país, não somente na educação, na literatura, mas sobretudo no campo da política, ao se ver, estagnada pelo mal-uso do poder em que uma elite de dirigentes velhos nada faz para de fato mudar os males que assolam o povo brasileiro. Haveria, portanto, uma decadência que os jovens estudantes, a exemplo daqueles barqueiros de *L’avenir politique en 1837* de Bouchard, são chamados a ver<sup>702</sup>.

Contudo, no texto, predomina menos o historiador e mais o exercício poético da linguagem, ainda que seja um texto de celebração. Na sua preleção, o escritor paulista usou bastante o recurso da ironia ao expressar as suas ideias. Em sua exposição, ele, por exemplo, afiança que não trataria da incumbência de ações políticas dos acadêmicos, mas logo em seguida, ele expressa o peso das sociedades secretas e o desempenho dos estudantes na contribuição da queda do Antigo Regime, como ocorreu com a Revolução de 1848 na França. Como a ironia articula o contrário do que o pensamento afirma – isto é, “[...] o princípio formal da ironia, capaz de articular dialeticamente contradições numa estrutura mais inclusiva, cuja força expressiva reside justamente na ampliação dos significados associados, numa cadeia poderosa de ideias ao mesmo tempo oponentes e afins”<sup>703</sup> –, o orador, quando profere que não dirá o que está sendo dito, assegura que a missão do corpo acadêmico é fazer a revolução, derrubar regimes<sup>704</sup>.

Além do uso da ironia, o orador se valeu largamente do recurso de metáforas em diversos momentos de sua fala. Dentre elas, destacamos “tragédias do Povo-rei”, uma metáfora bastante pertinente às colocações política do poeta, visto que coloca a figura do povo como rei e evidencia o seu distanciamento crítico ao regime monárquico, ou a “águia bicéfala da Áustria”, a águia de duas cabeça que compõe o brasão e a bandeira da monarquia de Habsburgo, em

---

<sup>701</sup> CUNHA, 2021, p. 55.

<sup>702</sup> A pesquisadora Patrícia Gonçalves também trabalha com esse poema de Bouchard em sua tese.

<sup>703</sup> ARRIGUCCI JR., Davi. *Humildade, paixão e morte: A poesia de Manuel Bandeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 114.

<sup>704</sup> Outro exemplo de interrogação dissimulada, com vistas a provocar o surgimento de ideias e dizer o contrário do que pensa, encontramos nas passagens em que o locutor conta sobre o “alto preço” das ações revolucionárias, embora haja vitória “os lauréis bélicos tem muita orvalhada de sangue” AZEVEDO, 2000, p. 752. Ora, Azevedo disse que não iria tratar de encargo aos acadêmicos, mas põe bem diante do ouvinte, imagens visuais e auditivas fortes de luta como o “bafo dos soluços da agonia no campo vermelho das lides” e os “trons da guerra”, isto é, ele faz o contrário e arrasta os interlocutores justamente para o campo de batalha.

referência a essa família e ao seu império na Europa, bem como a perda de seu poder pela Europa, assim como uma alusão direta da queda do Antigo Regime na França. Ele então faz menção aos franceses, alemães e italianos, bem como das diversas tentativas de liberdade de regime na França e unificação do território na Alemanha e na Itália, às vezes iniciadas e fracassadas.

Não há como negar que o orador está no discurso de 1849 entusiasmado com as revoluções<sup>705</sup>. Mesmo porque, em 1848 já havia ocorrido grandes revoluções, tidas como a primavera dos povos, em diversos países no mundo, inclusive em solo pátrio como a Revolução Praieira.

O som das Revoluções que ocorreram na Europa se fez ouvir no Brasil, seja na concretude da Revolução Praieira, seja na movimentação dos trabalhos dos intelectuais. Há nessa época publicações como *O libelo do povo* de Torres Homem e *A cartilha do povo* de Abreu e Lima. O discurso de 1849 de Azevedo integra esse rol de ideias que por aqui se faziam ouvir acerca da autocracia dos governos.

O texto de Abreu e Lima evidencia o absolutismo no Brasil e mostra que embora o regime de governo continuasse o mesmo no país, no Rio de Janeiro, a centralização de poder que se fazia no início da década de 40, também já demonstrava ao final dela o começo de sua decadência.

Essa concentração do poder no Rio de Janeiro gerou desgostos muito pronunciados. A decidida proteção aos portugueses irritou sobremaneira os filhos do país, e a reação apareceu em Pernambuco; mas prematura, sem ordem, sem nexos, sem plano, e sem prudência: foi o espírito de província contra o espírito da Corte, foi o instinto da nacionalidade contra a supremacia dos aventureiros. Todavia sucumbiu Pernambuco no meio da guerra civil: nem o povo nem as ideias estavam sazoadas. Triunfou a Corte? Sim, por enquanto, mas daí data a decadência do poder absoluto no Brasil. Desde aquela época a concentração administrativa no Rio de Janeiro constituiu a fraqueza do poder<sup>706</sup>.

Na sequência de seu discurso, o orador conta que quando os gregos se reuniam nos estádios olímpicos para glorificar os semideuses, os bardos trovavam líras com a luz da inspiração para recordarem o passado dos helenos, para que pudessem rememorar as gerações

---

<sup>705</sup> No que concerne à temática do discurso, nos parece que há uma aplicabilidade política declarada nele. Tanto que Azevedo escolhe como epígrafe de seu discurso um verso de Bouchard, do poema *L'avenir politique en 1837*, que é uma ode ao futuro político do mundo, também resposta ao poema *Utopie* de Lamartine. Cremos que há uma intencionalidade por parte do escritor brasileiro, que se fará ver por todo o conteúdo do discurso, sobre a efetiva atuação política dos acadêmicos em solo nacional. Valendo-se do verso de Bouchard “Filho dos mares, você não vê nada lá”, o tribuno expressa a possibilidade de ver/haver algo à frente, como talvez uma “revolução”. Nossos agradecimentos à pesquisadora Patrícia G. de Souza, também orientanda da Prof. Dra. Cilaine Alves Cunha, pelo compartilhamento de uma tradução para o português dos poemas *L'avenir politique en 1837* de Bouchard e *Utopie* de Lamartine.

<sup>706</sup> LIMA, 1849, p. 66-67.

heroicas das eras perdida. Ora, trata-se de uma tópica altamente disseminada no Romantismo, em que a história de um povo se encontra depositada nas produções artísticas de seus maiores escritores. O gênio, nessa ótica, encarna o espírito coletivo da nação, do passado e do presente. Azevedo sugere então a comparação: se aos poetas gregos cabia lembrar o passado, aos oradores do corpo acadêmico cabe evocar as instituições do passado e do presente, como a fundação da Faculdade do Largo de São Francisco.

Senhores! – Quando lá na mãe-pátria das civilizações modernas, a progênie dos Helenos se acercava dos estádios olímpicos a glorificar o aniversário da instituição do semideus dos mitos heroicos da Grécia, – era nesse dia revivido das santas recordações do passado, que entre a mudez das multidões absortas, com a fronte erguida, assombrada de louros e o olhar soberbo de ufanias – os bardos do Povo trovavam das líras e com a luz da inspiração iam acordar, dentre seus sudários de mármore, as gerações heroicas sumidas na negridão das eras perdidas. Se era, porém, sublime o assunto das inspirações líricas nos anfiteatros de Olímpia, [...] não menos nobre, senhores, é a tarefa dos oradores do Corpo Acadêmico<sup>707</sup>.

Ora, se na Grécia, “mãe-pátria das civilizações modernas” os bardos cantavam as glórias do passado, no Brasil os poetas também poderiam cantar as suas. Nesta ótica, cabe ao orador da Academia “ceifar palmas de glória” não somente ao passado remoto, mas também de lembranças de vitórias contemporâneas: “Temo-los também nossos combates giganteus, nossas pelejas imensas [...]”<sup>708</sup>. Estudante e poeta, Azevedo “canta” assim os anos de fundação da faculdade de direito no Brasil, embora não houvesse muito que despertar, como diz, dos “sudários de mármore as gerações heroicas” em uma nação nova.

No entanto, o orador tenta incentivar à sua época um tipo de luta, a da inteligência, a do pensar, como possibilidade de transformação do cenário histórico e social do Brasil, a partir das universidades. Azevedo ressalta então a “missão” ao corpo acadêmico, ainda que de natureza literária e científica. É a partir desse momento que ele mostra o seu objetivo, olhar para o presente, mas ao mesmo tempo ter o futuro em aberto. Ora, o escritor paulista evidencia não somente o passado e o presente, mas o futuro. A possibilidade de, a partir do presente, pensar o futuro como probabilidade do real, desde que posto em movimento aquela missão.

O futuro é o que está por ser ou, em geral, o ser possível a partir do presente. Somente o presente existe; e o futuro deve ser compreendido a partir do presente. A partir do presente, a realidade é vista, com relação ao futuro, em forma de antecipação. [...] Como antecipação de um possível real: neste caso, o futuro é uma possibilidade real<sup>709</sup>.

<sup>707</sup> AZEVEDO, 2000, p. 751.

<sup>708</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>709</sup> CRUZ, 2007, p. 92-93.

Álvares de Azevedo formula uma falsa modéstia para captar a benevolência do auditório<sup>710</sup> e, assim, possivelmente aceitarem as suas ideias. Reconhecendo a sua suposta fraqueza para se erguer “a sublimidade de tão alta missão”, isto é, tratar do surgimento da academia no Brasil, o orador pede aos espectadores “deferências e desculpas” para o possível acanhamento de sua incumbência. Contudo, o que vemos em sua fala é uma tentativa de comparar a magnitude dos assuntos que eram pelos bardos gregos com o assunto que o orador busca tratar. Ora, o poeta diz sucumbir ao peso da força de grandeza da tarefa, pois essa tarefa sobreleva-lhe, isto é, vai muito além dos meios dele, por isso a antítese se faz completa.

Mas, senhores, se tamanha existe a paridade na magnitude dos assuntos a antítese é completa entre aqueles *poetas sovranos*, no dizer de Dante, cisnes – reis de delirantes harmonias, que acesos de inspiração, absorviam no turbilhão de suas dulas as almas heroicas das pasmas turbas da Grécia – e esse, senhores, que sucumbindo à grandeza de um empenho que de tanto lhe sobreleva os meios, e com o íntimo reconhecimento de sua fraqueza para erguer-se à sublimidade de tão alta missão – vem pedir-vos deferência e desculpas para o acanhado desempenho de sua incumbência<sup>711</sup>.

Nas comparações entre eras passada e contemporânea, Azevedo teve a preocupação, no momento de seu discurso, de não desmerecer a possível beleza do presente, visto que caberia a esse período de combates e ações pela evolução política e social do país, mas ainda assim já estava em curso, nos trabalhos históricos e literários do IHGB financiado pelo Império, a pretensa grandeza da nação. Embora as lutas do passado envolvessem combate corpo a corpo, a força bruta, na época de Azevedo, caberia uma outra batalha, a que deveria ser realizada pela argúcia, pelo intelecto. Ora, trata-se de uma missão nem tão nova, Madame de Stäel em *Da Literatura* e Gonçalves Dias em *Meditação* já tinham tratado do tema, mas na pena de Azevedo, direcionada explicitamente aos acadêmicos, aos jovens filhos herdeiros desta América.

No percurso das transformações social, cultural e intelectual que ocorreram desde o final do século XVIII e meados do XIX, na Europa, destacam-se dois grupos que fomentam a sociedade, a juventude e os letrados. Segundo Hobsbawm, eram jovens socialmente deslocados e artistas profissionais que compunham um segmento bastante expressivo naquele período romântico. Filhos das academias, esses rapazes na faixa etária dos 20 anos, criaram uma enorme produção literária. No entanto, nutridos pelas ideias do Romantismo, muitos deles se ressentiram com o *establishment* da sociedade burguesa.

[O Romantismo] Sem dúvida sua apaixonada, confusa, porém profunda revolta contra a sociedade burguesa se devia aos interesses egoístas dos dois grupos que lhe forneciam suas tropas de choque: os jovens socialmente deslocados e os artistas

<sup>710</sup> “O Exórdio, que já fica definido e ao qual chama os gregos de *Proemium* tem por fim próprio conciliar a benevolência, atenção e docilidade dos ouvintes. [...] Insinuar que são grandes novas, de suma importância ou que parecem incríveis as coisas que havemos de dizer [...]”. SANTO ANTÔNIO, Frei Sebastião de. *Ensaio de retórica*. Porto Alegre: Instituto Hugo de São Vítor, 2020, p. 29-30.

<sup>711</sup> AZEVEDO, 2000, p. 751.

profissionais. Nunca houve um período para jovens artistas vivos ou mortos, como o período romântico: as *Baladas líricas* (1789) foram obras de homens com 20 e poucos anos de idade; Byron tornou-se famoso da noite para o dia aos 24 anos, idade em que Shelley já era famoso e em que Keats já estava quase em sua cova. A carreira poética de Victor Hugo começou com 20 anos, a de Musset, aos 23. Schubert escreveu *Erlkoenig* aos 18 anos, morrendo aos 31. Delacroix pintou o *Massacre de Chios* aos 25 anos e Petoefi publicou seus *Poemas* aos 21. Uma reputação não obtida ou uma obra-prima não produzida até os 30 anos é uma raridade entre os românticos<sup>712</sup>.

Há nesse período, final do XVIII e meados do XIX, não só uma arquitetura em torno do mito da juventude<sup>713</sup>, da valorização do talento desse grupo, como da oposição desses moços aos velhos filisteus que compunham a burocracia do Estado. De um lado, a injustiça e falta de espaço aos jovens socialmente deslocados, do outro o não querer pertencer a um grupo que embora incluso se vê absorvido pelo trabalho, pela vida adulta que aliena e tolhe a inspiração poética. Ainda assim, os estudantes, desde a criação das universidades, obtiveram pela primeira vez um papel fundamental nos movimentos políticos.

A juventude – especialmente a estudantil ou intelectual – era o seu *habitat* natural; foi durante este período que o Quartier Latin de Paris voltou a ser, pela primeira vez desde a Idade Média, não só o lugar onde se encontrava a Sorbonne, mas um conceito cultural e político. o Contraste entre um mundo na teoria totalmente aberto ao talento e, na prática, com cómica injustiça, monopolizado pelos burocratas sem alma e barrigudos filisteus, clamava aos céus. As sombras da prisão – o casamento, a carreira respeitável, a absorção pelo filisteísmo – envolvia-os, e os pássaros da noite na forma de seus antecessores lhes agouravam (com frequente precisão) sua inevitável sentença, como o registrador Heerbrand na obra de T. A. Hoffmann, *Goldner Topf*, predisse (“sorrindo maliciosa e misteriosamente”) o pavoroso futuro de um conselheiro da corte para o poético estudante Anselmo<sup>714</sup>.

Segundo Hobsbawm, a revolta dos jovens contra os velhos não configura uma universalidade, é antes um reflexo de uma sociedade, é fruto de uma revolução. No entanto, de acordo com o historiador, esse contraste juventude e velhice foi incorporado ao movimento literário.

Byron tinha o espírito bastante iluminado para prever que só a morte extemporânea tinha a possibilidade de salvá-lo de uma “respeitável” velhice, e A. W. Schlegel demonstrou que ele estava certo. Claro que nada havia de universal nesta revolta dos jovens contra os mais velhos. Não era senão um reflexo da sociedade criada pela revolução dupla. Ainda assim, a forma histórica específica desta alienação certamente coloriu uma grande parte do Romantismo<sup>715</sup>.

Ainda que o contraste criado entre jovens e velhos não fosse uma proporção universal, ainda sim, na adesão ao movimento romântico, a juventude funcionava naquele momento como um antídoto aos filisteus.

<sup>712</sup> HOBBSAWM, E. *A era das revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 401.

<sup>713</sup> Wagner Camilo e Cilaine Alves tratam do tema.

<sup>714</sup> HOBBSAWM, op. cit., p. 401-402.

<sup>715</sup> Ibidem, p. 402.



A juventude e os “gênios” mal compreendidos produziam a reação romântica contra os filisteus, a moda de atormentar e chocar os burgueses, a ligação com o submundo e a boemia (termos estes adquiriram sua atual conotação durante o período romântico), o gosto pela loucura ou por coisas normalmente censuradas pelos respeitáveis padrões e instituições. Mas isto era só uma pequena parte do Romantismo<sup>716</sup>.

Os padrões e instituições foram, por ela, colocados em xeque. Questiona-se o *status quo*. Alexandre Herculano, não tão jovem quando escreveu seu texto tratando da literatura em Portugal e no Brasil, perguntava acerca da ocupação dos rapazes na sociedade que não se deu. Álvares de Azevedo, nesse discurso de 1849, busca oportunizar um lugar de destaque para os jovens americanos.

De volta às comparações entre eras passada e contemporânea, no discurso, ao olharmos para expressões como “às névoas dúbias de tempos fabulosos” e “eras contemporâneas sobram-nos vitórias”<sup>717</sup>, acreditamos que elas são bastante oportunas no desenvolvimento das ideias azevedianas sobre o passado e o presente. Primeiro, o vocábulo “dúbias” empregado no sentido de que aqueles grandes momentos do passado é quase obscuro e inacessível ao presente<sup>718</sup>; segundo, mostra uma oposição entre passado e presente que contribui para perceber que a história não é “mestra da vida”. Os feitos se foram e a própria luta diária, a existência na contemporaneidade é grandiosa<sup>719</sup>, afinal dentre as diversas peculiaridades que se constituíam no Brasil do Dezenove, a maior empreitada é que uma nação livre e independente política e literariamente estava se formando.

Sem remontar-nos às névoas dúbias de tempos fabulosos, sem irmos a ceifar palmas de glória nos feitos de um passado remoto, nas eras contemporâneas sobram-nos vitórias por lembrar nesse dia. Temos-los também nossos combates gigantes, nossas pelejas imensas – mas o que lá era a força, aqui é a inteligência – o que lá era braço, aqui é a cabeça<sup>720</sup>.

Azevedo usa os vocábulos “vitórias”, “combates”, “pelejas”, todos eles do campo semântico pertencente às guerras, para tratar da trajetória histórica da sua contemporaneidade.

<sup>716</sup> HOBSBAWM, 2020, p. 404.

<sup>717</sup> Há ainda a ideia de que não se trata de história como ensinamento, pois o vocábulo “dúbias” refere-se aos “tempos fabulosos”, ora, a palavra “fabuloso” tanto se alude ao que é admirável e incrível (o exercício da glória dos povos gregos) quanto ao que é imaginário e lendário.

<sup>718</sup> Nesse sentido, ao empregar a adjetivação “dúbia” e “fabuloso” ao tempo, Azevedo está empregado no sentido de que o passado está envolto por névoas de dubiedade, quase obscuro, inacessível. É a concepção de Herder que o passado é um caos quase inacessível ao presente.

<sup>719</sup> Para Azevedo, pensar que a sociedade da Contemporaneidade seria mais complexa que a sociedade da Antiguidade, no sentido da diversidade de tempos, espaços e mesmo de acontecimentos revolucionários. Se olharmos para a produção literária de um Sófocles, Eurípides e Esquilo, elas, de acordo com Herder, divergem de uma produção como foi a de Shakespeare justamente pelo modelo de sociedade. Herder em seu ensaio “Shakespeare” diz que, a grosso modo, naquele tempo heleno havia uma “simplicidade” nas relações humanas que não se vê mais na época do escritor inglês, pois as classes sociais se multiplicaram, as relações interpessoais se intensificaram e tornaram-se complexas.

<sup>720</sup> AZEVEDO, 2000, p. 751.

Porém, o escritor ao referenciar as academias de seu presente diz que embora acredite que elas possuam “missão política”, ele não viria memorar a “influência universitária” no “progresso e na civilização”. Uso bem planejado da ironia, o orador mostra sim os seus propósitos políticos em sua fala pela exaltação da missão das academias no desenvolvimento e transformação do curso da história que foram postos em diversos lugares da Europa e que por terras pátrias também ocorreria, ainda que de forma diversa como ele mesmo propõe. Ou seja, uma revolução pelas letras.

O uso da ironia permite a Azevedo, embora dizendo que não adotaria a política como assunto, uma incursão pelo mundo das revoluções. Em todo o quarto parágrafo do discurso de 1849, o escritor trata de lutas e conflagrações. Ele começa falando sobre a Revolução Francesa, as associações germânicas, e timidamente, mas muito representativa da menção à revolução de 1848, em que os estudantes franceses com seu grito republicano se opuseram a Luís Felipe I e venceram. Azevedo também aborda no parágrafo as lutas contra o Império da Áustria e as derrotas desse mesmo reino. Ele menciona os movimentos de independência e de criação de um Estado central na Itália, e a luta pela organização de uma única Alemanha.

Senhores! Fora um belo ponto de vista encarar as Academias com a sua missão política; mostra-vos a influência universitária exercida no progresso e na civilização. Mas eu não virei hoje memorar entre os fatos acadêmicos esse impulso da vanguarda dos séculos – turma brilhante de jovens, representantes do porvir. – Digam-vos outros os anais das sociedades secretas de Iluminados que fizeram a Revolução francesa, das associações germânicas dos Cavaleiros Negros, dos Mantos vermelhos, dos Charlottenburgo e da Banda Preta, cujas ideias de centralização hoje repercutem entre os aplausos populares pelas velhas cidades feudais da mística Teutônia; – dessas comparações de estudantes que ergueram nas ruas e praças de Paris o brado republicano que hoje aí revoa troante e abalador pela Europa inteira – ou, enfim, dessas sessões de Carbonário, protesto veemente da velha terra onde decorreram as tragédias do Povo-rei, contra o domínio prepotente da águia bicéfala da Áustria – mal resfriada cinza no solo das Nações italianas – sociedade que contaram em si tantas celebridades literárias, tantos mártires que foram a ter o seu Gólgota pela liberdade nos cárceres negros do *Spiegelberg*<sup>721</sup>.

Há um outro fator relevante na citação que podemos observar no texto de Azevedo, é que ele ao tratar das “Nações italianas” coloca os mártires que lutavam contra a tirania do Império austríaco ao lado dos literatos famosos. Em outros termos, ele deixa no mesmo patamar os autores e os revolucionários, o que é muito sugestivo, pois ele defende que se faça revolução em seu país, por meio das letras. Além disso, o orador também utiliza duas palavras do campo semântico cristão “mártires e Gólgota”, para falar daqueles lutadores que sofreram nos cárceres “negros” da prisão de Spiegelberg, como o próprio Cristo teria sofrido no calvário. Os termos sugerem uma associação do pensamento de liberdade e igualdade com o Cristianismo. Segundo

---

<sup>721</sup> AZEVEDO, 2000, p. 752.

Azevedo, a nova religião foi o primeiro gonfaloneiro da liberdade e da igualdade aos mártires da Roma imperial.

Não há como negar que Azevedo se mostra bastante empolgado ao falar das ideias de “centralização” e independência das cidades Estados alemãs e dos reinos italianos. A preocupação do escritor paulista acerca da formação de Estados independentes, fosse alemão ou italiano, aparenta, para nós, uma preocupação própria da formação do Estado brasileiro e do próprio Regime de governo adotado no país. Por outro lado, se as tarefas políticas do Estado francês, mencionado no discurso de Azevedo, pertencem aos franceses, assim como a revolução de 1848 pertence aos anais dos estudantes franceses, às instituições educacionais, às sociedades secretas e ao povo que já fez grande avanço político por meio das insurgências; ainda assim, as revoluções oferecem exemplos aplicáveis a outros povos e outras nações. Desde a Revolução Francesa, o grito republicano já era realidade na Europa. Ou seja, “[...] a República romana parecia um fracasso até se reencarnar na Revolução Francesa”<sup>722</sup>.

Ainda que muitos países europeus tenham levado certo tempo para diminuir a ‘importância’ da primeira conflagração e tenham restabelecido o absolutismo<sup>723</sup> no pós-Revolução, ainda assim, de acordo com Hobsbawm, esses governantes temiam uma expansão “franco-jacobina”. O revolucionário, segundo o historiador, tornou-se endêmico na Europa e os dirigentes dessas nações, mesmo tendo reimplantado regimes despóticos, não puderam conter outros levantes no pós-1815. Entre os anos de 1815 e 1848 outras três ondas revolucionárias assolaram o ocidente.

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como o modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira; até mesmo os britânicos, que não simpatizavam com os absolutismo reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo. Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848<sup>724</sup>.

<sup>722</sup> SAFATLE, Vladimir. Luta armada por subtração. In: MARIGHELLA, Carlos. *Chamamento ao povo brasileiro e outros escritos*. São Paulo: Ubu Editora, 2019, p. 17.

<sup>723</sup> “A ascensão napoleônica, que culminou em 1805 com a proclamação do Império, e as campanhas militares, que puseram Europa sob ferro e fogo e subverteram toda a estrutura política e social do velho continente, instaurando novo despotismo, fizeram ruir por terra todos os resíduos de esperanças iluministas que ainda restavam”. REALE, G. ANTISERI, D. *História da filosofia, 5: Do Romantismo ao Empirio-criticismo*. São Paulo: Paulus, 2005.

<sup>724</sup> HOBBSAWM, 2020, p. 179-180.

Ainda que movimentos<sup>725</sup> contra revolucionários tenham ocorrido na Europa e o recrudescimento do regime de governo autocrático<sup>726</sup> tenha ocorrido, especificamente na França de 1830, ao menos diversas reformas estavam em curso e todo um processo de maturação já havia sido posto em andamento no campo burocrático, educacional e de informação<sup>727</sup>. Embora, no campo político, o processo democrático tenha sido interrompido com a restauração da monarquia francesa, o ano de 1847 e a Revolução de 1848<sup>728</sup> foram um marco de bem sucedida tomada de poder pelo povo. Para Agulhon, essa sublevação foi a vontade de reviver e de revelar por completo o potencial humano levantado nas revoluções de 1789, de 1792 e de 1830.

Assim, nesse e em tantos outros domínios a que já nos referimos – patriotismo, trabalho administrativo, instrução primária pública, progresso das comunicações, primeiros impulsos industriais –, o regime surgido em 1830 promovera ou acelerara um verdadeiro processo de maturação (seria o caso de dizer aculturação?) da sociedade francesa profunda; mas tal crescimento voltava-se contra o regime, ou contra aquilo em que Guizot transformara o regime. A ânsia de reforma sensível em 1847 foi a aspiração mais ampla, mais forte e popularizada de reviver e prolongar o “movimento” de 1830, rompido a partir de 1832. Assim também o Espírito de 1848 foi a vontade de dar novo ânimo ao espírito das revoluções de 1789, 1792 e 1830 – cujo conteúdo humano potencial ainda não foi revelado por completo<sup>729</sup>.

No Brasil, a Revolução Praieira, de caráter republicano, encabeçada pelos liberais, segue o fluxo da primavera dos povos de 1848. Pernambuco entra no espírito de luta coletivo, “[...] no sertão fervem os ânimos, alastra-se o espírito de revolta”<sup>730</sup>, há união de diversos segmentos

<sup>725</sup> “Os principais soberanos da Alemanha, reunidos em Pillnitz em 1791, proclamam, é bem verdade, que o perigo que ameaça a realeza na França é comum a todos os antigos poderes da Europa e que todos estão ameaçados juntamente com ela; mas no fundo não acreditam em nada disso. Os documentos secretos da época revelam que a viam apenas como hábeis pretextos com os quais mascaravam seus desígnios ou os coloriam para os olhos da multidão. Mas eles pessoalmente sabem muito bem que a Revolução Francesa é um acidente local e passageiro do qual só precisam tirar partido. Com esse intuito concebem planos, fazem preparativos, contraem alianças secretas, brigam entre si ao verem essa presa próxima, dividem-se, reaproximam-se; preparam-se para quase tudo, exceto para o que vai acontecer”. TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015, p. 15.

<sup>726</sup> “Pois a Revolução teve duas fases bem distintas: a primeira, durante a qual os franceses parecem querer abolir tudo do passado; a segunda, em que vão retomar nele uma parte do que haviam deixado. Há um grande número de leis e de hábitos políticos do Antigo Regime que assim desapareceram subitamente em 1879 e ressurgem alguns anos depois, como alguns rios se afundam na terra para reaparecerem um pouco adiante, mostrando as mesmas águas para novas margens”. Ibidem, p.7.

<sup>727</sup> As reformas educacionais empreendidas por Guizot reverberaram como possibilidades de pensar a educação em diversos lugares do ocidente.

<sup>728</sup> “A República contava também com muitos adeptos no Quartier Latin, entre ‘a juventude das escolas’. Na época, proclamar-se republicano naquele bairro era o mesmo que viria a ser, mais tarde, dizer-se de ‘esquerda’ ou ‘revolucionário’: algo bastante confuso, bastante diversificado, mas também muito profundo e quase instintivo. Recorde-se o grupo de jovens ao mesmo tempo tão diferentes e tão unidos, que Flaubert descreve no início de *L’éducation sentimentale*”. AGULHON, Maurice. *1848, o ano de aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 30.

<sup>729</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>730</sup> SEGISMUNDO, Fernando. *História popular da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1949, p. 22.

da sociedade pernambucana, “[d]os engenhos saem famílias inteiras a batalhar; pelos caminhos os contingentes vão se engrossando com a adesão entusiasta das vítimas dos proprietários de terras. Declarada a guerra civil, contando os praieiros com gente ao norte e ao sul da província, os deputados liberais resolvem, afinal, aderir ao movimento, procurando dar-lhe direção, finalidade”<sup>731</sup>.

Quase ao findar a primeira metade da centúria, voltam os pernambucanos a empunhar armas em prol dos interesses e princípios porque sempre se bateram – a defesa do povo contra a ganância dos negociantes portugueses, a extinção do latifúndio e a implantação do regime republicano. Ocorreu a nova tentativa em 1848, passando à posteridade com o nome de *Revolução Praieira* e na qual, uma vez mais, se repetiram atos sem conta de abnegação e heroísmo. Legítimos herdeiros daqueles antepassados que expulsaram da terra os flamengos e enfrentaram os portugueses, em diversas ocasiões, infringindo-lhes graves revezes, *os praieiros*, tendo à frente Pedro Ivo, Borges da Fonseca, Nunes Machado e Abreu e Lima, cobriram-se de glória e projetaram seu nome pelos rincões da pátria<sup>732</sup>.

Ora, as revoluções europeias, principalmente a de 1830 e a de 1848, que eram acompanhadas em diversas partes do mundo pela elite intelectual, serviram de centelha para se pensar a política e o regime de governos, assim como sobressair os atores envolvidos nesses levantes. Essas revoluções, além das pautas de lutas postas, deram renomes não só aos setores sociais envolvidos na conflagração da sublevação, mas também aos específicos grupos sociais como os estudantes da Revolução de 1848.

Azevedo, no quarto parágrafo do discurso de 1849, faz todo um inventário dos envolvidos nas Revoluções. Porém, entre travessões aparece uma corporação que é matéria de seu discurso, ele dá destaque aos acadêmicos e ao papel dos universitários na sociedade enquanto agente de transformação. “[...] [D]essas corporações de estudantes que ergueram nas ruas e praças de Paris o brado republicano que hoje aí revoa troante e abalador pela Europa inteira[.]”<sup>733</sup>

O papel desempenhado pelo bacharel na sociedade brasileira<sup>734</sup> foi amplamente aceito pelos estudantes de direito. Esse personagem “[...] foi um tipo social necessário, foi o intelectual do tempo, e de resto fez também a marcha de nossas mudanças [...]”<sup>735</sup>. Certamente, os acadêmicos tinham clara a missão, tanto que Azevedo expôs em seu discurso, de ser a vanguarda do país e possivelmente fazer a revolução. Os “[e]studantes faziam jornais efêmeros,

<sup>731</sup> SEGISMUNDO, 1949, p. 44.

<sup>732</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>733</sup> AZEVEDO, 2000, p. 752.

<sup>734</sup> Sérgio Adorno tratou extensivamente do bacharel em *Os aprendizes do poder o bacharelismo liberal na política brasileira*. Vagner Camilo abordou o assunto em seu texto “Álvares de Azevedo, o Fausto e o mito romântico do adolescente no contexto político-estudantil do segundo reinado”. Nelson Saldanha também falou da temática em *História das ideias políticas no Brasil*.

<sup>735</sup> SALDANHA, Nelson. *História das ideias políticas no Brasil*. Recife: Imprensa Universitária, 1968, p. 53.

intervinham nos debates oficiais, praticavam a vanguarda (como hoje se diria) literária, assanhavam polêmicas”.<sup>736</sup>

A vida estudantil também aproveitava a forma do jornalismo para viver sua dimensão discutidora e fazer as vezes de instância judicial, pronunciando-se sobre tudo, ou de participante um tanto arreliada dos embates nacionais, metendo-se, propondo coisas, ensaiando futuros parlamentares. Com isso, é verdade, a juventude acadêmica tomava um gosto excessivo pelo palavreado, pelo lado oratório dos temas [...] <sup>737</sup>.

Helder Garmes, em seu livro *O romantismo paulista*, apontou de modo bastante meticoloso todas “as imbricadas relações entre política e literatura”, assim como a relação entre a “civilização e Academia”. Ou seja, os acadêmicos, que partilhavam de um modelo de história e de filosofia<sup>738</sup>, enquanto elite dirigente, encabeçam o ideal de um papel missionário bastante patente entre os jovens estudantes, a missão de transformar o país por meio de uma revolução.

No discurso, especialmente quando elogia a queda do Antigo Regime, os conflitos e tentativas de unificação da Alemanha e Itália pelas associações estudantis, Azevedo, indiretamente, estimula os seus ouvintes a empreenderem uma revolta armada pela derrubada da monarquia no Brasil.

Ao revisitarmos todo o quarto parágrafo do discurso, os fatos históricos ali narrados são muito significativos para a plateia e principalmente para Azevedo. O escritor brasileiro oferece diversos exemplos de ações revolucionárias, a começar com a queda da monarquia na Revolução de 1789, a atuação das associações germânicas e italianas na estruturação de revoluções e, sobretudo, a participação dos estudantes na revolução de 1848 na França. Além de ele sublinhar que o grito republicano já fora dado<sup>739</sup>. Ora, todas aquelas lutas que contagiaram o mundo para conter o poder absolutista, especificamente a Primavera dos Povos

<sup>736</sup> SALDANHA, 1968, p. 160

<sup>737</sup> Ibidem, p. 168.

<sup>738</sup> “Ao que tudo indica, nossos acadêmicos compartilharam essas concepções históricas e entenderam o Brasil a partir de tal prisma. Conscientes de sua condição de futura elite dirigente, imbricam-se, desde cedo, do papel ‘iluminado, esclarecido e civilizador’ do estado, escrevendo para um ‘povo’ branco e europeu. Esse papel era reforçado pelas leituras indicadas nos cursos. Nas aulas de filosofia, o pensador mais lido no interior da Academia era Victor Cousin, como se pode constatar pelas citações de suas obras, presentes nas várias publicações acadêmicas do período”. GARMES, Helder. *O romantismo paulista: os ensaios literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 72-73.

<sup>739</sup> Ora, se isto não instaura a preferência pelo regime de governo republicano, pelo menos fica patente a simpatia ao regime democrático. Lembremos também que Azevedo havia pedido à sua mãe que comprasse o livro *Democracia em França* de Guizot. Embora o título aparenta tratar de democracia, o conteúdo é justamente o oposto, há uma defesa dos regimes autoritários, porque o ex-ministro acreditava que “[...] o homem é tão imperfeito quanto ambicioso. [...] É desconhecer completamente a natureza e condição do homem, acreditar que a liberdade humana entregue a si mesma tende ao bem, e é suficiente para o alcançar”. GUIZOT, François. *A democracia em França*. Lisboa, 1849, p. 8 e 12.

de 1848, que Hobsbawm narra como a primeira proximidade de uma “revolução mundial”, todos aqueles movimentos de luta contagiaram a juventude acadêmica em diversos lugares<sup>740</sup>.

A terceira e maior das ondas revolucionárias, a de 1848, foi o produto da crise. Quase que simultaneamente, a revolução explodiu e venceu (temporariamente) na França, em toda a Itália, nos Estados alemães, na maior parte do Império dos Habsburgo e na Suíça (1847). De forma menos aguda, a intranquilidade também afetou a Espanha, a Dinamarca e a Romênia; de forma esporádica, a Irlanda, a Grécia e a Grã-Bretanha. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos do que esta conflagração espontânea e geral, que conclui a era analisada neste livro. O que em 1789 fora levante de uma só nação era agora, assim parecia, “a primavera dos povos” de todo um continente<sup>741</sup>.

Quando Álvares de Azevedo afirma que a “centralização” repercute naquele momento nas velhas cidades feudais da Alemanha, ali chamada de Teutônia, ele ironicamente emite dois juízos: um favorável à formação de um único Estado independente alemão, o outro desfavorável, se visto da apropriação indevida dos poderes, da autocracia<sup>742</sup>, que era justamente combatida pela Primavera dos Povos.

Já no quinto parágrafo, vemos Azevedo advertir sobre o outro lado das revoluções<sup>743</sup>, pois as vitórias bélicas trazem juntos de si muito sangue, mas na sequência, o orador acrescenta a descrição de forte cena de batalha. Embora o orador use o advérbio de negação duas vezes, ainda assim ele oferece para os seus ouvintes sinestésias que são capazes de os colocarem em pleno campo de luta. Ainda que ele traga “essas páginas da *Wilkin-Saga*” mais como uma advertência, o que não é, antes trata-se do uso da ironia<sup>744</sup>, ainda sim, para mudar um cenário, as vitórias armadas sempre trazem tanto destruição e morte de pessoas, quanto morte de um regime de governo.

---

<sup>740</sup> Neste ponto, por um lado, talvez o *Zeitgeist* justifique em parte a empolgação de Azevedo, na sua contemporaneidade, acerca das revoluções. Pensa-se aqui esse *l'esprit du siècle*, que é permeado de qualidades e identidades coletivas, como proposição de ideais que viajavam de um lugar a outro, Mike Oergel tratou do assunto em seu livro *Zeitgeist - how ideas travel: politics, culture, and the public in the age of revolution*. Trata-se de viver a mesma história, ao mesmo tempo, mas em espaço diverso. Por outro lado, ao empreender a revolução pela instalação do Estado-nação ao longo do Ocidente, o capitalismo fez circular as mesmas práticas exercidas para tanto e os mesmos temas.

<sup>741</sup> HOBBSAWM, 2020, p. 183.

<sup>742</sup> Contrário aqueles avanços em prol de regime de governos mais democrático, no Brasil estava ocorrendo justamente o oposto que no restante do mundo, pois já desde 1841 havia toda uma empreitada da corte do Rio de Janeiro em fortalecer o Estado, por meio de leis que trabalhavam pela centralização do poder, como a lei de 3 de dezembro de 1841, que buscava emparelhar os poderes executivo e judiciário, além claro do dito poder moderador já instituído desde a Constituição de 1824.

<sup>743</sup> Aqui está sendo irônico. Se lá atrás ele se mostra entusiasmado com as revoluções, aqui ele finge o contrário, isto é, que não concorda com elas, pois elas derramariam muito sangue. Ele dissimula, gesto típico da ironia. Outro é justapor duas posições contrárias sobre o mesmo assunto. No poema ‘Um Canto do Século’, por exemplo, o eu lírico valoriza as revoluções.

<sup>744</sup> Ironicamente, o acadêmico já havia afirmado que não trataria da missão política da academia, pois digam-vos outros aos anais das sociedades secretas e das corporações de estudantes que encabeçaram aquela missão AZEVEDO, 2000. Seriam outros que pelejaram, que lutaram, que derramaram o sangue, mas ao citá-los, ele também traz para o seu discurso a missão política da universidade.

Não! Fulgurosas embora essas páginas da *Wilkina-Saga* da plêiada do porvir, não vo-las trarei em diante: os lauréis bélicos têm muita orvalhada de sangue, mareia-lhes muito o lustre bafo dos soluços da agonia no campo vermelho das lides, e o perfume que têm impregnou-se do fumo sufocador dos trons da guerra<sup>745</sup>.

No sexto parágrafo, talvez para acalmar os ânimos de seus ouvintes, ou tomando a ironia *in plena*, dizer sem dizer, ele optou por estabelecer uma revolução sugerida pela educação estética, pelo progresso literário. Embora ele tenha atribuído aos estudantes o status militar de “falange” e às academias uma vertente de vanguarda, linha de frente no combate à decadência cultural, ainda assim, ele opta por uma revolução pelas letras (ideia de que a arte revoluciona, o artista deve estimular e liderar uma revolta popular). Por essa ótica, aparentemente a força de transformação viria da arte e da vida espiritual de sua gente e nos semelha que ele estabelece um diálogo com Schiller, em *A educação estética do homem*.

Venho falar-vos de uma missão tão nobre, é verdade, porém mais pura de sangue. Apontar-vos-ei as falanges acadêmicas na vanguarda sim – que ali sempre foi-lhes posto de honra – mas na vanguarda do progresso literário. De relance mostrar-vos-ei o que o fomos e o que somos – e desse nosso passado, e desse nosso presente procurarei deduzir-vos o futuro<sup>746</sup>.

Além disso, em sua retórica, Azevedo aparenta mostrar “de relance” uma maneira conhecida de narrar a história (a história como mestra da vida liga os três tempos. O passado contém em germe o presente e este também o futuro). No entanto, quando ele diz que irá deduzir o presente do passado, parece sugerir uma história que traz modelo, supondo que o que lá atrás ocorreu se repetirá. Contudo, podemos observar que o pretense uso da história enquanto exemplo do presente é mais um recurso do orador. A simples sugestão de que ele iria narrar a história da academia como “mestra da vida” não ocorre, antes aparenta tratar de um recurso que ele usa a fim de captar a atenção da audiência, já acostumada com essa tópica. Ao obter a atenção de seus colegas, Azevedo poderia introduzir um viés mais teleológico da história e mesmo da literatura, afinal nenhuma época é melhor que outra.

Ora, pensemos em duas frentes, uma em que há a intenção, por parte de Azevedo, de tratar a arte enquanto elemento para formação de uma população, outra em que a história (na percepção teleológica) se torna reflexiva no sentido de também ser tratada para formação da humanidade. Ele escolhe narrar a força e o peso da universidade como impulso do progresso e desenvolvimento de um povo, considerando a “missão artística”<sup>747</sup>, em cunho explicitamente educativo; no entanto, ele tece uma sutil ironia ao falar sobre um posicionamento de “revolução

<sup>745</sup> AZEVEDO, 2000, p. 752.

<sup>746</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>747</sup> Entretanto, há uma configuração de um tom irônico pelas descrições das cenas bélicas, que ele propõe ao “não narrar uma guerra”. Em sua fala, ele cria uma certa ambiguidade, embora ele opte por uma opção pacífica, retratada pela incumbência artística, ele não deixa de olhar para os “conflitos” armados.



pelas armas”, apesar de, de fato, já ter ocorrido casos em que estudantes derrubaram regimes de governo.

No campo belicoso das lutas e queda de regime político, quanto da criação de território nacional ou revolução, mesmo que frustrada como a da tentativa de ressurgimento da Itália em 1848; na arte, conhecia a multiplicidade de temas presentes nas diversas literaturas como a Inglesa, a Francesa e a Alemã. Azevedo trabalha com referências de dois campos de saberes e nisto de um modo bem “instrutivo” escolhe o ponto chave de sua “revolução”, a “arte” como proposição educacional para um Estado que se encontrava em construção, desde o fracasso do primeiro reinado.

Embora houvesse diversos pontos contraditórios no país em meados daquele século, poderíamos dizer que o Brasil naquele final de década de 1840, de uma perspectiva política, ainda estava se recompondo. Após os diversos levantes e revoluções em terras nacionais, os regentes do país, depois de crises políticas e econômicas, deixam o governo e a monarquia é restabelecida. Quando Pedro II assumiu o governo em 1840, o que se vê a partir daí é uma intensa centralização de poder, apoiada pelas oligarquias rurais. Ora, um governo que Azevedo dá a entender ultrapassado. O fortalecimento de um regime absolutista demonstra um retrocesso na forma de governar, pois segundo o orador, já foi dado o grito republicano que ainda soa barulhento e abalador por toda a Europa<sup>748</sup>.

Até o momento, poderíamos dizer que Azevedo trata de diversos “tempos históricos”, de diversas experiências vividas de povos da Europa em paralelo com os povos da América, de costumes, de política, de literaturas etc. Ele faz incursões desde as eras idas dos gregos e romanos na história e na literatura; levanta exemplos de grandes feitos literários como fizera Homero na Hélade, como fez Lucano no Império Romano, como fez Camões no reino português e também cita exemplos de sua contemporaneidade como Scott, Byron, Goethe, Uhland, Oehlenschläger, Lamennais, Garret e Herculano, e, claro, aponta a importância da academia no passado, visto a influência dela na poesia, como fez a Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha etc. Para ele, as Academias são por excelência o local de formação dos jovens que sintomaticamente buscam o progresso, a civilidade.

Azevedo argumenta que ao tratar de eventos históricos que eles não só contêm uma época, embora o passado tenha acontecido e não há como ser os povos de outrora, restam deles heranças culturais que aquela época legou a esta, mas que podem inclusive ser modificadas, e,

---

<sup>748</sup> AZEVEDO, 2000.

portanto, pensadas naquele momento de modo a descortinar fatos vindouros e talvez daí a ideia de porvir, de futuro.

Eventos há que não só contém uma época, não só dizem – pela dedução sintética dos efeitos pelas causas – o que foi e o que é, mas até nos descortinam em diante os fatos vindouros. O grão que começa a rebentar do seu invólucro na umidez da terra, diz mais que a existência passada de uma planta, e a existência atual de uma semente. – É a vegetação nova que se prepara – é o futuro, senhores<sup>749</sup>.

Para tratar de futuro e de mudanças, Azevedo usa então a metáfora botânica, “o grão que começa a rebentar do seu invólucro” e “da vegetação nova que se prepara”. Também lembra bastante de uma outra metáfora utilizada por Herder para tratar de história e progressão do tempo: “quando a planta nasce já não é semente, quando chega a ser árvore já deixou de ser um caule delicado”<sup>750</sup>. Na metáfora azevediana, as sementes são os estudantes, pois eles são o futuro, os que geram as novas práticas intelectuais e artísticas, os que têm como desafio superar o estado inicial da nação brasileira, em fase de construção; revolucionar as estruturas e as instituições do Estado, em um processo de amadurecimento jurídico e político; progredir com os avanços intelectual e espiritual de seu povo.

Na sequência de seu texto, Azevedo retoma a ideia do desenrolar do fluxo histórico temporal (o vínculo de temporalidade e história) realizado de forma cíclica ao descrever mais uma vez, como bem fizera no texto “Lucano”, a queda do Império Romano, mas dito no discurso de forma rápida, em apenas um parágrafo como era o império, como veio a ser e como terminou. O trecho seguinte do discurso aparenta tratar justamente de uma crítica bem intencional do escritor paulista; possivelmente não só criticar o Antigo Regime, como uma tentativa de trazer ao público ouvinte, que os regimes políticos mudam, pois eles tendem a se estabelecerem, desenvolverem e entrarem em declínio.

O orador então se debruça a descrever a ocupação a que “se chamou a invasão dos Bárbaros”, o fim de Roma e o início da Idade Média<sup>751</sup>. No que diz respeito à invasão dos bárbaros, o escritor paulista conta que o “golpe de misericórdia” dado ao Império foi ocasionado por aqueles povos estrangeiros<sup>752</sup>. Azevedo nos diz que Roma já estava em declínio político, pois o governo e o domínio do exército romano já não eram fortes a ponto de impedirem as imigrações de outras gentes.

Hoje, compara-se com frequência a ascensão do povo, seu progresso, à invasão dos *bárbaros*. A palavra me agrada, aceito-a... *bárbaros*! Sim, isto é, cheios de uma seiva

<sup>749</sup>AZEVEDO, 2000, p. 752.

<sup>750</sup>HERDER, 1995, p. 91.

<sup>751</sup>AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

<sup>752</sup> Em 4 de setembro de 476 d. C. o rei dos Hérulos, Odoacro depôs Rômulo Augusto, o último imperador de Roma, sem resistência, tanto que os estrangeiros nem expulsaram o antigo governante, deixando-o viver próximo a cidade em uma propriedade rural. MARTINO, 2020, p. 74.

nova, viva e rejuvenescedora. *Bárbaros*, isto é, viajantes a caminho de Roma do futuro, avançando lentamente, sem dúvida, cada geração avançando um pouco, parando com a morte; mas outros prosseguem<sup>753</sup>.

Para Azevedo, os netos dos antigos romanos se descuidaram dos tempos épicos, isto é, das atividades bélicas e guerreiras, abrindo o flanco aos invasores. Além de uma análise da política romana, há também uma marcação de uma era que chegou ao fim. Convém observar o posicionamento de Azevedo sobre as possíveis causas para o descuido das fronteiras romanas. A troca das “malhas”, as vestimentas da guerra, dos tempos heroicos pela “túnica sibarita das orgias”, sugere uma crítica mordaz ao comportamento dos políticos, da Roma imperial, se observarmos a referência que o orador faz ao “coro blasfemo das lúbricas saturnais”. Em “Lucano”, Azevedo já havia associado às saturnais ao período régio do Césares, o período de declínio da cidade eterna. Ou seja, Azevedo associa a decadência de Roma como decorrência do fim da república em Roma.

Quando depois que essa *aluviação de homens*, que se chamou a invasão dos Bárbaros, passou arremessada no despear de sua corrida assoladora, com um tufão, sobre o Panteon de mármore de Roma, a decaída; quando após do coro blasfemo das lúbricas saturnais desses espúrios e degenerados netos dos severos republicanos – desses que aí despiram enjeitada a cota de malhas dos tempos épicos pela túnica sibarita das orgias – cerrou-se a grande tragédia romana com os hinos bárbaros do triunfo dessas guerreiras tiufadias da Címbria e da Mongólia, e os membrudos homens dos desertos enterraram os cotos das lanças sangrentas de seus estandartes selvagens na fronte róchea do Capitólio pagão – e a noite trevosa dessas eras de barbaria descaiu cerrada e negra com seu véu de brumas abafadoras – não há i quem o deslumbre – foram então as ordens religiosas que resguardaram da trovejada e escura ventania de ignorância que aí bramia fora, à sombra das muralhas claustrais, os trêmulos clarões da civilização moribunda<sup>754</sup>.

As “eras de barbaria”<sup>755</sup> que Azevedo ressalta, ao tratar da destruição de uma civilização organizada uma vez como república (embora já em declínio com o Império, antes de ser cerrada pelos invasores), deu lugar a um período que não era mais o antigo e ainda não era um novo. Aquela “noite trevosa” é reflexo do não saber o que vem depois. Compreendemos apenas que a “tragédia romana” chegou ao fim e que a “trovejada e escura ventania de ignorância” foi posta.

Desse modo, a “noite” como Azevedo descreve, cremos que além de tratar de uma era que chegou ao fim, também dá início a um outro período, o de gestação de um novo momento e mesmo do desenvolvimento embrionário da humanidade. A própria Idade Média teve, como

<sup>753</sup> MICHELET, JULES. *O povo*. São Paulo: Martins Fonte, 1988, p. 19.

<sup>754</sup> AZEVEDO, 2000, p. 752 - 753.

<sup>755</sup> Herder já havia dito que do contato entre civilizações (a maior parte, de forma conflituosa), há a possibilidade de mudança e transformação das culturas e dos povos. O que seria ruim passa a ser um elemento de “novidade” ou de “regeneração”. Se pensarmos também nas proposições por exemplo, de Michelet, em que a invasão dos estrangeiros viajantes em Roma foram força transformadora e rejuvenescedora para o decadente império.

Herder já havia apontado, dinamicamente seu papel no incremento humano, como meio e fim da “evolução” da mulher e do homem.

Así, pues, Herder valoró la Edad Media dinámicamente. No como una formación estática, que descansara en sí misma, según la concibieron, más tarde, los románticos. Se deben recordar todos los motivos de su idea de la evolución, tanto el elemento vegetativo como el teleológico, para comprender esta aportación. [...]. La Edad Media no debía manifestarse, simplemente, como, según él, parecía opinar más de un hombre de la Ilustración, a semejanza de un bloque de piedra sin labrar, al que el arte de los inovadores había de pulimentar redondeándolo y alisándolo. “Ninguna cosa en todo el reino de Dios... es solamente medio, todo es medio y fin al mismo tiempo y así, ciertamente, estos siglos” (5, 527). Es verdad que Herder, en su impulso histórico-universal, supo poner más de manifiesto la función de la Edad Media como fase de la evolución que su valor específico. Pero lo sintió, y esto fué ya un acontecimiento de los que hacen época<sup>756</sup>.

Coube aos monges a preservação do conhecimento acumulado, uma vez que eram os conventos os lugares restritos de acesso à cultura secular, tomada e posta em mãos da Igreja. Dessa forma, Azevedo ressalta a função dos intelectuais (no caso os monges) de ter preservado no “período transitório” daquela era, vista como “moribunda”, as memórias da humanidade. Diz ele que os hinos de triunfo dos bárbaros, as espadas e as lanças cerraram as pedras do Capitólio, mas que foram as “ordens religiosas” que protegem da estupidez esses tempos, bem como os anteriores, resguardando assim de ficarem esquecidos na “trovejada e escura ventania da ignorância”.

O orador procura recompor então o longo percurso histórico que pôs fim ao Império Romano, e menciona indiretamente a Idade Média, época em que nasceu não apenas os Estados modernos, mas também as Academias, matéria central de seu discurso. Ora, nesta narrativa Azevedo trata da trajetória histórica da humanidade.

Ao narrar os períodos históricos em seu discurso, pensamos que Azevedo, mais uma vez, conta a história de forma a perceber a circularidade dos fatos. Diversos tempos, várias histórias e vários ideais de lutas, isto é, de um lado, o desejo de unificar nações (Alemanha e Itália), de outro o desejo de derrubar a centralização de poder em um Estado (França, Áustria). Em diversos lugares como na França, nos vários principados alemães e italianos, múltiplas coisas (revoluções) ocorreram, ou seja, diversos “tempos históricos”, ciclos se estabelecendo.

---

<sup>756</sup> “Herder assim viu a Idade Média de forma dinâmica. Não como uma formação estática, repousando sobre si mesma, como foi mais tarde concebida pelos românticos. Todas as razões de sua ideia de evolução, tanto o elemento vegetativo quanto o teleológico, devem ser lembradas para que se possa compreender esta contribuição. [...]. A Idade Média não deveria, como, segundo ele, mais de um homem do Iluminismo parecia pensar, manifestar-se simplesmente como um bloco de pedra bruta, que a arte dos inovadores tinha que polir arredondando e suavizando. “Nada em todo o reino de Deus... são apenas um meio, tudo é meio e fim ao mesmo tempo, e assim são estes séculos” (5, 527). É verdade que Herder, em seu impulso universal-histórico, foi capaz de destacar a função da Idade Média como uma fase de evolução em vez de seu valor específico. Mas ele o sentiu, e este já era um evento que marcava uma época”. MEINECKE, F. *El historicismo y su génesis*. México D. F.: Gráfica Panamericana, 1943, 1943, p. 347, tradução nossa.

E mesmo numa era, como a moderna, à qual pertence à época de Azevedo, há aquela ideia de Herder em que pode “[...] haver momentos de repouso, revoluções e transformações”<sup>757</sup>.

Se na Idade Moderna, no vínculo de temporalidade e história, por um lado, sobressai hipoteticamente a conjectura linear no modo de narrar o percurso histórico da humanidade; por outro lado, a forma cíclica não perdeu espaço. As diversas maneiras com as quais se podiam tratar de mudança, tempo e história, se circular ou linear, na época de Azevedo, se faziam presentes.

No limiar da era moderna havia inúmeras maneiras pelas quais os europeus poderiam falar da mudança, do tempo e da história. Havia o mito da época de ouro, com seu apelo ao que o poeta Petrarca chamara de *dolce tempo della prima etade* (“doce tempo do primeiro estágio do homem”) e sua consciência da implacável degradação do tempo. Havia a *anakuklosis* cíclica dos gregos, retomada como fortuna *versus* virtude e depois como virtude em oposição à corrupção. Havia as invocações do império universal, sobretudo entre os soberanos absolutistas europeus e, entre seus oponentes, as invocações do milenário e do Apocalipse. Todavia, apesar das grandes discrepâncias, todas essas teorias sobre o tempo persistiam em professar o pessimismo em relação ao destino do mundo material<sup>758</sup>.

Portanto, no discurso de 1849, vemos Azevedo tratar sobre o tempo, o passado, por meio do percurso da humanidade, como os vários exemplos que ele mesmo deu com os eventos na antiga Roma e as revoluções na Europa. Ou o “porvir”, quando ele conclama a juventude que se mobiliza por mudança no país. Todas essas circunstâncias históricas favoreceram a percepção de rompimento de um pretenso movimento retilíneo sobre a temporalidade histórica, constituindo às vezes em uma dinâmica circular e mesmo dos contrários. Talvez como uma movimentação do tempo de “construção e desconstrução” sobre os acontecimentos históricos, como se a “linha temporal” unidimensional, fosse transformada em uma espiral, que se arrasta para frente em uma “pretensa síntese”, que poderia ou não ocorrer no futuro.

## 1- O Estado e a fundação da Universidade

De volta ao discurso, Azevedo quando põe fim às digressões da história antiga e da queda e decadência dos romanos, ele faz um levantamento da história de criação das universidades no Ocidente. Para tanto, o escritor cita dois momentos cruciais nessa cronologia: um momento anterior ao surgimento delas, o alcance intelectual dos fundadores e o outro em

---

<sup>757</sup> HERDER, 1995, p. 45.

<sup>758</sup> HERMAN, 1999, p. 28.

que ele realça a abertura dada à juventude do progresso. Ou seja, o primeiro foi antes da criação das academias, quando a educação era dominada pela Igreja e o segundo caracterizado pela mudança de escolas como Salerno e Pavia em escolas superiores. A transformação e com ela a concessão de privilégios e títulos aos acadêmicos, a instituição de uma jurisdição autônoma para elas – jurisdição criada internamente e de acordo com a autonomia da própria faculdade para criar suas leis –, tudo isso teve duas consequências: mostrar o alcance da capacidade intelectual dos seus fundadores, que conseguiram criar universidade, e também a capacidade deles para abrir caminho para a juventude.

Já antes que no século XIII fosse estatuída a Universidade de Paris, floresciam na Itália as Escolas de Salerno e Pavia, na França as de Paris e Montpellier, na Inglaterra a de Oxford, criada pelo herói dos tempos cavaleiros e paladinos da Grã-Bretanha – Alfredo Magno. A transformação das Escolas em Universidades, a instituição dos títulos acadêmicos, a concessão de privilégios e regalias, o estabelecimento de uma jurisdição independente para os frequentadores dos cursos universitários, foram fatos que tiveram dois efeitos: o primeiro, mostrar o alcance intelectual dos fundadores de semelhantes instituições – o segundo abrir a estreia do progresso à juventude esperançosa das Academias<sup>759</sup>.

Dentre os diversos posicionamentos “polêmicos” de Azevedo, arriscamo-nos a dizer que ele sempre se colocou na esteira de um herdeiro da tradição europeia como fez no texto “Literatura e Civilização em Portugal”, especificamente quando diz que o Brasil não teve ainda um “grito” de liberdade da nação portuguesa. No entanto, podemos pensar que antes de se assentar como um herdeiro da tradição lusitana, ele se vê na esteira de um descendente das histórias do ocidente, em que ele se incluiu e também os demais alunos universitários do Brasil, se colocando e os colocando como herdeiros dessa tradição enquanto estudantes, desde o surgimento das universidades. Esse sentimento de não fazer parte de um país ou nação, mas da vida ocidental e da humanidade não é restrito a Álvares de Azevedo. Antes de se formar nações, esse sentimento não possuía as bases materiais para se alastrar. Nesse momento em que Azevedo escreve, ainda pouco se fala o termo “brasileiro”, em geral referido como “americano”.

Ora, havia a urgência de profissionalizar o ensino, pois existiam diversos problemas nas escolas vigentes. Por isso, se intensificaram as críticas que permitiram que a universidade fosse criada. Mesmo porque, os modelos tradicionais da Igreja estavam superados. Dentre os argumentos estavam a ameaça à ordem pública vigente, pois já havia uma massa consistente de estudantes. Também havia diversos mestres, com concorrência aberta, que ensinavam ao modo próprio, mesclando disciplinas e com superficialidade. Deste modo, criou-se então situações

---

<sup>759</sup> AZEVEDO, 2000 p. 753.

desordenadas. Sendo assim, os mestres se associaram para conceber os estudos bem definidos, hierarquizar as disciplinas, proibir certas leituras e sistematizar os exames e diplomas.

[...] É preciso acrescentar-lhes, certamente, uma tomada de consciência mais aguda das necessidades “profissionais” do ensino. Poder-se-ia dizer que teria sido para fazer frente a um determinado número de disfunções surgidas nas escolas existentes e às críticas por elas suscitadas que a solução universitária foi constituída. Algumas escolas, como se viu, prericetava. As outras mal dominavam seu próprio crescimento. As autoridades eclesiásticas tradicionais estavam ultrapassadas. A massa de estudantes tornava-se uma ameaça para a ordem pública. Os mestres, cada vez mais numerosos, entravam abertamente em concorrência. Cada um ensinava a seu modo, percorrendo com superficialidade as autoridades, misturando de maneira perigosa as disciplinas (Filosofia e Teologia, Direito Civil e Direito Canônico). Pode-se pensar que foi, entre outras coisas, para controlar essa situação um tanto anárquica que os mestres estabelecidos se associaram com o objetivo de limitar a proliferação das escolas e impor a todos um regime de estudos bem-definido, baseado na hierarquia das disciplinas, na leitura sistemática das autoridades obrigatórias, na proibição da leitura dos livros perigosos e finalizando com um sistema coerente de exames e de diplomas.<sup>760</sup>

Na tomada de controle pela autonomia do ensino, várias personalidades contribuíram para estabelecer a autogestão da universidade. Mesmo porque, já havia esforço para retomada de controle, pois do jeito que estava o modelo de educação não podia continuar. Ainda que as autoridades eclesiásticas locais fossem contrárias ao acréscimo de outro molde ao ensino, outras autoridades superiores trataram de intervir. Lembremos que já havia um número considerável de alunos (o século XIX se beneficiará da quantidade de universitários na participação de revoluções). Assim, na Inglaterra, o rei deu sua contribuição; na França houve abstenção benevolente das autoridades. Contudo, a modernidade institucional e intelectual que se buscava foi garantida pelos grandes papas. Garantiu-se uma certa autonomia à universidade, ainda que houvesse uma espécie de doutrina à cristandade e outros objetivos nessa decisão. Portanto, no nascimento da universidade já está alicerçado um primeiro limite de autonomia universitária.

Nesse esforço para a retomada de controle, as autoridades externas prestaram voluntariamente sua ajuda. Não tanto as autoridades eclesiásticas locais, presas às prerrogativas tradicionais e hostis à autonomia universitária, mas as autoridades superiores, detentoras dos poderes soberanos e que, nessa época, procuravam reforçar suas capacidades de intervenção em todos os campos. Na Inglaterra, o rei desempenhou um papel importante; na França, a universidade, pelo menos, beneficiou-se com sua benevolente abstenção. Mas foi principalmente do papado, representado pelos grandes papas teólogos e canonistas da primeira metade do século XIII, que o apoio foi decisivo. Apostando abertamente na modernidade institucional e intelectual, em todos os lugares o papado garantiu a autonomia universitária; por meio disso, ele reconhecia para as universidades uma espécie de magistério doutrinário extensivo a toda cristandade, servindo em última instância, evidentemente, a objetivos definidos por ele mesmo. Em decorrência disso, no próprio nascimento da instituição, já se desenhava o primeiro limite para a autonomia universitária.<sup>761</sup>

<sup>760</sup> CHARLE, Christophe. *História das Universidades*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996, p. 20.

<sup>761</sup> *Ibidem*, p. 20-21.

As primeiras universidades fundadas intencionalmente pelo Estado surgem com força na Península Ibérica. A fundação das primeiras universidades ocorreu por volta de 1220-1230. A universidade de Nápoles em 1224 pelo imperador, ainda que houvesse limitação na autonomia. O estabelecimento em Toulouse da universidade de 1233 e 1245, que tomará impulso em 1270. Entretanto, as universidades fundadas no século XIII se deram de forma efusiva na península Ibérica. Os diversos reinos fundaram a universidade em Salamanca em 1218, em Valladolid no final do século XIII, em Lisboa em 1290 e Lérida em 1300.

As primeiras universidades ‘fundadas’ aparecem por volta dos anos 1220-1230. Ousa-se, quando muito, qualificar como universidade o *studium* instituído em 1224 em Nápoles pelo imperador Frederico II, tamanha era a limitação de sua autonomia. Do mesmo modo, as escolas estabelecidas em Toulouse depois da cruzada anti-albigense (1229) só se tornaram verdadeiras universidades depois dos privilégios pontificais de 1233 e 1245; além disso, essa universidade só tomará verdadeiro impulso depois de 1270. A terra eleita das universidades ‘fundadas’ foi, no século XIII, a Península Ibérica. Foram incontestavelmente os soberanos dos diversos reinados (Leão, Castela, Portugal, Aragão) que tomaram a iniciativa de instituir universidades em Salamanca (1218), Valladolid (final do século XIII), Lisboa (1290), Lérida (1300) e para estas a confirmação pontifical só chegou demasiadamente tarde.<sup>762</sup>

O interesse demonstrado pelos poderes políticos na universidade coincide com o nascimento dos Estados modernos. Aparentemente, essa disposição mostrada pelo regime de governo para as universidades aponta outra característica do período. Ainda que oficialmente permanecesse instituição eclesiástica, a universidade passou cada vez mais para o domínio das cidades e Estados. Está claro que buscavam formar letrados e juristas para uso na administração pública (Sérgio Adorno discorreu acerca do assunto brilhantemente), além de desenvolver uma ideologia nacional e a causa monárquica no nascimento do Estado moderno. Contudo, o controle do Estado mais oprimiu do que deu autonomia a elas. Em troca, havia a promessa de salários e de brilhantes carreiras aos universitários.

O interesse mostrado, doravante, pelos poderes políticos para com as universidades indica claramente a outra característica mais importante do período. Embora permanecendo oficialmente instituições eclesiásticas, as universidades passaram cada vez mais para o controle das cidades e dos estados, que esperavam delas tanto a formação dos letrados quanto a dos juristas competentes de que necessitavam suas administrações em pleno desenvolvimento, bem como a sua contribuição para a elaboração da ideologia nacional e monárquica que acompanhava o nascimento do Estado moderno. Sob formas diversas, o controle político tornou-se, assim, opressivo para as universidades (restrição no exercício das liberdades e privilégios, intervenção na nomeação dos professores e no recrutamento dos estudantes, pressões diversas). Em troca, é verdade, dessa integração à ordem comum do reino, os universitários obtiveram algumas gratificações financeiras (salários professorais), assim como promessas de brilhantes carreiras.<sup>763</sup>

---

<sup>762</sup> CHARLE, 1996, p. 23.

<sup>763</sup> Ibidem, p. 25.



Entretanto, para os conservadores as universidades seriam focos de difusão revolucionária e de agitação política (e nisto acertaram). Assim, já no século XIX, o ambiente universitário torna-se um local de divulgação de ideologias liberais e revolucionárias. A participação dos estudantes em 1830 se fará visível e importante para as barricadas e para as sociedades secretas. Paris torna-se exemplo para outros movimentos estudantis. Os universitários se envolvem profundamente nos combates ideológicos. Tanto que o governo autoritário expurga o corpo docente, Michelet, Quinet, Mickiewicz e tantos outros professores, inclusive no golpe de Estado em 1851, restauração do Império na França.

Para os conservadores, o meio estudantil é um foco de difusão de ideologias liberais ou revolucionárias e um vetor dos movimentos da agitação política. Tanto em 1830 quanto por ocasião dos movimentos liberais ou republicanos da Restauração ou da Monarquia de Julho, a participação estudantil é efetivamente visível e importante tanto nas barricadas quanto nas sociedades secretas. Paris torna-se mesmo modelo para os movimentos estudantis da Europa. Como os estudantes e universitários estão bastante envolvidos, no decorrer desse período político agitado, nos combates ideológicos. Desse modo, os regimes autoritários não hesitam em expurgar o corpo docente: alguns professores das faculdades de Medicina e de Letras de Paris são despedidos em 1822; Michelet, Quinet, Mickiewicz, do Colégio de França, são por sua vez excluídos no final da Monarquia de Julho e, novamente, alguns docentes da Sorbonne e do Colégio de França depois do golpe de Estado de 1851.<sup>764</sup>

Azevedo data a sua história e a de seus companheiros desde o surgimento das corporações acadêmicas erguidas altivas e poderosas no século XII na França e Itália<sup>765</sup> e depois no século XIII em Portugal. Contudo, a “ciência” produzida naquele lugar não poderia e não ficou restrita àqueles protagonistas, aristocratas e à Igreja. Do seu momento de fala, Azevedo comunica à juventude o direito à Ciência, aos “homens do povo”, “representados pelos saberes” e “o reconhecimento dos direitos populares”.

Daí senhores, data nossa história – desde aí as corporações acadêmicas enrelevaram-se sobranceiras e poderosas. Homens do Povo, os mancebos das Universidades nunca renegaram as ideias do Povo; membros da verdadeira aristocracia – a da Ciência – mau grado seu, teve a nobreza feudal de ombrear com eles. Foi então essa instituição o reconhecimento dos direitos populares representados pelo saber<sup>766</sup>.

Ora, quando Azevedo trata da criação das Universidades também está implícito que naquele momento a Igreja controlava e detinha a difusão do ensino universitário e todo ele. Foi só a partir da queda do Antigo Regime, a partir do século XIX, quando a Igreja perdeu poder, que ela perdeu esse monopólio. Em Portugal, isso ocorre quando Pombal expulsa os jesuítas.

Quando Azevedo diz que os homens do povo estavam na universidade e não renegaram a ideia de povo, ou seja, parece uma forma indireta de referenciar uma vez mais, como já fizera

<sup>764</sup> CHARLE, 1996, p. 77.

<sup>765</sup> É curioso que Azevedo não cite a *Alma Mater Studiorum* de Bologna, talvez sua fonte de consulta não traga referência a esta que foi a primeira universidade, no século XI.

<sup>766</sup> AZEVEDO, 2000, p. 753.

diretamente no início de seu discurso, a Revolução de 1848. Os integrantes da academia, pessoas da plebe, lutaram e venceram o regime de governo da aristocracia. As revoluções legaram às pessoas o direito de acesso ao ensino superior.

Azevedo opta então pelo posicionamento de que a universidade pertence a todos, inclusive aos estudantes que não são membros da aristocracia, um legado europeu que seria posto em discussão com maior ênfase no discurso de 1850. Haveria deste modo uma disseminação do conhecimento secular, antes detido exclusivamente pelos monges, mas que a partir do século XIX, outros intelectuais (os antes mestres e agora professores de carreira) que formaram as universidades juntamente com a juventude poderiam fomentar, pensar e criar novos conhecimentos. Desse modo, surgem outras necessidades em relação a instituições como a universidade. Além de servirem como palco para apresentar as práticas guerreiras das nações, as universidades se destacam como locais capazes de transformar essas nações em sociedades civilizadas.

Desde a formação e manutenção da nação lusitana tida como uma nação guerreira, conforme Herculano “ilustra” tão bem em sua *História de Portugal*, o povo português é tido como essencialmente guerreiro. Azevedo exemplifica com um grande nome da antiguidade, Viriato o grande líder lusitano que enfrentou a expansão de Roma no território da Península Ibérica no século II a.C. nas chamadas guerras lusitanas; de acordo com o orador, a “epopeia do passado” está em cada palmo da terra rasgado do “sangue brioso”, de esforçados guerreiros para defender seu território, como na Idade Média, em que os cavaleiros lutaram pela libertação dos “invasores árabes”. No entanto, ainda assim, os portugueses também criaram a “epopeia da ciência”, tornando-se ao mesmo tempo guerreiros e intelectuais. Segundo Azevedo, a universidade em Portugal surgiu no século XIII e que essa necessidade teve por consequência a civilização – nota-se aí a consideração da herança das ciências Romanas e Arábias nos “homens sabidos”, figurado no rei literato Dom Dinis, que reconheceu a necessidade de uma universidade.

Cento e oito anos depois que a França abrisse o XII Século com a criação da Universidade de Paris, um Rei Português criava a de Coimbra.

Portugal, esse torrão pequeno embora, mas onde cada braço de terra assinalara um feito de heroísmo, onde cada palmo fora regado de sangue brioso de esforçados lidadores – desde esse Viriato, o bárbaro, que, como o Crotonense, sustentara com seus pulsos o edifício esboroado das liberdades Lusitanas, até esses invencíveis cavaleiros cristãos cuja história é uma folha deslumbradora da epopeia do passado – a pátria de tantos homens sabidos nas ciências Romanas e Arábias, reconheceu a necessidade de uma Universidade – a necessidade vital de transformar-se de Nação afeita e invencível em usos de guerra – em uma Nação civilizada<sup>767</sup>.

---

<sup>767</sup> AZEVEDO, 2000, p. 753.

De acordo com Denis, a era de ouro em Portugal data desde o reinado de Dinis, reino em que as artes e as letras se desenvolveram. Primeiro, o rei fez que livros estrangeiros fossem traduzidos para o vernáculo. Também fundou a universidade e deu à literatura um impulso que se faria sentir no grande século XVI.

Por fim, chegou a época que intitulamos a idade de ouro de Portugal. No reinado de Dinis [1279], as artes e as letras se desenvolveram. Os cuidados do monarca com a agricultura não afetaram seu gosto ardente pela poesia. Primeiro, talvez tenha percebido em que podia tornar-se a língua portuguesa, e ordenou que muitos livros estrangeiros fossem traduzidos ao vernáculo. Seus benefícios não ficaram só aí: fundou a universidade [1290] e assim deu à literatura um impulso que repercutiu até o grande século<sup>768</sup>.

Mesmo no historiar das criações das universidades, dos “frequentadores das academias”, Azevedo cita muitos nomes, como Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha e Camões, que perduram nas histórias das literaturas portuguesa, e outros da francesa, inglesa e alemã. Os séculos XII e XIII foram épocas de uma nova “idade de ouro” para os europeus. “O que foi a Universidade de Coimbra – sabeis-lo – vós todos – Nomes há, e não poucos – de homens que ali fartaram sedes de ciência, que hoje são Europeus”<sup>769</sup>. Segundo Azevedo, a literatura de Portugal floresceu com o surgimento da Universidade de Coimbra.

Por outro lado, a contribuição dos tempos idos e outras “idades de ouro”<sup>770</sup> como a grega e a romana nunca são descartadas (pois na constituição da tradição das literaturas do ocidente, dos diálogos de uma literatura com outra e de povo com outro), são sempre referenciadas no texto de Azevedo. A literatura e o cenho guerreiro da Hélade e de Roma, servem como “parâmetro de excelência” e ao mesmo tempo como herança e tradição ocidental. A “herança e a tradição” são lembradas por Azevedo, assim como também das “ciências Arábias”, que teriam contribuído com a formação dos portugueses. Ora, poderíamos dizer que as colocações do orador sobre os romanos e os árabes é um diálogo direto com Herder, quando o filósofo definiu as idades da humanidade e os povos disseminadores das culturas ao longo das eras, bem como do contato entre essas gentes, que seja de maneira tranquila ou conflituosa, há sempre mudança e transformação das culturas e desses povos.

---

<sup>768</sup> DENIS, 2018, p. 68.

<sup>769</sup> AZEVEDO, 2000, p. 753.

<sup>770</sup> Escolhi manter o termo idade de ouro, porque era uso recorrente no final do século XVIII e início do século XIX. Não utilizo o termo ápice do desenvolvimento humano por ser um termo fora do contexto e perde-se o peso que é tratar das idades da humanidade.

## 2- A era das universidades e o mito da Idade de Ouro<sup>771</sup> portuguesa

Na sequência de seu discurso, o orador ressalta a importância da Universidade que dentre os diversos benefícios, se fez extraordinária para a poesia. Para ilustrar a época da “renascença literária” portuguesa, isto é, para aclarar aos seus ouvintes a acuidade da academia das belas letras, Azevedo cita nomes como Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha e Camões. O fato comum é que todos eles tinham passado pelos bancos da academia. Ele destaca então as qualidades de Miranda, como filósofo poeta e a tragédia de Ferreira, como um misto das belezas gregas e romanas, mas com notas “ardentes” de Shakespeare. Em Ferreira, o escritor paulista retoma a discussão que já fizera em “Lucano” sobre o rompimento das formas clássicas dos “poemas sublimes” de Sófocles e Eurípides a partir de Shakespeare. Ora, as letras portuguesas para Azevedo já continham o “novo” da literatura. A Universidade para o orador teria colaborado para que Ferreira desse um passo além do convencional.

A influência da Universidade fez até sentir-se na poesia. É essa a época da renascença literária aí. Notais, senhores, Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha, e enfim Camões, são posteriores à ereção dessa Universidade. E vós todos sabeis quem foi Sá de Miranda, o filósofo poeta; e Ferreira, senhores, esse poeta que nos legou uma única tragédia, mas bela como as criações Gregas e Romanas, e selada do cunho do gênio como os sonhos ardentes de Shakespeare – foi um poeta como tinha de o ser o trágico Inglês – e que, de tamanho, não foi compreendido por seu tempo. – Esse rebate contra o triângulo sufocador das unidades clássicas<sup>772</sup>, essa obra onde ressumbra a futura poesia livre de peias, do romantismo, adornada com *as flores perfumosas das capelas das cabeças doiradas das ninfas*, pranteada com *as lágrimas dos Amores* – onde depois do drama dos malfadados amores do Infantes e da bela Dama Inês, vem o coro trágico, ressaibo desses poemas sublimes que Sófocles e Eurípides dialogaram nos teatros gigantesco de Atenas – esse brado, mal ouvido, embora, mal sucedido voo de Avekermada<sup>773</sup>.

<sup>771</sup> O uso desse termo é compatível com a teorização de Herder sobre as idades da humanidade, por isso, a escolha da expressão. Além disso, há no uso dela a ideia mítica de um passado glorioso. “Em todas as civilizações, os primeiros traços escritos que chegaram até nós mencionam a felicidade. Desde que o homem tomou consciência de sua condição, ele mensurou sua infelicidade e seus limites, e expressou sua aspiração por um mundo melhor, isto é, sem sofrimentos. Acometido por toda sorte de males, levando uma existência frágil, ele imaginou o que poderia ser uma vida feliz. Sem meio algum de realizá-la, colocou-a em um lugar inalcançável; um local não geográfico, sem indícios que permitissem prever sua existência, mas cronológico, em um passado fabuloso: outrora, há muito tempo, o homem era feliz”. MINOIS, Georges. *A Idade de Ouro: História da busca da felicidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 05.

<sup>772</sup> É interessante observar como Azevedo trabalha trechos e ideias desenvolvidas em um texto no outro. Nesse discurso de 1849, como fizera em seu texto “Lucano”, ele referencia as pretensas três unidades clássicas da tragédia. Nas atribuições que se deu a Aristóteles, a de ler em sua época a tragédia a partir das três unidades de ação, lugar e tempo, rompidas somente com Shakespeare. Essas regras, que foram sistematizadas pelos italianos no século XVI e depois pelos franceses (agradecimento a Cayo Pagotto pelo diálogo sobre a dramaturgia), serviram de aporte para diversos críticos fazerem juízos de valor se uma tragédia era grande ou “clássica” quando, por exemplo, estavam analisando uma epopeia como *Farsália* de Lucano.

<sup>773</sup> AZEVEDO, 2000, p. 754.

Outro aspecto que podemos notar neste trecho de Azevedo é o fato de que o parâmetro para a literatura portuguesa no final do século XVIII e início do XIX vem tanto do Sul, quanto do Norte. Ora se havia um legado provindo do Sul (Itália e Grécia) até aquele período (anterior à era romântica na Europa), com a formação do movimento romântico, tem-se um escritor representante da literatura do Norte: Shakespeare. “Se há um homem que me lembra aquele formidável quadro: ‘Altamente sentado no cume de um penhasco! A seus pés a tempestade, trovoadas e o rugir do mar; mas a sua frente em meio da luz celeste!’ – este homem é Shakespeare!”<sup>774</sup>. No ensaio “Shakespeare”, dentre diversos apontamentos, Herder trata da importância do escritor na “atualização” da arte literária.

Também pode-se acrescentar a ideia de clima que Herder teorizou na diferenciação das nações. Para o filósofo alemão, as características de cada clima contribuem para definir não somente a nacionalidade, mas ainda particularizar as produções artísticas de seu povo. Azevedo em diversos momentos adota a “clareza” do Sul em oposição às “brumas” do Norte, ressaltando assim as manifestações culturais de uma gente e de outra.

Ora, se em seu discurso a movimentação temporal se assemelha a um espiral, também há em diversos momentos a movimentação circular do tempo com enfoque a uma determinada idade de ouro. O orador rememora em diversos momentos determinados ciclos, a propensa “idade de ouro”, seja da literatura grega, romana, inglesa, portuguesa etc. Assim, Azevedo retoma autores, cita as épocas anteriores e posteriores à criação das Academias. Além de referenciar as produções antigas, as novas como a de Shakespeare, que já empreendeu uma modernização sobre a forma da era clássica, que pouco dizia a uma complexa época como foi a do escritor inglês.

Para o escritor paulista, a poesia foi influenciada pela universidade a ponto de ter se rebelado contra a forma constituída na Antiguidade e que, para ele, essa rebeldia já seria romântica, antes do Romantismo. Azevedo ressalta, dessa forma, a importância dos centros acadêmicos para o desenvolvimento literário.

Na sequência, ele continua então a nomear os expoentes das belas letras portuguesas como Bernardes, incluso Caminha e Bernardim Ribeiro, bem como ressalta ainda nomes como o de Cabral e Bartolomeu Dias.

E Bernardes, senhores, – o cisne do Lima – como chamaram contemporâneos e sucessores? E Caminha, esse mancebo que aí apareceu brilhante e rico das galas horácianas e de uma alma pensativa, em meio desse Século de 1500, tão cheio de glórias de todo o gênero para as velhas quinas sagradas em Ourique, Salado e Aljubarrota, – esse século da literatura clássica portuguesa – das grandes descobertas

---

<sup>774</sup> HERDER, J. G. Shakespeare. In: ROSENFELD, Anatol. *Autores pré-românticos alemães*. São Paulo: EPU, 1991, p. 37.

marítimas e das grandes navegações de Cabral e Bartolomeu Dias? Aí, senhores, foi bela a figura do poeta que vinha a vibrar sua lira clássica nos serros melancólicos de Sintra, onde emudecera velada com o crepe das mágoas, engrinaldada de capelas de saudades mirradas, com as cordas rotas, a tiorba romântica de Bernadim Ribeiro<sup>775</sup>.

O destaque dado a Cabral e a Bartolomeu Dias não é coincidência, mas trata-se de um acurado propósito de levantar a sua tese, que foi na época dos descobrimentos que floresceu às belas letras lusitanas, o “século da literatura clássica portuguesa”. Ora, Álvares de Azevedo coloca o período das grandes navegações, das “descobertas” como um momento de desenvolvimento do povo português. Como sabemos, houve naquela ocasião reformas judiciais, a língua portuguesa instituída como oficial na corte, uma política centralizadora no fomento econômico, abertura à exportação do excedente etc. O orador estava atento quanto ao período e o apresenta como uma era de apogeu da história portuguesa.

Azevedo retoma uma vez mais a era de D. Dinis, para assinalá-la como o marco responsável pela difusão das “grandes produções antigas” e do conhecimento com a criação da Universidade de Coimbra. Este, segundo o orador, possibilitou à “mocidade portuguesa” o acesso ao “templo das letras”. O expoente máximo Camões, “o Homero da verdejante Ibéria”, com sua monumental obra das “briosas façanhas portuguesas”, feito uma catedral, ora regular, ora gótica, “enredada de relevos e confusa”, também sentou nos bancos da academia.

E Camões, senhores? O Homero da verdejante Ibéria, ora herói, ora cantor de heroísmos – Camões, sem essa torrente de luzes que aí manava alterosa dos montes de Coimbra, ver-lhe-eis tão altivo esse monumento, sublime como o Adamastor, de seus cantos que evocara com o talismã da poesia às briosas façanhas portuguesas – essa catedral de arquiteturas mistas, ora regular e severa como os templos coríntios, ora gótica, enredada de relevos e confusa como as carvalhais Druídicos, ora enfim Mourisca e Oriental como esses doirados climas de além-mar onde fora-se ele inspirar – e que ele assim erguia para encerrar sacrossanta das grandezas lusas – admirá-la-íeis tão grandiosa se lhe não houvesse acrisolado o gênio o saber das grandes produções antigas, e essa criação de D. Diniz, o rei trovador de Portugal, que assim abrisse o ingresso ao templo das letras, sentado nas ribas do Mondego, à mocidade portuguesa?<sup>776</sup>

Para Azevedo a época das Academias no século XII e XIII chegou, e para o registro da história o momento de fim da Idade Média se faz com a mediação das universidades. Ora, há a retomada do conhecimento secular e das belas produções por grandes escritores e políticos que passaram pelos bancos acadêmicos. “O século passado fora a sagração da sabedoria popular, o século atual foi o reconhecimento de outra soberania ainda mais bela, porque, emanada daquela, desenvolvera-se aos resplendores da Ciência – a soberania dos intelectuais”<sup>777</sup>. Ou seja, Azevedo está diferenciando uma época antiga, a de Camões, Ferreira, Sá de Miranda etc. como

<sup>775</sup> AZEVEDO, 2000, p. 754.

<sup>776</sup> Ibidem, p. 754 – 755.

<sup>777</sup> Ibidem, p. 755.

um momento em que predominava a força guerreira de um povo. Mas então, com a Revolução Francesa, com a Revolução de 1848, a civilização contemporânea caracteriza-se pela força intelectual, por ideias, pelo povo, pela juventude.

Dessa maneira, Azevedo trata de sua época com exemplos interessantes de diversos autores (revolucionários) e políticos (conservadores e revolucionários), todos saídos dos bancos universitários.

E que maior triunfo queriam os Acadêmicos – essa corporação donde eras mortas haviam saído os maiores poetas e mais sábios políticos – do que ver como representantes da literatura contemporânea – na Inglaterra Walter Scott e Byron – Goethe, Uhland e Oehlenschläger na Alemanha – Lamennais na França – Garret e Herculano em Portugal; como representantes das ideias políticas Guizot<sup>778</sup> e Thiers na França, Peel na Inglaterra, Martinez de la Rosa na Espanha, Gioberti e Rossi na Itália, e tantos outros que fora longo nomear, todos erguidos dos bancos universitários?<sup>779</sup>

Por fim, Azevedo ressalta que todo o desenvolvimento que ocorrera na Europa, também se aplica à academia nacional, que data de 1827. Segundo o orador, os brasileiros têm “sido reflexo das práticas e das usanças europeias”. Com isso, ele pretende expressar uma queixa de que as letras nacionais, ao teorizar dessa maneira, ainda não proclamaram o seu “grito de independência”<sup>780</sup>.

O que dissemos do desenvolvimento escolástico nas Universidades de além-mar, aplica-se inteiramente a nós, pois ainda após do dia 11 de agosto de 1827, era das Academias Jurídicas Brasileiras, temos sido reflexo das práticas e usanças europeias. Literatura, ciências, artes, tudo isso aprendemos lá. As letras nacionais ainda se não enriqueceram de um livro que não fosse bebido no outro hemisfério<sup>781</sup>.

---

<sup>778</sup> Azevedo em carta a mãe no dia 07 de julho de 1848 pede a mãe dois livros, um de Guizot e outro de Lamartine. “Quanto a mim quero lhe fazer duas encomendas também – um exemplar do – *Démocratie em France* de Guizot – e do *Raphael* de Lamartine – que aí nos jornais se anunciaram um a 200 rs. e outro a 800” Ibidem, p. 812. Como se vê, o interesse de Azevedo por Guizot segue aparentemente o interesse que se formou no Brasil e no mundo pela obra do ultraconservador em questões de regime de governo. A obra foi lançada em janeiro de 1849 na França, já em junho de 1849 já contava para uma tradução do livro para o português. Justiniano Rocha foi, quando editor de *O Brasil*, o maior entusiasta e publicista de Guizot. Por aí, podemos perceber toda rede de alcance da política conservadora no segundo império. Ora, vale lembrar que o livro foi publicado logo após a Revolução de 1848, que lançou base para a segunda república na França, o livro de Guizot traz rancores contra o povo, contra a república. Além disso, pensamos que desde o primeiro reinado, houve uma rejeição a forma republicana de governo no Brasil (mesmo com o modelo dos Estados Unidos), assim como os liberais e conservadores, naquele Brasil do segundo reinado, também rejeitam o regime de governo democrático. Daí pensar como, republicano às escondidas, Azevedo leu a obra de Guizot, não sabemos, pois não há registro.

<sup>779</sup> AZEVEDO, 2000, p. 755.

<sup>780</sup> CUNHA, 2021.

<sup>781</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

### 3- O nacionalismo de Álvares de Azevedo, retomadas

A respeito da formação da literatura brasileira, na argumentação do escritor paulista, ela ainda não tinha se realizado, pois era dependente de Portugal. Tanto que para Azevedo não é certo que Durão e Basílio da Gama fossem brasileiros. Para ele, a literatura deles se constituía como portuguesa, pois dialogava com o sistema simbólico português<sup>782</sup>. Daí a ironia dizendo que não era possível adiantar os relógios<sup>783</sup> (como disse no final do texto teórico “Literatura e Civilização em Portugal”). A “noite” portuguesa, o ocaso da presença da cultura portuguesa no Brasil já estava acontecendo, mas o processo de conclusão de sua presença ainda seria longo<sup>784</sup>.

Se Azevedo ressalta que toda a cultura e a produção literária local ainda são decorrência da europeia, qual o caminho para se diferenciar e produzir algo nacional? No Porvir? Talvez, o percurso fosse a partir das belezas naturais, da geografia ou da “cor local” do país. Para o orador, a imensidão e beleza da paisagem local dava indício que o Brasil poderia alcançar a civilização. Talvez, a abertura ao fazer literário diferente fosse algo a ser pensado a partir daquelas temáticas, que já estavam sendo posta em prática por escritores românticos brasileiros contemporâneos seus, como Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias.

Nisso, contudo, não pode cifrar-se nos o porvir. Os filhos desta nossa América onde os rios são Oceanos, as montanhas gigantes de rocha que vão perder-se com seu manto de florestas e catadupas e coroa trovejada, nas nuvens, e os paramos – extensões imensas lastradas das mais luxuriante vegetação, a perde-se a vista neles – não nasceram para ficar imóveis ante assombro dessa natureza sublime<sup>785</sup>.

Entretanto, acreditamos que temos aí neste trecho a possibilidade da ironia azevediana, pois sabemos que Azevedo rejeita esse modelo de literatura como único e mesmo principal. O questionamento do escritor paulista é irrefutável no trecho do ensaio “Literatura e Civilização em Portugal”. Ora, provavelmente os seus amigos sabiam de seu posicionamento diverso dos outros escritores, com isso, a ironia seria acessível a seus pares, ao invés de tomarmos ao pé da letra, que o orador era adepto ao fazer literário de um Dias<sup>786</sup>, por exemplo. Não é declarar

---

<sup>782</sup> CUNHA, 2021.

<sup>783</sup> Ibidem, op. cit.

<sup>784</sup> Ibidem, op. cit. Embora, nos pareça, a “noite” para o orador, longe de ser uma colocação negativa, a exemplo da “noite da Idade Média”, fosse antes um “gestar”, que a partir dela poderia no momento oportuno despontar-se o novo, a aurora. Talvez primeiro fosse necessário o reconhecimento de que as belas letras europeias já se encontravam decadentes; ao invés de influir mais uma vez, seria reconhecida a sua “inabilidade”, para assim dar espaço a outro povo na continuidade do conhecimento humano.

<sup>785</sup> AZEVEDO, 2000, p. 755.

<sup>786</sup> Em uma passagem de “Literatura e Civilização, Azevedo” critica o modelo de literatura de Gonçalves Dias, mesmo modelo que defende neste discurso de 1849.



“poesia americana” que a fará ser nacional, não é tratar da “cor local” que irá render-lhe o título de nacional, para o orador não se trata de tema, de delimitação pela natureza local ou de resgate dos povos originários, quase dizimados no longo período colonial, seja a “europeia ou chinesa”, o que garantiria a nacionalidade da literatura seria a construção de um sistema simbólico brasileiro<sup>787</sup>, bem como uma tradição mais pelo viés “social” que “político”.

[...] e essa polêmica secundária que alguns poetas, e mais modernamente o Sr. Gonçalves Dias parecem ter indigitado: saber, que a nossa literatura deve ser aquilo que ele intitulou nas coleções poéticas – poesias americanas. Não negamos a nacionalidade desse gênero. [...] Devaneie romances à europeia ou à china<sup>788</sup>, que por isso não perderão sua nacionalidade literária seus poemas<sup>789</sup>.

Também é possível identificar outras perspectivas na ficção de Álvares de Azevedo, especialmente através de seus personagens Penseroso e Macário, que debatem sobre a construção da tradição brasileira. Penseroso reconhece os diálogos na literatura nacional da cultura europeia, incorporando em sua fala uma mistura de elementos de “cor local”. Ele destaca a vastidão do país, realçando, ao mesmo tempo, as peculiaridades do sertão, da floresta e do sul do território, enquanto também dialoga com modelos literários estrangeiros, como os representados por Chateaubriand, Goethe, Byron e Thomas More.

[Penseroso] Esperanças! E esse Americano não sente que ele é filho de uma nação nova, não sente o maldito cheira de sangue, de mocidade e verdor? Não se lembra que seus arvoredos gigantescos, seus oceanos escumosos, os seus rios, suas cataratas, que tudo lá é grande e sublime? Nas ventanias do sertão, nas trovoadas do sul, no sussurro das florestas à noite, não escutou nunca os prelúdios daquela música gigante da terra que entoa à manhã a epopeia do homem e de Deus? Não sentiu ele que aquela sua nação infante que embala nos hinos da indústria europeia como Júpiter nas cavernas do Ida ao alarido dos Coribantes tem um futuro imenso?

Esperanças! não tê-las quando todos as têm! quando todos os peitos se expandem como as velas de uma nau, ao vento do futuro! Por que antes não cantou a sua América como Chateaubriand e o poeta de Virgínia, a Itália como Mignon de Goethe, o Oriente como Byron, o amor dos anjos como Thomas Moore, o amor das virgens como Lamartine?<sup>790</sup>

Já com Macário, temos uma ironia mordaz aos escritores, que tomavam como base a natureza do sertão e da floresta, ou das tradições perdidas de antigas civilizações. Ora, para Macário a “pele furta-cor do tigre não tem o perfume das flores”<sup>791</sup>. Em outros termos, a representação não será o “objeto vivo”, pois ele critica os escritores do Romantismo na forja de uma tradição, que não convence quem precisaria ser convencido, o brasileiro. A evocação de

<sup>787</sup> CUNHA, 2021.

<sup>788</sup> Para Azevedo o fato da ideia de pertencimento a um país, ou seja, uma vez “brasileiro”, não importa a temática ou esteja em outra terra, como bem o fez Camões, ainda assim não deixaria de ser literatura nacional, se pensado o peso do pertencimento de sua pátria.

<sup>789</sup> AZEVEDO, 2000, p. 715.

<sup>790</sup> AZEVEDO, A. *Macário*. Porto Alegre: L & PM, 2001, p. 95-96.

<sup>791</sup> *Ibidem*, 2001, p. 98.

autores como Gonçalves Dias, Magalhães e Santiago Nunes Ribeiro na fala de Macário e o escárnio produzido “exemplifica” o que não foi pronunciado no discurso de 1849, o desacordo de Azevedo na elaboração de uma “tradição política”, pleiteada e encabeçada pelo IHGB.

[Macário] Falam nos gemidos do sertão, nas tradições das raças perdidas na floresta, nas torrentes das serranias, como se lá tivessem dormido ao menos uma noite, como se acordassem procurando túmulos, e perguntando como Hamlet no cemitério a cada caveira do deserto o seu passado.

Mentidos! Tudo isso lhes veio à mente lendo as páginas de algum viajante que esqueceu-se talvez de contar que nos mangues e nas águas do Amazonas e do Orenoco há mais mosquitos e sezões do que inspiração; que na floresta há insetos repulsivos, répteis imundos; que a pele furta-cor do tigre não tem o perfume das flores... que tudo isto é sublime nos livros, mas é soberanamente desagradável na realidade!<sup>792</sup>

Desse modo, percebe-se que a invenção de uma tradição para Azevedo estaria mais próxima de uma visão do “tempo e espaço” e do historicismo do país aliados à herança ocidental da cultura. Em outras palavras, a unificação de um território para proclamar o sentir de um povo, sem, contudo, abrir mão do vínculo e diálogos com as outras nações. Portanto, Álvares de Azevedo diz então que os herdeiros desta terra não ficariam parados e inertes aos acontecimentos da história e da arte que aconteciam na Europa.

O cosmopolitismo era um traço do pensamento intelectual desde sempre, e para Azevedo, havia dois movimentos opostos em épocas de grandes feitos intelectuais, isto é, a nacionalização dos povos e ao mesmo tempo o compartilhamento cosmopolita da ciência por eles. “É um fato filosófico-histórico a tendência à unidade das Nações – senão levada até a realização dos brilhantes sonhos de St.-Pierre, Rousseau e Kant, porventura ao princípio de Guizot da sociedade intelectual dos povos e do cosmopolitismo científico”<sup>793</sup>.

Azevedo exprime então, com a intenção de exemplificar sua ideia sobre unificação de um território e comunhão de um povo, que “evoluções” ou para ser mais preciso com o seu discurso em trechos anteriores, que “revoluções” sociais como que ocorreu em 1789 na França precisam de tempos diversos, o de “preparação” e os de “fusão”. Se antes no reino francês havia uma certa diversidade de povos, legislações e costumes que divergiam de um lugar para outro, ainda que o governo centralizador do Antigo Regime tendia a nivelá-los, somente se pôde dar uma unidade após a efetiva comunicação desses povos com uma única ideia, um bem comum.

A esse máximo alvo é que têm tendido todas as grandes evoluções sociais: – indiretamente quando elas têm tido por fim a unidade das raças como essa grande comoção de 89 que, do mosaico de povos tão diversos por legislações e costumes que se chamava o Reino de França e Navarra, fez uma verdadeira nação – uma – se assim me é dado exprimir; diretamente quando tenderam à comunicação dos povos, e à unidade numa grande ideia. As cruzadas e as guerras Macedônias e Romanas, e o cataclismo da invasão bárbara o haviam trazido em menor escala nas idades antigas.

<sup>792</sup> AZEVEDO, 2001, 98-99.

<sup>793</sup> AZEVEDO, 2000, p. 756.

– E eis aí mais um desenvolvimento da teoria que esbocei-vos dos dois períodos da história da civilização – tempo de preparação e tempos de fusão<sup>794</sup>.

Para o orador, há uma hipótese evolutiva de que haveria uma tendência natural de unificação das “raças” em povos, provocada fosse pelas revoluções, como o que ocorreu com as raças do reino de França e Navarra, ou como ocorreu com as guerras macedônicas, romanas, ou ainda pelas invasões dos povos nórdicos na Antiguidade. “Tempo de preparação e tempos de fusão” dá a Azevedo a flexibilização de elaborar uma teoria do desenvolvimento, fosse pela unificação das raças, comunicação entre os povos (como sucedeu também nas cruzadas), ou a busca de uma unidade territorial, que fomentam não somente o “desenvolvimento” local, mas também o da humanidade.

Todos os povos que progrediram e desenvolveram suas capacidades cognitivas e o apogeu civilizatório de seu território, mesmo que não existam mais, o conhecimento acumulado se reúne em uma única humanidade “progridida” e inteligente. Tanto que para Azevedo a humanidade não morre, mas as nações, segundo ele, entram em colapso, em decadência. Nessa ótica, as nações chegam a um fim, posto que domínios políticos e geográficos de povos nascem, florescem e entram em declínio. Entretanto, uma época “ao morrer” deixa, de acordo com o escritor, uma herança do desenvolvimento intelectual à era seguinte.

O pensamento de Azevedo dialoga, portanto, com a ideia de Herder, segundo a qual, cada civilização deixou algum legado para a civilização seguinte, “herdadas das riquezas do passado”. A prova disso, segundo o orador, é que a Europa é o “sincretismo” das civilizações Egípcia, Grega, Romana, Nórdicas, Árabes e Africanas, portanto, miscigenada.

A humanidade não morre. As gerações se sucedem herdadas das riquezas do passado. – A civilização europeia é hoje o ecletismo (perdoe-se a expressão) de todas as antigas, desde a Egípcia desenvolvida na Grega e acrisolada na Romana, e da Romana fundida nas crentes hordas pagãs do Norte e dos Agarenos Mosselemanos que aí se ergueram dos desertos da Ásia e África, como os areais de sua pátria às lufadas do *simoun*<sup>795</sup>.

Para Álvares de Azevedo, “[a] História aí está para prová-lo; não houve sequer um fato de progresso e civilização que não viesse da fusão das raças nas Nações, e das Nações em novas organizações políticas<sup>796,797</sup>. Ao afirmar como natural a “fusão das raças”<sup>798</sup>, Azevedo retomou parte do pensamento de Carl Friedrich Philipp von Martius, que foi amplamente difundido pelo

---

<sup>794</sup> AZEVEDO, 2000, p. 756.

<sup>795</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>796</sup> “Nações em novas organizações políticas”, sobre os regimes de governo, talvez fosse aí uma entrada para pensar a própria configuração política do país, a monarquia constitucional autocrática.

<sup>797</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

<sup>798</sup> CUNHA, 2021.

texto “Como deve escrever a História do Brasil” de 1843. No texto, o botânico alemão estabeleceu que a história do país deveria ser contada a partir das três raças<sup>799</sup>.

No entanto, embora haja ideias progressistas, o posicionamento de Martius a respeito da importância do português, do índio e do negro é de um ponto de vista do colonizador, em que um povo é visto como superior a outro e, portanto, uma raça, a branca, teria a gerência de todas as demais: “[...] o Português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o Português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor”<sup>800</sup>. As outras raças ainda são descritas com os vocábulos de “raças inferiores”, embora a importância delas seja ressaltada na formação da população<sup>801</sup>.

A diferença entre Martius e Álvares de Azevedo é que este reafirma como positiva a ação da mestiçagem, considerando-a favorável à formação da nação e no processo de transformação desta civilização, que também estaria influenciada pelo tempo e lugar. Se por um lado não houve palavras de Azevedo sobre a condição do negro, isto é, posta em texto, por outro tampouco houve um posicionamento de opressão de raças sobre outras. Longe disso, diz que a constituição de um território se dá quando de fato ocorre a fusão das raças; ora, com isto cremos que ele sugere que o produto final das raças é o mestiço, a mestiça, portanto, “atores” e “atrizes” ativos no desenvolvimento do país, tirando-os assim da tutela do branco europeu<sup>802</sup>.

Para Azevedo, é necessário pensar em “história filosófica de um povo” a começar das ações e reações das raças em um “fim unitário” de seu povo. Deve-se ponderar que as nações podem se reestruturar em “novas organizações políticas”, que favoreçam a possibilidade de um outro fim, um que tenda ao “progresso” do território. A “história das nações”, portanto, deveria ser pensada a partir de estudos dos “embates” e das “fusões” de povos e de “civilizações”, “desenvolvidas ou tolhidas pelas circunstâncias de tempo e lugar”.

A História filosófica de um povo – di-lo-ei, portanto, alargando uma ideia de Martius – é o estudo das ações e das reações das raças entre si, tendentes para o fim unitário – desenvolvidas ou tolhidas pelas circunstâncias de tempo e lugar. A História das Nações é o estudo do embate e da fusão das civilizações parciais entre si, na cruzada do progresso<sup>803</sup>.

Para sustentar seu argumento, Azevedo cita como exemplo Orfeu e Anfion, os trovadores escandinavos, os bardos celtas, os “legisladores” profeta e poeta da Ásia, rei

---

<sup>799</sup> CUNHA, 2021.

<sup>800</sup> MARTIUS, 1956, p. 442.

<sup>801</sup> CUNHA, op. cit.

<sup>802</sup> Ibidem, op. cit.

<sup>803</sup> AZEVEDO, 2000, p. 756-757.

mitológico da Ática e “romeiros científicos” da Grécia que, de um certo modo, conduziram o desenvolvimento de seu povo; a estes últimos Azevedo dá destaque ao que viram e aprenderam em “lar estrangeiro”. Em sua divisão, ele diz que à ciência compete o desenvolvimento do espírito da humanidade. Esse trecho traz ainda o que ele vinha dizendo sobre o diálogo e a herança de um povo ao outro.

Nesse grande desenvolvimento do espírito humano, é aos homens da Ciência que pertence a direção das turbas. Poetas como Orfeu e Anfion, os *fidders* rúnicos dos povos Escandinavos, e os rígidos bardos das raças Célticas – legisladores como Cécrops e Zoroastro – a eles compete o desenvolvimento dos Povos. Romeiros científicos como Pitágoras e Sólon, a eles cabem os recontos do que lá viram e aprenderam no lar do estrangeiro<sup>804</sup>.

Ademais, ao pensar sobre a “cruzada do progresso” no percurso político e artístico do seu país, Azevedo dialoga ainda com a ideia, em sua contemporaneidade, do papel do continente Americano no cenário cultural do ocidente. Ele coloca em discussão a utópica ideia de que a América herdeira de “todas as inteligências”, de “todas as forças” e de “todas as raças”<sup>805</sup> seria o local dos acontecimentos culturais do futuro e assim de regeneração da civilização ocidental<sup>806</sup>.

Embora uma utopia – é uma sublime ideia essa de um publicista contemporâneo – do papel do Continente Americano, na direção da realização das idades do porvir. A convergência de todas as inteligências, o enfeixamento de todas as forças, a liga de todas as raças, desde a criatura enfezada do Kamtschatka até o Berebere tismado dos queimadores de sois do Saara, desde o Jau da Ilhas do Pacífico até o Bretão sombrio da Albion dos mares do Norte – deveria por certo produzir uma nova raça mais forte, uma civilização mais bela, uma literatura mais rica<sup>807</sup>.

O texto de Azevedo instiga bastante, primeiro porque ele repete a fórmula do “clima” (como espaço e tempo) e do historicismo dos diversos povos para defini-los, uma vez que é justamente na diferença que se delibera a identidade. Depois, o olhar bastante horizontal do orador, pois não há em nenhum momento a superioridade de um povo. Por fim, para o escritor paulista, somente seria possível a construção de algo novo e valoroso a começar pela incorporação do diverso (tradição ocidental) e do particular (clima) é que se criaria “uma nova raça forte, uma civilização mais bela, que poderia obstinar-se inclusive na possibilidade de se construir uma literatura mais rica” para o continente Americano e, portanto, para o Brasil.

A época do Brasil de Álvares de Azevedo é, portanto, um período de movimento pela transformação e mesmo de construção da cultura nacional. De um lado, Azevedo inquire sobre o surgimento de uma literatura nacional, o nível de “civilidade” do país e da América, o tema

<sup>804</sup> AZEVEDO, 2000, p. 757.

<sup>805</sup> CUNHA, 2021.

<sup>806</sup> DENIS, 2018.

<sup>807</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 757.

que a literatura deveria tratar, o papel da academia na vanguarda civilizatória e a vanguarda dos bacharéis no desenvolvimento das belas letras. Do outro, a academia, no Brasil, data de 11 de agosto de 1827, conseqüentemente, nova era para o desenvolvimento intelectual da juventude, da também jovem nação. No entanto, a nação ainda não tinha um sistema simbólico nacional (mas Português)<sup>808</sup>, a literatura estava sendo retratada a partir de um entendimento da cor local. Enfim, o futuro estava em debate e a ideia de regeneração e resolução do “problema humanitário” da Europa, pela América era posta em discussão desde Ferdinand Denis.

Não nos inebriando, contudo, com essas ilusões poéticas do Sr. Elias Regnault, seguindo a ideia do cativo de Santa Helena, temos de fé que a América tem uma grande missão de regeneração – e aí, senhores, a pensarmos como Ferdinand Denis, não será à terra de Santa Cruz que deve caber a menor glória nessa resolução do grande problema humanitário<sup>809</sup>.

Ora, a produção dos escritores brasileiros que compõem a parte nacional do *Resumo* provoca certas inquirições a Denis. Para ele, o recém independente país deveria criar um “caráter particular” de literatura, e que se deixasse de olhar para a Europa.

Os americanos nem sempre manifestam em suas produções os efeitos da natureza que os inspirava. Antes de se libertar, parecia até almejem esquecer a pátria para pedir à Europa uma parte de sua glória. Agora, devem fundar sua literatura, repito: ela deve ter um caráter particular<sup>810</sup>.

Por certo, o palpite de Denis impacta os intelectuais sobre a necessidade de uma literatura nacional. Logo, na formação do cânone, Magalhães tornou-se o expoente para essa vertente literária.

O *Resumo [da história literária de Portugal seguido do resumo da história literária do Brasil]* logrou grande impacto sobre os intelectuais brasileiros da primeira metade do século XIX, que transcreveram suas afirmações sobre a necessidade de a literatura exibir caráter nacional e dar vazão à cor local, valendo-se delas para reiterar a importância das criações literárias, como as de Gonçalves de Magalhães (1811-1882), pioneiro da poética romântica no país. Logo, a interpretação da formação do cânone das literaturas em língua portuguesa não pode descartar a presença de um de seus fundadores mais significativos<sup>811</sup>.

Na obra de Denis há critérios importantes não só na elaboração de uma história da literatura, mas também de centro, que irradiam ideias. Ele não foi o primeiro<sup>812</sup>, mas um importante pensador na aplicação das concepções de tempo, espaço e narração para a História

---

<sup>808</sup> CUNHA, 2021.

<sup>809</sup> AZEVEDO, 2000, p. 757.

<sup>810</sup> DENIS, 2018, p. 359.

<sup>811</sup> ZILBERMAN, R. Ferdinand Denis e o resumo de História da literatura. In: DENIS, Ferdinand. *Resumo da História de Portugal seguido do resumo da história literária do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2018, p. 45.

<sup>812</sup> Antes dele, Bouterwek e Sismondi realizaram as suas Histórias da Literatura de Língua Portuguesa.

da Literatura, além do conteúdo e os efeitos de sua obra orientarem a trajetória e interpretação da literatura nacional.

No *Resumo*, encontram-se os critérios de construção e reconhecimento de uma história da literatura que conferiram a essa última suas marcas fundamentais. O autor não foi o primeiro a utilizá-los, mas um dos pioneiros na aplicação das concepções de tempo, espaço e narração que transformaram a História da Literatura em um gênero autônomo e uma área de conhecimento independente. Por isso, importá-lo para a atualidade faculta conhecer não apenas seu conteúdo, mas também seus efeitos, a saber, a irradiação de que é centro e que determinou a trajetória das leituras e interpretações das literaturas em língua portuguesa<sup>813</sup>.

A própria História da Literatura, alinhada à História, que narra início e transformações do desenvolvimento literário de um povo, enquanto gênero que elege um início mítico, de fundação, na trajetória de avanço ou retrocesso evidencia mudanças tanto nos planos artísticos quanto no político. Ao pensarmos sobre a formação da literatura nacional, é importante ressaltar a contribuição que foi a História da Literatura de Denis para a formação da literatura no Brasil.

A História da Literatura, alinhada à História, assenta-se, desde seu aparecimento, em um princípio cronológico, narrando os inícios, as transformações e os modos como desemboca no presente. Enquanto gênero literário, corresponde ao das grandes narrativas (LYOTARD, 1986), elegendo um início mítico – a fundação (ZILBERMAN, 1994), a que se segue uma trajetória ascendente até, de preferência, a atualidade do historiador que a redige e do público visado. Adota, por causa disso, foco evolutivo, calcada sobre a noção de progresso (ou o seu avesso, o declínio), utilizada para evidenciar as mudanças ocorridas nos planos artístico e político<sup>814</sup>.

A representação do caráter nacional pela óptica da cor local, apontada por Denis, torna-se sentenciosa. Ao movimento romântico, esse caráter nacional torna-se imperativo na constituição da arte no XIX, ditando sua produção e recepção. Tanto que ele é aparato da consolidação do Estado-nação, cujo território é assegurado não somente por uma comunidade criada, como também por uma cultura. Ora, a literatura, que então se faz a partir das pessoas, da história e da natureza, consegue alçar a validação dessa cultura.

À grade temporal associa-se uma proposição de ordem judicativa – a representação do caráter nacional, decorrente da manifestação espontânea da cor local. É por ocasião do Romantismo que o caráter nacional alça-se à palavra de ordem da expressão artística, afetando sua produção e acolhimento. O vínculo não é ocasional, pois o período assiste à emergência e consolidação do Estado-nação, cuja territorialidade é garantida não apenas pela conformação de uma comunidade imaginada, conforme conceituação de Benedict Anderson (ANDERSON, 1989), mas também por uma cultura, dentre a qual sobressai a literatura, que, por meio de tipos humanos, uma história e uma natureza, valida a verdade de sua existência, origem e propagação<sup>815</sup>.

A história da literatura participa do projeto de como o caráter nacional se mostra nas obras dos escritores locais. No geral, essas histórias literárias sobrevivem às mudanças políticas

---

<sup>813</sup> ZILBERMAN, 2018, p. 45.

<sup>814</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>815</sup> Ibidem, loc. cit.

e são capazes de expressar a autonomia e autenticidade que persistem na literatura, como foi a literatura de língua portuguesa.

A História da Literatura participou intensamente deste projeto, narrando como esse caráter nacional se apresenta na obra de autores locais. [...] [F]ortaleceu-se e, assim, sobreviveu às mudanças políticas, sociais e ideológicas que levaram à crise do Estado-nação de onde recebia seus principais insumos. Por isso, muitos critérios originalmente propostos pela História da Literatura permaneceram, sobretudo em conjuntos literários em que a busca de autonomia e autenticidade persiste, como ocorre a algumas das expressões nacionais das literaturas de língua portuguesa<sup>816</sup>.

A valorização de uma obra a partir de sua “[...] recepção enquanto horizonte resultante das interpretações [...] de[la] ao longo do tempo”<sup>817</sup> (isto é, permeada então por uma “Estética da Recepção”<sup>818</sup> no processo de resgate de uma História da Literatura<sup>819</sup>); especificamente “[o *Resumo* de Denis], [ele] disseminou uma interpretação sobre as literaturas lusitana e brasileira. [...] [Ele firmou-se] como parte do espectro de conhecimento das culturas em língua portuguesa”<sup>820</sup>.

A obra de Denis, no que tange à formação e à afirmação da literatura no Brasil, evidencia o que um sistema português e um sistema brasileiro poderiam oferecer a um autor que buscasse alicerçar sua identidade e diferença na composição da sua obra.

Dessa prática, advém a explicitação do campo de possibilidades de leitura das literaturas em língua portuguesa naquele período de renovação de um dos conjuntos – o de Portugal – e de formação ou afirmação de outro – o do Brasil. Sob esse aspecto, Denis não se configura enquanto um leitor idiossincrático ou privilegiado, mas se evidencia como um expoente do que o(s) sistema(s) literário(s) português e brasileiro poderia(m) oferecer a um artista ou a um intelectual no tempo em que se alicerçavam suas respectivas identidades e diferenças<sup>821</sup>.

De volta ao texto de Azevedo, especificamente quando ele trata do que disse Denis a respeito da América ser o lugar de reestruturação da arte, visto que na Europa ela estava decadente; embora haja a ideia de regeneração da literatura aplicada ao continente e ao território nacional, havia muito o que fazer, uma vez que não havia uma tradição própria. O momento histórico em que Azevedo está inserido é de elaboração nas diversas áreas do conhecimento nacional, não só nas ciências, como nas artes. Tanto que as experiências políticas e culturais da sua contemporaneidade apontam para isto, se pensar que havia já todo o empenho do governo,

---

<sup>816</sup> ZILBERMAN, 2018, p. 46.

<sup>817</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>818</sup> “[Jauss] atribuiu à Estética da Recepção, posicionamento teórico e sobretudo metodológico de que era o principal porta-voz, a possibilidade de superar os dilemas com que se deparavam os estudos históricos dirigidos à literatura no âmbito da pesquisa e da docência. Praticante da ciência de que era o fundador e renomado expoente, Jauss renovou as possibilidades de exame da obra literária desde uma perspectiva histórico-estética que não repetisse os, em sua opinião, equívocos do passado”. Ibidem, p. 47.

<sup>819</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>820</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>821</sup> Ibidem, loc. cit.



por meio do IHGB em forjar símbolos nacionais, e mesmo por parte dos estudantes um comprometimento no desenvolvimento pátrio. Desse modo, o pensar sobre o desenvolvimento cultural (social, econômico, político) e torná-lo possível, segundo Azevedo, poderia sim ser uma empreitada realizada também pelos acadêmicos, uma vez que estes estavam sendo instrumentalizados pela ciência produzida nas universidades, herdeiras de um passado e baliza de um porvir.

E aí como sempre – quando os ecos brasileiros restrugirem abalados pelos hosanas das Nações, quando os Povos se coroarem dos imorredores louros do triunfo – aí, como sempre, caber-vos-á a vanguarda a vós Acadêmicos – a vós representantes das ciências do passado e das glórias vindoiras – a vós, hoste de almenaras do progresso o acordar as multidões ao purpurar-se no Oriente<sup>822</sup> o soldo futuro<sup>823</sup>.

Se cabe à vanguarda aos estudantes, a mudança política, social e econômica de fato ocorreria quando a nação e o povo triunfassem. Como diz Azevedo, somente quando os “ecos brasileiros” causam estrondos comovidos pela glorificação das nações, quando os povos arrematarem as eternas glórias do grande êxito, aí sim haveria a possibilidade de se tornar efetivamente uma nação.

Como fizera anteriormente, Azevedo trata uma vez mais os estudantes como soldados, visto que ele traz para o discurso palavras do campo semântico da guerra, como “hoste de almenaras” e “soldo”<sup>824</sup>. Azevedo justifica então sua “defesa bélica” em prol de um bem maior, a ciência e o “sacrifício” que se deve fazer em nome dela. Ele cita Thierry, um dos primeiros historiadores que trabalha com fontes originais em seus textos, como exemplo de mártir da ciência, transcrevendo sua fala de que nada vale os gozos materiais, fortuna, saúde comparada à ciência. Ora, a palavra mártir remete ao grande imolado do cristianismo e dá à ciência uma aura, que rejeita os prazeres terrestres, em benefício de algo superior, elevado. O orador cita também Moisés como exemplo de “regedor de turbas”, e complementa dizendo que assim devem ser as outras nações, inclusive o Brasil, que devem peregrinar em direção à ciência.

O profundo ledor das velhas crônicas da França, Augustin Thierry, esse mártir da Ciência que o deixara cego e prostrado, dizia há quinze anos: “Há uma coisa que vai mais que os gozos materiais, mais que a fortuna, mais que a saúde mesma – o sacrifício à Ciência”.

E o caminho para esses pavês enlourado de regedor de turbas, de guiador por entre desertos – como o Moisés do Povo Hebreu – das Nações que também peregrinam sua romagem para a Canaã do progresso – é a Ciência<sup>825</sup>.

<sup>822</sup> O “purpurar-se no Oriente”, pensamos também nesta imagem, além da riqueza passada pela cor púrpura, o oriente como o espaço de origem, berço da civilização e mesmo lugar dos patriarcas condutores, a exemplo de Moisés e o povo hebreu e as nações que peregrinam rumo ao “progresso”.

<sup>823</sup> AZEVEDO, 2000, p. 757.

<sup>824</sup> A hoste é o exército para fazer guerra, a almenara é o fogo feito na torre para dar rebato aos inimigos e o soldo era o pagamento do soldado.

<sup>825</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

Se anteriormente, Azevedo diz que devesse movimentar em direção à ciência, se “sacrificar” em seu nome, por conseguinte, ele passa a dar exemplos da vida dos grandes escritores da tradição ocidental, históricos e ficcionais (Ossian), visto que eles são marcos de instituição e transformação da literatura, e a ressaltar as dificuldades que possivelmente enfrentaram, mas que nem por isso deixaram de influir e transformar a sociedade.

O escritor paulista questiona, portanto, se há algo mais belo do que o amor literário, e, para isso, introduz a imagem do mendigo<sup>826</sup>, velho com sua lira no ombro, o esplendor máximo do crepúsculo<sup>827</sup> oriental igual ao Júpiter de seu poema: “entre essa tanta mágoa e padecimento, esses homens que na frase de Lerminier, eram *Deus pelo gênio*”. Grandes imagens para denotar a sagração e ocupação daqueles poetas ao fazer literário, e o resultado disso à sociedade.

E o que há de mais belo que o amor literário? Vestindo embora o manto andrajoso de mendigo, esse velho cantor da sublime epopeia dos tempos antigos, não achai-lo grandioso ainda assim, com sua lira no ombro, a longa e rugosa fronte aurirrubra das tintas deslumbradoras dos crepúsculos orientais – imóvel e sublime como o Júpiter tonante de seu poema? – E Ossian, o bardo-rei de Morven – cego também, cego como Homero, e como depois tinha de sê-lo o tenebroso Poeta do *Paraíso perdido* – despertando nos saguões mudos dos desertos paços reais de Selma, pelo rugir do embate das armaduras férreas de encontro às muralhas – às bafagens do vento da noite – e despendurando a harpa do muro, a cantar – solitário ancião com as cãs derramadas em ondas marmóreas sobre a trave dela – os cânticos de guerra dos homens do passado – entre as trevas espessas da alta noite; ou nos serros geosos de Inisfail aos albores nevoentos dos sombrios luars de inverno, e os olhos cegos erguidos sob o tríplice anadema da fronte sobranceira – de rei, poeta e ancião – e como a perguntar às nuvens fantásticas do céu ensombrado, encasteladas nas alturas, histórias dos Clãs de Inistora, Erim e Tura, e dos valentes pares de Fingal e Oscar – aí dormidos em torno, de sono de pálpebras plumbeais sob o ervaçal deserto e frio das urzes da montanha? – Dizei-me: — nunca imaginastes Petrarca com sua grinalda de eloendros e mimosos mirtos da Itália, pálido vate embebecido em sonhos de Laura – flor aberta nas leivas da serra, e voltando o cálice branco ao céu a enamorar-lhe lá uma estrelinha? – E Camões, o estremado guerreiro – o trovador dos brios portugueses, e transunto do heroísmo das assombradoras e altivas lendas do passado de uma nação valente – que num poema ia legar-lhes os cultos do universo, a essas almas de Romanos da terra Elisa – nunca o imaginastes na sua caverna de Macau arrebatado de entusiasmo pátrio, ou enternecido e saudoso de amores que além do mar lhe ficaram? – E dizei-me, Senhores, entre essa tanta mágoa e padecimento, esses homens que na frase de Lerminier, eram *Deus pelo gênio* – não lhes acreditais vós venturas?<sup>828</sup>

O orador mais uma vez busca convencer seu público, chamá-los à execução do projeto de uso da ciência em benefício da sociedade, serem a vanguarda do desenvolvimento nacional, mesmo que fosse pelo uso da literatura, pela educação estética. Aparentemente, tudo em nome do benefício maior, nada importando além disso, nem mesmo se houvesse um grande preço a

<sup>826</sup> Aqui a referência é clara acerca de Homero, mas os poetas presentes na obra azevediana aparentam uma tópica, quase sempre é um mendigo, faminto, desprezado, sozinho, a exemplo do poeta de “um cadáver de poeta”.

<sup>827</sup> Claridade no céu entre a noite e o nascer do sol ou entre seu ocaso e a noite; dispersão da luz solar na atmosfera e em suas impurezas; por metonímia o tempo de duração dessa claridade, antes de se firmar o dia ou à noite. Quanto ao uso por Azevedo, o vemos referir-se ao anoitecer, como movimento da temporalidade que se finda, encerrando em si, um ciclo, já bem exposto no final de seu texto “Literatura e civilização em Portugal”.

<sup>828</sup> AZEVEDO, 2000, p. 757 - 758.

pagar, se pudessem colocar, de fato, o andamento da “revolução pelas letras”. Para reforçar o seu argumento, Azevedo usa então a história pessoal de Dante Alighieri, Camões, Tasso e o sacrifício que fizeram em nome dessa “ciência”.

Que importa esse peregrinar do desterrado Gibelino de Florença, o sombrio Alighieri que da terra pátria, além do coração afogado de saudades, só levava a espada com que comprara glórias em Campoldino, e a pena com que encetara o seu poema tenebroso? – Que importam o hospital do vate dos *Lusíadas*, o suicídio de Chatterton, o cadafalso de André Chénier? Que importa que os louros do Capitólio só pousassem na fronte gélida e hirta do morto poeta de Leonora, o sonhador da grande epopeia cristã, travada à sombra dos palmares santos da Palestina? Que importa? Se mais bela a apoteose da glória se lhes erguia, radiante e louçã como a Vênus do paganismo das escumas argêntas do Oceano? Que prova a ingratidão dos séculos para com essas grandes imaginações – tamanhas que desentendidas foi-lhes sina passar entre as multidões – contra a sublimidade do sacrifício à ciência? Lembrai-vos, Senhores, dos versos do fatídico evocador das cenas pavorosas dos frescos da Sistina, dos painéis gigantes do juízo derradeiro:

*Pur foss'io tal.*

*Per l'aspro esilio suo, con sua virtute*

*Darei al mondo il più felice stato.*

E o que há i de mais sublime do que essa agonia de poeta que pode dizer com Beethoven: – “Não é verdade, Hummel, que eu era um gênio?”<sup>829</sup>

A proposição de Azevedo é de que uma vez iniciada a “revolução”, para que as mudanças de fato se sustentem, como contrapartida era possível que houvesse alguma retaliação, no entanto, caso isso ocorresse, eles deveriam persistir, perseverar para que objetivo fosse cumprido.

Azevedo rememora então o seu momento histórico, isto é, do território pátrio como a era da nacionalidade. Porém, ele dissertou mais a respeito da ausência de “produtividade intelectual nacional” do que de fato havia até aquele momento, inclusive da arte no país. O orador citou o passado, pensou no futuro, a fim de que se refletisse naquela ocasião sobre o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, do que ele considerava como termômetro da “civildade”, a literatura de um povo.

Perdoai-me, Senhores, se calei-vos as emoções que me desperta o dia das grandes reminiscências, a era da nossa Nacionalidade. Perdoai se achei mais digno de vós recordar-vos o brilhantismo do passado e as esperanças do porvir – lembrar-vos a grandeza de vossa missão civilizadora<sup>830</sup>.

Talvez pressionado pela exposição pública é possível repercussão de seu discurso<sup>831</sup>, Azevedo disse que a poesia de Gonçalves Dias havia conseguido regenerar a poesia desde *Caramuru* e o *Uruguai* (duas obras que para Azevedo expressam mais a simbologia portuguesa que brasileira). Se havia a ideia de regeneração da literatura naquele instante por grande parte

<sup>829</sup> AZEVEDO, 2000, p. 758 - 759.

<sup>830</sup> Ibidem, p. 759.

<sup>831</sup> O pai de Azevedo manda enquadrar o discurso de 1849, já o de 1850 serve como subsídio para uma reprimenda paterna.

de seus contemporâneos, o fato é que para Azevedo o caminho não seria apenas os vieses da temática indianista, cor local ou saudades da terra pátria. Contudo, naquele momento, ele dialoga, em seu discurso, com o que estava sendo feito na arte pelos escritores e poetas brasileiros, seus contemporâneos.

Bem haja àqueles de vós que tão bem a compreendem, a esses que por aí por nossa terra vão acordando o amor literário, a essa mocidade que seguindo o impulso de um livro fadado a fazer época em nossa história literária, porque foi um livro criador – *Os primeiros cantos*, do Sr. Gonçalves Dias – que veio regenerar-nos a rica poesia nacional de Basílio da Gama e Durão, assinalada por essa melancólica Nênia de um gênio brasileiro que há dez anos sentou-se aqui nos bancos acadêmicos – bem haja a essa mocidade que nos tem dado as suas inspirações de poeta, que aí se ensaia na intimidade das Sociedades Literárias para os debates da tribuna, e apoderando-se da grande alavanca da imprensa, começa a abrir as portas do Teatro Brasileiro aos talentos nacionais. – Bem haja, Senhores, ao Sr. Magalhães, o fundador do nosso Teatro; ao Sr. Dr. Macedo, o autor desse *Cego* tão poético e belo – ao Sr. Pena – mancebo tão rico de esperanças e gênio que lá se foi morrer na terra estrangeira – o terem tão bem compreendido a sua missão – e enfim, Senhores, louvores àquele que há um ano levou à cena um fato Colonial Paulista, e àquele que, ideador de um sonho ainda mais belo, dos malqueridos afetos de um poeta, senta-se hoje junto conosco nos bancos da Academia<sup>832</sup>.

Azevedo sustenta, uma vez mais em seu discurso, o papel de destaque que ele vinha atribuindo à mocidade no encabeçamento e desenvolvimento do fazer literário. No entanto, se antes, o orador apenas convocava os estudantes brasileiros a se posicionarem, entrincheirar-se na luta em prol da “revolução” pelas belas letras, agora ele dá um passo adiante e cita exemplos dos pretensos desenvolvimentos já feitos à literatura nacional. Além disso, ele afirma ainda que os jovens universitários já estão atuantes no cenário de produção, visto que eles ensaiam nas “Sociedades Literárias” o que já colocavam em tribuna (inclusive ele com sua participação ativa nessas sociedades e discursos postos à prova ao público).

[...] [N]ão se pode entender a literatura da época sem referência ao clima político, nem situar a este sem ligá-lo ao jornalismo e à oratória, e tudo tem de ser remetido a um transfundo de circunstâncias sociais. Prosseguem essas circunstâncias, enraizando-se organicamente na vida do país, desde o século anterior: o ruralismo dominante no mapa demográfico, com a consolidada ascendência das mesmas classes vinculadas ao latifúndio e aos postos governamentais; ao mesmo tempo cresce e começa a esfregar os olhos a classe média (outros dirão burguesia) urbana, inclinada a pedir contas à situação e a perguntar ao mundo por novidades. Um ambiente intelectual ainda relativamente estreito, mas já muito alagável do que a do período “arcádico”, e cheio agora de maiores possibilidades acadêmicas, com mais notícias do estrangeiro e mais mobilidades e diferenciações<sup>833</sup>.

Para Azevedo, os acadêmicos também têm aberto as portas do teatro aos escritores nacionais, inclusive apoderando-se da imprensa. O escritor paulista cita ainda nomes conhecidos de sua época, como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, segundo Azevedo o

<sup>832</sup> AZEVEDO, 2000, p. 759.

<sup>833</sup> SALDANHA, 1968, p. 175.

fundador do teatro nacional<sup>834</sup>, Joaquim Manuel de Macedo e Martins Pena para mostrar qual era o andamento das produções literárias.

Azevedo deixa explícito o interesse dos estudantes da Faculdade de Direito acerca do teatro. Ao procurarmos informações da época, sabemos que data desde 1829 a contribuição dos acadêmicos à essa área, visto que eles inclusive fundaram uma companhia. Já em 1840 ocorre uma renovação do teatro paulista, com a participação ativa dos estudantes da academia jurídica.

A partir de 01 de março de 1826, data da fundação da Faculdade de Direito de São Paulo, o Teatro da Ópera, denominado Teatro de São Paulo a partir de 1840, adquiriu vida nova, com a participação ativa dos estudantes, que muito contribuíram para o desenvolvimento do teatro, nessa época. E não seria exagero afirmar que foram os acadêmicos os responsáveis pela renovação das atividades teatrais no segundo quartel do século XIX. Basta lembrar que na inauguração dos dois grandes teatros do século XIX, São José e Provisório, foram apresentadas obras de alguns estudantes da Faculdade de Direito: Sizenando Nabuco, Carlos Augusto Ferreira e José Felizardo Júnior. Em 1829, os estudantes da Faculdade de Direito formaram uma companhia, denominada Teatro Acadêmico, composta por estudantes do Curso Jurídico, destacando-se, entre outros, Fernando Sebastião Dias da Mota (trágico), José Maria (cômico), Jósimo do Nascimento (ingênuo) e arrendaram o Teatro da Ópera por cinco anos<sup>835836</sup>.

A participação dos acadêmicos é notória na produção teatral, tanto que Azevedo nos dá pista sobre a encenação de “um fato Colonial Paulista” que obteve êxito. O orador não citou nomes, mas sabemos que se trata do aluno de direito Paulo Antônio do Vale, que levou a público o drama *Caetaninho ou o tempo colonial*, reputado por Azevedo como sendo de boa qualidade. A apresentação dessa peça ocorre em 1848 e comprova não somente o êxito de seu autor, mas também marca presença em relação à produção nacional: “Outra data a ser citada é a de 1848, com o sucesso do drama histórico paulista intitulado *Caetaninho ou O tempo colonial*, de Paulo

<sup>834</sup> Ainda que criticado já em sua época, Magalhães tem lá sua importância no pontapé das belas letras em território nacional.

<sup>835</sup> Ora, ao olharmos para a época de Azevedo, percebemos que o que se apresentava nos teatros nem sempre era de qualidade, bem como o público ainda não possuía a “educação estética e comportamental” adequada para lidar com o que se encenava. “Vale a pena ressaltar o comportamento do público nesses primeiros anos em que a cidade via nascer, de certo modo, uma preocupação com a atividade teatral. Vaias, gritos, intervenções e brigas eram comuns durante as apresentações. Em 09 de julho de 1850, o Chefe de Polícia enviou um ofício à Câmara Municipal solicitando providências para que não houvesse barulho nas noites de récitas. Outra situação inusitada foi a publicação de uma severa portaria do Governo Provincial, representado por José Nabuco de Araújo, datada de 08 de agosto de 1850, em que ‘não se justificam usos tradicionais de tropelias e vaias’ (RIBEIRO NETO, 1974, p. 39). Quanto aos trajes, o espectador não podia se apresentar descuidado, em trajes de trabalho, ‘com sapatos sujos, rotos ou sem eles. Que se abotoasse, que se compusesse, que se penteasse, fizesse a barba, envergasse a melhor fatiota’. (*Idem, ibidem*). Diante desse quadro, em 1850, Álvares de Azevedo vociferava: ‘é uma miséria o estado do nosso teatro’, lastimando a baixa qualidade artística e literária das obras, em um teatro puramente comercial, com predominância para o ‘drama sanguinolento’ e ‘quadros de terror’, expedientes do melodrama, além das encenações malfeitas (FARIA, 2001, p. 50)”. SILVA, Edson Santos. De arribanas a teatros: espaços teatrais em São Paulo no século XIX. *Pitágoras 500*. Campinas, SP, v. 2, 2012, p. 89.

<sup>836</sup> *Ibidem*, p. 88.

Antônio do Vale, em três atos, um documentário expressivo da época, representado pela Sociedade Dramática Constância”<sup>837</sup>.

A missão de construir uma nova literatura, segundo Álvares de Azevedo, estava sendo posta por acadêmicos como ele, que passaram pelos “bancos da Academia”. Mas, há um desacordo, quando se trata das belas letras lusas, para Azevedo, não havia a necessidade de recusar, naquele momento, a herança da literatura portuguesa (também herdeira da literatura oriental e ocidental) em prol de algo que não existia, apenas “pântano”. “Grande foi-nos sempre a missão. – E nós houvéramos renegar de todo um passado de ufanias, de um porvir inteiro de vitorias glórias – enjeitar o mar azul aceso dos lumes alvorecidos da esperança, pelo pântano, dormido e tabescente de marasmo e do indiferentismo?”<sup>838</sup>.

Azevedo tem a visão que compete a eles (acadêmicos) a missão de criar os símbolos capazes de sublinhar “vitorias glórias” da literatura que será criada, embora, ele o faz de modo coerente com o seu pensamento crítico, em que primeiro deve existir um grito de liberdade proporcionado por um sistema simbólico válido para a nova nação.

Assim, Azevedo diz que os acadêmicos são os guerreiros e a linha de frente da construção da literatura nacional. O caminho, segundo o poeta, seria difícil, porém o grito de liberdade de sua geração seria recompensado pela regeneração literária:

*A regeneração literária de nossa terra, deve sair do meio de nós. Falange do progresso não há ficarmos imóveis. Como ao Ahasvero da tradição uma voz nos brada sempre: – Caminha! O gênio é esse sôfrego corcel dos *stepps* do Mar Negro onde estorcia-se, a transudar agonias cruentas, o herói do poema de Byron – *Away! Away!* Avante! Avante! Eis o brado das gerações inteiras. E, pois, coragem! Árdua embora a provança – a tarefa é sublimada!*<sup>839</sup>

A regeneração literária, de acordo com o orador, seria posta pelo corpo estudantil de sua contemporaneidade. E nisso, o poeta paulista os compara com o mito do “errante judeu” condenado a vaguear continuamente, isto é, prosseguir sempre na busca de algo, no caso aqui em específico de uma literatura consciente em que se crie e dê forma a algo realmente novo: “Eis o brado das gerações inteiras”, assim como bradava o herói Don Juan “avante, avante” (ainda que condenado como um vício as caminhadas e errâncias, se põe sempre em movimento).

Assim, a caminhada a exemplo das de Ahasvero e de Don Juan, ainda que difícil, os universitários guerreiros, “falange do progresso” não poderiam ficar imóvel. Por isso, a empreitada embora fosse árdua para os acadêmicos, Azevedo pontua que o resultado seria

<sup>837</sup> SILVA, Edson Santos. Em busca de um mercado fictício: as casas da ópera na cidade de São Paulo. In: *Todas as Musas*, Ano 01 Número 01 Jul-Dez 2009, p. 26.

<sup>838</sup> AZEVEDO, 2000, p. 759.

<sup>839</sup> *Ibidem*, loc. cit., grifo nosso.

recompensador, pois somente eles poderiam “anular” o vínculo da literatura aqui produzida à literatura portuguesa. Eles deveriam pôr em uso os símbolos já criados pelos brasileiros e a partir daí, então dizer que há uma tradição e uma literatura de fato nacional; enfim, um país “civilizado”.

Em que pese, por outro lado, a tendência universalizante do historicismo de Álvares de Azevedo, seu pressuposto, formulado no Discurso de 11 de agosto de 1849, de que a constituição da literatura como brasileira seria uma tarefa a ser futuramente concretizada, seu esforço para ampliar o horizonte de leituras no Brasil para além dos limites da tradição local e portuguesa, tudo isso é compatível com o seu singular nacionalismo<sup>840</sup>.

## II- O discurso de 9 de maio de 1850: retomada e aprofundamento do discurso de 1849.

Da mesma forma que fizera no discurso de 1849, neste de 1850, a fim de captar a atenção da plateia e ganhar a benevolência dos ouvintes, Álvares de Azevedo também utiliza de falsa modéstia ao se colocar como desprovido de habilidades necessárias de um grande orador. O escritor paulista pede aos ouvintes que o desculpem, pois “em mérito é o derradeiro” dentre os presentes, mas que embora seus trajes sejam pobres, ele tomou de empréstimo a “túnica sublime do missionário” que lhe permite falar sobre o porvir.

SENHORES.

É porventura uma ousadia temerária a daquele que se levanta de sua obscuridade, para vir falar entre vós – em mérito o derradeiro de vós todos –: a daquele que se desrope dos andrajos de sua pobreza literária, por tomar a túnica sublime do missionário do progresso: é talvez insânia, quando Deus lhe não asselara, pela febre das noites de insônia, a aristocracia soberba do gênio<sup>841</sup>.

No decorrer do discurso, Azevedo busca compartilhar os seus ideais de política, de cultura, de literatura, de filosofia, de história e ao mesmo tempo tem pretensão de reavivar nos ouvintes não somente a consciência nacional (que já existia nos letrados), mas também chamar o governo à ordem, como fizera a respeito da defesa da educação básica para todos os brasileiros<sup>842</sup>.

Dos dois discursos que vieram a público na voz de Álvares de Azevedo, dentre os diversos temas abordados, o de 1850 é o que expressa abertamente o posicionamento político do escritor, cremos em vê-lo como um democrata defensor do republicanismo.

<sup>840</sup> CUNHA, 2021, p. 52.

<sup>841</sup> AZEVEDO, 2000, p. 760.

<sup>842</sup> CAMILO, Vagner. Álvares de Azevedo, o Fausto e o mito romântico do adolescente no contexto político-estudantil do segundo reinado. *Itinerários*, Araraquara, n. 33, p. 61-108, jul./dez. 2011.

Neste discurso há novos assuntos e outros que ele retoma do discurso de 1849 e de ensaios como “Lucano” e “Literatura e Civilização em Portugal”. A exemplo do novo, podemos destacar o questionamento que o orador faz sobre o descaso do poder público com a educação no Brasil; a proposta de uma revolução pelas letras e o empenho dos jovens em assumir a dianteira na transformação político-cultural da recém nação. No entanto, cremos que este discurso em confluência com os seus outros textos, é que Azevedo recupera a ideia de decadência como contraponto do “progresso” ao tratar da política, do regime de governo no Brasil, da sociedade e da literatura.

O discurso pronunciado naquela sessão de instalação da sociedade acadêmica causou repercussões a Azevedo. Sabemos disso por conta da carta de 03 de julho de 1850, em que o escritor paulista escreve ao pai, Inácio Manoel, para justificar-lhe a reprimenda que recebeu pelo tom “revolucionário” de seu discurso. Ainda que Azevedo tenha dito que não há ideia de republicanismo em seu discurso<sup>843</sup>, não há como negar a sua aversão ao despotismo e à centralização de Pedro II, visto o emparelhamento do judiciário ao executivo pela lei de 3 de dezembro de 1841, bem como a falta de ação efetiva do governo em melhorias públicas, tanto que o escritor pede “menos palavras e mais convicções” aos dirigentes do país<sup>844</sup>.

Meu Pai e amigo:

A propósito do manuscrito do discurso, duas palavras.

Não é intenção nenhuma política a minha... nele. Este discurso não é mais do que o desenvolvimento da ideia esboçada no dia 11 de agosto. Falei aí na missão das academias: falo neste da influência política dessa missão. Até aí não mais do que uma dedução de ideias. Quanto ao que falei sobre instrução pública, sobre o desleixo dos governos de todos os credos no Brasil, bem se vê que nisso não há ideia nenhuma de liberalismo exagerado, e muito menos de republicanismo. As minhas ideias sobre política resumem-se em querer menos palavras e mais convicções, menos alarido de liberalismo e mais instituições asseladas dele. Não digo se a Constituição é boa ou má: ninguém até hoje pode dar opinião definitiva sobre isso. A Constituição tem sido atirada por todos e em todos os tempos para todos os lados, desde que não tem servido de instrumento para os partidos; e isso não só feito pela lei de 3 de dezembro. O que lamento é que a Constituição garanta instrução primária e que ela não se dê; que ela garanta Universidades e que ninguém cure de realizar a máxima fundamental. Creio, portanto, que não há esperar a realização daquilo que sonhou o imperial constituinte e que não pode objetivar o esparzimento de luz científica pelas massas, que as fizesse erguer como as estátuas de argila de Prometeu, da parte ao menos dos governos: e por isso o único elemento donde eu posso esperar alguma coisa a esse respeito são as academias. – Teoria é essa que, repito, nada tem de revulsiva...<sup>845</sup>

<sup>843</sup> Azevedo no ensaio “Lucano” afirma que a falta de republicanismo é que causou a queda de Roma, bem como no discurso de 1849 afirma que os netos dos valentes romanos, os guerreiros da época republicana, esqueceram o passado de glória. Ora, se observamos o poema “Pedro Ivo” e “*Rex Lugebit*” e o final do ensaio “Literatura de civilização em Portugal” em que cita Pedro I como o último grande português (e reconheça o valor do português, ainda assim não há uma defesa do monarca, apenas o descreve historicamente como “guerreiro” que foi), há aparentemente, seja nos textos críticos, discursos ou no ficcional, um flerte muito forte com outra forma de regime de governo, o republicano.

<sup>844</sup> CUNHA, 2021.

<sup>845</sup> AZEVEDO, 2000, p. 827.



O fato de Azevedo se justificar ao ser tratado como republicano é bastante compreensível em um período em que ser republicano, “cheirava” a quase total contravenção. Talvez ao olharmos para os escritos do conservador Guizot, podemos fazer um paralelo com a visão conservadora do pai de Azevedo. Embora o contexto do francês seja outro, ainda assim o livro *A democracia em França*<sup>846</sup>, do ex-ministro de Estado, escrito em janeiro de 1849 (um mês após a eleição com o voto universal do presidente da segunda república francesa em 1848) é um verdadeiro retrato da posição reacionária da elite defensora da monarquia constitucional.

Agredir, destruir todas as influências, todas as ligações morais e materiais, que prendiam as classes políticas antigas ou modernas a população que vive do trabalho manual; separar profundamente esta população umas vezes dos proprietários, outras dos capitalistas, n’uma ocasião dos ministros da religião, n’outra dos poderes estabelecidos, quaisquer que eles sejam, atraí-la a si, e dominá-la em nome das suas misérias e apetites; é todo o seu esforço, toda a sua obra. Uma denominação lhes convém, a de partidos anárquicos. Não é tal ou tal governo, é a anarquia, só a anarquia que eles fomentam no meio do povo. Há, porém, um fato que dá nos olhos. Sinceros ou perversos, utopistas cegos, ou anarquistas voluntários, todos estes perturbadores da ordem social são **republicanos**<sup>847</sup>.

De mais a mais, as observações que Azevedo fez em sua carta são justificativas bastante contundentes sobre as ideias que levantou em seu discurso. Entretanto, embora ele negue o tom revolucionário a seu pai, o seu discurso é um ato político com questionamentos bem assertivos sobre o Brasil daquele momento. Afinal, Azevedo examina um governo despótico que não cumpre minimamente as leis que favoreciam o povo: “[...] [N]o discurso de 1850, [...] [há] num tom reivindicatório que bem fazia despontar a consciência crítica em relação às limitações de um governo para o qual os direitos constitucionais não iam além do papel”<sup>848</sup>.

[Na] célebre carta ao pai (AZEVEDO, 1862, p. 95), o poeta avalia que seu Discurso pronunciado durante a instalação da Sociedade Acadêmica do Ensaio Filosófico, em nove de maio de 1850, não seja ‘mais que o desenvolvimento da ideia esboçada no de 11 de agosto’. Característico, no entanto, do estilo encomiástico inerente a um evento de celebração, contando provavelmente com a presença de professores e outras autoridades acadêmicas, o entusiasmo do primeiro deles com a possibilidade de desenvolver a vida espiritual no país e com o futuro das letras locais é amenizado no segundo Discurso, substituído por um tom mais aguerrido e cético. Nessa segunda peça oratória, Azevedo analisa a conjuntura política de seu tempo e diagnostica como problema a preservação da monarquia, regime incompatível, como destaca, com o desenvolvimento da nação. Nessa ótica, sem progresso político não há progresso científico.<sup>849</sup>

Se por um lado, Azevedo acusa o governo de não cumprir certas leis como fez em seu discurso, em sua carta vemos o escritor paulista criticar o governo justamente na criação de

<sup>846</sup> O livro foi um fenômeno editorial, segundo aponta Marisa Midori Deaecto em seu livro *História de um livro: A Democracia em França de François Guizot, 1848 - 1849*.

<sup>847</sup> GUIZOT, 1849, p. 38-39, grifo nosso.

<sup>848</sup> CAMILO, 2011, p. 90.

<sup>849</sup> CUNHA, 2021, p. 56.

uma lei como a de número 261, de 03 de dezembro de 1841, cujo objetivo era o de fortalecer o poder já absoluto do Imperador. Nesta lei, a justiça também estaria subordinada diretamente ao poder central<sup>850</sup>.

As críticas do escritor paulista são justificadas, visto que os chefes de polícia, os juízes municipais e os promotores públicos seriam nomeados ou dispensados diretamente pelo Imperador. A lei de 1841 subordinava não somente as assembleias, como também os juízes das províncias ao poder central.

Lei de 1841, da reforma do Código do Processo Criminal, que instituiu uma verdadeira máquina policial, subordinando os poderes das assembleias provinciais e dos juízes de paz ao comando dos agentes designados pelo poder central e pondo a nação sob o jugo do partido dominante. Contra protestos dos liberais, a lei foi proposta à votação pelo partido conservador, marcando o regresso deste ao poder onde permaneceu por quase quatro décadas<sup>851</sup>.

No discurso, a crítica ao despotismo é tamanha, que podemos vê-la logo no segundo parágrafo do discurso. Azevedo faz uma comparação entre o governo arbitrário, autoritário de um país novo com a árvore da mancenilha. Ele não cita nominalmente o Brasil, mas ao referir-se à nova nação, é lógico que ele o faz pensando em seu país e no Regime de governo. A analogia é extremamente pertinente, visto que a árvore tem o poder de ulcerar pessoas somente ao contato com suas folhas. Ao transferir o poder de degeneração da árvore para o regime de governo, fica patente o grau de destruição que Azevedo quer ressaltar nos regimes despóticos, o “ressonar das modorras últimas”, que ainda persiste na “nação nova”.

Porém, senhores, quando uma nação nova se parte entre o ressonar das modorras últimas sob um despotismo que – assim como a árvore da mancenilha – ulcerou de lepra a quantos lhe dormiram à sombra – e os primeiros bafejos de vento ressumado de esperanças, como o perfume, que expirava às luas da América dos cabelos úmidos da Atala do deserto [...]<sup>852</sup>.

Se por um lado, há uma mordaz crítica, por outro há um tom no discurso que se mostra aparentemente bastante positivo, visto que Azevedo procura apontar caminhos possíveis de superação daquelas “modorras últimas” de políticas déspotas na jovem nação. Mesmo porque, o “último pesadelo do ceticismo de um século” já foi traduzido por Byron em sua obra *Childe Harold*. Desse modo, o palpite que Azevedo procura aclarar em seus ouvintes é de que a descrença das pessoas naquele momento poderia ser desfeita no “viver novo de uma nação”. Ou seja, a contraposição, a superação daquele ceticismo, poderia advir das crenças novas da

---

<sup>850</sup> Esta centralização a que se refere Azevedo já havia ocorrido na monarquia francesa, antes da grande Revolução. Embora um liberal defensor da nobreza, Alexis de Tocqueville conseguiu, em *O Antigo Regime e a Revolução*, delinear todos os mecanismos de centralização ao que o rei empreendeu para assegurar seu poder absoluto, incluso aí a subordinação da justiça, indo além com a criação de um poder judiciário paralelo.

<sup>851</sup> CAMILO, 2011, p. 86.

<sup>852</sup> AZEVEDO, 2000, p. 760.

juventude. O novo, o revolucionário seria então o atributo daquela mocidade letrada, filhos das também novas academias brasileiras.

[...] agora, senhores, que o último pesadelo do ceticismo de um século que Byron traduzira na Odisseia do *Childe Harold*, se desfaz no viver novo de uma nação, que talvez aí se levanta com a fronte borrifada de crenças, agora que a mocidade cheia de aspirações se identifica nas ideias de porvir literário – perdão àquele que vem com a cabeça descoberta, em sua nuez inglória, apontar-vos o que por certo já devassáreis a olhares longos<sup>853</sup>.

Azevedo aponta por meio de metáforas como “pastor errante” e investido da “túnica sublime do missionário do progresso”, que embora ainda seja noite, a aurora surgiria à nova nação, se aqueles jovens “condores” aceitassem o chamado e anunciassem as “hosanas” de tempos de glórias. Para Azevedo, os estudantes eram os raios de um amanhecer que poriam fim ao “crepúsculo político” que se faz àquela nação, uma vez que “o sol já avermelha de corais as faces da noite”.

Perdão, pois, à insânia do pastor errante, que ao despertar nas quebras das serranias, galgou o topo dos Andes por alembrar aos condores – que o sol já avermelha de corais as faces da noite<sup>854</sup>, e as aves acordam no sussurro das folhas, que as florestas tremem, os frescos do orvalho se desnevoam, e os ventos nos mares, e o oceano nas cavernas ressoam os hosanas da antemanhã<sup>855</sup>.

O orador cita uma vez mais a trajetória histórica de Roma com a intenção de delinear imagens de decadência da cidade eterna e da Antiguidade. Azevedo ilustra aquele período em que “a antiguidade macilenta se recovava no seu túmulo”, “na agonia da Roma prostituta dos Césares”, “aquela anciã civilização”, com o intuito de exemplificar a possibilidade de mudanças, o velho e decadente período que dá espaço ao novo. Na descrição da “Níobe das nações”<sup>856</sup>, Azevedo recupera, assim como fez em “Lucano”, a ideia de decadência sobre aquele chão quente de sepulcros. Entretanto, como ocorre nos ciclos temporais, aquele lugar passou por “um ato de grande drama”, naquelas ruínas surgiu algo de excepcional, surgiu uma nova religião e “uma turba de homens novos”.

Quando a antiguidade macilenta se recovava no seu túmulo, e a frente escavada e velha se lhe ressicava na solidão como o crânio perdido do Beduíno aos ardores do areal, e as ossadas giganteias lhe estalavam ao passar entre nitridos o cavalo sanguento de Átila, o selvagem – na agonia da Roma prostituta dos Césares, quando aquela anciã civilização tressuava de afã, e escaldava na febre da insânia, como o velho rei Shakespeariano apertando a seu peito mirrado o cadáver de Cordélia – por aquele chão quente de mortualha e aberto de sepulcros passou um ato de um grande drama. Em

<sup>853</sup> AZEVEDO, 2000, p. 760.

<sup>854</sup> Se Azevedo já havia tratado do “crepúsculo” em “Literatura e civilização em Portugal”, novamente o faria neste discurso de 1850, bem como em outras passagens. Cremos que o escritor associa o tempo todo o crepúsculo com a decadência, pois acreditamos que a **noite** para o escritor paulista funciona como um elemento de suspensão da qualidade e mesmo desenvolvimento de uma literatura.

<sup>855</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

<sup>856</sup> É muito interessante e apropriado Azevedo usar o mito de Níobe para referenciar Roma, por arrogância, a personagem mítica é punida com a perda de todos seus filhos.

meio ao retumbar de um eco fatal e terrível, como o dos cabeços folhudos das serras da Fócida, debruçados ao passar da tempestade – agoireiro e lúgubre como a voz que bradava nas trevas pelos mares da Sicília – os deuses morreram – ao erguer-se brilhante de luzes, como a noiva das núpcias eternas de Deus, a madrugada de Belém, a perfumosa, sobre os cumes desertos da Roma do paganismo – a Níobe das nações, na dicção Byrônica – naqueles combros de ruína, surgiu uma turba de homens novos<sup>857</sup>.

Na sequência, Azevedo traça então o perfil daquela “turba de homens novos”. Para o escritor paulista, aqueles homens possuíam o “fogo da inspiração” necessário na realização de grandes feitos. Afinal, era uma nova raça que também seguia o novo “Homem-Deus”. Na acepção do escritor tratava-se então de novos tempos, de novas gentes, de uma nova era.

Era uma raça de fronte abaçanadas e de olhares onde o fogo da inspiração lampejava como às nuvens pelo cinábrio dos céus do Oriente. Era a raça daqueles que seguiram o Homem-Deus do deserto ao Calvário, que batizaram as fontes na cova de sangue e na água suarenta, escoada de um cadáver pelo cedro de uma cruz, que se crismaram nas lágrimas de Madalena do remorso – e herdaram do Cristo na palidez das faces e na lava da eloquência dos lábios<sup>858</sup>.

Azevedo diz a seu público que os cristãos são sim um exemplo de perseverança. O orador tenta encorajar seus ouvintes ao citar a comunidade cristã em Roma, que lutava contra um Império. Em outros termos, o escritor paulista descreve o percurso, as mortes dos seguidores de Cristo que eram devorados por leões no Coliseu, até que se fizessem vitoriosos; “os sem pátria”, como ele os chama, “de quem a plebe romana ria como a insensatos”, antes perseguidos agora triunfam. Desse modo, o cristianismo, citado como palmeira, a exemplo do que foi a árvore Yggdrasil em seu tempo o elo entre céu e terra, torna-se então representante de uma nova era e prova de mudança.

Aí, senhores, eu vos mostrarei um grande exemplo para afoutar-vos. Poucos deserdados de pátrias?, de quem a plebe romana ria como a insensatos, e a cujas agonias jubilara, debruçada nas areias santas do Coliseu – poucos vieram: e breve aqueles que perpassavam curvos o muro da cidade imperial – sacudindo-lhe à porta o pó das sandálias, como o dissera o preceito de Deus – breve ergueram as fronte sublimes das grimpas das sete colinas. As panteras da Núbia e os leões treinados em cevo feroz ao delamber, às ruínas destorroadas de Cartago, os últimos saibos de sangueira nas lájeas rotas e lavradas do incêndio – tinham rolado no arrepio de seus urros, no afã dos sonos da saciedade sobre as ossadas, a muitos dos que oraram outrora, lado a lado, com os homens das catacumbas sobre os sepulcros dos mártires. Mas o salpicar do pó funerário tinha sido orvalho àquela palmeira altiva do Cristianismo, que, bem como o freixo Ygdrasil<sup>859</sup> da crença do norte, tendia a ligar – céu à terra<sup>860</sup>.

<sup>857</sup> AZEVEDO, 2000., p. 760 - 761.

<sup>858</sup> Ibidem, p. 761.

<sup>859</sup> Em diversos momentos, Azevedo cita a antiga religião do Norte, mescla elementos dela à nova religião, e disto situa bastante as produções de um lugar e de outro, como se o Norte e o Sul se conjugarem, como se as heranças fossem dadas adiante.

<sup>860</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

Na trajetória que se propôs a fazer sobre a história de Roma, com especial enfoque sobre a coletividade que triunfou, no caso da cristã, Álvares de Azevedo, em seu discurso, pede que os estudantes rompam “a mortalha negra do passado” e deixem vir o clarão da ciência. Em outras palavras, que eles tragam novamente à luz as “lendas memorandas” do passado (como por exemplo o período republicano de Roma), as vitórias de “sociedade de homens unidos” (os cristãos em oposição ao Império), em prol de “glórias” (de um porvir que poderia vir a acontecer), e isto é no mínimo bastante sugestivo, se pensado o tipo de regime político e a situação de sua social e econômica em sua época.

Rompei a mortalha negra ao passado, esbatei no rosto aquele cadáver o clarão do lampadário da ciência: e ele evocado – como os mortos aos sortilégios agoirentos da feiticeira lívida de Lucano, o Homero miltônico do morticínio liberticida de *Farsália* – vos contará muitas de suas lendas memorandas. E por todo aquele relembrar, vê-las-eis sempre laureadas e deslumbrantes de glória – as sociedades de homens unidos peito a peito numa sede de amor aos pés de Deus<sup>861</sup>.

A humanidade se reergueu diversas vezes, passou da “escuridão” e das “noites medonhas” às “alvas das civilizações futuras”. Para isso, as “turbas de irmãos” tiveram papel fundamental no rejuvenescimento da sociedade. As “comunidades de mancebos” contribuíram historicamente por mudanças, tanto que colaboraram nas manifestações e nos levantes que conduziram às grandes revoluções na França, como as de 1789 e 1830 (não citada, mas não esqueçamos a revolução de 1848, “palco” de grande atuação dos estudantes). Ora, duas revoluções que estremeceram a base do conservadorismo e, mesmo que momentâneo, põe abaixo o Antigo Regime, no caso da grande Revolução com a introdução de um novo regime de governo, a república como modelo alternativo ao poder absoluto de uma única pessoa, embora a segunda revolução restitua a monarquia (mas uma outra casa os Orleans com o florescimento da burguesia, enterrando de vez a possibilidade de retomada da nobreza ao poder).

Vede. A humanidade ergueu muita vez de sobranceira a fronte remoçada às caudais de luz, manadas dos cenáculos. Dessas turbas de irmãos que se vão às montanhas – como os discípulos, na escuridão das ladeiras inda vermelhas do Gólgota – passar as noites medonhas de barbaria aguardando as alvas das civilizações futuras, – dessas comunidades de mancebos resvala sempre muita luz de esperança, muita auréola de claridão. Daí se erguem muitas frentes pálidas, onde fundo borbulha o gênio, abatidas como ao peso de nuvens ardentes, ofuscadas como as evocações fantásticas das agoniadas iniciações do apostolado – e que inda febris daquelas desoras em que as visões correm descabeladas e sanguentas, como as rondas lívidas de Holbein – sonham – e criam as revoluções de 1789 e 1830<sup>862</sup>.

---

<sup>861</sup> AZEVEDO, 2000, p. 761.

<sup>862</sup> Ibidem, p. 761 - 762.

Creemos que essas observações de Azevedo marcam firmemente a oposição entre juventude e a velha classe dirigente de políticos, seja na Europa ou no Brasil. Ora, na visão do orador aquele momento histórico era de decadência para demonstrar o peso de sua observação, ele usa o exemplo dos cristãos que faziam vigília “[...] na escuridão das ladeiras inda vermelhas do Gólgota – passar as noites medonhas de barbaria aguardando as alvas das civilizações futuras [...]”<sup>863</sup>. Entretanto, há a possibilidade de outro agir, também a exemplo daqueles que “erguem fronteiras pálidas, onde fundo borbulha o gênio, [...] e criam as revoluções [...]”<sup>864</sup>. Para o escritor paulista, o velho regime não poderia conduzir o país à civilização, era preciso que os “mancebos” fizessem a “revolução” e assim trazerem a “luz da esperança” na construção de uma nova nação, de um novo regime.

Lembremos aqui que o orador já propunha desde o discurso de 1849 a “revolução pelas letras”. Ora, Azevedo estava inserido em um contexto, no qual os estudantes lutavam em prol de um “plano civilizatório” para o país, se visto todo o empenho nas agremiações, associações, companhias de teatro etc. tudo voltado para a formação de uma “sociedade regenerada” em oposição às “patologias quase incuráveis do Estado”<sup>865</sup>.

Nos periódicos daquela época, teremos uma profusão de textos voltados aos mais diversos temas, tais como costumes, educação, moral, relações entre homem e mulher etc. Segundo Vagner Camilo, os estudantes tratavam nos jornais e revistas questões não só de foro público, mas privado sob a luz dos pressupostos liberais, visando uma “verdadeira cruzada civilizatória”.

Os pressupostos liberais guiavam os pronunciamentos dos redatores do periodismo acadêmico sobre questões não só de foro público, mas também privado, voltando-se para os costumes, a educação, os modos de ser e pensar, o perfil moral dos tipos humanos e as relações entre os sexos (assunto em que a literatura desempenhou, também, importante papel como escola de educação sentimental). Numa verdadeira cruzada civilizatória, essa imprensa, concebida como porta-voz dos acadêmicos para os próprios acadêmicos, com vistas à unificação de valores e ideologia, foi-se afirmando como guardião da moral e da ordem pública, promovendo o combate aos vícios e males que julgavam promover patologias quase incuráveis na anatomia do Estado brasileiro. Contra a prostituição e a devassidão dos costumes, por exemplo, os redatores dos jornais acadêmicos insistiam na necessidade de medidas verdadeiramente profiláticas para extirpar de vez essas doenças ou sujeiras (pois eram tratadas nesses termos) e, assim, salvaguardar, entre outras coisas, a família – que desempenhava um papel estratégico como veículo de mediação entre a sociedade e o Estado, entre o privado e o público, pois era considerada pelos redatores dos jornais acadêmicos um “agente eficaz na formação do caráter nacional e, nessa medida, destinada a forjar o cidadão brasileiro” através da “domesticação dos sentimentos pela razão”. A seus olhos, cabia ao Estado, desse modo, um papel policialesco, que deveria manter os costumes sob vigilância contínua, mas sem que essa repressão atentasse contra a liberdade dos indivíduos. Ou melhor, de alguns deles, para os quais se

<sup>863</sup> AZEVEDO, 2000, p. 762.

<sup>864</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>865</sup> CAMILO, 2011, p. 80.

pleiteava a liberdade individual contra os abusos do poder legislativo; a liberdade econômica contra a excessiva interferência estatal nos negócios mercantis; e a liberdade de pensamento contra toda e qualquer espécie de cerceamento. Havia, além disso, a questão da liberdade religiosa, envolvendo disputas de poder entre liberais e clérigos, que giravam em torno de ortodoxias religiosas ou intromissões do clero em assuntos de ordem pública ou privada (como o ensino laico), mas sem que isso desencadeasse uma luta radical contra os princípios da Igreja Católica ou contra sua união com o Estado – a ponto de a imprensa acadêmica chegar mesmo a considerar o clero um meio eficaz de civilização para o Brasil<sup>866</sup>.

Dos pontos destacados por Camilo, como “salvaguardar a família”, “forjar o cidadão brasileiro pela razão”, “liberdade econômica nos negócios mercantis” em um país trágico e violento, “liberdade religiosa nas disputas entre liberais e clero, como o ensino laico”, embora reconhecesse a importância às vezes no clero como na época da Idade Média, o orador do discurso de 1850 diverge bastante de seus colegas. Ora, de toda essa agenda, Azevedo discorda em diversos pontos, uma vez que nos discursos, o escritor está na contramão daquele pensamento político, visto que ele se afasta dos posicionamentos liberais de seus colegas e se aproxima bastante de questões postas sob o enfoque democrático, principalmente no quesito educação.

AA, que atuou no periodismo do tempo, marca um posicionamento político interessante em relação a essa ideologia estudantil, fugindo inclusive da sobreposição dos princípios liberais aos democráticos apontada por Adorno. É o que se pode notar nos dois discursos por ele pronunciados à comunidade acadêmica em 1849 e 1850, notadamente no segundo<sup>867</sup>.

Pressupostos democráticos aos liberais, o ponto em comum para Azevedo era que competia a essa “elite acadêmica” mudar, subverter a ordem vigente, assim como já ocorrera na França, nas revoluções de 1830 a 1848, com a contribuição dos estudantes. Embora a revolução no Brasil devesse ocorrer de outra forma, ainda que em seus discursos haja um tom solene de combates sanguinolentos, o escritor paulista opta por uma via que diverge daqueles modelos já postos em território europeu, pelo menos aparentemente e não pensando no uso da ironia.

Voltemos ao discurso, pois nele Azevedo diz que o “carro do progresso” fora iniciado na Europa devido “aos sonhos do poeta, às elucubrações da filosofia”, ou seja, fornecido pela ciência, pela academia e vislumbrados em todas as revoluções, em especial na Primavera dos povos de 1848. Tradições históricas áridas receberam novos ares, com inspirações advindas do direito e da filosofia. Questionamentos de diversas ordens, política, econômica, cultural eram feitos pelos estudantes. A exemplo de Lerminier que arrebatara a mocidade francesa, a filosofia

---

<sup>866</sup> CAMILO, 2011, p. 80-81.

<sup>867</sup> Ibidem, p. 81.

e a poesia produziram “insurgência de ideias” no século XIX, responsáveis, segundo Capefigue, pela “queda da restauração bourboniana” em 1830, assim como a filosofia e literatura fez a queda da monarquia por direito divino na Revolução de 1789. Ora, tais argumentos tornam pertinentes, uma vez que Azevedo propõe algo parecido para o Brasil, o empenho da juventude com a revolução pelas letras, visando um “progresso” político, incluso talvez a própria queda de regime em solo nacional.

O carro do progresso por que rode há mister do impulso daquela onda perfumosa que se acorda irriante aos sonhos do poeta, às lucubrações da filosofia. – A aridez dos estudos históricos se apura no balsâmico das inspirações que vêm impregnar de perfume aquelas tradições. O direito, a filosofia, tudo se abrilhanta nesse prisma de ideais. É Lerminier<sup>868</sup> — Lerminier aos vinte anos – arrebatando nas torrentes de seu entusiasmo a mocidade francesa de então, onde a filosofia do século XIX e a poesia liberal contemporânea, no parecer de Capefigue<sup>869</sup>, produziram a insurgência de ideias que fez a queda da restauração bourboniana, como a filosofia e literatura do século XVIII fizeram a da França monárquica por direito divino<sup>870</sup>.

Na sequência, temos um parágrafo completamente crítico e político de Azevedo sobre a jovem nação. Enquanto a Europa convulsionada em revoluções (na França, a de 1830 e, principalmente a mais recente para Azevedo, a de 1848,), embora ele não nomeie diretamente o seu país e Pedro II, há um questionamento da legitimidade da elite dirigente do Brasil que prossegue em sua cegueira, que vacila de instabilidade política nas trocas de gabinetes e nas intrigas partidárias. Há uma crítica mais refinada a um Estado que persiste em fortalecer um modelo de regime de governo já posto há tempo em questionamento no velho continente.

Segundo Azevedo, embora as predisposições populares possam enxergar a mentira que existe, o povo deve temer o futuro. No vácuo de utopias que se corromperam e na negação empírica dos princípios da ciência, a nação nova, sem experiência, “inocente como o Adão no paraíso”, “sem as iniciações seculares”, apenas deslumbra as revoluções que ocorriam além-mar, como a de 1848 que instalou a segunda República Francesa. A nação não escuta o grito da sua gente que sofre a repressão, o “açamar”, que silencia e repele o reexaminar do absolutismo. Regime que é um releu, um bródio, esmola que apenas perpetua a vida miserável da maioria da

---

<sup>868</sup> É muito interessante e pertinente Azevedo citar o jovem Eugène Lerminier no período que refere à transformação da Europa. Jurista, jornalista e historiador, Lerminier era próximo ao Saint-simonismo, também fazia parte de uma associação destinada à educação política de eleitores.

<sup>869</sup> Outro nome que chama atenção é Jean-Baptiste Capefigue, que era legitimista e acreditava no direito divino dos reis e na não-resistência. Ora, são dois nomes que contrastam em um mesmo parágrafo. Interessante também é Azevedo dizer que Capefigue reconheceu que a filosofia do século XIX e a poesia liberal foram as responsáveis pela queda dos Bourbon, assim como a filosofia e literatura contribuíram para a grande Revolução.

<sup>870</sup> AZEVEDO, 2000, p. 762. Ao observamos os discursos de Azevedo, sempre que é possível e cabe em suas ideias, ele cita dois autores (a exemplo de Lerminier e Capefigue), de preferências “ideólogos franceses”, adeptos de teorias contrárias. Cremos que a citação de dois nomes abre a possibilidade de diálogo. Contudo, no geral, nos semelha que o escritor brasileiro toma partido, visto que os “doutrinários” mais propensos à liberdade, à democracia, ele despense maior comentários e considerações.



população de um país (uma segunda ordem que coloca o terceiro estado como seu dependente e não o contrário, uma vez que é o trabalho do povo/escravo que sustenta a estrutura do Antigo Regime). A pátria mente, ela não protege e faz perder o ânimo.

É quando todo o nosso país vacila entre formas governativas, como o <sup>871</sup>Tobias Bíblico nas noites de sua cegueira; quando as tendências populares entreveem a mentira no que existe, e temem a falsia no que pode vir – entre o vácuo de utopias que falsaram e do empirismo que renega de todos os princípios de ciência –; quando, nação nova e sem experiência do passado, acordada ao sol das ideias livres, sem as iniciações seculares, como o Adão Bíblico no Éden, – deslumbrada ainda ao lampear das revoluções de além-mar, perplexa entre as aspirações reversivas de uma febre de licença, e as tendências selvagens de uma parte da nação inda bruta, ao bramir sufocado do povo que se dói da mordaca que o açaima e enjeita o releu do absolutismo, tendendo objetivação dos princípios livres, a pátria desacoroça e abate no peito a fronte suarenta, como o sublime *Miserrimus* do poeta contemporâneo: [...] <sup>872</sup>.

No *Miserrimus* de Gonçalves Dias, citado por Azevedo, é perceptível as analogias que o orador procura ressaltar para mostrar a forma tirânica de governo que é excludente para a maioria da população. No poema, a imagem de isolamento do eu-lírico é potente e exemplifica o seu desamparo: “um monte além topou; mais vagaroso / subiu – vingou mais lento! – Inda mais outro / colossal! – descalvado – íngreme e liso, / costeou, mas cansou, que era sozinho! / sentou-se, e mudo, e fraco, e pensativo [...]” <sup>873</sup>. Em outro trecho do poema de Dias, nem mesmo a mãe, representação da nação, há de socorrer o eu lírico, com a proteção básica que todas as mães procuram aos filhos, o amparo básico contra a fome e a sede: “Minha mãe! – soluçou; um eco ao longe / Minha mãe! – respondeu. – Sentiu que a fome / Dolorosa as entranhas lhe apertava, / E sede intensa a ressequir-lhes as fauces; / Fome e sede curtiu como num sonho” <sup>874</sup>. Na queixa do orador, evidencia-se um país que tem uma classe dirigente que se intimida diante dos princípios de liberdade, da possibilidade de mudança da própria estrutura social, já testados em outros lugares.

Desde a independência até o momento da fala de Azevedo, o país já acumulava quase três décadas de políticas que pouco fizeram para mudar o destino do povo. Ao divisar aquele Brasil, “[...] o modelo político implementado na década de 1830 significou a derrota de um projeto de inclusão social” <sup>875</sup>. O projeto visava “disciplinar” ao invés de “civilizar” a jovem nação.

<sup>871</sup> No livro de Tobias, a personagem que fica cega é Tobit pai de Tobias: “O livro de Tobias é história de família. Tobit, exilado da tribo de Neftali, residente em Nínive, piedoso, observante, caridoso, fica cego”. BÍBLIA, 2019, p. 662.

<sup>872</sup> AZEVEDO, 2000, p. 762.

<sup>873</sup> DIAS, G. *Cantos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 115.

<sup>874</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>875</sup> DOLHNIKOFF, Mirian. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, p. 19.

[...] a noção de que modernidade e civilização deveriam concentra-se no aparelho do Estado. A associação entre modernidade e autoridade em um país escravista de herança colonial assumia, no seu discurso, a feição de uma ação disciplinadora, em lugar de um projeto propriamente civilizatório<sup>876</sup>.

Ora, o projeto político liberal vencedor era classista, conservador, antiquado e foi incapaz de modernizar o alvo pretendido, a própria estrutura do Estado brasileiro. Além disso, com o reinado de Pedro II o que se veria era uma volta da autocracia bem acentuada como regime de governo.

O golpe da Maioridade abriu nova fase na vida política brasileira, e a imprensa recebia os reflexos das condições então imperantes. Por um decênio ainda – encerrando com a *Praieira* – o liberalismo reagiu, nas províncias. Pouco a pouco, porém, com a supremacia da Corte, a centralização progressiva, foi sendo liquidado, estrangulado em suas fontes, esmagado pela violência quando necessário. O avanço territorial das lavouras de café, assentando no escravismo e dispondo das massas de negros que o declínio da mineração deixara em disponibilidade, proporcionou ao governo central, com a exportação ascendente, recursos que empregou com largueza na repressão e na consolidação do seu poder. O tráfico negreiro recebeu considerável impulso: em nenhuma outra fase entraram tantos africanos no país. O latifúndio absorvia todos os recursos, estava presente por toda a parte, dominava a vida política<sup>877</sup>.

Há no discurso de Azevedo uma acusação sobre a velha imprensa, segundo o orador há uma falta de comprometimento dela com a verdade, um posicionamento que diz muito da época, e que nos faz acreditar que ele não somente rejeita o “jornal oficial”, bem como os “periódicos partidários” de conservadores e liberais. A crítica do orador com a imprensa nos remete a uma citação do liberal Tocqueville sobre o interesse do poder dominante e centralizador do Antigo regime na França de se controlar a imprensa. Ele relatava que encontrou “[...] com data de 1761, uma circular dirigida a todos os intendentos do reino, anunciando que o rei (era Luís XV) decidiu que dali em diante a *Gazette de France* seria composta sob supervisão do próprio governo”<sup>878</sup>. Além disso, na apreciação do acadêmico brasileiro sobre a imprensa, há um olhar sobre a polarização favorável de uma única “política oficial” que ignorava “a chaga do povo”.

Ora, se já havia na França do século XVIII um movimento de centralização e de aparelhamento da imprensa com o Estado, no Brasil, no XIX, embora diferente, a “grande imprensa” sofre de um comprometimento de liberdade e de fidedignidade com a verdade e imparcialidade. Os grandes jornais nos anos 1830, os que eram alinhados ao império como o *Jornal do Comércio*, traziam longas defesas ao Estado absolutista, a obediência do povo etc.<sup>879</sup> As poucas vozes contrárias sofriam com a perseguição da lei; aparentemente para Azevedo “tudo está profanado”, como ele mesmo diz ao referenciar o verso do poema “Homem probó”

<sup>876</sup> DOLHNIKOFF, 2005, p. 46.

<sup>877</sup> SODRÉ, Néson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983., p. 181.

<sup>878</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015, p. 69.

<sup>879</sup> DOLHNIKOFF, op. cit.

de G. de Magalhães, que é pertinente aos questionamentos que Azevedo faz acerca da política daquele período.

A lei, ainda em vigência no ano de 1850, sobre a liberdade de imprensa era aquela imposta autoritariamente pelo absolutista Pedro I que limitava, por exemplo, a opinião jornalística, censurava artigos que “ferissem” a família imperial, a moral e os bons costumes. Para se ter uma ideia, a Revolução Praieira, de 1848, que assinala a luta política armada entre a corte e a província de Pernambuco, cuja luta rendeu o poema “Pedro Ivo” de Álvares de Azevedo. Ela tinha como pauta uma temática variada em prol da extinção do absolutismo, do voto livre e universal, da independência dos poderes constituídos, da reforma do judiciário e também da liberdade de imprensa.

Havia naquele período uma dinâmica em defesa da liberdade de imprensa. Ela é justificada, visto que o movimento colocaria em xeque a própria estrutura da administração pública. A proposição de uma liberação jornalística criaria uma ação política que poderia eliminar a “centralidade do segredo do Estado”, própria do regime absolutista. Era necessário que o povo soubesse dos problemas e dos recursos do Estado, bem como o que poderia fazer com eles.

A defesa da liberdade de imprensa inscreve-se na preocupação iluminista de eliminar da política a centralidade do segredo de Estado, característica fundamental do regime absolutista. A imprensa era peça-chave para a negação de um sistema no qual a única personalidade pública era o monarca, o que naturalizava a confidencialidade dos negócios da administração pública. Nessa nova ordem política, a legitimidade das leis vinha da racionalidade do debate público que as produzia - e, para sua existência, era imprescindível que o conhecimento dos problemas e recursos do Estado fosse acessível ao público, assim como as ideias sobre o que fazer deles<sup>880</sup>.

Desse modo, a acusação do orador de que a imprensa “enlaivou-se de torpeza no lupanar da calúnia” e que “enfurdou-se no lodo até os joelhos” é uma denúncia a sua época, visto que os meios impressos estavam comprometidos. Entretanto, se a pátria não dispôs a perseguir os princípios de liberdade, igualdade com o envolvimento do povo, dados os exemplos das novas revoluções europeias e mesmo as várias revoluções nacionais que haviam fracassado; a partir daí, Azevedo conclama todos aqueles em que arde a “chama de talento” e amor pátrio a reunirem-se em praça pública.

Ora, se a velha imprensa estava comprometida, caberia, então, a nova imprensa, já estruturada entre os estudantes, a tarefa de organizar todas as vozes. Fossem das praças públicas, das academias, das associações políticas ou literárias trazer a lume os problemas e

---

<sup>880</sup> NUNES, Tássia Toffoli. Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840). Dissertação de mestrado – USP. São Paulo, 2010, p. 17.

propor soluções. Mesmo porque, o parlamento não o faria, pois, as leis eram ignoradas, não se cumpria minimamente a legislação. Assim, sob a luz da “religião” (se visto o cristianismo como o primeiro portador da ideia de liberdade e igualdade, visão já levantada por Azevedo em “Lucano”) e da ciência, os estudantes poderiam empreender um percurso de trazer à tona a liberdade, “ao fundo daqueles mares”, bem como abalar a própria estrutura do regime de governo.

[...] é agora, senhores, que o defeito não está só nas formas, quando a imprensa também despiu seu manto auriázul de rainha, enlaivou-se de torpeza no lupanar da calúnia, e enfurdou-se no lodo até os joelhos – que nem pudera dobrá-los por orar a Deus que a lave dessa perdição, e no exprimir do poeta dos *Suspiros e saudades* – *tudo está profanado* – é agora que todos aqueles onde arde chama de talento, e amor pátrio, devem reunir-se, e de todas as reuniões, das vozes populares das praças públicas, do grêmio das academias, de todas as associações quer políticas quer literárias, deve correr grande luz sobre o problema, deve talvez ainda provir a solução dele – inda mais direta que da parte dos parlamentos, porque a chaga do povo é funda; a lei só olha a superfície e só à luz da religião e da ciência pode-se baixar, como o mergulhador do Oriente, ao fundo daqueles mares<sup>881</sup>.

Na proposta do orador, ele combina dois modelos de imprensa: o pedagógico e o de desobediência. No sentido de atribuir à imprensa nova, em posse da juventude, a possibilidade tanto de educar, quanto de transformar, por meio da conscientização da sua gente, que por sua vez colocaria em movimento a pressão por mudanças no meio político e social. Azevedo rompe o parecer liberal de instruir e tutelar somente o povo dos benefícios do sistema constitucional. Ao proclamar em praça pública a comunhão de todas as vozes, a atitude democrática, com o apoio e comunhão de populares, acadêmicos e associações se faria contrária à centralização de Pedro II.

Contudo, Azevedo diz que embora não seja uma missão política direta, indiretamente caberia aos estudantes, à agremiação acadêmica como a que estava sendo instalada, enquanto agentes de transformação, se empenharem por mudanças. Mesmo porque, a filosofia é fonte do alvorecer no mundo. Metaforicamente, ela é a luz que, segundo o escritor, faz surgir o progresso. Entretanto, sem o progresso científico não há como ter progresso político, e aí a importância da academia. Para Azevedo, a missão dos acadêmicos é uma questão de causa e efeito.

Senhores. Não é a vossa uma missão política – diretamente ao menos. Mas o que é a filosofia senão a luz, a luz que como o olhar de Deus se abre sobre o mundo inteiro? o que é a luz senão o progresso? o que é progresso científico sem progresso político? o que é a causa sem o efeito? o que é o progresso senão o sanear da grande febre que afana a humanidade?<sup>882</sup>

---

<sup>881</sup> AZEVEDO, 2000, p. 762.

<sup>882</sup> Ibidem, loc. cit.

## 1- O papel revolucionário da Universidade, retomadas.

Como já fizera no Discurso de 1849, Azevedo convoca à “obra” os favorecidos da Academia, filhos da faculdade, por meios das sessões acadêmicas fossem os que têm de ser entre o povo, os que atravessam o mar da ciência e balizam às “gerações errantes”. Para o escritor, a associação acadêmica é o templo e eles os agentes responsáveis por compartilharem as bases de uma mudança explicitamente política. Os estudantes marchariam junto ao povo tratando dos saberes, senão profundamente, ao menos de aspirações patrióticas.

À obra pois, senhores! Seja nossa lide fervorosa: nossa associação um santuário, e nós sacerdotes das ideias santas: entre os filhos das academias sejamos o que têm de ser entre o povo as seções acadêmicas, – aqueles que tranem os oceanos da ciência, à frente das gerações errantes – senão pelo título do saber profundo, ao menos das encendradas aspirações do patriotismo<sup>883</sup>.

Para Azevedo, se por um lado o papel da intelectualidade acadêmica era o de ser “mentora” na luta contra o absolutismo e a unidade castradora da monarquia<sup>884</sup>, por outro lado, cremos que além de “instrutora”, ela também ocuparia um lugar de destaque na “educação estética da mulher e do homem”. “É mediante a cultura ou educação estética, quando se encontra no “estado de jogo” contemplando o belo, que o homem [e a mulher] poder[ão] desenvolver-se plenamente, tanto em suas capacidades intelectuais quanto sensíveis”<sup>885</sup>. Em outros termos, poderíamos dizer que “[...] a literatura teve papel decisivo na estetização do pensamento político e na formação do bacharel, instrumentalizando-o no uso da palavra”<sup>886</sup>. Por sua vez, os jovens acadêmicos seriam os libelos do povo na “revolta” ao regime de governo dos “fósseis” da política nacional.

Quando o orador diz que os estudantes deveriam usar a filosofia e a literatura (razão e sensibilidade) para tratar do “progresso” junto ao povo, tanto o evocar quanto o uso prático destas áreas de conhecimento poderiam sim, intencionalmente, não só aparelhar toda uma revolução, mas também levá-la à vitória: “E senhores, como eu já vo-lo disse, a palma e a capela com que vos heis de vitoriar – são a filosofia e a poesia. A filosofia e a poesia eis aí os dois grandes caminhos das nações – as grandes bossas onde se lê o progresso ao crânio popular”<sup>887</sup>.

---

<sup>883</sup> AZEVEDO, 2000, p. 763.

<sup>884</sup> CAMILO, 2011.

<sup>885</sup> SUZUKI, M. O belo como imperativo. In: SCHILLER, F. *A educação estética do homem*. São Paulo: Iluminuras, 2002.2002, p. 12.

<sup>886</sup> CAMILO, op. cit., p. 80.

<sup>887</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

No discurso de Azevedo há a ideia de que a literatura e a filosofia são Protheus, cujas “formas e poder” permitiriam aos acadêmicos compreender o todo de ideias múltiplas, o todo do pensar e sentir da nação, do povo. Em uma relação de causa e efeito, a filosofia e a literatura instrumentalizam os estudantes na “tradução” dos anseios de seu século.

Aquele todo de ideias múltíplices, várias em sua unidade, unas em sua variedade, onde as tendências das multidões se misturam – aquele todo do pensar e sentir, do coração e da cabeça das nações, estudai-o com todas as suas relações de causa e efeito, se fordes filósofo, codificai-o num sistema, ou num poema se fordes gênio; e tereis a filosofia ou a poesia de um século<sup>888</sup>.

Ora, supõem-se então que o processo de criação revolucionário se instaurou primeiro no campo das ideias, fosse pela palavra ou pela “educação estética” da população. Em um “contexto revolucionário”, o uso dessa palavra pela “imprensa livre”, que já estava em funcionamento pela “falange de estudante”, poderia presumivelmente causar uma desestabilização ao meio político. Além disso, os efeitos “subversivos” que a “imprensa livre” poderia angariar na conscientização das pessoas, mesmo que fosse propositadamente intelectual, seja pelas palavras, seja pela estética, estes referenciais engendrariam a roda que fomenta e coloca em movimento as transformações da sociedade.

De mais a mais, nada é perene, sobre o antigo se faz o novo. Assim como acontece nos ciclos temporais, as sociedades colapsam, entram em declínio, tornam-se decadentes antes de uma nova se levantar: “– Eis por que as escolas se sucedem e aperfeiçoam. Quando uma organização social descai, é sobre as ruínas dela que se alevanta a outra: quando um povo passa, é sobre seus túmulos que se celebram os banquetes da geração nova”<sup>889</sup>.

Desse modo, as escolas filosóficas e suas influências nos governos, assim como todo o influxo de lei e costumes tendem a definhar e cair, segundo o orador poucas são as tradições e crenças que perpetuaram. Embora haja na humanidade um empreendimento progressivo, pois ela não se extingue, apenas de tempo em tempo parte dela colapsa e decai. Ora, se há uma movimentação temporal que tende a conduzir os “produtos sociais” à decadência, por que não pensar que o próprio sistema político brasileiro não se definhava e caísse? Afinal, ao longo do seu “discurso filosófico” Azevedo parece intencionado em propor sugestões de mudanças ao país.

Por isso vede ainda as escolas filosóficas e sua influência nos governos – aquele todo do influxo mútuo das leis e costumes que depois de Montesquieu e Bentham, Matter foi estudar no seu belo livro – as tradições e as crenças definhavam e caem: poucas

---

<sup>888</sup> AZEVEDO, 2000, p. 763.

<sup>889</sup> Ibidem, loc. cit.

aquelas são que como as rosas do Oriente revivem e remoçam depois da segunda murchez<sup>890</sup>.

Azevedo diz que a originalidade nos poetas e nos filósofos de tão rara é que os poetas são capazes não somente de enxergarem e abrangerem o todo de seu tempo, mas também de serem “os profetas das grandes convulsões”<sup>891</sup>. Para o escritor paulista é preciso que “novo cataclismo” e “nova organização humanitária” surjam para que os poetas possam compor o “sublime da história”, isto é, a “epopeia original”, Proteu das lutas humanas. Assim, os grandes poetas são capazes além de traduzirem a epopeia da humanidade, de ainda deixarem impresso nela toda uma era. Segundo o orador, os “moldes” desses poetas da Antiguidade foram Homero na Grécia e Lucano em Roma, “no oriente a Bíblia”. Depois na Idade Média, Dante no Sul, Shakespeare e Milton no Norte<sup>892</sup>; neste último, Azevedo vê uma “síntese” de gêneros dos dois anteriores.

A causa de tão rara ser a originalidade nos poetas e nos filósofos é que os poetas, daqueles ao molde homérico e dantesco, são os que no olhar de águia abrangem o todo e são os profetas das grandes convulsões: e para esses é mister um novo cataclismo, uma nova organização humanitária para que surja a epopeia original. Olhai: na antiguidade grega há Homero, no oriente a Bíblia, nos fastos cesáreos Lucano, nos grandes tempos da Idade Média Dante e Shakespeare. – Dante que abre a nova era do sul, Shakespeare a do Norte – e além deles, como uma nuvem, a criação de João Milton correndo com sua sombra mística – entre a comédia de além-túmulo do Alighieri, e o panorama confuso da terra, do histrião de Isabel – entre Deus e o homem – como o Naflegar fúnebre da teogonia escandinava: nos tempos modernos Goethe e Byron – Goethe, o poeta das tendências idealistas, Byron, o transunto da leiva sem fé do século XIX<sup>893</sup>.

O trecho mostra um Azevedo que consegue posicionar “histórica e politicamente” as obras literárias e os poetas. O escritor paulista estabelece um olhar bastante assertivo para com as produções literárias da humanidade. De todas as implicações que possam vir, ele traça não apenas uma cronologia da herança cultural da raça humana até seu tempo, mas também ele insere toda uma “progressão” do desenvolvimento humano, para enfim colocar Goethe e Byron como os grandes expoentes do século. A um caberia um olhar idealista, ao outro um olhar de descrença para o que estava acontecendo no século XIX.

---

<sup>890</sup> AZEVEDO, 2000, p. 763. Não conseguimos descobrir quem é Matter. Montesquieu o grande expoente do Iluminismo, Bentham do Utilitarismo, embora ainda iluminista, ou seja, dois autores ligados às ideias das luzes, com isto cremos que o terceiro também vá nesta linha, embora é muito interessante que Matter trate das tradições e crenças que definha, ideias bastante próximas das teorizações feitas por Herder.

<sup>891</sup> Daí pensarmos que Azevedo propõe uma educação estética ao povo, para que este também possa compreender os “cataclismos” de seu tempo e juntos possam requerer mudanças, fosse política, econômica e social.

<sup>892</sup> Interessante a observação de Azevedo de citar o Sul e o Norte como contrapontos de literatura. Ora, Herder já havia postulado a relação do clima e da historicidade como chance de diversidade e/ou nacionalidade das literaturas.

<sup>893</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

De mais a mais, como já fizera no texto “Lucano”, Azevedo sugestiona então que os poetas são capazes de “imprimirem” com seu “olhar de águia”, em ricos detalhes, os fatos históricos à literatura, bem como de rompem paradigmas e permanecerem assim inscritos na “nova organização da humanidade”. Poderíamos dizer que eles são “sínteses” de movimentos temporais e eras, e isto nos remete ao que Hegel trata acerca dos homens históricos. Para o filósofo alemão, os homens históricos são capazes de enxergarem a verdade, de serem profetas de seu tempo.

Enxergam a própria verdade de sua época e de seu mundo – eles veem a próxima espécie que, por assim dizer, já está formada no ventre do tempo. [...] As personalidades históricas do mundo, os heróis de seu tempo, devem, portanto, ser reconhecidos como seus profetas – suas palavras e seus feitos são o melhor da época<sup>894</sup>.

Azevedo pede aos seus ouvintes que se atentem ao percurso da filosofia e da literatura, a fim de situar seu tempo nos diálogos das produções culturais e filosóficas que a humanidade fez ao longo das eras. Ademais, ele referencia ainda outros autores sagrados da filosofia em uma ordem cronológica que inicia na Índia, prossegue pela Grécia, Holanda, França até chegar à Alemanha. Na literatura, da Roma antiga com Lucano, da Inglaterra do século XVII com John Milton e da Alemanha com Klopstock, Goethe e Richter para tratar dos diálogos do ocidente com o oriente e dos expoentes que marcam os paradigmas literários e filosóficos de cada época.

Comparai a filosofia dos tempos e os poetas: sonhai o labirinto tenebroso da filosofia Hindustânica de Vyasa, Capila e Gantana<sup>895</sup>, onde porventura Pitágoras bebera as teorias da metempsicose, Sócrates e Platão seu idealismo; entrevede-a no mistério das pagodas e varelas, com seu Sânscrito esquecido pelo povo, e seus Brâmanes silenciosos; lede o *Mahabharata*: acordai Catão, o suicida, e erguei a púrpura úmida ao leito sanguento de Lucano – o poeta: lembrai as práticas taciturnas do puritanismo, seus templos sem estátuas, onde aparecia na sombra a frente de Cromwell, e folheai o *Paraíso perdido*: embebei-vos no transcendentalismo alemão – Kant, Fichte, Abichte – no idealismo mais puro e vaporoso, reduzindo o panteísmo de Spinoza e a visão em Deus de Malebranche, ao egotismo de Fichte e Hegel – e passai as longas noites de vigília com a *Messíada* de Klopstock, o *Faust* de Goethe, e as criações negras de Johann Paulus Richter<sup>896</sup>.

---

<sup>894</sup> HEGEL, 2012, p. 85.

<sup>895</sup> Nas três citações: Capila “Sábio indiano, de historicidade duvidosa, a quem se atribui a criação do Samkhya, um dos seis sistemas filosóficos do bramanismo. Em português também se encontra a grafia Kapila”. SOUZA, 2016, p. 46. Vyasa: “Na edição-fonte “Vyasa”; poeta indiano do século XIV a. C., que teria sido o autor dos *Vedas* e do *Maabarata*. De historicidade duvidosa, é também identificado como Vyâsa, Nyasa e badarayana. Seu sistema filosófico – um dos seis do bramanismo – chama-se *Vedanta*”. SOUZA, 2016, p. 46. Gantana: “Na edição-fonte, “Gatana”; Siddharta Gotama – ou Gautama – (século VII-VI a. C.), príncipe indiano, depois cognominado *Buda* (isto é, o Sábio, o Iluminado), fundador da religião budista”. SOUZA, 2016, p. 46.

<sup>896</sup> AZEVEDO, 2000, p. 764. É importante ressaltar que esse trecho do discurso de 1850, com algumas modificações, também aparece no texto “Literatura e Civilização em Portugal”, assim como ele usa um outro trecho do ensaio “Alfredo de Musset / Jacques Rolla” no livro *Macário*. Com isso, não queremos dizer que Azevedo requentava trechos ou ideias comuns em seus textos críticos e literários, mas que há um engajamento de ideias que auxiliam a compreensão do seu processo criativo no estabelecimento de um projeto literário próprio.



No tratamento do quinhão que uma civilização lega a outra, Azevedo diz que a sociedade francesa dialoga com o oriente e com o Norte; salvaguardado o clima, a religião, os sentires daqueles povos etc. a civilização francesa é uma multiplicidade de vozes na contemporaneidade.

Agora mesmo vede a civilização francesa, onde se confundem e embatem tantos elementos acamados na aluvião de tão longos séculos; o vário daquela ordem de coisas cuja filosofia é o ecletismo — e vede a literatura daí. Chateaubriand, Lamartine, V. Hugo, Quinet – quereis beber-lhes na origem das inspirações? Voltai-vos para o Oriente como o homem do deserto para a cidade do profeta; voltai-vos para o norte, como as brumas do inverno, quando o vento lá as apinha: nos mornos das virações do Levante, nos bafos de harmonia lúgubre, nas abóbadas das catedrais escuras, ali, como nas vozes da filosofia contemporânea, sentireis o saibo das torrentes onde se abrevara o passado<sup>897</sup>.

Azevedo diz que é preciso cuidado nos diálogos que se estabelecem entre as escolas filosóficas e literárias, para que poetas e filósofos menores não “vivam da seiva alheia”, (pois, eles seriam rejeitados no futuro). Para o escritor paulista, na filosofia há exemplos do neoplatonismo de Alexandria, de “homens arrebanhados na descrença de Voltaire”. Na literatura, os *diakenastas*, os rapsodas junto a Homero; Macpherson a Ossian; Ducis a Shakespeare; Gabriel Pereira, Quevedo e Meneses a Camões. Talvez aí, nesses exemplos, o estabelecimento de um exame crítico dos autores brasileiros, contemporâneos dele, que ainda se filiavam aos preceitos europeus (e ainda clássicos).

Os pequenos poetas, como as escolas filosóficas, que viveram de alheia seiva, são excrescências que o futuro enjeita – miríadas liliputianas que a ciência sacode de seu manto leônico de Alcida. Na ciência filosófica são as escolas filiadas, como o neoplatonismo de Alexandria, das teorias de Platão – aquela turba de homens arrebanhados sob a bandeira da descrença Voltairiana – na poesia são os *diakenastas*, rapsodas, os homéridas que rastejam ao sólio dos poemas monumentais, como os cíclicos gregos e romanos junto a Homero; quiçá Macpherson junto a Ossian, o Ersa; o que Ducis quis ser de Shakespeare, como toda aquela escola inglesa que se fechara em James Shirley, Joanna Baillie; o que Gabriel Pereira de Castro, Mousinho de Quevedo, e Meneses foram para com os *Lusíadas*<sup>898</sup>.

Toda incursão que Azevedo faz sobre os diálogos entre as civilizações tem por objetivo asseverar que a filosofia e a literatura são medidores de civilidade; os caminhos pelos quais se lê o progresso de um povo, como já apontou em seu texto “Lucano” ao tratar de Homero, Tasso e Camões. Elas juntas podem reportar ao futuro o que foi cada momento do passado, do presente. A literatura seria, por exemplo, o repositório de cada era e, por assim dizer, capaz de contar toda a experiência do pensar e sentir de uma civilização (enfim, conter o Espírito Absoluto de uma época). Contudo, para Azevedo, a ausência de uma filosofia ou literatura

<sup>897</sup> AZEVEDO, 2000, p. 764.

<sup>898</sup> Ibidem, loc. cit

brasileira impossibilita o esboçar da identidade de um povo enquanto nação; para ele, trata-se de uma questão de causa e consequência.

Essas duas gêmeas da civilização, das quais vos falei, eis aí o que um dia, quando a ciência vindoira debruçar-se no cemitério do que hoje é vida, ela evocará do ervaçal de nossas campas, e virá indagar na poeira dos nossos crânios. Sem uma filosofia, sem uma poesia nacional, como quereis uma nação? A cópia lívida do que vai pelo mar além poderá ser o sangue de uma nação? O parasitismo científico poderá ser condição de vida para a inteligência de um povo?<sup>899</sup>

Azevedo interroga, portanto, se o parasitismo científico seria a condição de inteligência de um povo; se a pálida cópia do que vai pelo além-mar seria a condição das belas letras em solo nacional. Neste ponto, ele retoma o questionamento que fez em muitas partes de seus textos sobre a condição de imitação da arte por um povo (como fez em “Jacques Rolla” ou em “Literatura e civilização em Portugal”). Segundo o escritor paulista, essa condição impossibilitaria o avanço de uma específica e nacional filosofia ou literatura.

Na contemporaneidade de Azevedo havia justamente a polêmica que se criou ao entorno do que seria ou deveria ser considerado “o sangue de uma nação” pelo qual definiria a literatura. Santiago Nunes Ribeiro, Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Francisco Varnhagen, Álvares de Azevedo se empenharam naquele momento para a invenção de uma tradição literária, que pudesse dar aos brasileiros e brasileiras a evidência de uma identidade de povo e de nação.

## **2- Política e Educação Básica.**

Sob a crítica da ausência de literatura ou de filosofia nacional, Azevedo adentra rasante crítica sobre a educação brasileira daquele período. Ele diz que a instrução pública é mais gozação e zombaria, do que propriamente a realização do preceito da lei. Ora, para o escritor paulista a popularização do ensino básico não ocorreu, mesmo com a lei de 1827, em que se estabeleceu a criação das escolas de “primeiras letras”. O ano de 1850 ainda não demonstrava nenhuma democratização do ensino, nenhum avanço na distribuição de conhecimento ao povo brasileiro, fosse na educação básica ou nos cursos superiores, visto o número limitado de escolas e de academias pelo país.

E quando os governos se descuidam; quando a instrução pública é mais irrisão e escárnio, que a realização do preceito da lei; quando não há peias que se evitem à popularização do saber, quando se escasseia a instrução primária para as classes

---

<sup>899</sup> AZEVEDO, 2000, p. 764.

baixas, nega-se proteção e melhoramento para os colégios públicos, e não se quer dar caça aos obstáculos pecuniários que vedam a porta das academias às classes pobres – iludindo assim o princípio constitucional, as garantias de instrução feita ao povo; quando enfim; depois de vinte anos de existência livre, os governos não quiseram ainda realizar a promessa do lábaro das nossas liberdades, que nos garante Universidades – tímidos talvez, como os olhos quebrados do doentio, que se dissipe a nuvem de ignorância, que é a parceira do despotismo; agora, senhores, vem muito a pelo esse compromisso pela realização de uma ideia de amor filosófico e avançada luminosa, como aquela espada valente do espírito, de que falava João Huss<sup>900</sup>, o reformador<sup>901</sup>.

Para Azevedo, passados mais de 20 anos de liberdade com a metrópole, a liberdade de fato não foi repassada ao povo, nem mesmo garantido o princípio constitucional de instrução feita ao povo. Ele é enfático ao afirmar que a ausência de conhecimento é parceira do despotismo e que, portanto, a educação é ponto fulcral no combate a esse tipo de governo, que sozinho decide o que quer. Educar um povo consiste em questionar e dificultar as políticas de um regime que nasceu velho em solo nacional.

Embora a “fundação” das escolas de primeiras letras no Brasil datem de 1827, bem antes da “lei Guizot” sobre a educação na França, de 1833; é com a legislação francesa que o assunto “educação básica inicial para todos” passa a ser um fenômeno mundial. Ainda que o interesse do então ministro Guizot era de cunho estritamente político, pois ele percebia a importância do vínculo entre educar e governar.

O século XIX se tornou conhecido como o “século da educação” e Guizot e os liberais não esqueceram a vinculação existente entre educar e governar, tarefas vistas como inseparáveis, ao se inscreverem no interior de um movimento ao qual o tema do governo dos espíritos se liga diretamente<sup>902</sup>.

Desse modo, o sistema educacional francês serviria para o propósito político de manutenção de uma estrutura hierárquica na sociedade<sup>903</sup>. Guizot estabelece diferentes graus de ensino, e o distribui de acordo com a população, selando assim a estratificação do corpo social.

A vulnerabilidade do sistema político ordenado por Guizot mostra a importância da educação na consolidação de uma estrutura hierárquica, na qual cada um sabe o seu lugar. O ministro, buscando adaptar os diferentes graus de ensino a públicos diferentes, cria um sistema educacional no qual o povo, os trabalhadores em geral, mineiros, cultivadores, operários e pequenos comerciantes, que não têm direito ao

---

<sup>900</sup> João Huss foi um pensador e reformador religioso queimado por se opor ao poder estabelecido. Dentre suas ideias havia a do sacerdócio universal, em que qualquer um poderia ser mediador de deus com as pessoas. Ele também havia despertado a ira do rei pela neutralidade no “cisma papal”. Daria para elaborar um dicionário somente com nomes de revolucionários que Azevedo, em grande parte de sua obra, insere para tratar dos que lutaram contra o poder dominante.

<sup>901</sup> AZEVEDO, 2000, p. 765.

<sup>902</sup> WEISS, Jussemar. Guizot e a educação. In: *História da educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (10): 43-52, out. 2001, p. 44.

<sup>903</sup> No Brasil, a opção do governo parece ser a de impedimento total, quanto menos escola e educação efetiva, melhor a estratificação social.

voto, ficam confinados a uma escola primária elementar ou popular, já que não terão acesso à escola primária superior<sup>904</sup>

Se de um lado, o posicionamento de Azevedo é completamente diverso daquele do ex-ministro francês. O escritor brasileiro é taxativo sobre o alcance da educação, ele não a restringe aos anos iniciais e a estende ao ensino superior. Por outro lado, a argumentação de Azevedo está muito próxima de outro francês, Nicolas Condorcet<sup>905</sup> que teoriza a respeito de uma educação para todos, inclusive a superior. Para o filósofo, matemático, político e revolucionário francês a educação deveria sim ser função do Estado, no entanto, este deveria garantir a universalidade dela, inclusive custear se preciso fosse aos não abastados para que todos frequentam os bancos escolares. Além disso, ele defendia ainda a escola laica, o que tiraria o controle da Igreja sobre o ensino.

Ora, nas rodas das discussões acerca da educação como fenômeno mundial, podemos observar que em Portugal, o liberal<sup>906</sup> Alexandre Herculano já havia debatido sobre “instrução pública” em seu texto de 1841. Ao olharmos para as ideias defendidas por Herculano, percebemos que há uma certa proximidade das ideias defendida posteriormente por Azevedo em seu texto de 1850. O escritor português diz que se de fato um país deseja prosperidade é necessário um “sistema de organização da instrução geral ou nacional”. A “garantia individual” do acesso à educação, para ajudar não apenas no aperfeiçoamento do trabalho, capacita o homem e a mulher na avaliação do “estado das cousas públicas, os actos e as opiniões dos que governam e legislam”.

Entre os graves negócios que nas monarquias constitucionais devem ocupar a atenção das câmaras legislativas, do Poder Executivo e de todos os cidadãos que desejam a prosperidade do seu país, há um importante mais que muitos, difícilimo pelas considerações a que, no tratá-lo, é preciso remontar, perigoso pelas custosas e às vezes baldadas experiências que para resolver ainda hoje se fazem no meio dos povos mais cogitadores e alumiados da Europa, – escuro, enfim, até porque na mente dos legisladores que governam e ainda do mais entendidos cidadãos, estão porventuras vivas preocupações da mocidade e de educação, contra o verdadeiro modo de contemplá-lo quando se trata de o converter por via de leis de facto social. Este negócio importante, dificultoso, arriscado e escuro é o sistema de organização da instrução geral ou nacional que, nos países livres, não pode deixar de ser tida em conta de garantia pública e ao mesmo tempo individual, e que, por isso, deve ser regulada

---

<sup>904</sup> WEISS, op. cit., p. 47. É no mínimo risível o que sucederia no período posterior ao estabelecimento da política de Guizot, o Estado, que havia concebido a escola para perpetuar a diferenças entre classes, percebeu que ela naturalmente (isto é, mediante intromissão de pessoas do porte de Michelet e Quinet) se oporia a ele. “O que se estabelece, a partir de então, é uma guerra no seio da escola, buscando se opor ao Estado. De um instrumento do Estado ela se torna capaz de se opor a ele”. Ibidem, p. 51.

<sup>905</sup> “[...] os liberais doutrinários, grupo ao qual pertence Guizot, partindo de uma visão política particular, elaboraram uma filosofia e uma prática educacional que rompe com os princípios educacionais republicanos que, a partir de Condorcet, se afirmavam”. Ibidem, p. 48-49.

<sup>906</sup> Joaquim Carvalho diz em certo momento em seu livro *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, que o português já próximo da morte, em seus últimos escritos, sugere uma mudança na postura política, pendendo mais para o social, que o liberal.

de maneira tal que, servindo à prosperidade e civilização comuns, abranja nos seus benefícios a todos e a cada um dos cidadãos. A Revolução Francesa do fim do século passado, no meio dos seus crimes, das suas vertigens, dos seus disparates, proclamou grandes verdades; e sobre a terra ensanguentada por ela lançou as sementes dos mais profundos princípios sociais. Foi ela que primeiro considerou a instrução à luz da nacionalidade, que primeiro saudou como uma garantia individual; como uma dívida do Estado para com os seus membros: foi ela que primeiro disse – a república deve dar aos cidadãos uma *instrução geral*. [...]. Considerada como garantia individual, a instrução primária realiza o direito, que tem qualquer cidadão, de aperfeiçoar o seu entendimento, não só para se ajudar desse aperfeiçoamento no gênero da indústria a que se dedica e pelo qual obtém o pão quotidiano, mas também para avaliar o estado das cousas públicas, os actos e as opiniões dos que governam e legislam, erguendo-se assim de feito à dignidade de homem [e da mulher] livre. É destes dois fins a que se destina a instrução pública que lhe provém a sua natureza de duplicada garantia: dever da sociedade e direito do indivíduo: dever do indivíduo e direito da sociedade. [...]. Admito que a educação intelectual da mocidade possa constituir uma indústria particular, e não vemos razão sólida que a isso se oponha, será justo que a lei atribua ao Governo uma intervenção maior ou menor no exercício dessa indústria, lícita e livre como as demais indústrias? Será absoluta ou restrita a liberdade de ensino?<sup>907</sup>

Se pensado o contexto da Europa, as revoluções de 1815 a 1848 (esta última citada por Azevedo no discurso de 1849), além de demonstrarem os descontentamentos econômicos e sociais do povo, eram também um movimento de subversão e combate ao absolutismo. Lembrando que Azevedo afirma claramente em seu texto que a educação possibilita um esclarecimento e posicionamento contrário ao regime de governo opressores. De fato, havia exemplos de que a educação contribuiu para emancipar as ideias políticas. Tanto que nesse período, os acadêmicos tiveram grande impacto no resultado das lutas em prol da liberdade política. O sistema político reestabelecido na Europa mostrava um retrocesso a ser combatido, mesmo porque já desde a Revolução Francesa não faltava exemplo das ações do povo quando houvesse descontentamento ou intranquilidade.

“[As revoluções de 1815-1848] ocorrem porque os sistemas políticos novamente impostos à Europa<sup>908</sup> eram profundamente e cada vez mais inadequados, em um período de rápida mudança social, para as condições políticas do continente, e porque os descontentamentos econômicos e sociais foram tão agudos a ponto de criar uma série de erupções virtualmente inevitáveis. Mas os modelos políticos criados pela Revolução de 1789 serviram para dar ao descontentamento um objetivo específico, para transformar a intranquilidade em revolução, e acima de tudo para unir toda a Europa em um único movimento – ou, talvez fosse melhor dizer, corrente – de subversão”<sup>909</sup>.

Ao pensarmos sobre as queixas de Azevedo da ausência de ensino básico e educação superior, em uma relação de causa e consequência que ele sempre procura estabelecer em seu discurso; se pensado o contexto global da educação, por exemplo, que só se desenvolveu e se estabeleceu posteriormente, a falta de instrução era parte do processo de situar a maioria da

<sup>907</sup> HERCULANO, s/d, p. 107-113.

<sup>908</sup> No Brasil, o renascimento do regime despota de Pedro II foi de total profusão.

<sup>909</sup> HOBBSAWM, E. *A era das revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro / São Paulo, 2020, p. 184.

população em seu devido lugar<sup>910</sup>. O mal que padecia o Brasil, não era diferente do mal padecido por diversos lugares no globo.

Embora a educação fosse um recurso a ser perseguido em todo o mundo, mesmo na Europa, o número de estudantes secundaristas e universitários no início do século XIX era baixo. No Brasil era pequeno o número de acadêmicos, somente alguns centros e apenas a elite tinha o acesso. No velho mundo houve um aumento dos filhos da academia, e como resultado o que se percebe é uma consciência de grupo, de modo que haverá uma proeminente luta dos estudantes contra o absolutismo<sup>911</sup>.

A Rússia, por volta de 1850, tinha perto de 20.000 alunos secundaristas em uma população total de 68 milhões de habitantes. O número de estudantes universitários era ainda menor, naturalmente, embora estivesse subindo. É difícil imaginar que a juventude acadêmica prussiana, que foi tão inflamada pelo ideal de liberdade depois de 1806, consistisse em 1805 em pouco mais de 1.500 jovens, e que a Escola Politécnica de Paris, a peste que atormentou os Bourbon restaurados em 1815, acolhesse um total de 1.581 jovens em todo o período entre 1815 e 1830, ou seja, uma admissão anual de cerca de cem alunos. A proeminência revolucionária dos estudantes no período de 1848 faz-nos esquecer que em todo o continente europeu, incluindo-se as antirrevolucionárias Ilhas Britânicas, não havia mais que 40.000 estudantes universitários ao todo. Ainda assim, estes números aumentavam. Na Rússia, subiu de 1.700 em 1825 para 4.600 em 1848. E mesmo se eles não aumentassem, a transformação da sociedade e das universidades dava-lhes uma nova consciência de si mesmos como um grupo social. Ninguém se recorda que em 1789 havia cerca de 6.000 estudantes na Universidade de Paris, já que eles não desempenham qualquer papel independente na Revolução. Mas por volta de 1830 ninguém poderia subestimar uma tamanha quantidade de jovens acadêmicos<sup>912</sup>.

Embora pequeno o número de estudantes no Brasil, Azevedo percebia a importância das escolas e das academias nacionais, dos jovens acadêmicos no cenário político, ainda que ele não deixasse explícito a luta armada, como ocorria na Europa. Em seu lugar, como já posto em seu discurso de 1849 e reiterado no discurso de 1850, ele propõe uma “revolução pelas letras”<sup>913</sup>, o que também, seguindo a ótica do escritor paulista, contribuiria para a emancipação do povo.

Azevedo, enquanto estudante de direito, argumenta em seu discurso sobre a necessidade de se cumprir a lei criada em 15 de outubro de 1827. A garantia de ensino básico e de ensino universitário se fazia necessária naquele momento, pois se cumprida a lei, a educação para todos, conseqüentemente haveria uma “revolução pelas letras”; portanto, polo gerador de transformações que culminaria na construção de uma nação democrática.

<sup>910</sup> RANGER, T. A invenção da tradição na África colonial. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2017.

<sup>911</sup> HOBBSAWM, 2020.

<sup>912</sup> *Ibidem*, p. 218.

<sup>913</sup> Possivelmente, a revolução pelas letras seria o resultado da educação formal do povo.

Embora a lei projetasse um olhar progressista na democratização de conhecimento; nela há ainda problemas estruturais, como escolas apenas em lugares populosos, o baixo salário de professores, o inadequado método de ensino<sup>914</sup>. Ainda que fosse positiva pela equiparação dos salários entre mulheres e homens, a lei não favorecia a construção de prédios, material para o funcionamento, nem uma política de formação desses professores.

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

[...]

Art. 3º Os Presidentes, em Conselho, taxarão inteiramente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais: com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente à Assembleia Geral para a aprovação.

Art. 4º As escolas serão de ensino mútuo nas capitais das províncias; e o serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

[...]

Art. 13º As mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres.

[...]

Art. 15º Estas escolas serão regidas pelos estatutos atuais no que se não opuserem à presente lei; os castigos serão os praticados pelo método de Lencastre<sup>915</sup>.

O panorama da educação da época pode ser observado com os relatórios dos responsáveis pelo andamento da educação no país. Os problemas relatados no discurso de 1850 sobre a efetivação da lei não são méritos exclusivos de Azevedo, eles já haviam sido apontados desde a década de 30 por um ministro do Império, Lino Coutinho. No entanto, diferentemente do escritor paulista que responsabiliza o governo, a crítica do ministro embora denunciasse a dificuldade de se implantar a lei de 1827, tenta exonerar a culpa do poder central, culpabilizando os municípios, os professores e professoras e os alunos e alunas; ainda que ele reconhecesse o abandono do poder público na falta de provimento de material, edifícios públicos, baixos salários, dificuldade de encontrar professores e a inadequação do método de ensino.

Os relatórios do Ministro do Império Lino Coutinho de 1831 a 1836 denunciaram os piores resultados da implantação da Lei de 1827, mostrando o mau estado do ensino elementar no país. Argumentava que, apesar dos esforços e gastos do Estado no estabelecimento e ampliação do ensino elementar, a responsabilidade pela precariedade do ensino elementar era das municipalidades pela ineficiente administração e fiscalização, bem como culpava os professores por desleixo e os alunos por vadiagem. Admitia, no entanto, que houve abandono do poder público quanto ao provimento dos recursos materiais, como os edifícios públicos previstos pela lei, livros didáticos e outros itens. Também apontava o baixo salário dos professores; a excessiva complexidade dos conhecimentos exigidos pela lei e que

---

<sup>914</sup> O método de ensino é o Lancaster, conhecido também como Ensino Mútuo ou Monitorial foi o mesmo que Guizot aboliu por acreditar ser subversivo. “Ele marginaliza o método mutual de ensino por considerar menos adequado que o método simultâneo, dos irmãos congregações, a realidade das escolas rurais. Na realidade, o Método Mutual estava ligado ao anticlericalismo e à Revolução”. WEISS, 2001, p. 48.

<sup>915</sup> BRASIL, 1827, p. 71.

dificultavam o provimento de professores; e a inadequação do método adotado em vista das condições particulares do país<sup>916</sup>.

Além de Lino Coutinho, o relatório de Mont’Alegre de 1851 (mas referente a 1850) queixava de problemas já citados anteriormente. No relatório, o ministro ainda aponta três fatores que prejudicaram o avanço da educação no país: o salário do professor e professora, a inexistência de prédio próprio das escolas e ausência de fiscalização nas escolas distantes. Assim como fez Coutinho, Mont’Alegre também exonera diretamente a culpabilidade do poder central.

A instrução pública primária tem melhorado no município da Corte, e mais sensíveis teriam sido seus progressos se houvessem extirpado as diversas causas de que há muito entorpecem o seu desenvolvimento, as quais principalmente consistem na deficiência de pessoal habilitado para este gênero de instrução; mesquinha remuneração e nenhum futuro dos Professores; na falta de edifícios apropriados para o ensino, e na falta de inspeção nas escolas das Freguesias mais distantes<sup>917</sup>.

Entretanto, se a lei de 1827 garantia uma escola pública em todo o território, com o ato adicional de 1834, o poder político da capital pôs fim a esse projeto, ao transferir a responsabilidade das escolas às províncias, se eximindo de um plano nacional. Assim, o governo central tira de seu encargo a construção de um projeto de escola pública que contemplasse todo o país. Embora o poder do Rio de Janeiro tenha normatizado o funcionamento de escolas em caráter de instrução pública pelas províncias, a educação na verdade acabava ocorrendo em espaços privados.

Após a proclamação da Independência em 1822, uma escola pública nacional poderia ter decorrido da aprovação da Lei das Escolas de Primeiras Letras, de 1827, mas isso acabou não acontecendo. O Ato Adicional de 1834 colocou as escolas primárias e secundárias sob a responsabilidade das províncias, renunciando, assim, a um projeto de escola pública nacional. Ao longo do século XIX, o poder público foi normatizando, pela via legal, os mecanismos de criação, organização e funcionamento de escolas que, por esse aspecto, adquiriram o caráter de instrução pública. Mas de fato, essas escolas continuavam funcionando em espaços privados, a saber, as próprias casas dos professores<sup>918</sup>.

A crítica que Azevedo ressalta em seu discurso dos desmandos e descasos dos governos com a educação, segue em parte na mesma via dos relatórios de 1831 e de 1851 por pessoas do governo. No entanto, se Azevedo culpabiliza os governos, inclui aí não só o governo provincial, mas também o governo central, já os ministros isentam ou procuram isentar a corte.

<sup>916</sup> NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889), s/d, p. 02. Disponível em: [https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/periodo\\_imperial\\_intro.html](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html). Acesso em 27 de abril de 2019.

<sup>917</sup> MONT’ALEGRE, Visconde de. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da oitava legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851, p. 13.

<sup>918</sup> SAVIANI, Demerval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 17.



Ora, digressões à parte, Azevedo inquirir aos mais distintos governos o que eles fizeram em tanto tempo, sob tanta jura de patriotismo, de liberalismo que não popularizaram o saber, para dissipar a nuvem de ignorância, parceira do despotismo. Talvez os “palpites de brasileiro”<sup>919</sup> a ocasionar mudanças venham então de uma nova geração, dos estudantes instruídos de literatura e filosofia a questionar “ao leito do adormecido” regime as peias que impedem o princípio constitucional das garantias feitas ao povo.

Os palpites de brasileiro no coração dos nossos governos pode ser que se acordem à voz da mocidade, ao reclamo de toda uma geração nova, que se vá dos pés do altar das letras a perguntar-lhes ao leito do adormecimento; “o que é de tanta jura de patriotismo leal, de liberalismo profundo? e o que fez tanta gente de todas as crenças políticas, em tamanho tempo de governança?”<sup>920</sup>.

A preocupação do escritor paulista é requerer que a juventude clame por mudanças. Mudanças estas que corroboram para alavancar a triste situação em que o país se encontrava; novamente para Azevedo uma questão de causa e consequência.

De modo incisivo, Azevedo diz então que no Brasil as sociedades têm encontrado um solo impróprio para se desenvolverem. Por meio de metáforas, ele argumenta então que há condições inatas que impedem a civilidade no país. Vê-se, segundo o escritor paulista, que a esperança tem diminuído, pois ora há segregação por desavença, ora um vegetar dormente ou sono cataléptico que desmentem e impedem o devir das sociedades. Para ele, o protelamento tem se demonstrado inerente à sociedade brasileira.

As sociedades em nosso país têm maninho o chão para vingarem. Há sempre aí um miasma que as enfeza e desmedra ao desbotoar – um ver-me que se lhes medeia às flores e as fana com a baba torpe. Temo-las visto aí bastantes nuvens de esperança caírem ao rir pasmado da estupidez marasmada: temo-las visto, ora segregadas por desavenças, ora seguirem um vegetar dormente, um sono cataléptico que mais porventura lhes desmente, do que lhes atesta a vida. Sociedades e sociedades, temo-las visto murchar; como os oásis do deserto às ventanias do ermo: o tufão rasgou aquelas nuvens harmoniosas de aves de arribação, que iam-se ao tépido dos verões, fugidas aos vapores hibernais<sup>921</sup>.

Desse modo, por meio de tantas outras metáforas, Azevedo afirma que tem visto muitas sociedades murchar: assim como “a ventania desfaz o oásis”, o “tufão desfaz o voo das aves harmoniosas em fuga dos invernos que impedem a vida ao encontro dos verões”, o “solo infértil”, o “miasma que diminui e encoleriza o desabrochar da sociedade brasileira”. Tudo isso para dizer que a sociedade brasileira murchará e descairá de vez se nada for posto em andamento pela juventude estudantil. Nas palavras de Azevedo há um clamor para que se construa uma via que leve a uma política mais justa, “democrática” ao país. Mesmo porque, ele diz que há um

<sup>919</sup> Termo já utilizado pela profa. Cilaine.

<sup>920</sup> AZEVEDO, 2000, p. 765.

<sup>921</sup> Ibidem, loc. cit.

“chão para vingar”, basta que se encerre a “estupidez”, o “vegetar” do “sono cataléptico” da velha classe dominante.

Azevedo inquire então aos seus ouvintes que ao pôr em prática o árduo trabalho de trazer ao país as mudanças necessárias, a sociedade brasileira romperia o que a agrilhoa. O florescer em solo nacional da democracia, mesmo que a união dos estudantes entre em decadência e acabe, haverá sempre um legado às academias e à pátria. Para o escritor paulista, a vitória embora possa ser passageira como tantas outras glórias e tende a desvanecer “no frio do sepulcro”; o que importa é o momento, que eles sejam “revolucionários” como foram os franceses na Convenção Nacional, que incitavam e organizavam o povo à luta. Ainda que eles sejam “devorados” como foram os filhos de Saturno e, em “batalha” custe o sangue como no esmagamento das rodas do carro de Jaggernat, a ciência, a filosofia, a literatura, a “democracia” permanecerão enquanto tradição.

Mas que importa, senhores? Após que longo suemos no revezo do lavor, que importa um dia nossa união se rompa, se tivermos legado aos tempos, às academias, à pátria, um nome brilhante – efêmero embora, como o de tantas outras glórias, sumidas com seus louros e sua estrela de luz na frente, no frio do sepulcro? Que importa pois que a ciência, na frase do orador da Convenção, seja como Saturno e devore seus filhos? como aquele ídolo Jaggernat que jamais resvala mais sublime como nas hecatombas de sangue?<sup>922</sup>

Azevedo inquire aos seus ouvintes se houvesse cumprido em solo nacional o tema social; se a união dos estudantes se estendesse às outras academias nacionais e americanas; se a regeneração da nação fosse demonstrada ao povo pela imprensa; se esse dia seria grande. Ora, a ambição do orador não é modesta, uma vez que o caminho a percorrer é longo; no entanto, se eles “tiverdes empolgado de todos os meios” é possível que a decadência política e social tivesse fim.

E um dia quando vós vos tiverdes empolgado de todos os meios de cumprir o tema social; quando a fraternidade nos tiver unificado com as outras academias – brasileiras e americanas – quando a imprensa levar ao povo<sup>923</sup> nossas ideias de regeneração – então, senhores, não será um grande dia?<sup>924</sup>

Azevedo utiliza, por conseguinte, do simbolismo do batismo cristão, para asseverar que há a possibilidade de regeneração ao país, ainda envolto no “festim delirante onde o rico estadeia”. Para o escritor paulista, o empreendimento da mudança recairia então na fé de que os jovens estudantes e as academias são capazes de compreender o que “palpita de necessidade no povo” e tomar assim dianteira dessa “revolução pelas letras”.

---

<sup>922</sup> AZEVEDO, 2000, p. 765.

<sup>923</sup> A colocação de Azevedo lembra muito a ideia de literatura enquanto sistema, de Antonio Candido. Ora, é preciso para além de produtores, obras, um público leitor para assim tornar possível uma “revolução pelas letras”.

<sup>924</sup> AZEVEDO, op. cit., loc. cit.

Não é essa esperança bela assaz para que nos arroube e nos devaneie anelos de porvir tão fulgoroso? O batismo de luz a uma nação, essa água santa que tem de lavá-la da elefantíasis negra, que tem de ir erguer ao Lázaro da parábola, dos pórticos dos festins delirantes onde o rico estadeia, fazer-lhe esquecer o envesgar de invejas pelo raléu da orgia, e vesti-lo de fulgores; a fé que lhe pudéramos dar numa grande instituição, transunto de quanto aí se encarna sublime nas imaginações juvenis e aplicação de tudo que palpita de necessidade no povo; o apuramento de uma nação, desafeita de sua dependência de ideias, livre em seu andar filosófico [...]<sup>925</sup>.

A água do batismo traria luz ao país no campo político e social, desde que formasse primeiro a verdadeira filosofia brasileira daquele século XIX. Sagrada pelas “crenças e aspirações” entusiásticas heróicas do povo, essa filosofia contribuiria então para clarear e reverberar as esperanças de um futuro melhor. O escritor, para respaldar os seus argumentos, utiliza autores como Cousin, Pedro Leroux, Gioberti, Bentham e Courtet de L’isle.

[...] a sagração de um complexo de crenças e aspirações que forme a nossa filosofia brasileira no século XIX – bela de todo o fogo de entusiasmo, de todo o ressumbrar de heroísmo do passado – clareado ao reverberar longínquo das esperanças do futuro – não a *ciência fragmentária* e parasita do passado, pálida cópia do que foi, como o entendeu o eclecismo de Cousin – mas sim a síntese de um povo, como a querem Pedro Leroux e Gioberti em seus princípios filosóficos, lampadário aceso depois da longa lucubração daquele embate dos influxos recíprocos dos costumes e leis, das ações de desenvolvimento ou murchez dos climas, como o disse Bentham, da antropologia, como o estudou Courtet de Lisle; – dissei-mo, não era uma grinalda cívica digna de sacrifícios?<sup>926</sup>

A ideia de o Brasil ter um sistema filosófico próprio, incluso aí o literário, implicaria não só em uma independência da Europa, ao excluir a cópia pálida da “ciência fragmentária e parasita do passado”, mas também demonstraria a síntese do espírito de um povo. Os princípios filosóficos põem assim luz às reflexões dos embates sobre costumes, leis, bem como nas ações de progresso ou decadência de uma nação.

Azevedo termina seu discurso ressaltando aos seus ouvintes que embora tudo tende a um fim; se o corpo adormece, se os homens e mulheres esquecem a inteligência de uma geração, ainda assim restará a trilha luminosa deixava por aqueles bravos estudantes<sup>927</sup> (poetas profetas) que peregrinam em busca de mudanças, mesmo que a nau esteja desaparecida ao longe, ou que ainda se façam noites<sup>928</sup>, como a exemplo daquelas que se faziam em meados de século XIX.

<sup>925</sup> AZEVEDO, 2000, p 765.

<sup>926</sup> Ibidem, p. 766.

<sup>927</sup> Anteriormente no discurso, Azevedo diz que os poetas são “profetas das grandes convulsões”. Bouchard em sua última estrofe diz que “a jovem sentinela” é o poeta com olhar devorador, é o amado profeta, que às ordens de deus, ele anda sempre adiante, pois a felicidade está lá. “Ce jeune mousse, ardente sentinelle, / C’est toi, poète au dévorant regard. / Quand l’équipage à genoux pleure et prie, / Quand matelots et pilote sont las, / Prophète aimé, Dieu par ta voix leur crie: / “Marchez toujours, le bonheur est là-bas!”. BOUCHARD apud LAMARTINE, 1902, p. 154.

<sup>928</sup> Noites como as também já citadas no ensaio “Literatura e civilização em Portugal”, que apontam para a estagnação e ao mesmo tempo gestação do que poderia vir a ser. A noite, deste modo, além de mostrar uma suspensão do desenvolvimento humano, isto é, uma decadência, também pode e deve ser vista como o gestar do porvir, o novo tempo, um futuro histórico como “[...] antecipação de um possível real [...]”. CRUZ, 2007, p. 93.

E quando um dia, senhores, nosso corpo adormeça no nada, e os homens da terra esquecerem aquilo que foi nossa inteligência, restará de nós, pelo mar turbido das peregrinações do progresso, a trilha assinalada pelo rasto de ardentias, que deixa a nau sumida no horizonte dos mares, pelas noites dos trópicos!<sup>929</sup>

Azevedo deixa claro, por meio de suas metáforas, que a imagem da noite representa a decadência política, social e cultural que assolava a jovem nação. Por outro lado, os estudantes representam a luz<sup>930</sup> que surge em meio a uma “revolução”. Nessa perspectiva, podemos conjecturar que o crepúsculo inevitavelmente se dissipará, abrindo caminho para um novo amanhecer e uma nova era. Dessa forma, questiona-se a possibilidade de o país se iluminar e prosperar em um futuro próximo.

---

<sup>929</sup> AZEVEDO, 2000, p. 766.

<sup>930</sup> CUNHA, 2021.